SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 06 de Junho de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3553

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE: Anteomar Pereira da Silva - Ex- Prefeito de São Tomé/ RN

1º Vice-Presidente: JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN

Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DE N° 011/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana/RN, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto processo através da **Dispensa Eletrônica** nº 011/2025, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual Aquisição de equipamentos e material permanente para atender as necessidades do CONISA,** conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. O cadastro da proposta será até as **08h** do dia **11/06/2025,** com a fase de lances das **08h01** às **10h do mesmo dia**, sendo que o processo será realizado exclusivamente através do portal de compras públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, pelo telefone: (84) 99664-0732 ou através do e-mail: licitacaoconisaln@gmail.com.
Lagoa Nova/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:882D8099

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA DO DOUTOR ANTONIO MATIAS FERNANDES S/S LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0050/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e ANTONIO MATIAS FERNANDES – Representante da **CLINICA DO DOUTOR ANTONIO MATIAS FERNANDES S/S LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:40BD731F

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: REINOLDS NELLY PINHEIRO LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0038/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **REINOLDS NELLY PINHEIRO** – Representante da **REINOLDS NELLY PINHEIRO LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:C52BB637

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA DIAGNOSTICA E PREVENTIVA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0042/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **TULIO CESAR REGO GOMES** – Representante da **CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA DIAGNOSTICA E PREVENTIVA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:737B0D3F

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: OTOCLINICA OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0046/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **LAURO ROBERTO CAMPOS DE SOUSA** – Representante da **OTOCLINICA OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:A8135886

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: ANALISES CLINICAS 'DR PAULO GURGEL' LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0051/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **PAULO GURGEL DE MEDEIROS** – Representante da **ANALISES CLINICAS 'DR PAULO GURGEL' LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:1F26A9C7

DIRETORIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 40ª ETAPA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 40ª ETAPA, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

VISAO CLÍNICA DE OLHOS LTDA -CNPJ**:03.694.911/0002-35 (Natal, 7ª Região)**

CENTRO DA VISAO LTDA - CNPJ:**17.286.844/0001-43** (São Paulo do Potengi, 5ª **Região**)

CLÍNICA HSE INTEGRATED E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - CNPJ: 37.031.850/0001-67 (Mossoró, 2ª **Região)**

CLÍNICA DE MEDICINA ESPECIALIZADA PAUFERRENSE LTDA - CNPJ: 07.701.417/0001-20 (Pau dos Ferros, 6ª **Região)**

Natal, 05 de junho de 2025.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente
CPF/MF nº 393.411.194-72

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:52D5068F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 131/2025 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar APRÍGIO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR, ocupante do cargo em comissão de Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito do Município de Acari RN, nomeado por meio da Portaria nº 107, de 02 de abril de 2025, para, cumulativamente, responder pela Secretaria Municipal de Comunicação Social de Acari.
Parágrafo único. Pelas funções desempenhadas não haverá gratificação do servidor designado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se
Dê-se Ciência.
Acari/RN, 04 de junho de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:86C5E029

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCUTA PÚBLICA

Objeto: *Escuta Pública sobre aplicação dos Recursos da Política Nacional Aldir Blanc 2025.*

A Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, convida os agentes e fazedores de cultura, grupos e instituições culturais, para Escuta Pública que debaterá a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura ano 2025.

Data: 11 de junho de 2025 (quarta-feira).
Horário: 10 horas.
Local: Plenário Vereadora Maria de Lourdes Bezerra; localizado à Rua Praça Cívica 9 de Junho, nº 29, Centro, Afonso Bezerra/RN.

Pauta:

• Apresentação do Plano de Ação da Política Nacional Aldir Blanc.
• Escuta para elaboração do Plano de Aplicação de Recursos.

Afonso Bezerra/RN, 05 de junho de 2025

MARIA APARECIDA SANTOS DA PAZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jadson Hericks Ferreira Bezerra
Código Identificador:B648677D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE 10-2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE 10/2025-SRP
Chegam-me os autos do processo administrativo nº 396/2025, relativo ao Pregão Eletrônico Nº 10/2025-SRP, cujo objetivo é: Registro de preços para possível contratação de fornecimento de material de limpeza, higiene e descartáveis, visando atender de forma contínua às demandas das Secretarias e Fundos Municipais do Município de Afonso Bezerra/RN. Da incursão procedida nos autos, observei que foi rigorosamente cumprido o rito legal estabelecido nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021, das Leis Complementar nº 123/2006 e 147/2014, do Decreto Municipal nº 070/2023, Lei Complementar Municipal nº 736/2022, em casa externa do processo, respeitando-se o direito de impugnação e de recurso, conforme o caso. Não havendo óbice de ordem legal, administrativa ou judicial, quanto à regularidade do processo, com base legal no art. 71, IV da Lei 14.133/2023, **HOMOLOGO** a presente licitação e **ADJUDICO** o seu objeto em favor da empresa:

RAZÃO SOCIAL: J.S.R MERCANTIL LTDA CNPJ: 50.627.112/0001-45 INSC. ESTADUAL: 20.633.994-5 END.: R. DA AZEITONA, 158, CENTRAL PARK, EXTREMOZ/RN CEP: 59575-000, sagrou-se vencedor dos lotes 1, 2, 3, 4 e 5 do certame, perfazendo o valor global de R$ 3.869.579,68 (três milhões oitocentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme documentação apresentada.

Fica convocada a empresa adjudicatária para no prazo legal, de 05 (cinco) dias, contados da Publicação deste, para assinar o instrumento contratual correspondente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133 de 2021.

Afonso Bezerra/RN, em 05 de Junho de 2025.

HOROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:B24ED230

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 091/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 057/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1206/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, CNPJ: 08.294.688/0001-71.
CONTRATADA: PAVANELLY PRODUCOES E ENTRETENIMENTOS LTDA, CNPJ: 20.211.797/0001-83.

OBJETO: Contratação de atração artística musical (MARA PAVANELLY), para apresentação durante os festejos da "21ª CAPRIFEIRA 2025", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais de Afonso Bezerra/RN.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).
VIGÊNCIA: O Prazo de Contrato é de 02 (dois) meses, a partir da assinatura.

Fundamentação: Art. 74, Inciso II da Lei 14.133/2021
Assinaturas em 03/06/2025. Pela Contratante: Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº. 049.***.***-00, Pela Contratada: Mara Pavanelly de Moraes Barros, CPF sob o nº. 072.***.***-12.

Publicado por:
Laercio Henrique da Silva
Código Identificador:98ACDD5F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 092/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 063/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1208/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, CNPJ: 08.294.688/0001-71.
CONTRATADA: ZE FILHO PRODUCOES MUSICAIS LTDA, CNPJ: 51.388.404/0001-35.

OBJETO: Contratação de atração artística musical (ZÉ FILHO), para apresentação durante os festejos da "21ª CAPRIFEIRA 2025", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais de Afonso Bezerra/RN.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
VIGÊNCIA: O Prazo de Contrato é de 02 (dois) meses, a partir da assinatura.

Fundamentação: Art. 74, Inciso II da Lei 14.133/2021
Assinaturas em 03/06/2025. Pela Contratante: Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº. 049.***.***-00, Pela Contratada: Jose Werbet Ferreira Batista, CPF sob o nº. 111.***.***-46.

Publicado por:
Laercio Henrique da Silva
Código Identificador:44FCCA26

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 093/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 064/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1267/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, CNPJ: 08.294.688/0001-71.
CONTRATADA: PDB PROMOCAO E EVENTOS LTDA, CNPJ 51.078.703/0001-73.

OBJETO: Contratação de atração artística musical (JP FORROZADO), para apresentação durante os festejos da "21ª CAPRIFEIRA 2025", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais de Afonso Bezerra/RN.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: O Prazo de Contrato é de 02 (dois) meses, a partir da assinatura.

Fundamentação: Art. 74, Inciso II da Lei 14.133/2021
Assinaturas em 03/06/2025. Pela Contratante: Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº. 049.***.***-00, Pela Contratada: João Paulo Dantas da Silva, CPF sob o nº. 016.***.***-08.

Publicado por:
Laercio Henrique da Silva
Código Identificador:EC332F78

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 094/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 065/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1361/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, CNPJ: 08.294.688/0001-71.
CONTRATADA: PEDRO PAULO MATIAS FERNANDES 01107342465, CNPJ: 31.318.311/0001-27.

OBJETO: Contratação de atração artística musical (PEDRO MATIAS), para apresentação durante os festejos da "21ª CAPRIFEIRA 2025", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais de Afonso Bezerra/RN.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
VIGÊNCIA: O Prazo de Contrato é de 02 (dois) meses, a partir da assinatura.

Fundamentação: Art. 74, Inciso II da Lei 14.133/2021
Assinaturas em 03/06/2025. Pela Contratante: Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº. 049.***.***-00, Pela Contratada: Pedro Paulo Matias Fernandes, CPF sob o nº. 011.***.***-65.

Publicado por:
Laercio Henrique da Silva
Código Identificador:CEFA57D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 589, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 589, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO JOAFRAN DE LIMA,** CPF nº 031.646.134-23, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 1.810, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 8933-8, referente a diária no período do dia **05 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 04 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:DB5EE03C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 590, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **JORGE LUIZ DE PAIVA E SILVA,** portador do CPF nº 080.545.984-75, lotado na Secretaria de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 2.006, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, a importância de R$ **120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 27.112-8, referente a diária no período do dia **06 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:17F6D00C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 591, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 591, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **RODRIGO MOREIRA DE SOUSA,** portador do CPF nº 072.896.364-73, lotado no Gabinete Civil, ocupante do cargo de Assessor de Transportes Especiais – Nível C, Matrícula nº 1.109-3, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN**, a importância de R$ **120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 32.738-7, referente a diária no período do dia **06 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:59511EE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 592, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 592, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **JUVINO DOMINGOS DE SOUZA NETO,** CPF 054.875.924-38, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, Matrícula nº 1.985, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN,** a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 32.606-2, referente a diária no período do dia **06 de junho de 2025**, quando tratou de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:96589969

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 593, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 593, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **MARYLIA SOUSA SARMENTO,** portadora do CPF nº 086.757.184-54, lotada no Gabinete Civil, ocupante do cargo de Coordenador de Comunicação Social, Imprensa e Cerimonial, Matrícula nº 2078, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de R$ **181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1109-6, Conta Corrente nº 32.771-9, referente a diária no período do dia **06 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de junho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:FF98D220

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 594, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 594, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1o – Conceder ao Sr. **RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais),** a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 1.062-6, referente a diária no período do dia **06 de junho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de junho de 2025.

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária de Administração

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:33230511

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 048/2025 DISPENSA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

Pelo presente instrumento de Termo de Aditivo, de um lado o Município de ALMINO AFONSO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN, CNPJ-MF, Nº 12.528.215/0001-69, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo (a) Sr.(a) MARIA ÉRIDA MAIA FIRINO, GESTORA DO FUNDO, e do outro lado a Entidade: **OS'C – INEAS INSTITUTO NORTE RIO GRANDENSE DE EDUCACAO ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE – DEMAIS – CNPJ: 49.642.816/0001-08**, situado a Rua dos Potiguares, 1246, bairro: Lagoa Nova, Natal /RN – CEP: 59.062.280, no Estado do Rio Grande do Norte - RN, neste ato devidamente representada pelo seu Diretor/Presidente, Sr. JAMES DEAN HENRIQUE DA SILVA, inscrito no CPF sob o n° 807.505.914-04, têm justo e contratado o seguinte, resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente ADITIVO reger-se-á por toda legislação aplicável, especialmente pelo art. 124 Inciso I alínea "b" da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a diminuição contratual no valor de **R$ 65.941,20** (sessenta e cinco mil novecentos e quarenta e um reais e vinte centavos), alterado o contrato original de **R$ 1.042.384,20**, para o valor total aditivado de **R$ 976.443,00** (novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Solicitação de Despesa.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA:

As Justificam o presente termo mediante a necessidade de ajustes de quantitativo dos serviços, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), para que possamos da continuidade aos trabalhos, e as ações do executivo, no âmbito individual e coletivo, haja visto que esses serviços favorece o erário público, bem como o interesse público. Diante desses fatos e de acordo com a lei, é que optamos pelo presente Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua assinatura, até o dia 31 de outubro de 2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Almino Afonso - RN, 15 de maio de 2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ALMINO AFONSO
CNPJ: 12.528.215/0001-69
Contratante

OS'C – INEAS INSTITUTO NORTE RIO GRANDENSE DE EDUCACAO ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE - DEMAIS
CNPJ: 49.642.816/0001-08
Contratado (a)

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:A5C0979A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 79/2025

A Exma. Sra. **Jéssica Lourine de Assis Amorim**, Prefeita Municipal de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente aquelas previstas no art. 73, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. ANA BEATRIZ MEDEIROS DE AMORIM, inscrita no CPF sob o nº 093.430.694-05, servidora ocupante do cargo em comissão de *Diretora Clínico do Hospital Maternidade Abel Belarmino de Amorim* neste Município, com lotação junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Tornar sem efeito a Portaria nº 77/2025.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha, em Almino Afonso/RN, 02 de junho de 2025.

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:9539FE7F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 80/2025

A Exma. Sra. **Jéssica Lourine de Assis Amorim**, Prefeita Municipal de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. DANIEL MAGNO DUARTE GODEIRO, inscrito no CPF sob o n° 121.659.984-09, para cargo em comissão de DIRETOR CLÍNICO DO HOSPITAL MATERNIDADE ABEL BELARMINO DE AMORIM, junto à *Secretaria Municipal de saúde* deste Município.

Art. 2º - Tornar sem efeito a Portaria nº 78/2025.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha, em Almino Afonso/RN, 02 de junho de 2025.

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:4AA996E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 81/2025

A Exma. Sra. **Jéssica Lourine de Assis Amorim**, Prefeita Municipal de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. Maria Ivaneide Tomaz de Souza, inscrita no CPF sob o n° 637.363.144-34, para cargo comissionado de *Coordenação Geral do Hospital Maternidade Abel Belarmino de Amorim*, junto à *Secretaria Municipal de saúde* deste Município.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha, em Almino Afonso/RN, 05 de junho de 2025.

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:7861FBAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2025

PORTARIA Nº 065/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Fixa Gratificação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos/RN,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação no valor de **R$ 500,00** (quinhentos reais), ao servidor **José Sirlei Torres Filho,** portador do **CPF nº 055.XXX.XXX-20 e RG nº 2.XXX.XX8 ITEP/RN**, pelos serviços relevantes e de cunho extraordinário, desempenhados junto a Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil, conforme permissibilidade do artigo 56 da Lei Municipal de nº 813/2011, tendo em vista que o referido valor não excede a 100% (cem por cento) do salário base do aludido servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 02 de junho de 2025.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, de 05 de junho de 2025.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:675842B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2025

PORTARIA Nº 066/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Fixa Gratificação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos/RN,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação no valor de **R$ 500,00** (quinhentos reais), a servidora **Letícia Iara de Araújo Souza,** portadora do **CPF nº 706.XXX.XXX-60 e RG nº 003.XXX.XX5 ITEP/RN**, pelos serviços relevantes e de cunho extraordinário, desempenhados junto a Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil, conforme permissibilidade do artigo 56 da Lei Municipal de nº 813/2011, tendo em vista que o referido valor não excede a 100% (cem por cento) do salário base do aludido servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 02 de junho de 2025.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, de 05 de junho de 2025.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:1264D596

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 067/2025

PORTARIA Nº 067/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Fixa Gratificação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos/RN,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação no valor de **R$ 500,00** (quinhentos reais), ao servidor **Francisco Djaylton Cunha Florêncio,** portador do **CPF nº 050.XXX.XXX-01**, pelos serviços relevantes e de cunho extraordinário, desempenhados junto a Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil, conforme permissibilidade do artigo 56 da Lei Municipal de nº 813/2011, tendo em vista que o referido valor não excede a 100% (cem por cento) do salário base do aludido servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 02 de junho de 2025.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, de 05 de junho de 2025.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:E1285E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 054/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a **Sra. YASMIM MACEDO LOPES,** Mat. 11207, ocupante do cargo contratado de Pedagoga do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com alimentação, com o objetivo de participar do Encontro Presencial de apresentação da nova edição do Selo UNICEF, no dia 09 de junho de 2025, em Natal/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 6h no dia 09 de junho de 2025 e retorno previsto para 16h do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para capital do estado é de **R$ 230,00** (duzentos e trinta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **115,00** (cento e quinze reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:0BAD5E17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGAO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº012/2025.

PROCESSO Nº 09040015/2025 - **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO** Nº 012/2025. **Fica ADJUDICADA E HOMOLOGADA** a decisão prolatada pelo Pregoeiro Oficial conforme ata da sessão de julgamento e dos Autos do Parecer do Controle Interno desta Prefeitura; nos termos e com fundamento no disposto no inciso IV do Art. 71 da Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais legislações pertinentes, à (s) empresa (s) vencedora (s): **CATFELLI DESIGN COMERCIO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento 44.460.306/0001-04 - Endereço: R OLIVACY RODRIGUES DE FREITAS - CEP: 59607290 - UF: RN - Município: Mossoró - Telefone: (84) 99963-7451,** vencedora do item: 04, com o valor global de R$ 3.000,00; **D F de S Silva | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 04.599.190/0001-66 - Endereço: RUA ADOLFO FERNANDES Nº 25 - CEP: 59900000 - UF: RN - Município: Pau dos Ferros - Telefone: (84) 3351-5583,** vencedora do item: 01, com o valor global de R$ 5.710,04**; GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 08.281.458/0001-78 - Endereço: Rua Olímpio Vidal Teixeira - CEP: 89281030 - UF: SC - Município: São Bento do Sul - Telefone: (47) 99609-5177,** vencedora do item: 05, com o valor global de R$ 31.249,25; **TECNOGOV COMERCIAL LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 45.319.408/0001-69 - Endereço: RUA JOSÉ GALL - CEP: 88307102 - UF: SC - Município: Itajaí - Telefone: (11) 91442-4648,** vencedora do item: 01, com o valor global de R$ 3.000,00. **Valor global da licitação R$ 40.850,64..** E, que as vencedoras ofereceram as melhores condições financeiras ao erário municipal. que tem como objetivo a elaboração de REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS EQUIPES TÉCNICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA EQUIPE DE TOMBAMENTO PATRIMÔNIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE APODI/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Apodi/RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:4E9CA0D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01120001/2023

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01120001/2023

CONTRATO Nº: 01120001/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN
CNPJ/MF Nº 08.349.011/0001-93

CONTRATADA: ROBERTO LEITE GAMA - ME - CNPJ Nº 40.807.695/0001-32

OBJETO: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO EM CAMARIM OU STAND DE FEIRAS E ESTRUTURAS PARA ORNAMENTAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DE CAMARIM/OU STAND DE FEIRAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE APODI/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/1993, VIGÊNCIA: 29/05/2025 ATÉ 29/11/2025.
DATA DA ASSINATURA: 29/05/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:24246102

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE NOVA DATA DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO N°. 016/2025.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ: 08.349.011/0001-93, no uso de suas atribuições legais**, torna público que às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2025,** fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO nº 016/2025 – Tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE INFORMÁTICA, PARA TENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE APODI/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital Corrigidos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.; https://licitafacil.tce.rn.gov.br/. https://pncp.gov.br/app/editais e no link: https://apodi.rn.gov.br/licitacaolista.php. Informações e esclarecimentos: na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Francisco Pinto, nº 56 – Centro – Apodi/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min.

Apodi/RN, 04 de junho de 2025.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 0408/2025

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:54CCD4C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DO RESULTADO APÓS TRAMITES DO ITEM 1 DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 012/2025.

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o resultado de Pregão Eletrônico - Nº. 012/2025, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS EQUIPES TÉCNICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA EQUIPE DE TOMBAMENTO PATRIMÔNIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE APODI/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos. Após os tramites de renegociação do item 01 em questão, **os demais itens já publicados, permanece inalterados** aqui finalizado, pelo Que teve como vencedoras as empresas: **D F de S Silva | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 04.599.190/0001-66 - Endereço: RUA ADOLFO FERNANDES Nº 25 - CEP: 59900000 - UF: RN - Município: Pau dos Ferros - Telefone: (84) 3351-5583,** vencedora do item: 01, com o valor global de R$ 5.710,04. **Valor global da licitação passou a ser R$ 40.850,64.**

Apodi/RN, 05 de junho de 2025.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 0408/2025

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:0F778C8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0716/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 1.200,00 (um mil e duzentos reais) ao (a) senhor (a), **Kelly Katiane de Freitas Targino Bandeira**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 11 e 12 de junho de 2025, para participar de evento FNAS – Pelo Brasil, que trata de fortalecer a gestão de políticas públicas de assistência social pelo Brasil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0BFB9CC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0717/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 600,00 (seiscentos reais) ao (a) senhor (a), **Antonia Verônica Pinheiro de Assis**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 11 e 12 de junho de 2025, para participar de evento FNAS – Pelo Brasil, que trata de fortalecer a gestão de políticas públicas de assistência social pelo Brasil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:661A2478

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0718/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 600,00 (seiscentos reais) ao (a) senhor (a), **Francisco Celio de Oliveira Carvalho**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 11 e 12 de junho de 2025, para participar de evento FNAS – Pelo Brasil, que trata de fortalecer a gestão de políticas públicas de assistência social pelo Brasil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:C0493E34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0719/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 600,00 (seiscentos reais) ao (a) senhor (a), **Naline Karoline Gomes de Freitas,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 11 e 12 de junho de 2025, para participar de evento FNAS – Pelo Brasil, que trata de fortalecer a gestão de políticas públicas de assistência social pelo Brasil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:FACABCC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0720/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 600,00 (seiscentos reais) ao (a) senhor (a), **Samylla Cintia Costa e Silva Carmo,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 11 e 12 de junho de 2025, para participar de evento FNAS – Pelo Brasil, que trata de fortalecer a gestão de políticas públicas de assistência social pelo Brasil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:B5C5667C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0721/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Zacarias Targino de Freitas Neto,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 13 de junho de 2025, para participar da 92º Reunião ordinária do CONETUR, em Natal/RN

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:8348C228

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0722/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 03 (três) diária (s) no valor do montante de R$: 900,00 (novecentos reais) ao (a) senhor (a), **Mayara Morgânia Gurgel do Rosario,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 16 a 18 de junho de 2025, para participar da 2ª Conferencia do Green Destination, latino de turismo sustentável em natal/RN

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:EED044D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0723/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 03 (três) diária (s) no valor do montante de R$: 900,00 (novecentos reais) ao (a) senhor (a), **Adailton Jose Targino,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 16 a 18 de junho de 2025, para participar da 2ª Conferencia do Green Destination, latino de turismo sustentável em natal/RN

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:B2BFDB57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0724/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 03 (três) diária (s) no valor do montante de R$: 900,00 (novecentos reais) ao (a) senhor (a), **Hodalissa Cynara Alves de Oliveira,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 16 a 18 de junho de 2025, para participar da 2ª Conferencia do Green Destination, latino de turismo sustentável em natal/RN

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:6282B0BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0725/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Maria do Socorro Leite dos Santos Góis,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s), 11 a 12 de junho de 2025, para participar do curso de aperfeiçoamento para profissionais da socioeducação,

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:16785582

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0726/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Amanda Michelle Morais Bernardino,** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s), 11 a 12 de junho de 2025, para participar do curso de aperfeiçoamento para profissionais da socioeducação,

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3DA1B74E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0727/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN**, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, ao Senhor **Dario Felipe Pereira de Oliveira**, portadora de matrícula **1703, *GNM-2*,** Assistente de Infra estrutura, pertencente ao quadro de servidores efetivos **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMUS**, licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 01 (um) ano, sem remuneração, conforme Lei em vigor, no período de 06/06/2025 a 06/06/2026.

Art. 2º - A licença de que trata o Art. 1º está prevista no Art. 105, da Lei 269/96, que rege o Estatuto do Servidor desta Edilidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:E6101D2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0728/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 03 (três) diária (s) no valor do montante de R$: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) ao (a) senhor (a), **Luis Sabino da Costa,** para custear despesas na(s) viagem(ns) no Distrito Federal de **Brasília/DF**, no(s) dia(s), de 09 a 12 de junho de 2025, para participar de reunião com parlamentares para tratado de assuntos de enterres no nosso município.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 05 de junho de 2025.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:DE2DE204

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 796/2025

CONVOCA a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Arez-RN.

O Prefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social- SUAS no município de Arez.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada entre os dias, **02 de julho de 2025** e **03 de julho de 2025**, tendo como tema central: "**20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência**".

Art. 2º A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á de forma presencial no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, antigo Clube Municipal a parti das 08h00min horas até às 13h00min, nos dias 02 de julho de 2025 e 03 de julho de 2025.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 04 de junho de 2025.

BERGSON IDUÍNO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Arez/RN

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:7625C57E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 163/2025

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas meia diária no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a servidora Jane Kelly da Silva Viana, com CPF nº 013.559.354-90, para cobrir despesas durante a participação no "Enconto de ADS e atendentes" a ser realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2025 a ser realizado no município de Natal/RN, devendo ser adotadas as providências necessárias ao íntegro cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arez/RN, 14 de abril de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:6B1E7E34

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 164/2025

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas meia diária no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a servidora Jislainne Bento Freire, com CPF nº 080.012.584-32, para cobrir despesas durante a participação no "Curso de aperfeiçoamento para profissionais da socioeducação" a ser realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2025 a ser realizado no município de Natal/RN, devendo ser adotadas as providências necessárias ao íntegro cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arez/RN, 21 de maio de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:24C5BFE3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 165/2025

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas meia diária no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a servidora thaynah Gerônimo da Silva Costa, com CPF nº 113.642.514-42, para cobrir despesas durante a participação no "Curso de aperfeiçoamento para profissionais da socioeducação" a ser realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2025 a ser realizado no município de Natal/RN, devendo ser adotadas as providências necessárias ao íntegro cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arez/RN, 21 de maio de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:47E32CAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA N° 02/2025 - PROCESSO Nº 133048/2025

O Município de Arez/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, a Dispensa Eletrônica nº 02/2025, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, cujo objeto é **Aquisição de materiais, equipamentos e brinquedos necessários às salas de fisioterapia da Zona Urbana e Rural, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Arez/RN.** O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. 1) Início para cadastro da proposta: 12h00 do dia 06/06/2025; 2) Data e hora de término do recebimento de proposta: 12/06/2025 às 09h00; 3) Data e hora de término da fase de lances: 12/06/2025 às 15h00. O edital encontra-se disponível nos sites: www.arez.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo e-mail: cplarezpma@gmail.com.

Arez/RN, 05 de junho de 2025.

FRANCIMÁRIO BARBOSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:680240C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030601/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032502/2025 - PROCESSO N° 132929/2025

Espécie: Contrato nº 030601/2025, firmado em 03/06/2025; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: DANDARA SPORT LTDA - CNPJ nº 51.543.641/0001-23; **Objeto**: Aquisição de materiais para aulas de natação a serem utilizados na piscina semiolímpica da Escola Municipal João Guió de Arez/RN; **Amparo**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032502/2025; **Processo**: 132929/2025; **Vigência**: de 03/06/2025 a 31/12/2025; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 244/2024, de 27 de dezembro de 2024**, conforme especificado no contrato; **Valor total**: R$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Dandarah Katarine Rodrigues de Luna Freire.

Arez/RN, 03 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:85E09427

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040601/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040101/2025 - PROCESSO N° 132421/2025

Espécie: Contrato nº 040601/2025, firmado em 04/06/2025; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - CNPJ nº 11.886.312/0001-60; **Objeto**: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de fardamento para as secretarias municipais, além de itens de proteção individual destinado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Arez/RN; **Amparo**: Dispensa de Licitação nº 040101/2025; **Processo**: 132421/2025; **Vigência**: de 04/06/2025 a 31/12/2025; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 644 de 27 de dezembro de 2024**, conforme especificado no contrato; **Valor total**: R$ 34.514,00 (trinta e quatro mil e quinhentos e quatorze reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Maria de Fatima Araújo Silva.

Arez/RN, 04 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:A1138D4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040602/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040101/2025 - PROCESSO N° 132421/2025

Espécie: Contrato nº 040602/2025, firmado em 04/06/2025; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: R J COMERCIO TEXTIL

SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ nº 20.307.891/0001-30; **Objeto**: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de fardamento para as secretarias municipais, além de itens de proteção individual destinado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Arez/RN; **Amparo**: Dispensa de Licitação nº 040101/2025; **Processo**: 132421/2025; **Vigência**: de 04/06/2025 a 31/12/2025; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 644 de 27 de dezembro de 2024**, conforme especificado no contrato; **Valor total**: R$ 14.748,00 (quatorze mil e setecentos e quarenta e oito reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, João Olímpio Neto.

Arez/RN, 04 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:B2FB870C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 260501/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 - PROCESSO N° 133026/2025

Espécie: Contrato nº 260501/2025, firmado em 26/05/2025; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: VANDA LAYLLA CRUZ SILVA DE CARVALHO OLIVEIRA – CPF nº 052.957.524-88; **Objeto**: Contratação de pessoa física para ministrar palestra a ser realizada na 1ª Conferência Municipal do Idoso, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, município de Arez/RN, com o tema: "ENVELHECIMENTO MULTICULTURAL E DEMOCRACIA: URGÊNCIA POR EQUIDADE, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO"; **Amparo**: Inexigibilidade nº 020/2025; **Processo**: 133026/2025; **Vigência**: de 26/05/2025 a 31/12/2025; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 644, de 27 de dezembro de 2024**, conforme especificado no contrato; **Valor total**: R$ 700,00 (setecentos reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e Dayzianne Regis da Costa Freire e, pelo **Contratado**, Vanda Laylla Cruz Silva de Carvalho Oliveira.

Arez/RN, 26 de maio de 2025.

DAYZIANNE REGIS DA COSTA FREIRE
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:9157D437

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 310501/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124.758/2023

Extrato do TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 310501/2024, firmado em 31/05/2024, com a empresa **F DE A B DA SILVA SERVICOS E CONSULTORIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **47.197.302/0001-65**;

Objeto: alterar o cronograma de execução e prorrogar a vigência do Contrato nº 310501/2024, decorrente da Pregão Eletrônico nº 014/2023, por mais **12 (doze) meses**, a contar do dia **31/05/2025,** encerrando-se no dia **31/05/2026;**

Fundamento Legal: fundamentado nos termos da Lei Federal nº 8.666-93, Pregão Eletrônico nº 014/2023;

Cobertura Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos do Orçamento Geral do Município de AREZ/RN, Lei Municipal 644/2024, de 27 de dezembro de 2024, classificada conforme abaixo especificado:
Gestão/Unidade: 02.004 - Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos
Ação: 2008 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Francisco de Assis Borges da Silva.

Arez/RN, 30 de maio de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:B0D1EF38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032502/2025 - PROCESSO Nº 132929/2025

OPrefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

CONTRATADA: **DANDARA SPORT LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.543.641/0001-23;
OBJETO: Aquisição de materiais para aulas de natação a serem utilizados na piscina semiolímpica da Escola Municipal João Guió de Arez/RN.
VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Lei Orçamentária Anual nº 644 de 27 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025.
BASE LEGAL: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Arez/RN, 03 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:21779078

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040101/2025 - PROCESSO Nº 132421/2025

OPrefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

CONTRATADAS: **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.886.312/0001-60 e **R J COMERCIO TEXTIL SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.307.891/0001-30.
OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de fardamento para as secretarias municipais, além de itens de**

proteção individual destinado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Arez/RN.
VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.
VALOR GLOBAL: **R$ 49.262,00 (quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Lei Orçamentária Anual nº 644 de 27 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025.
BASE LEGAL: Art. 75, II (PNCP), da Lei Federal nº 14.133/21.

Arez/RN, 04 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:68C0A08E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 - PROCESSO Nº 133026/2025

OPrefeito Municipal de Arez/RN e a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar inexigível e faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de Licitação a seguir:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

CONTRATADA: **VANDA LAYLLA CRUZ SILVA DE CARVALHO OLIVEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 052.957.524-88;
OBJETO: Contratação de pessoa física para ministrar palestra a ser realizada na 1ª Conferência Municipal do Idoso, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, município de Arez/RN, com o tema: "ENVELHECIMENTO MULTICULTURAL E DEMOCRACIA: URGÊNCIA POR EQUIDADE, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO".

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 700,00 (setecentos reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão a conta da Lei Orçamentária Anual nº 644 de 27 de dezembro de 2024 para o exercício de **2025**.

BASE LEGAL: Art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21.

Arez/RN, 26 de maio de 2025.

DAYZIANNE REGIS DA COSTA FREIRE
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:2E8A1CA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032502/2025 - PROCESSO Nº 132929/2025

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas atualizações posteriores, para a contratação do proponente **DANDARA SPORT LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.543.641/0001-23, com o valor total de **R$14.280,00** (quatorze mil e duzentos e oitenta reais), referente à **Aquisição de materiais para aulas de natação a serem utilizados na piscina semiolímpica da Escola Municipal João Guió de Arez/RN.**
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, determinando que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Arez/RN, 03 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:B81369EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040101/2025 - PROCESSO Nº 132421/2025

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas atualizações posteriores, para a contratação dos proponentes: **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA** - CNPJ/MF sob o nº **11.886.312/0001-60**, com o valor total de **R$34.514,00** (trinta e quatro mil e quinhentos e quatorze reais) e **R J COMERCIO TEXTIL SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA** – CNPJ Nº **20.307.891/0001-30** com o valor total de **R$14.748,00** (quatorze mil e setecentos e quarenta e oito reais), perfazendo o valor global de **R$ 49.262,00 (quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais)**, referente à **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de fardamento para as secretarias municipais, além de itens de proteção individual destinado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Arez/RN.**
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, determinando que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Arez/RN, 04 de junho de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:AE3A64CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 - PROCESSO Nº 133026/2025

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no Art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21, e suas atualizações posteriores, para a contratação do proponente **VANDA LAYLLA CRUZ SILVA DE CARVALHO OLIVEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 052.957.524-88, com o valor total de **R$700,00** (setecentos reais), referente à **Contratação de pessoa física para ministrar palestra a ser realizada na 1ª Conferência Municipal do Idoso, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, município de Arez/RN, com o tema: "ENVELHECIMENTO MULTICULTURAL E DEMOCRACIA: URGÊNCIA POR EQUIDADE, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO".**
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Arez/RN, 26 de maio de 2025.

DAYZIANNE REGIS DA COSTA FREIRE
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:859F68A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2025 - DISPENSA Nº 003/2025

Extrato do Contrato nº 5/2025
Dispensa nº 3/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA FORMOSA - CNPJ: 08.161.341/0001-50
CONTRATADA: NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 04.770.238/0001-57
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO COMPLETA NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DE PLACA RQL5A46, PERTENCENTE À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO, COM VISTAS A GARANTIR SEU PLENO FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE SAÚDE
VALOR: R$ 5.220,18, (cinco mil, duzentos e vinte reais e dezoito centavos)
VIGÊNCIA: De: 26/02/2025 a 25/02/2026
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 75, IV, a (PNCP)
BAIA FORMOSA/RN, 26 de fevereiro de 2025

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
P/Contratante
Prefeita

CARLOS ANDRE COSME DE FRANÇA
P/Contratada
Procurador

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:F541C002

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2025 - DISPENSA Nº 19/2025

Extrato do Contrato nº 32/2025
Dispensa nº 19/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA FORMOSA - CNPJ: 08.161.341/0001-50
CONTRATADA: G M PEREIRA ME - CNPJ: 04.045.272/0001-69
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER ESPIGAS DE MILHO VERDE, AS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDAS - DE FORMA GRATUITA - ÀS FAMÍLIAS CONSIDERADAS CARENTES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN
VALOR: R$ 20.400,00, (vinte mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: De: 30/05/2025 a 29/05/2026
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
BAIA FORMOSA/RN, 30 de maio de 2025

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
P/Contratante
Prefeita

GILVAN M. PEREIRA
P/Contratada
Empresário

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:8F0A0085

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0237/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da 2ª Edição Selo Cidade Limpa, no dia 06 de junho de 2025.
1. RAQUEL PEREIRA DA SILVA – Assessora de Comunicação, Matrícula 012483, Diária: R$ 62,50 (cento e vinte e cinco reais);
2. MARIA BERNADETE DE SOUSA LEITE COSTA – Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente, matrícula 11584, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 05 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:E8712F3B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0238/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 1,5 (uma e meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Campina Grande/PB, para participar do *Projeto: Alimentação Escolar Nota 10*, nos dias 09 e 10 de junho de 2025.
1. GERLANE KARINE BEZERRA NOGUEIRA – Nutricionista (Educação), Matrícula 0013293-4, Diária: R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais);
2. MARIANA GOMES DE ARAÚJO – Nutricionista (Educação), Matrícula 0014044-2, Diária: R$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais);
3. JOANA RODRIGUES DA SILVA NETA – Nutricionista (Educação), Matrícula 0013315-4, Diária: R$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 05 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:90F2EC01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2025 – SMA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 4º em seu Parágrafo Único.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária à servidora abaixo identificada, depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância correspondente a 1,0 (uma) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da 2ª Edição Selo Cidade Limpa, no dia 06 de junho de 2025.
1. **CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI** – Prefeita, matrícula 011800, Diária: R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 05 de junho de 2025.

EDSON BARBOSA DA SILVA
Secretário de Administração

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:C82F5FA3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA 01/2025

Concede diárias ao servidor que especifica e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA** no valor de **R$ 270,00** (Duzentos e setenta reais), dada a senhora **MARIA JOSELANE DA SILVA TARGINO**, matrícula nº 026425, ocupante do cargo/função **COORDENADORA TRIBUTAÇÃO**, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN, no dia 06/06/2025, para participar do curso **XXI SEXTA DE CONTAS: REFORMA TRIBUTÁRIA – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.**
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 05 de junho de 2025.

LENICE DANTAS DA SILVA
Secretária Municipal de tributação
CPF: 303.785.674-20
Matrícula Nº 006211

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:A0AFDA4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 50/2025/GAB.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 01 **(uma) DIÁRIA** no valor de **R$650,0,00** (seiscentos e cinquenta reais) a senhora **Lenice Dantas da Silva,** matrícula nº 006211, ocupante do cargo/função Secretária de tributação do Município, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN, no dia 06/06/2025, para tratar de assuntos do interesse do município.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 05 de junho de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D4BAF2A5

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 001/2023 – A TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20090002/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A PATROL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 03.268.510/0001-32.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a Pessoa Jurídica: **PATROL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.268.510/0001-32**, com sede na Rua Antônio Queiroz, 330, Centro, Baraúna/RN, CEP 59.695-000, neste ato representado pelo o Sr. **JOSÉ PATRÍCIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 06 de novembro de 1951, inscrito no RG sob nº 13465 órgão expedidor IMLEC/RN, CPF nº 056.568.344-68, residente e domiciliado na cidade de Mossoró/RN, na Rua Manoel Cristino de Morais, N° 40, Cond. West Plaza, Casa 02, Nova Betânia, CEP 59.611-380, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do referente termo é a repactuação do contrato Nº 001/2023, advindo da Tomada de Preços Nº 007/2023, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO CAVALCANTE, VINCULADA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BARAÚNA/RN, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Públicos, conforme demanda realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Públicos de Baraúna/RN, com escopo *no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA
O presente termo de aditivo contratual justifica-se por razões econômicas, financeiras e técnicas, uma vez que a continuidade dos

serviços fornecidos é de suma importância, neste caso, perante a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Públicos do município de Baraúna/RN, com escopo *no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO

O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia **29/05/2025 a 30/12/2025**, conforme inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 29 de maio de 2025

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Patrol Construções LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***JOSÉ PATRÍCIO DE OLIVEIRA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Liana Amaral do Vale
Código Identificador:745DE343

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 184/2025 - GP

PORTARIA N° 184/2025 - GP Bento Fernandes/RN, em 02 de Junho de 2025.

Dispõe sobre a exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. – Exonerar **MARIA ROSENEIDE SOARES,** inscrito (a) no CPF: 039.146.394-23 do cargo de provimento em comissão de ASSESSORIA ADMINISTRATIVA – CC-7, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/06/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:B091C20D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188/2025 - GP

Portaria nº 188/2025 - GP Bento Fernandes/RN, de 05 de Junho de 2025.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes – Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto Municipal nº 035/2025 de 01/04/2025 e, considerando o Teor do Gabinete do Prefeito, bem como a justificativa ali presente,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a(s) diária (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação e/ou hospedagem do agente politico/servidor (a) durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber.
Agente Politico/servidor (a): JOSENILDO DA COSTA CAMARA;
Cargo/Função: Controlador Geral, Mat. 1300285-1;
Quantidade: meia diária;
Destino: Natal/RN;
Data de saída: 06 de Junho de 2025;
Valor Unitário: R$ 183,93 (cento e oitenta e três reais e noventa e três centavos),
Valor Total: R$ 183,93 (cento e oitenta e três reais e noventa e três centavos).
Discrição do objetivo/serviço do deslocamento: para participar da XXI SEXTA DE CONTAS: "Reforma Tributária – Visão atual e expectativas dos governos municipais e do governo estadual, em Natal/RN, no Auditório do TCE/RN, no dia 06 de junho de 2025.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:BEE30961

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2025

A prefeitura Municipal de Bodó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através da **Dispensa Eletrônica** nº 16/2025, cujo objeto é o registro de preço para futura e eventual Aquisição de kits de enxoval para atendimento as gestantes assistidas pelo CRAS, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social de Bodó/RN, conforme especificações descritas no Termo de Referência e no Edital. O cadastro da proposta será até as **09h** do dia **11/06/2024,** com a fase de lances das **09:01min às 11h do mesmo dia**, sendo que o processo será realizado exclusivamente através do portal de compras públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, através do e-mail: cpl@bodo.rn.gov.br.

Bodó/RN, 05 de junho de 2025.

CELUZIA BEATRIZ ALBINO TAVARES
Comissão de Licitação

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:31EE12F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 210 DE 05 DE JUNHO 2025

"Nomeia a comissão coordenadora de monitoramento, avaliação e adequação do plano de cargos carreira e remuneração dos profissionais da educação/magistério do município de bodó e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Bodó, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando a necessidade de monitoramento, avaliação e adequação do pano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação/magistério, em

conformidade com o que estabelece a meta 18 da lei federal 13.005/2014,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a comissão coordenadora de monitoramento, avaliação e adequação do plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação/magistério, composta pelos seguintes membros:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Maria Rosângela Guimarães dos Santos

REPRESENTANTE DO SETOR JURÍDICO
Erick Henrique Bernardo Torres

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Paulo Cesar da Silva Barros

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FINANÇAS
Rômulo Lenine Ferreira Farias

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Raimunda Cristiane de Medeiros

REPRESENTANTE DE DIRETORES ESCOLARES
Elza Maria Pacheco
Maria das Vitorias Pereira

REPRESENTANTE DO SINTE LOCAL
Carlos Gileno Justino Silva

REPRESENTANTE DO SINTE REGIONAL
Patrícia Daliane Bezerra de Oliveira

REPRESENTANTE DO SINTE ESTADUAL
Miguel Salustiano de Lima

REPRESENTANTE DO CACS FUNDEB
Irimar Soares da Silva

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO
Ismael Carlos de Oliveira
José Erinaldo da Paz

Art. 2º - A comissão coordenadora de monitoramento, avaliação e adequação do plano de cargos carreira e remuneração dos profissionais da educação/magistério do município de Bodó/RN, será responsável por realizar diagnósticos da estrutura dos **PCR** e construir referencias da carreira que dialoguem com as receitas disponíveis para MDE do município, de forma sustentável e que promova a valorização profissional.
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 05 de junho de 2025.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:CBB0EA61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 211 DE 05 DE JUNHO DE 2025

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear, o(a) Sr.(a) **MAX JOSÉ VICTOR DE ASSUNÇÃO,** inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 077.###.###-60, para exercer o Cargo em Comissão de CC-1 – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, lotado(a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Bodó/RN, 05 de junho de 2025.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:5069BCD6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
3º EXTRATO DE ADITIVO - CONTRATO Nº 039/2023

PROCESSO Nº 4.832/2022 – TOMADA DE PREÇO N.º 004/2022 - CPL

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
Contratado: **W M CONSTRUÇÕES - ME**
CNPJ sob o nº **09.612.952/0001-30**

Objeto: Reequílibrio Finaceiro do contrato n° 039/2023.

Vigência: 20/05/2025 à 10/03/2026.

Bom Jesus/RN, 20 de maio de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:0AF9835F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
2º EXTRATO DE ADITIVO - CONTRATO Nº 0105/2023

PROCESSO Nº 3.826/2023 – TOMADA DE PREÇO N.º 003/2023 - CPL

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
Contratado: **QUALITY ENGENHARIA LTDA – ME**
CNPJ nº **30.399.726/0001-00**

Objeto: Reequílibrio Financeiro do contrato n° 0105/2023.

Vigência: 20/05/2025 à 30/10/2025.

Bom Jesus/RN, 20 de maio de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:64868C3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 36/2025 – SMG

DECRETO Nº 36/2025 – SMG

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R$ 323.812,00 (trezentos e vinte e três mil oitocentos e doze reais) para atender a programação que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando

a autorização contida no artigo 8º, Inciso V da Lei Orçamentária Anual nº 495 de 26 de novembro de 2024 – LOA 2025.

Art. 1°.Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 323.812,00 (trezentos e vinte e três mil oitocentos e doze reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias com as seguintes classificações:

Unidade Orçamentária:	08.701 – Fundo Municipal de Saúde	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	0102 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	
Projeto/Atividade:	1012 – Aquisição de Veículo	
Natureza da Despesa:	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 323.812,00
Fonte de Recursos:	26013110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	

Art. 2º. O crédito aberto no artigo 1º será coberto com recursos, em igual importância, provenientes do Superávit Financeiro de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I e § 2 da Lei Federal nº 4.320, de 14/03/1964, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, à conta do Município de Bom Jesus – Banco: 104 – Banco: Caixa Econômica Federal; Agência: 2758; Conta Corrente: 624.027-1.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus/RN, 21 de maio de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:03FA566D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 38/2025 – SMG.

DECRETO Nº 38/2025 – SMG.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais) para reforço de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 8º, Inciso III da Lei Orçamentária Anual nº 495, de 26 de novembro de 2024 – LOA 2025.

CONSIDERANDO que a evolução da receita e a tendência do seu crescimento para o fechamento do exercício, conforme demonstrado no Anexo I a este Ato e, que encontram amparo no inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais) proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender as dotações especificadas abaixo:

UNID. ORÇAMENTÁRIA:	08.701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO:	10 - SAÚDE	
SUBFUNÇÃO:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
PROGRAMA:	0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
PROJETO/ATIVIDADE:	1012 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
NATUREZA DA DESPESA:		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.990,00
TOTAL:		**R$ 10.990,00**
FONTE DE RECURSOS:	16013110 - TRANSF. REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TRANSF. DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS.	

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no Anexo I - Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação e Tendência do Exercício – Fonte: 16013110 - Transf. Rec. do SUS Prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Transf. Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus/RN, 28 de maio de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38/2025 DE 28 DE MAIO DE 2025	
ANEXO I	
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E TENDÊNCIA DO EXERCÍCIO	
Código de Classificação/Receita:	1321010132 - Remuneração de Depósitos Bancários - Invest. Rede de Saúde
Fontes:	16013110 - Transf. Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Transf. decorrentes de emendas parlamentares individuais

2025	TOTAL
Receita Orçada (janeiro a dezembro/2025):	R$ 1.000,00
Receita Arrecadada (janeiro a maio/2025):	R$ 11.887,81
Excesso de Arrecadação (janeiro a maio/2025):	R$ 10.887,81
Excesso de Arrecadação por Tendência de Exercício:	R$ 102,19
Créditos Adicionais Extraordinários (janeiro a maio/2025):	R$ 0,00
Excesso de Arrecadação Utilizado (janeiro a maio/2025):	R$ 0,00
Excesso de Arrecadação a Utilizar:	**R$ 10.990,00**

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:0E846355

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA 280/2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025(*)

PORTARIA 280/2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025(*)
O PREFEITO DO MUNICÍPIO BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal n º 001, de 11 de fevereiro de 2009.
RESOLVE:
Art 1º - Designar o servidor público municipal DEBORAH FIGUEIREDO FERREIRA DE ARAUJO, CPF 101.727.554-84, para a função de Interlocutor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que terá o dever gerenciar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica referente ao Ponto de Atendimento Virtual.

Parágrafo Único: Fica designado ainda na condição de Colaboradores(as), a servidor(a) ANDREA LÚCIA FERNANDES DE OLIVEIRA FREIRE, matrícula nº 0565431/2, CPF nº 915.689.604-25 e a servidor(a) NADJA RAFAELLY MEDEIROS DE ARAÚJO, matrícula: 561398, CPF nº 121.806.994-50, cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica referente ao Ponto de Atendimento Virtual.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2025

***Republicado por incorreção.**

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:6AF8D933

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 277/2025- SMG CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR DO MUNICÍPIO LIZIANE GOMES ALVES.

PORTARIA N°277/2025- SMG

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR (A) DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CHEFE DE GABINETE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, inciso VII e na forma do art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município, concomitante com o Decreto Municipal nº 004/2013:

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a Sra. LIZIANE GOMES ALVES, portadora do CPF nº XXX.616.164 -XX, Conselheira Tutelar, 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais) – conforme anexo do Decreto nº 18/2025, referente, referente **participação em Encontro Estadual Do Selo Unicef: 2025/2028** que será realizado no dia 10 de junho, na cidade de Natal/RN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus/RN, 04 de junho de 2025.

CARPEGIANE ALVES DE ASSIS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:47645680

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 278/2025- SMG CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR DO MUNICÍPIO OTONIEL BERNADINO DA SILVA.

PORTARIA N°278/2025- SMG

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CHEFE DE GABINETE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, inciso VII e na forma do art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município, concomitante com o Decreto Municipal nº 004/2013:
R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao Sr. OTONIEL BERNADINO DA SILVA, portador do CPF nº XXX.535.394-XX, Conselheiro Tutelar, 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais) – conforme anexo do Decreto nº 18/2025, referente **participação em Encontro Estadual Do Selo Unicef: 2025/2028** que será realizado no dia 10 de junho, na cidade de Natal/RN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus/RN, 04 de junho de 2025.

CARPEGIANE ALVES DE ASSIS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:9E4079F9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora **SABRINA BRENA GALVAO DE SOUZA**,CPF: 099.245.864-17,Nutricionista da Secretaria de Saúde Pública,designada para o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde,Matrícula nº 02004-4 , ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias 05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:941B719E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

***CONSIDERANDO** a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora MARIA EDUARDA DA SILVA LIMA,CPF: 116.399.524-03,Psicólogada APS da Secretaria de Saúde Pública,Matrícula nº 002002-8, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:CEEEF2B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 099/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

***CONSIDERANDO**o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

***CONSIDERANDO** a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora LUANA ANTUNES DA SILVA,CPF: 017.572.914-07,Psicólogada APS da Secretaria de Saúde Pública,Matrícula nº 02005-2, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:8E4DB47C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2025-GP-PMCN

PORTARIA Nº 100/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

***CONSIDERANDO**o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

***CONSIDERANDO** a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora **ELIDECIA TORRES BARBOSA**, Coordenadora do Programa Atenção Primária à Saúde - APS, CPF: 091.774.104-83, Matrícula nº 001903-8, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.
Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:1E74CD71

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidor Públicodo município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasaoservidorJOÃO VICTOR DE MIRANDA PAULINO, Fisioterapeutada APS da Secretaria de Saúde Pública, CPF: 074.577.004-55, Matrícula nº 02001-1, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:6F21049C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora DEBORAH DE ALMEIDA CRUZ FERREIRA,CPF: 091.611.824-00,Fisioterapeutada APS da Secretaria de Saúde Pública,Matrícula nº 002098-2, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:8A74C7C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora MAYNARA LUCAS DE SANTANA,CPF: 114.427.114-26,Assistente Socialda APS da Secretaria de Saúde Pública,Matrícula nº 002003-6, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:8B1799D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2025-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à ServidoraPúblicado município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO*o Decreto municipal nº 007/2021, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o pagamento de03 (três) 1/2 (meias)diáriasàservidora DANIELLE SILVA DE OLIVEIRA,CPF: 060.792.784-48,Auxiliar Administrativada Secretaria de Saúde Pública,ocupante da função de Técnica da Regulação Municipal,Matrícula nº 01899-6, ao preço unitário de R$: 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando um valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cincoreais) para custear despesas com alimentaçãoetransporte em Natal/RN, nosdias05, 06 e 07de junhodo corrente ano.

Justificativa:• Participar do 8º Congresso da Liga Contra o Câncer - O futuro da Saúde em Suas Mãos, a realizar-se no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º- Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 05de junhode 2025.

*Republicação, erro material.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:EEACAD84

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PESQUISA MERCADOLOGICA

PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais para as realizações das atividades educativas do programa saúde na escola – PSE no município de Caiçara do Norte/RN. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Irmã Aloizia, Centro – Caiçara do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: **setordecomprascn@gmail.com**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		Nº	BAIRRO:
CIDADE		UF:	CEP:
TELEFONE		PESSOA P/ CONTATO:	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais para as realizações das atividades educativas do programa saúde na escola – PSE no município de Caiçara do Norte/RN, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente.
ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	KIT SAÚDE DENTAL BUCAL INFANTIL COMPOSTO DE: * ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA, COM CAPA PROTETORA, COM CERDAS FLEXÍVEIS EM NYLON E CABEÇA ANATÔMICA; * FIO DENTAL 25 METROS, ENCERADO, COM FLÚOR E SABOR MENTA; * CREME DENTAL INFANTIL 50 GRAMAS, COM FLÚOR, SABOR TUTTI-FRUTI.	Kits	600		

Publicado por:
Gabriel Augusto Gualberto Barbosa
Código Identificador:B64EA80F

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, para contratação de empresa para aquisição maca retrátil a ser utilizada para transporte de pacientes durante atendimento de suporte a vida com transferência em decúbito horizontal, realizado por ambulância do serviço de atendimento de urgência municipal. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Irmã Aloizia, Centro – Caiçara do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: setordecomprascn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		Nº	BAIRRO:
CIDADE		UF:	CEP:
TELEFONE		PESSOA P/ CONTATO:	
EMAIL:			
DATA:			

COTAÇÃO DE PREÇO
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição maca retrátil a ser utilizada para transporte de pacientes durante atendimento de suporte

a vida com transferência em decúbito horizontal, realizado por ambulância do serviço de atendimento de urgência municipal

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MACA DE RESGATE RETRÁTIL STANDARD Montada com perfis em duro alumínio tubular leve e resistentes montados e fixados com pinos elásticos e parafusos; Possui sistema retrátil nas pernas de sustentação da base superior com acionamento manual do condutor; Possui sistema antiquedas, sendo ativado automaticamente em caso de desarmamento acidental da maca; Sistema regulável da cabeceira com 6 posições de altura, de 20 a 90 graus; Travamento e fixação do modelo dentro da ambulância; Capacidade máxima do paciente de até 200 kg; Cintos metálicos automotivos resistentes; Rodízios dianteiro giratórios sendo 1 c/ freio e 1 s/ freio de 5 (127 mm); Rodízios traseiro giratório sendo 1 c/ freio e 1 s/ freio de 5 (127 mm); Dimensões mínimas: Altura: 1,74m; Largura: 57cm; Colchonete costurado em courvin com material impermeável e espuma com densidade D33.	UND	03		

Publicado por:
Gabriel Augusto Gualberto Barbosa
Código Identificador:2F7DBE8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0708001/2022

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 0708001/2022 celebrado com a empresa CDH CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.666.364/0001-66. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 06 (seis) meses, compreendendo o período de 01/07/2025 a 31/12/2025. Essa prorrogação se refere à contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos com manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de reagentes, materiais e insumos necessários à realização de exames de análises clínicas, visando suprir as demandas do laboratório do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN. O valor total global é de R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 02 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária: 03010 – Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Sub função: 301 – Atenção Básica; Programa: 0007 – Gestão nos Serviços de Saúde; Ação: 2013 – Manutenção da Secretaria de Saúde – FMS; Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte: 15001002 –Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde. Data da Assinatura: 29/05/2025. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Samuel Borges Ponte - Representante Legal da empresa CDH CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA - CONTRATADA. Processo n° 80/2025.

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:E149A54B

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical da BANDA STYLLUS, a ser realizada no dia 14 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da empresa A P SILVA OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.223.711/0001-04, processo administrativo nº 115/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:CF5DF371

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical do cantor **LÉO FERNANDES**, a ser realizada no dia 11 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, em favor da empresa **50.837.936 JOAO LEONARDO FERNANDES FERREIRA**, inscrita no CNPJ nº **50.837.936/0001-40**, processo administrativo nº 116/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:C7981D39

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical do cantor **NALDINHO RIBEIRO**, a ser realizada no dia 12 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, em favor da empresa **RIZONALDO RIBEIRO BARBOSA 02819719430,** inscrita no **CNPJ nº 46.205.460/0001-57**, processo administrativo nº 117/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:08621863

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical de RAY PORTO, a ser realizada no dia 13 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em favor da empresa PULSE MUSIC PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.380.611/0001-90, processo administrativo nº 118/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:1CD15022

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical de FABINHO FERNANDES, a ser realizada no dia 13 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em favor da empresa I F PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.713.407/0001-94, processo administrativo nº 119/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:E0A38D77

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical de GIANNINI, a ser realizada no dia 14 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), em favor da empresa G M DE ALENCAR FERNANDES, inscrita no CNPJ nº 26.918.460/0001-97, processo administrativo nº 120/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:7348F1DF

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de serviço artístico para apresentação musical de JP FORROZADO, a ser realizada no dia 14 de junho de 2025, durante as festividades do CRV Junina, promovidas pelo município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor da empresa PDB PROMOCAO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.078.703/0001-73, processo administrativo nº 121/2025.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 05 de junho de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:7263015C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°051/2024– PROC. ADM. MC/ RN N° 2025.05.06.0004

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** EDUARDO DO NASCIMENTO DUDA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas n. 091.284.274-16; **OBJETO:** RENOVAÇÃO do Contrato Administrativo nº 060/2024, nos termos do item 5.1 da Cláusula Quinta, destinado a **locação de imóvel para o funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Bernadete**; **VALOR**: O valor mensal de **R$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), auferindo no final deste Instrumento um valor total de **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais); **VENCIMENTO: 21 de maio de 2025** e termo final em **21 de dezembro de 2025**, dando-se ao contrato o prazo total de 17 (dezessete) meses; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Contratante e EDUARDO DO NASCIMENTO DUDA – pela Contratada.
Caicó/RN, 20 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:F22B30C4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025 -Processo Administrativo n.° 2025.05.02.0025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** IMACULADA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS RELIGIOSOS LTDA, inscrita no CNPJ: 04.841.092/0001-93; **OBJETO:** Contratação do show musical da artista Irmã Kelly

Patrícia, programado para ocorrer no dia 27 de julho de 2025, como parte da programação oficial da Festa de Sant'Ana 2025.**VALOR TOTAL:** R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).; **VIGÊNCIA**: início na data de 04/06/2025 e encerramento em 31/12/2025. **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Contratante e **Kelly Patrícia Sampaio Rodrigues** – pela Contratada.

Caicó/RN, 04 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:0CF1047E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 525 / 2025

Considerando a legislação vigente no Município de Caicó/RN;

Considerando que a Administração Pública deve observar os Princípios da Legalidade e Moralidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, art. 57, inciso V, amparado pelos Artigos 58 e 59, inciso I da lei Municipal n° 425/1968 e de conformidade com os autos do Processo n° 2025.04.08.0007;

R E S O L V E:

Art. 1°- Fazer **READAPTAÇÃO DEFINITIVA,** de acordo com Laudo Médico, a Servidora, **ROSEMARY CORTÊS PEREIRA**, matrícula n° 1.1528/1, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:C77E8C46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 526 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.01.31.0024;**

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** redução da jornada de trabalho de 50% (cinquenta por cento), ao funcionário, **GIOVANNI BRITO MEDEIROS**, Veterinário, matrícula n° 1.1370/1, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, em conformidade com art. 3º, § 2º da Lei nº 5.321, de 12 de maio de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6E113601

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 527 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 513/2025 - SMISU;

R E S O L V E:

Art. 1° - DESIGNAR para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, com ônus para esta, a servidora **GIZELDA MEDEIROS**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.1627/1, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:8E00E64D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 529 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o **Processo nº 2024.04.25.0014;**

R E S O L V E:

Art.1º - **CONCEDER MUDANÇA DE NÍVEL DO QUADRO DO MAGISTÉRIO,** de **Professor PEM - LP/EII** para **Professor PEM – M/III,** a funcionária, **TEREZA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA,** matrícula n° 1.5181/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:A1C76B0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 524 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2025.05.21.0008;

R E S O L V E:

Art. 1°- **FAZER RETORNAR** a desempenhar as suas funções, em sua Secretaria de origem – (Secretaria Municipal Saúde), a servidora **MARIA DE FÁTIMA SARAIVA REZENDE COSTA,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1.4250/1, lotada na Secretaria Municipal Saúde, que havia sido concedida Licença com remuneração, por motivo de doença em pessoa da Família, pela Portaria nº 600/2024, de 19 de novembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 20 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:3FD635EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 528 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.05.14.0041;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **NILTON MEDEIROS**, Servente de Pedreiro, matrícula nº 1.0997/1, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:52D561EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 530 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a **Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33** e com base no **Processo n° 2021.02.05.0023;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação **com percentual de 7%**, pela conclusão do Curso de Enfermagem, a funcionária, **JACIMARA MARIA DE MEDEIROS SOUZA,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.4136/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:EC1A7673

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 531 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a **Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33** e com base no **Processo n° 2023.11.14.0003;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação **com percentual de 7%**, pela conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a funcionária, **MARIA JOSÉ DE MEDEIROS,** Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula n° 1.4919/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:48BA8646

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 532 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a **Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33** e com base no **Processo n° 2024.03.15.0032;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação **com percentual de 7%**, pela conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Tecnóloga, a funcionária, **ALCILENE OLIVEIRA DA SILVA,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.4088/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:76AF138B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 533 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a **Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33** e com base no **Processo n° 2024.02.28.0013;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação **com percentual de 50%**, pela conclusão do Curso de Mestre em Educação, Trabalho e Inovação em Medicina, ao funcionário, **IAKE FIGUEIRÊDO BEZERRA DE OLIVEIRA,** Educador Físico, matrícula n° 1.5803/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:F0D73660

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2024-PMCR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2024
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.358.723/0001-79. Empresa Registrada: J B F QUEIROZ OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 15.052.431/0001-79. Objeto: Prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços nº. 014/2024. Vigência do Aditivo: 04/06/2025 a 03/06/2026. Data da Assinatura: 03 de junho de 2025.

Município de Campo Redondo/RN -
RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO -
Prefeito Municipal /

J B F Queiroz Oliveira EIRELI -
FRANCISCO GILBERTO DE OLIVEIRA FERNANDES -
Representante Legal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:882B7A42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2025
RESULTADO FINAL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN			
GABINETE DO PEFEITO MUNICIPAL			
CNPJ N° 08.349.102/0001-29			
Praça Reinaldo Pimenta, 104 – centro – CEP: 59.780-000			
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2025			
RESULTADO FINAL			
DIRETOR			
Nº	**Nome**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**Situação**
01	Francisca Kaliana Fernandes	**16,5**	**APROVADA**
02	Wilton Firmino da Cruz	**16,2**	**APROVADO**
03	Francisco Antonio Alves da Silva	**16,0**	**APROVADO**
04	Eilson Carlos Fernandes Pimenta	**16,0**	**APROVADO**
05	Milca Lopes da Costa Almeida	**15,5**	**APROVADA**
06	Jeine Souza Sena	**15,3**	**APROVADA**
07	Ubirajara Brito de Morais	**15,3**	**APROVADO**
08	Antonia Edilma da Silva	**15,0**	**APROVADA**
09	Eliene Fernandes Bezerra	**14,8**	**APROVADA**
10	Silvanir Pereira da Silva	**14,0**	**APROVADA**
11	Nelson Rodrigues da Silva Júnior	**14,0**	**APROVADO**
12	Elandia Priscilla Chagas	**13,8**	**APROVADA**
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN			
GABINETE DO PEFEITO MUNICIPAL			
CNPJ N° 08.349.102/0001-29			
Praça Reinaldo Pimenta, 104 – centro – CEP: 59.780-000			
VICE DIRETOR			
Nº	**Nome**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**Situação**
01	Ginevra Benevides Gurgel	**15,0**	**APROVADA**
02	Sônia Maria Alves Silva	**15,0**	**APROVADA**
03	Rayssa Raiane dos Santos Ramalho	**14,5**	**APROVADA**
04	Francisca Maria da Silva	**13,5**	**APROVADA**
05	Maria de Fátima Maia Fernandes	**13,8**	**APROVADA**

Caraúbas-RN, 05 de junho de 2025.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:0F4F363B

SECRETARIA DE GOVERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2022 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/MF Nº 09.234.399/0001-40.

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA,CNPJ/MF nº09.234.399/0001-40**, com sede na Rod PB 321, S/N – KM 2,6, Fazenda Maraba, CEP: 58.895-000, Belem do Brejo do Cruz/PB, neste ato representada pelo **Sr. CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA BARRETO JUNIOR**, inscrito no CPF nº 031.xxx.xxx-22, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores,

e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente termo tem por objeto a renovação de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93 ás referente aprestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos líquidos do tipo classe I e II, em caminhão sugador com capacidade mínima de 15 metros cúbicos, contemplando fornecimento de equipamentos suficientes para movimentação interna e externa dos mesmos em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O presente termo aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, com duração de até 06 (seis) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com validade e eficácia legal condicionadas à publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 001/2022 a Pregão Presencial nº 005/2022 - Processo Administrativo n° 214004/2022 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Caraúbas/RN, 30 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN	CRIL Empreendimento Ambiental LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA BARRETO JUNIOR***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:FB8C127D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 48/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 48/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 4467/2025
A Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN**,** inscrito no CNPJ sob o n° 08.088.254/0001-15, com sede Av. Juvenal Lamartine, 200, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, por intermédio da sua Agente de Contratação, designada pela Portaria n° 515/2025, torna público que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do Art. 75, I, nos termos da Lei n° 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e para tanto manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO À REFORMA DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.
O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa de Licitação deverá ser EXCLUSIVAMENTE enviadas para o e-mail licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br, nos horários indicados a seguir:
1 – Início para recebimento das propostas: 08:00h, de 06/06/2025.
2 – Data e hora de término para recebimento das propostas: às 15:00h, do dia 11/06/2025.
3 – Solicitações de esclarecimentos de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de Licitação deverão ser efetuadas pelos interessados em participar do certame, através do e-mail **licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br**, ou presencialmente na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Juvenal Lamartine, 200, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, em até o término do recebimento das propostas.
Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de junho de 2025.

MARIA DA PAZ DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:06E5A0AD

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO o cancelamento da ata de registro de preços 93/2024, celebrada com a Empresa SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.344.050/0001-97, vencedora do pregão eletrônico 19/2024;
RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir o item o próximo colocado no processo de licitação, na modalidade pregão eletrônico 19/2024, a empresa:
NOVOS CONVOCADOS:
JR INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ: 17.570.889/0001-45.
Item 27 – BEBEDOURO DE MESA – quantidade 25 - marca ESMALTEC – valor unitário R$696,00.
Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:295FB28E

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 47/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 47/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 3006/2025
A Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN**,** inscrito no CNPJ sob o n° 08.088.254/0001-15, com sede Av. Juvenal Lamartine, 200, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, por intermédio da sua Agente de Contratação, designada pela Portaria n° 515/2025, torna público que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei n° 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e para tanto manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.
O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa de Licitação deverá ser EXCLUSIVAMENTE enviadas para o e-mail licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br, nos horários indicados a seguir:
1 – Início para recebimento das propostas: 08:00h, de 06/06/2025.

2 – Data e hora de término para recebimento das propostas: às 15:00h, do dia 11/06/2025.
3 – Solicitações de esclarecimentos de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de Licitação deverão ser efetuadas pelos interessados em participar do certame, através do e-mail **licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br**, ou presencialmente na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Juvenal Lamartine, 200, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, em até o término do recebimento das propostas.
Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de junho de 2025.

MARIA DA PAZ DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:437D8CD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 108/2025 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, de 05 de junho de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art 1° - Conceder ao Sr. LUIS EDUARDO DANTAS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Secretário Municipal de Saúde, **meia diária**, na importância de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficou o servidor autorizado a viajar para a cidade de João Pessoa/PB, no dia 03/06/2025, para participar de uma reunião na Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:30A13098

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2025

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2022

TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2025 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS E A EMPRESA A JOSE VALMIR DANTAS 96941839449.

Pelo presente instrumento, de um lado, o**MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Constitucional**, KLEYTON MEDEIROS DANTAS**, inscrito no CPF: 091.640.884-13, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, carnaúba dos Dantas/RN e, de outro lado,**JOSE VALMIR DANTAS 96941839449**, inscrita pelo CNPJ n° 13.006.842/0001-00, neste ato representado pelo senhor José Valmir Dantas, inscrito no CPF nº 969.418.394-49, residente na Rua Antônio Candido de Medeiros, 04, Bairro São José – Carnaúba dos Dantas/RN, celebram o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO FUNDAMENTO
Fundamenta-se o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no requerimento apresentado pela Empresa, no oficio 474/2025, na data de 15/05/2025; no Parecer Técnico controladoria de 28/05/2025, no contrato administrativo 05/2025, firmada entre as partes; no Edital de pregão presencial nº 002/2022; na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA II – DO OBJETO E DO VALOR
2.1.O presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro tem por objeto a alteração do preço dos valores na tabela abaixo, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado demonstrada na Planilha de Cálculo de Reequilíbrio Econômico Financeiro, de acordo com o art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

ITEM	DESCRIÇÃO DA ROTA DO VEÍCULO A SER UTILIZADO PARA O TRANSPORTE DE ESTUDANTES/TURNO	V. UNIT. CONTRATADO	V. UNIT. REEQUILIBRADO
01	Sitio Pedra Branca/Sítio Garrote/Ermo de baixo-Povoado Ermo. Turno - Vespertino.	R$ 3,70	R $ 3,93
02	Sitio Pedra Branca/Ermo de baixo Povoado Ermo. Turno - Matutino.	R$ 3,70	R $ 3,93
03	Riacho fundo/Ermo de cima Povoado Ermo. Turno - Vespertino	R$ 3,70	R $ 3,93

2.2. Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se-ão os novos valores registrados acima, a menos que o pedido de entrega tenha ocorrido antes do pedido de majoração dos preços, em conformidade com o Edital de tomada de preço nº 005/2025.

CLÁUSULA III – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas para a execução deste Termo de reequilíbrio econômico-financeiro correrão à conta do orçamento específico, conforme dotações consignadas no orçamento vigente.

CLÁUSULA IV – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas no contrato administrativo 005/2025.

CLÁUSULA V – DA PUBLICAÇÃO
5.1.O presente instrumento será publicado pelo**CONTRATANTE** em forma de extrato, no Diário Oficial, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, nos termos do disposto no Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.
5.2.E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no contrato administrativo 05/2025, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo indicadas.
Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Contratante

JOSE VALMIR DANTAS 96941839449
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:14B22000

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2025 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 006/2022

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 006/2022

TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2025 DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO N° 006/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS E A EMPRESA A JOSE AUGUSTO DANTAS.

Pelo presente instrumento, de um lado, o**MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Constitucional**, KLEYTON MEDEIROS DANTAS**, inscrito no CPF: 091.640.884-13, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, carnaúba dos Dantas/RN e, de outro lado,**JOSE AUGUSTO DANTAS**, inscrita no CNPJ 28.744.172.0001.99, CPF nº 085.088.164-13, com sede no Povoado Ermo, 270 - Zona Rural – Carnaúba dos Dantas/RN, celebram o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO FUNDAMENTO

Fundamenta-se o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no requerimento apresentado pela Empresa, no oficio 475/2025, na data de 15/05/2025; no Parecer Técnico controladoria de 28/05/2025, no contrato administrativo 06/2025, firmada entre as partes; no Edital de pregão presencial nº 002/2022; na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA II – DO OBJETO E DO VALOR

2.1.O presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro tem por objeto a alteração do preço dos valores na tabela abaixo, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado demonstrada na Planilha de Cálculo de Reequilíbrio Econômico Financeiro, de acordo com o art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

ITEM	DESCRIÇÃO DA ROTA DO VEÍCULO A SER UTILIZADO PARA O TRANSPORTE DE ESTUDANTES/TURNO	V. UNIT. CONTRATADO	V. UNIT. REEQUILIBRADO
01	Sitio Pinturas 2/Sítio Quarenta/Sítio Miradouro/Sitio/Currais/Povoado Ermo. Turno - Vespertino.	R$ 3,87	R$ 4,10
02	Sitio Pinturas 2/Sítio Quarenta/Sítio Miradouro/Sitio/Currais/Povoado Ermo. Turno - Matutino.	R$ 3,87	R $ 4,10

2.2. Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se-ão os novos valores registrados acima, a menos que o pedido de entrega tenha ocorrido antes do pedido de majoração dos preços, em conformidade com o Edital de tomada de preço nº 006/2025.

CLÁUSULA III – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas para a execução deste Termo de reequilíbrio econômico-financeiro correrão à conta do orçamento específico, conforme dotações consignadas no orçamento vigente.

CLÁUSULA IV – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas no contrato administrativo 006/2025.

CLÁUSULA V – DA PUBLICAÇÃO

5.1.O presente instrumento será publicado pelo**CONTRATANTE** em forma de extrato, no Diário Oficial, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, nos termos do disposto no Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

5.2.E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no contrato administrativo 06/2025, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Contratante

JOSE AUGUSTO DANTAS
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:1162C051

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA DE DIÁRIA Nº 055/2025 – FMAS C. DOS DANTAS/RN, 05 DE JUNHO DE 2025.

A GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 006/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências;

RESOLVE:

Art 1° - Conceder a Sr.ª **VERA LÚCIA BEZERRA**, matrícula: 18328, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo de Coordenadora da Proteção Social Especial, **duas meias diárias**, na importância de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)**, no valor unitário de R$ 120,00 (**cento e vinte reais**), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Caicó/RN, nos dias 11/06/2025 e 12/06/2025, a fim de participar do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Socieducação.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

ALCIENE ARAÚJO DA CRUZ
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Portaria Nº 006/2025-GP

Publicado por:
Dailma Joana de Medeiros
Código Identificador:5A7A6F0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA DE DIÁRIA Nº 056/2025 – FMAS C. DOS DANTAS/RN, 05 DE JUNHO DE 2025.

A GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 006/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências;

RESOLVE:

Art 1° - Conceder a Sr.ª **ROSENILDA SILVA DE MEDEIROS**, matrícula: 18178, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo de Pedagoga, **duas meias diárias**, na importância de **R$ 40,00 (quarenta reais)**, no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Caicó/RN, nos dias 11/06/2025 e 12/06/2025, a fim de participar do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Socieducação.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

ALCIENE ARAÚJO DA CRUZ
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Portaria Nº 006/2025-GP

Publicado por:
Dailma Joana de Medeiros
Código Identificador:151B2290

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM – CEARÁ-MIRIM-PREVI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2025
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN – CNPJ: 19.897.478/0001-94;
CONTRATADA: EMPRESA COMERCIAL RN LTDA, CNPJ: 20.306.919/0001-15.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 1.460,00 (mil quatrocentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Ceará-Mirim/RN, 05/06/2025.

ANA PAULA RAMALHO CÂMARA
Diretora Presidente – P/Contratante

EDUARDO ANTÔNIO VARELA DE GÓIS
Diretor Financeiro – P/Contratante

RICARDO BRUNO SILVA DOS SANTOS
Representante – P/Contratado

Publicado por:
Eduardo Antonio Varela de Gois
Código Identificador:E3407281

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM – CEARÁ-MIRIM-PREVI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2025
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN – CNPJ: 19.897.478/0001-94;
CONTRATADA: ELETRO PEÇAS LTDA - EPP, CNPJ: 08.286.262/0001-76.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS 195/55R16, NA FINALIDADE SUPRIR A NECESSIDADE DE TROCA, VEÍCULO TIPO FIAT/SIENA ESSENCI 1.6, ANO E MODELO 2016, COM PLACA Nº QGG7D55 – E CÓD. RENAVAM 01093284924 DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 2.593,28 (dois mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Ceará-Mirim/RN, 05/06/2025.

ANA PAULA RAMALHO CÂMARA
Diretora Presidente – P/Contratante

EDUARDO ANTÔNIO VARELA DE GÓIS
Diretor Financeiro – P/Contratante

KLEIBER ANTUNES FURTADO JÚNIOR
Representante – P/Contratada

Publicado por:
Eduardo Antonio Varela de Gois
Código Identificador:EEBD163F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

O Pregoeiro Oficial do Município de Ceará-Mirim/RN, torna pública a REPUBLICAÇÃO da licitação – PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025, que ocorrerá no dia 18 de Junho de 2025 às 10:00h (dez horas), objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA E PARCIAL DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AOATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E NO CENTRO DE REFERÊNCIA ODONTOLÓGICA DO MUNICÍPIO**. O edital, na íntegra, estará à disposição a partir das 14:00h do dia 06 de Junho de 2025, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações através do e-mail: cpl.cearamirim@gmail.com.

Ceará-Mirim/RN, 05/06/2025.

GILBERTO ALVES DA SILVA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:602E0BD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMODERATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 74, V, caput, da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, bem como do Parecer Jurídico, RATIFICO E AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA VICENTE JUSTINIANO BARBOSA, N.º 921-A, BAIRRO SANTA ÁGUEDA, PERTENCENTE A SENHORA BEATRIZ DA CRUZ COSTA, INSCRITA NO CPF SOB O N.º 199.202.614 91, PARA ACOMODAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO NICÁCIO DA COSTA BARBOSA., totalizando o valor global de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) mediante contratação direta.

Ceará-Mirim, RN, 05/06/2025.

FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTI PEREIRA
Secretário Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:85D66AD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 031 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA – SMEB Nº 031 DE 05 DE JUNHO DE 2025

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1° Designar **JANILSON COSTA DE SOUZA** para exercer a função de Gestor Fiscal dos Contratos e Atas de Registro de Preço inerentes ao Transporte Escolar e Abastecimento da frota própria da Secretaria Municipal de Educação Básica, junto a esta Secretaria Municipal de Educação Básica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 28 de março de 2025.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala de Despachos no Gabinete do Secretário Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 05 de junho de 2025.

FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTI PEREIRA
Secretário Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Maria Eduarda Das Neves Souza
Código Identificador:7FAAE4F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 475/2025

DECRETO Nº 475/2025 Cerro Corá/RN, 05 de junho de 2025.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE DÍVIDA RELATIVA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TRABALHADORES VINCULADOS AO CENTRO SOCIAL SANTA ZITA, APÓS O TÉRMINO DO CONTRATO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE CERRO CORÁ/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e **CONSIDERANDO** a celebração de Contrato de Parceria nº 069/2021, entre o **MUNICÍPIO DE CERRO CORÁ e o CENTRO SOCIAL SANTA ZITA**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.137.325/0001-22, no ano de 2021, visando à execução de atividades e serviços na área social;

CONSIDERANDO que o Centro Social sinalizou a intenção de celebrar o aditivo ao referido Contrato de Parceria, porém, posteriormente, a diretoria decidiu não efetivar a aditivação para o exercício de 2025, apesar de as atividades e serviços continuarem a ser prestados;

CONSIDERANDO que, em decorrência da ausência de aditivação contratual, 14 (catorze) trabalhadores, que atuavam junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no Programa Criança Feliz e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, deixaram de receber as verbas trabalhistas devidas;

CONSIDERANDO a comprovação, mediante documentos e informações constantes nos Processos Administrativos nº 1.521, 1.524,1.525,1.526,1.527, 1.528, 1.529, 1.531, 1.532, 1.533, 1.534, 1.535, 1.536, 1.537/2025, da prestação de serviços pelos referidos trabalhadores, no âmbito do Programa Criança Feliz e do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Procuradoria Municipal e o parecer Técnico da Controladoria Geral do Município, manifestando-se pela legalidade do reconhecimento da dívida e pela necessidade de quitação das verbas trabalhistas em questão;

CONSIDERANDO o princípio da vedação ao enriquecimento ilícito da Administração Pública, conforme disposição do artigo 37 da Constituição Federal e o princípio da moralidade administrativa, visando a necessidade de regularização da situação financeira dos envolvidos;

CONSIDERANDO que, em virtude do ocorrido, o pagamento referente ao mês de abril de 2025 será realizado por meio de indenização;

CONSIDERANDO que os meios executórios para um processo de chamada pública, através do processo administrativo nº 505/2025 já está em curso para a contratação de uma nova associação ou prestador de serviços para a execução das atividades;

CONSIDERANDO que a continuidade dos serviços públicos é essencial para o atendimento da população e que sua paralisação poderia gerar prejuízos sociais e administrativos;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a dívida da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN perante os 14 (catorze) trabalhadores, relacionados na tabela anexa a este Decreto, a título de salário referente aos serviços prestados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, durante todo o mês de maio de 2025, nos termos da descrição individualizada constante na tabela anexada.

Art. 2º A tabela anexa a este Decreto, descrevendo os serviços prestados por cada trabalhador, o período de trabalho e o valor total da dívida, passa a fazer parte integrante deste ato.

Art. 3º Autoriza-se a Secretaria Municipal de Finanças a efetuar o pagamento das verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores relacionados na tabela anexa a este Decreto, no valor total global de R$ 21.734,00, em parcela única na data da publicação desse decreto, a título de indenização.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN, EM 05 DE JUNHO DE 2025.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

ANEXO – DECRETO MUNICIPAL N° 475/2025

CREDOR	CPF	FUNÇÃO	VALOR
JULLYANA BEATRIZ MATOS DE MEDEIROS	***.312.734-**	SUPERVISOR DO PROGRAMA	R$ 2.000,00
MANOEL ADRIANO DE OLIVEIRA	***.912.974-**	VIGIA	R$ 1.518,00
ANTÔNIO MARCOS DA SILVA	***.957.564-**	ORIENTADOR SOCIAL	R$ 1.518,00
EVANDO PEREIRA DE ARAUJO	***.670.074-**	ORIENTADOR SOCIAL	R$ 1.518,00
GILDEMAR FERNANDES DA SILVA	***.079.654-**	VIGIA	R$ 1.518,00
JANECLEIDE MOURA FELIX	***.566.474-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
JESSICA MICAELE DE MEDEIROS	***.673.904-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
JOSE GIANO PEREIRA	***.860.904-**	VIGIA	R$ 1.518,00
LARISSA ROSANA DA SILVA	***.313.894-**	ASG	R$ 1.518,00
LENILDA CORDEIRO DOS SANTOS	***.594.814-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
MARIA VILMA FERREIRA MARANHÃO	***.861.174-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
MARIA MATILDE COSTA DE LIMA	***.088.874-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
RITA DENIZE DOS SANTOS	***.739.364-**	VISITADOR	R$ 1.518,00
ERICA IANNY DA SILVA MARTINS	***.315.824-**	ORIENTADOR SOCIAL	R$ 1.518,00
TOTAL			**R$ 21.734,00**

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:BF2B396B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2025 – INEXIGIBILIDADE 024/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1420/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.626.845/0001-92. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "RAYNEL GUEDES" no dia 14 de junho de 2025 (sábado), duração mínima de 01h40m (uma hora e quarenta minutos), para a programação da "FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA 2025" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 024/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1420/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 04 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Rogério Medeiros de Cabral Junior – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:30AB7A0F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISTRATO DE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2025

EXTRATO DE DISTRATO DE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN inscrita no CNPJ sob nº 08.173.502/0001-26 com sede na Praça Tomaz Pereira, n° 01, Centro, Cerro Corá/RN.

CONTRATADO: POSTO RM EPP, inscrito no CNPJ sob o n° 07.939.638/0001-31, sediado no Sitio Clavinote, Rod 087, Km 02 - SN, Zona Rural, Lagoa Nova/RN, CEP: 59390-000.

OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a rescisão unilateral, por acordo entre as partes, a partir do dia 01 de julho de 2025, da Ata de Registro de Preços n° 001/2025 do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** celebrado entre as partes acima qualificadas que tem como objeto**:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, DIESEL S500 E DIESEL S10) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN.

JUSTIFICATIVA: O presente TERMO DE DISTRATO foi motivado por conveniência da CONTRATANTE devidamente justificado através do Parecer Técnico n° 001/2025 da Controladoria Geral do município.

BASE LEGAL: Artigo 86, Inciso II, da **Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021.**

Cerro Corá/RN, 05 de junho de 2025.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:5F879EE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

O Agente de Contratação - Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, torna público para conhecimento dos interessados que oPregão Eletrônico nº 034/2025, cujo objeto é a Aquisição contínua de combustíveis (gasolina comum, diesel s500 e diesel s10) para atender as necessidades da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, e-mail: licitacaocerrocora@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, no horário das 08h:00 às 13h:00 de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta às10h:00m (horário de Brasília) do dia 18/06/2025.Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo telefone: (84) 3488-2478 ou através do e-mail: licitacaocerrocora@gmail.com. Site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Cerro Corá/RN, 05 de junho de 2025

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
Agente de Contratação
Pregoeiro

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:56EE4175

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 383/2025/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia **04 de junho de 2025**, na edição **nº. 33551** e código identificador: **3EB57101.**

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - 03 de maio de 2025.
PÁLACIO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ – RN, 03 de maio de 2025.

LEIA-SE –
Art. 1 - 06 de maio de 2025.
PÁLACIO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ – RN, 03 de maio de 2025.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:CACAED1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010406/2025

a) **Contrato nº 010406/2025**, firmado em 04/06/2025, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL e F. IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS E FESTAS LTDA CNPJ 27.141.623/0001-30; b) Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA F. IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS E FESTAS LTDA, PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NOS DIAS 06, 07 E 08 DE JUNHO DO ANO EM CURSO, DAS ATRAÇÕES – JOYCE TAYNÁ, EDYR VAQUEIRO E ARNALDINHO NETTO, DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) CAPRIFEIRA DESTE MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN; c) **Fundamento Legal**: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e vincula-se a **Inexigibilidade de Licitação nº 018/2025**; d) **Vigência**: até o fim do exercício financeiro; e) **Valor Global**: R$ 230.000,00 f) Signatários: pelo Contratante, THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO e, pelo Contratado, FERNANDO IVO DE MACEDO.

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:1C70CC78

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010506/2025

a) **Contrato nº 010506/2025**, firmado em 05/06/2025, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL e A K B DA COSTA CNPJ 60.615.319/0001-53; b) Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA A K B DA COSTA, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 08 DE JUNHO DO ANO EM CURSO, DA ATRAÇÃO – ANDRIELLY COSTA, DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) CAPRIFEIRA DESTE MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN; c) **Fundamento Legal**: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e vincula-se a **Inexigibilidade de Licitação nº 023/2025**; d) **Vigência**: até o fim do exercício financeiro; e) **Valor Global**: R$ 25.000,00 f) Signatários: pelo Contratante, THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO e, pela Contratada, ANDRYELLY KAREM BEZERRA DA COSTA.

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:0BBB2825

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020406/2025

a) **Contrato nº 020406/2025**, firmado em 04/06/2025, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL e FLAY INVESTIMENTOS & ENTRETENIMENTOS LTDA CNPJ 58.898.002/0001-20; b) Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FLAY INVESTIMENTOS & ENTRETENIMENTOS LTDA, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 07 DE JUNHO DO ANO EM CURSO, DA ATRAÇÃO – FLAY, DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) CAPRIFEIRA DESTE MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN; c) **Fundamento Legal**: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e vincula-se a **Inexigibilidade de Licitação nº 022/2025**; d) **Vigência**: até o fim do exercício financeiro; e) **Valor Global**: R$ 150.000,00 f) Signatários: pelo Contratante, THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO e, pelo Contratado, PEDRO GOMES DA SILVA NETO.

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:5B261506

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo de alteração quantitativa ao contrato Nº 01192003/2025, Firmado em 04 de junho de 2025, da aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza, destinados as necessidades e manutenção das Secretarias e demais setores públicos deste Município; **Contratante**: Prefeitura Municipal de Coronel de Coronel Ezequiel/RN, CNPJ Nº 08.158.669/0001-18; **Contratado(a)**: TELES WILKINSON DE MEDEIROS PONTES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.775.970/0001-08; **Objeto**: Acréscimo de 25% do total inicial do contrato, compreendendo o valor de R$ 55.397,50 (cinquenta e cinco mil, trezentos noventa e sete reais e cinquenta centavos), para atendimento das demandas administrativas, nos limites permitidos por Lei; **Fundamento Legal**: Art. 124, inciso I, alínea b, c/c Art. 125, da Lei nº 14.133/2021; **Adequação Orçamentária**: 03.001 - Sec. Mun. de Administração, 2009 – Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Administração, 339030 MATERIAL DE CONSUMO; 06.001 - Sec. Mun. de Educação, 2025 - Manutenção das Ações do Programa da Alimentação Escolar/PNAE- FUNDAMENTAL, 2038 - Manutenção das Ações do Programa da Alimentação Escolar/PNAE INFANTIL, 339030 MATERIAL DE CONSUMO; 08.002 - Fundo Municipal de Saúde, 2061 - Manut. das Ações do Fundo Municipal de Saúde, 339030 MATERIAL DE CONSUMO; 09.002 - Fundo Municipal de Assistência Social, 2086 - Manut. das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social, 339030 MATERIAL DE CONSUMO; **Signatários**: **Pelo Contratante**, Thales Watson Farias de Azevedo, Prefeito de Coronel Ezequiel/RN; **Pelo(a) Contratado(a)**, Teles Wilkinson de Medeiros Pontes, Representante Legal.

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:A09CBF9B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº 023/2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA A K B DA COSTA, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 08 DE JUNHO DO ANO EM CURSO, DA ATRAÇÃO – ANDRIELLY COSTA, DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) CAPRIFEIRA DESTE MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN, em favor de A K B DA COSTA, inscrito no CNPJ 60.615.319/0001-53, no valor global de R$ 25.000,00 **(vinte e cinco mil reais)**.

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 05 de Junho de 2025.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:F9D3E97B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 229, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pela Lei Federal nº 14.133/2021,

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Dos Agentes
Seção I
Do Agente de Contratação e do Pregoeiro

Art. 2º. O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, é o agente público designado pelo Chefe do Executivo Municipal, entre servidores efetivos ou comissionados do quadro da Administração Pública Municipal, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
§1º Somente poderá ser designado como agente de contratação, o servidor público que possua capacitação em curso de Pregoeiro, formação de agente de contratação ou de licitações e contratos administrativos atestada por certificação
§2º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 3º. São atribuições dos Agentes de Contratação:

I - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna do processo de contratação, podendo assinar conjuntamente com o setor demandante peças do processo de planejamento, desde que não ofensa o princípio da segregação de função;

II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
IV - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
V - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
VI - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
VII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
VIII - verificar e julgar as condições de habilitação;
IX - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;
X - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
XI - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
XII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
XIII - indicar o vencedor do certame;
XIV - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
XV - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;
XVI - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;
XVII - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;
XVIII- propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XIX - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

Seção II
Do Equipe de Apoio

Art. 4º. A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pelo(a) Chefe do Executivo Municipal, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, dentre os servidores públicos efetivos ou comissionados, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação.

Seção III
Da Comissão de Contratação

Art. 5º. A comissão de contratação permanente ou especial deverá ser formada por, no mínimo, 03 (três) membros, dentre servidores efetivos e/ou comissionados pertencentes ao quadro da Administração Pública Municipal.

Art. 6º. Caberá à comissão de contratação:
I - substituir o agente de contratação quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais;
II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo.
Parágrafo único - Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I docaput, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
Seção IV
Do Gestor do Contrato

Art. 7º. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Executivo Municipal, ou por quem ele delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

Art. 8º. São atribuições do Gestor de Contrato:
I - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
II - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
III - acompanhar a execução do cronograma físico financeiro dos contratos, do saldo dos valores contratados, e dos valores empenhados;
IV - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
V - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da administração e planejamento orçamentário e financeiro;
VI – opinar sobre a renovação, prorrogação ou alteração dos contratos, ou sobre a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da administração;
VII - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
VIII - encaminhar os processos de pagamento, após certificada a nota fiscal pelo fiscal do contrato, quando for o caso;
IX - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
X - exigir dos fiscais a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato;
XI - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização dos contratos;
XII - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
Seção V
Do Fiscal do Contrato

Art. 9º. O fiscal de contrato é o servidor efetivo ou comissionado da Administração Pública, designado pelo Executivo Municipal ou por quem este delegar, para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato e/ou ata de registo de preço celebrado.

Art. 10. São atribuições do Fiscal de Contrato:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
VI - comunicar o gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação;
VII - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
VIII - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
IX - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
X - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
XI - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais

subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

Seção VI
Dos Requisitos para a designação

Art. 11. O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:
I - ser, preferencialmente, servidor efetivo do quadro permanente da administração pública municipal;
II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação; e
III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
§ 1º - Para fins do disposto no inciso III docaput, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com a Administração Pública Municipal evidencie significativa probabilidade de novas contratações.
§ 2º - A vedação de que trata o inciso III docaputincide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

Seção VII
Dos Terceiros contratados

Art. 12. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:
I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e
II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Seção VIII
Do Assessoramento Jurídico e de Controle Interno

Art. 13. Além das hipóteses expressamente previstas neste Decreto, os agentes públicos mencionados poderão solicitar assessoramento jurídico e de controle interno, no respectivo âmbito de suas atribuições legais, por meio de consulta específica que delimite expressamente o objeto de questionamento, a fim de que sejam dirimidas dúvidas e prestadas informações relevantes para prevenir riscos no procedimento licitatório ou na execução contratual.

CAPÍTULO II
Do Planejamento das Contratações
Seção I
Do Estudo Técnico Preliminar - ETP

Art. 14. Considera-se Estudo Técnico Preliminar – ETP odocumento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
§1º O Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.
§2º O Estudo Técnico Preliminar deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, além deoutros instrumentos de planejamento, e será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante.

Subseção I
Dos Elementos do Estudo Técnico Preliminar – ETP

Art. 15. O Estudo Técnico Preliminar conterá com os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - requisitos da contratação;
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
Parágrafo Único - O Estudo Técnico Preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Subseção II
Das Exceções Do Estudo Técnico Preliminar - ETP

Art. 16. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será facultada:
I - nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor, nos termos do art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021;
II - nas hipóteses de dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 2021;
III – nas hipóteses de convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, nos termos do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;
IV – nas contratações rotineiras para a aquisição de bens e prestação de serviços de natureza comum, onde a solução apontada em contratações anteriores se demonstre vantajosa à Administração Municipal, inclusive em decorrência de estudos técnicos preliminares já realizados.
V – nas hipóteses de inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, nos termos do art. 74, II da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Único – Será dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar nas hipóteses de Dispensa de Licitação em razão de licitação deserta ou fracassada, nos termos do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Seção III
Do Termo de Referência

Art. 17. O Termo de Referência é o documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para

caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, capazes de permitir a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato.

§ 1ºO termo de referência deverá ser elaborado de acordo com os requisitos previstos no inciso XXIII docaputdo art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e deverá conter as seguintes informações:

I -definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

II -fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

III -descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IV -requisitos da contratação;

V -modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

VI -modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII -critérios de medição e de pagamento;

VIII -forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX -estimativas do valor da contratação, acompanhadas, quando couber, dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

X -a adequação orçamentária e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

XI -especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

XII -indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

XIII -especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV -avaliação da necessidade de inserir como obrigação do contratado a execução de logística reversa;

XV -formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso.

§ 2º O termo de referência deverá ser elaborado pelo órgão ou entidade demandante, podendo ser auxiliado por outros órgãos ou setores com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

Subseção I
Das Exceções do Termo de Referência

Art. 18. Será dispensada a elaboração do Termo de Referência nas hipóteses de Dispensa em razão de licitação deserta ou fracassada, nos termos do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de adesão à ata de registro de preço e prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Parágrafo Único – Nas adesões a atas de registro de preços de que trata ocaput, o Estudo Técnico Preliminar deverá conter as informações que bem caracterizam a contratação, tais como o quantitativo demandado e o local de entrega do bem ou de prestação do serviço.

CAPÍTULO III
Seção I
Da Pesquisa de Preço

Art. 19. A pesquisa de preço tem como objetivos:

I - fixar o preço estimado e justo do objeto da contratação, inclusive seus aditivos, visando à seleção da proposta mais vantajosa;

II - delimitar os recursos orçamentários necessários para a contratação;

III - definir a forma de contratação;

IV - identificar a necessidade de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes cujo valor se enquadre nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

V - identificar a existência de sobrepreços;

VI - identificar a existência de fraude, simulação ou qualquer outro mecanismo que vise a frustrar a legitimidade da pesquisa de preços, inclusive jogos de planilhas;

VII - impedir a utilização de preços inexequíveis ou excessivamente elevados;

VIII - servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas;

§ 1º Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto neste Capítulo.

§2º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, como prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Seção II
Dos Parâmetros da Pesquisa de Preço

Art. 20. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, ou por consulta de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

VI – ampla pesquisa junto a fornecedores, inclusive por meio eletrônico, telefone ou consulta a bancos de preços oficiais;

VII – registro da metodologia utilizada para obtenção dos preços;

VIII – adoção de critérios de isonomia e objetividade;

IX – a pesquisa de preços poderá ser precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em receber propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;

§ 1º - Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º - Para fins do inciso II do caput, o índice de atualização de preços a ser utilizado será o IPCA-E.

§ 3º - Para fins de pesquisa de preço direta junto a fornecedores, na forma prevista no inciso IV do caput, a Administração poderá obter cotações de preço por meio de solicitação de cotação publicada no Diário Oficial do Município, envio de e-mail para fornecedores ou prestadores de serviço que tenham celebrado contratos ou atas de registro de preço com a Municipalidade, bem como por meio de cotação eletrônica.

Seção III
Da Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 21. Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 20 deste Decreto, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
§1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.
§2º Salvo quando estabelecido de forma diversa e justificada nos autos, serão considerados:

I - preços excessivos, aqueles que sejam superiores a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços;
II - preços inexequíveis, aqueles que sejam inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços.

Seção IV
Da Pesquisa de Preço na Contratação Direta

Art. 22. Nas contratações diretas, aplica-se o disposto no art. 20 deste Decreto.
§1º Nos casos de inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 20, a justificativa de preços se dará mediante comprovação dos preços praticados pelo contratado em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, ou por outro meio idôneo devidamente justificado.
§2º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, especialmente nas hipóteses em que se comprove a impossibilidade de obtenção de pesquisa de preço nos moldes do art. 20, incisos I e II.
§3º O procedimento do parágrafo anterior será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores, na forma do art. 20, inciso IV.

Seção V
Da pesquisa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia

Art. 23. O preço global de referência para contratação de obras e serviços de engenharia é o valor do custo global de referência e, quando for o caso, acrescido do percentual de benefícios e despesas indiretas - BDI de referência e dos encargos sociais cabíveis.
§1º As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes.
§2º Deverão fazer parte da documentação que integra o orçamento-base que instrui o procedimento licitatório:
I - anotação de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração do orçamento-base da licitação, inclusive suas eventuais alterações; e
II - declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do Sistema utilizado.
§3º Na elaboração do orçamento de obras e serviços de engenharia deverão ser definidos os critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, com fixação de preços máximos para ambos, os quais deverão constar no edital.
§4º O edital deve vedar expressamente a aceitação de preços unitários acima dos previstos no orçamento da Administração.

Seção VI
Da pesquisa de preço para contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 24. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, o preço estimado será definido em planilha de composição de custos, observando, no que couber, o disposto neste Decreto.
§1º Os itens da planilha de composição de custos cujo valor não seja determinado por lei ou acordo trabalhista deverão ser fixados da mesma forma definida no art. 20 deste Decreto para o cálculo do preço estimado do bem ou serviço em geral.
§2º Nas renovações e prorrogações contratuais, a demonstração da vantajosidade deve ocorrer mediante comparação da planilha de composição de custos vigente na contratação com a planilha de composição de custos de uma possível nova contratação.

Seção VII
Da pesquisa de preço para locação de imóveis

Art. 25. O preço máximo da locação de imóveis em que a Administração Pública seja locatária será definido por avaliação oficial.
§1º O valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado, devendo a Administração Pública se esforçar para ajustar valores mais vantajosos.
§2º Nos aditivos e apostilamentos para reajuste e prorrogação contratual, o preço contratual poderá ser definido mediante simples reajuste do valor indicado no contrato, de acordo com o índice de reajuste previsto no respectivo contrato ou, quando não previsto, pelo IPCA-E
§3º Na locação de imóveis, para fins de demonstração da vantajosidade da contratação, a Administração deverá considerar, além do preço estimado do bem, o seu estado de conservação, e os custos de adaptações, bem como, quando imprescindíveis para a necessidade de sua utilização, deverá observar o prazo de amortização dos investimentos.

CAPÍTULO IV
Da Participação
Seção I
Da Participação de Pessoas Físicas

Art. 26. Para efeito deste Decreto, considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

Art. 27. Os editais ou os avisos de contratação direta deverão possibilitar a contratação das pessoas físicas de que trata o art. 26, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição.
Parágrafo único. Não se aplica o disposto nocaputquando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

Art. 28. O edital ou o aviso de contratação direta deverá conter, dentre outras cláusulas de que exigência da pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.
Parágrafo único. O valor de que trata o caput deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CAPÍTULO V
Da Contratação Direta
Seção I
Da Dispensa em Razão do Valor

Art. 29. A Dispensa de Licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser realizada presencialmente ou sob a forma eletrônica.

§1º Quando da execução de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, apenas poderá ser realizada dispensa em razão do valor sob a forma eletrônica.
§2º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:
I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e
II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
§3º As Atas de Registro de Preço e os contratos decorrentes de Dispensa de Licitação em razão do valor poderão ter suas vigências prorrogadas, na forma que preceitua o presente Decreto, desde que respeitados os limites mencionados no parágrafo anterior.

Seção II
Do Procedimento

Art. 30. O procedimento de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão de escolha do contratado;
VII- justificativa de preço, se for o caso; e
VIII - autorização da autoridade competente.

Art. 31. Na hipótese de Dispensa de Licitação em razão do valor, a Administração Municipal deverá inserir no aviso ou no instrumento Convocatório as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação a que se refere este Decreto:
I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;
II - as quantidades e o preço estimado de cada item;
III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
IV - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
V - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
VI - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
VII - a data, local e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço ou plataforma eletrônica onde ocorrerá o procedimento, quando for o caso.

§1º Nas hipóteses de contratação de obras e serviços de engenharia, conforme disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de proposta de preço não será inferior a 05 (cinco) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

§2º Nas hipóteses de contratação de bens e serviços, conforme disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de proposta de preço não será inferior a 03 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.
§3º Na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, onde a estimativa de preços for realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 30, §2ºdeste Decreto, fica dispensada a abertura de procedimento para envio de novas propostas na forma prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Seção III
Do Fornecedor

Art. 32. Nas hipóteses de Dispensa em razão do valor sob a forma eletrônica, o fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:
I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
V - o cumprimento do disposto noinciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 33. Nas hipóteses de Dispensa de Licitação, sob a forma presencial, o fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará proposta para o endereço eletrônico informado, ou se fará presente ou representado por preposto/procurador na data, no local e no horário estabelecido para abertura do procedimento, conforme o caso.
Parágrafo Único. Aplica-se a Dispensa sob a forma presencial, no que couber, os dispositivos do art. 32 deste Decreto.
Seção IV
Do Julgamento

Art. 34. Encerrado o procedimento de envio de lances, quando houver, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
§1º Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Administração Municipal poderá negociar condições mais vantajosas.
§2º Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos deste Decreto, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.
§3º Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 35. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Art. 36. Definida a proposta vencedora, deverá ser solicitada o envio da proposta readequada, e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.
Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.
Seção V
Da Habilitação

Art. 37. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O envio e a verificação dos documentos de que trata o caput serão realizados no sistema utilizado pela Administração Municipal, quando a Dispensa for sob a forma eletrônica, ou, quando sob a forma presencial, em sessão ou através do e-mail institucional informado no aviso de contratação direta, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos documentos habilitatórios.
§2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no §1º, a Administração Municipal poderá solicitar ao vencedor, no prazo definido no aviso de dispensa de licitação, o envio desses por meio do sistema, e-mail ou protocolo presencial, conforme o caso.

Art. 38. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no artigo anterior, o fornecedor será habilitado.
Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Seção VI
Do Procedimento fracassado ou deserto

Art. 39. No caso do procedimento restar fracassado, a Administração Municipal poderá:
I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses do procedimento restar deserto.

Seção VII
Da Adjudicação e da Homologação

Art. 40. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO VI
Dos Procedimentos Auxiliares
Seção I
Do Sistema de Registro de Preço
Subseção I
Da Adoção

Art. 41. O Sistema de Registro de Preço poderá ser adotado quando julgado pertinente pela Administração Pública Municipal, em especial:
I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou Secretaria, via compra centralizada;
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.
Parágrafo único. No caso de contratação de execução de obras e serviços de engenharia, o sistema de registro de preços poderá ser utilizado desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizado, sem complexidade técnica e operacional; e
II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado

Subseção II
Do Órgão ou da Entidade Gerenciadora

Art. 42. Caberá à Administração Pública Municipal, na condição de órgão ou entidade gerenciadora, a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preço, em especial:
I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP, estabelecendo, quando for o caso, o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços - IRP:
a) os quantitativos considerados ínfimos;
b) a inclusão de novos itens; e
c) os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações;
III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços;
IV - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades da contratação;
V - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação ou contratação direta e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive no caso de compra centralizada;
VI - confirmar junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser contratado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
VII - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
VIII - remanejar os quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos neste Decreto;
IX - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta, bem como todos os atos decorrentes, tais como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;
X - gerenciar a ata de registro de preços;
XI - conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados;
XII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta.
XIII - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços, nos termos de lei municipal;
XIV - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de 90 dias previsto para a contratação solicitada, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.
Parágrafo Único. Os procedimentos constantes dos incisos I a VI do caput serão efetivados antes da elaboração do edital, do aviso de dispensa de licitação ou do ato que a torne inexigível.

Subseção III
Do Órgão ou da Entidade Participante

Art. 43. O órgão ou entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, competindo-lhe:
I - registrar sua intenção de participar registro de preços, acompanhada:
a) das especificações do item ou termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte;
b) da estimativa de consumo; e
c) do local de entrega
II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pela Administração Pública Municipal, na condição de órgão ou entidade gerenciadora, acompanhada das informações referidas nas alíneas do inciso I e da respectiva pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

IV – manifestar junto à Administração Pública Municipal, na condição de órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
V - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
VI - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
VII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo particular signatário e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
IX - prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

Subseção IV
Do Procedimento para o Registro de Preço
Da Intenção de Registro de Preço

Art. 44. A Administração Pública Municipal, na condição de órgão ou entidade gerenciadora, poderá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Municipais.
Parágrafo Único - O prazo de que trata o caput será contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação da intenção de registro de preços no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Subseção V
Da Licitação
Do Critério de julgamento

Art. 45. Será adotado o critério de julgamento por menor preço ou maior desconto sobre o preço estimado ou tabela de preços praticada no mercado.

Art. 46. Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, desde que:
I – o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos seja indicado no edital; e
II – a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens ocorra a partir de prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Parágrafo Único. A demonstração da vantagem que se refere o inciso II poderá ser igualmente demonstrada através da utilização da pesquisa prévia de mercado realizada na fase interna do processo de contratação, desde que tenha se utilizado nos parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 20 deste Decreto.
Subseção VI
Das Modalidades

Art. 47. O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade de concorrência ou de pregão.
Parágrafo Único. O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços.
Subseção VII
Da disponibilidade orçamentária
Da Indicação

Art. 48. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Subseção VIII
Da Ata de Registro de Preço
Da Formalização e cadastro de reserva

Art. 49. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e
III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
§1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
§2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.
§3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o §1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:
I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste Decreto.
§4º - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Subseção IX
Da Assinatura

Art. 50. Após os procedimentos de que trata o artigo anterior, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Decreto.

Parágrafo Único. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

Art. 51. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 51, e observado o disposto no §3º do art. 50, fica facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 52. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Subseção X
Da Vigência

Art. 53. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
I – comprovação de vantagem econômica para a Administração, mediante justificativa técnica, pesquisa de preços e manifestação do setor requisitante;
II – anuência expressa do fornecedor registrado;

III – manutenção das condições originais da contratação, especialmente quanto aos preços registrados;
IV – haja cláusula expressa no edital e na respectiva ata de registro de preços permitindo a renovação;
V – na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação os quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.
VI – a prorrogação da ata de registro de preços deverá ocorrer dentro do prazo de sua vigência.

Parágrafo Único - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida nos termos deste Decreto.

Subseção XI
Do acréscimo dos quantitativos

Art. 55 - O acréscimo do quantitativo de item previsto na Ata de Registro de Preço vigente poderá ser realizado desde que:

I - seja devidamente justificado pela necessidade superveniente e não previsto inicialmente, com base em relatório técnico ou solicitação formal do órgão demandante; II – o percentual de acréscimo não exceda o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo originalmente previsto para o item registrado na Ata de Registro de Preços;
III – seja garantida a manutenção das condições inicialmente pactuadas na Ata de Registro de Preços, especialmente no que se refere a preços, prazos e especificações;
IV – haja anuência prévia do fornecedor.

Parágrafo Único – O acréscimo de quantitativo que se refere o caput não altera os limites iniciais destinados aos órgãos participantes e não participantes

Subseção XII
Do Controle e gerenciamento

Art. 55. O controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, das solicitações de adesão, caso permitida em lei, e do remanejamento das quantidades serão realizados pela Administração Pública Municipal, na condição de órgão ou entidade gerenciadora.

Subseção XIII
Da Alteração dos preços registrados

Art. 56. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Subseção XIV
Da Negociação de preços registrados

Art. 57. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
§1º Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
§2º Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
§3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 58. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
§1º Para fins do disposto no caput, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
§2º Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

§3º Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do §2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
§4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
§5º Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Subseção XV
Do Cancelamento do registro do fornecedor

Art. 59. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
III - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste artigo será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Subseção XVI
Do Cancelamento dos preços registrados

Art. 60. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

Subseção XVII
Do remanejamento das quantidades registradas na ata de registros de preços
Do Procedimento

Art. 61. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e, quando houver, não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

§1º O remanejamento de que trata o caput somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
§2º O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerando também participante para efeito do remanejamento de que trata o caput.
§3º Para efeito do disposto no caput, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

Subseção XVIII
Da utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes
Da Regra Geral

Art. 62. Se não participarem do procedimento de intenção de registro de preço, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
I –apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II –demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;
III –prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
§1º Poderão ainda, desde que cumpridos os requisitos indicados no*caput*e seus incisos, os órgãos e entidades da Administração Pública, aderirem, na condição de órgão não participante, a ata de registro de preços gerenciadas por órgãos do Governo Federal, governos estaduais e do Distrito Federal, bem como de governos municipais.
§2º As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.
Seção II

DO CREDENCIAMENTO
Art. 63. O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
II - com seleção a critério de terceiros - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
III - em mercados fluidos - caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.
Art. 64. O credenciamento poderá ser utilizado para formar uma rede de prestadores de serviços e fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos em que a satisfação do interesse público estiver vinculada à possibilidade de contratação de qualquer um, de alguns ou de todos os credenciados, mediante o pagamento de valor previamente estabelecido pela Administração Municipal.
Parágrafo único. O estabelecimento prévio do valor a ser pago pela Administração Municipal poderá, justificadamente, ser dispensado nos casos de mercados fluidos, nos quais a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilize a seleção de interessado por meio de processo de licitação.
Art. 65. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.
Art. 66. O edital de chamamento público para credenciamento deverá ser elaborado considerando as peculiaridades da respectiva hipótese legal de cabimento, disciplinando, conforme o caso, sobre:
I - condições gerais de ingresso;
II - exigências específicas de habilitação e qualificação técnica;
III - regras de contratação;
IV - valores fixados para a remuneração ou forma de cálculo do valor a ser pago;
V - critério para distribuição da demanda, quando for o caso;
VI - critério para ordem de contratação dos credenciados, quando for o caso;
VII - forma e prazos de interposição dos recursos, impugnação e pedidos de esclarecimentos;
VIII - possibilidade de cometimento a terceiros, quando for o caso;
IX - formalização da contratação;
X - recusa em contratar e sanções cabíveis;
XI - minuta de termo de credenciamento, de contrato ou de instrumento equivalente;
XII - modelos de declarações; e
XIII – sanções aplicáveis;
XIV - outros aspectos relevantes.
§1º O edital poderá prever índice de reajustamento dos preços, quando couber, para as hipóteses de contratação paralela e não excludente e de contratação com seleção a critério de terceiros.
§2º Na hipótese de contratação em mercados fluidos, o edital poderá, quando couber, fixar percentual mínimo de desconto sobre as cotações de mercado registradas no momento da contratação.
§3º Na hipótese de credenciamento para fornecimento de bens, a administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de análise da documentação ou no período de vigência do contrato, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.
§4º O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição para acesso público no sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
§5º A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de chamamento permanecer vigente.
§6º Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda ou não seja possível convocar simultaneamente todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever critérios objetivos para a distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II - sorteio;
III - localidade ou região onde serão executados os trabalhos;
IV - economicidade.
§7º Para fins do inciso I do §6º, será considerado o dia da inscrição aquele em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade.
§8º O sorteio de que trata o inciso II do §6º, será realizado em sessão pública, e o comparecimento do credenciado à sessão é facultativo.
Art. 67. Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços.
§1º É vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que:
I - esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou
II - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
§2º O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências do edital.
§3º A falsidade da declaração de que trata o §2º sujeitará o interessado às sanções previstas na 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade penal.
Art. 68. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. No caso de contratação por meio de mercados fluidos, as exigências de habilitação podem se restringir às indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
Art. 69. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

Art. 70. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciante, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.
Art. 71. Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
§1º O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.
§2º O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente.
§3º Na hipótese de a comissão de contratação reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.
Art. 72. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no sítio eletrônico oficial do Município.
Art. 73. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
§1º A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.
§2º O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será estabelecido em edital.
§3º O prazo de que trata o §2º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
§4º Na hipótese do inciso III do artigo 88, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.
§5º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.
Art. 74. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 75. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 76. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
§1º Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
§2º A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
Art. 77. O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:
I - pedido formalizado pelo credenciado;
II - perda das condições de habilitação do credenciado;
III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
§1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
§2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, poderá ser aberto processo administrativo para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
§3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
§4º Somente por motivo de economicidade ou interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.
Art. 78. O mesmo interessado poderá ser credenciado para executar mais de um objeto, desde que atenda aos requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.
§1º O credenciado, no caso previsto neste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida.
§2º O disposto no § 1º não se aplica quando as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, hipótese em que o credenciado deverá apresentar complementação da documentação relativa a esse quesito.
Art. 79.A administração poderá celebrar contratos com prazo de até cinco anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO VII
Da Especificações dos Bens
Seção I
Das Categorias de Bens

Art. 80. São categorias de bens, para fins deste decreto:
I – bem de consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física ou tem sua utilização limitada a um prazo de, no máximo, dois anos contados de sua fabricação;
II – bem permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física ou foi fabricado com expectativa de durabilidade superior a dois anos, observados os parâmetros de classificação dispostos em regulamento específico;
III – bem comum: aquele, de consumo ou permanente, cujas características e qualidades são estritamente as suficientes e necessárias para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública;
IV – bem de luxo: aquele, de consumo ou permanente, cujas características e qualidades são superiores ao estritamente suficiente e necessário para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública, possuindo caráter de ostentação, pompa ou requinte.
§1º É vedada a aquisição de bens de luxo pela Administração Pública Municipal.
§2º O bem não será enquadrado como bem de luxo nas hipóteses em que:
I – seu preço for equivalente ou inferior ao preço do bem comum de mesma natureza;
II – seja comprovada pela Secretaria demandante a essencialidade de suas características superiores, a partir da aplicação de parâmetros objetivos identificados no âmbito dos estudos técnicos preliminares, do termo de referência ou do projeto básico, frente às competências do órgão ou entidade.

Seção II
Da Marca e da Similaridade

Art. 81. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
I -indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
a)em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
b)em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
c)quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
d)quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II -vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

Art. 82. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:
I -comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;
II - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

Art. 83 Os casos omissos neste Decreto poderão ser resolvidos em conformidade com os regulamentos editados pela União, consoante previsão contida no art. 187 da Lei nº 14.133/2021

Art. 84. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação:

Coronel João Pessoa/RN, 05 de junho de 2025.

MARIA DE FATIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:C92A6CCB

GABINETE DA PREFEITA
LEI ORDINÁRIA Nº182 DE 05 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária PARA O EXERCÍCIO de 2026 e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA, Maria de Fatima Alves da Costa, Faz Saber, que a CÂMARA MUNICIPAL**, aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - O orçamento do Município de Coronel João Pessoa, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, será elaborado, em conformidade com o art. 165, & 2º, da Constituição Federal, em cumprimento a Lei Orgânica do Município e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro, compreendendo:

I – Das metas fiscais;
II - Das prioridades e metas da administração pública municipal;
III - Da estrutura e a organização dos orçamentos;
IV - Das diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do Município e suas alterações;
V - Das disposições sobre as Divida Pública Municipal;
VI - Das disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII - Das disposições sobre alteração na Legislação Tributária;
VIII – Das disposições gerais.

Parágrafo único. Integra ainda esta lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal Nº. 101/00.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2025 estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com as Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas as normas de contabilidade publica.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações e Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais, & 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da 13ª edição - Portaria nº 288/2023 - STN:

Art. 5º - Os anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

I – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Art. 6º - Em cumprimento ao & 3º, do art. 4º, da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentaria LDO 2026, deverá conter o Anexo de Riscos fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais será elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, ou incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela 13ª edição - Portaria nº 288/2023 - STN:

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2006.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio as análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, em se utilizando os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇAO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da 13ª edição - Portaria nº 288/2023 - STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

Parágrafo Único – A Portaria MTP nº 1.467/2022 Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 – Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio de contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 14 – O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 – O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único – De conformidade com a Portaria nº 375/2020/2020-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 16 – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e as normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 – O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada as Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 – Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

CRITÈRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS (ART. 4º, I, b, da LRF).

Art. 19. Se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Limitação de Empenho
Significa estabelecer limites em percentuais ou em valores absolutos para cada espécie de despesa, para as respectivas realizações e, consequentemente, para a assunção de obrigações. Limitação da Movimentação Financeira

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 20 – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei e no art. 165, & 2º da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite a programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - A Lei Orçamentária para 2026 conterá recursos assegurados para projetos e atividades que contemplem os objetivos das políticas de garantias das Crianças, Adolescentes e Idoso.

§ 4º - Para efeito da limitação de empenho, que trata a letra “b”, do inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/00, será utilizado o seguinte critério:
a) Suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;
b) Corte das despesas de manutenção dos órgãos;

§ 5º - Para o efeito do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado, no valor de até R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para compras e outros serviços, sendo para obras e serviços de engenharia R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) podendo até os referidos valores serem adquiridos através de processo na modalidade de dispensa de licitação, A Lei 14.133/21 estabelece os valores para contratações diretas.Valores foram atualizados pelo Decreto 12.343, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 21 - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da classificação institucional;
VI - Transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;
VII - concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;
VIII - convenente, o ente da Federação com o qual a administração municipal pactue a execução de um programa com recurso proveniente de transferência voluntária.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º Os programas governamentais serão identificados segundo as regiões de planejamento constantes no Plano Plurianual 2026 - 2029.
§3º Os projetos, atividades e operações especiais que têm impacto em todo Município, ou que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9900 – Todo Município.
§ 4º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a sub função às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.
§ 5º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.
§ 6º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.
§ 7º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 22 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;
II - Orçamento da Seguridade Social;

Art. 23 - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos Orçamentos Fiscal e o da Seguridade Social, nos quais discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e os grupos de natureza de despesa, de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Portarias Interministeriais nº 163, de 04 de maio de 2001; nº 325, de 27 de agosto de 2001; nº 519, de 27 de novembro de 2001; e Portaria nº 248, de 28 de abril de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, órgãos e autarquias.

Art. 25 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 26 - O Orçamento de Investimento será constituído pela programação de investimento.

Art. 27 - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, nos prazos estabelecidos na Lei

Orgânica do Município, além da Mensagem e do respectivo Projeto de Lei, será composto de:

I - Quadros orçamentários consolidados;
II - Anexos do orçamento fiscal e da seguridade social;
III - Anexo do orçamento de investimento das empresas estatais;
IV - Demonstrativos e informações complementares.

§ 1° A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:
I - Situação econômica e financeira do Município;
II - Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;
III - exposição da receita e despesa;
IV - Programação referente a recursos constitucionalmente vinculados;

§ 2° Integrarão a Lei Orçamentária a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados nos incisos I, II, III, IV, do §1º, incisos I, II e III, do§ 2º, ambos do art. 2º, e incisos III e IV, do art. 22, todos da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Evolução da receita do tesouro:
a) arrecadada nos cinco últimos exercícios;
b) prevista para o exercício a que se refere à proposta;
c) prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

II - Estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
III - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por natureza da receita;

IV - Estimativa da receita por fonte de recursos, isolada e conjuntamente;
V - Evolução da despesa do tesouro:
a) realizada nos cinco últimos exercícios.
b) fixada para o exercício a que se refere à proposta.
c) prevista para o exercício a que se elabora a proposta.

VI - Resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
VII - da despesa por poder e órgão dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
VIII - da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
IX - Da despesa por grupo de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
X - Da despesa por função e subfunção dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
XI - da despesa por programa de governo, do orçamento fiscal e da seguridade social.
XII - descrição sucinta de cada unidade administrativa do governo competência e legislação pertinente.

§ 3° Integrarão o anexo de informações complementares os seguintes demonstrativos:

I - Receita corrente líquida com base nos §1º e 3º, IV, do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/00;
II - Demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.
III - demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

IV - DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.

Art. 28 - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026, as receitas e as despesas deverão ser orçadas pelo Poder Executivo a preços correntes de 2024.
Art. 29 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo II, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo III desta lei.

Art. 30 - As metas fiscais constantes do Anexo II desta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa, se verificado que o comportamento das receitas e despesas e as metas de resultado primário ou nominal indicar uma necessidade de revisão.

Art. 31 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - Fixadas as despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
II - Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações.

Art. 32 - O projeto de lei orçamentária conterá em nível de categoria de programação a identificação das fontes de recursos que não constarão da respectiva lei.

Art. 33 - As solicitações de abertura de créditos adicionais suplementares, através de decretos, dentro dos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, acompanhadas de justificativas e a indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais e respectivas regionalizações atingidas e das correspondentes metas.

§ 1º No decreto autorizativo, deverão constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes nas metas físicas das atividades e projetos envolvidos.

§ 2º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 34 - Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - Anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:
a) recursos vinculados;
b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

II - Anulem despesas relativas a:
a) dotações para pessoal e encargos sociais;
b) serviço da dívida;
c) transferências tributárias constitucionais para os municípios;
d) limite mínimo de Reserva de Contingência.

Art. 35 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a no mínimo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e a 1% (um por cento) na lei orçamentária, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.
Parágrafo único. Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

Art. 36 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais a conta de recursos do Tesouro relativa ao excesso de arrecadação serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual, acompanhada da exposição de motivos, contendo a atualização das estimativas da receita para o exercício.

Art. 37 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2026, não poderão ser canceladas ou anuladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades.

Parágrafo Único – O cancelamento ou anulações das dotações a que se refere o caput poderão ser efetuados em qualquer mês da execução do orçamento durante o exercício, para atender outros grupos de despesa, desde que a Unidade Orçamentária comprove, perante a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, por meio de projeções, a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida até o final do exercício.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 38 - A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2026 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 39 - O Poder Judiciário encaminhará ao Departamento Jurídico do Município a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando, no mínimo:

I - Número da ação originária
II - Data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
III - número do precatório;
IV - Natureza da despesa: alimentar ou comum;
V - Data da autuação do precatório;
VI - Nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
VIII – data de atualização do valor requisitado;
IX - Data do trânsito em julgado; e
X - Número da Vara, a Comarca ou o Tribunal de origem.

Art. 40 - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

VI - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 41 - Serão observados pelos Poderes Executivo e Legislativo na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 42 - As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com o texto da Lei Complementar Federal nº 101/00 que regulamentar a matéria.

Art. 43 - A captação de recursos na modalidade de operações de crédito, pela administração direta ou por entidade da administração indireta, observada a legislação em vigor, será feita mediante a contratação de financiamentos.

Art. 44 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido contratadas junto aos organismos financeiros competentes, até o período de elaboração do orçamento.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45 - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que objetivem alterar a legislação vigente, com vistas a seu aperfeiçoamento, adequação aos mandamentos constitucionais e ajustamento às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - A Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Controle Interno, divulgará, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa por unidade orçamentária, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e a regionalização.

Art. 47 - O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

Art. 48 - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2026, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 49 – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

& 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

& 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o inicio do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentaria na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentaria anual.

Art. 50 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria ou ainda por motivos que sejam excepcionalmente justificados a ocorrência do fato.

Art. 51 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 52 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual, em todos os Poderes, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades associativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos que prestam serviços públicos de forma complementar.

Art. 53 – O Executivo Municipal através do departamento de contabilidade fica autorizado a efetuar alguns ajustes de valores ou criação de Projetos de Atividades/Ação caso seja necessário para a LOA 2026.

Art. 54 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN, em 05 de junho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:5ABFDAB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA – CNPJ 08.106.510/0001-50; **CONTRATADO: MARCOS JOSÉ DOS SANTOS**, CPF nº 082.752.574-50, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BARBOSA, 45, CENTRO, CRUZETA-RN, CEP: 59.375-000; **OBJETO:** EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DIRECIONAR ATIVIDADES NO CRAS E DEMAIS SERVIÇOS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** 03 DE AGOSTO DE 2024 A 02 DE AGOSTO DE 2025; **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – CONTRATANTE; MARCOS JOSÉ DOS SANTOS – CONTRATADA.

CRUZETA/ RN, 24 DE JULHO DE 2024.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:FF78847B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA – CNPJ 08.106.510/0001-50; **CONTRATADO: MARIA REGINA CELIA DE ALMEIDA**, CPF nº 761.711.324-20, Rua Dr. Pedro Etelvino de Góes, 89, Centro, Cruzeta/RN, CEP: 59.375-000; **OBJETO:** EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DIRECIONAR ATIVIDADES NO CRAS E DEMAIS SERVIÇOS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** 03 DE AGOSTO DE 2024 A 02 DE AGOSTO DE 2025; **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – CONTRATANTE; MARIA REGINA CELIA DE ALMEIDA – CONTRATADA.

CRUZETA/ RN, 24 DE JULHO DE 2024.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:FC183803

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 015/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAR PEQUENAS CIRURGIAS E RETIRADAS DE SINAIS NA UNIDADE DE SAÚDE ABÍLIO CHACON FILHO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Cruzeta		
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN		
Registro de Preços Eletrônico - 015/2025		
Resultado da Adjudicação		
Item: 0001 - PEQUENAS CIRURGIAS, RETIRADAS DE SINAIS, CAUTERIZAÇÕES, RETIRADAS DE PEQUENAS NODULAÇÕES NA PELE, CISTOS SEBÁCEOS E OUTROS. - Valor Referência: 320,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
LUCIANO A LOPES CIA LTDA (16.726.637/0001-08)	Adjudicado em: 04/06/2025 - 12:54:43 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	108.000,00
JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:C56B570A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 015/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAR PEQUENAS CIRURGIAS E RETIRADAS DE SINAIS NA UNIDADE DE SAÚDE ABÍLIO CHACON FILHO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Cruzeta			
Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN			
Registro de Preços Eletrônico - 015/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - PEQUENAS CIRURGIAS, RETIRADAS DE SINAIS, CAUTERIZAÇÕES, RETIRADAS DE PEQUENAS NODULAÇÕES NA PELE, CISTOS SEBÁCEOS E OUTROS. - N/C - Valor Referência: 320,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LUCIANO A LOPES CIA LTDA	180,00	108.000,00	Homologado em 04/06/2025 12:54:48 Por: Joaquim Jose de Medeiros
JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:2C0CE2C6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 113/2024

Pregão Eletrônico nº. 024/2024
Contrato nº. 113/2024
Causa da Rescisão: Inexecução do objeto contratual.
Fundamento Legal: Art. 137, I, c/c Art. 138, I da Lei 14.133/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA**, estado do Rio Grande do Norte, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Celso Azevedo, 86, Centro, CEP. 59.375-000, Cruzeta/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001- 50, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional Sr. Joaquim José de Medeiros, RESOLVE rescindir por atendimento legal e ao interesse público, unilateralmente, o Termo de Contrato em epígrafe, com amparo legal no Art. 137, I, c/c Art. 138, I da Lei 14.133/2021, bem como por ter a empresa 53.220.202 YASMIN DA SILVA GOMES, inscrita no CNPJ sob o nº 53.220.202/0001-05, sediada na Rua São Félix, 42, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-745, neste ato representada por Yasmin da Silva Gomes, portadora do RG nº 003.615.256 e inscrita no CPF sob o nº 129.680.524-70, descumprido a Cláusula Nona do contrato nº 113/2024, bem como pelo descumprimento à Cláusula Quinta do Termo de Referência (anexo I do edital do pregão eletrônico nº 024/2024), o qual está estritamente vinculado à execução contratual.
Em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, este Município notificante vem formal e respeitosamente DAR CIÊNCIA E NOTIFICAR SOBRE A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO, consoante estabelecido no edital e anexos da licitação identificada em epígrafe, em razão da empresa contratada não ter executado o objeto do contrato na forma do inciso I da Cláusula Nona c/c inciso III da Cláusula Primeira, violando assim disposição de ordem pública e causando prejuízo ao Município, não procedendo com as entregas dos produtos conforme descrito no Termo de Referência, vinculado a esta contratação.

Registre-se que o descumprimento de cláusulas e obrigações contratuais, notadamente o atraso e não entrega dos produtos, já foi noticiado a essa empresa por meio da Notificação bem como pelas diversas tentativas infrutíferas de resolução da demanda (documentos comprobatórios em anexo).
Por conta disso, fez essa empresa 53.220.202 YASMIN DA SILVA GOMES, de forma exclusiva, incidir as fundamentações legais para a rescisão do contrato.
O Município de Cruzeta/RN, por diversas tentativas e reiteradas vezes, conforme requisições acostadas, requisitou providências visando a resolução dos atrasos inaceitáveis, contudo, a empresa 53.220.202 YASMIN DA SILVA GOMES insistia em quedar-se inerte e não atender às solicitações de execução contratual, dando causa a presente rescisão.
Tal desiderato decorre de obrigação legal, contratual e acima de tudo atende o interesse da administração e o interesse público. Bem como atende ainda o princípio da legalidade, moralidade e eficiência, conquanto preserva-se e defende-se os interesses da coletividade revelada na defesa do interesse público.
Ratifica-se ainda, que o poder público tem a obrigação primeira de fazer cumprir os atos que envolvem a Administração Pública, podendo ser responsabilizado por eventual omissão, o que é motivador, também, da presente rescisão unilateral.
Há de observar e ter a ciência que os atos emanados buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, ou *in casu* pelos fatos e direito expostos.
Ressalta ainda que a inexecução e a rescisão do contrato aliados ao presente caso estão reguladas pela Lei 14.133/2013, e os fundamentos encontram-se legalmente insculpidos nos Art. 137, I, c/c Art. 138, I da Lei 14.133/2021, veja:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

Desta forma, considerando o exposto, abre-se o prazo legal de 03 (três) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 165, I, alínea "e", que prevê o seguinte:
Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
[...]
e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

Publique-se o presente termo na imprensa oficial, e notifique-se imediatamente a empresa 53.220.202 YASMIN DA SILVA GOMES, neste ato representada por Yasmin da Silva Gomes, inscrita no CNPJ sob o nº 53.220.202/0001-05, sediada na Rua São Félix, 42, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-745, acerca da rescisão narrada.

Cruzeta/RN, 04 de junho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:E388A098

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA 12/2025

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS E A ASSOCIAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA JIU-JITSU.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN**, COM SEDE À PRAÇA DEZ. TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ N° 08.109.126/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, O SR. **LUCAS GALVÃO DA CRUZ**, BRASILEIRO, CASADO, BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, RESIDENTE À RUA MANDACARU, Nº 80, CONDOMÍNIO PARQUE BREJUÍ, BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS, CURRAIS NOVOS/RN, INSCRITO NO CPF Nº 057.782.584-45, COMO **CONCEDENTE**, E DE OUTRO LADO, A **ASSOCIAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA JIU-JITSU**, ASSOCIAÇÃO PRIVADA, INSCRITA NO CNPJ Nº **47.872.183/0001-07**, SITUADA À RUA ELIAS FERNANDES, 179, JK, CURRAIS NOVOS/RN, REPRESENTADA NESTE ATO POR SEU PRESIDENTE **GEORGE COSTA DA SILVA**, BRASILEIRO, PORTADOR DE CÉDULA DE IDENTIDADE ***.976.*** SSP/RN E INSCRITA NO CPF/MF N° ***.331.844-**, DORAVANTE DENOMINADA DE **CONVENIADA**, COM BASE NO INCISO XXI, DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI 14.133/2021, RESOLVEM CONVENIAR-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Convênio tem por objetivo o repasse financeiro para a **ASSOCIAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA JIU-JITSU**, com o intuito de apoiar o projeto de iniciação a artes maciais, desenvolvidas para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com a aquisição de quimonos, contratação de instrutor e inscrição dos alunos em competições, a fim de garantir a plena execução do projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
O valor do presente convênio será de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pago em parcela única de acordo com o Plano de Trabalho, em conta bancária de titularidade da conveniada, com a finalidade exclusiva de movimentação do recurso do convênio, em atendimento parcial às Emendas Impositivas nº 04 e nº 14.
Parágrafo Único – as DESPESAS decorrentes deste convênio são as constante na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025, aprovada para o Município de Currais Novos/RN, e será levado a débito na **Unidade Orçamentária: 02.001** – Gabinete do Prefeito – **Ação: 2136** - E.I. 04, 014 - Apoio a Associação Vida Nova Jiu-Jitsu, **Natureza: 3.3.90.41** – Contribuições, **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Este convênio terá vigência com início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA
Constituem obrigações da Conveniada:

I. Para igual propósito mencionado na Cláusula Primeira, a CONVENIADA se compromete a aplicar os recursos repassados por esta municipalidade em atividades descritas no plano de trabalho em anexo;
II. Fornecer a infraestrutura necessária à realização dos procedimentos conveniados, dentro das normas e padrões estabelecidos;
III. Apresentar prestação de contas do recurso dentro da vigência do convênio. Sendo este item critério para a viabilidade de uma possível renovação do convênio, em caso de aprovação da prestação de contas;

IV. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.

Parágrafo Único: a prestação de contas referente ao recebimento do recurso financeiro deverá ocorrer por meio de notas fiscais emitidas em nome da Associação, em conformidade com o Decreto Nº 4.924/2020 e a IN CGM Nº 001/2025. Quaisquer outros documentos ou comprovantes não serão considerados válidos para fins de reconhecimento da utilização do recurso, bem como, o mesmo deverá ser utilizado de acordo com o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE
Constituem obrigações da convenente:

I. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
II. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades;
III. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre o **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS** e a **ASSOCIAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA JIU-JITSU.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO
O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes conveniadas, mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
A CONCEDENTE providenciará a publicação deste convênio, por extrato em veículo oficial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Currais Novos/RN, para nele se dirimirem todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas com entendimento direto das partes CONVENIADAS, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que seguem assinadas pelas testemunhas, que a tudo assistiram e atestam

Currais Novos/RN, 05 de junho de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal
Município de Currais Novos

GEORGE COSTA DA SILVA
Presidente
Associação do Projeto Vida Nova Jiu-jitsu

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A9891F9B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.017, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Exonera o(a) servidor(a) Thairone Vinicius Lima de Oliveira do cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 07/2006;

Considerando o teor do Requerimento de autoria do(a) servidor(a) municipal, em 04/06/2025, protocolizado sob nº 12.931/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, o(a) servidor(a) **Thairone Vinicius Lima de Oliveira**, matrícula nº 40959, do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos/RN.

Parágrafo único. Fica determinada a vacância do cargo mencionado no *caput* deste artigo, conforme disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 07/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:E331E00F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROTOCOLO 12.279/2025 PROCESSO 3.704/2025

O Município de Currais Novos/RN, torna público aos interessados, o presente aviso de contratação direta referente à contratação de mão de obra especializada para pavimentação asfáltica CBUQ aplicada a frio, no município de Currais Novos/RN. Os interessados poderão solicitar a relação dos itens por meio do endereço eletrônico cotacoespmcn2025@gmail.com ou pelo telefone (84) 98759-2255, tendo até **10 dias úteis para responder**, podendo o prazo ser encerrado antes, caso sejam obtidas 03 (três) cotações. A pessoa responsável pelo preenchimento da cotação, devera assiná-la e informar o prazo de validade mínimo de proposta de 60 (sessenta) dias.

Currais Novos/RN, 05 de junho de 2025.

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS
Assessora de Atividade Operacional
Matrícula n° 35297

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:86644790

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2025 PROCESSO PMCN Nº 3.400/2025 PROTOCOLO PMCN Nº 11.291/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, tornou dispensável, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa **MULTICOMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 34.266.000/0001-50, com sede na R PRAIA DE PONTA NEGRA, Nº 22 – BAIRRO NOVA PARNAMIRIM – PARNAMIRIM/RN CEP: 59.151-480, com a finalidade adquirir:**

10 unidades de Notebook com a seguinte configuração mínima - Windows 11 original de fábrica; processador Intel Core i5 de 13° geração; 8GB de memória ram DDR4; 512GB de armazenamento interno em SSD (com slot para expansão); câmera HD de 720p; bluetooth versão 5.2; placa de rede wireless compatível com WIFI 6; placa de rede cabeada gigabit ethernet [10/100/1000]; conexões HDMI, USB e USB tipo C; tela de 15 polegadas com resolução Full HD (1920x1080) e painel de LED. Pelo valor unitário de R$ 4.799,00 (Quatro mil setecentos e noventa e nove reais).

02 unidades de Notebook com a seguinte configuração mínima - Windows 11 original de fábrica; processador Intel Core i7 de 13° geração; 16GB de memória ram DDR4; 1TB de armazenamento interno em SSD (com slot para expansão); câmera HD de 720p; bluetooth versão 5.2; placa de rede wireless compatível com WIFI 6; placa de rede cabeada gigabit ethernet [10/100/1000]; conexões HDMI, USB e USB tipo C; tela de 15 polegadas com resolução Full HD (1920x1080) e painel de LED. Pelo valor unitário de R$ R$ 6.249,00 (Seis mil duzentos e quarenta e nove reais).

A contratação visa suprir a necessidade das Secretarias Municipais. Currais Novos, 28 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:4386244E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.181, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 2.819/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **Maria José Assunção Marçal de Araújo**, matrícula nº 1571, ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 06 (seis) meses, referente ao período aquisitivo de 2014-2024, com usufruto no período compreendido entre 09/06/2025 a 05/12/2025.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 09 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 04 de junho de 2025.

INGRED ADELY ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:08E88614

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.182, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 11.353/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **Adriano Magno Silva**, matrícula nº 2587, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 2011-2016, com usufruto no período compreendido entre 04/06/2025 a 01/09/2025.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 04 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 04 de 2025.

INGRED ADELY ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:0C6701A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.189, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 1.468/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **Maria Luzineide da Silva Oliveira**, matrícula nº 2342, ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 06 (seis) meses, referente ao período aquisitivo de 2005-2015, com usufruto no período compreendido entre 09/06/2025 a 05/12/2025.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 09 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de junho de 2025.

INGRED ADELY ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:AC97ED4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: LAYSLA BRUNNA DA SILVA NEVES, CPF: 017.389.12*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria pequeno porte.
VALOR MENSAL: R$ 1.000,00 (mil reais).
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EE4C1A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: MATHEUS LOPES DA SILVA, CPF: 108.690.25*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria grande porte.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:20407560

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: WILLIANA MISMAELA DANTAS, CPF: 016.710.15*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria médio porte.
VALOR MENSAL: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:6776B3D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 03/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: FABIO VALDIVINO DA SILVA, CPF: 023.195.75*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria grande porte.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C41EABE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 03/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: JAISSA ARAUJO VIEIRA , CPF: 050.080.19*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria médio porte.
VALOR MENSAL: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A3C5ED13

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 04/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: ELLEN SAYONARA DE MEDEIROS CARDOSO, CPF: 706.764.03*-**
OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria grande porte.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A0457665

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 05/2025

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
PROPONENTE: JULIO CESAR DA SILVA FREIRE, CPF: 011.347.09*-**

OBJETO: APOIO CULTURAL A EVENTOS JUNINOS CONTEMPLADOS PELO EDITAL SIMPLIFICADO nº 05/2025 – CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO, Categoria grande porte.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 04 junho de 2025 a 04 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (LEI Nº 3.670, DE 09 DE AGOSTO DE 2021)

Currais Novos/RN, 04 junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:02B2F974

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 252/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JOSENILDO LIMA DA SILVA, CPF/MF n° 060.793.724-60
OBJETO: apresentação Musical da banda "Neném Pessoa", no dia 22 de maio de 2025, durante a "Festa de Santa Rita de Cassia", padroeira do bairro Alto Santa Rita, em Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 15 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 15 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:34B6F1A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 269/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONTRATADO(A): V B SANTOS ENTRETENIMENTOS LTDA, CNPJ 27.388.469/0001-04
OBJETO: apresentação musical da artista Walkyria Santos, no dia 13 de junho de 2025, no Forronovos 2025, em Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2025 a 31 de julho de 2025
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 08 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9EF98118

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 259/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): 58.636.185 LUIZ FERNANDO DA SILVA, CNPJ: 58.636.185/0001-05.
OBJETO: prestação de serviços especializados como Pintor.
VALOR: R$ 130,72 (cento e trinta reais e setenta e dois centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 220 (duzentos e vinte) diárias.
VIGÊNCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EBB9E72E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 260/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS 35831898415, CNPJ: 44.460.535/0001-10.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro.
VALOR: R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 220 (duzentas e vinte) diárias.
VIGÊNCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AF76E624

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): SEBASTIÃO GOMES PEQUENO 44406223487, CNPJ: 42.762.563/0001-67.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro.
VALOR: R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 220 (duzentas e vinte) diárias.
VIGÊNCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:54CECB0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): 59.398.490 MURILLO FERNANDO FIDELIS TERCEIRO, CNPJ: 59.398.490/0001-79.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Servente.
VALOR: R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 220 (duzentas e vinte) diárias.
VIGÊNCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FE938611

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 263/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): PAULO LUIS DA SILVA 66423570434, CNPJ: 42.745.770/0001-03.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Eletricista.
VALOR: R$ 139,51 (cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 220 (duzentas e vinte) diárias.
VIGÊNCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:DB1237C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 221/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.430/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 59.842.172 CIRO BATISTA DE ARAUJO NETO, CNPJ: 59.842.172/0001-55, para prestação de serviços de mão de obra de Servente, no período de 19 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025, com valor de R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 17 (dezessete) diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 11.408/2025.

Currais Novos, 19 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:6CDBD9E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): 59.028.840 LEONARDO LIRA DA SILVA, CNPJ: 59.028.840/0001-05.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Servente.
VALOR: R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 195 (cento e noventa e cinco) diárias.
VIGÊNCIA: 02 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 22 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:7BFB67AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 13 de maio de 2025, o contrato com a empresa 22.417.475 MANUEL SILVANO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.417.475/0001-10, COM ENDEREÇO COMERCIAL SITUADO NA RUA UBALDO SOBRINHO, 110, PARQUE DOURADO, CURRAIS NOVOS/RN, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR MANUEL SILVANO DA SILVA, BRASILEIRO, INSCRITO NO CPF/MF Nº 703.448.904-14, RG 3.066.329 SSP/RN.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 1.1 – O presente termo visa rescindir o Contrato Administrativo nº 247/2025 oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 196/2025 que tem como objeto a contratação de serviços de mão de obra de Pedreiro, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, para realização conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e nas especificações e condições que trata o Edital do Credenciamento nº 04/2024.

CLÁUSULA II - DA RESCISÃO
A rescisão do Contrato Administrativo nº 247/2025 oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 196/2025, que tem como objeto a contratação de serviços de mão de obra de Pedreiro, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, a partir de 13 de maio de 2025, firmado entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, e a Pessoa Jurídica 22.417.475 MANUEL SILVANO DA SILVA, INSCRITA NO CNPJ Nº 22.417.475/0001-10, dar-se por ato unilateral pela baixa na inscrição do CNPJ da empresa em questão na data de 13 de maio de 2025, considerando que a referida baixa impossibilita a continuidade da prestação dos serviços contratados.

Currais Novos, 13 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:8CD3B12B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 05 de maio de 2025, o contrato com o senhor ABMAEL ANDERTON DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 105.119.474-10, de prestação serviços como como Maqueiro Plantonista a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde, celebrado entre as partes supracitadas em 19 de fevereiro de 2025, resolve rescindir o referido contrato a partir de 05 de maio de 2025, com fundamento no item I da Cláusula Oitava.

Currais Novos, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F21FCDC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2024

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 31 de maio de 2025, o contrato com a senhora MACIELE NAZIELE DOS SANTOS MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 010.081.414-02, de prestação serviços como Assistente Social – Responsável Técnico – Regulação, desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde, celebrado entre as partes supracitadas em 04 de junho de 2024, aditivado em 19 de junho de 2024, com fundamento no item I da Cláusula Oitava.

Currais Novos, 30 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:66C6CF5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 231/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONTRATADO (A): EMPATIA – EMPRESA MEDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA, CNPJ: 37.947.369/0001-16
OBJETO: prestação de serviços de Médicos Generalistas Plantonistas
VALOR: R$ 2.003,64 (dois mil e três reais e sessenta e quatro centavos) a prestação de serviços como médico generalista plantão de 12h, obedecendo ao limite máximo de 300 serviços.
VIGENCIA: 01 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 30 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:69267CBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 01/2025

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 01/2025

Aos 24 de março do corrente ano, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Currais Novos, RN, na Casa dos Conselhos às 9h, fazendo-se presentes representantes do Governo e da Sociedade Civil, com objetivos principais, a recomposição dos membros do Conselho, eleição da sua nova Diretoria e reprogramação dos saldos de 2024 para 2025. Iniciando a reunião, como convidada, a Secretaria da SEMTHAS, Maria Aparecida Alves Othon, deu as boas vindas aos presentes e ressaltou a importância do momento, passando a palavra para a Secretária Adjunta da SEMTHAS, também convidada, Lidiane Gislayne da Silva, que cumprimentando aos novos Conselheiros apresentou na oportunidade os respectivos membros do colegiado e suas devidas representações com a composição do conselho e mandato até 24 de março de 2027. Representantes Governamentais: Secretaria de Habitação, Trabalho e Assistência Social do Município de Currais Novos, Antonio Ricardo de Oliveira (Titular) e Érica Cristina Olinto da Silva (Suplente); Secretaria Municipal de Educação, Wilton Pinheiro de Araújo Júnior (Titular) e Rayelle Ferreira da Silva (Suplente); Secretaria Municipal de Saúde, Mariana de Araújo Galvão (Titular), e Vitória Régis Cardoso (Suplente); Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, Patrício Luciano da Silva Dantas (Titular), e Alvanir Cardoso Miguel (Suplente); Representantes da Sociedade Civil: como representante de organizações de usuários, ACDF através de Felipe Katson Silva Nunes (Titular), ABSBL, Virgínia Kelly de Sousa Cândido Dantas (Titular) e Veruska Karla Cândido Dantas (Suplente); Como representante das entidades e organizações de Assistência Social, Casa Irmã Ananília, José Marcílio de Araújo (Titular) e Augleine de Lima Nóbrega dos Santos (Suplente); Representante dos Trabalhadores do SUAS: Paula Graciely Silva (Titular) e Kalina Katarina (Suplente). Após a composição do colegiado, seguiu-se a pauta com a eleição da diretoria, para definição do presidente e vice. Por aclamação foram eleitos Antonio Ricardo de Oliveira para Presidente do Conselho e Wilton Pinheiro de Araújo Júnior para vice, e Érica Cristina Olinto da Silva, como Secretária. A seguir, Ricardo Oliveira falou sobre a importância do CMAS, a abrangência de suas responsabilidades enquanto uma Entidade Deliberativa, com as funções de acompanhar, apoiar, fiscalizar os serviços da Assistência no Município, com base na Lei Nº 1.384 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Currais Novos com base na Lei do SUAS, e o grande compromisso que cada membro assume ao aceitar o convite/indicação como Conselheiro, e a importância de futuras parcerias. Ato contínuo foi tratado da reprogramação dos saldos que constavam nas contas em 31/12/2024, onde a gestão, fazendo também uma explanação sobre os recursos financeiros da SEMTHAS, orçamento, valores aplicados e saldos remanescentes e emendas, solicitando ao CMAS a condição de reprogramar os saldos de contas dos Blocos de Financiamento, para utilização nas ações de assistências diversas da SEMTHAS, os saldos assim estavam: Bolsa Família e Cadastro Único R$ 185.440, Gestão do SUAS: R$ 1.053,28; Proteção Social Básica R$ 53.593,81; Proteção Social de Média Complexidade R$ 70.346,50; BPC NA ESCOLA R$ 7.978,83; SIGTV ESTR3 R$ 8.655,82; SIGTV ESTR4 R$ 427.956,19; Criança Feliz R$ 37.398,68; PROCADSUAS R$ 1.097,75 E ACESUAS R$ 8.199,29, com um total nesses Grupo de Programas o valor de R$ 802.565,12. Todos esses recursos foram esclarecidos sobre o planejamento de cada valor e que sua utilização serão de acordo com normativos próprios de cada piso e conta. Os valores em saldo do SIGTV ESTR3 no valor de R$ 8.655,82 com as devidas atualizações e correções monetárias, por sugestão de Lidiane, e aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes a reunião, será destinado para a Associação dos Curraisnovense de Deficientes Físicos – ACDF, pois foram oriundos de quatro emendas SIGTV 3 de Custeio que tiveram seus objetos e prazos esgotados. Os valores que constam como saldo de recursos COVID que somam R$ 467,97 serão devolvidos por GRU. Os referidos empenhos e relatórios comprobatórios dos recursos e aplicações financeiras relatadas pela Secretária Adjunta da SEMTHAS, encontram-se em poder e a disposição desse Conselho. Dessa forma a reprogramação dos saldos das contas correntes em 31/12/2024 foram para 2025 aprovada por unanimidade pelos conselheiros. OUTROS INFORMES, na ocasião explanou os serviços atualmente sendo realizados pela Secretaria no âmbito do Município de Currais Novos, ressaltou a mudança da sede do CRAS Tetê Salustino, lembrou que este ano acontece a Conferência Municipal da Assistência, a necessidade de atualizar o cadastro da entidades inscritas no CNEAS, o Projeto que promove atualizações na Lei do SUAS, que está em tramitação, reforçou a importância do Conselho para a implementação das políticas de Assistência em Currais Novos, informou sobre os técnicos da Assistência, salários e do processo seletivo, cursos que estão sendo oferecidos pela Secretaria e dos benefícios sociais. Ficou definido que a próxima reunião ordinária, será no dia 28 de abril do corrente ano, às 9:00h tendo como local a Casa dos Conselhos, doravante sede das reuniões do Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Currais Novos/RN. Após isso e sem mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando a presente após lida e aprovada será assinada por este e pelos demais membros presentes a reunião.

Currais Novos RN 24 de março de 2024.

Segue assinatura dos Conselheiros presentes:

ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA

ERICA CRISTINA OLINTO DA SILVA

PAULA GRACIELY SILVA

FELIPE KATSON SILVA NUNES

JOSÉ MARCILIO DE ARAUJO

RAYELLE FERREIRA DA SILVA

WILTON PINHEIRO DE ARAÚJO JUNIOR

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:7E28355B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): UDSONEIDE IONARA ROCHA, CPF nº 012.822.544-05.
OBJETO: prestação de serviços como Assistente Social a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, com uma jornada semanal de 30 (trinta) horas.
VALOR MENSAL: R$ 1.576,00 (um mil quinhentos e setenta e seis reais)

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2025 e término em 31 de março de 2026, podendo ser prorrogado por uma única vez, de acordo com a clausula 1.2 do Edital 01/2022 do Processo Seletivo Simplificado e Lei Municipal nº 3.747 de 10 de maio de 2022.
BASE LEGAL: Lei Municipal nº 3.747 de 10 de maio de 2022.

Currais Novos/RN, 01 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E8C0F2DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, através do seu Agente de contratação, torna público que realizará às **08:00**, do dia **18 de junho de 2025**, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, PREGÃO nº 018/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS DESTINADA A PRAÇA PÚBLICA DE ENCANTO/RN.** O edital e seus anexos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/ Informações: licitacaoencanto@hotmail.com

Encanto/RN, 5 de junho de 2025

MARIA JOSIVÂNIA NATO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Josivânia Nato da Silva
Código Identificador:53B09C85

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 040601/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 040601/2025

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 040601/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM PROCEDIMENTO DE LESÃO TUMORAL DE PELE NA REGIÃO DE PALPEBRAL INFERIOR DO OLHO DIREITO, PARA ATENDER O PACIENTE FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA, RESIDENTE NO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN. **pelo valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais),** em favor da empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO DE PAU DOS FERROS

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 4 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 040601/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04060001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 040601/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO DE PAU DOS FERROS
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM PROCEDIMENTO DE LESÃO TUMORAL DE PELE NA REGIÃO DE PALPEBRAL INFERIOR DO OLHO DIREITO, PARA ATENDER O PACIENTE FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA, RESIDENTE NO MUNICIPIO DE ENCANTO/RN.
VALOR TOTAL: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 4 de junho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:44FE301D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000054/2025 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000054/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000054/2025 a empresa DUILY JEREMIAS DA SILVA (CNPJ: 59.768.744/0001-01), com valor global de R$ 1.585,00 (MIL QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:3D19D29B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025 a empresa **NISSAUTO COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA** (CNPJ: 04.114.549/0001-68), com valor global de **R$ 2.885,90 DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**.

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:877CA341

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento da Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000059/2025**, cujo objeto é a **SERVIÇOS DE REVISÃO DE GARANTIA DOS 20KM, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, REFERENTE AO VEÍCULO ((KICKS 1.6 SENSE CVT)**, em favor da empresa **NISSAUTO COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA** (CNPJ: 04.114.549/0001-68) com valor global de **R$ 2.885,90 DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:8531CE9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 00054/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 00054/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, §7º. DA LEI Nº. 14.133/2021, homologo o julgamento da Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000054/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS, REFERENTE AO VEICULO AUTOMOTOR MOTO BROS PLACA QGL4246, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, em favor da empresa **DUILY JEREMIAS DA SILVA (CNPJ: 59.768.744/0001-01)**, com valor global de **R$ 1.585,00 (MIL QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).**

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:CA91C4DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 373/2025 – GP EM, 05/06/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias com 03(três) pernoite, a servidora JESSICA RUANA DE SOUZA GURGEL, CPF: XXX.251.564-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana na cidade de Gravatá/PE, nos dias 09 a 11 de junho de 2025, na oportunidade em que irá participar do Encontro do Programa Amigo de Valor do Banco Santander.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 2.025,00 **(dois mil** e vinte e cinco reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 05/06/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:809C0989

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 374/2025 – GP EM, 05/06/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias, com 03 (três) pernoite, ao servidor ANTONIO MARCOS FERNANDES DE SOUZA, CPF: XXX.920.194-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com Hospedagem, alimentação e locomoção urbana na cidade de Gravatá/PE, nos dias 09 a 11 de junho de 2025, onde irá participar do Encontro do Programa Amigo de Valor do Banco Santander.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 2.025,00 **(dois mil** e vinte e cinco reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 05/06/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:645599EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 375/2025 – GP EM, 05/06/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias com 03 (três) pernoite, a servidora JACKELINE GURGEL CAMARA, CPF: XXX.281.404-XX, Secretária Municipal de Saúde, cuja a finalidade é o custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana na cidade de Gravatá/PE, nos dias 09 a 11 junho de 2025, na oportunidade em que irá participar do Encontro do Programa Amigo de Valor do Banco Santander.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 3.600,00 **(três mil** e seiscentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 05/06/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:6AEC0E52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 376/2025 – GP EM, 05/06/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias, com 03 (três) pernoite, ao servidor LUCAS EMANUEL DE GÓIS BEZERRA, CPF: XXX.330.994-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com Hospedagem, alimentação e locomoção urbana na cidade de Gravatá/PE, nos dias 09 a 11 de junho de 2025, onde irá participar do Encontro do Programa Amigo de Valor do Banco Santander.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 2.025,00 **(dois mil** e vinte e cinco reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 05/06/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:1214A354

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 377/2025 – GP EM, 05/06/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias, com 03 (três) pernoite, ao servidor ADAILTON DO VALE ALVES, CPF: XXX.170.184-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com Hospedagem, alimentação e locomoção urbana na cidade de Gravatá/PE, nos dias 09 a 11 de junho de 2025, onde irá participar do Encontro do Programa Amigo de Valor do Banco Santander.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 2.025,00 **(dois mil** e vinte e cinco reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 05/06/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:5070D7D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE ANULAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

Termo de Anulação de Procedimento Chamamento Público nº 002/2025. Fato Superveniente. Interesse Público. Ausência de publicação no DOU – Diário Oficial da União. Anulação. Referente: Chamada Publica nº 002/2025.
A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento em decisão administrativa lastreada com as recomendações da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, e CONSIDERANDO fatos supervenientes, CONSIDERANDO as razões apontadas no relatório da comissão de licitação, anexo aos autos do processo e levando em consideração a conveniência do órgão licitante, no qual verificou que o interesse público poderá ser satisfeito de uma melhor forma, resolve ANULAR o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025, consequentemente, tornando-se sem efeito todas as Publicações Oficiais e atos praticados

do referido processo licitatório, cujo Objeto é a seleção de Organização da Sociedade Civil visando a formalização de Termo de Colaboração para gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços em saúde, assistência social, educação e apoio a secretaria de administração por meio da secretaria municipal de saúde, assistência social, educação e de administração e recursos humanos.

Felipe Guerra RN, 03 de junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:9B166021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 0237/2025

PROCESSO Nº 01050237/25
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIPE GUERRA. CNPJ: 12.452.550/0001-20: Contratado: **RAYNER RODRIGO BARRA CABRAL**– CPF: 123.733.654-64. Objeto: Prestação de serviços como Farmacêutico de 30(trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra – RN. VALOR GLOBAL: R$ 8.400,00(oito mil, quatrocentos reais), LEGALIDADE: Lei Complementar 603/2025 do Município de Felipe Guerra e Lei Federal nº 8.745/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas, DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 13.001 – Fundo Municipal de Saúde PROGRAMA: 10.122.0009.2.49 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde -Aplicações Diretas 3.1.90.16-Contratação por tempo determinado Fonte: 16050000; Vigência: O presente contrato vigorará até 30/08/2025. Data da assinatura 01/05/2025, independente de notificação ou aviso judicial/extrajudicial. LOCAL E DATA: Felipe Guerra - RN, 1° de maio de 2025.

JACKELINE GURGEL CAMARA
Representante do FMS.

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:FCD89A60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 371/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Franklin Adonias Soares da Silva no cargo de Assessor Jurídico da Procuradoria do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **Franklin Adonias Soares da Silva** no cargo de **Assessor Jurídico da Procuradoria Geral – PGM do Município de Felipe Guerra RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:74331ED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 389/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Aires Kennedy silva Amorim no cargo de Subsecretario de Turismo e Eventos do Município de Felipe Guerra/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Aires Kennedy silva Amorim** no cargo de **Subsecretario da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos - SEMUTE do Município de Felipe Guerra/RN.**
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra – RN, Em, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:EC213AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº372/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Eytor Eugenio da Silveira Freitas no cargo de Controlador Adjunto do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **Eytor Eugenio da Silveira Freitas** no cargo de **Controlador Adjunto da Controlaria Geral – CGM** do Município de Felipe Guerra RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:4DAE063F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 378/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

Nomeia o Sr. Luriano Bezerra Marinho no cargo de Contador Adjunto do Município de Felipe Guerra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Luriano Bezerra Marinho** no cargo de **Contador Adjunto** do Município de Felipe Guerra.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra – RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:0FC88394

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 379/2025- SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Thiago Lira de Arruda no cargo de Contador Adjunto do Município de Felipe Guerra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Thiago Lira de Arruda** no cargo de **Contador Adjunto do Município de Felipe Guerra.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra – RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:4E08072C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 380/2025 -SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Marcos Thiago Martins no cargo Assessor Técnico em Contadoria do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr. Marcos Thiago Martins** no cargo **Assessor Técnico em Contadoria do Município de Felipe Guerra RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:657571A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº381 /2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Yure da Silva Morais no cargo de Presidente do Fundo de Previdência Social - FGPREV do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **Yure da Silva Morais** no cargo de **Presidente do Fundo de Previdência Social-FGPREV do Município de Felipe Guerra RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:34AA671F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº382 /2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

Nomeia o Sr. João Marcos da Silva no cargo de Coordenador Financeiro do Fundo de Previdência Social - FGPREV do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **João Marcos da Silva** no cargo de **Coordenador Financeiro do Fundo de Previdência Social - FGPREV do Município de Felipe Guerra RN.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:89524052

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 383/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Raimundo Gurgel Cabral Neto no cargo Coordenador de Previdência do Fundo de Previdência Social - FGPREV do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Raimundo Gurgel Cabral Neto** no cargo **Coordenador de Previdência do Fundo de Previdência Social - FGPREV do Município de Felipe Guerra RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:12C5D0F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº384/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

Nomeia a Sra. Lilia Lissiane da Silva Matias no cargo de Coordenadora de receitas imobiliárias da Secretaria Municipal de Tributação do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a **Sra. Lilia Lissiane da Silva Matias** no cargo de **Coordenadora de receitas imobiliárias da Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT do Município de Felipe Guerra RN.**
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de Junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:220F1308

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 385/2025- SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Vittor Gabriel da Silva Góis no cargo de Coordenador de Receitas Mobiliarias da Secretaria Municipal de Tributação do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Vittor Gabriel da Silva Góis** no cargo de **Coordenador de Receitas Mobiliarias da Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT** do Município de Felipe Guerra RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com Efeitos retroativos a 02 de Junho de 2025
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra – RN, 05 de Junho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:3EF66B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº386/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

Nomeia o Sr. Josivan Gomes de Brito no cargo de Fiscal de Tributos da Secretaria Municipal de Tributação do Município de Felipe Guerra/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr. Josivan Gomes de Brito** no cargo de **Fiscal de Tributos da Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT** do Município de Felipe Guerra/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:854E5F81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº387/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia a Sra. Amanda Layze Soares Barra no cargo de Assessora Especial do Gabinete do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a **Sra. Amanda Layze Soares Barra** no cargo de **Assessora Especial do Gabinete –GAPRE** do Município de Felipe Guerra RN

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de Junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:21425FFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 388/2025- SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Mesaque Marinho Costa no cargo de Diretor Geral do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr**. **Mesaque Marinho Costa** no cargo de **Diretor Geral do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMARH** do Município de Felipe Guerra RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra – RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:2A9315AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº390/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia a Sra. Régia Gabriele Penha Gomes no cargo de Subsecretaria Municipal da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a **Sra. Régia Gabriele Penha Gomes** no cargo de **Subsecretaria Municipal da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura – SEMOPI** do Município de Felipe Guerra RN**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:03211F66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº391/2025-SEMARH EM, 05 DE JUNHO DE 2025

Nomeia o Sr. Paulo César Martins de Souza no cargo de Subsecretário de Acompanhamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **Sr. Paulo César Martins de Souza** no cargo **Subsecretário de Acompanhamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura – SEMOPI** do Município de Felipe Guerra RN

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação. Com retroativos a 02 de Junho de 2025.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 05 de Junho de 2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:C876234C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2025

Dadas as informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Inexigibilidade de Licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN

CONTRATADA: GABRIEL DE ARAUJO FERNANDES

CNPJ: 46.305.384/0001-51

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço artístico-pedagógico, consistente na realização de uma oficina de colagem com o artista potiguar Gabriel Fernandes, voltada às crianças da Creche II do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), a ser realizada no dia 10 de junho de 2025. A atividade integra o projeto "Uma Aventura Artística", desenvolvido no âmbito da 16ª Feira da Cultura do município de Fernando Pedroza, cujo tema é: "Era uma Vez em Fernando Pedroza".

VALOR TOTAL:R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

BASE LEGAL: Artigo 74, inciso I da Lei Federal 14.133/21;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;

Fernando Pedroza/RN, 05 de junho de 2025.

JOÃO MARIA BRAGA
Prefeito Municipal de Fernando Pedroza/RN

Publicado por:
Jose Alisson Nicacio Barboza Arruda
Código Identificador:BDCC0E82

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2025

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão de contratação desta casa e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste ente, DETERMINO que se proceda, com a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço artístico-pedagógico, consistente na realização de uma oficina de colagem com o artista potiguar Gabriel Fernandes, voltada às crianças da Creche II do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), a ser realizada no dia 10 de junho de 2025. A atividade integra o projeto "Uma Aventura Artística", desenvolvido no âmbito da 16ª Feira da Cultura do município de Fernando Pedroza, cujo tema é: "Era uma Vez em Fernando Pedroza", conforme as especificações constantes do Termo de Referência, junto à empresa **GABRIEL DE ARAUJO FERNANDES**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º **46.305.384/0001-51**, com endereço na Rua Maria de Fatima Gomes, nº 1287, Sala 01, Penedo, Caico/RN, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Educação, com a importância global estimada de R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais). Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente CONTRATAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, I, da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Fernando Pedroza/RN, 05 de junho de 2025

JOÃO MARIA BRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Alisson Nicacio Barboza Arruda
Código Identificador:1438B8D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0010060001/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0010060001/2025
Objeto:. **Aquisição de material de escritório e expediente, como papel, pastas, canetas, clipes, grampos e afins destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do município de Frutuoso Gomes**
Contratado: Daniel Robson de Souza (31.842.084/0001-34)
Valor Total Julgado: R$ 25.264,60
Base legal: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:4F3A42CD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0050060002/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0050060002/2025
Objeto:. Aquisição de placas, sinalizadores e luminárias destinados a atender as necessidades do Hospital e Maternidade Severina Carlos
Contratado: P M C FERNANDES (43.236.411/0001-93)
Valor Total Julgado: R$ 9.069,20
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:FF40B93F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0050060003/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0050060003/2025
Objeto:. Serviços de viagens com pessoas carentes do município de Frutuoso Gomes RN, para tratamento de saúde na cidade de Mossoró RN
Contratado: FRANCISCO REGINALDO DE OLIVEIRA SEGUNDO (121.922.164-32)
Valor Total Julgado: R$ 5.084,21
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:C4FDAF46

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0050060004/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0050060004/2025
Objeto:. Serviços de cobertura das bancadas dos ônibus escolares do município de Frutuoso Gomes RN
Contratado: EDIVALDO DIAS DA CUNHA (903.653.484-49)
Valor Total Julgado: R$ 2.631,58
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:EF33D232

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0300050027/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0300050027/2025
Objeto:. Contratação de serviços de exames laboratoriais destinados a atender as necessidades da Secretaria Muncipal de Saúde de Frutuoso Gomes
Contratado: FRANCISCO SAMUEL DANTAS CARLOS - ME (11.881.898/0001-70)
Valor Total Julgado: R$ 9.650,00
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:6E59D5F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 05005050/2025

Extrato de Dispensa de Licitação
Processo: 05005050/2025
Objeto:. Contratação de serviço medicos como consultas e exames prestados a prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes RN
Contratado: POLICLINICA SANTA MARIA LTDA- ME (26.915.633/0001-13)
Valor Total Julgado: R$ 10.300,00
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:CA8D775E

GABINETE CIVIL
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 016/2025, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para aquisição de serviços de exames de imagem, que teve como licitante vencedor parcial: **POLICLINICA SANTA MARIA LTDA –– CNPJ: 26.915.633/0001 - 13** com o valor total de R$ 158.850,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais), conforme os termos da ata da sessão**.**

Frutuoso Gomes – RN, 05 de junho de 2025.

ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:A30F14B4

GABINETE CIVIL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 016/2025, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para aquisição de serviços de exames de imagem, que teve como licitante vencedor parcial: **POLICLINICA SANTA MARIA LTDA –– CNPJ: 26.915.633/0001 - 13** com o valor total de R$ 158.850,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais)**.**

Frutuoso Gomes – RN, 05 de junho de 2025.

ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:3421227D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

O Pregoeiro Oficial deste Município de Frutuoso Gomes/RN, torna público o resultado do referido Pregão Eletrônico nº 016/2025, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de o registro de preços para aquisição de serviços de exames de imagem, que teve como licitante vencedor parcial: **POLICLINICA SANTA MARIA LTDA –– CNPJ: 26.915.633/0001 - 13** com o valor total de R$ 158.850,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais).

Frutuoso Gomes – RN, 05 de junho de 2025.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro-

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:1111DEBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025 - PE - SRP

DESPACHO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50019660/2025

Trata-se de processo licitatório "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025", tendo como tipo o menor preço por item e tem como objetivo indicar a melhor proposta apresentada ao pregoeiro, visando à **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS/RN**, conforme ata da sessão.
Feita toda a publicação e disponibilização do edital, nos termos da resolução n° 011/2016 do TCE RN, informamos o resultado do Pregão em epigrafe que teve como vencedores as empresa: Artmed Comercial Ltda | Tipo: EPP/SS inscrito no CNPJ: 04.361.467/0001-18 com o valor total de R$ 267.603,00 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e três reais), a empresa DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli inscrita no CNPJ: 10.538.476/0001-34 com o valor total de R$ 19.337,00 (dezenove mil trezentos e trinta e sete reais) a empresa: Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda | Tipo: Ltda/Eireli inscrita no CNPJ: 01.417.694/0001-20 com o valor total de R$ 48.975,50 (quarenta e oito mil novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos), a empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI inscrito no CNPJ: 18.588.224/0001-21 com o valor total de R$ 37.846,80 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 01.722.296/0001-17 com o valor total de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), a empresa: Phospodont Ltda | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 04.451.626/0001-75 com o valor total de R$ 10.968,00 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais) e a empresa TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 22.862.531/0001-26 com o valor total de R$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais) conforme ata da sessão disponível no portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ante o exposto, encaminhamos o presente processo para adjudicação e homologação da autoridade competente após análise e providências cabíveis.

Galinhos/RN, 05 de junho de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
ALFREDO ANTONIO DE FRANÇA FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:0F9E026C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025 - PE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50019660/2025

OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS/RN.
Circunstanciado na ata da sessão, venho **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**, o qual teve como vencedora as empresas: Artmed Comercial Ltda | Tipo: EPP/SS inscrito no CNPJ: 04.361.467/0001-18 com o valor total de R$ 267.603,00 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e três reais), a empresa DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli inscrita no CNPJ: 10.538.476/0001-34 com o valor total de R$ 19.337,00 (dezenove mil trezentos e trinta e sete reais) a empresa: Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda | Tipo: Ltda/Eireli inscrita no CNPJ: 01.417.694/0001-20 com o valor total de R$ 48.975,50 (quarenta e oito mil novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos), a empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI inscrito no CNPJ: 18.588.224/0001-21 com o valor total de R$ 37.846,80 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 01.722.296/0001-17 com o valor total de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), a empresa: Phospodont Ltda | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 04.451.626/0001-75 com o valor total de R$ 10.968,00 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais) e a empresa TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME | Tipo: Ltda/Eireli inscrito no CNPJ: 22.862.531/0001-26 com o valor total de R$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais) conforme ata da sessão disponível no portal www.portaldecompraspublicas.com.br
haja visto que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com os preços e especificações estipulados no Edital.
Publique-se!

Galinhos/RN, 05 de junho de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:1AA6F376

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 217/2025 - GP

Goianinha/RN, 23 de maio de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar, a pedido da interessada, a Sra. VERONICA ROSANE DA SILVA BATISTA, sob a portaria nº 217/2025, do cargo de Vice Diretor(a), lotado(a) na Escola Municipal Aluízio Alves, da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2025.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goianinha/RN, em 23 de maio de 2025.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Tavares Silva
Código Identificador:CE471C67

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 218/2025 - GP

Goianinha/RN, 23 de maio de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar, a pedido, o Sr. JOSE DE SOUZA, sob a portaria nº 218/2025, do cargo de Assessor(a) Técnico(a) II, da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2025.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goianinha/RN, em 23 de maio de 2025.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Tavares Silva
Código Identificador:008DC945

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 220/2025 - GP

CENTRO ADMINISTRATIVO PREF. RUBENS LISBOA
GABINETE DA PREFEITA
Rodovia RN -003, nº. 96 – Centro – Fone: (84) 3243-3900
Goianinha – Estado do Rio Grande do Norte

Portaria nº 220/2025 - GP Goianinha-RN, 05 de junho de 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA, no uso de suas atribuições legais, e no que lhe facultam os artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 728/2002, de 21/11/2002.

CONSIDERANDO:
O término do mandato de alguns dos membros do Conselho Municipal de Educação;
O ofício nº 019/2022-CME, de 07/03/2022, em que apresenta a nova composição do Conselho Municipal de Educação.
RESOLVE:

Art. 1° Nomear, conforme indicação ou escolha de seus pares, para compor o Conselho Municipal de Educação (CME), os seguintes representantes:

Representando o Poder Executivo:
Titulares:
Maria dos Prazeres Lima do Nascimento - CPF: 043.820.034-90
Cristiane Urbano de Araújo Lopes - CPF: 050.877.984-70
Delayne Silva Madruga - CPF: 046.801.924-37
Suplentes:
Carla Patrícia Costa Medeiros de Lucena - 083.638.354-04
Bruna Francinetti Barroso Faustino de Souza - 034.209.774-17
Elisangela Félix de Lima - CPF: 037.708.364-05
Representando da Rede Municipal de Ensino.
Titular: Jadson Costa de Lima - CPF: 082.812.484-16
Suplente: Ronilson de Paiva Roberto - CPF: 047337444-71
Representando a Rede Estadual de Ensino.
Titular: Maria Suely Soares - CPF: 792.217.934-00
Suplente: Marileth Carlos Galvão - CPF: 837.027.764-00
IV- Representando a Rede Particular de Ensino.
Titular: Iara Batista Honório - CPF: 703.489.609-68
Suplente: Maria dos Prazeres Cirilo da Silva - CPF: 875.080.874-53

V- Representando o Magistério Público Municipal
Titular: Bruna Maria Barreto Lima – CPF: 097.580.134-16
Suplente: Michele Soares Lopes– CPF: 061.604.044-73
VI- Representando os pais de alunos do município
Titular: Aline de Lima Nascimento – CPF: 056.584.104-10
Suplente: Carla Jeneíse Cortez _ CPF: 065.598.284-17
VII- Representando os estudantes do Município.
Titular: Jeremias Miquéias da Silva Oliveira _ CPF: 128.011.134-84
Suplente: Thamara Stefhany Alves de Araújo – CPF: 105.275.883-50

Art. 2º - O mandato dos conselheiros ora nomeados extinguir-se-á conforme determinam os parágrafos 5º e 6º do artigo 2º da Lei Municipal nº 728/2002, de 21/11/2002.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Código Identificador:A3CF0949

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº81/2025-SEMPLAF

PORTARIA N.º 81/2025-SEMPLAF

À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto noartigo54,da LeiOrgânica do Município.

RESOLVE: Formalizar a concessão da GRATIFICAÇÃO ADICIONAL QUINQUENAL POR TEMPO DE SERVIÇO - ADTS, de**20% (vinte por cento)**, já concedida de forma automática, conforme disposto na Lei Complementar 684/2017, Art.64, Parágrafo Único, até a presente data o servidor **FRANCISCO CANINDE DANTAS**, **matrícula ativa n.º 1313428-1**, ocupante de cargo público efetivo de**Vigia**, lotado naSecretaria Municipal de Educação.

Publique-se.

Goianinha/RN, 03 de junho de 2025.

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Código Identificador:3EF8FA76

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 148/2024 PRAZO DE EXECUÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73
CONTRATADA: **SOL CONSTRUÇÕES E ENERGIA LTDA CNPJ 48.849.209/0001-50**
PROCESSO Nº 699/2024 – **CONCORRÊNCIA PUBLICA** N° 06/2024 CPL
OBJETO: **prorrogação do prazo de execução**, para a contratação de empresa de engenharia para a construção da rede de drenagem no conjunto da batalha no município de Goianinha/RN, por mais 90 (noventa) dias.
DOTAÇÃO:
Unidade Orçamentária 05.001 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Ação 1.081 – Construção de Drenagem Superficial com Pavimentação Asfáltica
Natureza da despesa 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos 15000000- Recursos não Vinculados de Impostos

Ação 1.289 – Drenagem do Canal do Conjunto Habitacional Nova Batalha
Natureza da despesa 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos 17540000- Recursos de Operações de Crédito
27540000- Recursos de Operações de Crédito
DATA DA ASSINATURA: 19 de fevereiro de 2025.
VIGÊNCIA: INÍCIO EM: 22/05/2025 a 20/08/2025

Município de Goianinha/ RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

SOL CONSTRUÇÕES E ENERGIA LTDA
CNPJ: 48.849.209/0001-50
Contratada

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:451EE851

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 18/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73
CONTRATADA: RD CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA – CNPJ/MF sob o nº 13.385.475/0001-95
Processo nº 779/2023 – **Tomada de Preço** n° 10/2023 CPL
OBJETO: Prazo de execução do contrato n° 18/2024, cujo objeto consiste em Contratação de empresa especializada para construção de 01 (um) mercado público no município de Goianinha/RN, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias.
DOTAÇÃO:
Unidade Orçamentária 09.001– Secretaria M de Agricultura e Abastecimento
Ação 1084– Construção e Instalação de Mercado Público
Natureza da despesa 4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
17000000- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
2700000- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Ação 1.284 – Mercado do Produtor Rural: empreendimento com área construída de 712,25 m²
Natureza da despesa 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos 17540000- Recursos de Operações de Crédito
27540000- Recursos de Operações de Crédito
DATA DA ASSINATURA: 20/05/2025
VIGÊNCIA: início em 20/05/2025 a 15/01/2025

Município de Goianinha/ RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

RD CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ/MF sob o nº 13.385.475/0001-95
Contratada

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:FA29D996

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE PATROCÍNIO N.º 001/2025

Partes: Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN e Cia de Cultura Junina Pai Fernandes.
Objeto: Concessão de apoio financeiro por meio de PATROCÍNIO, para a Cia de Cultura Junina Pai Fernandes para participação dos festivais de quadrilhas juninas do Rio Grande do Norte.
Aporte Financeiro: R$3.000,00 (três mil reais).
Dotação Orçamentária:
Objeto: APOIO E INCENTIVO CULTURAL PARA A "CIA PAI FERNANDES DE QUADRILHA JUNINA"

02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE	
Função	23 – Comércio e Serviços
Sub função	695 – Turismo
Programa	1006 – Dix-Sept Rosado com Cultura, Turismo e Desporto
Projeto/Atividade	2033 – Promoção de Eventos Sociais, Culturais e Esportivos
Elemento de Despesa	3350.41.00 – Contribuições
Fonte de Recursos	Ficha:251012 - 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Vigência: 03 (três) meses.
Foro: Comarca de Mossoró/RN.
Data da assinatura: 04/06/2025.

Gabinete do Prefeito, em Governador Dix-Sept Rosado/RN, 04 de junho de 2025.

ARTUR RODRIGUES VALE COSTA
Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:A021E677

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 001/2025 - PROCESSO DE ELEIÇÕES DIRETAS PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN

A Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN, no uso de suas atribuições legais, através da Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal Nº 715/2022 – GP, de 13 de setembro de 2022 e com o Decreto Nº 021/2022 - GP, de 14 de setembro de 2022, torna público o Edital do Processo de Eleições Diretas para escolha de diretores e vice-diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino De Governador Dix-Sept Rosado/RN - Gestão 2025/2027, conforme as normas estabelecidas neste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A partir de 2023 foi implantado o processo de eleições diretas para escolha de diretores e vice-diretores nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN, em virtude da promulgação da Lei Municipal Nº 715/2022 – GP, de 13 de setembro de 2022.

Art. 2º A escolha de diretor e vice-diretor para as unidades escolares dar-se-á por critérios técnicos, em conformidade com o Decreto Nº 021/2022 - GP, de 14 de setembro de 2022 e por eleição direta com participação da comunidade escolar.

Art. 3º Os interessados em se candidatar para a função de diretor e vice-diretor deverão preencher os critérios exigidos nos termos deste Edital.

Art. 4º A seleção de professores para provimento do cargo de diretor e vice-diretor das escolas públicas municipais, considerando-se a aptidão para a liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em etapas, sendo elas:
I – 1ª Etapa: inscrição junto à Secretaria Municipal de Educação, contendo currículo e proposta de trabalho, conforme Artigo 8º.
II – 2ª Etapa: divulgação, por meio da Comissão Eleitoral de Gestão Democrática, das inscrições deferidas e indeferidas;
III – 3ª Etapa: processo de eleição, coordenado pela Comissão Eleitoral de Gestão Democrática com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

II – DAS INSCRIÇÕES

Art. 5° As inscrições serão realizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, entre os dias 23 e 24 de junho de 2025, das 8h às 12h.

Art. 6° Para concorrer ao cargo, os candidatos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos, conforme disposto no Decreto Nº 021/2022 – GP, de 14 de setembro de 2022, que estabelece critérios para o processo eleitoral da gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de Governador Dix-sept Rosado:
a) ser professor efetivo da Rede Municipal, já tendo gozado o estágio probatório;
b) possuir formação em pedagogia ou licenciatura plena em qualquer área;
c) estar no uso legal das atribuições do cargo;
d) possuir, no mínimo, 5 (cinco) anos de tempo de exercício de docência comprovada até a data da inscrição;
e) não possuir registro de penalidade em procedimento administrativo disciplinar.
f) possuir disponibilidade de gerenciar a escola nos turnos de funcionamento da unidade, cumprindo as 30 (trinta) horas semanais de trabalho, conforme Art. 33, da Lei Nº 425/2010, que dispõe sobre a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Governador Dix-sept Rosado.

Art. 7° Para concorrer à função de diretor e vice-diretor das unidades escolares da Rede Municipal, os candidatos deverão compor chapa eleitoral e apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:
a) cópia dos documentos pessoais: CPF, RG e comprovante de residência;
b) comprovante de regularidade eleitoral emitido pelo site oficial do Tribunal Superior Eleitoral;
c) certidão de antecedentes criminais emitida pelo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;
d) diploma de graduação em pedagogia ou licenciatura plena em qualquer área;
e) certidão do Departamento de Pessoal da Prefeitura que comprove a situação funcional do profissional, com data de nomeação e ausência de penalidades vinculadas ao exercício da função;
f) formulário de inscrição disponível na Secretaria Municipal de Educação;
g) proposta de trabalho, em conformidade com o Art. 8º;
h) declaração de próprio punho assumindo o compromisso, a dedicação e a responsabilidade nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro da unidade escolar durante a vigência do mandato.

Art. 8° A Proposta de Trabalho deverá conter:
a) diagnóstico situacional da unidade escolar, considerando aspectos pedagógicos e administrativos, como subsídio para a definição das prioridades e ações.
b) objetivos e metas voltados à melhoria da unidade escolar, com foco nos índices de ensino e aprendizagem;
c) estratégias para a preservação do patrimônio público;
d) proposições para o fortalecimento da participação da comunidade no cotidiano escolar, acompanhando e avaliando as ações pedagógicas e administrativas;

Art. 9° É vedada a participação no processo eleitoral do professor que:
a) Tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de procedimento administrativo disciplinar;
b) esteja respondendo a procedimento administrativo disciplinar;
c) esteja sob processo de sindicância;
d) esteja inadimplente junto ao Tribunal de Justiça.

III – DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Art. 10 A relação dos candidatos aptos a participarem do processo eleitoral será divulgada no dia 26 de junho de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias Sociais Oficiais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-sept Rosado – RN.

Art. 11 Em caso de indeferimento da inscrição, caberá recurso à Comissão Eleitoral no prazo de 1 (um) dia útil. Os recursos, portanto, deverão ser protocolados no dia 27 de junho de 2025, das 8h às 12h, na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Manoel Joaquim, 493, Centro, Governador Dix-sept Rosado/RN.

IV – DA CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 12 A campanha e propaganda eleitoral nas unidades escolares deverá ocorrer no período compreendido entre 01 e 16 de julho (dia anterior à realização do pleito), respeitadas as diretrizes estabelecidas neste Edital

Art. 13 É vedado ao candidato:
a) fazer exposições de faixas e cartazes fora da escola;
b) distribuir brindes de qualquer espécie com objetivos de propaganda ou aliciamento de votantes;
c) realizar festas na escola que não estejam previstas no seu calendário;
d) desempenhar atos que impliquem em oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;
e) utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo;
f) caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no processo eleitoral;
g) praticar ações tendentes a influenciar, coagir ou vedar a vontade do eleitor;
h) a realização de campanha no dia da eleição.

Art. 14 Estará afastado do processo o candidato que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo anterior deste edital.

V – DOS VOTANTES

Art. 15 Terão direito de votar na eleição para diretor e vice-diretor na unidade escolar apenas os membros da comunidade escolar, vinculados à educação municipal em qualquer de suas etapas e modalidades, assim caracterizados:
a) O pai ou a mãe ou o responsável direto pelo educando regularmente matriculado;
b) O corpo técnico, docente e administrativo em efetivo exercício no estabelecimento de ensino;
c) alunos regularmente matriculados que na data da eleição tenham a partir de 14 (quatorze) anos de idade;
§ 1º Os profissionais do magistério público municipal e demais servidores administrativos e de apoio à educação que forem lotados em mais de uma unidade escolar, terão direito ao voto em cada uma delas.
§ 2º O profissional da educação que tiver filhos matriculados na escola em que trabalha votará apenas uma vez.
§ 3º Pai ou mãe ou responsável têm direito a um só voto, não importando o número de filhos matriculados na unidade escolar.

Art. 16 No ato da votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento físico ou digital com foto (RG ou equivalente).

Art. 17 O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da Secretaria Municipal de Educação, devidamente assinado pelo mesário.

Art. 18 Não é permitido voto por procuração.

Art. 19 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista poderá votar em uma lista separada.

Art. 20 Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 21 Nenhuma autoridade estranha à mesa poderá - sob pretexto algum – intervir em seu regular funcionamento, exceto os membros da Comissão Eleitoral.

VI – DO LOCAL E DATA DE ELEIÇÃO

Art. 22 A votação será realizada no dia 17 de julho de 2025, das 08h às 15h, em cada uma das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo Único: No caso das unidades escolares que compõem o Centro Municipal de Educação do Campo, o horário destinado à votação será de 8h às 12h, observando o horário de funcionamento habitual das referidas unidades.

VII – ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 23 Em conformidade com a Portaria 05/2025/SME, de 27 de maio de 2025, compete à Comissão Eleitoral de Gestão Democrática:
a) Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção dos candidatos pela comunidade;
b) divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;
c) analisar as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;
d) providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;
e) credenciar até 2 (dois) fiscais indicados pelos candidatos, para atuar durante o pleito eleitoral, identificando-os através de crachás;
f) receber possíveis pedidos de impugnação relativos às candidaturas.

Art. 24 Cada mesa receptora será composta por três membros escolhidos pela Comissão Eleitoral.
Parágrafo Único: Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges ou parentes de primeiro grau.

Art. 25 As mesas receptoras, uma vez encerradas a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras para procederem imediatamente à contagem dos votos nos mesmos locais de votação.
§ 1º Antes da abertura da urna, a Comissão Eleitoral deverá verificar se há nela indícios de violação e em caso de constatação, o processo eleitoral deverá ser suspenso e o presidente da comissão e seus membros deverão tomar as decisões cabíveis.
§ 2º Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, computando-os ou anulando-os entre os demais, preservando o sigilo.

Art. 26 Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação, se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado no artigo anterior.

Art. 27 São nulos os votos:
a) registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;
b) indiquem mais de um candidato;
c) contenham expressões ou qualquer outro tipo de manifestação diferente daquela que exprime o voto.

Art. 28 Será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos.

Art. 29 Na ocorrência de empate, será considerado eleito o candidato que:
a) tiver mais tempo de serviço na unidade escolar que pretende dirigir na Rede Pública Municipal de Ensino;
b) tiver mais tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino;

Art. 30 Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao presidente da Comissão Eleitoral de Gestão Democrática que se reunirá com os demais membros para:
a) verificar toda a documentação;
b) decidir sobre eventuais irregularidades;
c) divulgar o resultado final da votação.
Parágrafo Único: Divulgado o resultado, não cabe a sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do Artigo 26 deste Edital.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 A Comissão Eleitoral de Gestão Democrática encerrará os seus trabalhos 15 (quinze) dias após o encerramento da eleição.

Art. 32 O período da administração do diretor compreende um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 33 É de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a realização da transmissão do cargo ao eminente diretor, que deve ser empossado em cerimonial realizado em até 15 dias após a eleição.

Art. 34 O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo eleitoral poderá apresentar representação formal à Comissão Eleitoral de Gestão Democrática, que deverá reunir-se e tomar providências cabíveis.

Art. 35 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral de Gestão Democrática.

Art. 36 Ao tomar posse, os eleitos assinarão um termo de responsabilidade de gestão.

Art. 37 Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 05 de junho de 2025.

Comissão Eleitoral de Gestão Democrática
Secretaria Municipal de Educação:

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Presidente

ADRIELLY BENIGNO DE MOURA
Titular

LÍLIA MARA DE MENEZES
Titular

MIGUEL BORGES DE MORAIS NETO
Titular

EUZELITA MARIA DA SILVA COSTA
Titular

MARIA VERÔNICA SOUZA DE BRITO
Titular

Procuradoria Municipal

THICIANNEDY ALICE VERISSIMO DE BRITO
Titular

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Governador Dix-sept Rosado

HUDSMAR CARLOS DE OLIVEIRA
Titular

MARIA DA CONCEIÇÃO DE FREITAS MACEDO
Titular

Conselho Municipal de Educação

MARIA DE FÁTIMA LACERDA DE FREITAS OLIVEIRA
Titular

POLLYANA MIRTIS ALVES DE OLIVEIRA
Titular

Câmara Municipal de Governador Dix-sept Rosado

ANA TAÍS LOPES DE OLIVEIRA
Titular

CLESIA LIMA DOS SANTOS
Titular

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:35E52459

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 008/2025

"Abre Credito Suplementar no valor de R$ 4.741.250,58 e dá outras Providencias."

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE GROSSOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais, com fulcro nos artigos 29 e 30 da CF/88 e atribuições legais, e combinando com o artigo 139 da Lei Orgânica do Município vigente e de acordo com a Lei Orçamentaria Municipal em vigor, combinado com o artigo 40 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO QUE a Lei nº 775/2024 (LOA 2025) no Art. 7º § II autoriza o poder executivo atender insuficiências nas Dotações Orçamentarias ate o limite de 35%.

CONSIDERANDO QUE é permissível o empenhamento de folhas de pagamentos de forma estimada e fornecedores na classificação global para o exercício de 2024, na forma do que dispõe a Lei Federal 4.320/1964 combinado com a Lei Federal n. 8.666/93, bem como legislação específica do TCE;

CONSIDERANDO QUE o crédito adicional suplementar trata-se de reforço de dotação orçamentária, e não de reprogramação orçamentaria na forma de remanejamento, transposição e/ou transferências;

CONSIDERANDO QUE foram realizadas anulações de dotações orçamentaria de acordo com o que disciplina a Lei Federal nº 4.320/1964 e

CONSIDERADO QUE os créditos adicionais não implicam em aumento na despesa discricionária do Poder Executivo, por tratar-se de Gestão Orçamentária e não de Gestão Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aberto no corrente exercício, Credito Suplementar no Valor de R$ 4.741.250,58 (Quatro Milhões Setecentos e Quarenta e Um Milhões, Duzentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos) corrente para atender as dotações contidas no Anexo I (Acréscimos).

Art. 2º – Constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, à anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 4.741.250,58 (Quatro Milhões Setecentos e Quarenta e Um Milhões, Duzentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos) conforme previsão legal no Art. 4, Incisos I e II da Lei Federal 4.320/64 e relacionados no documento Anexo II (Redução).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grossos/RN, 02 de Abril de 2025.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional do Município de Grossos/RN

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:9530191B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 014/2025

Dispõe sobre o limite máximo de consignação em folha de pagamento dos servidores Públicos Municipais

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA,Prefeita Municipal de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, conforme o Art 96,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que o desconto em folha de pagamento para empréstimos consignados dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas não poderá exceder 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal bruta.

Art. 2º Este Decreto terá validade enquanto perdurarem seus efeitos.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos,
Palácio José Marcelino Filho

Grossos/RN, 05 de junho de 2025.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:DFAEA798

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº221008/2025
INTERESSADO:SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLAN. FINANÇAS E TRIB;
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

RATIFICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidaspela Lei Orgânica do Município, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,a empresa:NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA,inscrita no CNPJ: 07.797.967/0001-95,para aContratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.,no valor global deR$8.354,33(oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), ancorado noLei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP)e suas alterações posteriores.

Grossos-RN, 07 de abril de 2025

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:AF32412F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2019

Processo nº:1825/2025
Contratante: Município de Guamaré/RN
Contratada:ALDEOTA LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ nº: 07.553.050/0001-45.
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos da linha leve, sem motorista e sem combustível, visando atender as necessidades das Secretarias e demais órgãos que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, de acordo com as condições descritas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 055/2019.
Objeto do aditivo: Renovação contratual por mais 06 (seis) meses.
Vigência:a partir de 06 de junho de 2025 a 05 de dezembro de 2025.
Classificação da despesa: a dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo, concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal:art. 57, inc. II, § 4º, da lei nº 8.666/93.
Assinaturas:
Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – Contratante.
Vânia Maria Boaventura Cavalcante, CPF nº 247.849.313-68, representante legal da ALDEOTA LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. (Contratada).

Guamaré/RN, 04 de junho de 2025.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:10493FBC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo nº: 1.785/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN – CNPJ: 08.184.442/0001-47
Contratada: ZETRASOFT LTDA **– CNPJ: 03.881.239/0001-06**

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Comodato nº 001/2022, a contar da presente data, cujo objeto seria a cessão do Direito de Uso do Licenciamento do ECONSIG – Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações, com desconto em Folha de Pagamento, de propriedade do COMODANTE, descrito e caracterizado no descritivo funcional.
PREVISÃO LEGAL: A rescisão do Contrato ora operada tem fundamento no art.78, inciso XII c/c o art.79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

ASSINATURA:
HELIO WILLAMY DA MIRANDA DA FONSECA – CONTRATANTE.

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:87CCFD65

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 676/2025

Dispõe sobre a cessão da servidora do Município de Guamaré/RN ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, 30 Zona Eleitoral - Macau/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder, com ônus para este órgão, a servidora **ANA PAULA DA COSTA GOMES**, matrícula nº 1031, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, do quadro de pessoal deste órgão, para exercer suas funções junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, 30ª Zona Eleitoral – Macau/RN, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 01 de julho de 2025 à 30/06/2026, conforme Protocolo Eletrônico nº 948/2025.

Art. 2º - Durante o período da cessão, o ônus pela remuneração da servidora permanecerá com este órgão, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2025.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:C69DC03D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 062/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO LUIZ CÂNDIDO ALVES.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **PROFESSORES** do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada no Assentamento Umarizeiro, Zona Rural, Baixa do Meio - Guamaré/RN, no dia 16/06/2025, às 07h30 com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de professores, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:F5E08E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 063/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO LUIZ CÂNDIDO ALVES.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **FUNCIONÁRIOS** do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada no Assentamento Umarizeiro, Zona Rural, Baixa do Meio - Guamaré/RN, no dia 16/06/2025, às 08h com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de funcionários, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:129AC259

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 064/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO LUIZ CÂNDIDO ALVES.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **PAIS DE ALUNOS** do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, no Assentamento Umarizeiro, Zona Rural, Baixa do Meio - Guamaré/RN, no dia 16/06/2025, às 08h30 com a seguinte pauta:
Eleição de 04 (quatro) representante de pais de alunos, acompanhado de seus suplentes para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:BC6DA6FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 065/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO LUIZ CÂNDIDO ALVES.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **COORDENADORES PEDAGÓGICOS** do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada no Assentamento Umarizeiro, Zona Rural, Baixa do Meio - Guamaré/RN, no dia 16/06/2025, às 09h com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de coordenador pedagógico, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Luiz Cândido Alves, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:6EDE73C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 066/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MONSENHOR JOSÉ TIBURCIO.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **PROFESSORES** do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada na comunidade de Lagoa Seca, Zona Rural, - Guamaré/RN, no dia 17/06/2025, às 07h30 com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de professores, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:BF176925

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 067/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MONSENHOR JOSÉ TIBÚRCIO.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **FUNCIONÁRIOS** do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada na comunidade de Lagoa Seca, Zona Rural, - Guamaré/RN, no dia 17/06/2025, às 08h com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de funcionários, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:E3E5AF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 068/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MONSENHOR JOSÉ TIBÚRCIO.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **PAIS DE ALUNOS** do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada na comunidade de Lagoa Seca, Zona Rural, - Guamaré/RN, no dia 17/06/2025, às 08h30 com a seguinte pauta:
Eleição de 04 (quatro) representante de pais de alunos, acompanhado de seus suplentes para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:E8005141

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 069/2025 – COMISSÃO ELEITORAL PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA O MANDATO 2025/2027 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MONSENHOR JOSÉ TIBÚRCIO.

A Comissão Eleitoral para condução do Processo Eleitoral dos Conselhos Escolares nomeada por meio da Portaria nº 493/2025, através do seu presidente, o Srº Fábio Pinheiro Bezerril, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os **COORDENADORES PEDAGÓGICOS** do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, para Assembleia Geral, que será realizada na sede da escola, situada na comunidade de Lagoa Seca, Zona Rural, - Guamaré/RN, no dia 17/06/2025, às 09h com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de coordenador pedagógico, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Escolar do Centro de Educação Monsenhor José Tibúrcio, em cumprimento a Lei 637/2014 e Decreto 029/2015.

Guamaré/RN, 05 de junho de 2025.

FÁBIO PINHEIRO BEZERRIL
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:80912DF4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 346/2025 - GP

Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **ELYELL BRENO DO NASCIMENTO**, portador(a) do CPF XXX.188.754-XX, para ocupar o cargo comissionado de **AGENTE COMUNITÁRIO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 02 de junho de 2025.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 05 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3A73EA2B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2025
O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN**, através do Gabinete do Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e **CONSIDERANDO** o arrazoado contido no parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto do Inciso II artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 12.343/2024 e Decreto Municipal n° 001 de 02 de janeiro de 2025, verbi:

"Art. 75 – É dispensável a Licitação:
[...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;"

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.
RESOLVE
DISPENSARa licitação, com fundamento no **Artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/21,** DISPENSAR, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, **o** seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, DESTINADOS A FROTA VEÍCULAR PERTENCENTE A ESTA MUNICIPALIDADE.,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência**,** em favor da Empresa: **GERMAN EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.855.666/0001-87, estabelecida a Rua Almir Barreto, 630-centro, município de Pedro Velho/RN, CEP. 59.430-000**, sendo representada pela sua representante legal a senhora Milena Cristina Lopes da Silva**, portador do CPF nº 06.135.694-75**, valor global de R$ 58.645,00 (Cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 181/2025, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025,** para que este produza seus legais efeitos.
Publique-se.

Ielmo Marinho/RN, em 05 de junho de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:580C080C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2025

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN, CONFORME AS LEIS FEDERAIS Nº 9.637/98 E 13.019/2014, DECRETO MUNICIPAL Nº 18/2021 E LEI MUNICIPAL N°. 003/2023, PARA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE TERMO DE CONTRATO/TERMO DE GESTÃO/COLABORAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN

LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 8h59min do dia 20 de junho de 2025.

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 9h00min do dia 20 de junho de 2025.

O Edital completo deverá ser solicitado gratuitamente por meio do e-mail: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br, ou presencialmente retirado no endereço na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN, no horário de 07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, nos dias de expediente ordinário.

Ipanguaçu/RN, em 05 de junho de 2025.

FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES
Presidente da Comissão Especial de Seleção

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:65893077

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2025

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN, CONFORME AS LEIS FEDERAIS Nº 9.637/98 E 13.019/2014, DECRETO MUNICIPAL Nº 18/2021 E LEI MUNICIPAL N°. 003/2023, PARA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE TERMO DE CONTRATO/TERMO DE GESTÃO/COLABORAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN

LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10h59min do dia 20 de junho de 2025.

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 11h00min do dia 20 de junho de 2025.

O Edital completo deverá ser solicitado gratuitamente por meio do e-mail: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br, ou presencialmente retirado no

endereço na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN, no horário de 07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, nos dias de expediente ordinário.

Ipanguaçu/RN, em 04 de junho de 2025.

FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES
Presidente da Comissão Especial de Seleção

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C7A5784E

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2025

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN, CONFORME AS LEIS FEDERAIS Nº 9.637/98 E 13.019/2014, DECRETO MUNICIPAL Nº 18/2021 E LEI MUNICIPAL N°. 003/2023, PARA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MEDIANTE TERMO DE CONTRATO/TERMO DE GESTÃO/COLABORAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN

LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 13h59min do dia 20 de junho de 2025.

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 20 de junho de 2025.

O Edital completo deverá ser solicitado gratuitamente por meio do e-mail: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br, ou presencialmente retirado no endereço na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN, no horário de 07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, nos dias de expediente ordinário.

Ipanguaçu/RN, em 04 de junho de 2025.

FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES
Presidente da Comissão Especial de Seleção

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3078A0F8

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 004/2025

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO ORGANIZAÇÃO, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN, CONFORME AS LEIS FEDERAIS Nº 9.637/98 E 13.019/2014, DECRETO MUNICIPAL Nº 18/2021 E LEI MUNICIPAL N°. 003/2023, PARA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MEDIANTE TERMO DE CONTRATO/TERMO DE GESTÃO/COLABORAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN

LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situado na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 15h59min do dia 20 de junho de 2025.

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 20 de junho de 2025.

O Edital completo deverá ser solicitado gratuitamente por meio do e-mail: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br, ou presencialmente retirado no endereço na Avenida Luiz Gonzaga, 800, Centro, Ipanguaçu/RN, no horário de 07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, nos dias de expediente ordinário.

Ipanguaçu/RN, em 04 de junho de 2025.

FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES
Presidente da Comissão Especial de Seleção

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8DB6979A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 202/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: JOSEANE SOARES BATISTA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Técnica de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil).reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.0006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:1122E48A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 203/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: THAYSSA RAILA BRASIL GONZAGA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Técnica de Enfermagem**,** junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil).reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.0006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8351CDE1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 205/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: WELLYDELANDIA LACERDA SOARES.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Técnica de Enfermagem**,** junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil).reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.0006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E6AA0967

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 206/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: ALANA BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Técnica de Enfermagem**,** junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.0006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CFEBB699

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 207/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: RAMIRIS RAQUEL FERNANDES SALES.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Recepcionista, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:49135199

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 208/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: ELAINE DANIELLE GONZAGA DE OLIVEIRA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Recepcionista, junto à Secretaria Municipal da Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:39E12330

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 209/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: RAILA CRISTINA SIQUEIRA COSTA DE FRANÇA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Recepcionista, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
03.001.10.301.006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A44DE047

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 210/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** LERCIA MARIA VARELA BARCA FONSECA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Técnico Saúde Bucal, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.301.0006.2046.3.1.90.04.1.600.000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 03 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FC710804

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 211/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** DARIA DE OLIVEIRA TAVARES.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.301.0006.2080.3.1.90.04.1.500.1002 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 04 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4692607D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 216/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ALDA CLENIA DA SILVA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6CC0358E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 217/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** MARIA DO SOCORRO BATISTA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2FF70B23

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 218/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ADRIA DE OLIVEIRA FONSECA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3AA73B4A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 219/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** NATALIA JESSICA GONZAGA DE OLIVEIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:573227FB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 220/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** GEANI DE MELO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:84617A0E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 221/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** MARLANE MELO DOS SANTOS
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:1CE47659

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 222/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** LAYZA LAYANE MENDES DA COSTA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D60EB4D1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 223/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** EUSIARA LEIDIANE DE MORAIS BARRETO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F13F7460

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 224/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANDRESSA TALITA SIQUEIRA DA SILVA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2971CA63

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 227/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** CINTIA FONSECA DE OLIVEIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:835A92CE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 228/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** LAYANNE PATRICIA FERNANDES DE SOUZA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B42C302C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 229/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** JOAO BATISTA HORACIO JUNIOR
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:224667EA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 230/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** FRANCINEIDE FERREIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, **,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9F59FC5B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 231/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** MARIA VERALUCIA ARRUDA DE FIGUEREDO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A0DFB48B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 232/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANNA KARLA FERREIRA RIBEIRO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8781F1E1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 233/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** KAIQUE SOUZA DA FONSECA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:570655C4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 234/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** FRANCISCA KAROLAINE SIQUEIRA DA SILVA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:57328CB3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 236/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** MAYRA CAROLINE FREITAS DE SOUZA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F960078F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 237/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANTONIA MARIA DO NASCIMENTO NOBRE
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8D53EFC2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 238/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** PAULO HENRIQUE DA SILVA FERREIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:EE5CCE4C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 239/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** KARIELLY LOUYSE GONZAGA CUNHA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:5486EFE0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 240/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** IARA CRISTINA FONSECA DE OLIVEIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6515DBF0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 241/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** OSNARA RIBEIRO DA SILVA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8A868368

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 243/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** CICERO CLAUDIO DA SILVA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0324A34D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 244/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** FRANCISCO WELSON VARELA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Auxiliar Administrativo em Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.800,00 (mil e oitocentos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.301.006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 06 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:28F931BF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 245/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANTONIO WESLLEY SILVA COSTA.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Motorista AB, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil e quinhentos e dezoito). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.122.0006.2007.3.1.90.04.1.500.1002 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4B7AD79C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 246/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** RAFAELLA NUNES CLEMENTINO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 18 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:103839F8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 247/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANTONIO JORGE SOARES FERREIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:65B4163E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 248/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANA MARIA OLIVEIRA BARRETO.
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Atendente, junto à Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito) reais..
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.301.006.2027.3.1.90.04.1.600.0000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 20 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B64CAADF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 249/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** FRANCISCA IRISMAR DE SOUZA GONZAGA RIBEIRO
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A4E0FBC8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 250/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** NAZARENO JUNIOR VARELA CALDAS
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A263D175

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 251/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ADRIANA KARLA BARBALHO PEREIRA
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica, junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos).
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B4E8A96B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO IPANGUAÇU/RN EXTRATO DO CONTRATO Nº: 242/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU. CONTRATADO: ANA BEATRIZ SILVA DA FE DO OBJETO

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 242/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EMERGENCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO**:** ANA BEATRIZ SILVA DA FE
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de Professor de Educação Básica**,** junto à Secretaria Municipal de Educação
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 06 de junho de 2025.
DO VALOR MENSAL: R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro e sessenta e oito centavos). reais
DOS RECURSOS FINANCEIROS:
02.005.12.361.0007.2058.319004.1540.1070 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 10 de março de 2025.

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9F88FBD7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 510/2025

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar,**JAÍRES AZEVEDO DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº.*****821.054-15**, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de junho 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:10F6B665

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 511/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear,**JADSON ANTONIO ARAÚJO DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº.*****455.194-08**, para ás atribuições inerentes

ao cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de junho 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:98F68DF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 512 /2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar,**EDILSON CIPRIANO DE LIMA JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº. ***.744.804-51, das atribuições inerentes ao cargo de Consultor de Projetos e Programas, lotado na Consultoria de Projetos e Programas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de junho de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A196EA74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 513 /2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear,**JAÍRES AZEVEDO DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº.*****821.054-15**, para às atribuições inerentes ao cargo de Consultor de Projetos e Programas, lotado na Consultoria de Projetos e Programas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de junho de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:594FDBD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 514 /2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, **EDILSON CIPRIANO DE LIMA JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº. ***.744.804-51, para ás atribuições inerentes ao cargo de Consultor Jurídico da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de junho de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C6CEB6F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 515/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LICIANA KELLY PEREIRA DE AQUINO, inscrita no CPF sob o nº. ***.527.744-14 , para às atribuições inerentes ao cargo de Secretária Adjunta de Finanças, lotado na Secretaria Municipal de Finanças

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa á 02 de Junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 05 de Junho de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3A319E6A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2024, CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN E A EMPRESA R 5 SOLUÇÕES EM SAÚDE, CNPJ 33.853.517/0001-82.

O **MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.085.318/0001-24, com sede na Avenida Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 079.XXX.XXX-29, residente e domiciliado no PO Baldum, nº 62, Baldum/Área Rural, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR,** e a empresa **R 5 SOLUÇÕES EM SAÚDE,** inscrita no CNPJ sob o N° **33.853.517/0001-82**, sediada na Rua Anibal Correia, 2703, Candelária, Natal/RN, CEP: 59.064-340, neste ato representada por **GEDILSON FERNANDES DE MEDEIROS**, inscrito no CPF sob n° 010.xxx.xxx-80, doravante designada **BENEFICIÁRIA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 398/2024, com fundamento legal no artigo 84 da Lei nº 14.133/21, e demais legislação aplicável, resolvem firmar o presente Termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços nº 073/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 009/2024, cujo objeto é o registro de preço para aquisição de material hospitalar e medicamentos, de acordo com as especificações citadas na Ata de Registro de Preços originária, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

2.1. Após prorrogação do prazo de vigência, os preços serão reajustados por apostilamento, observada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, conforme previsto no item "Alteração ou Atualização dos Preços Registrados" da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir de 03 de junho de 2025 e vigerá por um período de 12 (doze) meses, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ipanguaçu/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 073/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/2024, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Ipanguaçu/RN, 02 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN	R 5 Soluções em Saúde
JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS	***GEDILSON FERNANDES DE MEDEIROS***
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3F930427

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1343/2025

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a contratação de pessoa física visando os serviços de locação de imóvel, destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca do município de Ipanguaçu/RN. In verbis:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a Inexigibilidade de Licitação nº 034/2025 – Processo Administrativo nº 1343/2025, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto a pessoa física: MARTA MARIA AMORIM OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 701.298.554-21, no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.
Ipanguaçu/RN, 05 de junho de 2025.

Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E468C5B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
ANEXO DE METAS FISCAIS DA LEI 597 - 2025

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as metas de inflação (IPCA-E):

VARIAVEIS	2026	2027	2028
PIB real (crescimento anual)	2,50	2,60	2,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,50	10,50	10,00
Câmbio (R$ / US$ - Final do ano)	5,99	5,90	5,85
Inflação Média (% anual) projetada c/ base em índice oficial de inflação	3,50	4,40	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	79.396	81.008	82.210

No tocante às Receitas Tributárias, a constante busca de otimização das políticas de arrecadação tributárias tentam minimizar os efeitos da instabilidade na economia brasileira.

Impactos da Reforma Tributária nas Finanças Públicas Municipais:

A reforma tributária proposta no Brasil promove alterações significativas na estrutura de arrecadação e distribuição de tributos entre os entes federativos. Entre os principais impactos previstos para as finanças dos municípios, destacam-se:

• **Redução da Autonomia sobre Tributos Próprios:** Atualmente, os municípios possuem competência para arrecadação do ISS (Imposto sobre Serviços), uma de suas principais fontes de receita. Com a reforma, o ISS será incorporado ao novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja arrecadação será partilhada entre a União, Estados e Municípios, o que poderá:

• Reduzir a autonomia financeira municipal;
• Limitar a possibilidade de concessão de incentivos fiscais locais.

• **Redistribuição do Produto da Arrecadação:** Com a adoção do princípio do destino para a arrecadação de tributos, os municípios com maior consumo tendem a ser favorecidos, em detrimento daqueles com perfil produtor de bens ou serviços.

• **Simplificação e Eficiência:** A unificação dos tributos contribuirá para a redução de custos administrativos e para o aumento da eficiência arrecadatória, especialmente em municípios com menor capacidade fiscal.

• **Impactos nas Políticas Locais:** Embora a autonomia fiscal municipal possa ser restringida, espera-se que a previsibilidade e estabilidade das receitas favoreçam o planejamento orçamentário e a execução de políticas públicas.

No que tange às transferências, estas têm sofrido as mesmas influências das Receitas Tributárias face a instabilidade que a economia brasileira vem sofrendo, diante das expectativas geradas pela situação negativa da guerra fiscal Americana, com o encarecimento de alimentos, produtos industrializados chineses e do petróleo reforçando a inflação em todo o mundo.

Esse cenário impactou significativamente a confiança empresarial, houve piora expressiva das expectativas em todos os setores, especialmente no Comércio e em Serviços Mundiais, enquanto a percepção sobre a situação corrente piorou relativamente pouco.

As receitas de Transferências Correntes, do SUS, FNDE e FNAS, apresentam uma estabilidade no repasse municipal, existem expectativas de crescimento do repasse do FPM para o exercício de 2026 com a possível retomada das atividades econômicas há níveis normais.

Porém, enquanto o ministro Fernando Haddad (Fazenda) busca elevar a arrecadação para reduzir o déficit nas contas públicas em 2026, a perda do governo com subsídios e desonerações de impostos é previsto pela Receita Federal em R$ 621 bilhões no ano que vem.

As projeções foram calculadas pela Receita Federal no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026, enviado pelo governo ao Congresso. A meta de déficit primário do Governo Federal é de 6,8 bilhões para as estatais federais em 2026, e meta indicativa de superávit para os Estados, Distrito Federal e Municípios de R$ 1,1 bilhão em 2026 e 2027.

.

Chamados tecnicamente de gastos tributários, esses cortes reduzem a arrecadação pública a partir de exceções nos impostos criadas para diminuir custos ao consumidor ou ao produtor. São concedidos aos diferentes setores da economia –principalmente comércio, serviço, saúde e agricultura (que, juntos, respondem por mais da metade do total).

A contribuição da União neste novo FUNDEB vai aumentar gradativamente até atingir o percentual de 23% dos recursos que formarão o fundo em 2026. Passará de 10%, do modelo vigente até o fim de 2020, para 12% em 2021; em seguida, para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; até alcançar 23% em 2026.

As demais receitas têm comportamento regular e isto ocorre pelo fato de a maioria das receitas ser proveniente de convênios ou empréstimos regulamentados por contratos. É por conta disso que são considerados os contratos já firmados e não a série histórica.

Em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, tem-se buscado fazer com que as despesas variem na mesma proporção que as receitas. Além disso, vêm sendo adotadas medidas a fim de se reduzir o custeio e, consequentemente, desenvolver novas frentes para investimentos no Município.

Para obtenção dos valores correntes, foram utilizados uma série histórica da arrecadação municipal com os dados dos balanços de 2022 e 2023, a previsão orçamentária para 2024 e as projeções para os exercícios de 2025 considerando nestas projeções os índices de inflação e o PIB nos respectivos períodos.

Em relação à origem dos recursos que compõem o tesouro do Município, é importante observar que grande parte desse montante é oriundo de transferências diretas da União, além das transferências do Estado.

Os valores a preços constantes equivalem aos valores correntes expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor atual. Assim, as metas anuais previstas para os três exercícios anteriores e os dois posteriores ao ano de referência utilizam os índices apresentados no anexo de metas fiscais.

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentária, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, a alienação de ativos e as receitas de privatizações.

A Despesa Primária corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária.

Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas financeiras. Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida, que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos o total do Ativo Financeiro, ou seja, a disponibilidade de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres. Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício em exame em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida no período anterior ao de referência.

O § 1º do art. 1º da LRF, dispõem sobre a Responsabilidade na Gestão Fiscal e por conseguinte, impõe uma ação planejada frente aos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, assim a LRF em seu art. 4º, § 3º instituiu o Anexo de Riscos Fiscais.

Ipueira- RN, 05 de junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:A063E13D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LEI Nº 597/2025

LEI Nº 597/2025

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município de Ipueira/RN, para exercício de 2026, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Ipueira,** Estado Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber que a **Câmara Municipal de Ipueira/RN,** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (Artigo 165, II, Parágrafo 2º), combinada com a Lei Federal Complementar 101/2000 (Artigo 4º), compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, orientação para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, incluindo estimativa das receitas e fixação das despesas, a limitação de empenhos e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Parágrafo único: O poder público em convergência com o PPA 2026 a 2029, terá como prioridade a elevação da qualidade de vida, gestão democrática e eficiente, educação inclusiva e equitativa, atenção integral à saúde, à proteção social, os direitos humanos, e gênero e cidadania, à infância, adolescência e juventude no SUAS, à cultura e arte, o esporte e lazer, o desenvolvimento territorial urbano/rural e proteção do meio-ambiente, à mobilidade urbana, e transporte, à infraestrutura de espações de uso e convivência, à qualidade de vida e oportunidade, o desenvolvimento econômica com ênfase nas dimensões do trabalho, emprego e renda, bem como, à segurança pública e cidadania.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 2º As definições dos termos e os conceitos constantes da presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária, serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal

SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2026, será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas serem superior ao das receitas previstas.

Art. 4º A avaliação dos resultados dos programas, de que trata a Alínea "E", Inciso I, Artigo 4º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, será realizada a cada semestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

Art. 5º A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2026, será composta das seguintes peças:
I - Projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e
II - Anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:
a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes, e respectiva legislação;
b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (Artigo 212);
c) recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
g) receitas e despesas por categorias econômicas;
h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores a 2026, bem a receita prevista para este exercício e para o exercício seguinte;
i) despesas fixadas e consolidadas ao nível de categoria econômica, subcategoria e elemento;
j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função, programa, subprograma, projetos e atividades;
k) consolidado por funções, programas e subprogramas;
l) consolidado por funções, programas e subprogramas, evidenciando os recursos vinculados;
m) despesas por órgãos e funções;
n) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
o) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
p) recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde;
q) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEB; e
r) especificação de legislação da receita.

§ 1º Na estimativa das receitas, considerar-se-á tendência do presente exercício até o mês de março de 2025, as perspectivas para a arrecadação de 2026 e as disposições da presente Lei.

§ 2º As despesas e as receitas do orçamento anual, serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit", conforme for o caso.

Art. 6º No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2026, também conterá autorização para abertura de créditos adicionais, autorização para remanejamento de valores e a realização de operação de créditos.

Art. 7º O orçamento anual do Município, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e fundacional.

Art. 8º A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições da Constituição Federal (Art. 166, Parágrafo 3º, inciso II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária e ao plano plurianual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Art. 10 O Poder Executivo Municipal, até 31 de janeiro de 2026, regulamentará por Decreto, a programação financeira das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 11 Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se pelo menos, para um,

no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES
a) Pessoal e Encargos Sociais
b) Juros e Encargos da Dívida
c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital

§ 1º A Classificação a que se refere este artigo, corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

§ 2º As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo, serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título, que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática, estabelecida pela Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).

§ 3º As despesas terão como prioridades os projetos ou ações arroladas no Anexo I desta Lei.

Art. 12 As alterações decorrentes da abertura e a reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição e justificativa.

Art. 13 Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência, para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a 05 (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida.

CAPÍTULO IV
Das Receitas

Art. 14 A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capítulo III, Artigos 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de março de 2025.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, serão levados em consideração para efeito de previsão, os seguintes fatores:

I -Efeitos decorrentes de alterações na legislação;
II -Variação de índices de preços;
III -Crescimento econômico; e
IV -Evolução da receita nos últimos três anos.
§ 2º A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo, só será permitida, se comprovado erro ou omissão, de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei federal Complementar nº 101/2000 (Artigo 12, Parágrafo 1º).

Art. 15 Só será permitida, no exercício de 2026, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária na qual decorra renúncia de receita, que se proceda ao cumprimento do art. 14 da LC 101/2000.

CAPÍTULO V
Das Despesas

SEÇÃO I
Das Despesas com Pessoal

Art. 16 Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei federal Complementar nº 101/2000.

Art. 17 O Poder Executivo Municipal publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo da execução orçamentária do período.

§ 1º As despesas com pessoal, para atendimento às disposições da lei federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 2º Caberá ao setor de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 18 Para atendimento das disposições do Artigo 7, da Lei Federal nº 9.424/96 combinado com a Lei nº 11.494/2007, o Poder Executivo Municipal, poderá conceder abono salarial aos professores e profissionais do ensino básico e infantil, utilizando os recursos do FUNDEB.

Art. 19 A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal, (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, para o exercício de 2026, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 20 Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25.

SEÇÃO II
Das Despesas Irrelevantes

Art. 21 Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no Artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei federal Complementar nº 101/2000, as despesas com manutenção do patrimônio público municipal, e a manutenção dos programas e ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, quando voltadas para o aspecto social.

SEÇÃO III
Das Despesas de Convênios

Art. 22 O ente Municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

I -Seja aprovado previamente o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações;
II -Seja aprovado previamente o cronograma de desembolso:
III -A meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no Plano Plurianual de Investimentos;
IV -Seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
V -Haja a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
VI -Sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).
VII -Que a beneficiada esteja em dia com suas obrigações e ou encargos sociais (adimplente).

SEÇÃO IV
Das Despesas com Novos Projetos

Art. 23 O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO V
Dos Repasses as Instituições Públicas e Privadas

Art. 24 Poderá ser incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2026, bem quanto sua alteração, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência às

disposições da Lei federal Complementar nº 101/2000 e ainda, aos dispositivos seguintes:

I -Que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS e Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS;
II -Que haja lei específica autorizada pela Câmara Municipal para a subvenção.
III -Que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior a que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor Financeiro do Município, na conformidade do Parágrafo Único, do Artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.
IV -Que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente.
V -
Que a entidade beneficiada faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 30 de agosto de 2025;
VI -Que a entidade beneficiada faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e FGTS, conforme Artigo 195, Parágrafo 30, da Constituição Federal, e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código tributário do Município; e
VII -Não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.
Parágrafo Único. Não poderá constar na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos I, II, III, IV, V, VI e VII do presente artigo.

CAPÍTULO VII
Dos Créditos Adicionais

Art. 25 Os créditos adicionais e suplementares serão autorizados pelo Poder Legislativo e abertos por decreto do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do "caput" deste artigo, desde que não comprometidos, como sendo:

I -Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II -Os provenientes do excesso de arrecadação;
III -Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV -Os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V -O produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
Art. 26 As solicitações do Poder legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais, conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 27 As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 28 A lei orçamentária anual, constarão as seguintes autorizações:

I -
Para abertura de créditos adicionais:
Até o limite nela definido, para créditos suplementares;
Para remanejamento de despesas dentro da mesma unidade orçamentária;
Até o limite autorizado em Lei especifica de reajuste de pessoal e encargos sociais;
À conta da dotação de reserva de contingência, que deverá se limitar a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista, em dotação global, sem destinação específica;
II - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias:
A transposição, remanejamento e transferência de que trata o caput deste artigo deverão ser acompanhadas de um Termo de Justificativa da ocorrência dos fatos que deram causa a devida ação.
Para efeitos desta Lei entende-se como:
Transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de modalidade de aplicação, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;
Remanejamento: deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;
Transferência: deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

III - Para realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite nela definido.

Art. 29 Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício de 2025, poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, até 31 de janeiro de 2026, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, ao nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2025, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização

SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 30 Até o final dos meses de agosto e fevereiro, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre.

Art. 31 O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação, explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Art. 32 Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único. A limitação de empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento no disposto no "caput" deste artigo, serão estendidas as despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Art. 33 Não serão objeto de limitação as despesas que constituem obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IX
Das Vedações

Art. 34 Serão consideradas não autorizadas, irregulares, e lesivas ao patrimônio público a gestão de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Artigo 15), quando desacompanhadas de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual.

Art. 35 É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades, que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, aos servidores da administração direta ou indireta, por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.
Parágrafo Único. Além da limitação definida no "caput" deste artigo, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I -Atividades e propagandas político-partidárias;
II -Objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
III -Obras de grande porte, sem comprovada e declarada necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
IV -Auxílios às entidades privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO X
Das Dívidas

SEÇÃO ÚNICA
Da Dívida Fundada Interna

SUB-SEÇÃO I
Dos Precatórios

Art. 36 Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2025, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina a Constituição Federal (Artigo 100, Parágrafo 1º).

§ 2º O Sistema de Controle Interno do Município registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

SUB-SEÇÃO II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 37 O Poder Executivo deverá manter registro individualizado das dívidas fundada interna e externa.

CAPÍTULO XI
Do Plano Plurianual

Art. 38 Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2026, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Art. 39 Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente, poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2026.

Art. 40 A inclusão de novos projetos no plano plurianual de investimentos, dependerá de lei específica.

Parágrafo Único. Não poderão ser incluídos novos projetos no plano plurianual de investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

CAPÍTULO XII
Das Disposições Gerais e Transitórias

SEÇÃO I
Dos Prazos e Autorizações de Créditos Suplementares

Art. 41 A proposta orçamentária para o exercício de 2026, será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único. Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no "caput" deste artigo, o Poder Executivo a remeterá até o dia 30 de agosto de 2025.

Art. 42 A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, será entregue ao Poder Executivo até o dia 15 de agosto de 2025, para efeito de compatibilização com as despesas do município, que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 43 A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Artigo 62, Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 44. A Lei orçamentária conterá autorização para abertura de crédito suplementar no limite máximo de trinta por cento (30%) do valor fixado para as despesas do exercício de 2026, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O limite autorizado no Caput do artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:

I -As despesas forem financiadas com recursos de convênios, contratos de repasses, programas, auxílios, contribuições ou outras formas de captação, oriundos de esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o "caput" deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe derem causa;
II -Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e encargos Sociais, mediante a utilização de recursos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;
III -
Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
IV -Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2025, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais, do FUNDEB e Convênios, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas, fixados na Lei Orçamentária.

Art. 45 A utilização das dotações com origens de recursos em convênios, fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 46 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 ou em seus créditos

adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

SEÇÃO II
Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 47 Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2026, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo, até dezembro de 2025.

Art. 48 A Comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município, oferecendo sugestão ao:

I - Poder Executivo, até 15 de agosto de 2025, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal; e
II - Poder Legislativo, junto a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único. As emendas aos orçamentos indicarão obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 49 A prestação de contas anual do município incluirá o relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 50 Para efeito do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata a lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II - as especificações contidas também na lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 75.

Art. 51 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IPUEIRA/RN, 05 de junho de 2025.

Ademir José de Medeiros
Prefeito Municipal

AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

• LEGISLATIVO:

Manutenção das atividades de funcionamento do Poder Legislativo.

• ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS:

Promover a valorização do servidor público, oferecendo-lhes condições plenas para melhor execução possível do seu trabalho;
Dentro de condições legais e possíveis, buscar reajustes salariais;
Tornar os processos de administração pública cada vez mais eficientes e transparentes;
Realizar a reforma administrativa e atualizar as Leis municipais (Código tributário, Estatuto do Servidor,);
Implantar um sistema de atendimento ao cidadão remoto – via telefone, internet e aplicativos digitais como o WhatsApp – garantindo o acompanhamento adequado das solicitações dos munícipes;
Realizar estudos visando o planejamento territorial, definindo áreas prioritárias para expansão urbana;
Racionalizar os gastos do município;
Modernizar a administração municipal;
Manutenção de regularidade dos pagamentos do funcionalismo público municipal e encargos previdenciários e tributários; e precatórios judiciais.

• ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Implantação e manutenção do Plano de Capacitação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
Manutenção das instâncias de controle social do SUAS e coordenadorias afins;
Manutenção da Gestão do Trabalho no SUAS;
Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica;
Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social, IGD SUAS e IGD PBF.
Manutenção do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
Manutenção do Programa BPC na Escola e BPC (benefício de prestação Continuada);
Manutenção e estruturação dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial no domicilio para pessoas com deficiência e idosas;
Manutenção e estruturação dos Projetos Sociais desenvolvidos no âmbito da Assistência Social;
Assistência emergencial no combate à fome, ao enfrentamento das vulnerabilidades temporárias e calamidades públicas, através dos Benefícios Eventuais;
Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial (média e alta complexidade);
Promover o desenvolvimento e a garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes como prioridade absoluta;
Manutenção do programa primeira infância no SUAS;
Promover ações de proteção ao enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual de Crianças e adolescentes, e a qualquer tipo de violação dos direitos humanos, fortalecendo a rede apoio;
Promover programas de apoio à criança e ao adolescente; as pessoas com deficiências; à mulher; ao idoso e aos demais públicos prioritários da assistência social;
Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social);
Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente FIA e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente);
Manutenção do Fundo Municipal do Idoso e Conselho Municipal do Idoso;
Criação e manutenção do Fundo Municipal de Habitação e interesse social e manutenção do Conselho Municipal de Habitação);
Manutenção do Conselho Tutelar;
Promoção ações socioeducativas de prevenção ao uso abusivo de drogas licitas e ilícitas e reinserção social;
Criação, implantação e manutenção das coordenadorias para execução das políticas públicas direcionadas a idosos, população LGBTQIAPN+, negros, mulheres, pessoas com deficiência, juventude e Direitos Humanos;
Ampliar e realizar a manutenção da estrutura física onde funciona a sede do CRAS e construção de novos espaços públicos para a Assistência Social;

• AGRICULTURA:

Firmar e prosseguir parceria com as instituições do sistema S;
Fortalecer a parceria com os Institutos Federais e Universidades públicas e privadas;
Incentivar a produção de produtos agroecológicos e com isso criar a primeira feira agroecológica e feira da agricultura familiar do município;
Manter e ampliar as doações de vacinas contra Febre Aftosa e Raiva com acompanhamento de veterinário e técnico agrícola;
Incentivar e oferecer assistência técnica através de cursos e projetos aos pecuaristas, avicultores, pescadores, apicultores, meliponicultores e outros no município;
Garantir 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para aquisição de produtos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações para a merenda escolar da rede municipal de ensino;
Realizar a manutenção contínua das estradas vicinais;
Garantir a segurança hídrica com o abastecimento através do caminhão pipa do PAC2;
Ampliar a construção e recuperação de barreiros, cacimbas, barragens e açudes;
Garantir a adesão anual ao Programa Garantia Safra e aumentar as cotas de acesso ao programa;

Incentivar a agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (Compra Direta);
Prosseguir com o Programa Corte de Terras em toda a zona rural do município;
Ampliar a parceria de perfurações de poços e suas instalações através do Governo do Estado e Governo Federal;
Construir e recuperar os mata-burros na zona rural do município;
Apoiar a regularização fundiária no município;
Viabilizar a construção de cisternas através do Programa Federal Água Para Todos;
Fomentar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para os agricultores familiares;
Expandir o programa municipal de ensilagem e fenação;
Buscar mecanismos para implantar o Selo de Inspeção Municipal – Selo SIM;
Incentivar e ampliar o uso do crédito rural para os agricultores do município;
Expandir e fornecer condições para a melhoria genética dos rebanhos municipais através de programas de inseminação artificial, nutrição e manejo de rebanhos;

• CULTURA:

Construir espaço físico que contenha o acervo público da história municipal;
Construir casa da cultura Ipueirense para realização de encontros, seminários e ações culturais;

Realizar eventos que visem o fortalecimento da divulgação do fundo da cultura Ipueirense para articulação de recebimento de recursos oriundos de doação;
Realizar eventos culturais presentes no calendário municipal de cultura;
Promover a valorização da cultura local apoiando seus respectivos produtores em parceria com a sala do empreendedor municipal;
Adquirir e melhorar os instrumentos musicais para a filarmônica;
Manutenção das atividades da secretaria de cultura.
Incentivar atividades que fomentem as manifestações folclóricas culturais do município.

• DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Aquisição de Veículo para demandas da secretaria;
Apoio aos empreendedores locais para desenvolvimento econômico da cidade;
Implantar e implementar Cursos profissionalizantes para empresas e empreendedores.
Incentivar a formalização e regularização das empresas no município.
Incentivar a participação do polo comercial local nas licitações que ocorrem no município.
Apoiar ao comércio com a criação de uma semana específica para a divulgação em massa do comércio local.
Incentivar e promover a comemoração da semana do Empreendedor que ocorre em outubro.
Incentivar feiras do Empreendedorismo para dar amplitude e visibilidade para os diversos meios de empreendedorismo existentes em nosso território.
Incentivar os Microcréditos através de bancos parceiros.

• TURISMO, ESPORTE E LAZER

Construção, implementação e manutenção do Museu Arqueológico do Homem do Seridó para resgatar a história da presença do homem no Sertão do Seridó;
Construção e equipamento de espaços de lazer e turismo;
Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico Artístico,
Cultural e Religioso do município.
Implementação de Projetos que visem preservar os Sítios Arqueológicos no nosso município;
Implantação de calendário turístico do município;
Implantar e implementar cursos de capacitação para atendimento na área de Turismo;
Apoio à iniciativa privado a criação de infraestrutura turística;
Implantar e implementar programas e ou Projetos de utilização do Terminal Turístico Municipal;
Incentivar a criação de acervo contendo trabalhos científicos com foco no município de Ipueira.
Apoiar a prática esportiva comunitária de esportes;
Construção de Mini - Campos de futebol e campos de futebol nas zonas urbana e rural.
Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais;
Implantação de calendário para todas as modalidades esportivas do município;
Apoio financeiro e logístico ao Esporte amador em competições Intermunicipais e estaduais.
Implementação de Parque ou área pública de lazer, com cinturão verde para a Comunidade.
Garantir a prática esportiva segura, inclusiva, gratuita e de qualidade para todos;
Firmar parcerias para construção dos vestiários do Ginásio Poliesportivo Eudes Morais da Nóbrega;
Ampliar o rol de modalidades esportivas praticadas no Município;
Promover apoio à prática esportiva intermunicipal, com o desenvolvimento de eventos desportivos de relevantes a nível de estado e região;
Apoiar atletas que levem o nome do município em competições intermunicipais e interestaduais e nacionais;

• MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS:

Implementar programa de educação ambiental nas escolas e setores públicos pautado sobre a importância da reciclagem, da coleta seletiva e do uso consciente da água;
Implantação de projetos ambientais no município, como recuperação de matas ciliares e plano de arborização da cidade com espécies frutíferas e nativas;
Buscar maneiras de continuar com a Operação Pipa para distribuição de água potável na zona rural através do Exército Brasileiro e Defesa Civil Municipal;
Elaborar um plano de contingência para períodos de seca, com foco na gestão de riscos, visando assegurar recursos e ações eficazes de enfrentamento nas zonas urbana e rural do município;
Continuar com as ações de melhoramento e prolongamento de vida útil do aterro controlado do município, com a presença de funcionário responsável pelo gerenciamento da área;
Prosseguir com a participação no Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos;
Implantar nos prédios públicos espaços para destinação correta de resíduos sólidos e fomentar sistemas de reuso de águas;
Realizar a limpeza dos reservatórios municipais de abastecimento de água;
Desenvolver uma política pública de proteção e bem-estar animal, com foco no controle populacional de animais em situação de rua.

• INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS:

Implementar e Executar Plano Municipal de Saneamento Básico;
Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros públicos, como também nos povoados da zona rural do município.
Manutenção de infraestrutura adequada do aterro controlado municipal;
Aquisição de Máquinas e Implementos e equipamentos de limpeza pública;
Manutenção e construção de prédios públicos;
Aquisição de veículo para melhor funcionamento da secretaria;
Manutenção de Praças Públicas e Prédios públicos;
Pavimentação e execução de melhorias de ruas, avenidas e repartições públicas;
Expansão e recuperação de rede elétrica urbana e rural;
Construção de passagem molhadas;
Revitalizar o Patrimônio Público Municipal com necessidade de melhoria;
Tornar todos os espaços públicos municipais ambientes enquadrados na lei de promoção de acessibilidade;
Construir paradas de alternativos afim de melhor abrigar os usuários desses meios de transporte;

Tornar o perímetro urbano 100% pavimentado;
Revitalizar e remodelar os canteiros das principais vias públicas municipais;
Expandir os espaços públicos municipais de lazer;

• EDUCAÇÃO:

Manter o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), viabilizando a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar;
Manter o Programa de Transporte Escolar (PNATE, PETERN, Salário Educação, FUNDEB e recursos próprios do Município);
Manter as escolas municipais com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Salário Educação, recursos do FUNDEB e recursos próprios do Município;
Desenvolver ações da Leitura e escrita, implantando projetos que viabilizem a produção acadêmica dos alunos;
Ampliar o atendimento na creche, ensino fundamental, ensino especial;
Desenvolver programas educativos em relação ao meio ambiente, trânsito, combate às drogas, associativismo, sexualidade, saúde e higiene, etnias;
Promover experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar e implementar gestão democrática (eleição de diretores);
Desenvolver ações relacionadas a aquisição e recuperação de equipamentos das instalações físicas das unidades escolares;
Implementar ações objetivando o fortalecimento dos Conselhos sociais relativos à educação;
Manter e implantar laboratórios de informática nas escolas da rede de ensino local;
Expandir a infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer;
Desenvolver programas de esportes nas escolas, como forma de incentivar a sua prática;
Adquirir ônibus escolar, objetivando melhor atendimento aos discentes do município;
Reformar e ampliar as unidades de ensino no município,
Equipar as escolas municipais e a sede da Secretaria Municipal de Educação; bem como melhorar a estrutura da cobertura do pátio da Escola Municipal Francisco Quinino de Medeiros, para melhor atender as ações internas da escola;
Garantir a contrapartida o município na construção da Creche/Pré-escola Tipo 2;
Manter e ampliar o atendimento Educacional Especializado (AEE) em toda a rede municipal de ensino;
Manutenção da educação de tempo integral, com a Adesão e implantação o Programa Escola em Tempo Integral ou outros programas do governo em todas as escolas do Município;
Implementar ações de acessibilidade na rede municipal, tais como: acessibilidade nas edificações escolares, capacitação continuada dos professores e demais servidores, transporte escolar acessível, centro de AEE, profissionais de apoio qualificados e material pedagógico adaptado;
Adquirir um veículo para a Secretaria Municipal de Educação;
Apoiar os estudantes de cursos profissionais e universitários através do auxílio transporte e da bolsa-estágio;
Investir na Formação permanente dos professores e demais servidores da educação;
Apoiar os profissionais da educação nas formações continuadas dos programas estaduais e federais, RENALFA e PROALFA e demais programas instituídos pelas políticas de governos;
Realizar a entrega gratuita do uniforme escolar dos alunos da rede municipal de ensino (Recursos próprios);
Aumentar o acervo das bibliotecas escolares e atualizar todo o acervo da Biblioteca Municipal Maria Jovina de Medeiros;
Adquirir com recursos federias e próprios instrumentos musicais para a fanfarra da Escola Municipal Francisco Quinino de Medeiros;
Realizar a entrega dos kits pedagógicos escolares para todos os alunos da rede municipal de ensino (Recursos próprios).

• TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

Realização de planejamento governamental de forma integrada com as demais secretarias assistindo e assessorando o Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados com o planejamento financeiro, avaliando sempre os resultados obtidos e gerando informações para desenvolvimento contínuo da gestão municipal com base nas previsões do orçamento anual e plurianual de investimentos do município propondo os ajustamentos necessários;
Manter a coordenação, em articulação com o setor de contabilidade, da elaboração do Orçamento Anual e Plurianual de Investimentos, acompanhando sua execução e avaliando seus resultados, assim como propondo as medidas corretivas necessárias;
Dar continuidade a priorização do pagamento de fornecedores dentro do prazo, segundo a ordem cronológica de pagamento imposta pelo TCE, assim como mantendo o controle no setor de compras, visando a garantia dos recursos para pagamento;
Manter atualizado o sistema portal da transparência municipal para cumprir o princípio da publicidade com os gastos e de ações e políticas públicas;
Continuar assegurando a disponibilidade de recursos financeiros para atender as contrapartidas municipais obrigatórias para a Saúde, Educação e Assistência Social, assim como nos programas e projetos dos governos Federal e Estadual, acompanhando sempre os projetos com o objetivo de se fazer cumprir a aplicação dos recursos públicos nos programas sociais do município.
Modernizar e informatizar o sistema de arrecadação de tributos municipais, visando a atualização de cadastros de contribuintes;
Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuição dos níveis de inadimplência com a elaboração de calendário anual de arrecadação, informando a população valores de taxas, contribuições, multas, licenças, alvarás e certidões de forma transparente;
Esforço na cobrança e arrecadação de todos os tributos e taxas de competência municipal, inclusive com ajuizamento de execução judicial quando esgotada a esfera administrativa e amigável.
Manutenção das unidades administrativas ligadas às finanças municipais;
Promover o recadastramento imobiliário do município visando atualização e melhoria na arrecadação e cobrança do IPTU;
Reorganização na feira livre como também dos espaços públicos ocupados por comerciantes em períodos festivos do município;

• SAÚDE:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade da municipalização da saúde;
Promover ações básicas de saúde e saneamento;
Promover campanhas de combate e controle às epidemias e endemias;
Implementação das ações de vigilância sanitária e vigilância em saúde;
Manter e recuperar veículos e equipamentos sobre a responsabilidade da Secretaria de saúde;
Garantir as condições materiais à execução de saúde especial de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher, ao idoso, e a comunidade LGBTQ +.
Manter e ampliar a assistência odontológica;
Melhorar o gerenciamento do atendimento de urgência e emergência com a aquisição de ambulâncias e equipamentos, para qualificar a oferta dos serviços;
Melhoria das condições sanitárias da população em geral;
Apoiar a Formação, melhoria e reciclagem dos recursos humanos disponíveis;
Apoio e incentivo aos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias;
Reforma, ampliação, manutenção e reequipamento de unidades de saúde;
Manter e implementar Programas de combate às carências nutricionais em geral.
Manter a Assistência farmacêutica, no âmbito do SUS;
Implementar capacitações de atendimento humanizado em saúde, com ênfase na educação permanente em saúde;
Aquisição de transportes específicos para atender demandas da Atenção Básica;
Manutenção e ampliação nos serviços da Estratégia de Saúde da Família – ESF.
Oferecer assistência à população com exames de média e alta complexidade, através de pactuação, e dos consórcios de saúde.
Manter e ampliar as ações da equipe multiprofissional do município.

Manter o projeto de distribuição e manutenção de prótese dentária, através do Centro Especializado de Odontologia – CEO.
Apoiar o tratamento para usuários de psicoativos dentro e fora do município.
Manter as premiações de Incentivo Financeiro da atenção básica à saúde – capitação ponderada, e Incentivo financeiro da atenção primária à saúde – desempenho.
Manter a adesão a Associação e Consórcios para fins de assistência a saúde;
Manutenção do Conselho Municipal de Saúde;
Criar estratégias para fortalecer os indicadores do PREVINE Brasil, e assim atingir as metas estabelecidas;
Apoio em capacitações Municipais;
Potencializar campanhas educativas no âmbito de promoção de saúde;
Continuar garantindo o tratamento fora do município aos usuários do SUS, disponibilizando o transporte intermunicipal;
Apoiar e/ ou fortalecer a informatização das unidades de saúde, assim como também enviar regularmente os dados e as informações pelo sistema de prontuário eletrônico do ministério da saúde;
Apoiar e fortalecer a rede de atenção à saúde mental, através de equipe multidisciplinar, e atuando junto aos grupos de enfrentamento a cessação da dependência de psicoativos;
Fortalecer a rede de atenção voltada a linha de cuidados às pessoas com obesidade, idosos e pessoas com comorbidades, através do NASF-AB e equipe do centro de saúde;
Aquisição de novas ambulâncias;
Fortalecer a gestão democrática e participativa, afim de fortalecer o controle social;

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:9311ED33

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2026	
AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V	
EVENTOS	**Valor Previsto para 2026**
Aumento Permanente da Receita	5.640.810,51
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao Fundeb	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.640.810,51
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.640.810,51
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.121.356,95
Novas DOCC	2.121.356,95
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.519.453,56
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:46:16	

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025			
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467	Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita FederaldoBrasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIRJOSEDEMEDEIROS:03897344467 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:10:09-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0	JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405	Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:10:31-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS	***JOACK MEDEIROS MORAIS***
Prefeito Municipal	Contador(a)

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484	Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e- CPF A1, CN=WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:Data:2025.05.1208:08:54-03'00'FoxitPDFReaderVersão:2023.3.0
WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO	
Secretário(a) de Finanças	

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:82F2FE5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 190/2025 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***Gleydson Eduardo de Medeiros***, ocupante do cargo de Secretário da Secretaria de Infraestrutura e serviços urbanos, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com objetivo de participar de uma reunião com o escritório de Assessoria RJ para tratar de assuntos relacionados a construção de unidades habitacionais pelo projeto do governo, minha casa, minha vida, no dia 05 de junho de 2025, em Natal – RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 de junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:78682BFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 191/2025 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS***, ocupante do cargo de motorista, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de conduzir servidores que irão participar de evento administrativo do município de Ipueira – RN, em Natal – RN no dia 05/06/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 de junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:2146BF74

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 192/2025 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***Matheus Ferreira de Medeiros***, ocupante do cargo de Secretário da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com objetivo de participar de evento XXI Sexta de contas: Reforma Tributária do TCE-RN, que ocorrerá em Natal – RN, no dia 06/06/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 de Junho de 2025.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:575FE10F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO Nº 050620250001 DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 08h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Itaú/RN, na Rua Cleófas Nunes, nº 74, Centro, nesta cidade de Itaú/RN, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação desta Edilidade com a finalidade de formalizar o Processo de Dispensa de Licitação nº 050620250001, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLENAGEM NO TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DA CRECHE TIPO 1 - FNDE E DAS UNIDADES HABITACIONAIS SUB-50**.
Ressalta-se que as empresas **DF Empreendimentos e Locações**, inscrita no CNPJ sob o nº **29.048.853/0001-85**, e **Cordiniz Topografia, Georreferenciamento e Regularização Fundiária Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº **45.038.719/0001-50**, enviaram por e-mail, dentro do prazo previsto, a documentação de habilitação e suas respectivas propostas comerciais.
A empresa **DF Empreendimentos e Locações** apresentou proposta no valor de **R$ 12.852,00** (doze mil oitocentos e cinquenta e dois reais), enquanto a empresa **Cordiniz Topografia, Georreferenciamento e Regularização Fundiária Ltda** apresentou proposta no valor de **R$ 12.495,00** (doze mil quatrocentos e noventa e cinco reais). Cumpre destacar que ambas atenderam integralmente às exigências constantes no aviso de dispensa e no Termo de Referência, tendo apresentado tempestivamente todos os documentos solicitados.
Diante da análise das propostas e em conformidade com os critérios estabelecidos, **declara-se como vencedora do certame a empresa Cordiniz Topografia, Georreferenciamento e Regularização Fundiária Ltda**, por ter apresentado a proposta de **menor valor**, no montante de **R$ 12.495,00** (doze mil quatrocentos e noventa e cinco reais), para a execução dos serviços descritos no Termo de Referência.
Após análise dos autos que compõem o presente processo, e com fundamento no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, concluiu-se pela **legalidade da dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.
E como nada mais a tratar, determinou o Senhor Presidente o encerramento da sessão e a lavratura desta Ata que, uma vez lida, conferida e achada conforme em tudo, segue assinada pela Comissão.
Itaú – RN, 05 de junho de 2025

RICARDO MAGNO BARRETO NOBRE
Presidente da Comissão

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:F5F881BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO Nº 050620250002 DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 08h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Itaú/RN, na Rua Cleófas Nunes, nº 74, Centro, nesta cidade de Itaú/RN, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação desta Edilidade com a finalidade de formalizar o Processo de Dispensa de Licitação nº 050620250002, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM PONTO ELETRÔNICO, COMPOSTO POR REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITURA BIOMÉTRICA, LEITOR DE INFORMAÇÕES BIOMÉTRICAS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A COLETA DAS DIGITAIS DOS SERVIDORES E TREINAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAÚ RN.
Ressalta-se que a empresa **Suporte Ponto Certo Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº **49.457.087/0001-10**, enviou por e-mail, **dentro do prazo previsto**, a documentação de habilitação e sua respectiva proposta no valor de **R$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais). Cumpre destacar que a referida empresa **atendeu integralmente às exigências estabelecidas** no aviso de dispensa e no Termo de Referência, tendo apresentado, de forma tempestiva, toda a documentação solicitada.
Diante da análise da proposta apresentada e em conformidade com os critérios definidos no Termo de Referência, **declara-se a empresa Suporte Ponto Certo Ltda como vencedora do certame**, para a execução dos serviços especificados no referido Termo. Após a análise dos autos que compõem o presente processo e com base no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, concluiu-se pela **legalidade da dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, e demais dispositivos legais aplicáveis.
E como nada mais a tratar, determinou o Senhor Presidente o encerramento da sessão e a lavratura desta Ata que, uma vez lida, conferida e achada conforme em tudo, segue assinada pela Comissão.
Itaú – RN, 05 de junho de 2025

RICARDO MAGNO BARRETO NOBRE
Presidente da Comissão

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:6CB5F95E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: 050620250001
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
CONTRATADA: Cordiniz Topografia, Georreferenciamento e Regularização Fundiária Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº **45.038.719/0001-50**
PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa n.º **050620250001**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLENAGEM NO TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DA CRECHE TIPO 1 - FNDE E DAS UNIDADES HABITACIONAIS SUB-50.
VALOR TOTAL: R$ 12.495,00 (doze mil quatrocentos e noventa e cinco reais).
DOTAÇÃO: 38 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 05/06/2025 à **005/08/2025**.
DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2025

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:8F426566

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: 050620250002
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: Suporte Ponto Certo Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº **49.457.087/0001-10**.
PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa n.º **050620250002**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM PONTO ELETRÔNICO, COMPOSTO POR REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITURA BIOMÉTRICA, LEITOR DE INFORMAÇÕES BIOMÉTRICAS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A COLETA DAS DIGITAIS DOS SERVIDORES E TREINAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAÚ RN.
VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
DOTAÇÃO: 712 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 05/06/2025 à **05/06/2026**.
DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2025

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:21F44A75

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
LEI Nº 0672/2025

Ementa:Dispõe sobre a fixação da margem de concessão de empréstimo consignado para os Agentes Políticos e servidores efetivos dessa Augusta Casa Legislativa Municipal na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprova e Eu sanciono a seguinte:

L E I
Art. lº -Os procedimentos para consignação em folha de pagamento dos Agentes Políticos e servidores públicos pertencentes ao quadro de pessoal efetivo da Câmara de Itaú/RN, deverão observar as normas contidas nesta Lei.
Art. 2º - Para fins desta Lei consideram-se:
I - Consignante: órgãos vinculados ao Poder Legislativo municipal, que
procede ao desconto relativo às consignações;
II - Consignado: Agentes Políticos e servidor público pertencente ao quadro de servidores efetivos, que autorize o desconto de consignações em folha de pagamento de valores devidos a terceiros, com base nos convênios e credenciamentos autorizados;
III - Consignatária: a entidade credenciada na forma desta Lei, destinatária dos créditos resultantes das consignações;
IV - Consignação compulsória: o desconto em folha de pagamento efetuado por força de Lei ou determinação judicial;
V - Consignação facultativa: o desconto previamente autorizado pelo Servidor, em folha de pagamento, nas modalidades previstas nessa Lei e com anuência da administração municipal;
VI - Consignação voluntária representativa: é o desconto facultativo em folha de pagamento, de natureza contributiva, autorizado pelo servidor em razão de filiação às entidades sindicais ou às associações representativas dos servidores públicos do âmbito do Poder Público Municipal;
VII - Sistema digital de consignações: aplicativo que suporta o processo de registro on-line de consignações, via internet.
Art. 3º - São consideradas consignações compulsórias:
I - Contribuição previdenciária obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social ou ao regime próprio de previdência dos servidores públicos;
II - Imposto de renda retido na fonte;
III - Pensão alimentícia judicial;
IV - Obrigações decorrentes de decisão judicial ou
administrativa;
V - Outros descontos compulsórios instituídos por lei ou decorrentes de legislação estatutária.
Art. 4º - São consideradas consignações facultativas:
I - Pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste dos assentamentos funcionais do consignado;
II - Contrapartida de bolsas de estudo e mensalidades escolares;
III - Contribuição para os planos de saúde e odontológicos contratados de entidades previamente credenciadas;
IV - Despesas com medicamentos;
V - Prestações referentes a empréstimo em dinheiro obtido em instituições bancárias ou financeiras conveniadas;
VI - Prestações e amortizações referentes a financiamento de imóvel residencial obtido junto a instituições bancárias ou financeiras conveniadas;
VII - Amortização de cartões de crédito para aquisição de bens e serviços,
emitidos por instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, legalmente autorizadas;
VIII - Outros descontos desde que legais e aprovados pelo Consignante.
Art. 5º - Consideram-se consignações voluntárias representativas:
I - Contribuições destinadas à entidade sindical ou a associação representativa de classe.
Art. 6º - O credenciamento ou convênio para operar com consignação deverá ocorrer para cada espécie prevista nos artigos 4º e 5º dessa lei.
§ lº - Somente será formalizado o convênio ou o credenciamento quando as consignatárias estiverem autorizadas a operar por Lei e/ou por estatuto, exigindo-se das entidades a comprovação de sua habilitação jurídica e de regularidade fiscal e contábil, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável.
§ 2º - No credenciamento ou convênio de espécies de consignações que depender de autorização de órgão regulador e fiscalizador, observar-se-á a legislação própria.
§ 3º - No convênio da espécie mensalidade associativa observar-se-á as disposições legais.
Art. 7º - A soma das consignações voluntárias representativas e demais facultativas de cada consignado, previstas nos artigos 4º e 5º desta lei, não poderá ultrapassar a 45% (quarenta e cinco por cento) do salário ou vencimento líquido do servidor após a dedução das consignações compulsórias, constituindo assim a margem consignável da remuneração.
§ lº - O servidor poderá autorizar a reserva de até 45% (quarenta e cinco por cento) de margem consignável de que trata o caput deste artigo para empréstimos junto ás instituições bancárias e financeiras e demais descontos facultativos.
§ 2º - O servidor poderá autorizar a reserva de até 45% (quarenta e cinco por cento) de margem consignável de que trata o caput deste artigo para financiamento habitacional junto às instituições financeiras e bancárias.
§ 3º - O servidor poderá autorizar a reserva de até 10% de margem para amortização de cartão de crédito, porém, poderá ser utilizada também para financiamento de casa própria, caso seja a opção.
§ 4º - Ocorrendo excesso de limite estabelecido no caput deste artigo serão suspensas as consignações conforme a prioridade estabelecida no artigo 8º, suspendendo em ordem crescente da menor prioridade para a maior.

§ 5º - Caso não sejam efetivadas as consignações de que trata essa lei, em função de limites, caberá ao Servidor (consignado) o recolhimento das importâncias por ele devidas diretamente à consignatária, não se responsabilizando o Ente, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.
Art. 8º - As consignações compulsórias e as voluntárias concernentes às entidades representativas dos servidores terão prioridades de descontos sobre as demais facultativas, na seguinte ordem:
I - Compulsórias;
II - Voluntárias representativas;
III - Facultativas.
§ 1º - Dentre as consignações facultativas, haverá a seguinte ordem de prioridade da maior para o menor:
I - Prestações referentes a financiamento de imóvel residencial, obtidos junto a instituições financeiras.
II - Prestações referentes a empréstimos pessoal ou amortizações de cartão de crédito com instituições financeiras.
III - Contribuições para os planos de saúde, odontológicos e despesas com medicamentos.
IV - Pensão alimentícia voluntária em favor do dependente.
V - Prestações de previdência complementar.
§ 2º - Havendo necessidade de aplicar prioridade dentro de consignações da mesma natureza, prevalecerão às contratadas há mais tempo.
§ 3º - As consignações facultativas para empréstimos financeiros não poderão ultrapassar o limite máximo a ser estabelecido pelo Ente, exceto o referente ao financiamento habitacional, para o qual serão observados os parâmetros da lei federal própria que regulamenta a matéria.
Art. 9º - O pedido para a formalização de convênio entre a Câmara de Itau-RN e as consignatárias deverá ser dirigido à Administração da Câmara na forma de requerimento, com a indicação das espécies de consignações pretendidas e acompanhado de cópia autenticada ou cópia simples, desde que apresentada com os respectivos originais dos seguintes documentos:
I - Inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
II - Certidões negativas de tributos estaduais, federais e municipais;
III - Certidões negativas de débitos para com o INSS e FGTS; IV - Autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador, quando obrigatória;
V - Contrato ou estatuto social vigente;
VI - Atas de assembleias atuais e daquelas na qual constem as nomeações dos diretores;
VII - Procuração com cláusula específica para assinatura do convênio;
VIII - Documentos pessoais (CPF e RG) dos diretores ou procuradores, com autorização para assinatura do convênio.
Parágrafo único - Fica a Administração da Câmara autorizada a solicitar novos documentos, sempre que necessário.
Art. 10 - A margem consignável prevista no art. 7° dessa Lei será informada pelo Setor de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, mediante solicitação do consignado ou da consignatária.
Art. 11 - O registro das consignações voluntárias e/ou facultativas será disponibilizado pela consignatária ao consignante, por meio digital (gerenciador financeiro), todo dia 15 de cada mês.
§ lº - Fica, sob responsabilidade da consignatária, na condição de fiel depositária, a guarda do documento mencionado no caput deste artigo desde o início da consignação e pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da data do término da consignação, a prova do ajuste celebrado com o servidor (consignado).
§ 2º - O documento físico ou eletrônico mencionado no caput deste artigo deve ser apresentado à Administração da Câmara e/ou ao departamento gestor da folha de pagamento, sempre que requisitado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.
Art. 12 - As consignações facultativas poderão ser canceladas:
I - Por interesse do órgão consignante observado os critérios de conveniência e oportunidade após comunicação as consignatárias não alcançando situações pretéritas, no caso de consignações provenientes de contrato financeiro;
II - Por interesse das consignatárias expressa por meio solicitação formal encaminhada ao órgão consignante;
III - Por interesse do servidor (consignado) expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão consignante. A solicitação da exclusão da consignação por parte do servidor deverá ter a anuência da entidade consignatária no que se refere ao art. 4º, inciso V e VII. Contudo, independentemente de solicitação do servidor (consignado), uma vez quitado antecipadamente o compromisso assumido, fica a consignatária obrigada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do adimplemento das obrigações, a excluir a respectiva consignação do sistema eletrônico de consignações.
Art. 13 - Descumprindo quaisquer das obrigações previstas nos artigos ll e 12 dessa Lei, será aplicada à consignatária a pena de advertência prevista no inciso I, do artigo 19 deste Diploma e ocorrendo o desconto indevido, deverá restituir ao consignado os valores correspondentes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do desconto.
Art. 14 - Sempre que solicitadas pelo consignado quaisquer informações de seu interesse, inclusive o saldo devedor para liquidação antecipada de empréstimo pessoal, a entidade consignatária terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para fornecê-las, sob pena de aplicação de advertência prevista no inciso I do artigo 19 deste Diploma.
Art. 15 - As consignatárias deverão ressarcir as despesas com o processamento da consignação em folha de pagamento.
§ 1º - Estão isentos do ressarcimento previsto no caput deste artigo os sindicatos e as associações de classe representativas de servidores públicos do âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itau-RN.
Art. 16 - Nos financiamentos e empréstimos pessoais, a entidade consignatária deverá, sem prejuízo de outras informações a serem prestadas na forma do artigo 52 da Lei Federal n° 8.078/90, dar ciência aos consignados das seguintes informações:
I - Valor total financiado;
II - Taxa efetiva mensal e anual de juros;
III - Todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que incidam sobre o valor financiado;
IV - Valor, número e periodicidade das prestações.
Art. 17 - A consignação em folha de pagamento não implicará, em hipótese alguma, na responsabilidade do Ente por compromisso assumido pelos consignados junto às consignatárias. Em caso de revogação total ou parcial desta Lei ou introdução de qualquer ato administrativo que impeça o lançamento de novas consignações, as consignações relativas a amortizações de empréstimos consignados serão mantidas pelo órgão consignante previsto no art.1° dessa lei até o vencimento das obrigações pactuadas entre consignatário e consignado.
Art. 18 - A consignatária que proceder ao desconto não autorizado pelo consignado ficará responsável pelo imediato ressarcimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 1º - Decorrido o prazo mencionado no caput deste artigo e não havendo o ressarcimento, a consignatária será suspensa em conformidade com o art.19, inciso IV, alínea “a” deste diploma legal.
§ 2º - O ressarcimento previsto no caput deste artigo não isenta a consignatária da aplicação de outras penalidades previstas neste diploma, especialmente se houver reincidência.
Art. 19 - A inserção de consignação em folha de pagamento em desacordo com o disposto nessa lei ou em instruções expedidas pelos gestores de folhas de pagamento importará na aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em leis específicas:
I - Advertência escrita, quando:
a - não forem atendidas as solicitações do consignado e do consignante, se do fato não resultar pena mais grave;
b - as consignações forem processadas em desacordo com as normas estabelecidas nesse diploma, se do fato não resultar pena mais grave;
c - For infringido o disposto nos parágrafos do art. 11 e nos art. 12, 13 e 14 deste Diploma Legal.
II – Suspensão temporária pelo prazo de 30 (trinta) dias do convênio para operar com consignação, na reincidência do descumprimento do disposto nos §§ 1o, 2o e 3o do art. 11, e nos art. 12, 13 e 14 deste Diploma;
III – Suspensão preventiva do código de consignação, enquanto perdurar procedimento instaurado para verificação indevida da folha de pagamento em hipóteses do inciso IV deste artigo;
IV - Suspensão do convênio para operar com consignação quando:
a) Utilizar indevidamente as consignações em folha de pagamento ou processá-las em desacordo com o disposto nessa lei, mediante simulação, fraude, culpa, dolo ou conluio;
b) Ceder, a qualquer título, códigos de consignação a terceiros ou permitir que em seus códigos sejam efetuadas consignações por parte de terceiros;

c) Utilizar códigos para descontos não previstos nos art. 4oe 5odesse Diploma.
§ 1o - A aplicação das penalidades descritas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo, abrangerá as novas consignações.
§ 2o - As consignações averbadas anteriormente a aplicação das respectivas penalidades continuarão sendo descontadas do servidor e repassadas às consignatárias até o seu efetivo vencimento, com exceção dos casos de fraude ou comprovada ilegalidade.
Art. 20 – A aplicação das sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 19, será precedida de apuração dos fatos pela Administração da Câmara e observará o seguinte procedimento:
I – A consignatária será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
II – O indeferimento da defesa ou ausência desta no prazo previsto no inciso anterior deste artigo, importará na aplicação da penalidade cabível, que será comunicada diretamente à consignatária.
III – Da decisão que aplicar a penalidade caberá recurso único ao Presidente da Câmara no prazo de 15 (quinze) dias;
IV – Quando aplicada a pena de suspensão prevista no inciso IV do art. 19 dessa lei, a consignatária não poderá solicitar novo convênio pelo período de 06 (seis) meses.
Parágrafo único. Para a aplicação das penalidades previstas nesse Diploma é competente o(a) Administração da Cãmara, ou alguém por ela designado através de ato legal de sua competência, cabendo recurso único, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Presidente do Poder Legislativo Municipal.
Art. 21 – Estará sujeita à denúncia do convênio e a exclusão no sistema digital de consignações a consignatária que, no decurso de 1 (um) ano, for suspensa temporariamente por 3 (três) vezes, sendo-lhe vedada a solicitação de novo convênio pelo período de 2 (dois) anos.
Art. 22 – As consignatárias ficam obrigadas a promover no sistema digital de consignações os registros e as atualizações dos encargos financeiros de empréstimos praticados diariamente.
Parágrafo único. A vigência dos encargos financeiros de empréstimo terá efeito a partir do 1o dia útil após a data dos registros efetuados no sistema digital de consignações.
Art. 23 – As consignatárias deverão efetuar pedido de renovação do convênio no prazo de 90 (noventa) dias, antecedentes a data de seu vencimento, tendo como fundamento as normas contidas nessa Lei.
Art. 24 – A Secretaria Municipal de Tributação e Administração fica autorizada a editar atos complementares, caso necessário ao fiel cumprimento deste Diploma.
Art. 25 – Ficam os gestores de folha de pagamento autorizados, no âmbito de suas atribuições, a expedirem instruções necessárias à execução de procedimentos para a inserção de consignações em folha de pagamento.
Art. 26 – Fica proibida a comercialização, publicidade, propaganda e distribuição de material de campanha das instituições financeiras dentro das repartições públicas municipais, devendo qualquer tipo de campanha ser realizada fora dos prédios públicos.
Art. 27 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Art - 28 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaú-RN, 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:30227AF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 050620250001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUTAR SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA PARA REALIZAR PROJETOS DE TERRAPLENAGEM NO TERRENO DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE TIPO 1 FNDE E CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS SUB-50.

A Prefeitura Municipal de Itaú – RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidas, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃO para atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas, e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no artigo. Art. 75, II, da Lei 14.133/21, e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende às finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Itaú – RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:A216FADC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 050620250002

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM PONTO ELETRÔNICO, COMPOSTO POR REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITURA BIOMÉTRICA, LEITOR DE INFORMAÇÕES BIOMÉTRICAS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A COLETA DAS DIGITAIS DOS SERVIDORES E TREINAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAÚ RN.

A Prefeitura Municipal de Itaú – RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidas, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃO para atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas, e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no artigo. Art. 75, II, da Lei 14.133/21, e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende às finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Itaú – RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:4AFD360D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Compras Publicas, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025, junto a ECOAR CONSULTORIA E CAPACITACAO LTDA - ME CNPJ 48.236.357/0001-08 para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS: TEORIA E PRÁTICA DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO CONTRATUAL QUE SERÁ REALIZADO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/PB, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JUNHO DE 2025. Com valor global de R$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta reais), ancorado no Art. 74 Inciso III, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 300/2022.

Jaçanã – RN, em 05 de Junho de 2025.

GERALDO FARIAS DA COSTA
Secretário Municipal de Compras Públicas

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:D5996981

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARAATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ-RN.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ**, com sede na Rua João Fernandes da Silva, Nº 122, Centro, na cidade de Jaçanã/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.158.800/0001-47, neste ato representado PREFEITO CONSTITUCIONAL, UADY ANTONIO DE FARIAS, portador da carteira de identidade RG n° 418.816 SSP-RN, inscrito no CPF sob o n° 613.823.617-34, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Antônio Gregório, Nº 320, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade**,** considerando a **DESCLASSIFICAÇÃO** da empresa O M LEAL DE MESQUITA – ME inscrita no CNPJ: 17.737.082/0001-54**, CONVOCA** o licitante remanescente, na ordem de classificação, a empresa CONSTRUTORA ESPERANCA LOCACOES E SERVICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.948.185/0001-17, classificada em TERCEIRO LUGAR do Item 01 do certame, para, acaso aceite deverá apresentar a proposta reformulada e sua documentação de Habilitação via e-mail (cpljacanarn@gmail.com). A contratação se dará nas mesmas condições, incluindo preços, do primeiro colocado.

Conforme o item 10 do edital, o adjudicatário terá o prazo de 05 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Termo de Contrato/Ata de Registro de Preço, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Quando o licitante vencedor do pregão for convocado para assinar o contrato e recusar-se, injustificadamente, como ainda não houve a assinatura do contrato, sendo convocado o remanescente para assinar o contrato ao preço do próprio remanescente.

Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto do primeiro colocado.

Caso não aceite, será convocado o quarto classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela revogação da licitação. Ressaltamos que o pedido ora formulado visa oferecer perfeito desempenho das atividades públicas, sendo assim atendidos com eficiência e segurança.

Jaçanã-RN, 03 de Junho de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:6678D035

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LEILÃO EDITAL DE LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ 001/2025

A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ONLINE, tipo Maior Lance pelo Leiloeiro Oficial do Estado, o senhor Francisco Doege Esteves Filho, JUCERN Nº 024/11, edital de leilão 001/2025 de alienação do(s) bem(ns) inservível(eis) ao município, relacionado(s) no anexo I do Edital. O leilão será realizado ao dia **01 de julho de 2025 com início às 10:00** horas, através do site www.lancecertoleiloes.com.br. Maiores informações no site www.lancecertoleiloes.com.br ou através dos telefones (84) 99865-2897; (84) 3223-4146.

Jaçanã/RN, 05 de junho de 2025

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:1281E503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022, e com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 879,00 (Oitocentos e setenta e nove reais) e valor total de R$ 1.758,00 (Um mil seiscentos e cinqüenta e oito reais) ao Sr. **MARCELO DA COSTA ALVES NOBREGA**, matrícula nº 778, ocupante do cargo comissionado de Coordenador Geral de Compras e Licitações, para custear suas despesas de locomoção e alimentação durante viagem a Campina Grande/PB, participar de Curso de Licitações e Contratos: Teoria e Prática, que será realizado no período de 09 a 11 de junho de 2025.
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 05 de junho de 2025..

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:CBA13B7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 199/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses a servidora pública municipal, **DJANE OLIVEIRA VALDEVINO**, Professora, Matrícula n° 225, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento protocolado, com início no dia 01 de julho de 2025 e final 28/09/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 05 de junho de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:EDADD777

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 200/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 05 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art. 15 da Lei Municipal nº 048/1997;

Resolve:

Art. 1º Relotar a servidora FRANCISCA MARIA DE LIMA SANTOS, A.S.G, matrícula nº 637, da Secretaria Municipal de Educação para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:1E59DCFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 201/2025 – GABINETE DO PREFEITO

Em, 05 de junho de 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (Duas) diárias, no valor unitário de R$ 879,00 (Oitocentos e setenta e nove reais) e valor total de R$ 1.758,00 (Mil setecentos e cinquenta e oito reais) a **Sra. Edna da Costa Silva Abdias**, matrícula nº 4154, ocupante do cargo de Sec. Adjunta Municipal de Compras Públicas, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Campina Grande /PB, para participar do Curso de Licitações e Contratos / Teoria e Prática de 09 a 11 de junho de 2025.
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 05 de junho de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AE99466A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000003/2021 – PMJ/RN

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 026/2021 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50. **CONTRATADA: EMESON VENNICI DE LIMA**, inscrita no CPF/MF nº. 009.922.694-40. **OBJETO:** Prorrogar a vigência do Contrato nº. 026/2021 – PMJ/RN. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 01 de junho de 2025 a 31 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 30 de maio de 2025.

Jandaíra/RN, 30 de maio de 2025.

Município de Jandaíra/RN
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

EMESON VENNICI DE LIMA
CPF/MF: 009.922.694-40
Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:E4FD206C

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2025 - PMJ/RN

CONVOCAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN,** por intermédio da sua Pregoeira, em face do pedido de desistência protocolado pela empresa **JAIR RODRIGO SILVA EVENTOS** (CNPJ: 15.214.591/0001-77),CONVOCAa empresa **O M LEAL DE MESQUITA** (CNPJ: 17.737.082/0001-54), classificada em 2º. (segundo) lugar no presente certame, para assumir o objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2025 - PMJ/RN**, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN.** A contratação se dará nas condições ofertadas pela empresa convocada. Destaque-se, que a empresa convocada, deverá se manifestar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação desta convocação, por outro lado, a ausência de manifestação no prazo assinalado, será entendido como uma recusa. Caso não aceite, será convocada a empresa classificada em terceiro lugar, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela revogação da licitação. Por oportuno, solicitamos que a empresa interessada em assumir o contrato, deve enviar junto com a manifestação positiva, a documentação de habilitação exigida no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2025 – PMJ/RN**,devidamente atualizada, maiores informações podem ser solicitadas através do e-maillicitacao@jandaira.rn.gov.brou na sede da Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN.

Jandaíra/RN, 04 de junho de 2025.

MARINA NAYARA SILVA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:92F09624

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2025- PMJ/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2025 – PMJ/RN**, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2025 - PMJ/RN (PCRA Nº. 244/2025 - PMJ/RN), ADJUDICO**,o **GRUPO 01** no valor total de R$ 213.837,30, o **GRUPO 05** no valor total de R$ 492.630,06 e o **GRUPO 06** no valor total de R$ 1.171.644,72 a empresa **ARTMED COMERCIAL LTDA** (CNPJ: 04.361.467/0001-18); o GRUPO 03 no valor total de R$ 650.230,00, o **GRUPO 07** no valor total de R$ 249.083,60 e o **GRUPO 09** no valor total de R$ 437.240,40 a empresa **CIRÚRGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA.** (CNPJ: 02.800.122/0001-98); o **GRUPO 04** no valor total de R$ 734.999,60, o **GRUPO 08** no valor total de R$ 520.000,00, o **GRUPO 10** no valor total de R$ 571.518,00 e o **GRUPO 11** no valor total de R$ 201.803,50 a empresa **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI** (CNPJ: 18.588.224/0001-21); e o **GRUPO 02** no valor total de R$ 529.050,92 a empresa **PHOSPODONT LTDA.** (CNPJ: 04.451.626/0001-75), conforme lances apresentados.

Jandaíra/RN, 03 de junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:B19BFDB4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2025- PMJ/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jandaíra/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE,** com fundamento na Lei n°. 14.133/2021, **HOMOLOGAR** todo o procedimento licitatório,incluindo o ato de **ADJUDICAÇÃO**, relativo à **AQUISIÇÃO DEMEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES**, sendo aempresa **ARTMED COMERCIAL LTDA**(CNPJ: 04.361.467/0001-18), vencedora do **GRUPO 01** no valor total de R$ 213.837,30, do **GRUPO 05** no valor total de R$ 492.630,06 e do **GRUPO 06** no valor total de R$ 1.171.644,72, a empresa **CIRÚRGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA**(CNPJ: 02.800.122/0001-98), vencedora do **GRUPO 03** no valor total de R$ 650.230,00, do **GRUPO 07** no valor total de R$ 249.083,60 e do **GRUPO 09** no valor total de R$ 437.240,40, a empresa **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI**(CNPJ: 18.588.224/0001-21), vencedora do **GRUPO 04** no valor total de R$ 734.999,60, do **GRUPO 08** no valor total de R$ 520.000,00, do **GRUPO 10** no valor total de R$ 571.518,00 e do **GRUPO 11** no valor total de R$ 201.803,50 e a empresa **PHOSPODONT LTDA**(CNPJ: 04.451.626/0001-75), vencedora do **GRUPO 02** no valor total de R$ 529.050,92.

andaíra/RN, 03 de junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:211FF2AB

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000013/2025 – PMJ/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000013/2025 – PMJ/RN**, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 357/2025 - PMJ/RN (PCRA Nº. 96/2025 – PMJ/RN), ADJUDICO,**o **Grupo 01** no valor total de **R$ 114.705,00** a empresa **G ARAUJO DE BRITO**, inscrita no CNPJ/MF nº. 40.753.322/0001-26, e o **Grupo 04** no valor total de **R$ 4.200,00** a empresa **K J DE M ANDRADE LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF n°49.385.374/0001-61, conforme lances apresentados e declaro os Grupos 02 e 03 fracassados.

Jandaíra/RN, 05 de junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:78B801CA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000013/2025 – PMJ/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jandaíra/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE**, com fundamento na Lei n°. 14.133/2021, **HOMOLOGAR** todo o procedimento licitatório,incluindo o ato de **ADJUDICAÇÃO**, relativo à **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS**, sendo aempresa**G ARAUJO DE BRITO**, inscrita no CNPJ/MF nº. 40.753.322/0001-26, vencedora do**Grupo 01**no valor total de **R$ 114.705,00,** e a empresa **K J DE M ANDRADE LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF n°49.385.374/0001-61,vencedorado **Grupo 04** no valor total de **R$ 4.200,00** e os Grupos 02 e 03 restaram fracassados.

Jandaíra/RN, 05 de junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:30BE3BE7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 182/2025 – PMJ.

PORTARIA N° 182/2025 – PMJ.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1°- NOMEAR para os Cargos e Funções Temporárias de Agentes de Vigilância Sanitária, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°- Segue Relação dos Agentes de Vigilância Sanitária e Data de Contratação:

DENUZIA ADRIANA DA SILVA - AG VIG. SANITÁRIA
DATA DE ADMISSÃO: 06/01/2025.

SAMYR ROBERTO JUSTINO BEZERRA - AG VIG. SANITÁRIA – DATA DE ADMISSÃO: 06/01/2025.

VITORIA MARIANA DOMINGOS DA COSTA - AG VIG. SANITÁRIA – DATA DE ADMISSÃO: 06/01/2025.

MARIA AUXILIADORA RODRIGUES DA SILVA - COORDENADOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA – DATA DE ADMISSÃO: 06/03/2025.

Art. 3°- A presente portaria entrará em vigor com data retroativa ao mês de março de 2025. E seus efeitos sendo revogadas todas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Jandaíra/RN, 05 de Junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito de Jandaíra/RN

Publicado por:
Kenio Jose da Silva Fernandes
Código Identificador:5AF1BFCF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°183/2025- GP

PORTARIA Nº 183/2025

O prefeito municipal de Jandaira/RN, no exercício das funções inerentes ao seu cargo, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e na Lei Municipal nº 347/2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º – Nomear para o mandato de março de 2025 a março de 2027 os representantes titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme a composição abaixo:
Representantes governamentais:

Assistência Social:

Titular: Maria José Nascimento da Silva
Suplente: Gabriela Cyntya da Silva Freitas
Finanças:
Titular: Maria Fernanda Teixeira Lemos
Suplente: José Pereira Alves Neto
Educação:
Titular: Edivânia Maria Rodrigues Cardoso
Suplente: Núbia Rafaela da Silva Carneiro
Saúde:
Titular: José Carneiro da Silva Neto
Suplente: Maria da Conceição Gomes

Representantes não governamentais:

Entidades de trabalhadores:
Titular: Rayane Gabriela da SIlva
Suplente: Maria Letícia Pinto da SIlva
Entidades da Assistência Social:
Titular: Maria Verônica Silva de Figueiredo
Suplente: Cinthya da Silva Pinto
Usuários:
Titular: Janiele Marques da Silva
Suplente: Daiane Lázaro da Silva
Entidades da Assistência Social:
Titular: Djanara Aguiar Martins
Suplente: Iranilma da Silva Pereira

Art.5º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JANDAIRA/RN, 05 de junho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:13807131

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO 88/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1698/2025. PE- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

EXTRATO DO CONTRATO 88/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1698/2025.
PE- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025.

Contratante:
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Contratada: **POTENGI POTIGUAR COMERCIO E SERVICOS LTDA**.

Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços de fretes em veículo de sua propriedade particular, conduzindo pacientes, cidadãos carentes cadastrados no CadÚnico, servidores públicos municipais, bem como de encomendas de interesse da administração municipal, nos sentidos: Janduís/Mossoró/Janduís e Janduís/Natal/Janduís. Atendendo as demandas da Prefeitura Municipal de Janduís, Unidades Administrativas e demais Órgão Vinculados.

Base legal: Artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato **R$ 179.900,00, (cento e setenta e nove mil e novecentos reais).**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / PESSOA JURÍDICA.

Janduís, 29 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Potengi Potiguar Comercio e Servicos LTDA
CNPJ: 41.415.775/0001-05
ANDSON SAMARONY FERREIRA SANTOS
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:9B10E604

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS reuniram-se no salão de eventos da SEMASPH para a realização de uma reunião ordinária. A presidenta, Sra. Nágila Nataly Vieira de Arruda, deu as boas-vindas a todos os presentes e, em seguida, apresentou as pautas do dia: I) Substituição do membro do CMAS, conforme indicação da Secretaria Municipal de Assistência Social. II) Elaboração da minuta de Convocação para conferência Municipal de Assistência Social de Janduís/RN. III) Constituição da comissão organizadora da conferência municipal de Assistência social. IV) Elaboração do regimento interno da conferência. Dando início à primeira pauta, a presidenta do conselho

leu a indicação para representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo a Sr Rayanne Cristina Lopes dos santos, em seguida a mesma ocupou o cargo de secretária executiva, conforme solicitado pelo conselho, em seguida, sobre a segunda pauta os membros presentes discutiram sobre a conferência e a data, ficando definida para o dia 9 de junho, e após a reunião será publicada a minuta de convocação da mesma, assim como ficou definido a comissão organizadora sendo composta por presidente Nagila Nataly Vieira de Arruda, vice presidente Antônio Eudimar Gurgel de Sales e a conselheira Luiza Almeida Felix. Em relação à última pauta, o colegiado contribuiu com a elaboração do regimento interno e ficou definido que este será aprovado após sua leitura no ato da realização da conferência municipal de assistência social. Após as discussões, apreciação e não havendo questionamentos, o Conselho elaborou e aprovou minuta de convocação da conferência assim como a comissão organizadora. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada por mim, Rayane Cristina Lopes dos Santos – secretária do CMAS, e pelos demais membros do colegiado.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:9B4150E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025 – AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE

Processo administrativo nº 028/2025

OBJETIVO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A COMPOSIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR JUNTO A AGRICULTORES ENQUADRADOS NO PROGRAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNAE), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO DE JARDIM DE ANGICOS/RN.**

Ficam os **AGRICULTORES;** IELMA DANTAS GOMES LISBOA, portador(a) do CPF nº XXX.817.974-XX, LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº XXX.500.844-XX, JACKSON DANTAS GOMES, portador(a) do CPF nº XXX.780.114-XX, JOÃO IGOR DANTAS LISBOA, portador(a) do CPF nº XXX.673.964-XX, LUCIELSON CARVALHO DOS SANTOS, portador do CPF nº XXX.930.864-XX, e LUCIANA BRITO DE CARVALHO SANTOS, portador do CPF nº XXX.226.894-XX. vencedores da chamada pública epigrafada, **CONVOCADOS** a assinarem o instrumento contratual no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da data desta publicação, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.

Jardim de Angicos/RN, 05 de junho de 2025

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:D3B9FCCE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 05/2025 - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO JARDIM DE ANGICOS, Estado do Rio Grande do Norte, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art 1º - Designar o servidor público municipal Anderson Licurgo de Melo Bilro, CPF 031.478.874-30, matrícula: 56-6 para a função de Interlocutor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que terá o dever gerenciar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica referente ao Ponto de Atendimento Virtual.

Parágrafo Único: Fica designado ainda na condição de Colaboradores, o servidor Rutenio Câmara Pinto dos Santos, matrícula nº 557-6, CPF nº 068.248.764-37 e a servidor Arthur Câmara Nobre Barreto, matrícula: 4260-7, CPF nº 094.315.954-78, cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica referente ao Ponto de Atendimento Virtual.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 05 de junho de 2025

CARLOS ANDRÉ CAMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
José Yure Morais Dos Santos
Código Identificador:DE9AE544

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN N° 523.002/2025

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Contratação Direta, informa que estará realizando Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.893, de 28 de fevereiro de 2023, Decreto Municipal nº 2.020, de 21 de março de 2024 e demais legislações aplicáveis, tendo como objeto: **"Aquisição de 04 (quatro) climatizadores de ar portáteis para a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Jardim do Seridó/RN".** O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublica.com.br. As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados. **INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 06 de junho de 2025, às 08h00. **TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 13 de junho de 2025, às 08h00. **DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** 13 de junho de 2025, das 08h01 às 10h01. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 48h antes do início da sessão pública para lances.

Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Contratação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:31353F86

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2025 – ADESÃO Nº 003/2025 – PROCESSO DE DESPESA Nº 217.006/2024

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38;

CONTRATADA: ROBENILDO MIRANDA DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 43.050.880/0001-13; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CÂMARAS FRIAS ELBER PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS; **DATA DA ASSINATURA:** 05 de junho de 2025; **VIGÊNCIA:** Início em 05 de junho de 2025 e termo final em 31 de dezembro de 2025; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Adesão; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 24.589,96 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) **SUBSCRITORES:** José Anchieta Rodrigues de Moura Júnior inscrito no CPF/MF sob o nº 051. ***. ***-82, pelo Contratante e Robenildo Miranda dos Santos, portador do CPF N. 058.***.***-73, pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:62BA079F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 021/2023

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, com base nos itens número **1.4** e **1.5.1** do Edital do Concurso Público Municipal n.º 001/2023, para preenchimento das vagas existentes no quadro geral dos servidores efetivos do Município de Jardim do Seridó/RN, convoca a candidata abaixo relacionada, conforme ordem de classificação por cargo, a comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no período de **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data de publicação deste Edital, no horário de 07h às 13h, munida da documentação elencada no anexo I, deste edital, para respectiva posse. Para eventuais dúvidas tratar pelo número (84) 9 9125-8187 (Setor Recursos Humanos).
A convocação para o cargo de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL**, baseia-se no respectivo fato:
Considerando, a vacância por meio de aposentadoria da servidora efetiva **VALDENIRA PEREIRA DA COSTA DIAS**, conforme Portaria n.º 339, de 02 de junho de 2025.
CONVOCA:
1 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
628998-9	FRANCISCO DIEGO CONSTANTINO DE MOURA	4ª

Jardim do Seridó-RN, 05 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE ACORDO COM EDITAL DO CONCURSO N.º 001/2023, BEM COMO RESOLUÇÃO N.º 008/2012 – TCE/RN

1. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
2. comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
3. estar quite com as obrigações eleitorais;
4. apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino;
5. ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função;
6. apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
7. haver sido aprovado e classificado no Concurso Público;
8. ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;
9. firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
10. firmar declaração de que não possui vínculo com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas;
11. declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo;
12. declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
13. certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
14. certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
15. declaração de bens;
16. declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinada pelo servidor;
17. carteira de trabalho;
18. comprovante de residência;
19. certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
20. conta bancária no Banco do Brasil;
21. certidão de casamento, quando for o caso;
22. cumprir as determinações deste Edital.
23. a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da apresentação após a devida convocação por meio de documentação original juntamente com a respectiva cópia.
24. A falta de comprovação dos requisitos genéricos de investidura do cargo, impedirá a posse do candidato.

OBSERVAÇÃO: Todos os documentos deverão ser autenticados e as declarações com reconhecimento de firma em cartório, salvo as que são retiradas diretamente de sistema eletrônicos.
EXAMES MÉDICOS
Hemograma;
Tipo sanguíneo;
Sumário de Urina;
VDRL;
Parasitológico de fezes;
Eletrocardiograma (com Laudo do Cardiologista);
Raio X do Tórax (com laudo do radiologista);

OBSERVAÇÃO: Os exames acima mencionados ficarão sob a responsabilidade total do candidato.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

1.4. A Nomeação dos aprovados será regida pelas na Lei Municipal 593 de 22 de junho de 1994, Lei Municipal n.º 830 de 30 de dezembro de 2009 (Magistério Municipal) na Lei Municipal 1.001 de 21 de junho de 2015, Lei Municipal n.º 820 de 02 de setembro de 2009 (Lei da Guarda Municipal) e demais normas municipais que versarem sobre cargos e funções, todas do Município de JARDIM DO SERIDÓ.
1.5.1 No caso em que as convocações forem para substituir servidores contratados, não implicando em aumento de despesa com pessoal, não se aplicam as regras dos itens 1.5, conforme orientação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Procedimento n.º 099.2017.000625.

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:6FB6835B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 343, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

A SECRETÁRIA CHEFE DO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;
CONSIDERANDO também o Decreto Municipal nº 1.777, de 7 de abril de 2022, que regulamenta a concessão de diárias ao Prefeito e aos Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, ocupante do cargo de Prefeita Municipal, 1 (uma) diária completa e ½ (meia) diária na importância de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais), ficando a mesma autorizada a participar de visita técnica a um centro de atendimento especializado no acompanhamento de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), na cidade de Passa e Fica/RN, com o intuito de conhecer boas práticas e buscar subsídios para futuras ações no município de Jardim do Seridó. Na sequência, a gestora seguirá para a cidade de Natal/RN, onde tratará de assuntos administrativos e institucionais de interesse do Município de Jardim do Seridó/RN.

Art. 2º A constante melhoria dos serviços prestados à sociedade é uma das prerrogativas da gestão pública, desta forma, o envolvimento em iniciativas que visem a busca de benefícios para a cidade é uma das formas de efetivar a qualidade da Administração Pública municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 04 de Junho de 2025.

SILVIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Municipal Chefe de Gabinete

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:704D86EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344, DE 05 DE JUNHO DE 2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 65 da Lei Orgânica e com fundamento na Lei Complementar nº 593/94, art. 8º, inciso I, e art. 9º, "caput",

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo o candidato relacionado no ANEXO I, aprovado no Concurso Público Municipal n.º 001/2023, homologado em 18 de janeiro de 2024.

Art. 2º. A convocação do aprovado relacionado observa o Edital de Convocação nº 021/2023.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua subscrição, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

1 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
628998-9	FRANCISCO DIEGO CONSTANTINO DE MOURA	4ª

Jardim do Seridó-RN, 05 de Junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:4F05AEE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 345, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base no art. 33, da Lei Municipal nº 593/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o Senhor **MAXSUEL ADONIS DA SILVA DE SA,** inscrito no CPF/MF n. º 074.194.804-43, do cargo efetivo de Guarda Municipal, sob matrícula nº 1772, do Município de Jardim do Seridó-RN.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos válidos a partir do dia 07 de junho de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:8C5CFC63

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
ATA N° 010/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 529.001/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Assunto: Atendimento de Diligência do Processo Administrativo n° 529.001/2025, que tem como objeto a **"Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria para adesão, implantação e permanência à Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS"**, no que diz respeito a Qualificação Técnica (Atestado de Capacidade Técnica), recebido em 05/06/2025.

_____

Aos 05 (cinco) dias do mês de junho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN, situado a Av. Dr. Fernandes, n° 919, Alto do Abrigo, Jardim do Seridó – RN, CEP: 59.343-000, eu, Douglas Medeiros de Araújo (Agente de Contratação e Responsável pela Formalização dos Processos de Contratação Direta do JARDIMPREV), com respaldo nas Portarias n° 007/2024 e 008/2024, ambas da Autarquia Previdenciária, faço a análise dos documentos inerentes a Qualificação Técnica (Atestado de Capacidade Técnica) da empresa CREDITO & MERCADO GESTAO DE VALORES MOBILIARIOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 11.340.009/0001-68, recebida (via e-mail) em 05/06/2025, de forma tempestiva, cujo Processo diz respeito a **"Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria para adesão, implantação e permanência à Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS"**. De acordo com o teor da Ata n° 009/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 05/06/2025 – Edição 3552 – Código Identificador: 19BE0641,

foi registrado que a empresa não apresentou o Atestado de Capacidade Técnica, no que tange a Qualificação Técnica (item 8, subitem 8.7 do Termo de Referência). Dessa maneira, este Agente de Contratação, diligenciou e foram apresentados 04 (quatro) Atestados de Capacidade Técnica, sendo eles fornecidos pelo Instituto de Previdência do Município de Barretos – SP; Instituto de Previdência do Município de Extrema – MG; Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Município de Petrópolis – RJ e OSTRASPREV – Rio das Ostras Previdência. Por fim, após apresentação de toda a documentação necessária para instrução processual, o Setor de Contratação minutará as demais peças inerentes a formalização e, posteriormente, encaminhará para Assessoria Jurídica do Setor de Licitações e Contratos do JARDIMPREV, para que seja emitido Parecer Jurídico, em conformidade com a legislação em vigor. Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a análise processual às 09h:00min e, para constar, eu, Douglas Medeiros de Araújo, Agente de Contratação e Responsável pela Formalização dos Processos de Contratação Direta do JARDIMPREV, lavrei a presente ata, que após lida e conferida, segue assinada por mim.

Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

DOUGLAS MEDEIROS DE ARAÚJO
Agente de Contratação e Responsável pela Formalização dos Processos de Contratação Direta do JARDIMPREV
Matrícula n° 002

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:67890125

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER - LIDEMBERG LUIS DOS SANTOS

Após analisar a 5ª (quinta) avaliação do servidor **LIDEMBERG LUIS DOS SANTOS,** matrícula n.º 1955, empossado em 01 de dezembro de 2022, para o Cargo efetivo de Eletricista, feita pela comissão da respectiva secretaria onde o mesmo encontra-se prestando seus serviços em conformidade com o Decreto nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
A Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho de Estágio Probatório e Promoção Horizontal nomeados conforme Portaria de n.º 127, de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE, aprovar a 5ª (quinta) avaliação do Estágio probatório do servidor **LIDEMBERG LUIS DOS SANTOS,** matrícula n.º 1955, pôr ele ter atingido nota total de **23 (vinte e três) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 15 (quinze) pontos conforme ficha de avaliação em anexo, sendo seus efeitos retroativos à 01 de junho de 2025, data base da avaliação do 5º (quinto) semestre concluindo do estágio probatório, conforme Art. 19º, da Lei Municipal nº 593, 22 de junho de 1994 (que Dispõe do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) em conformidade com o Decreto Municipal de nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
Igualmente, publique-se e cumpra-se a aprovação da 5ª (quinta) avaliação do servidor.

Jardim do Seridó-RN, 05 de junho de 2025.

_____
Presidente

_____
Secretária

_____
_____
_____
Membros

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:AED4A65E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER - VERÔNICA FERREIRA

Após analisar a 5ª (quinta) avaliação da servidora **VERÔNICA FERREIRA**, matrícula n.º 1957, empossada em 01 de dezembro de 2022, para o Cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, feita pela comissão da respectiva secretaria onde a mesma encontra-se prestando seus serviços em conformidade com o Decreto nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
A Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho de Estágio Probatório e Promoção Horizontal nomeados conforme Portaria de n.º 127, de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE, aprovar a 5ª (quinta) avaliação do Estágio probatório, da servidora **VERÔNICA FERREIRA**, matrícula n.º 1957, pôr ela ter atingido nota total de **25 (vinte e cinco) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 15 (quinze) pontos conforme ficha de avaliação em anexo, sendo seus efeitos retroativos à 01 de junho de 2025, data base da avaliação do 5º (quinto) semestre concluindo do estágio probatório, conforme Art. 19º, da Lei Municipal nº 593, 22 de junho de 1994 (que Dispõe do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) em conformidade com o Decreto Municipal de nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
Igualmente, publique-se e cumpra-se a aprovação da 5ª (quinta) avaliação da servidora.

Jardim do Seridó-RN, 05 de junho de 2025.

Presidente: _____

Secretária: _____

Membros: _____
_____
_____

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:26E95D24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 144, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Á SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/06/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **GESIRLEI DO NASCIMENTO PEREIRA,** matrícula nº 1147**,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais PA-II, da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 09/06/2025 a 18/06/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula Nº 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:E78B2729

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/06/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MARLUCE ARAÚJO DA COSTA,** matrícula nº 0806, ocupante do cargo de Pedagogo P.IV – G, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 24/06/2025 à 03/07/2025, correspondente ao período aquisitivo: 2023/2024.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:7DC8A4C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 146, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Á SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 05/06/2025.
R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **JOSÉ TIAGO GUEDES,** matrícula nº 1129**,** ocupante do cargo de Zelador PD-III, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 09/06/2025 a 23/06/2025, correspondente ao período aquisitivo: 2022/2023.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:46E52334

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 147, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 05/06/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **VITÓRIA COSTA DE AZEVEDO,** matrícula nº 0535, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais PA-III, da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 10/06/2025 à 09/07/2025, correspondente ao período aquisitivo: 2024/2025.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:D977AC01

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 021 DE 05 DE JUNHO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 2 de maio de 2017 que regulamenta a concessão de diárias ao Prefeito e aos Servidores do Poder Executivo Local (texto consolidado);

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a Sra Maria José Silva de Medeiros Paiva, servidora permutada do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, ½ (meia) diária no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à cidade de Caicó/RN. O presente deslocamento tem como objetivo a participação da servidora no 1º Ciclo Formativo do Programa Caminhos da Aprendizagem: Avexadas para Aprender. O evento acontecerá no dia 06 de junho de 2025, Faculdade Caicoense Santa Teresinha na cidade de Caicó/RN, CEP 59300-000.

Art. 2º. A participação da servidora é de suma importância, pois a busca de melhorias dos serviços prestados à sociedade é uma das prerrogativas da gestão pública, assim, o envolvimento de profissionais em iniciativas que visem a soma de benefícios para o município é uma das formas de efetivar a qualidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Educacional Dr° Flavio Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:2D48A31A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 022 DE 05 DE JUNHO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 2 de maio de 2017 que regulamenta a concessão de diárias ao Prefeito e aos Servidores do Poder Executivo Local (texto consolidado);

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao Sr Emanuel Hudson da Silva, servidor efetivo do cargo de Professor, matrícula nº 1939, lotado na Secretaria de Educação, ½ (meia) diária no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Caicó/RN. O presente deslocamento tem como objetivo a participação do servidor no 1º Ciclo Formativo do Programa Caminhos da Aprendizagem: Avexadas para Aprender. O evento acontecerá no dia 06 de junho de 2025, Faculdade Caicoense Santa Teresinha na cidade de Caicó/RN, CEP 59300-000.

Art. 2º. A participação da servidora é de suma importância, pois a busca de melhorias dos serviços prestados à sociedade é uma das prerrogativas da gestão pública, assim, o envolvimento de profissionais em iniciativas que visem a soma de benefícios para o município é uma das formas de efetivar a qualidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Educacional Dr° Flavio Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:88C1839A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023

OMUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA/RN, inscrito noCNPJ sob n.º 08.309.536/0001-03, situado na Praça Baixa Verde, 169, Centro, João Câmara/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a Srª.Aize Talianne Bezerra de Souza, inscrita noCPF sob nº 072.295.154-08, doravante denominada deCREDENCIANTEe a licitanteCLINICA DA VISAO S/C LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 03.687.543/0001-17,com sede na RUA 29 DE OUTUBRO, 29 , CENTRO, JOÃO CÂMARA/RN CEP:59550000 , neste ato representada pelo seu representante,Edilma Fernandes Campos Bezerra, brasileira, divorciada, comerciária, portador da Carteira de Identidade nº. 1145862 SSP/RN, e do CPF/MF nº 736.771.674-34, residente e domiciliado em Rua Governador Juvenal Lamartine, nº 670, apartamento nº 1701, Tirol, Natal/RN, CEP: 59020-280, doravante denominadaCREDENCIADA, celebram o presente CREDENCIAMENTO, decorrente da Chamada Pública nº 001 /2023, Processo nº. 016/2023, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
1. DO OBJETO
1.1. Aditar ao contrato a prorrogação de vigência contratual até 31 de dezembro de 2025, conforme art. 57, II da lei 8.666/93.
2. DO EFEITO RETROATIVO
2.1. O presente termo aditivo retroage os seus efeitos a 01/01/2025, conforme parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município.
3. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES
3.1. As demais cláusulas e condições dispostas no contrato.
4. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Fica eleito o foro da comarca de João Câmara/RN, para dirimir eventuais dúvidas/ou conflitos originados pelo presente contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis

João Câmara/RN, 03 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal
AIZE TALIANNE BEZERRA DE SOUZA

Clinica da Visão S/C LTDA
EDILMA FERNANDES CAMPOS BEZERRA

Republicado por incorreção.

Publicado por:
Robson Scipiao de Brito
Código Identificador:710E621D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 20050001/2025

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 20050001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de contratação direta de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor/prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a proponente apresentou a proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para celebrar o contrato, conforme preconizado no inciso V do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a JUSTIFICTIVA apresentada pela Comissão de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação está em conformidade com o Art.75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R$ 62.725,59, (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).,

CONSIDERANDO que o processo de contratação direta foi conduzido em estrita conformidade com o Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o qual enfatiza a importância de transparência e competitividade através da publicação de avisos em sítio eletrônico oficial do órgão, visando atrair propostas competitivas mesmo em cenários de limitada competição;

CONSIDERANDO que a seleção do fornecedor foi realizada com base numa análise detalhada que confirmou a proposta mais vantajosa para a administração pública, cumprindo os princípios de economicidade, eficiência e adequação às necessidades do órgão, conforme demonstrado pelas justificações robustas e documentação completa apresentadas no processo;

CONSIDERANDO que, embora tenham sido recebidas propostas adicionais, o processo de seleção manteve sua integridade e objetividade, garantindo que todas as etapas foram conduzidas com transparência e que a oferta selecionada estava em alinhamento com os preços de mercado e os interesses públicos;

CONSIDERANDO que a adjudicação e homologação do contrato estão de acordo com os requisitos legais estabelecidos no inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que exige a autorização da autoridade competente para a conclusão do processo de contratação;

AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 20050001/2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO A SER CONTRATADO: Aquisição de materiais e fardamento utilizado no Desenvolvimento das atividades dos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias do Município de José da Penha/RN.
PROPONENTE: MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA CNPJ: 11.886.312/0001-60
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 meses.
Diante do exposto, o(a) ORDENADOR(A) DE DESPESAS, RATIFICA a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no Art.75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, .

DETERMINO, ainda, que seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, este ato e o extrato decorrente do contrato, em atendimento aos preceitos estabelecidos no artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.

José da Penha/RN, 03 de junho de 2025

Assinado Eletronicamente
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Ordenador(a) de Despesas

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 20050001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONTIDOS NO PRESENTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE LICITAÇÃO, QUE FOI DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, TANTO PELA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS, QUANTO PELA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS, VEZ QUE A PROPONENTE APRESENTOU A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA;

CONSIDERANDO QUE O PROCESSO FOI INSTRUÍDO COM OS DOCUMENTOS E REQUISITOS QUE COMPROVAM QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA PARA CELEBRAR O CONTRATO, CONFORME PRECONIZADO NO INCISO V DO ARTIGO 72 DA LEI FEDERAL 14.133/2021;

CONSIDERANDO QUE A JUSTIFICTIVA APRESENTADA PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO QUE PREVÊ QUE A DISPENSA DE LICITAÇÃO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM O ART.75, INCISO II DA LEI FEDERAL 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021, O ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021 PERMITE A CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS CUJO VALOR SEJA INFERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO EM REGULAMENTO. COM A PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, OS VALORES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES FORAM ATUALIZADOS, PASSANDO O LIMITE DO ART. 75, INCISO II, A SER DE R$ 62.725,59, (SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).,

CONSIDERANDO QUE O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA FOI CONDUZIDO EM ESTRITA CONFORMIDADE COM O ART. 75, § 3º DA LEI Nº 14.133/2021, O QUAL ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DE TRANSPARÊNCIA E COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA PUBLICAÇÃO DE AVISOS EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO ÓRGÃO, VISANDO ATRAIR PROPOSTAS COMPETITIVAS MESMO EM CENÁRIOS DE LIMITADA COMPETIÇÃO;

CONSIDERANDO QUE A SELEÇÃO DO FORNECEDOR FOI REALIZADA COM BASE NUMA ANÁLISE DETALHADA QUE CONFIRMOU A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMPRINDO OS PRINCÍPIOS DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO ÓRGÃO, CONFORME DEMONSTRADO PELAS JUSTIFICAÇÕES ROBUSTAS E DOCUMENTAÇÃO COMPLETA APRESENTADAS NO PROCESSO;

CONSIDERANDO QUE, EMBORA TENHAM SIDO RECEBIDAS PROPOSTAS ADICIONAIS, O PROCESSO DE SELEÇÃO MANTEVE SUA INTEGRIDADE E OBJETIVIDADE, GARANTINDO QUE TODAS AS ETAPAS FORAM CONDUZIDAS COM TRANSPARÊNCIA E QUE A OFERTA SELECIONADA ESTAVA EM ALINHAMENTO COM OS PREÇOS DE MERCADO E OS INTERESSES PÚBLICOS;

CONSIDERANDO QUE A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONTRATO ESTÃO DE ACORDO COM OS REQUISITOS LEGAIS ESTABELECIDOS NO INCISO VIII DO ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE EXIGE A AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO;

AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20050001/2025, NOS TERMOS DESCRITOS ABAIXO:

OBJETO A SER CONTRATADO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FARDAMENTO UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN.
PROPONENTE: D F DE S SILVA
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 MESES.
VALOR TOTAL: R$ R$ 23.512,30 (VINTE E TRÊS MIL, QUINHENTOS E DOZE REAIS E TRINTA CENTAVOS)

DIANTE DO EXPOSTO, O(A) ORDENADOR(A) DE DESPESAS, RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FULCRO NO ART.75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021, .

DETERMINO, AINDA, QUE SEJA DIVULGADO E MANTIDO À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL, ESTE ATO E O EXTRATO DECORRENTE DO CONTRATO, EM ATENDIMENTO AOS PRECEITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 72, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ DA PENHA/RN, 03 DE JUNHO DE 2025

Assinado Eletronicamente
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Ordenador(a) de Despesas

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0D9EDA56

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 413/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 413/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 02 de Junho de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 300,00 (

trezentos reais), totalizando, portanto, R$ 300,00 (trezentos reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Fortaleza/CE, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento, no dia 02 de Junho de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:30C8B765

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 414/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 414/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 30 de Maio de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 30 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D701488A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 415/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 415/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 03 de Junho de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar acompanhante de paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 31 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D0AB3D24

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 416/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 416/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 02 de Junho de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transporta acompanhante de paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 02 de Junho de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:73519F18

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 182 DE 04 DE JUNHO DE 2025 - REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO

PORTARIA N° 182 DE 04 DE JUNHO DE 2025

A PRESENTE PORTARIA EXONERA A PEDIDO A SRA. ANNE KATALINY SOUZA DE ARAÚJO DO CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;
CONSIDERANDO O REQUERIMENTO E PEDIDO DE EXONERAÇÃO FORMULADO PELA SERVIDORA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido, a Sra. **Anne Kataliny Souza de Araújo** no cargo de **Diretora do Departamento de Administração Financeira** na Prefeitura Municipal de José da Penha – RN.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F5BC4E3B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 183 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA N° 183 DE 05 DE JUNHO DE 2025

A PRESENTE PORTARIA NOMEIA O SR. JOSÉ DOUGLAS DE MORAIS PINHEIRO NO CARGO DE SUBCOORDENADOR CONTÁBIL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

RESOLVE:
Art. 1° Nomeia o Sr. **José Douglas de Morais Pinheiro** no cargo de **Subcoordenador Contábil** na Prefeitura Municipal de José da Penha – RN.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4F25C2EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 22040002/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço
ADJUDICAÇÃO: por item
MODO DE DISPUTA:aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não

O **Município de Jucurutu/RN** vem a público comunicar que no **dia 09 de junho de 2025**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**, será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado a **Contratação para a aquisição de veículo automotivo ambulância zero KM, tipo A, Pick-UP, 4x4, para transporte de pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Jucurutu/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **18 de junho de 2025**, às **09:00** horas (horário de Brasília). Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com e do telefone: (84) 9 9488- 2037 – (das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas).

Jucurutu/ RN, 05 de junho de 2025.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:8D001D34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1.460, DE 5 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO Nº 1.460, DE 5 DE JUNHO DE 2025.

Antecipa Feira Livre e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jucurutu,

CONSIDERANDO que as comemorações referentes ao EXPOJUCA, se iniciarão na quinta-feira, dia 13 de junho de 2025;

CONSIDERANDO ser dever da administração municipal conciliar os interesses gerais da coletividade com os acontecimentos que se realizam na circunscrição do Município, sejam eles de caráter social, cultural ou religioso, compatibilizando-os com as necessidades básicas da população.

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Feira Semanal deste Município, que estava prevista para realizar-se no sábado, dia 14 de junho de 2025, antecipada para sexta-feira, dia 13 de junho de 2025.

Art. 2º. As Secretarias Municipais responsáveis pela organização e fiscalização da feira livre devem adotar as providências necessárias para se adequarem à antecipação de que trata o presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jucurutu/RN, 5 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:593D18F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 102/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22040003/2024 – DISPENSA N° 033/2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu – RN; CONTRATADA: OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA - CNPJ nº 07.777.441/0001-43; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS DOS DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS, BEM COMO DAS RESIDÊNCIAS DE MUNÍCIPES DE JUCURUTU/RN, por mais doze (12) meses; DA VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 04 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 06 - SEC. MUN. OBRAS, VIAÇÃO E SERV. II - Ação: 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E 3.238.990 SERVIÇOS URBANOS. III - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. IV – Fonte: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Trébia Bezerra de Oliveira – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 03 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:F498A877

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 05050001/2025 CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **FRANCISCO J L DE Q ARAÚJO - ME -** CNPJ: 15.260.346/0001-04, visando à assinatura do **Registro de preços para possível contratação gradativa de empresa especializada no fornecimento de cimento.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

Jucurutu/RN, 05 de junho de 2025.

Atenciosamente,

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária de Planejamento

Publicado por:
Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Código Identificador:C0D3D762

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 05050001/2025 CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **FRANCISCO J L DE Q ARAÚJO - ME -** CNPJ: 15.260.346/0001-04, visando à assinatura do **Registro de preços para possível contratação gradativa de empresa especializada no fornecimento de cimento.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

Jucurutu/RN, 05 de junho de 2025.

Atenciosamente,

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária de Planejamento

Publicado por:
Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Código Identificador:C6D9A6DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 012/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: SONAYRA HALENUSKA PERES DOS SANTOS
CNPJ: 22.870.696/0001-40
OBJETO: Prestação de serviços cartoriais para manutenção das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Jundiá e seus órgãos.
VALOR GLOBAL: R$ 25.348,99 (Vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Jundiá/RN, 05 de junho de 2025

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:2DA368D6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2025

O Prefeito Municipal de Jundiá/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: SONAYRA HALENUSKA PERES DOS SANTOS
CNPJ: 22.870.696/0001-40
OBJETO: Prestação de serviços cartoriais para manutenção das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Jundiá e seus órgãos.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses nos termos da Lei nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 25.348,99 (Vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos).
BASE LEGAL: Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – Sec. Mun. de Administração; **AÇÃO:** 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desportos; **AÇÃO:** 2021 – Manutenção da Sec. Mun. de Educação, Cult. e Desportos. **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; **REGIÃO:** 0001 – Jundiá

Jundiá/RN, 05 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:E41386A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 009/2025 - GP

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (duas) ½ (meia) diária ao Sr. ANTENOR MARIO DA SILVA, colaborador como Assessor Cultural, CPF n° 119.802.634-35, agência n° 0001 e conta corrente n° 59402586-3,Banco – 0260 – Nu Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento, no valor de R$ 560,00 (quinhentos e reais), para custear despesas durante a participação na "**23º ENCONTRO DE ASTRONOMIA DO NORDESTE (2025)"**, a ser realizado na cidade de Caicó/RN, nos dias 19 a 21 de junho de 2025.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 05 de junho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:1B81170F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 053/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 1 (uma) ½ (meia) diária a Sra ADRINA ROMEICA ROCHA DA SILVA, funcionária público comissionado, CPF n° 052.319.444-75, agência n° 2256X e conta corrente n° 016172-1, no valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), para custear despesas durante a capacitação da "**FNAS- Pelo Brasil"**, a ser realizado na Escola de Governo, Centro Administrativo – Natal - RN nos dias 11 e 12 de maio de 2025.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 05 de junho de 2025.

JOÃO ANDRÉ FERREIRA FILHO
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:1AC42C82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 054/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) meio diária ao Sr. GABRIEL DE CASTRO CARVALHO, Conselheiro Tutelar, CPF/MF nº 013.651.824-95, agência n° 10669, conta corrente n° 36426-6 – BB no valor de R$ 100,00 (cem Reais), para custear despesas durante ao encontro estadual "**ZELAR E PROTEGER: importância do Conselho Tutelar na Prevenção e Respostas à Violência contra Crianças e Adolescentes"**, a ser realizado em 10 de junho de 2025 na UNI-RN, Rua Prefeita Eliane Barros Cabral, 200 – Tirol – Natal/RN

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 05 de junho de 2025

JOÃO ANDRÉ FERREIRA FILHO
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:D7FEA748

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA - Nº 055/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) meio diária ao Sr. JOSE RONALDO DUVAL, Conselheiro Tutelar, CPF/MF nº 268.778.778-70, agência n° 13668, conta corrente n° 21135-4 - BB no valor de R$ 100,00 (cem Reais), para custear despesas durante ao encontro estadual "**ZELAR E PROTEGER: importância do Conselho Tutelar na Prevenção e Respostas à Violência contra Crianças e Adolescentes"**, a ser realizado em 10 de junho de 2025 na UNI-RN, Rua Prefeita Eliane Barros Cabral, 200 – Tirol – Natal/RN

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 05 de junho de 2025

JOÃO ANDRÉ FERREIRA FILHO
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:9ACB4DDB

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1.046/2025** da **Dispensa de Licitação nº 026/2025**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços com máquinas tipo retroescavadeira 4x4, inclusos operador e fornecimento do combustível, para manutenção das atividades realizadas pela secretaria municipal de agricultura de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 06 de junho de 2025 até as 10h:00min do dia 11 de junho de 2025**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 05 de junho de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:304297F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Lagoa D'Anta/RN, através do setor de pesquisa mercadológica, avisa a todos os interessados que no período de 06/06/2025 à 10/06/2025 estará recebendo proposta de preços visando a obtenção de preços para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de computadores, impressoras, nobreak, estabilizadores bem como suporte aos usuários para atender as necessidades das diversas secretarias municipais de Lagoa D'anta/RN, As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão descritas no Termo de Referência/Projeto Básico que poderá ser baixado pelo site: https://lagoadanta.rn.gov.br/licitacaolista.php ou solicitado também pelo o e-mail: setordepesquisa.ld2022@gmail.com. As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo exclusivamente para o e-mail: setordepesquisa.ld2022@gmail.com.
Lagoa D'Anta/RN, 06 de junho de 2025.

WYLLER PACÍFICO BATISTA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:63248D6C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 019/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da empresa ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº. 19.775.100/0001-18, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de óleo e filtros, objetivando atender as demandas do município de Lagoa d'Anta/RN, no importe global de R$ 58.953,72 (cinquenta e oito mil, nove centos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Lagoa D'Anta/RN, 05 de junho de 2025 – GABINETE DO PREFEITO.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:E5D07530

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 020/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da empresa ARMARINHO SÃO SEBASTIÃO, inscrita no CNPJ nº. 12.268.573/0001-80, visando a contratação de empresa especializada para aquisição gradual de material de armarinho, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias deste município, no importe global de R$ 58.909,85 (cinquenta e oito mil, novecentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Lagoa D'Anta/RN, 05 de junho de 2025 – GABINETE DO PREFEITO.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:8738D8E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
Concorrência Eletrônica nº. 001/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÕES, VIAS URBANAS, INFRAESTRUTURA, PAVIMENTAÇÃO CONVENCIONAL, PAVIMENTAÇÃO MÉTODO BRIPAR, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DOS DEMAIS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS E COMUNITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN.

A Prefeitura Municipal de Lagoa d'Anta/RN, através do setor de licitações, informa aos interessados que, em razão de pedido da secretaria demandante para realização de ajustes nos autos, fica suspenso o certame em comento. Após ajustes, será publicada nova data com as devidas retificações.

Lagoa d'Anta/RN, 05 de junho de 2025.

WYLLER PACIFICO BATISTA DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:9AEE0FD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 047/2025

A Prefeita Municipal de Lagoa de Pedras/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 72, VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, considerando o incomensurável interesse público e considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, AUTORIZA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, junto à empresa CONTRATADA: ALINE REIS PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.019.000/0001-90, para a contratação de banda musical para realização de show artístico no dia 28 de junho de 2025 em alusão às festividades juninas no Município de Lagoa de Pedras/RN. Ancorado no artigo 74, inciso II, da Lei Federal 14.133/21.

Lagoa de Pedras/RN, 05 de junho de 2025.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:01781AC1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 11/2025 DE 30 DE MAIO DE 2025.

INSTITUI E REGULAMENTA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 214, da Constituição Federal, que trata das diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino;
CONSIDERANDO que o art. 217 da Constituição Federal define o esporte como dever do Estado e direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades esportivas como parte da formação integral de crianças, adolescentes e jovens;
CONSIDERANDO que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que o art. 34 da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola;

CONSIDERANDO o disposto no art. 87, § 5° da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no tocante à progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral;
CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n°8.069, de 13 de julho de 1990, garante às crianças e aos adolescentes a proteção integral e todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades a fim de

lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
CONSIDERANDO a Meta 6 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n° 13.005, de 25 de julho de 2014, que dispõe sobre a expansão do ensino em tempo integral;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal n° 340/2015, de 23 de junho de 2015, em especial ao disposto na Meta 6, da expansão do ensino em tempo integral;

DECRETA:
TÍTULO I
CAPÍTULO I – Disposições Gerais do Programa

Art. 1º Fica instituído, no âmbito das Escolas Públicas Municipais de Lagoa de Velhos/RN, o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, a ser desenvolvido por meio da realização de atividades no contraturno escolar, em jornada ampliada.
Art. 2º O Programa a que se refere esta Lei tem por finalidade:
I - Expandir a oferta de Educação Integral em tempo integral nas escolas municipais;
II - Contribuir para a formação integral de crianças e adolescentes;
III - Ampliar a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos;
IV - Melhorar o desempenho educacional e a qualidade da educação básica pública municipal;
V - Cultivar relações entre professores, alunos e comunidades;
VI - Garantir a proteção social e a formação cidadã aos alunos da rede municipal de ensino;
VII - Reduzir a evasão, a reprovação e a distorção idade/ano, por meio de ações pedagógicas que visem melhorar o aproveitamento escolar;
VIII - Estimular crianças e adolescentes a manterem uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, cidadania e solidariedade;
IX - Promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade nas atividades escolares;
X - Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, organizações não governamentais e da iniciativa privada.
Art. 3º O Programa será implementado por meio de ações socioeducativas no contraturno escolar e/ou horário corrido, em escolas e/ou outros espaços socioculturais e/ou comunitários, com carga horária mínima de 3 (três) horas diárias.
Art. 4º O Programa será desenvolvido por meio de cooperação técnica entre as diversas áreas do Município, considerando o desenvolvimento integral dos alunos.
Art. 5º As atividades a serem desenvolvidas no contraturno estarão integradas ao Projeto Político-Pedagógico – PPP – das unidades escolares, cabendo a cada uma delas atualizá-lo com as oficinas a serem ofertadas.
Art. 6º As oficinas poderão ser realizadas em outros espaços que não as escolas municipais, mediante parcerias firmadas, convênios e/ou acordos de cooperação técnica.
Art. 7º Fica determinado que, em todas as escolas municipais que possuírem salas ou espaços ociosos, será implantado o Programa de Educação Integral em Tempo Integral.
§ 1º As unidades escolares que não possuírem espaço adequado para o desenvolvimento das atividades em contraturno estarão submetidas aos locais e oficinas indicadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2º A escolha da série/ano para implantação gradativa das atividades em contraturno ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme política educacional a ser planejada.
Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conjunto com os gestores das unidades escolares, Conselhos Escolares e o Comitê Gestor da Educação Integral em Tempo Integral, a mobilização e o estímulo da comunidade local para a oferta de espaços que complementem as atividades em contraturno.

CAPÍTULO II – Da Organização do Programa

Art. 9º Ficam autorizadas as seguintes oficinas a serem desenvolvidas, classificadas entre componentes obrigatórios e de livre escolha das unidades escolares, conforme a realidade local:
Componentes obrigatórios:
I – Acompanhamento pedagógico, monitoramento e avaliação;
II – Alfabetização e letramento;
III – Letramento matemático;
IV – Cultura, cidadania e educação patrimonial.
Oficinas de livre escolha:
V – Lutas (capoeira, judô, karatê etc.);
VI – Danças;
VII – Artesanato;
VIII – Música (coral, instrumental, banda marcial, flauta doce e outras);
IX – Teatro;
X – Jogos de tabuleiro (dama, xadrez, dominó etc.);
XI – Artes visuais;
XII – Brincadeiras e jogos;
XIII – Atletismo;
XIV – Futebol/futsal;
XV – Vôlei;
XVI – Basquete;
XVII – Jogos de mesa;
XVIII – Ginásticas em geral;
XIX– Fortalecimento de vínculos e habilidades socioemocionais.
Art. 10 A oferta das oficinas em contraturno será planejada junto às unidades escolares e implementada gradativamente, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 11 Cabe às Unidades Escolares, aos Conselhos Escolares e ao Comitê Gestor da Educação Integral em Tempo Integral a mobilização dos alunos para participação nas oficinas, bem como o controle da assiduidade no contraturno.
Art. 12 As unidades escolares que tiverem autorização conforme o art. 10 desta Lei deverão cadastrar os(as) alunos(as) e turmas no Sistema de Registro Escolar, ou outro que o substitua, conforme orientação do Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO III – Dos Componentes Obrigatórios

Art. 13 O componente Acompanhamento Pedagógico, Monitoramento e Avaliação compreende atividades nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Cultura, Cidadania e Educação Patrimonial, realizadas por meio de encontros formativos.
§ 1º No componente de Língua Portuguesa, as aulas deverão utilizar metodologias diferenciadas que favoreçam a interação e o aprimoramento da leitura e escrita, com o docente atuando como mediador do processo.
§ 2º Em Matemática, as aulas deverão utilizar materiais manipuláveis que proporcionem uma aprendizagem concreta, adaptada ao contexto escolar, diversificando a abordagem para incentivar a busca por novas formas de aprender.
§ 3º O componente Cultura, Cidadania e Educação Patrimonial deverá contemplar as leis vigentes no Município, articulando os saberes dos alunos com o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, promovendo o desenvolvimento integral do cidadão.

CAPÍTULO IV – Disposições Gerais e Finais

Art. 14 As oficinas do Programa serão executadas por oficineiros capacitados na área.
Art. 15 O Programa constitui forma de integração entre escola, comunidade e sociedade. A contratação de oficineiros exigirá, além da qualificação específica, preferência por residentes no Município.
Art. 16 As unidades escolares escolherão as oficinas livres com base na aceitação dos alunos, mediante acompanhamento e autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 17 A expansão do atendimento dependerá da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários.
Art. 18 Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a orientação, monitoramento e acompanhamento da reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, conforme as oficinas ofertadas.

Art. 19 Os espaços destinados às oficinas serão planejados conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de maio de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:5640C327

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

PROCESSO Nº 61/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN

CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: JAMILSON ALEXANDRE DA SILVA
CPF: ***.124.164-**
OBJETO: Contratação de atração musical do setor artístico cultural, consagrada pela crítica regional (LAERCIO BANDA MIX), para apresentação no dia 07 de junho de 2025, para apresentação cultural em praça pública, dentro do Projeto Som na Praça, no município de Lagoa de Velhos/RN.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa de Velhos/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:758E83B3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

O Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 61/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: JAMILSON ALEXANDRE DA SILVA
CPF: ***.124.164-**
OBJETO: Contratação de atração musical do setor artístico cultural, consagrada pela crítica regional (LAERCIO BANDA MIX), para apresentação no dia 07 de junho de 2025, para apresentação cultural em praça pública, dentro do Projeto Som na Praça, no município de Lagoa de Velhos/RN.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.02.01 – GABINETE DO PREFEITO; PROJETO ATIVIDADE: 04.122.0001.2006 – Manutenção do Gabinete do Prefeito; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Lagoa de Velhos/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:DCF9D535

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025 – PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, para Contratação de empresa especializada para aquisição de plantas e insumo de jardinagem e paisagem, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio ambiente e Desenvolvimento econômico.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto à empresa **54.409.390 ELIAS FERREIRA SANTANA LUNA,** inscrita no CNPJ sob n° **54.409.390/0001-87**, para procedermos com a Contratação de empresa especializada para aquisição de plantas e insumo de jardinagem e paisagem, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio ambiente e Desenvolvimento econômico, perfazendo a quantia total de **R$ 46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais)**, a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2025;

3 – O Gestor Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Lagoa de Velhos/RN, 04 de junho de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:108B2020

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025 – PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade de Contratação de empresa especializada para aquisição de plantas e insumo de jardinagem e paisagem, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio ambiente e Desenvolvimento econômico.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:
I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **54.409.390 ELIAS FERREIRA SANTANA LUNA,** inscrita no CNPJ sob n° **54.409.390/0001-87**, pelo valor estimado de **R$ 46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais)** a ser pago de acordo com os serviços prestados.

II – Determino ao setor competente a publicação da presente dispensa de licitação.

Lagoa de Velhos/RN, 04 de junho de 2025.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:E27D2405

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025-SRP

Processo Administrativo 869/2025

A Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Iranildo Aciole da Silva, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025-SRP, que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de uso odontológico e médico-hospitalar, com fornecimento de peças e componentes genuínos ou de primeira linha, incluindo mão de obra especializada, ferramentas e insumos necessários, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN,** em favor da empresa relacionada a seguir:

TECHPROL SERVICOS, COMERCIO E LOCACOES LTDA- (CNPJ: 20.399.316/0001-05), saiu vencedora nos lotes: LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE EQUIP. ODONTOLÓGICOS, LOTE 02 - MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICO-HOSPITALAR; totalizando o valor de R$ 161.685,00 (cento e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e fornecedores, encontram-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lagoa Nova/RN, 05 de junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D9BC2714

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Processo Administrativo 1.289/2025

O Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Iranildo Aciole da Silva, torna público o resultado parcial do processo de credenciamento de artistas locais referente ao Processo Administrativo nº 1.289/2025. Para o Item 0001 (Eventos de Pequeno Porte no valor de R$ 1.000,00 por apresentação) foram habilitados os artistas MARCOS FERNANDES DA SILVA BANQUEIRO (CPF 701.340.784-46) E JOSÉ LUCAS DOS SANTOS FERREIRA (CPF 376.778.024-00). No Item 0002 (Eventos de Médio Porte no valor de R$ 2.000,00 por apresentação), os mesmos artistas foram igualmente credenciados. Já o Item 0003 (Eventos de Grande Porte) não recebeu propostas habilitadas. Todos os documentos relativos a este processo, incluindo atas completas com informações detalhadas sobre itens, quantidades, valores e fornecedores habilitados, estão disponíveis para consulta pública no portalwww.portaldecompraspublicas.com.br.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Lagoa Nova/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:534ACFC3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

Processo Administrativo 1.386/2025
O Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN, Sr. Iranildo Aciole da Silva, vem por meio deste divulgar o resultado parcial do processo de credenciamento para contratação de empresas especializadas em serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais e hospedagem/hotelaria, registrado sob o Processo Administrativo nº 1.386/2025. Foram habilitadas seis empresas para prestação dos serviços de agenciamento de passagens aéreas (Item 0001), com valor referencial de R$ 110.000,00: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 10.477.835/0001-90), HAROLDO JUNIOR DA SILVA FERNANDES (CPF/CNPJ 53.323.430/0001-00), EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 55.738.556/0001-71), CAMBOATAS TURISMO LTDA (CNPJ 06.200.694/0001-97), PRS AGENCIAMENTOS LTDA (CNPJ 51.044.562/0001-78) e FUTURE VIAGENS TURISMO LTDA (CNPJ 54.292.236/0001-30). As mesmas empresas foram igualmente credenciadas para o serviço de agenciamento de hospedagem/hotelaria (Item 0002), cujo valor referencial é de R$ 25.000,00. Todos os documentos relativos a este processo, incluindo atas completas com informações detalhadas sobre itens, quantidades, valores e fornecedores habilitados, estão disponíveis para consulta pública no portalwww.portaldecompraspublicas.com.br.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Lagoa Nova/RN, 05 de junho de 2025.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D2FAAC83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0324/2025 - GP

Portaria nº 0324/2025 - GP Lagoa Nova / RN, 05 de junho de 2025.

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor público municipal a Sra. MARIA EDICLEIDE DA SILVA PEREIRA, mat. **37494**, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2° - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na mencionada Lei Complementar, sob a supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.
§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das

Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

Art. 3º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

• Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das MPE no município;
• Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
• Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
• Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
• Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
• Manter registro organizado de todas as suas atividades;
• Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
• Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:5F8703DB

GABINETE DO PREFEITO
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 007/2025 - DO PODER LEGISLATIVO

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 007/2025 - DO PODER LEGISLATIVO

Lagoa Nova/RN, 05 de junho de 2025.

À sua Excelência o Senhor
Jean Carlo da Silva Dantas
Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Nova

Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Vereadores,

No exercício da prerrogativa que me é conferida, nos termos do parágrafo 2º do art. 51 c/c art. 63, V da Lei Orgânica do Município de Lagoa Nova/RN, comunico a Vossa Excelência o veto integral, por vício de inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 007/2025, de 8 de maio de 2025, o qual *"Dispõe sobre o Tratamento Diferenciado, Favorecido, Regionalizado e simplificado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais, no acesso ao mercado local e nas Contratações Públicas Realizadas Pela Administração Pública Municipal de Lagoa Nova/RN e dá outras providências."* aprovado por essa Egrégia Casa Legislativa.

RAZÕES E JUSTIFICATIVA DO VETO

A referida iniciativa padece de vícios insanáveis que inviabilizam sua sanção, tanto por afronta a normas de hierarquia superior quanto por violação a princípios constitucionais estruturantes da Administração Pública. As irregularidades identificadas concentram-se, principalmente, em duas ordens: (I) usurpação de competência legislativa privativa da União e (II) imposição de restrição indevida à competitividade nas contratações públicas.

I – DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL: USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO

O primeiro vício do projeto é de natureza formal, por evidente extrapolação da competência legislativa atribuída ao Município. O art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal é cristalino ao estabelecer que compete privativamente à União legislar sobre:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Com fundamento na competência legislativa exclusiva da União para dispor sobre normas gerais de licitações e contratos, foi editada a Lei nº 14.133/2021, que, na qualidade de norma geral de alcance nacional, promoveu a uniformização e a sistematização do regime jurídico das contratações públicas em todo o território brasileiro, vinculando todos os entes federativos quanto à forma, aos procedimentos e aos princípios que regem as licitações.

Nesse contexto, não compete ao Município inovar na matéria, mediante a criação de requisitos, restrições ou impedimentos à participação de licitantes que não estejam expressamente previstos na legislação federal aplicável. Ao dispor, por exemplo, que apenas empresas sediadas ou atuantes na região de Lagoa Nova poderão usufruir de benefícios em certames licitatórios, o projeto de lei ora em análise extrapola os limites da competência legislativa municipal, configurando indevida usurpação da competência da União, em manifesta afronta ao pacto federativo e ao princípio da supremacia da norma geral.

Importa destacar, ainda, que o projeto intenta reformular o conceito de microempresa e de empresa de pequeno porte, ao estabelecer critérios próprios de enquadramento, em desconsideração aos parâmetros objetivos definidos pela Lei Complementar nº 123/2006. Referido diploma legal, editado com fundamento na delegação constitucional expressa do art. 146, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, é o único instrumento normativo legitimado para disciplinar o regime jurídico diferenciado e favorecido aplicável às ME/EPP.

Ao instituir, no âmbito municipal, definições autônomas para microempresa e empresa de pequeno porte — a exemplo de exigência quanto à localização da sede, limitação por faixas específicas de faturamento ou adoção de outros critérios de elegibilidade — o projeto afronta diretamente a legislação complementar federal, usurpando competência legislativa privativa da União e comprometendo a uniformidade normativa que deve reger o tratamento jurídico conferido a tais categorias em todo o território nacional.

Portanto, caracteriza-se a violação à reserva de iniciativa compromete o equilíbrio de competência entre os entes federativos, ao tempo em que conduz à nulidade formal da norma, por vício de origem.

II – DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL: AFRONTA À COMPETITIVIDADE, À ISONOMIA E À EFICIÊNCIA

O segundo vício identificado no Projeto de Lei nº 007/2025 é de natureza material e se configura ao estabelecer exigência de natureza territorial como condição para a fruição do tratamento jurídico favorecido destinado às microempresas e empresas de pequeno porte. Especificamente, o projeto condiciona a participação em licitações promovidas pelo Município à localização da sede empresarial no território de Lagoa Nova ou em sua microrregião.

Assim, analisa-se que tal exigência viola o princípio da competitividade, previsto expressamente no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

A competitividade constitui, por sua própria natureza, um corolário do princípio da eficiência administrativa, na medida em que amplia o universo de participantes, eleva o nível de qualificação técnica dos concorrentes e favorece a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Qualquer medida que imponha restrições à concorrência com base em critérios geográficos, sem amparo em norma legal federal específica, revela-se arbitrária, discriminatória e incompatível com a ordem constitucional vigente.

Sob essa ótica, a própria Lei nº 14.133/2021, reforça essa vedação em seu artigo 9º, inciso I, alínea “b”, dispondo que é proibido exigir, em licitação, restrições à participação de concorrentes que não estejam justificadas na legislação federal, especialmente as que limitem a competitividade sem fundamento legal:

Art. 9º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

Nesse sentido, a previsão ora analisada revela-se incompatível constitucionalmente, bem como com o ordenamento jurídico federal vigente, ao impor obstáculo à ampla participação de empresas potencialmente habilitadas, tanto técnica quanto economicamente, com base exclusivamente em critério territorial destituído de fundamento constitucional ou legal.

Trata-se de restrição ilegítima, que compromete o interesse público primário ao limitar a concorrência, podendo resultar na exclusão de propostas mais vantajosas, no aumento dos custos das contratações, na redução da qualidade dos serviços prestados e na exposição do Município a riscos de impugnações administrativas e ações judiciais, inclusive perante os órgãos de controle externo.

Assim, o presente Projeto de Lei, ao estabelecer critérios restritivos de natureza territorial para o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações municipais, incorre em indevida usurpação da competência legislativa da União, além de representar afronta aos princípios constitucionais da competitividade, isonomia e eficiência administrativa.

Por todo o exposto, impõe-se o veto integral ao Projeto de Lei nº 007/2025, de 8 de maio de 2025, razão pela qual comunico sua restituição integralmente vetada, confiando na manutenção desta decisão.

Atenciosamente,

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN

Publicado por:
Alissom Kennedy Santos de Oliveira
Código Identificador:F562A809

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 04 DE JUNHO 2025

Resolução Nº 003 de 04 de Junho 2025

Institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, na Reunião ordinária realizada no dia 30 de maio de 2025 institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social de Lagoa Nova, que no uso das atribuições que lhes confere;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, especialmente o art. 3º, inciso I, que dispõe: "convocar, em processo articulado com a Conferência Nacional, as conferências de assistência social, na respectiva esfera de governo, aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012;"

CONSIDERANDOa Resolução CNAS/MDS nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resoluçãonº 07, de 02 de abril de 2025, que dispõe sobre a Convocação Conjunta da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social no Rio Grande do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social composta:

• **Presidente:** Dileíse Fernandes Ulisses
• **Vice-presidente:** Hosana Maria Carvalho dos Santos
• **Conselheira :** Mylania Thays Santos Silva

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DILEÍSE FERNANDES ULISSES
Presidente do CMAS-Lagoa Nova

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:44261477

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004, DE 04 DE JUNHO DE 2025

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a Convocação da XI Conferência Municipal de Assistência Social de Lagoa Nova/RN

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Lagoa Nova,no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 548 de 25 de Abril de 2016 (lei de criação do CMAS) e no seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, especialmente o art. 3º, inciso I, que dispõe: "convocar, em processo articulado com a Conferência Nacional, as conferências de assistência social, na respectiva esfera de governo, aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012;"

CONSIDERANDOa Resolução CNAS/MDS nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a Convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CEAS/RN nº 07, de 02 de abril de 2025, que dispõe sobre a Convocação Conjunta da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDOa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Lagoa Nova/RN, realizada no dia 04 de junho de 2025;

RESOLVE:

Art. 1ºConvocar aXI Conferência Municipal de Assistência Socialque será realizada no dia 25 de junho de 2025 em Lagoa Nova/RN, com o tema"20 anos de SUAS: construção, proteção social e resistência".

Art. 2ºA XI Conferência Municipal de Assistência Social de Lagoa Nova/RN abordará 5 (cinco) Eixos:

I -Eixo 1 –Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;
II -Eixo 2 –Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;
III -Eixo 3 –Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS;
IV -Eixo 4 –Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: Fortalecendo a participação social no SUAS;
V - Eixo 5– Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DILEÍSE FERNANDES ULISSES
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social de Lagoa Nova/RN

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:BD8FBD7A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025 a empresa **MICRO SYSTEM INFORMÁTICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 06.334.845/0001-08, com valor global de R$ 17.760,00 (dezessete mil, setecentos e sessenta reais).

Publique-se.
Lagoa Salgada/RN, 02 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:11B9BD8D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 048/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 048/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: AMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 51.689.269/0001-68. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KIT MATERNIDADE, PARA SEREM ENTREGUES ÀS GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV E PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN. VIGÊNCIA: 30/05/2025 a 31/12/2025. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 7.920,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021. Lagoa Salgada/RN, 30 de maio de 2025.

Município de Lagoa Salgada/RN.
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE-
Prefeito Municipal.

AMA Comercio e Serviços LTDA –
GILCELIA AMANDA MARIA LIMA –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:BB38A85D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 049/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 049/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 03.633.939/0001-81. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO HOSPITALAR E GABINETES ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN. VIGÊNCIA: 26/05/2025 a 31/12/2025. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 39.740,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021. Lagoa Salgada/RN, 26 de maio de 2025.

Município de Lagoa Salgada/RN.
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE-
Prefeito Municipal.

Comércio Varejista e Serviços LTDA ME –
EDNALDO RODRIGUES DE ALMEIDA –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:D3A22700

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 050/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 050/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: MICRO SYSTEM INFORMÁTICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 06.334.845/0001-08. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO, POR TEMPO DETERMINADO, DE SISTEMA WEB PARA O PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA - RN, SEGUINDO OS PADRÕES WEB, ACESSÍVEL PARA COMPUTADORES, CELULARES E COMPUTADORES DE MÃO, COM A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PÁGINAS DINÂMICAS E ADMINISTRÁVEIS PELO PRÓPRIO USUÁRIO, COM MANUTENÇÃO, SERVIÇOS ON-LINE, FERRAMENTAS DE BUSCA E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO E DEMAIS FERRAMENTAS QUE VIEREM A SER SOLICITADO PELAS LEIS ESTADUAL E FEDERAL. VIGÊNCIA: 03/06/2025 a 02/06/2026. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 17.760,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021. Lagoa Salgada/RN, 03 de junho de 2025.

Município de Lagoa Salgada/RN.
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE-
Prefeito Municipal.

Micro System Informática LTDA ME –
JOSÉ REGES DE SOUZA –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:90C88445

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000029/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO, POR TEMPO DETERMINADO, DE SISTEMA WEB PARA O PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA - RN, SEGUINDO OS PADRÕES WEB, ACESSÍVEL PARA COMPUTADORES, CELULARES E COMPUTADORES DE MÃO, COM A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PÁGINAS DINÂMICAS E ADMINISTRÁVEIS PELO PRÓPRIO USUÁRIO, COM MANUTENÇÃO, SERVIÇOS ON-LINE, FERRAMENTAS DE BUSCA E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO E DEMAIS FERRAMENTAS QUE VIEREM A SER SOLICITADO PELAS LEIS ESTADUAL E FEDERAL**, em favor da empresa **MICRO SYSTEM INFORMÁTICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 06.334.845/0001-08, vencedora com valor global de R$ 17.760,00 (dezessete mil, setecentos e sessenta reais).

Publique-se.

Lagoa Salgada/RN, 02 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:0C2F8F21

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025 a empresa **J M DO NASCIMENTO COMERCIO DE ALIMENTOS**, inscrita no CNPJ sob nº. 22.737.322/0001-50, com valor global de R$ 60.350,00 (sessenta mil, trezentos e cinquenta reais).
Publique-se.
Lagoa Salgada/RN, 04 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:88FFE3EE

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000030/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE COFFEE BREAK E REFEIÇÃO PRONTA, DESTINADOS PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN**, em favor da empresa **J M DO NASCIMENTO COMERCIO DE ALIMENTOS**, inscrita no CNPJ sob nº. 22.737.322/0001-50, vencedora com valor global de R$ 60.350,00 (sessenta mil, trezentos e cinquenta reais).
Publique-se.
Lagoa Salgada/RN, 04 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:2F7B4EAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 33/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 673/2025

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço**,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto 11/2023-GP, e demais normas aplicáveis. Objetivando a **Aquisição de kits de materiais de consumo para distribuição aos artesãos lajenses durante oficinas promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura com o objetivo de apoiar suas atividades.**

Data da sessão: 11/06/2025
Horário da Fase de Lances: *08:00h* às *14:00h*
Link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Critério de Julgamento: *Menor Preço*

Lajes/RN, 05 de junho de 2025

RAFAEL ANDERSON DE ARAÚJO SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:409315D1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2025

TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICPIO DE LAJES/RN, E A EMPRESA PDB PROMOCAO E EVENTOS LTDA.

Processo Administrativo n° 626/2025
Licitação nº 80/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000,LAJES/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **PDB PROMOCAO E EVENTOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 51.078.703/0001-73, sediado na Gameleira, nº 312, Sala 01, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN –

CEP: 59.152-080, neste ato representado por **JOÃO PAULO DANTAS DA SILVA**, inscrito no CPF nº XXX.414.XXX-08.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR JP FORROZADO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO MILHO, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 14/06/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS.

MODALIDADE: Inexigibilidade 22/2025

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SHOW MUSICAL DO CANTOR JP FORROZADO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO MILHO, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 14/06/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS.	SERV	1	R$ 20.000,00	R$20.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2162 - REALIZACAO DE FESTIVAIS POPULAR, CULTURAL, LITERAR
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 05 de junho de 2025 a 04 de agosto de 2025**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 05 de junho de 2025

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

PDB Promocao E Eventos LTDA
CNPJ: 51.078.703/0001-73
JOÃO PAULO DANTAS DA SILVA
CPF: XXX.414.XXX-08
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:C9BCFF96

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2025

TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICPIO DE LAJES/RN, E A EMPRESA S & S PRODUÇÕES DE SHOWS E ENTRETENIMENTO LTDA ME.

Processo Administrativo n° 625/2025
Licitação nº 81/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000,LAJES/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **S & S PRODUÇÕES DE SHOWS E ENTRETENIMENTO LTDA ME,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.078.427/0001-87, sediado na FAZ SO O MIE, S/N, Papara, Maranguape/CE – CEP: 61.967-000, neste ato representado por **ANTÔNIO SIRANO CAVALCANTE LOPES**, inscrito no CPF nº XXX.740.XXX-53.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA SIRANO & SIRINO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO SÃO JOÃO DOS IDOSOS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 05/07/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS.

MODALIDADE: Inexigibilidade 23/2025

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SHOW MUSICAL DA BANDA SIRANO & SIRINO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO SÃO JOÃO DOS IDOSOS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 05/07/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS	SERV	1	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2162 - REALIZACAO DE FESTIVAIS POPULAR, CULTURAL, LITERAR
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 05 de junho de 2025 a 04 de agosto de 2025**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 05 de junho de 2025

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

S & S Produções De Shows E Entretenimento LTDA ME
CNPJ: 09.078.427/0001-87
ANTÔNIO SIRANO CAVALCANTE LOPES
CPF: XXX.740.XXX-53
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:47280E7C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2025

TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICPIO DE LAJES/RN, E A EMPRESA PULSE MUSIC PROMOCOES E EVENTOS LTDA.

Processo Administrativo n° 691/2025
Licitação nº 82/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000,LAJES/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **PULSE MUSIC PROMOCOES E EVENTOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 41.380.611/0001-90,

sediado na Avenida Antônio Alves Pessoa, nº 498, Centro, Brejinho/RN – CEP: 59.219-000, neste ato representado por **FÁBIO LEONARDO NOBREGA FARIAS**, inscrito no CPF nº XXX.756.XXX-57.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR RAY PORTO, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO SÃO JOÃO DOS IDOSOS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 05/07/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS.

MODALIDADE: Inexigibilidade 24/2025

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SHOW MUSICAL DO CANTOR RAY PORTO, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO SÃO JOÃO DOS IDOSOS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 05/07/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS	SERV	1	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2162 - REALIZACAO DE FESTIVAIS POPULAR, CULTURAL, LITERAR
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 05 de junho de 2025 a 04 de agosto de 2025**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 05 de junho de 2025

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

Pulse Music Promocoes E Eventos LTDA
CNPJ: 41.380.611/0001-90
FÁBIO LEONARDO NOBREGA FARIAS
CPF: XXX.756.XXX-57
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:28331CB8

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 05 DE JUNHO 2025 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN

Dispõe sobre os procedimentos de controle, fiscalização e prestação de contas relacionados à concessão de diárias e retribuições pecuniárias no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional, nos termos do Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 004/2025, que regulamenta a concessão de diárias e retribuições pecuniárias a servidores públicos e colaboradores eventuais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e rotinas de controle interno com vistas à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º – Do Objeto
Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos e rotinas a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal quanto à concessão, execução e prestação de contas de diárias e retribuições pecuniárias previstas no Decreto Municipal nº 004/2025.

Art. 2º – Da Solicitação de Diárias
§1º Toda solicitação de diária deverá ser realizada por meio do formulário de Requisição e Estimativa de Custo da Concessão (Anexo II do Decreto), devidamente preenchido e assinado pelo solicitante e pelo titular da unidade administrativa.
§2º A solicitação deverá conter:
I – Nome do beneficiário, matrícula, CPF e cargo/função;
II – Justificativa clara e objetiva do afastamento;
III – Cidade e unidade federativa de destino;
IV – Período de afastamento;
V – Valor unitário e total das diárias, conforme tabela do Anexo I;
VI – Indicação da fonte de recursos;
VII – Data e hora previstas para saída e retorno;
VIII – Meio de transporte utilizado.

§3º As solicitações que incluam sextas-feiras, sábados, domingos e feriados deverão conter justificativa específica do Secretário da Pasta.
§4º A solicitação da diária deverá ser encaminhada ao setor competente com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do início do afastamento, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

Art. 3º – Da Concessão
§1º O ato concessório será formalizado por meio de Portaria, publicada no Diário Oficial da FEMURN.
§2º O pagamento das diárias deverá ocorrer em até 48 horas antes do início do deslocamento, salvo exceções devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

Art. 4º – Da Prestação de Contas
§1º O beneficiário deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, os seguintes documentos:
I – Relatório de viagem (modelo Anexo III);
II – Documentos que comprovem a realização do deslocamento e o cumprimento do objetivo da missão;
III – Comprovante de cotação de moeda, nos casos de viagem ao exterior.
§2º A não apresentação da prestação de contas implicará a devolução integral dos valores recebidos e impedimento de nova concessão até a regularização.
§3º O controle interno deverá manter arquivados, por pelo menos 5 (cinco) anos, os documentos relativos às concessões e prestações de contas de diárias.

Art. 5º – Da Fiscalização
§1º Compete à Controladoria Geral do Município:
I – Verificar a regularidade da concessão das diárias;
II – Avaliar a conformidade dos documentos apresentados na prestação de contas;
III – Apurar responsabilidades em caso de irregularidades;
IV – Propor medidas corretivas ou sancionatórias, quando cabíveis.
§2º Verificada a concessão indevida, omissão ou erro no processo, o controle interno notificará a unidade responsável para adoção imediata de providências administrativas, inclusive restituição de valores ao erário.

Art. 6º – Das Responsabilidades
Serão responsabilizados solidariamente:
I – O proponente da concessão indevida;
II – O ordenador da despesa que autorizou o pagamento irregular;
III – O servidor ou agente beneficiado indevidamente.

Art. 7º – Disposições Finais
§1º Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria Geral do Município, ouvidos os setores competentes.
§2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 01 de Abril de 2025.

JOSÉ ROMÁRIO DA SILVA ARAÚJO
Controlador Geral do Município
Prefeitura Municipal de Lajes/RN

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:48542EAD

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2025*
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 626/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer da Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto do Inciso II, artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal n° 11, de 24 de março de 2023, verbis:
"Art. 74, - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;"

CONSIDERANDO que, para o objeto em tela é de exclusividade, não havendo qualquer outra empresa que possa lhe fazer frente, inviabilizando, com isso, qualquer competição.

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE
Com fundamento no **Artigo 74, II da Lei Federal nº 14.133/21, CONTRATAR**, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR JP FORROZADO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NA FESTA DO MILHO, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 14/06/2025, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS,** em favor da empresa **PDB PROMOCAO E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 51.078.703/0001-73**, estabelecida à Gameleira, nº 312, Sala 01, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN – CEP: 59.152-080, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, no valor global de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 626/2025, bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o **TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2025,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Lajes/RN, em 04 de junho de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:B16B8B55

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200200125

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS; SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS; SEC. MUN. DE SAÚDE/ FUNDO MUL. DE SAÚDE

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta Prefeitura Municipal de Lucrécia

*A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN** convoca a empresa G2 LINK SOLUÇÕES WM INTERNET, CNPJ (MF) 11.598.572/0001-30 para celebração dos Termos de Contrato nº, 2025067, 2025065 e 2025066 originários do Pregão nº 013/2025 em até 5 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.*

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Lucrécia, Setor de licitações e Contratos, na Rua dos Poderes, 256, Centro, Lucrécia – RN, 59.805-000, horário das 07:00 as 11:30.

Lucrécia/RN, 28/05/2025.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratações

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:7CB0046C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 2025061

***ORIGEM:** Pregão Nº 008/2024*
***CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN*
***CONTRATADA:** Emiliana Cristalina B. O. Oliveira*
***CNPJ (MF) N°** 11.453.649/0001-84*

***OBJETO:** Registro de preços para realização dos serviços em exames laboratoriais de analises clinicas, destinadas a subsidiar as ações e medidas de controle.*

***VALOR TOTAL:** R$ 117.028,02 (cento e dezessete mil e vinte e oito reais e dois centavos).*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
590 - 3 . 6001 . 10 . 302 . 75 . 2.142 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
589 - 3 . 6001 . 10 . 302 . 75 . 2.142 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor Global: R$ 117.028,02(cento e dezessete mil e vinte e oito reais e dois centavos).

***VIGÊNCIA:** 02/05/2025 a 02/05/2026.*

***DATA DA ASSINATURA:** 02/05/2025*

ASSINANTES:
Antonio Walter de Araujo – Contratante
Emiliana Cristalina bandeira Onofre Oliveira - Contratada

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:25FA9E2F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 2025065

ORIGEM: *Pregão Nº 0013/2025*
CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN*
CONTRATADA: *G2 LINK SOLUÇÕES WM INTERNET*
CNPJ (MF) N° *11.598.572/0001-30*

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta Prefeitura Municipal de Lucrécia*

VALOR TOTAL:*R$ 12.564,72 (doze mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos).*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1041 - 2 . 18001 . 12 . 361 . 42 . 2.19 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
705 - 2 . 3301 . 4 . 122 . 7 . 2.6 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valor Global: R$ 12.564,72(doze mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: *28/05/2025 a 27/05/2026.*

DATA DA ASSINATURA: *28/05/2025*

ASSINANTES:
Antonio Walter de Araujo – Contratante
Jocivan Pimenta Targino - Contratado

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:606F1564

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 2025066

ORIGEM: *Pregão Nº 0013/2025*
CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN*
CONTRATADA: *G2 LINK SOLUÇÕES WM INTERNET*
CNPJ (MF) N° *11.598.572/0001-30*

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta Prefeitura Municipal de Lucrécia*

VALOR TOTAL: *R$ 2.899,53 (dois mil e oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
812 - 4 . 7001 . 8 . 122 . 121 . 2.170 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica *Valor Global: R$ 2.899,53(dois mil e oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).*

VIGÊNCIA: *28/05/2025a 27/05/2026.*

DATA DA ASSINATURA: *28/05/2025*

ASSINANTES:
Antonio Walter de Araujo – Contratante
Jocivan Pimenta Targino - Contratado

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:06E4DFF9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 2025067

ORIGEM: *Pregão Nº 0013/2025*
CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN*
CONTRATADA: *G2 LINK SOLUÇÕES WM INTERNET*
CNPJ (MF) N° *11.598.572/0001-30*

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta Prefeitura Municipal de Lucrécia*

VALOR TOTAL: *R$ 10.631,70 (dez mil e seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos).*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
564 - 3 . 6001 . 10 . 301 . 75 . 2.140 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
563 - 3 . 6001 . 10 . 301 . 75 . 2.140 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor Global: R$ 10.631,70(dez mil e seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA: *28/05/2025 a 27/05/2026.*
DATA DA ASSINATURA: *28/05/2025*

ASSINANTES:
Antonio Walter de Araujo – Contratante
Jocivan Pimenta Targino - Contratado

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:1725DDD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 223/2025

Dispõe sobre a alteração da carga horária da servidora Maria do Carmo Dias da Silva e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o artigo 4º da Lei Municipal nº 762/2023, e o requerimento apresentado pela servidora, em 29 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º– Alterar a carga horária da servidora Maria do Carmo Dias da Silva, Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 090070-2, lotada na Unidade Mista Maria Lála da Costa – Secretaria Municipal de Saúde, para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2025, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 05 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:2E9CBE8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 224/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), ao servidor José Adson Costa da Cunha, CPF nº 021.399.164-09, RG 1.487.498 SSP/RN, Matrícula 090072-9, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Natal/RN, nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2025. O objetivo da viagem é realizar o transporte de servidores que irão participar do VIII Congresso da LIGA, que será realizado no Centro de Convenções, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 05 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:D3405EF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 225/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ao servidor Cleomar Benigno de Oliveira, RG/CPF nº 722.428.094-15, Matrícula 120718-0, ocupante do cargo de Assessor de Apoio às Ações de Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de pacientes para assistência médica na cidade de Mossoró/RN, nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para realizar exames e consultas nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Santa Luzia, West Home And Business, Hospital Wilson Rosado, Clínica Oitava Rosado, Clínica Dona Derm, Clínica Joel de Souza, Hospital da Solidariedade, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 05 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:98BC05D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 226/2025

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ao servidor Pedro Wemerson Alves Dias, CPF nº 061.009.144-17, RG 3.885.195-4 SSP/RN, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de Assessor de Transporte Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas relacionadas ao transporte de pacientes para assistência médica na cidade de Mossoró/RN, nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2025. O objetivo da viagem é viabilizar o deslocamento para realizarem consultas no Hospital Santa Luzia, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 05 de junho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:1CC942EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Gestor Municipal da Prefeitura de Marcelino Vieira-RN, em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021 art. 28, inciso I, torna público a Homologação do Objeto e Adjudicação aos vencedores do Pregão Eletrônico nº 011-PE/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para Registro de Preços para os serviços de locação de estrutura de palco, sistema de som, iluminação, grupo gerador, banheiros químicos, grid de alumínio, painel e telão de led, camarins e tendas, grades de contenção, dentre outros a serem usados nos eventos realizados pelo o município de Marcelino Vieira-RN. Homologa-se e Adjudica-se o processo à: ALDEMIR GUEDES REGO. EPP, inscrito no CNPJ nº 11.927.118/0001-86 com proposta final no valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). ANTONIO AECIO DA SILVA. ME, inscrito no CNPJ nº 14.177.678/0001-59 com proposta final no valor total de R$ 123.068,00 (cento e vinte e três e sessenta e oito reais). FRANCISCO LINDOGLACIO DE AQUINO ALMEIDA. ME, inscrito no CNPJ nº 15.343.441/0001-63 com proposta final no valor total de R$ 326.580,00 (trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta reais). E KARINE ALMEIDA DE ARAÚJO. EPP, inscrito no CNPJ nº 44.444.145/0001-57 com proposta final no valor total de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Fundamentação legal: Lei 14.133/21. Convoca-se as empresas para assinatura da Ata de Registro de Preços e outros, no prazo de cinco dias.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:C8BA2F3D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a Contratação Direta e o respectivo Extrato do Contrato decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 05-IN/2025, cujo o objeto é a contratação direta por inexigibilidade de licitação do Show Musical com a banda "Lynder Som" na tradicional Cavalgada de Santo Antônio em Marcelino Vieira-RN, no dia 08 de junho de 2025, com duração de 2h30min., referentes ao processo acima indicado, realizado com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foram divulgados, nesta data, em sítio eletrônico oficial, onde serão mantidos à disposição do público: www.marcelinovieira.rn.gov.br;

conforme o disposto no parágrafo único, do Art. 72, do mesmo diploma legal Fundamentação legal do processo: Lei Federal 14.133/2021 Art. 74. II.

ADRIANA DE MEDEIROS PAIVA -
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:4B35AA63

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a Contratação Direta e o respectivo Extrato do Contrato decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 09-IN/2025, cujo o objeto é a contratação de Show Musical com o artista "Bruno Martins" na tradicional festa do padroeiro Santo Antônio, do munícipio de Marcelino Vieira-RN, no dia 13 de junho de 2025, referentes ao processo acima indicado, realizado com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foram divulgados, nesta data, em sítio eletrônico oficial, onde serão mantidos à disposição do público: www.marcelinovieira.rn.gov.br; conforme o disposto no parágrafo único, do Art. 72, do mesmo diploma legal Fundamentação legal do processo: Lei Federal 14.133/2021 Art. 74. II.

ADRIANA DE MEDEIROS PAIVA -
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:F59333FB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O Gestor Municipal de Marcelino Vieira-RN, Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o Parecer da Assessoria Jurídica, referente contratação direta por Inexigibilidade de Licitação 05-IN/2025 cujo o objeto é a contratação direta por inexigibilidade de licitação do Show Musical com a banda "Lynder Som" na tradicional Cavalgada de Santo Antônio em Marcelino Vieira-RN, no dia 08 de junho de 2025, com duração de 2h30min.. RATIFICA o correspondente procedimento e seu objeto a: 15.587.254 Francisco Lindolanio de Aquino Almeida. ME, inscrita no CNPJ sob o n° 15.587.254/0001-25, residente e domiciliado na Rua Joaquim Correia Filho, nº 76, Bairro: São Judas Tadeu, Pau dos Ferros/RN, CEP. 59900-000, no qual apresentou proposta de valor global no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco reais) composta pelo seu total das despesas e cachê do artista, estando inclusos valores referentes ao transporte, produção, etc.. Fundamentação legal do processo: Lei Federal 14.133/2021 Art. 74. II. Processo Ratificado/Homologado em 29/05/2025. Segue o processo ao Setor de Contratos.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA –
Prefeito

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:CE4E4AA8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O Gestor Municipal de Marcelino Vieira-RN, nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o Parecer da Assessoria Jurídica, referente contratação de Show Musical com o artista "Bruno Martins" na tradicional festa do padroeiro Santo Antônio, do munícipio de Marcelino Vieira-RN, no dia 13 de junho de 2025. RATIFICA o correspondente procedimento e seu objeto a: ECR PRODUÇÕES E LOCAÇÕES. EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 12.931.455/0001-00, detentora dos Direitos do artista, com proposta no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Fundamentação legal do processo: Lei Federal 14.133/2021 Art. 74. II. Segue o processo ao Setor de Contratos.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA –
Prefeito

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:77FB8D6C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O Gestor Municipal de Marcelino Vieira-RN, nos termos dos elementos constantes nos anexos que instrui o processo administrativo, e observado o Parecer da Assessoria Jurídica, referente contratação direta por Dispensa de Licitação 14-DLE/2025 cujo o objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de buffet para todas as secretarias do município de Marcelino Vieira-RN. RATIFICA o correspondente procedimento e seu objeto a: 43.330.835 PEDRO LUCAS COSTA LIMA MAIA ME, inscrito no CNPJ sob o n° 43.330.835/0001-12, no qual apresentou proposta final no valor global no valor de R$ 58.267,93 (cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos) Fundamentação legal do processo: Lei Federal 14.133/2021 Art. 75. II. Segue o processo ao Setor de Contratos.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:027C86B4

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2025 - EDUCAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

EDITAL Nº 002/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CHAMADA IMEDIATA E/OU CADASTRO DE RESERVA POR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES DE EJA, AUXILIAR DE ENSINO E MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DE PSS 002/2025
A comissão organizadora deste processo seletivo vem através deste, publicar a relação de inscritos do Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2025.
PROCESSO SELETIVO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Nº	CANDIDATO	CARGO	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA
001	Francisco Gilberlândio da Costa	Professor da EJA	Homologada	-
002	Elivânio Carneiro do Nascimento Júnior	Professor(a) da EJA	Homologada	-
003	Caroline Iana Fontes de Araújo	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
004	José Mário de Souza	Professor(a) da EJA	Homologada	-
005	Francisca Andreza Raiany de Medeiros	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
006	Maria Janaína Maia Silva Lopes	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
007	Arthur Leandro da Costa	Professor(a) da EJA	Homologada	-
008	Ylla Ataana de Paiva da Silva	Monitor de Transporte Escolar	Homologada	-
009	Antônia Poliana Chaves de Oliveira	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
010	Narla Helia da Costa	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
011	Luciana Allany Dias da Silva	Professor de EJA	Homologada	-
012	Aloma Daniela Umbelino da Silva	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
013	Marleide Higino da Silva	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
014	Janaécia Martins da Silveira	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
015	Andreza Ozana de Oliveira Nascimento	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
016	Ianara Shibele Cavalcante	Professor(a) da EJA	Homologada	-
017	Maria Cleusinere de Paula Silva	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
018	Francisca Luciene Fernandes	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
019	Maria José de Oliveira	Professor(a) da EJA	Homologada	-
020	Maria Marcia Duarte	Professor(a) da EJA	Homologada	-
021	Maria Leiliana Ferreira	Auxiliar de Ensino	Homologada	-

022	Valdeirla Maria Domingos Lima	Professor(a) da EJA	Homologada	-
023	Frabrício Carlos Pires Filgueira	Professor(a) da EJA	Homologada	-
024	Sandra Gerlane Sarmento Galdino	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
025	Jacksandra Fabrimária Paiva Pereira Lacerda	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
026	Maria Luzia Costa da Silva	Monitor de Transporte Escolar	Homologada	-
027	Yanick Noah de Carvalho Inocêncio	Professor(a) da EJA	Homologada	-
028	Maria de Lourdes de Jesus	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
029	Regineide Fernandes da Silva	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
030	Amanda de Freitas Matias	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
031	Elizama Cibely Batista Pontes	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
032	Alcimara Francinete Dias	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
033	José Mario Araújo do Nascimento	Professor(a) da EJA	Homologada	-
034	Erisbegna Carla Batista	Auxiliar de Ensino	Homologada	-
035	Albertina Fernandes da Silva Alfredo	Professor(a) da EJA	Homologada	-
036	Genezina Cristina Neta	Monitor de Transporte Escolar	Homologada	-
037	Maria Juliana do Nascimento	Professor(a) da EJA	Homologada	-
038	Francisco Heronildes da Silva	Professor(a) da EJA	Homologada	-
039	Josefa Cleidimar da Silva	Professor(a) da EJA	Homologada	-
040	Cristiano José Adelino	Professor(a) da EJA	Homologada	-
041	Vanessa Mirli Costa Conrado	Professor(a) da EJA	Homologada	-
042	Maria Luana Fernandes	Professor(a) da EJA	Homologada	-
043	João Filho de Queiros	Professor(a) da EJA	Homologada	-
044	Jeruslândia Monária da Silva	Monitor de Transporte Escolar	Homologada	-
045	Maria Lucileide da Silva Abrantes	Professor(a) da EJA	Não Homologada	Item 4.5
046	Geoneide Maria das Graças de Souza	Professor(a) da EJA	Homologada	-
047	José Guilherme Andrade Valcacer	Professor(a) da EJA	Homologada	-
048	Francisco Isaias Lima Costa	Professor(a) da EJA	Não Homologada	Item 4.5
049	Tayane Regiane Monte dos Santos	Professor(a) da EJA	Homologada	-
050	Luzinete Maria da Silva	Auxiliar de Esnino	Homologada	-

Esta é a homologação de inscritos do processo seletivo.

Marcelino Vieira/RN, 05 de Junho de 2025

MARIA DA CONCEIÇÃO PONTES
Presidente

MARIA EUZILEIDE DINIZ DE LIMA
Membro

FRANCIMEIRE CESÁRIO DE OLIVEIRA QUEIRÓS
Membro

MARIA APARECIDA COUTINHO COSTA
Membro

PEDRO CESÁRIO DE OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Junho Aldaelio Alves de Oliveira
Código Identificador:5DAE7B8C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - BRUNO MARTINS

Processo: Inexigibilidade Nº 009/2025
Número de Contrato: 2025.06.03.0002
Objeto: Contratação de Show Musical com o artista "Bruno Martins" na tradicional festa do
Padroeiro Santo Antônio, do munícipio de Marcelino Vieira-RN, no dia 13 de junho de 2025,
com duração de 2h00min, com início às 23h e término 01h.
Fundamentação: Lei nº 14.133/2021, Art. 74, incisos I e II
Contratado/CNPJ: ECR PROMOCOES E LOCACOES LTDA, 12.931.455/0001-00
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Data da Assinatura do contrato: 04/06/2025.
Vigência: 06/06/2025 a 06/07/2025.

Publicado por:
Hugo José Adelino
Código Identificador:55DE5AA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177 -2025 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR. - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao senhor **PATRICIO FERNANDES SOBRINHO**, Matrícula 9000330, ocupante do cargo de Coordenador de Educação e Esporte, uma meia diaria, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R$ 200,00 (duzentos reais), para deslocamento à cidade de Caicó-RN para participar de Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento do Transporte Escolar.

Objeto do Deslocamento: Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento do Transporte Escolar.
Local de destino: Caicó/RN.
Periodo do Afastamento: 13 de março de 2025.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**Republicada por incorreção.*

Gabinete do Prefeito de Martins, em 05 de junho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:959FD29A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196 -2025 - DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

PORTARIA Nº 196, DE 05 DE JUNHO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS, o **Sr. PAULO CÉSAR GALDINO,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 56, incisos I, II, IX, e XXIV da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Com fulcro no Art. 7° da Lei n° 617/2015, **NOMEAR** os membros do Serviço de Inspeção Municipal – SIM para o período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025, as seguinte pessoas:

1. IZETE FERNANDES DE OLIVEIRA QUEIROZ, Assistente Administrativo, Representando a Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca.

2. CLAÚDIO IRES AMORIM DE QUEIROZ, Agricultor, Representando à classe dos agricultores municipais.

3. MANASSÉS CIRILO DE MEDEIROS NETO, Enfermeiro, Representando a Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2. A presente **PORTARIA** entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS-RN, em 05 de junho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:4E1ED727

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATONº 138/2023

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATONº 138/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE - CNPJ: 08.170.540/0001-25
CONTRATADA: ENGETECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 18.559.664/0001-50

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com o necessário fornecimento de peças, para atender a frota oficial de veículos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, em que se inclui: mecânica em geral, inclusive sistema elétrico/eletrônico, retífica, lanternagem, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento e alinhamento, cambagem, troca de óleos e filtros, alinhamento de direção, lubrificação e instalação de acessórios de modo a disponibilizar, a todo tempo, veículos em perfeitas condições de uso e outros serviços correlatos.

VIGÊNCIA: 06/08/2025.

Dotação Orçamentária:
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
06.001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
11.001 - Secretaria Municipal de Administração
13.001 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
14.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde
18.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
ATIVIDADES:
2076 . Manut. Sec. Municipal de Administração
2013 - Manut. da Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte 2106 - Manut. da Sec. Municipal de Saúde
2082 - Manut. da Sec. Municipal de Assistência, Trabalho e Habitação 2101 - Manut. da Sec. Municipal de Agricultura
2133 - Manut. da Sec. Municipal de Obras e Serv. Públicos
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA:
3.3.90.30 - Material de Consumo
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica
FONTES:
15001001 - Receitas de Impostos e Transf. - Educação
15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos
15500000 - Transf. do Salário Educação
15001002 - Receitas de Impostos e Transf. - Saúde

Fundamentação: Art. 65, §2º da Lei 8.666/93 e Alterações Posteriores.

Maxaranguape/RN, 02 de maio de 2025.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita
CPF: 025.XXX.XX4-81
Pela Contratante

HERICK GRACIANO DE ALMEIDA
Sócio Administrador
CPF: XXX.687.XXX-01
Pela Contratada

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:A6E93B3C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2025-DPRH/SMA/PMM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/2025-DPRH/SMA/PMM

PORTARIA Nº 037/2025-DPRH/SMA/PMM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 310/97,artigo nº 91**,**que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Maxaranguape/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a: **ROSINEIDE DE OLIVEIRA LIMA BRANDÃO,**matrícula nº. 3417, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, **férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2023/2024, com vigência no período de: 02 de junho de 2025 a 01 de julho de 2025, conforme protocolo nº. 425/2025.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de junho de 2025.

Revogando-se as disposições em contrário, Publique-se e Cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 05 de junho de 2025**.**

JOSE WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:B1851BD1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038/2025-DPRH/SMA/PMM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/2025-DPRH/SMA/PMM

PORTARIA Nº 038/2025-DPRH/SMA/PMM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do

Município e a Lei Complementar n° 310/97,artigo nº 91,que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Maxaranguape/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a: **MARIA OSCARINA DE SENA SEVERIANO,**matrícula nº. 4043, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2024/2025, com vigência no período de: 09 de junho de 2025 a 08 de julho de 2025, conforme protocolo nº. 426/2025.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogando-se as disposições em contrário, Publique-se e Cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 06 de junho de 2025**.**

JOSE WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:151A429E

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1077/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1077/2025

"Institui o Dia da Praia de Maracajaú no Município de Maxaranguape/RN e dá outras providências.".

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Maxaranguape/RN, o Dia da Praia de Maracajaú, a ser comemorado anualmente no dia 07 de Junho.
Art. 2º A data instituída no artigo anterior passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos Culturais do Município.
Art. 3º O Poder Executivo poderá, na semana do dia 07 de junho, promover eventos educativos, culturais, históricos, ambientais, turísticos e atividades Religiosa que celebrem a importância de Maracajaú para a história, identidade e desenvolvimento do Município.
Art. 4º As comemorações referidas nesta Lei têm como fundamento a valorização da memória e identidade local, conforme documentado na obra "História de Maracajaú", de Álvaro Helton Teixeira da Silva, especialmente no que se refere à relevância histórica, geográfica, social e econômica da localidade, desde a era das sesmarias, passando pelo Brasil Império e a Segunda Guerra Mundial, até os dias atuais .
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Maxaranguape/RN, 05 de junho de 2025.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:DAC6EE98

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 173/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 173/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1º Designar a Sra. **MARILIA FABIOLA SALUSTIANO SILVA,** CPF nº 052.xxx.xxx-07, como Articuladora Municipal do Selo UNICEF no âmbito do Município de Maxaranguape/RN.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maxaranguape/RN, 05 de junho de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:41E50AF1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 401/2025 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

"Dispõe sobre a designação dos Agentes de Contratação e Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação para conduzir os atos de Contratação Direta, Processos de Licitações e Contratações no âmbito do Município de Montanhas/RN, nos termos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021."

O Prefeito do Município de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pela Lei Federal nº 14.133/2021, e;

CONSIDERANDOo disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, bem como nos regulamentos inerentes à designação e a atuação do agente de contratação;

CONSIDERANDOa necessidade de designação de agente de contratação para que, no exercício das suas funções administrativas, o Poder Executivo Municipal possa dar efetividade às normas contidas na Lei nº 14.133, de 2021, seja quanto à realização de licitações e contratações por ela reguladas, bem como quanto à utilização de todas as regras e procedimentos que permitam a contratação direta,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, para fins exclusivos de aplicabilidade da Lei Federal nº 14.331/2021, o servidor público municipal **TÁSSIO PEREIRA DA SILVA,**portador do **CPF: XXX.135.844-XX**, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação, para que exerça a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO.**

§1º - Cabe a Agente de Contratação e por ocasião dos processos licitatórios na modalidade Pregão, o desempenho das atribuições de Pregoeiro.

§2º - Cabe a Agente de Contratação a condução e elaboração dos processos licitatórios na modalidade Concorrência.

§3º - Cabe a Agente de Contratação a condução e elaboração dos processos de Contratação Direta, (Dispensa de Licitação e Inexigibilidade), Convênios e Termos de Cooperação.

Art. 2º - DESIGNAR, para fins exclusivos de aplicabilidade da Lei Federal nº 14.331/2021, a servidora pública municipal **ROBERTA**

DA SILVA SANTOS,portadora do **CPF: XXX.826.414-XX**, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação, para que exerça a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRA.**

Parágrafo Único - Cabe a Agente de Contratação designada no caput deste artigo, apenas a condução e elaboração dos processos licitatórios na modalidade Dispensa de Licitação e Pregão.

Art. 3º - Fica designada a servidora **ANDREA CARLA GOMES DA SILVA LIMA,CPF: XXX.225.447-XX,** para exercer atribuições de apoio, auxiliando os Agentes de Contratação, na condução dos processos licitatórios e de contratação direta.

Art. 4º - Em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, os Agentes de Contratação designados nos arts. 1º e 2º desta Portaria poderão ser substituídos por comissão de contratação a ser designada oportunamente.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 07/05/2025, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em Montanhas/RN, em 23 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:85EF8E55

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 417/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Alenuska Cássia Câmara Moreira
CPF..... :XXX.762.284 -XX
Matrícula..... :0001580
Quantidade..... :1/2 meia-diária
Valor R$..... : 200,00 (duzentos reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: Selo Cidade Limpa
Período.....: 06/06/2025
Lotação..... :Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos e Meio Ambiente
Função..... :Secretária Municipal

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 05 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:99E93057

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 418/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** o Senhor, **JOSÉ ADAILTON DE MEDEIROS**, portador do CPF/MF: XXX.782.924-XX, do cargo comissionado de ASSESSOR POLITICO, do Gabinete do Prefeito de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2025.

Montanhas/RN, em 05 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:77AB9A58

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 419/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** o Senhor **HIAGO MACHADO DA SILVA**, portador do CPF/MF: XXX.274.564-XX, do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE da Secretaria Municipal de Governo do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2025.

Montanhas/RN, em 05 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:302B268C

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 420/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **NOMEAR** o Senhor, **JOSÉ ADAILTON DE MEDEIROS**, portador do CPF/MF: XXX.782.924-XX, para ocupar o cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE da Secretaria Municipal de Governo do município de Montanhas/RN, por tempo indeterminado.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2025.

Montanhas/RN, em 05 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:3E9C9A06

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 421/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **NOMEAR** o Senhor **HIAGO MACHADO DA SILVA**, portador do CPF/MF: XXX.274.564-XX, para ocupar o cargo comissionado de ASSESSOR POLÍTICO do Gabinete do Prefeito do município de Montanhas/RN, por tempo indeterminado.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2025.

Montanhas/RN, em 05 de junho de 2025.

ATÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:E7511356

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 13/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará a licitação acima epigrafada, conforme:

DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	**09H:00M**DO DIA**06/06/2025**(HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	**23H:59M**DO DIA**13/06/2025**(HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	**09H:00M**DO DIA**18/06/2025**(HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**09H:01M**DO DIA**18/06/2025**(HORÁRIO DE BRASÍLIA).

OBJETO:**Aquisição de veículos automotores 0 (zero) KM a serem utilizados por Diversas Secretarias Municipais no Município de Monte Alegre/RN –**Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal, Avenida João de Paiva nº 373, Centro, Monte Alegre/RN – pelo e-mail: licitacao@montealegre.rn.gov.br, Fone: 84-32764000, site www.montealegre.rn.gov.br ou pelo site do Portal de Compras Públicas onde será conduzido o presente certame **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Monte Alegre-RN, 5 de junhot de 2025.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Pregoeiro.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:34F1B8A7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE 46/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. CONTRATADO(A):R. F. DA SILVA,inscrita no CNPJ/CPF sob o nº24.505.516/0001-56.OBJETO: Contratação de empresa especializada em gestão de saúde e segurança do trabalho a fim da elaboração de laudo técnico das condições ambientais de trabalho, laudo de insalubridade, laudo de periculosidade, programa de gerenciamento de riscos (riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos), programa de controle médico e saúde ocupacional, bem como avaliações, assessoria para elaboração do PPP (perfil profissional profissiográfico previdenciário) para os servidores do município de Monte Alegre/RN, geração e envio mensal dos eventos e- Social de SST no Governo Federal. Nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA CI – Nº004 DE 04 DE SETEMBRO DE 2018, da Lei nº 8.666/93 e demais leis que norteiam aquisição de bens e/ou serviços na administração pública..DA RATIFICAÇÃO:As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo.FUNDAMENTO LEGAL:Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93e suas alterações posteriores.

Monte Alegre/RN, em, 05 de junho de 2025.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA–
Prefeito –
Contratante

e

RAFAEL FAGNE DA SILVA,
P/Contratada.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:37E96FF9

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Eletrônico nº 10/2025, realizado em 09/05/2025, a saber:
Objeto:**Contratação de uma empresa especializada em serviços funerários, com o intuito de garantir a prestação de serviços dignos e respeitosos para a população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social.**
MARIELMA LOURENCO DA SILVA 06406227476 - CNPJ: 22.188.060/0001-12 , saiu vencedor no LOTE ÚNICO ; totalizando o valor de **R$ 243.150,00 (duzentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais)**.

Monte Alegre/RN, em 05 de junho de 2025

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:CC7116A7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2 ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE 64/2024 – ADESÃO PREGÃO Nº 16/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. CONTRATADO(A):COMERCIAL PAPARY EIRELI,inscrita no CNPJ sob o nº13.097.272/0001-01.OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construção, ferramentas e diversos insumos com base na tabela SINAPI para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN..DA RATIFICAÇÃO:As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo.FUNDAMENTO LEGAL:Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93e suas alterações posteriores.Monte Alegre/RN, em, 5 de junho de 2025.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA–
Prefeito – Contratante E

ANA MARIA DOS SANTOS,
P / Contratada.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:EAAD0FF3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 10/2025 com início 09 de maio de 2025, realizada em 09 de maio de 2025 (sexta-feira), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir:
MARIELMA LOURENCO DA SILVA 06406227476 - CNPJ: 22.188.060/0001-12 , saiu vencedor no LOTE ÚNICO ; totalizando o valor de **R$ 243.150,00 (duzentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais)**.

Monte Alegre/RN, 05 de junho de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:C1715903

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 70/2025

Processo Licitação: nº 320018/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: OFICIO UNICO DA COMARCA DE MONTE ALEGRE, **CNPJ: 08.483.315/0001-49**
VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 7.591,32 (sete mil e quinhentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos).
OBJETO CONTRATADO: A contratação de serviços notariais e de registro, conforme previsto na legislação vigente, visando atender às necessidades administrativas e legais das Caixas Escolares das 18 escolas (dezoito)unidades ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação do Município de Monte Alegre. Os serviços contratados incluem: reconhecimento de firma, termo de comparecimento, prenotação, arquivamento de nova diretoria, certidão e autenticações, bem como outros atos cartoriais necessários ao regular funcionamento das atividades educacionais e administrativas das unidades escolares.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o cumprimento das exigências legais e administrativas relativas à regularização documental das Caixas Escolares, órgãos de apoio à gestão financeira descentralizada das unidades de ensino. Tais serviços são imprescindíveis para a formalização de atos administrativos, abertura e movimentação de contas bancárias, celebração de contratos, prestação de contas e execução de projetos escolares, inclusive os decorrentes de programas federais e estaduais.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 05/06/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 05 de junho de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:79CFD738

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0016-2025- PREGÃO ELE TRONICO Nº 007/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PNEUS NOVOS (PRIMEIRA VIDA), CÂMARA DE AR E PROTETORES, DESTINADOS Á FROTA VEICULAR PERTENCENTE Á PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão ELETRONICO nº 007/2025 – ORÇAMENTO 2025: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - 20 122 0002 2.011- MANUT.DAS ATIV.DA SEC.MUN.DE AGRICULTURA; 0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 12 122 0014 2.015 - MANUT.DAS ATIVS.DA SEC.MUNIC.DE EDUCAÇÃO; 12 361 0014 2.017- MANUT.DAS ATIVS.DO ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0014 2.019 - MANUT.DAS ATIVS. DO FUNDEB (30%) – 0209 - SECRETARIA MUNIC. DO TURISMO E MEIO AMB. - 23 695 0011 2.068 - MANUT.DAS ATIVS.DA SEC.DE TURISMO E M.AM – 0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - 26 122 0002 2.075 - MANUT.DAS ATIVS.DA SEC.MUNIC.DE TRANSPOR; 0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - 10 122 0026 2.034 - MANUT.DAS ATIVS.DA SEC.MUNIC.DE SAUDE – 0208 - SEC.MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - 08 244 0021 2.066 - MANUT.DAS ATIVS.DO FUNDO MUNIC.DE ASS - ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS E PAULO R PEREIRA, CNPJ Nº 18.131.838/0001-80– CONTRATO Nº 0016-2025 – VALOR TOTAL R$. 401.180,00. assinado em 08.04.2025 - VIGÊNCIA: até 07.04.2026.

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:64DBB299

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 081 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA CONJUNTA Nº 081 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O CHEFE DE GABINETE DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e de acordo o Decreto Municipal nº 013/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: JEFERSON RODRIGUES FELIX

CPF: 137.XXX.XXX-64

Cargo/Emprego/Função: Prefeito

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2 diária	Natal-RN	06.06.2025	600,00	300,00

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

Participar da Solenidade de Entrega do Selo Cidade Limpa (2ª edição).

Local: Sede da Procuradoria Geral de Justiça
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária -Natal/RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 05 de junho de 2025.

JAILTON FELIX DE PONTES
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:BBC0215D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 082 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA CONJUNTA Nº 082 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 013/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: BIANCA EMANUELLY PINHEIRO PONTES

Cargo/Emprego/Função: SECRETÁRIA MUN DE TRIBUTAÇÃO

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal-RN	06.06.2025	250,00	**125,00**

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

PARTICIPAR DA XXII SEXTA DE CONTAS, REFORMA TRIBUTÁRIA: VISÃO ATUAL E EXPECTATIVAS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS E DO GOVERNO ESTADUAL.

Local: Auditório do TCE-RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 05 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:A17031A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 083 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA CONJUNTA Nº 083 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 013/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: AMAURI VIANA CAVALCANTE DA SILVA

Cargo/Emprego/Função: COORDENADOR DE TRIBUTOS

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal-RN	06.06.2025	150,00	**75,00**

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

PARTICIPAR DA XXII SEXTA DE CONTAS, REFORMA TRIBUTÁRIA: VISÃO ATUAL E EXPECTATIVAS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS E DO GOVERNO ESTADUAL.

Local: Auditório do TCE-RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 05 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:C71E5725

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 084 DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA CONJUNTA Nº 084 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 013/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: MARLIETE MARIA DE MORAIS

Cargo/Emprego/Função: COORDENADOR(A) DE RECURSOS HUMANOS

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal-RN	06.06.2025	150,00	**75,00**

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

PARTICIPAR DA XXII SEXTA DE CONTAS, REFORMA TRIBUTÁRIA: VISÃO ATUAL E EXPECTATIVAS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS E DO GOVERNO ESTADUAL.

Local: Auditório do TCE-RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 05 de junho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:7C99DCAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360/2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 01/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, do cargo de Secretária Adjunta de Turismo, a senhora **Maria Clara Do Nascimento Alves Mesquita – CPF: 164.***.***-59,** lotada na Secretaria Municipal de Turismo**,** do Município de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 05 de junho de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:922C235C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 - SRP

O Município de Olho D'água do Borges/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 09:00horas do dia18 de junho de 2025, fará realizar licitação na modalidadePREGÃO ELETRÔNICO, tipoMENOR PREÇO POR ITEM, destinado a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN – Centro, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo ser solicitado através do e-mail: licitacao@olhodaguadoborges.rn.gov.br , a partir da publicação deste Aviso, nos dias uteis no horário das 08:00 às 12:00 e das 14 às 18:00horas.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D'água do Borges - RN, 05 de junho de 2025.

WALMIR ARAUJO NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Walmir Araujo Neto
Código Identificador:C8E17867

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 083/2025/PMP/GP

PORTARIA Nº 083/2025/PMP/GP
05 DE JUNHO DE 2025.

Exonera a Sra. Marina Ribeiro Teixeira, para o cargo de Secretária Municipal Chefe Do Departamento de Supervisão e Apoio Pedagógico e dá outras providências.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO, Prefeito Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Senhora **Marina Ribeiro Teixeira,** inscrita no CPF/MF nº 103.***.***-60, para ocupar o Cargo Comissionado de **Chefe Do Departamento de Supervisão e Apoio Pedagógico**, que fora nomeada pela portaria nº 049/2025 de 08 de janeiro de 2025.

PARAGRAFO ÚNICO – Os efeitos pecuniários retroagirão ao dia 02 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO, em 05 de junho de 2025.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:DC0CB69C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025-SRP

A Prefeita do Município de Parazinho/RN torna público a quem interessar, que a licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025-SRP foi revogada pela Administração Municipal, conforme justificativas exaradas no referido processo. Fica concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para que os interessados, caso queiram, apresentem recurso administrativo, na forma do Art. 165, I, "d" da Lei nº 14.133/2021, a contar da intimação desse ato. Os documentos que ensejaram nessa decisão estão com vistas franqueadas aos interessados na sede da Prefeitura Municipal ou através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
Parazinho/RN, em 16 de maio de 2025.

RITA DE LUZIER DE SOUZA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:EB04B369

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 2646/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 15/2025

Objeto: SERVIÇO DE TRANSPORTE DE EQUIPES

ADJUDICAMOSpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Eletrônico nº 15/2025 realizada em 23 de maio de 2025 (sexta-feira),no valor total de R$30.050,00, sendo vencedorasa empresa relacionadas a seguir:

DIEGO RAPHAEL DE AZEVEDO MACEDO - CNPJ: 42.206.077/0001-62 , saiu vencedor no item: 1 ; totalizando o valor de **R$ 30.050,00 (trinta mil e cinquenta reais)**.

Parelhas/RN, em 04 de junho de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:2DD2D8D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 2646/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

Objeto: SERVIÇO DE TRANSPORTE DE EQUIPES

HOMOLOGOpelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 15/2025realizada em 23 de maio de 2025 (sexta-feira),no valor total de **R$30.050,00**, em favor da empresa relacionadas a seguir:

DIEGO RAPHAEL DE AZEVEDO MACEDO - CNPJ: 42.206.077/0001-62 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 30.050,00 (trinta mil e cinquenta reais)**.

A empresa acima citada está convocada, através de seu representante legal, para assinatura do(a) (ata de registro de preços ou contrato), no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

Parelhas/RN, 04 de junho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:BE7C5ECD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO – ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 49/2024

AVISO DE CONVOCAÇÃO – ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 49/2024

O **Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Parelhas/RN,** no uso de suas atribuições legais, convoca as empresas abaixo relacionadas, vencedoras do **Processo Licitatório nº 3.184/2024**, **Pregão Eletrônico 49/2024**, para que procedam à **assinatura da Ata de Registro de Preços**, referente ao objeto licitado: **INSUMOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS DE USO MÉDICO, HOSPITALAR E LABORATORIAL**.
As empresas deverão realizar assinatura, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, através do nosso sistema integrado de processos eletrônicos (PROSIPE), cujo o link de acesso foi enviado nos email´s das respectivas empresas. Segue a baixo as empresas conovadas:

• **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA** – CNPJ: 42.591.738/0001-10;
• **CIRURGICA FAMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE** – CNPJ: 10.978.106/0001-18;
• **WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA** – CNPJ: 44.554.219/0001-08;
• **ENDOMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA –** CNPJ: 70.104.344/0001-26.

A **não assinatura dentro do prazo estipulado** poderá ser interpretado como recusa injustificada, sujeitando a empresa às penalidades previstas na legislação vigente, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.
Para quaisquer esclarecimentos, entrar em contato pelo telefone (84) 99869-0785 ou e-mail setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com .

Parelhas/RN, 05 de junho de 2025.

HELOÍSA CRISTINA DE SOUTO SILVA
Gerente de Compras

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:D5FF3495

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE PARALELEPÍPEDOS E DE PEDRAS LINEARES DE MEIO FIO".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 05 de junho de 2025.

COTAÇÃO DE PREÇOS

A senhora,
Heloísa Cristina de Souto Silva
Gerente de Compras do Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE PARALELEPÍPEDOS E DE PEDRAS LINEARES DE MEIO FIO**	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	PEDRA DE PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO PARA PAVIMENTAÇÃO COM 6 FACES RETILÍNEAS E CORTE REGULAR, TENDO CONSUMO DE 30 A 35 PARALELOS POR M² E ESPESSURA MÍNIMA DE 10CM, COM FRETE INCLUSO	Milheiro	100		
2	Meio fio em Rocha tipo granítica com espessura mínima de 10 cm e 50 cm de comprimento - Referencia SINAP 4392, com frete incluso	Metro	1.000		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.

*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2025.

_____
Responsável

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:62C3EDE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MAQUINAS MOTOPODA TELESCÓPICA, ROÇADEIRA".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 05 de junho de 2025.

COTAÇÃO DE PREÇOS

A senhora,
Heloísa Cristina de Souto Silva
Gerente de Compras do Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MAQUINAS MOTOPODA TELESCÓPICA, ROÇADEIRA**	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Total	Desconto (%)
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em máquinas motorizadas, incluindo ROÇADEIRA STIHL FS 291 e FS 221, e MOTOPODA TELESCÓPICA GASOLINA – TPP33TX – TOYAMA	SERV	1	15.000,00	

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2025.

_____
Responsável

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:0F784561

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO N° 1.863/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025 CONTRATO Nº 47/2025

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO N° 1.863/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025
CONTRATO Nº 47/2025
Objeto: RECUPERAÇÃO DE PONTILHÃO
Data da assinatura: 02/06/2025
Vigência: 02/06/2025 ATÉ 02/06/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PARELHAS. **Representante:** TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Contratada: CONSTRUTORA PRYME LTDA
CNPJ: 40.272.438/0001-43
Representante: Aderilton de Souza Azevedo **CPF:** 076.xxx.xxx-47

O valor **global** deste contrato corresponde R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), discriminado de acordo com a planilha e o cronograma físico-financeiro apresentados pela **CONTRATADA**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Ação: 1219 - execução de ações de defesa civil PROCESSO Nº 59052.024605/2024- 17 – MIDR/DCN).
Fonte: 2700000 – outros serviços de terceiros.

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:76D703D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2025 PROC. ADMINIST. Nº 7.907/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO: 69/2024

TERMO DE CANCELAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2025
PROC. ADMINIST. Nº 7.907/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO: 69/2024

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN E A EMPRESA GIAN CARLOS ALVES DANTAS 02649744413.

O **MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 08.087.561/0001-81, com sede social a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, neste ato representado pelo seu Prefeito o Senhor Tiago de Medeiros Almeida, brasileiro, casado, médico, DI nº 1.614.915-SSP/RN, CPF nº 030.335.144-64, residente e domiciliado a Rua São Cristóvão, nº 42, Bairro Ivan Bezerra, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa a **GIAN CARLOS ALVES DANTAS 02649744413**, inscrita no CNPJ n° 21.781.545/0001-52, com sede na rua Antônio José de Lima, 25, bairro Centro, Parelhas/RN, CEP: 59.360-000, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo senhor Gian Carlos Alves Dantas, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF N° 026.***.***-13, resolvem celebrar o presente Termo de

Cancelamento, que reciprocamente outorgam, cujo objeto foi previsto na cláusula sexta da Ata de Registro de Preços originária, e que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a fazer parte integrante do processo original:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 70/2025, celebrada em 14 de março de 2025, cujo objeto se refere a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTE".**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO

2.1. Em razão do pedido de rescisão contratual amigável da empresa **GIAN CARLOS ALVES DANTAS 02649744413**, inscrita no CNPJ n° 21.781.545/0001-52, junto a este município, conforme carta de desistência anexa a esse processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO E DA FUNDAMNETAÇÃO LEGAL

3.1. Fica cancelada a Ata de Registro de Preços nº 70/2025, a contar da assinatura deste Termo, com fundamento, na Cláusula 6 da Ata de Registro de Preços mencionada.
3.2. Portanto, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente as obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Parelhas/RN, como competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo.

Parelhas/RN, 04 de junho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Testemunhas:

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:FB50E785

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI Nº 2820/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025

LEI Nº 2820/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025

INSTITUI GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Parelhas-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Parelhense, faz saber que a Câmara Municipal de Parelhas APROVOU o Projeto n°010/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Parelhas/RN, e eu SANCIONO, a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a gratificação pelo exercício da função de Agente de Contratação que será devida nos termos desta lei.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Agente da Contratação da Câmara Municipal de Parelhas/RN, o servidor público municipal, designado pela autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como exercer todas as atribuições a ele conferidas pela Resolução nº 007/2023-CMP, de 28 de dezembro de 2023.
Art. 3º A gratificação instituída pelo art. 1º desta Lei será paga mensalmente, junto à remuneração do servidor designado, enquanto estiver no efetivo exercício da função, sendo no valor de *R$ 300,00* (trezentos) reais mensais.
Art. 4º A gratificação ora instituída, por ser de natureza indenizatória e temporária, não se incorpora para nenhum efeito aos vencimentos do servidor beneficiado, não sendo considerada para o pagamento de férias, 1/3 de férias e décimo terceiro salário, eis que sempre condicionada ao efetivo exercício da função desempenhada.
Art.5° Fica vedado o acúmulo de gratificações ao servidor que já perceba gratificação pelo exercício de outro cargo ou função.
Art.6° É vedado o pagamento de horas extraordinárias ao servidor abrangido pela presente Lei, quando as atividades que ensejarem o pedido do referido adicional se relacionarem ao exercício da função de Agente de Contratação.
Art.7° O servidor gratificado por esta Lei responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe de apoio.
Art.8° A função de Agente de Contratação deverá ser exercida preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo pertencentes ao Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Parelhas/RN.
Art.9° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do órgão e unidade de lotação dos servidores designados, do orçamento vigente e dos próximos exercícios.
Art.10° O servidor gratificado por esta Lei responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe de apoio.
Palácio Severino da Silva Oliveira, 05 de junho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:338B3055

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI Nº 2821/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025

LEI Nº 2821/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal da Associação dos Amigos da Cultura e Educação de Parelhas/RN - AACEPA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Parelhas-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Parelhense, faz saber que a Câmara Municipal de Parelhas APROVOU o Projeto n°011/2025, de autoria da Vereadora Vera Lúcia de Souza Lima do PSDB, e eu SANCIONO, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como entidade de Utilidade Pública Municipal a *Associação dos Amigos da Cultura e Educação de Parelhas/RN*, denominada AACEPA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.480.881/0001-63, com sede no Município de Parelhas/RN.
Art. 2º O reconhecimento conferido por esta Lei implica na observância das finalidades estatutárias de promoção e valorização da cultura e educação local.
Art. 3º No cumprimento das suas atividades, para preservação dos benefícios inerentes ao presente reconhecimento, deverá apresentar, anualmente, relatório de atividades e prestação de contas aos órgãos competentes do Município, em conformidade com a legislação.
Art. 4º A qualquer tempo poderá o Poder Legislativo tornar sem efeito esse reconhecimento, se provada a falsidade das alegações dos documentos apresentados ou quando modificada a finalidade a que se destina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, 05 de junho de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:C5DEACC2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI Nº 2822/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

LEI Nº 2822/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal da Associação Desportiva e Cultural Estrela do Amanhã, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Parelhas-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Parelhense, faz saber que a Câmara Municipal de Parelhas APROVOU o Projeto n°012/2025, de autoria do Vereador Leandro José da Silva Santos do PSDB, e eu SANCIONO, a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecida como entidade de Utilidade Pública Municipal a *Associação Desportiva e Cultural Estrela do Amanhã*, denominada como escolinha de futsal, inscrita no CNPJ sob o nº 59.445.806/0001-36, com sede no Município de Parelhas/RN.
Art. 2º O reconhecimento conferido por esta Lei implica na observância das finalidades estatutárias de desenvolvimento social, cultural educacional, práticas desportivas e difusão do esporte em todas as suas modalidades.
Parágrafo único. Para a consecução de suas finalidades, a associação poderá estabelecer um modelo de gestão de qualidade e celebrar contratos e convênios com pessoas jurídicas públicas e privadas.
Art. 3º No cumprimento das suas atividades, para preservação dos benefícios inerentes ao presente reconhecimento, deverá apresentar, anualmente, relatório de atividades e prestação de contas aos órgãos competentes do Município, em conformidade com a legislação.
Art. 4º A qualquer tempo poderá o Poder Legislativo tornar sem efeito esse reconhecimento, se provada a falsidade das alegações dos documentos apresentados ou quando modificada a finalidade a que se destina.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, 05 de junho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:B9C26CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 242/2025-GAB/PREFEITO

PORTARIA DE Nº 242/2025-GAB/PREFEITO

REVOGA A PORTARIA 240/2025.

O CHEFE DO GABINETE CIVIL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria n°240/2025 de 02 de junho de 2025, tendo em vista que a viagem não vai ser mais realizada.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, Parelhas, 05 de junho de 2025.

GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:63B51FE1

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 04, DE 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA Nº 04, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a publicação da relação nominal dos Pareceristas que atuarão no processo de seleção dos projetos de trajetórias comtemplados no Edital 02/2024 DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR PÚBLICA, considerando a publicação do Edital 02/2024 DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS, a relação nominal dos Pareceristas que atuarão no processo de seleção dos projetos de Trajetórias comtemplados no referido Edital.

Francisca Ramos de Lima: Professora aposentada da rede municipal e estadual de Parelhas, identificando-se como fazedora de cultura pelos trabalhos desenvolvidos e presidente da AACEPA – Associação dos amigos da cultura e da educação de Parelhas-RN.

Vera Lúcia de Souza Sena: Professora aposentada da rede municipal e estadual de Parelhas, que muito contribuiu e continua contribuindo com a educação do município de Parelhas, com relevância do apoio prestado ao universo da cultura popular, na prosa, no verso e na poesia.

Rondinelli Santos Oliveira: Professor da rede estadual e coreógrafo do pastoril de Parelhas-RN e integrante do grupo de cultura nativa "Tropeiros da Borburema" desde o ano de 2000.

Maria Angelita da Silva Dias: Professora aposentada da rede estadual de ensino, gestora da escola cooperativa de Parelhas e Presidente do Conselho Municipal de Educação, com atuação de destaque nas atividades que desenvolve no âmbito educacional do seu município.

Geângela de Oliveira Trindade Silva: Gerente de Cultura, integrante do coletivo de cinema de Parelhas-RN e artesã.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e da Cultura de Parelhas-RN, 05 de junho de 2025.

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e da Cultura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:3016E871

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 095/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 095/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), MARIA DAS GRAÇAS MORAIS SANTOS matrícula, 1209779 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) MARIA DAS GRAÇAS MORAIS SANTOS, matrícula 1209779, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:1634A118

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 096/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 096/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), SEVERINO JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR matrícula, 1208497 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) SEVERINO JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR, matrícula 1208497, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:2E3D59C8

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 097/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 097/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), THAIS CRISTINA SOUZA DE MEDEIROS matrícula, 1213431 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de ENFERMEIRO PLANTONISTA.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) THAIS CRISTINA SOUZA DE MEDEIROS, matrícula 1213431, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:E356A295

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 098/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 098/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), VINICIUS DOS SANTOS SILVA matrícula, 1006681 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE ENDEMIAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) VINICIUS DOS SANTOS SILVA, matrícula 1006681, o gozo de férias no período de 01/12/2025 A 30/12/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:12F6B64D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 099/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 099/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), IARA LUCIA DE ARAUJO MEDEIROS SALUSTIO matrícula, 1207040 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) IARA LUCIA DE ARAUJO MEDEIROS SALUSTIO, matrícula 1207040, o gozo de férias no período de 01/06/2025 A 15/06/2025 e de 01/12/2025 a 15/12/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:C66217E0

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 100/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 100/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), EMANOELA GONCALVES DE MENDONCA LUNA matrícula, 1206613 lotado na Secretaria Municipal de Finanças, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) EMANOELA GONCALVES DE MENDONCA LUNA, matrícula 1206613, o gozo de férias no período de 14/07/2025 A 31/07/2025, perfazendo um total de 18 (Dezoito) dias referente ao ano de 2023.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:DE74BF27

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 101/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 101/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), FLAUDETE SEVERIANO DOS SANTOS BARROS matrícula, 1003852 lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de AUX ADM ESCOLAR.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor (a) FLAUDETE SEVERIANO DOS SANTOS BARROS, matrícula 1003852, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 04 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:4B211C9C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 102/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 102/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), MARIA FRANCISCA DE ASSIS GALVAO matrícula, 1000241 lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de TELEFONISTA.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) MARIA FRANCISCA DE ASSIS GALVAO, matrícula 1000241, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:E685149A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 103/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 103/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), IVANILTON DE ANDRADE FRANCA matrícula, 1205285 lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de TECNICO EM CONTABILIDADE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) IVANILTON DE ANDRADE FRANCA, matrícula 1205285, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:50DD777C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 104/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 104/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), LAINE PRISCILA COSTA DE MACEDO OLIVEIRA matrícula, 1206125 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de TECNICO DE ALIMENTOS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) LAINE PRISCILA COSTA DE MACEDO OLIVEIRA, matrícula 1206125, o gozo de férias no período de 14/07/2025 A 28/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:359A3B46

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 105/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 105/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), JAIRO ERIK DANTAS matrícula, 1210777 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) JAIRO ERIK DANTAS, matrícula 1210777, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 15/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:6A44710D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 106/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 106/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), ADRIANA SANDRA DE FREITAS matrícula, 1004964 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) ADRIANA SANDRA DE FREITAS, matrícula 1004964, o gozo de férias no período de 07/07/2025 A 21/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:910E5788

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 107/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 107/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), ISABELA TALITA DANTAS MEDEIROS matrícula, 1206770 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) ISABELA TALITA DANTAS MEDEIROS, matrícula 1206770, o gozo de férias no período de 22/07/2025 A 31/07/2025, perfazendo um total de 10 (Dez) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:9C61D7CD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 108/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 108/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), SAMARA KELLYS DE OLIVEIRA matrícula, 1007416 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) SAMARA KELLYS DE OLIVEIRA, matrícula 1007416, o gozo de férias no período de 14/11/2025 A 28/11/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:3F572D69

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 108/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS. CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR. A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN,

PORTARIA Nº 108/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), SAMARA KELLYS DE OLIVEIRA matrícula, 1007416 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor (a) SAMARA KELLYS DE OLIVEIRA, matrícula 1007416, o gozo de férias no período de 14/11/2025 A 28/11/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:7E2D6F07

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 109/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 109/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), SIDNEY JOSE DE OLIVEIRA matrícula, 1206230 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) SIDNEY JOSE DE OLIVEIRA, matrícula 1206230, o gozo de férias no período de 14/07/2025 A 28/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:1BC378AB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 110/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 110/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), VERONICA EZEQUIEL DA COSTA matrícula, 1206273 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) VERONICA EZEQUIEL DA COSTA, matrícula 1206273, o gozo de férias no período de 17/07/2025 A 31/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:42E15785

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 111/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 111/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), VITORIA REJANE DE OLIVEIRA matrícula, 1007599 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) VITORIA REJANE DE OLIVEIRA, matrícula 1007599, o gozo de férias no período de 01/07/2025 A 30/07/2025, perfazendo um total de 30 (Trinta) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:D31E515D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 112/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 112/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, requerimento n°41566/2025/SMS apresentado pelo servidor (a), VANESSA CRISTINA DE SOUZA AZEVEDO SANTOS matrícula, 1212664 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) VANESSA CRISTINA DE SOUZA AZEVEDO SANTOS, matrícula 1212664, o gozo de férias no período de 31/10/2025 A 14/11/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2021.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:C4ADEA4F

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 113/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 113/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), MARIA DA PAZ DE SOUZA SANTOS matrícula, 1007238 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) MARIA DA PAZ DE SOUZA SANTOS, matrícula 1007238, o gozo de férias no período de 17/07/2025 A 31/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:297DFB33

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 114/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

PORTARIA Nº 114/2025 – SEC /ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, cronograma de férias apresentado pelo servidor (a), RACELLA CRISTINA AZEVEDO DA CUNHA matrícula, 1205900 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) RACELLA CRISTINA AZEVEDO DA CUNHA, matrícula 1205900, o gozo de férias no período de 14/07/2025 A 28/07/2025, perfazendo um total de 15 (Quinze) dias referente ao ano de 2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de Junho de 2025.

CICERA PATRICIA GAMBARRA DANTAS MESSIAS
Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:8064669C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO PUBLICA DA CHAMADA PUBLICA -CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 SMS

A presidente da comissão e membro da equipe de apoio conforme Portaria nº 143/2025, torna publico o resultado do chamamento publico em tela.
OBJETO: Seleção de organização da sociedade civil - osc para celebração de parceria com a administração pública municipal para gerenciamento, operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde do municipio de Passagem/RN, conforme Lei Federal nº 13.019/2014.
ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES:
INSTTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE DO RN – CNPJ: 47.436.348/0001-90. Atendeu o edital sendo considerada classificada e habilitada no processo em tela.
INSTTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS – IPSAS - CNPJ: 55.170.976/0001-02. Não atendeu o edital, sendo considerado desclassificada.

Sendo assim, a vencedora do chamamento público foi a ORGANIZAÇÃO VENCEDORA: INSTTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE DO RN – CNPJ: 47.436.348/0001 -90.

A sessão de 05 de junho de 2025 encontra-se aberta para o prazo recursal conforme edital, os autos restam a disposição aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Passagem/RN.

Passagem/RN, 05 de junho de 2025.

ANA HELOYSA DE MENDONÇA SILVA
Presidente da Comissão

ROMILDA BONFIM SILVA
Membro

FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO
Membro

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:30BC4254

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DOS TERMOS DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, vem INFORMAR que na publicação dos TERMOS DE ADJUDCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), edição do dia 30 de maio de 2025, Onde **LÊ-SE** "R$ 60.400,00 (SESSENTA MIL E QUATROCENTOS REAIS)", **LEIA-SE** "R$ 60.840,00 (SESSENTA MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)".

Passagem/RN, 05 de junho de 2025.

IZABELLY CAMILO FERNANDES SILVA
Agente de Contratação da PMP/RN

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:FC20A7BA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA 003

PORTARIA Nº 003/2025 de 05 de junho de 2025

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civ0il, e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Administração de Passagem/RN, nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:
Art. 1º Fica concedido a Sra. Wedna Maria Tavares Mendonça de Araújo, matrícula nº 2501, Prefeita do Município de Passagem/RN, 3,5 (três e meia) diárias, para resolver demandas do Município de Passagem, junto aos órgãos do Governo Federal, bem como aos gabinetes dos Deputados e Senadores Federais, de 08 a 12 de junho do corrente ano, em Brasília/DF, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Passagem/RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCA JANICLEIDE GOMES
Secretária Municipal de Administração de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:3D93395B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 27060001.1/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Pedra Grande/RN – CNPJ: 08.113.896/0001-27

Contratada: Anjos Engenharia Ltda – CNPJ: 19.678.703/0001-00

Objeto: O presente termo aditivo tem como objetivo a readequação ao contrato nº 27060001.1/2023, conforme justificativa técnica, planilhas orçamentárias e memória de cálculos, anexados ao processo.

Base Legal: Art. 65, da Lei nº 8.666/93, ficando mantidas as demais condições contidas no contrato inicial.

Pedra Grande/RN, 03 de maio de 2025.

Assinaturas: Pedro Henrique de Souza Silva – CPF: 05X.XXX.XX4-67 – Pela Contratante – Vitor Natan Fernandes de Almeida – CPF: 70X.XXX.XX4-64 – Pela Contratada.

Publicado por:
Airton Lopes da Costa Araujo
Código Identificador:B346CF4A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 30080001.3/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30080001/2023

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, sendo de um lado como CONTRATANTE, a Prefeitura Municipal de Pedra Grande/RN, inscrita no CNPJ sob nº 08.113.896/0001-27, com sede a Rua Severino Ferreira, 203, Centro, Pedra Grande/RN, aqui representada pelo Prefeito Municipal o Senhor PEDRO HENRIQUE DE SOUZA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF: 054.547.764-67, residente e domiciliado na cidade de Pedra Grande/RN, e de outro lado como CONTRATADA, a empresa MARASKA SOLUÇÃO EM ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.191.728/0001-13, com sede à Rua Bernardo da Mota, 3433, Candelária, Natal/RN, aqui representado pelo seu sócio o Senhor KADSON ALESSANDRO FARIAS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Rua Bernardo da Mota, 3433, Candelária, Natal/RN, portador do RG nº 001.642.982 – ITEP/RN e CPF nº 035.246.164-02, no final assinados, ficam aditados de acordo com o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas combinações, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objetivo prorrogar de 17/03/2025 a 31/12/2025 o prazo de execução da prestação de serviço para a Urbanização dos Acessos de Entrada da Cidade de Pedra Grande.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL
A celebração deste Termo Aditivo ao Contrato está prevista no Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
A vigência do Contrato será de 17 de março de 2025 até 31 de dezembro de 2025 oriundo do Processo Administrativo nº 30080001/2023 da Tomada de Preço nº 002/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato, celebrado em 19 de dezembro de 2023, inclusive as condições de pagamento.

E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Pedra Grande/RN, 17 de março de 2025.

Prefeitura Municipal de Pedra Grande	Maraska Solução em Engenharia Ltda
PEDRO HENRIQUE DE SOUZA SILVA	***KADSON ALESSANDRO FARIAS DOS SANTOS***
Prefeito	Sócio

Publicado por:
Airton Lopes da Costa Araujo
Código Identificador:A26BED91

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

TERMO DE ADITIVO CONTRATO FIRMADO EM 06.06.2023 DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022, COM O SEGUINTE OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE FORMA PARCELADA DE PEÇAS E COMPONENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE TODA FROTA DE VEÍCULOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, QUE ENTRE SI FIRMARAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, E A EMPRESA **A ALVES DANTAS JUNIOR ME,** CNPJ SOB O N°: 33.905.546/0001-40.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), inscrita no CNPJ/MF n.º 08.113.995/0001-09, com sede nesta cidade de Pedra Preta/RN, na Rua Coronel José da Costa Alecrim nº 164 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Luiz Antônio Bandeira de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 1.685.332, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 008.213.744-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa A ALVES DANTAS JUNIOR ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 33.905.546/0001-40, com sede a Rua Vicente Celestino, n°30, Letra A, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, neste ato representada pelo Sr. Arnaldo Alves Dantas Junior, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 020.036.104-05, portador da Cédula de Identidade nº. 1515046 SSP/RN, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm justa e contratada a execução dos serviços do objeto deste instrumento, vinculado ao Edital e anexos do pregão presencial n.º 008/2022 e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame o presente termo aditivo contratual, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações), resolvem ante as seguintes cláusulas e condições aditarem o termo contratual firmado entre ambos em 06.06.2023:

CLÁUSULA 1a. – PRAZO DE VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência será prorrogado por igual período em 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – Da fundamentação legal:

O presente termo aditivo arrima-se no que estatui o inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e das condições previstas no Edital de convocação.

CLÁUSULA 2a. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Ficam mantidas todas as demais cláusulas constantes do instrumento original, ora referendadas pelas partes pactuantes para que produzam todos os efeitos legais.

Pedra Preta/RN, 05 de junho 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA	***ARNALDO ALVES DANTAS JUNIOR***
Prefeito Municipal	A Alves Dantas Junior Me CNPJ: 33.905.546/0001-40
	Pela Contratada
Testemunha	Testemunha
CPF:	CPF:

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:E2BEA1CB

CPL
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

TERMO DE ADITIVO CONTRATO FIRMADO EM 06.06.2023 DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022, COM O SEGUINTE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA (HORA HOMEM) PARA MANUTENÇÃO DE TODA FROTA DE VEÍCULOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN., QUE ENTRE SI FIRMARAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, E A EMPRESA A ALVES DANTAS JUNIOR ME, CNPJ SOB O N°: 33.905.546/0001-40.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), inscrita no CNPJ/MF n.º 08.113.995/0001-09, com sede nesta cidade de Pedra Preta/RN, na Rua Coronel José da Costa Alecrim nº 164 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Sr. Luiz Antônio Bandeira de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 1.685.332, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 008.213.744-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa *A ALVES DANTAS JUNIOR ME*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. *33.905.546/0001-40*, com sede a Rua Vicente Celestino, n°30, Letra A, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, neste ato representada pelo Sr. Arnaldo Alves Dantas Junior, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 020.036.104-05, portador da Cédula de Identidade nº. 1515046 SSP/RN, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm justa e contratada a execução dos serviços do objeto deste instrumento, vinculado ao Edital e anexos do pregão presencial n.º 010/2022 e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame o presente termo aditivo contratual, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações), resolvem ante as seguintes cláusulas e condições aditarem o termo contratual firmado entre ambos em 06.06.2023:

CLÁUSULA 1a. – PRAZO DE VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência será prorrogado por igual período em 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – Da fundamentação legal:

O presente termo aditivo arrima-se no que estatui o inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e das condições previstas no Edital de convocação.

CLÁUSULA 2a. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Ficam mantidas todas as demais cláusulas constantes do instrumento original, ora referendadas pelas partes pactuantes para que produzam todos os efeitos legais.

Pedra Preta/RN, 05 de junho 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA	*ARNALDO ALVES DANTAS JUNIOR*
Prefeito Municipal	A Alves Dantas Junior ME CNPJ: 33.905.546/0001-40 Pela Contratada
Testemunha CPF:	Testemunha CPF:

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:EA389015

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de aquisição de Kit Enxoval, para distribuição gratuita as gestantes carentes do município para atender a demanda que participa do grupo do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Pedra Preta-RN.

CONSIDERANDO que esta aquisição se justifica em face ao interesse público de proceder-se a distribuição gratuita desses Kits de Enxoval para gestantes de baixa renda, com intuito de atender as gestantes que estão em estado de vulnerabilidade social e econômica que estão cadastradas no Cadastro Único/Programa Bolsa Família, deste município, e que participam do grupo do CRAS.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS GESTANTES CARENTES DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A DEMANDA QUE PARTICIPA DO GRUPO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-RN,em favor da empresa**: 2B COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.479.174/0001-80,** estabelecida a rua Joaquim Fagundes, n° 672, Tirol, Natal/RN – CEP: 59.020-450, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 18.305,00 (dezoito mil, trezentos e cinco reais).

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 977/2025,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 05 de junho de 2025.

RENATA CÂMARA BARRETO
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação E Assistencia Social
CPF:101.420.564-64

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:24EE3B68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Agente de Contratação do Município de Pedro Avelino/RN, nomeado através da portaria 233/2025, torna público, para conhecimento dos interessados que o(s) recurso(s) interposto(s) pela(s) empresa(s) ENGEPRO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA (34.200.213/0001-89) foi(ram) conhecido(s) e PROVIDO(S), com base nos fundamentos constantes na ata de julgamento, a qual encontra-se disponível na sala da Comissão de Contratação ou mediante solicitação encaminhada para o e-mail: pmpacpl2@gmail.com e através do Portal de Compras Públicas, disponível através do link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.Pedro Avelino/RN, 04 de junho de 2025.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA
Agente de Contratação

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:51DBB163

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORRTARIA 335/2025. CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 335/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **Exma. Srta. MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	**DAYSE ROBERTA CAMARA OLIVEIRA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	TÉCNICA DE VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL
CPF: 075.357.864-64	MATRÍCULA: 0658

QUANT.	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	NATAL/RN	11 e 12 de junho de 2025.	R$ 200,00	R$ 200,00
(x) diárias com pernoite ( ) diárias sem pernoite	Total			R$ 200,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do Projeto Fundo Nacional de Assistência Social **FNAS Pelo Brasil,** o projeto aponta estratégias para fortalecer a gestão da política de assistência social no RN e as atuações acontecerão em Natal/RN, entre os dias 11 e 12 de junho de 2025.

Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:F14BBA23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 334/2025. CONCESÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 334/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **Exma. Srta. MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	**MARGARIDA LUCIANA BEZERRA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	SECRETÁRIA DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
CPF: 009.414.304-80	MATRÍCULA: 1080

QUANT.	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	NATAL/RN	11 E 12 DE JUNHO DE 2025.	R$ 300,00	R$ 300,00
(X) diárias com pernoite ( ) diárias sem pernoite	Total			R$ 300,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do Projeto Fundo Nacional de Assistência Social **FNAS Pelo Brasil,** o projeto aponta estratégias para fortalecer a gestão da política de assistência social no RN e as atuações acontecerão em Natal/RN, entre os dias 11 e 12 de junho de 2025.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:CAA1A233

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 336/2025. CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 336/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **Exma. Srta. MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	**Ricardo Venâncio Pereira Sobrinho**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	Orientador Social.
CPF: 703.398.894-03	MATRÍCULA: 6114

QUANT.	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALORUNIT. (R$)	VALORTOTAL (R$)
1/2	NATAL/RN	09 de junho de 2025.	R$ 200,00	R$ 100,00
(x) diárias com pernoite ( ) diárias sem pernoite	Total			R$ 100,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do I Encontro Presencial com os (as) articuladores (as) do Selo UNICEF2 025-2028 com o objetivo de passar orientações básicas sobre a edição, inclusive dos mobilizadores para cada resultado sistêmicos. O encontro será realizado no dia 09 de junho de 2025. Cidade: Natal/RN.

Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:3ABE5097

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 337/2025. CONCESSÇAO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 337/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **Exma. Srta. MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	**Gabriela Queiroz**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	Coord. Atenção Primária a Saúde.
CPF: 013.449.284-63	MATRÍCULA: 4456/8

QUANT.	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1/2	Mossoró/RN	09 de junho de 2025.	R$ 250,00	R$ 125,00
( ) diárias com pernoite (x) diárias sem pernoite		Total		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação de Encontro Loco regionais por Regiões de Saúde e Municípios. O evento será realizado no dia 11 de junho de 2025. Cidade: Mossoró/RN.

Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:8D29037D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 386/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 386/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Onireves Elias de Paiva**, matrícula nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessentareais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **05/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 05 de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F625471E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 387/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 387/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Eliedson Nobre**, matrícula nº **661**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessenta Reais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **05/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.
Portalegre/RN, em 05de Junhode 2025

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:992D9E1D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 388/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 388/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Francisco Cleudes Cardoso**, matrícula nº **703**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5(meia)**diária (s), ao preço unitário de **R$60,00**(**SessentaReais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Alexandria/RN**, no(s) dia(s) **05/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 05 de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:0DC3C8F0

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 389/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 389/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, matrícula nº **343**, ocupante do cargo de **Motorista**,**1,0(uma)**diária (s), ao preço unitário de **R$ 120,00**(**Cento e vinte Reais**), perfazendo o total de **R$ 120,00 (Cento e vinte Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s) **05/06 à 06/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/cirúrgico oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 05 de Junhode 2025

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:BE8BBBAF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 390/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 390/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Ranielly Barboza de Lucena**, matrícula nº **518**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessenta reais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **05/06**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 05 de Junhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:EC4C488E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 433, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 433, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder à Senhora Alana Shirley Fonseca Silva, inscrita no CPF nº 016.XXX.XXX-65, matrícula nº 688, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Comunicação Social, o valor de R$ 60,00 (sessenta reais), correspondente a 2 (duas) meias diárias, calculadas ao valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais) a diária completa, para custear despesas com deslocamento a municípios do Estado do Rio

Grande do Norte, nos dias 04 e 05 de junho do corrente ano, com a finalidade de realizar ações de divulgação do Evento São João da Vila 2025.
.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6FB425BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 434, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 434, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao Senhor Mikael Andeson Anselmo de Oliveira, inscrita no CPF nº 070.XXX.XXX-55, matrícula nº 492, ocupante do cargo de Motorista, o valor de R$ 60,00 (sessenta reais), correspondente a 2 (duas) meias diárias, calculadas ao valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais) a diária completa, para custear despesas com deslocamento a municípios do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 04 e 05 de junho do corrente ano, com a finalidade de conduzir servidor municipal que irá realizar ações de divulgação do Evento São João da Vila 2025.
.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B85B962B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 435, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 435, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à Senhora **Iwana de Oliveira Freitas**, CPF Nº 111.XXX.XXX-78, matrícula nº 827, nutricionista, 02 (duas) diárias, conforme previsão legal vigente. O valor unitário da diária é de **R$ 100,00 (cem reais)**, sendo concedido, no presente caso, o montante de **R$ 200,00 (de reais)**, destinado ao custeio das despesas referentes ao deslocamento para a cidade de **Campina Grande/PB**, nos dias **09 e 10 de junho do corrente ano**, para participar do Seminário Regional para Nutricionistas – Região Nordeste em Campina Grande/PB.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:38CC485B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 436, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 436, DE 04 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à Senhora **Paloma Emanuelle do Nascimento Queirós**, CPF Nº 071.XXX.XXX-74, matrícula nº 512, nutricionista, 02 (duas) diárias, conforme previsão legal vigente. O valor unitário da diária é de **R$ 100,00 (cem reais)**, sendo concedido, no presente caso, o montante de **R$ 200,00 (de reais)**, destinado ao custeio das despesas referentes ao deslocamento para a cidade de **Campina Grande/PB**, nos dias **09 e 10 de junho do corrente ano**, para participar do Seminário Regional para Nutricionistas – Região Nordeste em Campina Grande/PB.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B62015CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 437, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 437, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 63 da Lei Municipal nº 181/2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 057, de 06 de setembro de 2019, que regulamenta a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **Maria Marta de Paiva Bezerra**, inscrita no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-42, matrícula funcional nº 638, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação**, o quantitativo de 01 (uma) diária, no valor individual de R$ 300,00 (trezentos reais), a título de custeio de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento urbano durante o deslocamento institucional ao Município de Natal/RN, no período compreendido entre os dias 05 e 06 de junho de 2025, com a finalidade de participar do XXII SEXTA DE CONTAS – Reforma Tributária – TCE/RN Natal/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:9CF07A62

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 438, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 438, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 63 da Lei Municipal nº 181/2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 057, de 06 de setembro de 2019, que regulamenta a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **Juscianne Livia Assis das Chagas** , inscrita no CPF sob o nº 096.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 555, ocupante do cargo de **Gerente de Tributação**, o quantitativo de 01 (uma) diária, no valor individual de R$ 200,00 (duzentos reais), a título de custeio de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento urbano durante o deslocamento institucional ao Município de Natal/RN, no período compreendido entre os dias 05 e 06 de junho de 2025, com a finalidade de participar do XXII SEXTA DE CONTAS – Reforma Tributária – TCE/RN Natal/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B240E334

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 439, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 439, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder à Senhora **Alana Shirley Fonseca Silva**, inscrita no CPF nº 016.XXX.XXX-65, matrícula nº 688, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Comunicação Social, o quantitativo de 01 (uma) diária, no valor individual de R$ 120,00 (cento e vinte reais), a título de custeio de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento urbano durante o deslocamento institucional ao Município de Natal/RN, no período compreendido entre os dias 05 e 06 de junho de 2025, com a finalidade de realizar ações de divulgação do Evento São João da Vila 2025.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C7C63C1F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 396, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 396, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO GERAL A SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o princípio da valorização do servidor público, especialmente quando submetido a jornadas e encargos superiores aos ordinariamente previstos para o cargo que ocupa;
CONSIDERANDO que a gratificação pode ser legalmente concedida quando o servidor desempenhar, de forma contínua ou eventual, atividades de natureza excepcional, em caráter complementar ou diverso daquelas originalmente estabelecidas no seu rol de atribuições;
CONSIDERANDO que a servidora em epígrafe vem desempenhando, de maneira destacada e contínua, atividades e atendimentos na área da saúde, extrapolando os limites ordinários de suas atribuições estatutárias, inclusive com acúmulo de demandas administrativas, assistenciais e técnicas, decorrentes do aumento expressivo do fluxo de pacientes e da insuficiência de pessoal no setor;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **MARCIA LIDIANNY DE FREITAS MAGALHÃES**, matrícula funcional nº 585, ocupante do cargo de Gerente de Regulação e Marcação de Exames, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias - GG, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 029/2025, em razão do exercício de funções e encargos que excedem as atribuições normais do cargo, tais como:
I – atendimento simultâneo e ininterrupto de múltiplas demandas técnicas e administrativas;
II – atuação cumulativa em setores distintos da unidade de saúde;
III – execução de atividades excepcionais em horários e turnos diferenciados;
IV – suporte técnico e operacional em ações de urgência, campanhas públicas e mutirões;
V – realização de procedimentos, orientações e atendimentos não previstos originalmente na descrição do cargo.
Art. 2º A gratificação será concedida a partir de 01 de maio de 2025, enquanto persistirem as condições excepcionais justificadoras de sua concessão, mediante avaliação da chefia imediata e da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:2A122DD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 397, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 397, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO GERAL A SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o princípio da valorização do servidor público, especialmente quando submetido a jornadas e encargos superiores aos ordinariamente previstos para o cargo que ocupa;
CONSIDERANDO que a gratificação pode ser legalmente concedida quando o servidor desempenhar, de forma contínua ou eventual, atividades de natureza excepcional, em caráter complementar ou diverso daquelas originalmente estabelecidas no seu rol de atribuições;
CONSIDERANDO que a servidora em epígrafe vem desempenhando, de maneira destacada e contínua, atividades e atendimentos na área da saúde, extrapolando os limites ordinários de suas atribuições estatutárias, inclusive com acúmulo de demandas administrativas, assistenciais e técnicas, decorrentes do aumento expressivo do fluxo de pacientes e da insuficiência de pessoal no setor;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **MAEGNA DIÓGENES FRETIAS**, matrícula funcional nº 820, ocupante do cargo de Gerente de UBS Base 01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias – GG4, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 029/2025, em razão do exercício de funções e encargos que excedem as atribuições normais do cargo, tais como:
I – atendimento simultâneo e ininterrupto de múltiplas demandas técnicas e administrativas;
II – atuação cumulativa em setores distintos da unidade de saúde;
III – execução de atividades excepcionais em horários e turnos diferenciados;
IV – suporte técnico e operacional em ações de urgência, campanhas públicas e mutirões;
V – realização de procedimentos, orientações e atendimentos não previstos originalmente na descrição do cargo.
Art. 2º A gratificação será concedida a partir de 01 de maio de 2025, enquanto persistirem as condições excepcionais justificadoras de sua concessão, mediante avaliação da chefia imediata e da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:D0EC4393

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 398, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 398, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO GERAL A SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o princípio da valorização do servidor público, especialmente quando submetido a jornadas e encargos superiores aos ordinariamente previstos para o cargo que ocupa;
CONSIDERANDO que a gratificação pode ser legalmente concedida quando o servidor desempenhar, de forma contínua ou eventual, atividades de natureza excepcional, em caráter complementar ou diverso daquelas originalmente estabelecidas no seu rol de atribuições;
CONSIDERANDO que a servidora em epígrafe vem desempenhando, de maneira destacada e contínua, atividades e atendimentos na área da saúde, extrapolando os limites ordinários de suas atribuições estatutárias, inclusive com acúmulo de demandas administrativas, assistenciais e técnicas, decorrentes do aumento expressivo do fluxo de pacientes e da insuficiência de pessoal no setor;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **JUSCIANNE LIVIA ASSIS DAS CHAGAS**, matrícula funcional nº 555, ocupante do cargo de Gerente de Tributação, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação, gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias – GG4, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 029/2025, em razão do exercício de funções e encargos que excedem as atribuições normais do cargo, tais como:
I – atendimento simultâneo e ininterrupto de múltiplas demandas técnicas e administrativas;
II – atuação cumulativa como coordenadora do Setor da Unidade Municipal de Cadastramento UMC e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RN;
III – execução de atividades excepcionais em horários e turnos diferenciados;
IV – emissão de Certificados do Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR;
V – realização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Art. 2º A gratificação será concedida a partir de 01 de maio de 2025, enquanto persistirem as condições excepcionais justificadoras de sua concessão, mediante avaliação da chefia imediata e da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:27CA943C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 399, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 399, DE 21 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 028/2025 (Estrutura Administrativa), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 344/2022;

RESOLVE:
Art. 1º Designar, a partir de 01 de junho do corrente ano, o servidor **Francisco Rodrigues Neto Marques da Silva**, matrícula nº905, exercente do cargo de **Motorista**, para atuar no transporte escolar, atendendo aos sábados a rota de alunos para Pau dos Ferros previamente designadas pela Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Fica concedida ao servidor mencionado no caput a **Gratificação Especial - GE1**, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º É vedado ao servidor que estiver recebendo a Gratificação Especial - GE1 computar concomitantemente horas extras para o mesmo horário compreendido pela gratificação ofertada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6DBB47AB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN
IPREV-PORTALEGRE/RN - EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE AJUSTE DE PREÇO AO CONTRATO Nº 11050001/2023

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11050001/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12040001/2023

Partes: OInstitutodePrevidênciaSocialdoMunicípiodePortalegre/RN – IPREV,inscritonoCadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 19.666.804/0001-52, com endereço a Rua Manoel de Freitas, 43 – Centro – CEP 59810-000 – Portalegre/RN, através de seu presidente o sr. Daniel Alves Dias, portador do CPF nº 012.xxx.xxx-08, apenas denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Pessoa Física José de Arimatéia Magalhães Júnior, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 307.xxx.xxx-49, com endereço na Rua Ana Nunes do Rêgo, 231, bairro Centro, CEP 59810-000 – Portalegre/RN, neste ato representado pelo próprio, apenas denominado de **CONTRATADO.**O Termo Aditivo visa acorreção do valor do aluguel estabelecido nocontrato nº 11050001/2023 - dispensa de licitação nº 003/2023 – processo administrativo nº 12040001/2023,que foi firmado em 11 de maio de 2023 entre o Instituto de Previdência Social do Município de Portalegre/RN – Ipreve o senhor José de Arimatéia Magalhães Júnior. Classificação orçamentária: 11 00- Regime Próprio de Previdência Social– RPPS - 09 272 0027 2166 0000- Manutenção de Regime Próprio de Previdência - 3.3.90.36.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Todas as demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Signatários: DANIEL ALVES DIASe JOSÉ DE ARIMATÉIA MAGALHÃES JÚNIOR.

Portalegre/RN, 05 de junho de 2025.

DANIEL ALVES DIAS
Presidente do IPREV
Port.: 017/2016 - GP/PMP

Publicado por:
Daniel Alves Dias
Código Identificador:106419E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
011 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 953 DE 05 DE JUNHO DE 2025

DECRETO Nº 953 , DE 05 DE JUNHO DE 2025 - LEI N.584

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância
de R$196.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 196.000,00

02 02 00 SEC MUN DE ADM.E RECURSOS HUMANOS-SEMARH

60 04.122.0002.2003.0000 GESTÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA 60.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

184 12.361.0025.2193.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 110.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 542 0000
542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
119 000 FUNDEB VAAT 30%

02 07 00 SEC MUN TRABALHO HABITACAO E ASS SOCIAL-SMTHAS

718 08.244.0014.2129.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 26.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

105 12.122.0023.1077.0000 GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO -96.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

215 12.361.0025.2296.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 542 1070
542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
118 000 FUNDEB VAAT 70%

-196.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:4114E155

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCUTA PÚBLICA

OBJETO: Escuta Pública sobre aplicação dos Recursos da Política Nacional Aldir Blanc 2025.

A Prefeitura Municipal de Pureza/RN, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, convida os agentes e fazedores de cultura, grupos e instituições culturais, para Escuta Pública que debaterá a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura ano 2025.

Data: 09 de junho de 2025 (Segunda -feira).
Horário: 09 horas.
Local: Câmara de Vereadores, localizado na Praça 05 de abril, Centro, Pureza/RN.

Pauta:

• Apresentação do Plano de Ação da Política Nacional Aldir Blanc.
• Escuta para elaboração do Plano de Aplicação de Recursos.

Pureza/RN, 05 de junho de 2025.

MARIA MARILDA SILVA DA ROCHA
Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Portaria – 006/2025-GP

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:434C12AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 076/2025-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O **MUNICIPIO DE PUREZA/RN** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, e o Decreto de nº 01/2013, de 04/01/2013.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas com alimentação do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Nome: **MARIA GORETTE GABRIEL SOARES**
Matrícula**: 220795**
Cargo/Função: **COORDENADORA DO BOLSA FAMÍLIA**
CPF: **738.507.734-49**

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
uma diária	Natal	09/06/2025	180,00	180,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem para participar da apresentação da nova edição do selo UNICEF, que acontecerá no dia 09 de junho de 2025, na cidade do Natal/RN.

Art. 2º O servidor beneficiário deverá apresentar relatório de viagem no prazo de até 5 (cinco) dias após seu retorno, contendo:

- descrição do objetivo do deslocamento;
- comprovação do comparecimento ao local de destino;
- demais documentos comprobatórios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Pureza/RN, 05 de junho de 2025.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:236F6C5C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2025-GP

Pureza/RN, 05 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. **CONCEDER**, nos termos do art. 102 da Lei 156/1997, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a(o) Servidor(a) **ANA RITA LIMA DO NASCIMENTO, MAT. 9989**, pelo período de 03 meses, compreendido entre 05/06/2025 a 03/09/2025, devendo o mesmo retornar às atividades no dia 04/09/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:DE045512

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNCIO 20/2025-PE

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, no uso de suas atribuições legais e o que determina a Lei nº 10.520/2002, Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores torna pública para o conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2025 – PE, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de peças e manutenção das maquinas pesadas do município de Rafael Fernandes/RN.

Início das Propostas: 06/06/2025 as 9h00min.
Término das Propostas: 24/06/2025 as 08h30min.
Início da Sessão Pública: 24/06/2025 as 09h00min.
Plataforma: www.novabbmnet.com.br

O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da CMRF, sito à **Rua JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA, Nº. 178 – BAIRRO: CENTRO – Rafael Fernandes-RN, no horário de 8:00 h às 17:00 hs** e na internet nos endereços:

www.novabbmnet.com.br

Rafael Fernandes-RN, 05/06/2025.

JOAO VICTOR NEGREIROS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:79CABFB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 159 - 2025 - EXONERAÇÃO - COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº. 159/2025 - GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 05 de junho de 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de nomeação dos membros para compor a Coordenação de Vigilância Sanitária do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR os seguintes membros da composição da Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Rafael Godeiro-RN:

I - **Alvanir Leão Carlos Bisneta** - Digitadora;
II - **Anna Cristina Maia de Medeiros** - Nutricionista;
III - **Franciélio Cortez de Lima** - Coordenador;
IV - **Halison Huston Batista Dantas** - Médico Veterinário;
V - **Kellison Holanda Belarmino** - Farmacêutico;
VI - **Higo Luiz Amorim Belo Maia** - Enfermeiro;
VII - **Rodrigo Rodrigues Ferreira** - Fiscal da Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, **com efeitos retroativos à 01 de junho de 2025.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rafael Godeiro-RN, aos 05 de junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A1DFA212

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 160 - 2025 - NOMEAÇÃO - COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº. 160/2025 - GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 05 de junho de 2025.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de nomeação dos membros para compor a Coordenação de Vigilância Sanitária do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os seguintes servidores abaixo relacionados para composição da Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Rafael Godeiro-RN:

I – **Alvanir Leão Carlos Bisneta** - Digitadora;
II - **Anna Cristina Maia de Medeiros** - Nutricionista;
III – **Delane Cristina Alves Leão**- Coordenadora;
IV - **Halison Huston Batista Dantas** - Médico Veterinário;
V - **Kellison Holanda Belarmino** - Farmacêutico;
VI – **Mádja Shelley Leite Costa** - Enfermeira;
VII - **Rodrigo Rodrigues Ferreira** - Fiscal da Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, **com efeitos retroativos à 01 de junho de 2025.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rafael Godeiro-RN, aos 05 de junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:16F8F1DA

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 161 - 2025 - DIÁRIAS - LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO

PORTARIA Nº 161/2025 - GP

Concede diária(s) a servidor e/ou ocupante de cargos e/ou função pública e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 20 e seguintes da Lei Municipal nº 454/2025 e o Decreto nº 243/2025, que instituem e

regulamentam a forma de concessão e pagamento dos valores referentes a diárias para o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, Secretários, Procuradores, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ocupante de cargo de provimento em comissão - ambos do Quadro Geral de Pessoal -, ou o que esteja cedido a este Município, bem como, para de colaborador ou colaborador eventual, quando se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede do Município para outro ponto do território nacional ou para o exterior, para participar de eventos do interesse do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO AINDA, o disposto no art. 16, subseção "V" da Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a **LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJOROSADO, 0,5 (meia) diária,** o que corresponde ao valor de **R$ 500,00 (Quinhentos Reais)**, para Realizar viagem à cidade de **NATAL-RN**, no dia **06/06/2025**, onde, no exercício de sua função pública, irá Participar da Solenidade de Entrega do Selo Cidade Limpa (2 edição) ,irá tratar de assuntos relacionados a minha pasta funcional do Gabinete Civil , de interesse do Município de Rafael Godeiro/RN, com saída prevista para o dia 06/06/2025 e retorno no dia 06/06/2025.

Art. 2º - Os "documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem" que trata o Art. 16 da Resolução Nº 028/2020-TCE/RN, serão apensados aos autos do processo de despesa pelo beneficiário, conforme Termo de Responsabilidade que integra o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro-RN, 05 de Junho de 2025.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:C0EFAEB7

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 162 - 2025 - EXONERAÇÃO - RAYANE LUÍZE DE OLIVEIRA FARIAS (COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA)

PORTARIA Nº. 162/2025 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 05 de junho de 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE RAYANE LUÍZE DE OLIVEIRA FARIAS DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 360, de 27 de janeiro de 2017, que trata da reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro, Estado do Rio Grande do Norte,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar **RAYANE LUÍZE DE OLIVEIRA FARIAS** do cargo comissionado de **Coordenadora Geral de Programas de Saúde Pública, n**o Município de Rafael Godeiro/RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:E22C6372

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172022024

RAFAEL GODEIRO – PREFEITURA

RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172022024

Termo Aditivo nº 01/2025 ao CONTRATO Nº. 172022024. ORIUNDO DO ARP Nº22024 E PREGÃO ELETRONICO Nº. 022024
Processo Administrativo n° 022024
CONTRATO Nº. 172022024
Onde se lê: O Município de Rafael Godeiro/RN, por intermédio do(a)*MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO*, com sede no(a) AV. BENEDITO JULIÃO DEMEDEIROS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *08.349.037/0001-31*, neste ato representado(a) pelo(a) CLEVILÂNDIA LUDMILA CARLOS A. DE A.ROSADO CPF: 011.###.###-14, Prefeito (a)/Gestor(a), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) DISTRIBUIDORA PANTANAL LTDA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Fernando Antônio Nunes Gondim Júnior, conforme *atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº022024e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº001, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
Leia-se: O Município de Rafael Godeiro/RN, por intermédio do(a)*MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO*, com sede no(a) AV. BENEDITO JULIÃO DEMEDEIROS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº*08.349.037/0001-31*, neste ato representado(a) pelo(a) LUDMILA CARLOS A. DE A.ROSADO CPF: 011.###.###-14, Prefeito (a)/Gestor(a), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) DISTRIBUIDORA PANTANAL LTDA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Fernando Antônio Nunes Gondim Júnior, conforme *atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº022024e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº001, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas**.**

LUDMILA CARLOS A. DE A. ROSADO
Prefeita Municipal
CPF: 011.###.###-14

FERNANDO ANTÔNIO NUNES GONDIM JÚNIOR
CPF: 048.###.###-13

Rafael Godeiro/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:72CE8ED9

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0122025

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX 012012025
RECONHEÇO:a Inexigibilidade de Licitação**nº INEX 012012025**, com base no Lei 14.133/2021, Art. 74, II e suas alterações posteriores, para**Contratação de show com Artista "Camyla Mello" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Camyla Mello. Horário: 21:00h a 0:00 h**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Rafael Godeiro – RN, 05 de Junho de 2025.

LUDMILA CARLOS A. DE A ROSADO
Prefeita

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:92C64EC7

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 0132025

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX 0132025
RECONHEÇO:a Inexigibilidade de Licitação**nº INEX 0132025**, com base no Lei 14.133/2021, Art. 74, II e suas alterações posteriores, para**Contratação de show com Artista "Bruno Martins" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Bruno Martins. Horário: 01:00h a 03:00 h**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Rafael Godeiro – RN, 05 de Junho de 2025.

LUDMILA CARLOS A. DE A ROSADO
Prefeita

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:28C050D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 060202/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 060202/2025
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06020002/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 060202/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ/RN.
CONTRATADO: M. J. MONTEIRO FORTES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.968.883/0002-98.
OBJETO: UTENSÍLIOS DE CASA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
VALOR TOTAL: 51.948,10 (CINQUENTA E UM MIL NOVENCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Riacho da Cruz/RN, 24 DE FEVEREIRO de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:A3C0948F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 172/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder, a Sra. NADJA CAROLINE MELO DE PAIVA RÊGO, CPF: 013.xxx.xxx -97, secretária municipal de Administração e Planejamento, 01 (uma) diária e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 05 a 06 de Junho de 2025, para participar da XXI sexta de contas: reforma tributária – visão atual e expectativa dos governos municipais e governos estaduais.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 05 de Junho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:658C77F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 173/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. DAVI EVARISTO DE PAIVA, CPF n° 073.***.***-32, Secretário Adjunto de Administração e Planejamento, 01 (uma) diária e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 05 a 06 de Junho de 2025, para participar da XXI sexta de contas: reforma tributária – visão atual e expectativa dos governos municipais e governos estaduais.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 05 de Junho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:C16C01A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 174/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. MATHEUS JARDELL BARBOSA FREITAS, matricula: 130000083, Coordenador Tributário, 01 (uma) diária e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 05 a 06 de Junho de 2025, para participar da XXI sexta de contas: reforma tributária – visão atual e expectativa dos governos municipais e governos estaduais.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 05 de Junho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:F2FD453A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 175/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Conceder ao Sr. Francisco Luciano de Paiva Soares, CPF nº 076.***.***-51, Assistente de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (uma) diária e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 05 a 06 de Junho de 2025, transportando servidores da administração do município que iram participar da XXI sexta de contas: reforma tributária – visão atual e expectativa dos governos municipais e governos estaduais.

Cumpra-se

Riacho da Cruz/RN, 05 de Junho de 2025

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:3873E25A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 060202/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 060202/2025
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 523/2021 – GP/PMRC, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 060202/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a UTENSÍLIOS DE CASA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, pelo valor de 51.948,10 (CINQUENTA E UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS), em favor de M. J. MONTEIRO FORTES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.968.883/0002-98.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz/RN, 24 DE FEVEREIRO de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:5D6227F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 279/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 279/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 5 de junho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:BCE8F259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 280/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 280/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDSON SILVA FREIRE**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 5 de junho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:8BEAA47E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 281/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 281/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 5 DE JUNHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JORGE VINICIO FERNANDES DA SILVA**, Secretário de Saúde, 3 (Três) diárias, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 750,00

(setecentos e cinquenta reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, para participar da do Congresso da LIGA, nos dias 5, 6 e 7 de junho do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 5 de junho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:444BF22E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 029/2023

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato n° 029/2023

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. João Basílio Neto, torna pública a celebração de Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 029/2023, com a empresa **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, estabelecida na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90**, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 06 de junho de 2025 até o dia 05 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Riachuelo/RN, 06 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 06 de junho de 2025.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:C56EA2E0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2023

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato n° 030/2023

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. João Basílio Neto, torna pública a celebração de Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 030/2023, com a empresa **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, estabelecida na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90**, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 06 de junho de 2025 até o dia 05 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Riachuelo/RN, 06 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 06 de junho de 2025.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:9B46C20F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 028/2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 028/2023.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO/RN.

Contratante: O MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN.

Contratada: K & JR EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.504.202/0001-94, sediado(a) na Avenida Miguel Costa, 31-B, Centro – Senador Elói de Souza/RN, CEP 59.250-000.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual no período compreendido entre **06/06/2025 à 06/06/2026**.

Fundamentação Legal: Art. 57 – II e § 2º, da Lei 8.666/93.

Assinaturas: Pela Contratante, JOÃO BASÍLIO NETO (Prefeito Municipal).

Pela Contratada, KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR.

Riachuelo/RN, 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:64C7EF99

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 149/2025 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

Portaria 149/2025 Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

Dispõe sobre a concessão de Férias a Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora ELOÁ JÉSSICA DE AZAVEDO CRUZ, CONSELHEIRO TUTELAR, inscrita no CPF sob o nº 082.110.704-64, lotada na Secretaria Municipal de de Habitação a Assistência Social.

Art. 2º O período concedido será de 04 de junho a 04 de julho de 2025, conforme o Processo Administrativo n° 049/2025.

Art. 3º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos ao dia 04 de junho de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 05 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:FDCB639E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 152 - CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA

Portaria 153/2025 Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade a Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA MATERNIDADE de 120 (cento e vinte) dias a servidora JESSYCA THAYNARA DA SILVA SOUZA, PROFESSORA, inscrita no CPF sob o nº 017.447.654-05, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O período concedido será de 06 de maio a 06 de setembro de 2025, conforme o Processo Administrativo n° 047/2025.

Art. 3º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos ao dia 06 de maio de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 05 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:E23A35A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 153 - CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA

Portaria 152/2025 Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade a Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA MATERNIDADE de 120 (cento e vinte) dias a servidora KAROLINE MENDES ALVES DE ARAÚJO, PROFESSORA, inscrita no CPF sob o nº 016.620.564-86, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O período concedido será de 13 de maio a 12 setembro de 2025, conforme o Processo Administrativo n° 048/2025.

Art. 3º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos ao dia 13 de maio de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 05 de junho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:9232AD17

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIACHUELO
PORTARIA Nº 09/2025

PORTARIA Nº 09/2025

Concede Diárias aos servidores do instituto de previdência dos servidores municipais de Riachuelo/RN e dá outras providências.

O **DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas no **Decreto n° 930/2018** e na **Lei municipal 692/2023.**

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder **meia diária estadual**, conforme determina o **Decreto Municipal n° 930/2018**, para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante viagem a **Macaíba/RN**, para **curso sobre investimento tema: Investimento Para Você Entender: Renda Fixa e Renda Variável** no dia **10 de junho de 2025**, aos servidores:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	CPF	VALOR CONCEDIDO
CLARA KÉSIA CANDIDO DE MEDEIROS	DIRETORA PRESIDENTE - IPR	052.***.***-36	R$ 125,00
FRANCISCO THIEGO PEREIRA DE OLIVEIRA	CONTROLADOR - IPR	089.***.***-33	R$ 125,00
VICTORIA MARIA DE MORAIS FARIAS LIMA	GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	122.***.***-54	R$ 90,00
ANDERSON DE VASCONCELOS LIMA	PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO - IPR	037.***.***-63	R$ 90,00

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025.

CLARA KÉSIA CANDIDO DE MEDEIROS
Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Riachuelo/RN

Publicado por:
Francisco Thiego Pereira de Oliveira
Código Identificador:F7A6C443

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 151/2025 - CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 151/2025

Concede Diárias a Servidores do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas no Decreto n° 930/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder meia diária, conforme determina o Decreto Municipal n° 930/2018, para custear despesas com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação durante viagem a Natal/RN, para participar do Primeiro Encontro Presencial com os Articuladores do Selo Unicef, no dia 09 de junho de 2025, das 8h30 às 15h, a senhora:

NOME	Cargo	VALOR TOTAL
Myrella Alves de Araújo	Assessora	R$ 90,00

Art. 2º. Solicita a Sra. Secretária Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 20 de maio de 2025

JOSÉ ELITO ARAÚJO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:70B948A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 154/2025 - CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 154/2025

Concede Diárias a Servidores do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas no Decreto n° 930/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder duas meia diária, conforme determina o Decreto Municipal n° 930/2018, para custear despesas com deslocamento urbano e alimentação durante viagem a Natal/RN, para participar da FNAS - Pelo Brasil, no 12 de junho de 2025, das 8h às 12h30, aos senhores:

Servidor(a)	Cargo	Valor Total
Francisco Levy Gomes Azevedo	Coordenador	R$ 90,00
Myrella Alves de Araújo	Assessora	R$ 90,00
Roberta Tatiana Ranunfo Viana	Entrevistadora	R$ 90,00

Art. 2º. Solicita a Sra. Secretária Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

JOSÉ ELITO ARAÚJO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:A64E9693

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 155/2025 CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 155/2025

Concede Diárias a Servidores do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas no Decreto n° 930/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder uma diária e meia, conforme determina o Decreto Municipal n° 930/2018, para custear despesas com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação durante viagem a Caicó/RN, para participar do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Socioeducação, nos dias 11 e 12 de maio de 2025, das 8h às 17h, as senhoras:

NOME	CPF	VALOR TOTAL
ELAINI DO NASCIMENTO SILVA BRAZ	Assistente Social - CREAS	R$ 270,00
MICHELLE FERREIRA FREITAS	Psicóloga - CREAS	R$ 270,00

Art. 2º. Solicita a Sra. Secretária Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

JOSÉ ELITO ARAÚJO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:ACAC7F60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 156/2025 - CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 156/2025

Concede Diárias a Servidores do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas no Decreto n° 930/2018,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder meia diária, conforme determina o Decreto Municipal n° 930/2018, para custear despesas com deslocamento urbano e alimentação durante viagem a Natal/RN, para participar da Assembleia Extraordinária do COEGEMAS-RN, no dia 10 de junho de 2025, das 09h às 12h, ao senhor:

NOME	CARGO	VALOR TOTAL
DAMIÃO JOAQUIM DA SILVA NETO	Secretário Municipal	R$ 125,00

Art. 2º. Solicita a Sra. Secretária Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 05 de junho de 2025

JOSÉ ELITO ARAÚJO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:218432D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360/2025 – GPMRF

Nomear por designação, Fiscal de Contrato Nº067/2025, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por designação, o Senhor **Bruno Emidio de Souza,** inscrito no CPF: 016.657.594-10, para atuar como Fiscal de Contrato por número 067/2025, Dispensa de Licitação nº020/2025, Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração dos programas de segurança e saúde do trabalhador (01 PGR/01 PCMSO/ 01 LTCAT/ 01 Laudo de Insalubridade, 01 Laudo de Periculosidade e como também a Assessoria mensal e o gerenciamento geral do e-social SST, realizar medição de stress térmico nos ambientes da copa das escolas e medição ruído, para atender as necessidades da prefeitura de Rio do Fogo/RN, durante toda a vigência contratual, conforme Lei 14.133/2021, art.75.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de maio de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 05 de junho de 2025.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11
Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:89E4B74E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 361/2025 – GPMRF

Nomear por designação, Fiscal de Contrato Nº064/2025, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por designação, o Senhor **Bruno Emidio de Souza,** inscrito no CPF: 016.657.594-10, para atuar como Fiscal de Contrato por número 064/2025, Dispensa de Licitação nº018/2025, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de certificados digitais para atender as necessidades das diversas secretarias municipais e aos fundos municipais de saúde e assistência social do município de Rio do Fogo/RN, durante toda a vigência contratual, conforme Lei 14.133/2021, art.75.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 05 de junho de 2025.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:01EFDE54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 237/2025

Dispões sobre a concessão de prêmio por assiduidade (licença prêmio) a servidora Marcia Maria Vaz de Freitas, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais – Lei Nº 574/2015,

considerando o requerimento protocolado em 02 de junho de 2025, bem como a comprovação do direito à licença-prêmio.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Marcia Maria Vaz de Freitas, matrícula funcional nº 170097-5, ocupante do cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação – no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, o Prêmio por Assiduidade (licença prêmio), pelo prazo de 03 meses, a contar de 05 de junho de 2025 a 05 de setembro de 2025.

Art. 2º - O servidor deverá retornar ao exercício de suas funções no primeiro dia útil subsequente ao término do gozo da licença, salvo disposição em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:332B2561

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 238/2025

Dispõe sobre a concessão da gratificação Hórus pelo exercício do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei 592/2016, que institui a gratificação Hórus por Exercício no Programa Qualificação da Assistência Farmacêutica QUALIFAR-SUS,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Srta. **ANA BEATRIZ CAVALCANTI FERNANDES GIRÃO,** Farmacêutica, Registro Profissional CRF/RN 6865, inscrita no CPF sob o n° XXX.148.583-XX, para o exercício profissional junto ao Programa Qualificação da Assistência Farmacêutica QUALIFAR-SUS, desempenhando a função de Gestor municipal no Programa Hórus.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:C99F2421

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0506002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 28050001/2025
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA, SEG. E SAÚDE DO TRABALHO

EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0506002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES/RN

CONTRATADA: R F DA SILVA

CNPJ Nº 24.505.516/0001-56

ORIGEM: TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052801/2025

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na realização de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em Engenharia, Segurança e saúde do Trabalho visando o cumprimento das obrigações relativas a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 76/2020, e a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021, que institui a implantação da 4° fase do eSocial, (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador - SST)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: O valor total do presente avença é de R$ 33.600,00 (Trinta e três mil e seiscentos Reais) a serem pagas em 12 parcelas mensais de R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos Reais) pelo Município de Rodolfo Fernandes, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços, devidamente certificada pelo setor competente e acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/Unidade: 2001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 1.500.0000 - Sem Classificação; Programa de Trabalho: 2.3 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento; Elemento de Despesa: 3.3.90.39. 00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 74, inciso III, alínea s, da Lei N° 14.133/21;

VIGÊNCIA: O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura 05 de junho de 2025 e vigerá até 05 de junho de 2026 podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21.

LOCAL DE DATA: Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ASSINANTES:
Ana Claudia Almeida Cavalcante – PREFEITA MUNICIPAL
Rafael Fagne da Silva –CONTRATADA

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:C57B5588

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 052801/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07010007/2025
INTERESSADO:SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA, SEG. E SAÚDE DO TRABALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 052801/2025

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão de contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a Contratação de Empresa especializada na realização de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em Engenharia, Segurança e saúde do Trabalho visando o cumprimento das obrigações relativas a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 76/2020, e a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021, que institui a implantação da 4° fase do eSocial, (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador - SST), junto a empresa: **R F DA SILVA** incrito no **CNPJ (MF) nº 24.505.516/0001-56,** sediada a **Rua José Matias Pereira, 520 – Centro, CEP 59350-000 – Santana do Seridó/ RN** a fim de atender, nos termos da **SOLICITAÇÃO INICIAL**, as necessidades e demandas do Município de Rodolfo Fernandes/RN – Secretaria Municipal Administração e Planejamento, com a importância global estimada de **R$ 33.600,00 (Trinta e três mil e seiscentos Reais) a serem pagas em 12 parcelas mensais de R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos Reais) pelo Município de Rodolfo.**
Em respeito ao disposto no art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 74, inciso III, aliena c, da Lei nº 14.133/2021 da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:D4454495

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2025

PARTES:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 70.031.323/0001-28 e **FRANCISCA JUSSIARA SILVA SIPRIANO, -** CPF nº XXX.575.964-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Técnico de Enfermagem Média e Alta Complexidade - Hospital** junto ao Fundo Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 de janeiro de 2025, e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, mais 20% de insalubridade, mais adicional noturno, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 6 - SAÚDE AO ALCANCE DE TODOS
Ação: 2.45 - Manutenção do Hospital Municipal
Despesa 304 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE - Prefeita Constitucional
FRANCISCO GOMES SOBRINHO – Secretário Municipal de Saúde – Contratante.
FRANCISCA JUSSIARA SILVA SIPRIANO – Técnico de Enfermagem Média e Alta Complexidade - Hospital – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:AEA51B44

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO - ADMINISTRATIVO Nº 031/2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

E DE ACORDO COM A CLÁUSULA QUINTA que trata da vigência e CLÁUSULA SEXTA, que trata da rescisão e extinção do contrato nº 002/2025, podendo ser rescindido, sem indenização a CONTRATADA, quando verificada uma das seguintes hipóteses: I Conforme o disposto nos artigos 1º, da Lei Municipal nº 926, de 16 de janeiro de 2025 e suas posteriores alterações, o presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, findo o qual, podendo ser prorrogado por igual perídio, findo o qual estará automaticamente e de pleno direito rescindido. II O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato a qualquer momento, independente de prévia notificação, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei Municipal nº 926, de 16 de janeiro de 2025 e suas posteriores alterações.

RESOLVE RESCINDIR:
O contrato de trabalho de serviços temporários da Senhora **FRANCISCA COSTA FREITAS**, inscrita no CPF sob nº XXX.978.824-XX, Técnico de Enfermagem – Média e Alta Complexidade, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, firmado em 01 de abril de 2025 e com previsão de término em 01 de abril de 2026.

Determina a Secretaria de Administração a adoção de medidas necessárias para o cumprimento deste Termo de Rescisão.

O presente termo de Rescisão entra em vigor na data de **05 de junho de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rodolfo Fernandes /RN, 05 de junho de 2025.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

FRANCISCO GOMES SOBRINHO
Secretário Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 70.031.323/0001-28

FRANCISCA COSTA FREITAS
Servidor – CPF: XXX.978.824-XX

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:8EF02533

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **LUIZ CARLOS FILGUEIRA MELO -** CPF nº XXX.596.764-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **ASG** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 10 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL
Ação: 2.23 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
Despesa 43 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
LUIZ CARLOS FILGUEIRA MELO – ASG – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:EA9BAC1D

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **FRANCISCO JARES FREITAS OLIVEIRA -** CPF nº XXX.856.723-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Vigia** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Administração, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2002 - Sec. Mun. de Administração e Planejamento
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 2 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento
Despesa 505 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
FRANCISCO JARES FREITAS OLIVEIRA – Vigia – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:AF731C43

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **CARLOS HENRIQUE DE LIMA SERAFIM -** CPF nº XXX.552.464-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Ajudante de Pedreiro** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 10 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL
Ação: 2.23 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
Despesa 43 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
CARLOS HENRIQUE DE LIMA SERAFIM – Ajudante de Pedreiro – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:51089758

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **RUAN VIANA PESSOA -** CPF nº XXX.781.964-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Pintor** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 10 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL
Ação: 2.23 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
Despesa 43 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
RUAN VIANA PESSOA – Pintor – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:12E023DD

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **CLAUDIA MARIA NUNES -** CPF nº XXX.937.114-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **ASG** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 10 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL
Ação: 2.23 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
Despesa 43 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
CLAUDIA MARIA NUNES – ASG – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:9CBA6B63

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **FRANCISCO ERISMAR PEREIRA SOUSA -** CPF nº XXX.423.414-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a

prestação de serviços como **Vigia** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Administração, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2002 - Sec. Mun. de Administração e Planejamento
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 2 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento
Despesa 505 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
FRANCISCO ERISMAR PEREIRA SOUSA – Vigia – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:050AE893

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **FRANCISCO FABRICIO INACIO QUIRINO -** CPF nº XXX.168.524-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Vigia** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Administração, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2002 - Sec. Mun. de Administração e Planejamento
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 2 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento
Despesa 505 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
FRANCISCO FABRICIO INACIO QUIRINO – Vigia – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:E07555C1

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2025

PARTES:
Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, CNPJ: 08.153.819/0001-09 e **FRANCISCO LEANDRO PEREIRA SILVA -** CPF nº XXX.359.264-XX.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **Gari Coleta de Lixo** junto a Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura, em virtude da inexistência de profissional dessa categoria no quadro efetivo deste município.

BASE LEGAL:
O disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;

O artigo 2º, inciso IV, § 1º, da Lei nº 8.745 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal)

O disposto no artigo 193 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal nº 574/2015, que prevê a possibilidade de contratação temporária de excepcional interesse público;

O disposto na Lei Municipal nº 926 de 16 janeiro de 2025 e suas posteriores alterações;

VALOR MENSAL: salário-mínimo vigente do ano, mais 40% de insalubridade, deduzindo-se deste todos os impostos devidos.

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 10 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL
Ação: 2.23 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
Despesa 43 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de junho de 2025, retroagindo efeitos para 03 de junho de 2025.

ASSINAM O CONTRATO:
ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE – Prefeita Constitucional – Contratante.
FRANCISCO LEANDRO PEREIRA SILVA – Gari Coleta de Lixo – Contratado.

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:2FBF70CE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 11/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES/RN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Manoel Nobre, 49 – Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 08.153.819/0001-09, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, o(a) servidor(a) público(a) RAILTON OLIVEIRA NUNES, inscrito no CPF sob nº XXX.344.034-XX, residente e domiciliado(a) no Sitio Ausentes, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO, nos termos da Lei Municipal nº 944/2025, de 05 de maio de 2025, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE CARGO
Fica alterado o cargo ocupado pelo(a) servidor(a), anteriormente **Gari**, para o cargo de **Gari – Coleta de Lixo**, conforme previsto no novo enquadramento constante do Anexo Único da **Lei Municipal nº 944/2025**, que altera parcialmente a **Lei Municipal nº 926/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO
Em razão da alteração de cargo, o(a) servidor(a) passará a perceber a remuneração correspondente ao novo cargo, qual seja: **R$ salário-mínimo vigente do ano + 40% de insalubridade**, conforme tabela de vencimentos instituída pela Lei Municipal nº 944/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
As alterações ora pactuadas passam a vigorar a partir de **05/06/2025**, mantidas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com este termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original não expressamente modificadas por este termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal
Contratante

RAILTON OLIVEIRA NUNES
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:3A1FA346

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 30/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES/RN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Manoel Nobre, 49 – Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 08.153.819/0001-09, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, o(a) servidor(a) público(a) FRANCISCO ERIVALDO SILVA SOUSA, inscrito no CPF sob nº XXX.177.684-XX, residente e domiciliado(a) à Rua Vicente do Rego, N° 409, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO, nos termos da Lei Municipal nº 944/2025, de 05 de maio de 2025, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE CARGO
Fica alterado o cargo ocupado pelo(a) servidor(a), anteriormente **Gari**, para o cargo de **Gari – Coleta de Lixo**, conforme previsto no novo enquadramento constante do Anexo Único da **Lei Municipal nº 944/2025**, que altera parcialmente a **Lei Municipal nº 926/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO
Em razão da alteração de cargo, o(a) servidor(a) passará a perceber a remuneração correspondente ao novo cargo, qual seja: **R$ salário-mínimo vigente do ano + 40% de insalubridade**, conforme tabela de vencimentos instituída pela Lei Municipal nº 944/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
As alterações ora pactuadas passam a vigorar a partir de **05/06/2025**, mantidas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com este termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original não expressamente modificadas por este termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal
Contratante

FRANCISCO ERIVALDO SILVA SOUSA
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:56EF76A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.110, DE 5 DE JUNHO DE 2025

A PREFEITA DE SANTA CRUZ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o art. 56 da Lei Orgânica Municipal disciplina que *"A Prefeita poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares as funções administrativas que julgar necessárias. "*

CONSIDERANDO, também, que o art. 71 da Lei Municipal n. 07/2009 assevera que *"No regulamento da Prefeitura, o Chefe do Executivo Municipal poderá delegar competência aos seus subordinados, através de Decreto, para deliberar sobre documentos e ações públicas, podendo, a qualquer tempo, avocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada".*

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada, até ulterior deliberação, competência ao servidor efetivo **CLAYDSON KELLY DA SILVA, matrícula 152666-9**, ocupante do cargo de Fiscal de Arrecadação, para, na ausência do titular da pasta, assinar as certidões de área, alinhamento e características; alvará de sepultamento; alvará de taxista; alvará de construção; habite-se; declaração de ligação de água e energia; bem como demais certidões emitidas pela Secretaria, inclusive alvará de construção de túmulo.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Santa Cruz/RN, 5 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:6D6D14C0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 0.512/2025 - GC/PMSC

Concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Requerimento do Servidor, o qual deu origem ao Processo Administrativo nº 055/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder ao Sr. **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, Gari, Matrícula: 007200/1**, lotado na **Secretaria Municipal de Agricultura,** LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, adquirida a partir de 25 de fevereiro de 1994, conforme Lei Municipal nº. 280, a serem usufruídas no período de **1º de junho de 2025 a 25 de fevereiro de 2026**.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, o Servidor deverá retornar imediatamente as suas funções, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência ao interessado, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **1º de junho de 2025.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 5 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:7D12C2C3

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 06.513/2025 - GC/PMSC

Concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Requerimento do Servidor, o qual deu origem ao Processo Administrativo nº 058/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder ao Sr. **ERINALDO OLINTO, Professor, Matrícula: 40762/1**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação,** LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, adquirida a partir de 25 de fevereiro de 1994, conforme Lei Municipal nº. 280, a serem usufruídas no período de **29 de maio de 2025 a 29 de novembro de 2025**.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, a Servidor deverá retornar imediatamente as suas funções, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência ao interessado, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **29 de maio de 2025.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 5 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:606CFBB2

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 06.514/2025 - GC/PMSC

Concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Requerimento da Servidora, o qual deu origem ao Processo Administrativo nº 057/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder à Sra. **TELMA LÚCIA DE FARIAS OLIVEIRA, Professora, Matrícula: 43494/1**, lotada atualmente na **Secretaria Municipal de Educação,** LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, adquirida a partir de 25 de fevereiro de 1994, conforme Lei Municipal nº. 280, a serem usufruídas no período de **4 de junho de 2025 a 4 de dezembro de 2025**.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, à Servidora deverá retornar imediatamente as suas funções, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência à interessada, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitas a **4 de junho de 2025.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 5 de junho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:00D13440

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 244/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 03 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. DAVID MARQUES FRANÇA MOURÃO, CPF nº XXX.791.484 -XX, para exercer o cargo comissionado de Assessor Especial - ASSECOM, lotada no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:F2C5CBD6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 245/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 03 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria n° 020/2025, que designava o Sr. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA, CPF nº XXX.617.244.XX, matrícula nº 317, para exercer o cargo comissionado de Vice Diretor da Escola Municipal Professor Luiz Pereira, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:12BA9EED

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 246/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 03 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO o processo de Gestão Democrática realizado este ano e seu respectivo cronograma;

CONSIDERANDO o resultado das eleições para Gestores, Vice gestores e Coordenadores, ocorrido no dia 02 de dezembro e homologado no dia 05 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o processo seletivo que teve Homologação de resultado final em 27 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, através do processo administrativo nº 1695/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA, CPF nº XXX.617.244.XX, matrícula nº 317, para exercer o cargo comissionado de Vice-Diretor da Escola Municipal Professor Osvágrio Rodrigues de Carvalho, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:77A449BF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 247/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 03 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 01/09/2011 a 01/09/2016 (02 meses) e 01/09/2016 a 01/09/2021 (01 mês).

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **NEUZA ESTELINA DE ARAUJO NETA,** ocupante do cargo de **MERENDDEIRA**, matrícula n°. 694 e CPF nº XXX.243.864.XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 12/05/2025 a 12/08/2025, reassumindo suas funções em 13 de agosto de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:BE0859B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.085 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.085 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições constitucionais:

CONSIDERANDO que são objetivos da política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (artigo 182, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 6.938/91, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 3º, estabelece que poluição ambiental consiste na degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

CONSIDERANDO, que o CONAMA, mediante a Resolução n. 01/90, incluiu os problemas dos níveis excessivos de ruídos entre aqueles sujeitos ao controle da poluição do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o CONAMA entende como prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela NBR 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; CONSIDERANDO que a NBR 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, fixou o limite máximo de ruído a ser produzido em ambientes externos;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.605/98 em seu artigo 54 tipificou como crime, causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar danos à saúde humana, incluindo-se, neste gênero, a sonora;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n. 6.621/94 veda a perturbação da tranquilidade e do bem-estar da comunidade norte-rio-grandense com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza emitidos de forma a contrariar os níveis máximos fixados na referida Lei;

CONSIDERANDO que o artigo 228 do Código de Trânsito Brasileiro, regulamentado pela Resolução n. 204/2006 do CONTRAN, considera infração grave utilizar no veículo equipamento com som em volume ou frequência que não seja autorizado pelo CONTRAN, cujas consequências são multa e retenção do veículo para a retirada do equipamento de som;

CONSIDERANDO que o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito estabelece que compete ao órgão ou entidade de trânsito municipal e rodoviário a autuação do infrator que utilizar em seu veículo equipamento com som em volume/frequência não autorizados pelo CONTRAN;

CONSIDERANDO que o Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 24, inciso XX, dispõe que compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado.
DECRETA:

Art. 1º. Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, de modo que crie distúrbio sonoro por meio do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos produzidos por aparelhos de som ou instrumentos de qualquer natureza, instalados em veículos automotores, bem como, aparelhos sonoros assemelhados, nas vias, praças, avenidas e demais logradouros públicos no âmbito do Município de Santana do Seridó/RN, durante o período de 11 a 15 de junho do ano vigente, durante as festividades juninas do 29º Santo Antônio do Povo Multicultural.

Art. 2º. Fixa como o horário diurno o compreendido entre às 06:00hs e 19:00hs e o período noturno o compreendido entre às 19:00 e 06:00hs

Art. 3º. Estabelece que o volume permitido será o disciplinado pela NBR 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que fixa como limite máximo para a emissão de som, os níveis abaixo descritos:

TIPO DE ÁREA	DIURNO	NOTURNO
Áreas de sítios e fazendas	40 dB(A)	35 dB(A)
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50 dB(A)	45 dB(A)
Área mista, predominantemente residencial.	55 dB(A)	50 dB(A)

Art. 4º O descumprimento do estabelecido neste decreto, acarretará sanções previstas em lei, dentre as quais a apreensão do equipamento e do veículo quando o equipamento estiver instalado ou estiver sendo rebocado ou conduzido por veículo, a ser efetuado pela Autoridade Policial presente, realizando a medição da pressão sonora conforme disciplina o Art. 3º, da Resolução 204/2006 do CONTRAN.

Art. 5º. Para os efeitos do presente Decreto, considerar-se-á todo e qualquer equipamento de som automotivo rebocado, instalado ou acoplado nos porta malas ou sobre a carroceria dos veículos e, ainda, os assemelhados.

Art. 6º. Sempre que julgar necessário para o cumprimento deste Decreto, a autoridade competente solicitará auxilio de força policial.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita de Santana do Seridó-RN, em 05 de junho de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:7BD398F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.086 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.086 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições constitucionais:

CONSIDERANDO a violência que assola nosso País nos dias atuais. As mortes em decorrência desse fenômeno social são cada vez mais numerosas. Outrossim, se faz necessário prevenir e resguardar a segurança pública;

CONSIDERANDO, o prejuízo que representa a comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas em embalagens de vidro, bem como, à possibilidade de transformação de objetos de vidro, mormente, garrafas e copos, além de latas de alumínio, em verdadeiras armas brancas.

CONSIDERANDO ainda que, é dever da Administração Municipal assegurar à população a sua participação pacífica nas festividades juninas do 29º Santo Antônio do Povo Multicultural em Santana do Seridó/RN, que ocorrerá no período de 11 a 15 de junho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º – **FICA PROIBIDA** a venda, o consumo e o transporte de bebidas e alimentos em geral, armazenadas em recipientes de vidro, tais como, copos, garrafas e vasilhames de vidro.

Art. 2º – A proibição de que trata o Art. 1º deste Decreto, abrange a população em geral, assim como, os estabelecimentos e ambulantes situados na área do evento.

Art. 3º – O desrespeito ao acima determinado, acarretará a adoção de medidas legais, tais como a apreensão de bebidas e/ou cancelamento temporário da permissão de comércio ambulante.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita de Santana do Seridó-RN, em 05 de junho de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:758501BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0114/2025/PMSS/CD/ADM DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA N. º 0114/2025/PMSS/CD/ADM de 05 de junho de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **HELSON NAZARE DA SILVA**, ocupante do cargo de **Controlador Geral**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 06 de junho de 2025, com a finalidade de participar da XXII SEXTA DE CONTAS, com o tema: "Reforma Tributária: Visão Atual e Expectativas dos Governos Municipais e do Governo Estadual", evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) e que se configura como uma oportunidade para discutir os desafios para a implementação da Reforma Tributária nas esferas estadual e municipal, o compartilhamento de experiências dos gestores locais, bem como promover reflexões sobre o papel dos Tribunais de Contas e da sociedade diante do novo cenário tributário nacional, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0114/2025/PMSS/CD/ADM de 05 de junho de 2025.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:970EDD11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0233/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 0233/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR**: MARIA IZABEL SANTOS CABRAL**, para o cargo Comissionado de SUBCOORDENADORA DE SISTEMAS - Símbolo CC-4, do anexo I, de acordo com a Lei Complementar nº. 018/2023 de Reestruturação da Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó.

Parágrafo único. A servidora de que trata o artigo supracitado irá exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de junho de 2025.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó (RN), 05 de junho de 2025.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:46DC032B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 1768/2025 - Dispensa de Licitação nº 34/2025, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação dos serviços de consultorias (gestão e tecnologia), bem como capacitações para o desenvolvimento das MPE's do município de Santana do Seridó/RN, por meio da implementação do projeto INOVA, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso II do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, os elementos contidos no parecer jurídico, conforme Art. 72, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso X do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso V, IV e VII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

Ratifico a contratação da empresa: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RN, inscrita no CNPJ sob n° 08.060.744/0001-10, no valor global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a presente contratação será satisfeita nas dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0006.2005 - Manut. Atividades da Secretaria de Administração.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso XV, de forma a AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:33C05AF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Nos autos do Processo Administrativo nº 1670/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 26/2025, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso XII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação de empresa exclusiva para apresentação de show artístico da banda "Cipó de Boi", em alusão as festividades do 29° Santo Antônio do Povo Multicultural, que acontecerá nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2025, em praça pública, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso V do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VII do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, os elementos contidos no parecer jurídico, conforme Art. 72, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso X do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, o Termo de Inexigibilidade emitido pelo Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VI, VIII e IX do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

Ratifico a contratação da empresa: 24.591.077 EMANOEL ARAUJO PEREIRA DE CASTRO, inscrita no CNPJ sob n° **24.591.077/0001-41**, no valor global de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a presente contratação será satisfeita nas seguintes dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0034.2022 - Manutenção Das Atividades Do Evento Cult Santo Antonio Do Povo.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso II, de forma a RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação.

Santana do Seridó/RN, 26 de maio de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:9BB9F301

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N º 028/2025

Onde lê-se "CONTRATADO: 24.591.077 EMANOEL ARAUJO PEREIRA DE CASTRO. CNPJ: 24.591.077/0001-01".

Leia-se "CONTRATADO: 24.591.077 EMANOEL ARAUJO PEREIRA DE CASTRO. CNPJ: 24.591.077/0001-41".

Santana do Seridó/RN, 02 de junho de 2025.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
CPF N° ***.290.854-**
Prefeita Municipal

*****Publicado por incorreção

Publicado por:
Murielly Karla Diniz de Medeiros
Código Identificador:758B38AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2025.

PROCESSO N° 024/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN.
CNPJ: 08.114.514/0001-80.
CONTRATADA: GERMAN EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 50.855.606/0001-87

OBJETO: Contratação de empresa especializada, na prestação de serviços de manutenção predial no município de São Bento do Norte-RN.

VALOR GLOBAL R$: 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO;
Unidade Orçamentária:02.008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
Função: 15 – URBANISMO;
Sub-Função: 451– INFRA-ESTRUTURA URBANA;
Projeto Atividade: 1106– AMPLIAÇÃO OU REFORMA DOS PRÉDIOS PUBLICOS;
Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES;
Fonte de Recursos: 1500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

VIGÊNCIA: 30/05/2025 a 31/12/2025.

São Bento do Norte/RN, 30 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito
Contratante

MILENA CRISTINA LOPES DA SILVA
CPF: 069.135.694-75 -
(Representante Legal)
Contratada

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:FAA2279C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025.

Dadas as informações constantes do Processo Administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura de São Bento do Norte/RN.
CNPJ: 08.114.514/0001-80.
CONTRATADA: GERMAN EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 50.855.606/0001-87.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, na prestação de serviços de manutenção predial no município de São Bento do Norte-RN.

VALOR GLOBAL: R$: **115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS).**

BASE LEGAL: Artigo 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

São Bento do Norte/RN, 29 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito de São Bento do Norte/RN.

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:9A5EAA33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 378, DE 05 DE JUNHO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e da outras providências; e

CONSIDERANDO o Ofício n. 368/2025 da Secretaria Municipal de Saúde:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 3 (três) diárias sem pernoite, para o servidor **LINDEMBERG TORRES DE ANDRADE**, Secretário Municipal de Saúde, Mat. 00218-6, CPF: 028.173.424-02, no valor total de R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais) para participar do Evento Congresso da LIGA, a ser realizado na cidade do Natal nos dias 05 a 07 de junho do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 05 de junho de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:ADC194F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI 001/2025

AVISO DE LEILÃO

EDITAL DE LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO

BENTO DO TRAIRI 001/2025

A Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ONLINE, tipo Maior Lance pelo Leiloeiro Oficial do Estado, o senhor Francisco Doege Esteves Filho, JUCERN N.º 024/11, edital de leilão 001/2025 de alienação do(s) bem(ns) inservível(eis) ao município, relacionado(s) no anexo I do Edital. O leilão será realizado ao dia 01 de julho de 2025 com início às 11:00 horas, através do site www.lancecertoleiloes.com.br. Maiores informações no site www.lancecertoleiloes.com.br ou através dos telefones (84) 99865-2897; (84) 3223-4146.
São Bento do Trairi/RN, 05 de junho de 2025

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:217E1663

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 0441 - GPMSF/2025.

Dispõe sobre convocação de candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Processo Administrativo n.º 2025.01.0013 – Edital 001/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município.
R E S O L V E:

Art. 1º. Convocar o candidato, habilitado no Processo Seletivo Simplificado vinculado ao Processo Administrativo n.º 2025.01.0013 – Edital n.º 001/2025, para apresentação dos documentos exigidos no Edital mencionado:

PROFESSOR POLIVALENTE

CPF	NOME	CLASSIFICAÇÃO	STATUS
078.896.504-26	NARIELLY PEREIRA DANTAS	22º	CONVOCADO(A)

Art. 2º. O candidato irá ocupar vaga em unidade de ensino localizada na zona rural do município de São Fernando – RN;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Art. 4º. Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Fernando-RN, 05 de junho de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal
CPF n.º 455.474.244-04

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:3A3D2955

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2025.04.0144

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA;
CONTRATADA: JOSIVAN DANTAS DE ARAUJO-ME, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS CNPJ N. º 11.265.647/0001-61, COM ENDEREÇO NA AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INACIO N. ° 300, CENTRO, SÃO FERNANDO/RN.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA E TERMO FINAL EM DOSE MESES; VALOR: R$ 47.537,60; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DA LEI N° 14.133/21; SUBSCRITORES: **KLEDY GARCIA BEZERRA –** PELO CONTRATANTE E **JOSIVAN DANTAS DE ARAUJO-ME** – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 02 DE JUNHO DE 2025.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Obras, Serviço, Transporte e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:0C8C21B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2025.04.0144

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA;
CONTRATADA: MIX VARIEDADES LTDA, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS CNPJ N. º 18.000.049/0001-00, COM ENDEREÇO NA AVENIDA DOUTOR RUI MARIZ N.º 1350 LETRA A ALTO DA BOA VISTA, CAICÓ/RN.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA E TERMO FINAL EM DOSE MESES; VALOR: R$ 187.552,88; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DA LEI N° 14.133/21; SUBSCRITORES: **KLEDY GARCIA BEZERRA –** PELO CONTRATANTE E **MIX VARIEDADES LTDA** – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 02 DE JUNHO DE 2025.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Obras, Serviço, Transporte e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:D516C9C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2025.04.0144

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA;
CONTRATADA: R ICRA DE MEDEIROS MAIA CONSTRUÇÃO-ME, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS CNPJ N. º 22.335.072/0001-22, COM ENDEREÇO NA RUA FRANCISCO PACIFICO DE ARAUJO N. ° 430, CENTRO, SÃO FERNANDO/RN.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA E TERMO FINAL EM DOSE MESES; VALOR: R$ 192.649,80; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DA LEI N° 14.133/21; SUBSCRITORES: **KLEDY GARCIA BEZERRA –** PELO CONTRATANTE E **R ICRA DE MEDEIROS MAIA CONSTRUÇÃO-ME** – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 02 DE JUNHO DE 2025.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Obras, Serviço, Transporte e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:391680E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 179/2025

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 05 de junho de 2025.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 05 de junho de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:031A562A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 180/2025

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 05 de junho de 2025.
RESOLVE
Art. 1º - Designar FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS DE MEDEIROS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 05 de junho de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:E5F44747

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2025, ART. 75, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi dispensado de licitação, consoante art. 75, II(PNCP) da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
CNPJ 47.686.091/0001-24 FX CERINO SERVIÇOS E PRODUTOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA DIVERSAS MODALIDADES.	R$60.380,00 (SESSENTA MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS)

Fonte de Recurso: O.G.M (Orçamento Geral do Município).

São José de Mipibu/RN, 05 de junho de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral Do Município

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:AEF3400D

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº29 /2025, ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi dispensado de licitação, consoante art. 75, II (PNCP) da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
55.127.628 ROSIVALDO MANSO DO NASCIMENTO CNPJ: 55.127.628/0001-44	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO 35° SÃO JOÃO EM SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.	R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Fonte de Recurso: O.G.M (Orçamento Geral do Município).
São José de Mipibu/RN, 05 de junho de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Valquiria Késsia do Nascimentos Silva
Código Identificador:2A2F551D

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 82/2025

CONTRATANTE: Município de São Jose de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídico de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.365.850/0001-03, com sede na Rua 26 de Julho, 08 – Centro – São José de Mipibu/RN, neste ato, representada pelo seu Secretário Geral, Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado a Rua José Jorge, 220 – Centro – São José de Mipibu/RN.

CONTRATADA: ROSINEIDE DE MELO GOMES, inscrita no CPF sob o nº 762.112.904-20, situada na Rua São Joaquim, 33, Quebra-Fuzil, São José de Mipibu/RN, CEP: 59.162-000

Processo nº 3432/2025 – Dispensa de Inexigibilidade nº 63/2025

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao anexo da Secretaria Mun. de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

VALOR GLOBAL: R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 08/05/2025 a 31/01/2026.

EXECUÇÃO: 08 (oito) meses contados da ordem de serviço.

FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.

São José de Mipibu, 08 de maio de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral

ROSINEIDE DE MELO GOMES
Contratada

Publicado por:
Elenildo Oliveira de Morais
Código Identificador:51E94679

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 60/2025, ART. 75, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi dispensado de licitação, consoante art. 75, II(PNCP) da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
CNPJ 15.304.836/0001-57 POLO TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO-LTDA	Contratação de empresa especializada para realização de Curso de preparação para exame de seleção, com enfoque nos processos seletivos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e da Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ/UFRN)	R$210.000,00 (duzentos e dez mil)

Fonte de Recurso: O.G.M (Orçamento Geral do Município).

São José de Mipibu/RN, 04 de junho de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral Do Município

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:D75020E0

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO CONTRATO DE DISPENSA N°16/2025

CONTRATANTE:Município de São José de Mipibu, situada à Rua 26 de Julho, 08 - Centro, São José de Mipibu/RN, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 08.365.850/0001-03, neste ato representada pelo seu**Secretário Geral,Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado à Rua José Jorge, 220- Centro – São José de Mipibu/RN**.

CONTRATADA:RN RADIOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.522.368/0001-52, com endereço profissional na Rua Adélia Tavares da Cruz, nº 77, Centro, Serrinha/RN, representado por Joelson Oliveira da Rocha, inscrito no CPF sob nº 070.498.124-63, residente e domiciliado em Serrinha/RN.

OBJETO: A contratação de pessoa jurídica para locação de 5 rádios comunicadores de 800MHz para a Guarda Municipal conforme previsto na solicitação de contratação e proposta apresentada.

VALOR:**R$ 18.000,00 (dezoito mil reais);**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.

São José de Mipibu/RN, 02 de junho de 2025

MAURICIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

JOELSON OLIVEIRA DA ROCHA
Contratada

Publicado por:
Valquiria Késsia do Nascimentos Silva
Código Identificador:7BD2F761

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024
PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 047/2024 – DISPENSA Nº 012/2024

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ – IPREV SJS; CONTRATADA: 3IT CONSULTORIA LTDA (CNPJ nº 11.250.881/0001-15); OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado à contratação de serviços comuns de Licença de uso de software de Gestão do RPPS; VIGÊNCIA: termo inicial em 18 de maio de 2025 e termo final em 18 de maio de 2026; VALOR DO ADITIVO: R$ 13.299,96 (treze mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis reais); SUBSCRITORES: Izabel Cristina Dantas Cirne – pelo Contratante e Anderson Pontes Leal – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 16 de maio de 2025.

IZABEL CRISTINA DANTAS CIRNE
Presidente

Publicado por:
Izabel Cristina Dantas Cirne
Código Identificador:E8A3F227

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO IPREV Nº 002/2024
PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 049/2024 – DISPENSA Nº 016/2024

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ – IPREV SJS; CONTRATADA: A. O. S. SOFTWARE LTDA (CNPJ nº 11.385.898/0001-80); OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado à contratação de serviços comuns de Licença de uso e manutenção de sistemas informatizados de folha de pagamento e gerenciamento de dados online e transparência de dados, com o envio do E-Social; VIGÊNCIA: termo inicial em 22 de maio de 2025 e termo final em 22 de maio de 2026; VALOR DO ADITIVO: R$ 12.000,00 (doze mil reais); SUBSCRITORES: Izabel Cristina Dantas Cirne – pelo Contratante e Armstrong de Oliveira Silva – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 21 de maio de 2025.

IZABEL CRISTINA DANTAS CIRNE
Presidente

Publicado por:
Izabel Cristina Dantas Cirne
Código Identificador:E6AA1E68

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2024
PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 050/2024 – DISPENSA Nº 017/2024

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ – IPREV SJS; CONTRATADA: CRÉDITO E MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 11.340.009/0001-68); OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado à contratação de serviços comuns de consultoria de investimentos autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); VIGÊNCIA: termo inicial em 29 de maio de 2025 e termo final em 29 de maio de 2026; VALOR DO ADITIVO: R$ 7.534,80 (sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos); SUBSCRITORES: Izabel Cristina Dantas Cirne – pelo Contratante e Cecílio Barbosa Cintra Galvão – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 28 de maio de 2025.

IZABEL CRISTINA DANTAS CIRNE
Presidente

Publicado por:
Izabel Cristina Dantas Cirne
Código Identificador:95B4237D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024 PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 046/2024 – DISPENSA Nº 018/2024

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: R. F. DA SILVA ME (CNPJ nº 24.505.516/0001-56); OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado à contratação de serviços de SST – Saúde e Segurança do Trabalho; VIGÊNCIA: termo inicial em 29 de maio de 2025 e termo final em 29 de maio de 2026; VALOR DO ADITIVO: R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Rafael Fágne da Silva – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 26 de maio de 2025.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:87CEAFB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 241 / 2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR TÍTULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder gratificação por título adicionado à Servidora **ELIS CRISTINA PESSOA FRANCO**, Professora PC, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, matrícula nº 000152, conforme processo nº 024/2013 – SEDUC.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 04 DE JUNHO DE 2025.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordao Lima Moreno
Código Identificador:37E2C6F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATO DELEGATÓRIO

O Prefeito Municipal de São Tomé/RN, JOSINALDO AMARO DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as constantes no art. 81 da Lei Orgânica do Município de São Tomé e no art. 16 e 18 da Lei Municipal nº 1210/2017,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os Srs. LUCICARLA PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n° 028.491.374-05, Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de São Tomé/RN, e FRANCISCO SELIVAN DE LIMA, inscrito no CPF sob o n° 052.056.574-64, Gerente de Programas e Projetos Sociais, para, em conjunto, assinar e movimentar a conta pertencente ao FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO de São Tomé/RN vinculado ao CNPJ: 42.288.830/0001-06, com os seguintes poderes: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos extratos e comprovantes; sustar/contra ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamento por meio eletrônico; efetuar transferência por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro; solicitar saldos/extratos, emitir comprovantes; encerrar contas de depósitos; assinar contratos de prestação de serviços.

Art. 2° A presente portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Tomé/RN, 05 de junho de 2025.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:AF46A200

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 108, DE 05 DE JUNHO DE 2025 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Sra. SUYANE RAVENA LIRA DE ARAÚJO, Gerente de Proteção à Saúde da Criança e Adolescente e Articuladora do Selo Unicef no Município, inscrita no CPF sob o nº XXX.338.094-XX, a quantia de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente a 01 diária parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 09 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, para participar do Encontro de apresentação da nova edição do Selo UNICEF Edição 2025/2028, que acontecerá no Auditório Angélica Moura na Secretaria de Estado da Educação no Centro Administrativo.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:248575CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 057, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. JÚLIO CÉSAR BARBOSA DA COSTA, Delegado de Polícia da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 157.845-6, a quantia de R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e 10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:E617E1CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 058, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ALEXANDRO JOSÉ DA SILVA, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 194.966-7, a quantia de R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e 10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:0C0A6961

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 059, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ANTONIO MARQUES DE ANDRADE, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula167.259-2, a quantia R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e 10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:89DC98A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 060, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ROGERIO CESAR DE ALMEIDA PINTO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 207.237-8, a quantia de R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e

10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6433029F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 061, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. MARCIO VIANA DE MEDEIROS, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 197.209-0, a quantia de R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e 10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:B401ED26

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 062, DE 05 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. FRANCISCO ALVES FEITOSA NETO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 249379-9 a quantia de R$ 1.503,60 (hum mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03/05 e 04/05 das 8:00h às 8:00h (4 diárias), 07/05 e 08/05 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 09/05 e 10/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/05 e 22/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 24/05 e 25/05 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 28/05 e 29/05 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias) do mês de maio do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:14A3DADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN E O MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN, OBJETIVANDO A CESSÃO/PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS.

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, através da PREFEITURA MUNICIPAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.080.210/0001-49, estabelecida na Praça Antônio Assunção, nº 144, Centro, São Tomé/RN, CEP 59.400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **JOSINALDO AMARO DE LIMA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 14XXX76 – ITEP/RN, inscrito no CPF sob o nº XXX.949.184-XX, com endereço à Praça Antônio Assunção, 112 – Centro – São Tomé/RN – CEP: 59400-000 e o MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN, através da PREFEITURA MUNICIPAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.234.148/0001-00, estabelecida na Av. Mônica Dantas nº 34, Centro, Macaíba/RN, CEP: 59208-001, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **EDIVALDO EMÍDIO DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.242.850 – ITEP/RN, inscrito no CPF sob o nº 069.861.604-96, e-mail: gabinete@macaiba.rn.gov.br, firmam o presente termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo tem como objeto a permuta dos servidores públicos municipais efetivos, abaixo qualificados, entre pessoas jurídicas de direito público signatárias, em razão do interesse público, de conveniência administrativa e da eficiência da Gestão, visando suprir necessidades de ambas as partes.

SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN:

JOÃO BATISTA FRANÇA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo público de SUPORTE PEDAGÓGICO, com jornada semanal de 30 horas, inscrito no CPF sob o nº XXX.018.504-XX.

SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN:

MARCELO AUGUSTO CÂMARA DIAS, ocupante do cargo público de PEDAGOGO, com jornada semanal de 30 horas, inscrito no CPF sob o nº XXX.476.704-XX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES:

A permuta de servidores dar-se-á em equivalência, levando em consideração o cargo e a jornada de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PERMUTA DE SERVIDORES:

Esta permuta de servidores possui respaldo legal neste Termo de Cooperação Mútua firmado entre os Municípios de SÃO TOMÉ/RN e MACAÍBA/RN e possui anuência dos servidores envolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

As partes se obrigam a manter o pagamento dos seus servidores, recebidos em permuta, bem como:

I) Anotar e contar o tempo de serviço do servidor permutado para fins legais;

II) Assumir o ônus da remuneração do seu servidor;

III) Requisitar, com antecedência de 90 (noventa) dias, a devolução de servidor cedido quando houver necessidade ou conveniência administrativa;

IV) Exercer as funções de controle administrativo, disciplina e poder hierárquico atinente aos servidores permutados;

V) Comunicar a frequência funcional do servidor sob sua responsabilidade para fins de registro do tempo de serviço;

VI) Encaminhar, quando houver, os autos referentes a apuração de faltas funcionais ou inquérito administrativo, nos quais seja parte o servidor permutado;

VII) Devolver os servidores ao final da permuta.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O presente termo terá vigência de 09 de junho de 2025 a 09 de junho de 2027 e poderá ser renovado por vontade das partes, manifestada até 30 (trinta) dias antes do término da vigência pelo prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DA RENÚNCIA:

Constituirá causa imediata de renúncia por parte, das partes, o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca do Município de São Tomé/RN, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes poderão renunciar o presente convênio a qualquer tempo, observando o prazo de 90 (noventa) dias para ultimato das obrigações das partes.

As partes publicarão extratos deste convênio em seus veículos de publicação oficial.

Estando justos e acertados, assinam as partes, o presente Termo de Cooperação Mútua para que se dê seus efeitos jurídicos, em 04 (quatro) vias de igual teor e conteúdo.

São Tomé/RN, 05 de junho de 2025.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal de São Tomé/RN

EDIVALDO EMÍDIO DA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Macaíba/RN

JOÃO BATISTA FRANÇA DO NASCIMENTO
Município de São Tomé/RN

MARCELO AUGUSTO CÂMARA DIAS
Município de Macaíba/RN

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:F39D172E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 227/2025-GP, DE 27 DE MAIO DE 2025

Concede diária(s) a MÁRIO SÉRGIO SILVA SANTANA e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 de diária ao servidor **MÁRIO SÉRGIO SILVA SANTANA**, Mat. 1177, ocupante da função de **COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, a fim de Comparecer a empresa LC SARMENTO MATERIAIS EM GERAL, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 30 de maio de 2025, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 27 de maio de 2025.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:09A68A05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 237/2025 – GP, DE 05 DE JUNHO DE 2025

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20250190.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20250190 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Empresa MICROFÁCIL INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 08.010.923/0001-36 o(s) seguinte(s) servidor(es): CLENILDA MARIA DE ARAÚJO, MAT: 941, CPF: 100.070.854-35.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 05 de junho de 2025

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C1405258

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispões o Art. 75, INCISO II, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "DISPENSA DE LICITAÇÃO", com base no valor da proposta apresentada, para a **AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE-RN - IPSV;** valor global estimado para as demandas da solicitante em **R$ 7.825,83 (SETE MIL, OITOCENTOS E VINTE CINCO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS);** Contratado: MICROFÁCIL INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 08.010.923/0001-36; Contratante**:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE/IPSV (CNPJ: 19.691.803/0001-68).

RATIFICADO, HOMOLOGADO E AUTORIZADO POR: IRES DE FATIMA GOMES DANTAS ARAUJO – DIRETORA PRESIDENTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE/IPSV, em 05 de junho de 2025.

São Vicente/RN, 05 de junho de 2025.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1A22DEAD

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 13/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO DL Nº 029/2025 CONTRATO Nº 20250003 - IPSV.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representante do Instituto de Previdência de São Vicente;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO Nº 20250003-IPSV, celebrado entre o Instituto de Previdência Municipal de São Vicente/RN (IPSV) e a empresa Microfácil Informática – LTDA, CNPJ Nº 08.010.923/0001-36, o seguinte servidor: ALYSSON SIMONSEN NONATO, matrícula nº 00793.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por este Instituto de Previdência Municipal.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração Previdenciária, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 05 de junho de 2025.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:F7B81B21

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

A Diretora Presidente da Autarquia Previdenciária, de acordo com o que determina o Inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **029/2025**, fundamentada de acordo com o que preceitua o Inciso II do Art. 75 do referido diploma legal, **ADJUDICO, HOMOLOGO** o objeto/processo que trata da **AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE-RN - IPSV**, e **AUTORIZO** a contratação da empresa MICROFÁCIL INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 08.010.923/0001-36**,** com uma proposta perfazendo o valor global de **R$ 7.825,83 (SETE MIL, OITOCENTOS E VINTE CINCO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)** levando em consideração o critério do menor preço conforme mapa demonstrativo que consta nos autos.

Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

SÃO VICENTE – RN, 05 de junho de 2025

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAUJO
Diretora Presidente Do IPSV

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9489B81E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 065 - FMAS/SMAS, DE 05 DE MAIO DE 2025.

Nomear membros para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado cujo objeto trata da contratação temporária de 03 (três) visitadores do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz e 01 (um) visitador para atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), referenciados ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais,

em conformidade com o que estabelece a Portaria nº 106/2025 – ADM/RH e demais ordenamentos legais:

RESOLVE:
Art. 1º. Nomear os membros para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado cujo objeto trata da contratação temporária de 03 (três) visitadores do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz e 01 (um) visitador para atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), referenciados ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a saber:

Judivanva Kênia Fernandes de Azevedo – Presidente
Cillane Mayara de Medeiros Lopes Furtado – Membro
Angélica Alves D'almeida de Melo Lula – Membro

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 05 de junho de 2025.

Publique-se,
Cumpra-se,

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8F4B6A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 64/2025 – SMAS, DE 05 DE JUNHO DE 2025

NOMEIA FISCAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025, CONTRATO Nº 20250188.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO Nº **20250188**, celebrado entre o *FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL*, e o Empresa: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, CNPJ 08.010.923/0001-36, o(s) seguinte(s) servidor(es): VILMA SOARES SANTANA DA SILVA, CPF: 072.619.107.83, matrícula nº 1086.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 05 DE JUNHO DE 2025.

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:22E9E7B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 095/2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025. (*)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com §3º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 458 de 01 de agosto de 2022

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a sra. **ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES**, ocupante do cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO,** do Município de Senador Elói de Souza/RN, a concessão de 4,5 (quatro diárias e meia), para custear despesas com alimentação e estadia durante seu deslocamento para cidade de Belo Horizonte/MG, no período entre 14 a 18 de junho do corrente ano, com o objetivo de participar do evento**XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 04 de junho de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:4E35158C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 98/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com §3º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 458 de 01 de agosto de 2022

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao sr. **JOSÉ LÚCIO JUNIOR DA SILVA**, ocupante do Cargo Efetivo e exercendo o Cargo Comissionado de **PREGOEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Senador Elói de Souza/RN, a concessão de uma (1,0) diária, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento para cidade de Natal/RN, no período de 04 a 06 de junho do corrente ano, com o objetivo de participar do curso ATUALIZAÇÃO PARA PREGOEIROS - EGRN, realizado pela Escola de Governo do RN.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 05 de junho de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:B91E7665

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - INEX 022-2025

O Ordenador de Despesas da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, no uso de suasatribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o ritoprocessual da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando o que consta do processoadministrativo que trata da contratação da empresa REDE - GITESS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referidaempresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.SERRA DE SÃO BENTO - RN, 11 de Março de 2025.

Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:13CD8CA6

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - INEX 023-2025

O Ordenador de Despesas da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SAO BENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o rito processual da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa MASTERTAX SOLUÇÕES FISCAIS LTDA, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato. SERRA DE SÃO BENTO - RN, 12 de Maio de 2025.

Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:6C75D9DD

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISP Nº 043-2025

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1º deabril de 2021, e suas atualizações, para a contratação da(o) SEC PUBLICIDADE LTDA - EPP, referente àContratação de empresa para prestação de serviço de publicação de atos administrativos no DOU, DOE eJornal de grande circulação.
RATIFICO, conforme prescreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr.(a). Presidente da Comissão de Licitação, determinando que seproceda a publicação do devido extrato.SERRA DE SÃO BENTO - RN, 04 de Junho de 2025.

Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:C45FB70C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 243-2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025

Institui o "Dia Municipal do Escritor e da Escritora Serra-bentense" a ser comemorado anualmente no dia 17 de setembro, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Serra de São Bento/RN, o Dia Municipal do Escritor e da Escritora Serra-bentense, a ser comemorado anualmente no dia 17 de setembro.

Art. 2º - A data ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município, bem como no Calendário Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 3º - Durante o mês em que recair a data, as escolas da rede pública municipal, bem como os demais órgãos da administração pública, poderão desenvolver atividades educativas e culturais voltadas ao incentivo da leitura e valorização da produção literária local, com a participação de escritores e escritoras do município.

Art. 4º - As comemorações pelo Dia do Escritor e da Escritora poderão ocorrer por meio de:

I – Varais de poesia;
II – Lançamento de livros;
III – Rodas de conversa sobre literatura;
IV – Encontros com escritores;
V – Concursos literários (poesia, frases, contos, repentes, entre outros);
VI – Apresentações culturais diversas;
VII – Outras atividades pertinentes ao fomento da leitura e da literatura local.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá dar apoio à realização das atividades comemorativas, inclusive mediante cessão de espaços públicos e suporte logístico, observada a disponibilidade orçamentária do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Serra de São Bento/RN, em 23 de maio de 2025.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:4C2499AD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 244-2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos situados em zona Rural do Município de Serra de São Bento-RN e dá outras providências.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS, Prefeita do Município de Serra de São Bento-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Alameda Quarto de Milha, com 8 metros de largura e extensão de 441,42 metros, iniciando-se no vértice V-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288806.764 e E 197165.818 e finalizando no vértice V-02, de coordenadas N 9288517.030 e E 197488.099, Município de Serra de São Bento, Rio Grande do Norte.

Art. 2º - Fica denominada Alameda das Grotas, com 8 metros de largura e extensão de 1330,50 metros, iniciando-se no vértice V-03, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288740.073 e E

197243.486 e finalizando no vértice V-04, de coordenadas N 9287505.108 e E 196701.726.

Art. 3º - Fica denominada Alameda do Tanque, com 8 metros de largura e extensão de 413,30 metros, iniciando-se no vértice V-05, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288570.115 e E 197395.224 e finalizando no vértice V-06, de coordenadas N 9288194.987 e E 197221.748.

Art. 4º - Fica denominada Alameda das Pedras, com 8 metros de largura e extensão de 418,15 metros, inicia-se no vértice V-07, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288515.082 e E 197482.755 e finalizando no vértice V-08, de coordenadas N 9288137.021 e E 197304.091.

Art. 5º - Fica denominada Rua Ferradura, com 6 metros de largura e extensão de 305,13 metros, iniciando-se no vértice V-0**9**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288307.571 e E 197056.596 e finalizando no vértice V-**10**, de coordenadas N 9288131.931 e E 197306.110.

Art. 6º - Fica denominada Rua Arreio, com 6 metros de largura e extensão de 211,88 metros, iniciando-se no vértice V-**11**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9288089.667 e E 196960.266 e finalizando no vértice V-**12**, de coordenadas N 9287661.591 e E 197081.349.

Art. 7º - Fica denominada Rua Estribo, com 6 metros de largura e extensão de 287,84 metros, iniciando-se no vértice V-**13**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9287828.195 e E 196846.621 e finalizando no vértice V-**14**, de coordenadas N 9287967.025 e E 197133.055.

Art. 8º - Fica denominada Rua Cancela, com 6 metros de largura e extensão de 296,37 metros, iniciando-se no vértice V-**15**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-25°W, de coordenadas N 9287507.997 e E 196707.452 e finalizando no vértice V-**16**, de coordenadas N 9287385.280 e E 196977.222.

Art. 2º. -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Serra de São Bento/RN, em 23 de maio de 2025.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:325CD831

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 051/2025

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DE SUPRIMENTO DE FUNDO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N" 178, DE 18DE JUNHO DE 2021.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS, Prefeita Municipal de Serra de São Bento, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA o servidor JOSÉ EVANUEL DE ARAÚJO, portador do CPF: XXX.472.XXX-26, exercendo o cargo de Engenheiro Civil, como responsável pela gestão dos recursos fmanceiros do Suprimento de Fundos instituído pela Lei Municipal N" 178 de 18 de junho 2021.

Serra de São Bento/RN, 30 de maio de 2025.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:7813AC16

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA 118/2025, 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 118, de 05 de Junho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder uma diária civil para o Secretário Municipal de Infraestrutura, Iranilson Lopes de Sousa, CPF: 029.435.844-79, matrícula 223, o mesmo irá participar do evento Selo Cidade Limpa, que acontecerá no dia 06 de Junho de 2025, no auditório da PGJ/RN, localizado na cidade de Natal/RN.

Este evento tem como objetivo reconhecer e incentivar as boas práticas de limpeza urbana, gestão de resíduos e sustentabilidade, promovendo um ambiente mais saudável e agradável para toda a população.
A presença da Secretaria Municipal é fundamental para reforçar o compromisso da administração pública com a preservação ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, o evento servirá como um espaço para troca de experiências, apresentação de novas iniciativas e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a limpeza e conservação da cidade.
Contamos com sua presença para contribuir com este importante movimento em prol de cidades mais limpas e sustentáveis.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:CBEED990

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA 119/2025, 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 119, de 05 de Junho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder de meia diária para a funcionária Creuza Francieli Pereira da Costa a mesma participará no dia 11 e 12 de junho de 2025, Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Socioeducação –

Modulo IV, para os funcionários do Centro de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. Local: Universidade Potiguar Núcleo Mossoró, Av. João da Escóssia, 1561, Nova Betânia, Mossoró - RN, 59607-330, das 8h às 17h, 8h às 12h.
O módulo intitulado "Saúde Mental e Socioeducação visa o aprimoramento técnico dos profissionais do SUAS que atuam com medidas socioeducativas, sendo de extrema relevância para a qualificação do atendimento ofertado pelo CREAS municipal.
Dessa forma, justifica-se a concessão de meia diária à servidora acima citada, bem como sua ausência das atividades laborais no período mencionado, em razão da participação na referida capacitação, representando oficialmente o município de Serra do Mel/RN.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:2B1CE910

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA 120/2025, 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 120, de 05 de Junho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Uma Diária Civil para a Secretária Municipal de Meio Ambiente Maria Izaura Leite Veras, CPF: 012.549.864-05, Matrícula 007633-1 a mesma irá participar do evento Selo Cidade Limpa, que acontecerá no dia 06 de Junho de 2025, no auditório da PGJ/RN, na cidade de Natal/RN.

Este evento tem como objetivo reconhecer e incentivar as boas práticas de limpeza urbana, gestão de resíduos e sustentabilidade, promovendo um ambiente mais saudável e agradável para toda a população.
A presença da Secretária Municipal é fundamental para reforçar o compromisso da Administração Pública com a preservação ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, o evento servirá como um espaço para troca de experiências, apresentação de novas iniciativas e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a limpeza e conservação da cidade.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:576F3BC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA 121/2025, 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 121, de 05 de Junho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder uma diária civil para a Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social Thayna Azevedo de Oliveira, matrícula 007497-0, a mesma cumprirá agenda institucional no dia 06 de junho de 2025, na cidade de Natal/RN, com o intuito de buscar parceria junto à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS), por meio da Coordenação Estadual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (COGESUAS).

A viagem tem como finalidade estabelecer articulação institucional com a SETHAS, por meio da COGESUAS, visando à construção de parcerias que fortaleçam a rede de proteção social voltada ao atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Essa iniciativa tem como objetivo principal melhorar a qualidade e a abrangência dos serviços socioassistenciais oferecidos à população de Serra do Mel, promovendo um atendimento mais eficaz e alinhado às diretrizes estaduais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A presença da gestora municipal nessa agenda técnica é essencial para garantir o alinhamento das ações locais com as políticas públicas estaduais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social do município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:C59F57C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA 122/2025, 05 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 122, de 05 de Junho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Meia diária Civil para a secretário Municipal de Governo e Comunicação André de Lima Azevedo, o mesmo irá acidade de Natal/RN, participar do evento Selo Cidade Limpa, que acontecerá no dia 06 de Junho de 2025 no prédio da PGJ/RN, na cidade de Natal/RN.

Este evento tem como objetivo reconhecer e incentivar as boas práticas de limpeza urbana, gestão de resíduos e sustentabilidade, promovendo um ambiente mais saudável e agradável para toda a população.
A presença do Secretário Municipal é fundamental para reforçar o compromisso da administração pública com a preservação ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, o evento servirá como um espaço para troca de experiências, apresentação de novas iniciativas e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a limpeza e conservação da cidade.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:DD4DE8E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N 001/2023 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 1379/2023.

Termo de aditivo de prazo, referente ao pregão presencial Nº 14/2022. Contrato de prestação de serviços entre o MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN, doravante denominada contratante, e do outro lado, **AGE ASSESSORIA E GESTÃO EDUCACIONAL LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 23.268.633/0001-80, doravante denominada contratada.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato para Contratação de Licença de uso de software de Gestão de Movimentação de Alunos para auxiliar e simplificar o dia a dia dos professores, coordenadores e gestores da educação. A escola pode, de forma simples e rápida, registrar frequência, conteúdos de aulas, notas e média dos alunos, independentemente da localização da escola, seja ela urbana ou rural. O professor tem a opção de lançar registros dos alunos com ou sem internet através de dispositivos móveis como smartphones e tablets.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu PRAZO prorrogado por mais **12 (doze) meses**.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:571CC287

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SUPORTE FINANCEIRO ÀS QUADRILHAS JUNINAS DE SERRA DO MEL/RN

EDITAL DE FOMENTO Nº 01/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SUPORTE FINANCEIRO ÀS QUADRILHAS JUNINAS DE SERRA DO MEL/RN

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará a seleção de propostas, nas condições estabelecidas no procedimento CHAMAMENTO PÚBLICO nos termos do art. 6º, inciso XXXIX e art. 30 da Lei nº 14.133/2021, visando conferir **FOMENTO ÀS QUADRILHAS JUNINAS DE SERRA DO MEL/RN**. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da FEMURN, e terá validade até os prazos legais previstos neste Edital.

O **CHAMAMENTO PÚBLICO** será realizado em conformidade com as finalidades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Cultura, em especial para:

Formular e supervisionar a execução da política municipal de cultura, em estreita articulação com os órgãos e entidades a ela vinculadas, atender as demandas do Município e as aspirações da sociedade, conforme a Lei Municipal nº 1015, de 15 de junho de 2023.

Incentivar a criação artística em todas as suas formas de expressão, a pesquisa de novas linguagens, a formação e o aprimoramento de eventos e programas culturais executados pela sociedade civil organizada;

A Secretaria Municipal de Cultura convida a todos os grupos que se enquadre nas categorias de Quadrilhas Juninas Estilizadas e Tradicionais.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	Data
Lançamento do Edital	06/06/2025
Inscrições e Habilitações Contínuas	16/06/2025 a 23/06/2025 Observação: o prazo estabelecido se refere a inscrições para o pagamento do fomento de 2025.
Divulgação dos Aprovados e em Diligência	30/06/2025
Saneamento de Diligência	30/06/2025 a 03/07/2025
Recurso	04/07/2025 a 07/07/2025
Resultado dos Recursos	08/07/2025
Resultado Final e Convocação para Assinatura	09/07/2025
Assinatura dos Termos de Fomento	10/07/2025

O cronograma acima pode sofrer alterações diante de fatos imprevisíveis, devidamente registrados no processo.

O Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura torna público o presente Chamamento Público, realizado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 1015, de 15 de junho de 2023.

O Edital estará disponível gratuitamente no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura, no endereço Av. Graciliano Ferreira dos Santos, nº 550- Vila Brasília - Serra do Mel RN CEP 59.663-000.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Chamamento Público visa o credenciamento de Quadrilhas Juninas atuantes no município de Serra do Mel/RN, com o objetivo de prestar auxílio financeiro e incentivar a cultura local, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura.

2 DOS OBJETIVOS DA AÇÃO

2.1 Fomento à cultura local: O auxílio financeiro às Quadrilhas Juninas ajuda a fortalecer a cultura local, garantindo que estas tradições continuem a ser celebradas e preservadas para as futuras gerações.

2.2 Incentivo à participação comunitária: Ao oferecer uma premiação, o Chamamento Público pode estimular uma maior participação das comunidades locais nas festividades juninas.

2.3 Desenvolvimento econômico local: Além de apoiar as Quadrilhas Juninas, a iniciativa pode ter um impacto positivo na economia local, ao incentivar o turismo e o comércio associados às festividades.

2.4 Promoção da equidade: Através deste Chamamento Público, a Prefeitura e a Secretaria estão fornecendo oportunidades iguais para todas as Quadrilhas Juninas do município de se beneficiarem do apoio financeiro.

2.5 Valorização da identidade regional: Esta ação visa também fortalecer a identidade regional do município de Serra do Mel/RN, promovendo uma das suas expressões culturais mais características.

2.6 Sustentabilidade cultural: As Quadrilhas Juninas são uma expressão importante da cultura local. O Chamamento Público serve para ajudar a garantir a continuidade dessas expressões culturais.

3 DA CARACTERIZAÇÃO DAS QUADRILHAS JUNINAS E DO VALOR

3.1 Poderão participar deste Edital:

3.1.1 **Quadrilhas Juninas Estilizadas de Serra do Mel/RN**: Nessa categoria se enquadram aquelas Quadrilhas que não são presas a um enredo tradicional ou a movimentos específicos, e pode incluir movimentos de ballet, dança contemporânea, teatro, e até mesmo acrobacias. Ainda que mantenha a essência da celebração junina, a versão estilizada proporciona uma maior liberdade de expressão e criatividade. Devem comprovar ter, pelo menos, 1 (um) ano de atuação e ser do Município de Serra do Mel/RN, tendo, ao menos, 70% dos seus integrantes residindo no município.

3.1.2 **Quadrilhas Juninas Tradicionais de Serra do Mel/RN**: Nessa categoria se enquadram aquelas Quadrilhas que não são presas a um enredo tradicional ou a movimentos específicos, e pode incluir movimentos de ballet, dança contemporânea, teatro, e até mesmo acrobacias. Ainda que mantenha a essência da celebração junina, a versão estilizada proporciona uma maior liberdade de expressão e criatividade. Devem comprovar ter, pelo menos, 1 (um) ano de atuação e ser do Município de Serra do Mel/RN, tendo, ao menos, 70% dos seus integrantes residindo no município.

3.1.3 **Quadrilhas Juninas escolares**: Nessa categoria se enquadram aquelas Quadrilhas Estilizadas ou Tradicionais que são formadas nas unidades educacionais do município de Serra do Mel/RN. Devem comprovar a vinculação com a unidade educacional.

3.2 Conforme a Lei Municipal nº 1015, de 15 de junho de 2023, o incentivo financeiro para cada Quadrilha, devidamente inscrita e aprovada, será no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).

3.3 É vedada a utilização dos recursos de que trata este Edital para pagar salários ou fazer bonificações a quaisquer integrantes da Quadrilha Junina.

3.4 Os recursos oriundos desse Fomento ofertado pela Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN devem ser investidos em indumentárias, aluguel de equipamentos ou espaços para ensaios, bem como para custear despesas referentes à manutenção das atividades da Quadrilha.

4 DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

4.1 A participação para a seleção objeto deste certame será mediante a apresentação de documentação conforme a cláusula 7 deste Chamamento Público, e está aberta a qualquer quadrilha que preencham os requisitos da cláusula 3 deste Chamamento, juridicamente constituída ou não, e sediada no território de Serra do Mel/RN.

4.2 Não poderão participar deste Certame:
a) As quadrilhas juninas com sede em outros municípios;
b) As quadrilhas juninas que não possuírem as comprovações necessárias para o enquadramento da cláusula 3 deste Chamamento.

5 DOS ELEMENTOS DE COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

5.1 Os elementos de comprovação das informações insertas nos documentos apresentados serão físicos baseados em documentos oficiais, fotografias e notícias através de mídias pretéritas ou atuais.

5.2 Essas comprovações deverão ser entregues em envelope lacrado junto à Secretaria Municipal de Cultura no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, e será avaliado por Comissão designada.

5.3 A não juntada dos elementos comprobatórios das informações insertas levará à proponente ao estágio de diligência, aberto prazo para entregue de documentação necessária. Caso não cumpra os requisitos exigidos, não fará jus ao fomento.

6 DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

6.1 As quadrilhas juninas que desejarem participar desta seleção deverão comparecer na Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN, munidos com os seguintes documentos impressos e em envelope lacrado:

Declaração de Responsável, assinada pelos membros da Quadrilha Junina, designando o Responsável Oficial pela Quadrilha, conforme modelo no Anexo I.
Cópia de Documento de Identificação Oficial do Responsável Oficial pela Quadrilha Junina;
Cópia de Comprovante de Endereço do Responsável Oficial pela Quadrilha Junina, que demonstre a residência no município de Serra do Mel/RN;
Declaração, assinada pelo Responsável Oficial, que a Quadrilha tem sede no município de Serra do Mel, bem como, pelo menos, 70% dos seus integrantes residem no município, conforme modelo no Anexo II;
Declaração de que apresentará Relatório à Secretaria Municipal de Educação e Cultura informando a destinação dos recursos oriundos deste Fomento, indicando que a sua utilização foi destinada à manutenção das atividades da Quadrilha, conforme modelo no Anexo III;
Apresentação de Certidões de Regularidade Fiscal em nome do Responsável Oficial, devendo conter as seguintes certidões:
f.1) Certidão de Regularidade Federal: podendo ser obtida no site https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pf/emitir
f.2) Certidão de Regularidade Estadual: podendo ser obtida no site https://uvt.set.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir
f.3) Certidão de Regularidade Municipal: https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/views/publico/prefWeb/modulos/mercantil/certidaoNegativa/certidaoNegativa.xhtml
Comprovação de Cadastro Municipal de Cultura no município de Serra do Mel/RN, podendo ser realizado no site https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeidaOu2GexhG3eZY2aOPDBbgaYgFgtWNhqhdXCH_nUUFNHcw/viewform?vc=0&c=0&w=1
Comprovações diversas de existência da Quadrilha Junina há mais de um ano, como fotografias, notícias em mídias, redes sociais, dentre outros.
Indicação de conta bancária, conforme modelo do Anexo IV.
Para as Quadrilhas Juninas escolares deve comprovar também a vinculação com a unidade educacional.

6.2 O documento ou declaração falsa enseja responsabilidade do proponente nas searas administrativa, cível e criminal.

7 DA FORMA DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento das proposições será realizado por Comissão Especial designada por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN, devendo ser publicada no Diário Oficial da FEMURN.

7.2 O julgamento será objetivo, com análise exclusiva dos documentos apresentados, podendo ser realizado diligência a qualquer tempo para sanar ausências constatadas.

7.3 Todas as decisões tomadas pela Comissão serão registradas em Ata de Sessão e divulgada por meio do Diário Oficial da FEMURN.

8 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 Por ausência de norma legal específica, adotar-se-á os ditames consagrados na Lei nº 14.133/2021, para assegurar o direito a qualquer cidadão de impugnar o Edital e aos participantes de recorrerem de atos praticados por membros da Comissão designada, responsáveis pela análise e julgamento, conforme Cronograma de Atividades constante neste Edital.

9 DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 A divulgação preliminar com o resultado do julgamento será realizada no Diário Oficial da FEMURN no dia 30 de junho do corrente ano. O Resultado Final e Convocação para Assinatura será

também publicada no Diário no dia 09 de julho de 2025 e a assinatura dos Termos no dia 10 de julho de 2025.

9.2 As documentações das proponentes desclassificadas ficarão acostadas ao processo de Chamamento Público, não sendo possível a sua remoção ou devolução durante ou depois de finalizado o certame, pois fará parte integrante do processo.

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos necessários para a satisfação do pagamento referente ao incentivo às quadrilhas juninas de Serra do Mel/RN correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Cultura.

11 DA FORMALIZAÇÃO DOS TERMOS DE FOMENTO E PAGAMENTO

11.1 Os selecionados ficam obrigados a comparecer na Secretaria Municipal de Cultura, localizado Av. Antônio Ferreira de Oliveira nº 51, Vila Brasília - Serra do Mel RN CEP 59.663-000, no dia 10 de julho do corrente ano para assinatura do Termo de Fomento, em caso de não comparecimento no prazo mencionado e sem justificativa prévia, perderá o direito ao auxílio financeiro.

11.2 O valor será repassado em parcela única depois da publicação do extrato do Termo de Fomento, emissão da nota de empenho e demais procedimentos administrativos necessários para a efetivação do pagamento.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Sem prejuízo das sanções penais e civis, o descumprimento ou inobservância pelo proponente de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento implicará na rescisão de pleno direito do Termo de Fomento e nas demais sanções administrativas elencadas na Lei 14.133/2021.

12.2 É facultada à Comissão ou autoridade superior em qualquer fase deste Chamamento Público a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.3 A Secretaria Municipal de Cultura não se responsabilizará pelo uso de qualquer imagem ou qualquer obra de propriedade intelectual por parte dos credenciados. Toda a responsabilidade é exclusivamente dos respectivos proponentes.

12.4 A inexatidão ou falsidade documental, ainda que constatada posteriormente à realização do certame, implicará em sanções de caráter judicial.
12.5 Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão resolvidos pela Comissão designada por meio de Portaria, juntamente com o Secretário da Pasta de Cultura.

12.6 Os interessados em obter qualquer esclarecimento acerca do presente edital deverão procurar a Comissão designada na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel.

12.7 Compõem este Edital os Anexos:
a) Anexo I – Declaração de Responsável
b) Anexo II – Declaração que a Quadrilha tem sede no município de Serra do Mel/RN
c) Anexo III – Declaração de apresentação de Relatório
d) Anexo IV – Declaração de Indicação de Conta Bancária
e) Anexo V – Relação dos Documentos a serem apresentados no ato da inscrição

Serra do Mel/RN, 05 de junho de 2025

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

HUENDERSON KENEDY DE MOURA AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL
Dados da Quadrilha Junina

Nome da Quadrilha Junina:
Modalidade: [ ] Estilizada [ ] Tradicional [ ] Escolar
Município da Quadrilha Junina:
Data de criação da Quadrilha Junina:
Dados do Responsável Oficial

Nome Completo do Responsável pela Quadrilha Junina:
RG do Responsável pela Quadrilha Junina:
CPF do Responsável pela Quadrilha Junina:
Endereço do Responsável pela Quadrilha Junina:
Assinatura dos Membros da Quadrilha Junina

DECLARAMOS QUE O SR/SRA. _____ é o (a) responsável oficial pela Quadrilha Junina _____:

MEMBROS:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Nome completo:
Endereço:

Serra do Mel/RN, ... de ..... de 2024.

_____
(assinatura do responsável oficial)
Nome completo: _____
CPF: _____

ANEXO II
DECLARAÇÃO QUE A QUADRILHA TEM SEDE NO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN

Eu, ... (nome completo do responsável oficial da quadrilha junina), **DECLARO** que a Quadrilha Junina ..... (nome da quadrilha junina) possui sede na cidade de Serra do Mel/RN e que, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos seus membros possuem endereço residencial neste município, conforme exigido em Edital para fazer jus ao incentivo financeiro promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN.

Serra do Mel/RN, ... de ..... de 2024.

_____
(assinatura do responsável oficial)
Nome completo: _____
CPF: _____

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO

Eu, ... (nome completo do responsável oficial da quadrilha junina), **DECLARO** que a Quadrilha Junina ..... (nome da quadrilha junina) apresentará RELATÓRIO à Secretaria Municipal de Cultura informando a destinação dos recursos oriundos deste Fomento, indicando que a sua utilização foi destinada à manutenção das atividades da Quadrilha, e tenho pleno conhecimento que é vedado utilizar os recursos para pagar salários ou fazer bonificações a quaisquer integrantes da Quadrilha Junina, comprometendo-me a respeitar as cláusulas deste Edital.

Serra do Mel/RN, ... de ..... de 2024.

_____
(assinatura do responsável oficial)
Nome completo: _____
CPF: _____

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

Eu, ... (nome completo do responsável oficial da quadrilha junina), representante oficial da Quadrilha Junina ..... (nome da quadrilha junina), informo os seguintes dados bancários para fazer jus ao pagamento do auxílio financeiro:

Banco:
Agência:
Conta Bancária:

Observação: a conta bancária deve estar em nome do representante oficial da Quadrilha Junina.

Serra do Mel/RN, ... de ..... de 2024.

_____
(assinatura do responsável oficial)
Nome completo: _____
CPF: _____

ANEXO V
RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

Em envelope lacrado, as Quadrilhas Juninas devem apresentar, por meio do seu Representante Oficial, a seguinte documentação:

a) Anexo I – Declaração de Responsável
b) Anexo II – Declaração que a Quadrilha tem sede no município de Serra do Mel/RN
c) Anexo III – Declaração de apresentação de Relatório
d) Anexo IV – Declaração de Indicação de Conta Bancária
e) Cópia de Documento de Identificação Oficial do Responsável Oficial pela Quadrilha Junina;
f) Cópia de Comprovante de Endereço do Responsável Oficial pela Quadrilha Junina, que demonstre a residência no município de Serra do Mel/RN;
g) Apresentação de Certidões de Regularidade Fiscal em nome do Responsável Oficial, devendo conter as seguintes certidões:
- Certidão de Regularidade Federal: podendo ser obtida no site https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pf/emitir
- Certidão de Regularidade Estadual: podendo ser obtida no site https://uvt.set.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir
- Certidão de Regularidade Municipal: https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/views/publico/prefWeb/modulos/mercantil/certidaoNegativa/certidaoNegativa.xhtml
h) Comprovação de Cadastro Municipal de Cultura no município de Serra do Mel/RN, podendo ser realizado no site https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeidaOu2GexhG3eZY2aOPDBbgaYgFgtWNhqhdXCH_nUUFNHcw/viewform?vc=0&c=0&w=1
i) Comprovações diversas de existência da Quadrilha Junina, como fotografias, notícias em mídias, redes sociais, dentre outros.
i) Para as Quadrilhas Juninas escolares deve comprovar também a vinculação com a unidade educacional.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:51692549

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA DIVERSA Nº 020/2025

PORTARIA DIVERSA Nº 020, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação do servidor JOSÉ GILNERAN FERNANDES para exercer as atribuições de inspetor escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Serra do Mel/RN, referentes à Inspeção Escolar.

A Secretária Municipal de Educação de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando a necessidade de acompanhamento técnico e legal das unidades escolares da rede municipal;
Considerando a organização do Sistema Municipal de Ensino e a importância do cumprimento da legislação educacional;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam atribuídas ao servidor JOSÉ GILNERAN FERNANDES as atribuições complementares de inspetor escolar, as seguintes competências específicas referentes à Inspeção Escolar:

I – Acompanhar o funcionamento regular das instituições escolares da rede municipal, conforme as diretrizes do Sistema Municipal de Ensino;
II – Verificar o cumprimento das normas legais e regimentais quanto aos registros escolares, matrículas, frequência, avaliação e documentação oficial;
III – Emitir pareceres e relatórios técnicos sobre o funcionamento das unidades escolares;
IV – Orientar os gestores escolares quanto às exigências legais e pedagógicas do sistema;
V – Articular com o Conselho Municipal de Educação os processos de autorização, credenciamento e supervisão escolar;
VI – Participar do planejamento, avaliação e regulação do ensino no âmbito do município;
VII – Exercer outras atividades correlatas no campo da inspeção escolar.

Art. 2º - As atribuições desta portaria passam a vigorar imediatamente, devendo constar nos documentos administrativos e relatórios da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Conceder o(a) sr(a) JOSÉ GILNERAN FERNANDES Gratificação por Encargos Especiais no percentual de 30% sob o valor de seu vencimento, conforme Art. 101 da Lei Municipal nº 373/2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Serra do Mel/RN, 04 de junho de 2025.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:5568FE90

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1245/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1245/2025

INEXIGIBILIDADE I1245/2025
Unidade Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
Objeto: Inscrição no evento denominado: 12º contratos week - semana nacional de estudos avançados em contratos administrativos, o maior evento de estudos sobre contratos administrativos do Brasil, como também o de maior carga horária. No período de 09 a 13 de junho de 2025, a favor do Prefeito do município Hudson Kenio de Moura Azevedo, CPF 017.469.404-09, MAT 75497..
Fundamento Legal:
Lei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP)

AUTORIZO aINEXIGIBILIDADE I1245/2025, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL LTDA** - CNPJ: 10.498.974/0001-09 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 61362, 61362, 61362; totalizando o valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.

Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único doLei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP), determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 05 DE JUNHO DE 2025.

HUDSON KENIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:321F3C03

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
ATO AUTORIZATIVO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2025

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo ao senhor **JOSENILDO GOMES DA SILVA.**

DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/21, a visando o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, EVENTUAIS, EM DIVERSAS ÁREAS e, na oportunidade, que se dê publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Serra Negra do Norte/RN, 05 de junho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florencio de Oliveira Neto
Código Identificador:9AA676C7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2025 - CONTRATO Nº 125/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75
CONTRATADO: JOSENILDO GOMES DA SILVA – CPF: 076.***.***-44.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, EVENTUAIS, EM DIVERSAS ÁREA.
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL.
VALOR GLOBAL: R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.002 – GABINETE DO PREFEITO - AÇÃO: 2002 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE CIVIL; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.003 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - AÇÃO: 2004 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.004 - PROCURADORIA JURIDICA - AÇÃO: 2005 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURIDICA; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO - AÇÃO: 2006 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E TRIBUTACAO - AÇÃO: 2018 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E TRIBUTACAO. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - AÇÃO: 2022 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA - AÇÃO :2030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:02.009 - SEC. MUN. DE ESPORTES E LAZER - AÇÃO: 2057 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - AÇÃO: 2062 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:02.017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - AÇÃO: 2061 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.011 - FUNDO MUN. SANEAMENTO, REC.HIDRICOS E ABASTECIMENTO - AÇÃO: 2073 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, RECURSOS HÍDRICOS. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.012 - SEC.MUN.DE AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE - AÇÃO: 2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.013 - SEC.MUN.INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS - AÇÃO: 2093 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.014 - SEC.MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO - AÇÃO: 2099 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN.DE DESENV. ECONOMICO E TURISMO. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.015 - SEC. MUN. TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL - AÇÃO: 2102 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E; NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA, 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: de 5 de junho de 2025 a 18 de março de 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

Serra Negra do Norte/RN, em 05 de junho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
CPF nº 626. ***. ***-20
Prefeito Municipal

JOSENILDO GOMES DA SILVA
CPF nº 076.***.***-44
Pelo Contratado

Publicado por:
Severino Florencio de Oliveira Neto
Código Identificador:5663C15E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23.914/2025. ADESÃO ARP 005/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.
CONTRATADO: G K Z P FERRERIRA ME inscrita no 28.884.803/0001-75.
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS, TOTAIS E PARCIAIS, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL DESEVOLVIDOS PELO MUNICIPIO.
VALOR GLOBAL: R$ 98.450,00(noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 1 (UM) ANO, com início em 04 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026, prorrogável na forma art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Serra Negra do Norte/RN, 04 de junho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO.
Prefeito Municipal

GIANPAOLY KARRA ZZANNI PAULINO FERREIRA.
Pela Contratada

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:A545CBAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030601//2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 270500046/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN
CONTRATADO: EVERTON AUGUSTO MESQUITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 270500046/2025
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030601//2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

CONTRATADO: EVERTON AUGUSTO MESQUITA

OBJETIVO: *Contratação de mão obra especializada em assessoria em serviços técnicos para os Programas de corte de terra, Garantia Safra, PAA CONAB/PNAEE e outros. Destinados a Secretaria Municipal de Agricultura.*

VALOR TOTAL DO CONTRATO: *R$ 12.600,0(doze mil e seiscentos reais))*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2025:*

Unid. Orçamentária:	020500	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO
Função:	20	Agricultura
SubFunção:	606	Extensão Rural
Programa:	0007	MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA
Ação:	2009	MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO
Natureza de Despesa:	33903600	Outros serviços de terceiros - pessoa física
SubElemento:		
Fonte:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*

LOCAL DE DATA*: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 03 de junho de 2025.*

ASSINANTES:
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA– PREFEITA MUNICIPAL
EVERTON AUGUSTO MESQUITA LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:85CABCC8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 581, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL PARA A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Taipu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN,** Sociedade de Economia Mista que atua na prestação de serviços essenciais de abastecimento de água potável e coleta de esgoto para a população do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob nº 08.334.385/0001-35, de um Terreno integrante do Patrimônio Público Municipal, medindo 10x10m, com uma área total de 100m², com as coordenadas aproximadas: -5.650490, -35.580977, limitando-se ao Norte com Terreno do Município de Taipu/RN; Ao Sul com Terreno do Município de Taipu/RN; ao Leste com a estrada vicinal que liga a Comunidade de Serra Pelada deste município e ao Oeste com Terreno do Município de Taipu/RN, encravado em uma área onde funcionava a Escola Municipal de Gameleira, no Povoado de Gameleira, Zona Rural deste município.

Parágrafo Único. O terreno doado destina-se exclusivamente a Implantação de Booster, sendo vedada destinação diversa, visando melhorar o abastecimento de água das comunidades de Serra Pelada e Matão, deste município.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá destinar o bem doado exclusivamente aos fins constantes nessa Lei, sendo que, caso no prazo de 01 (um) ano, não dê a destinação correta ao objeto da doação, e não faça a implantação de Booster, o imóvel retornará automaticamente ao patrimônio público municipal.

§1º O não cumprimento da finalidade prevista ou o decurso do prazo estipulado sem a efetiva implantação do Booster implicará a reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município de Taipu/RN, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ou de qualquer formalidade adicional.

§2º Em caso de reversão, não assistirá à donatária direito à indenização por benfeitorias realizadas, salvo aquelas previamente autorizadas por escrito pelo Município.

§3º O Município de Taipu/RN poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a destinação do bem doado, podendo solicitar documentos, laudos ou relatórios que comprovem o cumprimento da finalidade prevista.

§4º Fica vedado à donatária alienar, ceder, alugar ou transferir, total ou parcialmente, o imóvel objeto desta doação, a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município de Taipu/RN, sob pena de nulidade do ato e imediata reversão do bem ao patrimônio público.

Art. 3º A doação que faz referência a presente Lei será efetivada mediante escritura pública, correndo às expensas do donatário todas as despesas para a concretização desse ato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Taipu, 05 de junho de 2025.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:D8C9AE05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 35/2025 ORIUNDO DA DISPENSA Nº 013/2025

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 35/2025 ORIUNDO DADISPENSA Nº 013/2025
Processo nº 200339/2025- Dispensa nº 013/2025
CONTRATANTE:Prefeitura Municipal de Tangará. Inscrita no CNPJ sob o n°08.159.089/0001-45.
CONTRATADO: Empresa ***TECHNOLOGY SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA*** inscrita no CNPJ nº ***20.346.818/0001-78*.**
OBJETO:Contratação de serviço de tecnologia de informação, transmissão e recepção de dados, que permita o tráfego de informações de caráter corporativo entre localidades de nível municipal simultaneamente, acesso a rede mundial de computadores – INTERNET – e de segurança de acesso de dados e monitoramento.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Adespesa será consignada à dotação orçamentária prevista no OGM – Orçamento Geral do Município Tangará, conforme o caso.
UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 02.001 – GABINETE CIVIL
AÇÃO: 2003 – MANUTENÇÃO DO GABINETE CIVIL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
AÇÃO: 2013 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2022 – MANUTENÇÃO DO QSE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15500000 - Transferência do Salário-Educação
UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2049 – MANUT. DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2166 – MANUT. DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Unidade Orçamentária: 08.002 – Fundo Municipal de Saúde.
Ação: 2049 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recursos: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.

VALOR CONTRATADO: R$ 40.590,00 (quarenta mil e quinhentos e noventa reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
O prazo de vigência do contrato será de 90 dias podendo ser prorrogado, conforme o caso, tendo sua vigência iniciada no ato da sua assinatura, dia 05 de junho de 2025.
DATA: 05 de junho de 2025

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

DIEGO RICKSON NOBRE DE LIMA
Representante Legal

Publicado por:
Frankemberg Pereira Dantas
Código Identificador:A3937238

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do Contratação de serviço de tecnologia de informação, transmissão e recepção de dados, que permita o tráfego de informações de caráter corporativo entre localidades de nível municipal simultaneamente, acesso à rede mundial de computadores – INTERNET – e de segurança de acesso de dados e monitoramento.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:
Contratação de serviço de tecnologia de informação, transmissão e recepção de dados, que permita o tráfego de informações de caráter corporativo entre localidades de nível municipal simultaneamente, acesso a rede mundial de computadores – INTERNET – e de segurança de acesso de dados e monitoramento.

CREDOR: ***TECHNOLOGY SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA,*** inscrita no CNPJ **nº *20.346.818/0001-78.***

VALOR TOTAL: R$ 40.590,00 (quarenta mil e quinhentos e noventa reais)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Tangará/RN em 04 de junho de 2025.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Frankemberg Pereira Dantas
Código Identificador:1E374C68

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2025/GP - CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 073/GP/CMAS, de 05 de junho de 2025.

Convoca a 12º Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Tangará/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM JUNTO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MESMA MUNICIPALIDADE, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no artigo Art. 3º, XXII, da Lei Municipal nº 591 de 18 de maio de 2015, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 12º Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 18 de junho de 2025, tendo como tema central: "***20 anos do SUAS: Construção, proteção social e resistência".***

Art. 2º - A 12º Conferência Municipal de Assistência Social abordará 5 (cinco) Eixos:
I - Eixo 1 - Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;
II - Eixo 2 - Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;
III - Eixo 3 - Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS;
IV - Eixo 4 - Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: Fortalecendo a participação social no SUAS;
V - Eixo 5 - Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tangará/RN, 05 de junho de 2025.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

MARCELO JOSÉ TAVARES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:7B699262

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2025 - CMAS - COMISSÃO DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 002/2025 – CMAS, de 05 de junho de 2025.

Define data e cria Comissão para Organização da 12º Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, reunido no dia 30 de maio de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Definir a data de 18 de junho de 2025, para a realização da 12º Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: ***"20 anos do SUAS: Construção, proteção social e resistência".***
Art. 2º Constituir a Comissão Organizadora da 12º Conferência Municipal de Assistência Social.

§1º A Comissão Organizadora será formada pelos seguintes Conselheiros:

I – MARCELO JOSÉ TAVARES;
II – SILVANIA SEMEÃO ESTEVAM;
III – MARIA FRANCIELE DA SILVA.

§2º A Comissão de avaliação das propostas e deliberações da Conferência 2025 será formada pelos seguintes Conselheiros:

I – Tayná Beatriz Silveira Abdala;
II – Maria Helena de Arruda Silva;
III – Kaynara Estefânia Barreto Paiva de Melo.

§3º Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social designar no mínimo 02 (dois) técnicos para dar apoio logístico, operacional e administrativo às ações deste Colegiado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tangará/RN, 05 de junho de 2025.

MARCELO JOSÉ TAVARES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:C1D67722

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 620250021 INEXIGIBILIDADE N° 6/2025-0021 – PROC. ADMINIST. PMTA/RN N° 620250021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN; CONTRATADA: MK DE LIMA, INSCRITA NO CNPJ 34.714.779/0001-29 REPRESENTANTE EXCLUSIVO DA CANTORA LUANA FREITAS, LOCALIZADA À RUA TOME V BAIXIO - S/N ZONA RURAL NA CIDADE DO ERERÉ/CE - CEP: 63.470-000, NO ATO REPRESENTADO POR MARIA KALIDIANE DE LIMA, PORTADORA DO CPF(MF) Nº 103.476.934-07; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NO TRADICIONAL ARRAIÁ ESCOLAR 2025, NO DIA 07 DE JUNHO de 2025, NA CIDADE DE TENENTE ANANIAS/RN EM PRAÇA PÚBLICA, DA CANTORA LUANA FREITAS, DATA DE APRESENTAÇÃO: 07 DE JUNHO de 2025; VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM SESSENTA (60) DIAS; VALOR: R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E 13 392 0022 2016 0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 74, II, DA LEI N° 14.133/21; SUBSCRITORES: DAYANE DA SILVA BATISTA – PELO CONTRATANTE E MK DE LIMA – PELA CONTRATADA.

TENENTE ANANIAS/RN, 05 DE JUNHO DE 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:2553CE84

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 620250021
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e desportos.
ASSUNTO: Contratação de serviços de apresentação artística musical no tradicional ARRAIÁ ESCOLAR 2025, no dia 07 de junho de 2025, na cidade de Tenente Ananias/RN em Praça Pública, da cantora LUANA FREITAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 6/2025-0021

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão de contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a Contratação de serviços de apresentação artística musical no tradicional ARRAIÁ ESCOLAR 2025, no dia 07 de junho de 2025, na cidade de Tenente Ananias/RN em Praça Pública, da cantora LUANA FREITAS, junto à empresa MK DE LIMA, Inscrita no CNPJ 34.714.779/0001-29 representante exclusivo da cantora LUANA FREITAS, localizada à Rua Tome V baixio - S/N Zona Rural na cidade do Ereré/CE - CEP: 63.470-000, no ato representado por Maria Kalidiane de Lima, portadora do CPF(MF) Nº 103.476.934-07, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Tenente Ananias/RN – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e desportos, com a importância global estimada de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Tenente Ananias/RN, 05 de junho de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:C21832C0

GABINETE DA PREFEITA
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN, O INCENTIVO DO COMPONENTE DE QUALIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Lei no 354, de 5 de junho de 2025.

Institui, no âmbito do Município de Tenente Ananias/RN, o Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde (APS), para as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Atenção Primária (EAP), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e

Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (EMULTI) e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias/RN**, no uso de suas atribuições legais e o disposto nos incisos I, II e XII, do Art. 7o; inciso I, do Art. 15; no inciso VIII, do Art. 20; no inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e **ELA**, de conformidade com a disposição do inciso II, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte Lei.

Art. 1°. Fica criado no âmbito da Secretaria Municipal de Tenente Ananias/RN, o Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde-APS, a ser pago mensalmente aos profissionais das Estratégia de Saúde da Família-ESF, Equipes de Atenção Primária-EAP, Equipesde Saúde Bucal-ESB, Agentes Comunitários de Saúde-ACS e Equipe Multipro- fissional na Atenção Primária à Saúde (eMulti).

Parágrafo Único. O pagamento do Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária àSaude-APS, fica condicionado aos repasses do Fundo Nacional de Saúde-FNS ao Fundo Municipal de Saúde-FMS local.

Art. 2°. Fazendo jus o Município ao pagamento por qualidade instituído pelo Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde-APS, em decorrência do atingimento dos indicadores, a ser regulamentado por Decreto, que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS no 3.493, de 10 de abril de 2024, sendo o valor aplicado conforme disposto:

§ 1o. Para as Equipes de Saúde da Família-ESF, Equipes de Atenção Primária-EAP e Agentes Comunitários de Saúde-ACS, serão direcionados60% (sessenta por cento) do total do repasse. Estes 60% (sessenta por cento) do total do repasse serãosubdivididos da seguinte forma: A)70% (setenta por cento) será destinadoaos técnicos e 30% (trinta por cento) destinado ao pessoal de nível superior, exceto, médicos; B) Os 40% (quarenta) restantes do repasse serão utilizadas pelo Município no custeio das próprias equipes. O incentivo será recebido mensalmente mediante cumprimento das metas estabelecidas pelo alcance dos Indicadores, conforme Decreto a ser publicado, que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS N°. 3.493, de 10 de abril de 2024 conseguidaspor cada Equipe. Os valores do repasse só serão pagos aos servidores lotados e registrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde-CNES;

§ 2o. Para as Equipes de Saúde Bucal-ESB, serão direcionados 50% (sessenta por cento) do total do repasse. Estes 50% (sessenta por cento) do total do repasse serão subdivididos da seguinte forma: A) 75% (setenta e cinco por cento) devem ser destinados aos Dentistas e, 25% (vinte e cinco por cento) devem ser destinados aos Técnicos de Saúde Bucal; B) Os 50% (cinquenta por cento) restantes do repasse serão utilizadas pelo Município no custeio das próprias equipes. O incentivo será recebido mensalmente mediante cumprimento das metas estabelecidas pelo alcance dos Indicadores, conforme Decreto a ser publicado, que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS N°. 3.493, de 10 de abril de 2024 conseguidas por cada Equipe. Os valores do repasse só serão pagos aos servidores lotados e registrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde-CNES

§ 3o. Para a Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (EMulti), 100% (cem por cento) do valor do repasse será destinado aos servidores lotados e cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), de forma igualitária. O incentivo será recebido mensalmente mediante cumprimento das metas estabelecidas pelo alcance dos Indicadores, conforme Decreto a ser publicado, que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS N°. 3.493, de 10 de abril de 2024 conseguidas por cada Equipe. Os valores do repasse só serão pagos aos servidores lotados e registrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde-CNES.

§ 4o. O rateio referente aos valores devidos aos servidores das Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Atenção Primária (EAP), Equipes de Saúde Bucal (ESB), e Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (EMulti) será pago a partir da competência financeira de Janeiro de 2025;

§ 5o. No fim de cada ciclo anual, será devido, no mês subsequente ao último quadrimestre, a depender da data do repasse do Incentivo Financeiro feito pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Tenente Ananias/RN, o pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade, em parcela única, considerando a média do alcance dos resultados do ano, que deverá ser destinado integralmente e rateado proporcionalmente, aos integrantes das equipes.

Art. 3o. Os servidores das Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Equipe de Atenção Primária (EAP) e Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (EMulti), só receberão o pagamento do Componente Qualidade na Atenção Primária — APS, com base nos dias efetivamente trabalhados, cadastro no CNES e alcance dos indicadores (portaria a ser publicada) que fazem parte das áreas temáticas previstas na Portaria GM/MS N°. 3.493, de 10 de abril de 2024.

Art. 4°. Em caso de suspensão provisória do repasse por parte do Ministério da Saúde, o Município suspenderá o pagamento do Incentivo e retomará o pagamento depois de efetuado o repasse Ministerial.

Art. 5°. Fica vedado o pagamento do Componente Qualidade na Atenção Primária à Saúde – APS: a) Servidores que não compõem as Equipes de Saúde da Família (ESF); b) Agentes Comunitários de Saúde (ACS); c) Equipes de Saúde Bucal (ESB); d) Equipes de Atenção Primária (EAP); e) Equipe Multiprofissional de Atenção Primária à Saúde (eMulti); f) Servidores que estiverem no gozo de licenças com ou sem remuneração superiores há 10 (dez) dias; g) Profissionais Médicos do Programa Mais Médicos;h) Servidores que estiverem de férias; i) Servidores que estiverem afastados com/sem ônus; j) Servidores que estiverem de licença prêmio; g) Servidores que estiverem afastados em missão oficial para estudo e estágio, exceto nos casos de estudo e estágio específico na área de atuação de até 30 (trinta) dias no período de (01) um ano; k) Servidores que estiverem com atestados de afastamento do trabalho superiores a 05 (cinco) dias ininterruptos dentro de (01) um mês. Os servidores que exercerem cargos em comissão, que ocupam função de confiança, os servidores ou profissionais que no desempenho de suas funções: a) tiverem menos de 80% de presença e participação nas atividades de Educação Permanente em Saúde e reuniões referentes ao Programa, cuja frequência deverá ser verificada pela Gestão Municipal e Comissão de avaliação, através das atas assinadas dessas atividades; b) não façam constar produção e/ou entrega de suas atividades nos sistemas de informações de referência da Atenção Primária à Saúde.

Art. 6o. Nos casos do não recebimento do incentivo financeiro tratados no art. 5o desta Lei, o valor que caberá ao servidor, será incorporado ao montante financeiro destinado ao rateio para profissionais de saúde e dividido conforme os percentuais dispostos nos parágrafos 1°, 2°, 3° e 4° do art. 2°.

Art. 7o. Por se tratar de vantagem transitória, o pagamento do Componente Qualidade na AtençãoPrimária à Saúde - APS, objeto desta Lei, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos,não será configurado como rendimento tributável, não será computado para efeito de cálculo de outros adicionais ou vantagens, e nem constitui base de incidência de contribuição previdenciária.

Art. 8o. Os atos necessários à implementação e ao controle do pagamento do Componente Qualidade na Atenção Primária à Saúde - APS previsto nesta Lei, poderão ser estabelecidos por Decreto do Executivo Municipal, após análise pela Equipe da Secretaria de Saúde juntamente as coordenações dos programas.

Art. 9o. Os recursos orçamentários de que trata esta Lei, são oriundos do Orçamento do Ministério da Saúde - Piso de Atenção Básica em Saúde, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, denominado Componente Qualidade na Atenção Primária - APS, instituído pela Portaria GM/MS N°. 3.493, de 10 de abril de 2024.

Art. 10°.O servidor perderá o direito ao incentivo em caso de desistência, exone- ração, rescisão, afastamento do serviço antes da data do pagamento, sendo o valor do incentivo pago de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados, revertendo-se o valor sobejante em favor do servidor de igual cargo e função que o substituir.

Parágrafo Único. Não fazendo a substituição por outro profissional para desem- penhar as funções do servidor o valor será repassado para

a Gestão para ser aplicado em ações de consolidação, manutenção das ações odontológicas, qualificação e educação permanente.
Art. 11°.A avaliação dos indicadores será realizada mensalmente e, no caso de desabastecimento de insumos ou problemas de responsabilidade do Ministério da Saúde, do Estado, ou Município que interfira no alcance das metas, o indicador será desconsi- derado.
Parágrafo Único. Caso o Ministério da Saúde não repasse o incentivo do pagamento por desempenho tratado nessa Lei pelo não alcance do indicador que trata este artigo, o Município fica desobrigado a realizar qualquer pagamento aos profissionais nesse sentido.
Art. 12°. Fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a estabelecer Quadro de metas de indicadores, a ser regulamentado por Decreto, o que também será utilizado como instrumento de monitoramento e avaliação, ficando, o pagamento do incentivo, condicio- nado ao seu cumprimento.
Parágrafo Único. Os indicadores, parâmetros e metas previstos neste artigo, pode- rão ser alterados periodicamente de acordo com a Portaria Ministerial vigente.
Art. 13°. Os recursos orçamentários para execução dos repasses de que trata essa Lei correrão por conta dos repasses do efetuados pela União, através do Ministério da Saúde para ao Fundo Municipal de Saúde .
Art. 14°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus valores financeiros a partir da competência financeira de Janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.
Art. 15°. A gratificação de que trata esta Lei não se incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza estritamente compensatória.
Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese será pago o Incentivo Financeiro "Grati- ficação por Desempenho" com recurso do Tesouro Municipal.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN
Gabinete da Prefeita, em 5 de junho de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA.
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:B1E80364

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 29/2025

Interessado:SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Assunto: Solicitação de inexigibilidade para o ano de 2025 da atração "JONAS LINHARES "

O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO Lei 14.133/2021, Art. 74, IV, (PNCP)
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;
CONSIDERANDO que o parecer jurídico favorável;

RESOLVE:

01. E dispensável o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. Importará a despesa o valor de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.
03. Fica autorizado à contratação de JONAS LINHARES DE ARAUJO, CPF: 031.415.044-74, com domicilio na Rua Manoel Gonçalves de Melo, Barra Nova, Caicó-RN, para Solicitação de inexigibilidade para o ano de 2025 da atração "JONAS LINHARES ", conformeSolicitação de nº 42/2025 e processo nº 2011000043/2025 da SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO deste Município.
04. O Presente Termo deInexigibilidade deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 05 de junho de 2025.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.XXX.XXX-08
Prefeito do Município

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:9F77C5A7

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 530/2025

"Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Lanchinha, no Município de Tenente Laurentino Cruz, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 72, inciso lV, da Lei Orgânica do Município, atendendo proposição de iniciativa da Vereadora Regiane Macêdo de Araújo e considerando a relevante atuação da entidade abaixo identificada,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou na sessão ordinária do dia 30.04.2025 e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica reconhecida como de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Lanchinha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.859.217/0001-02, com sede na Comunidade Lanchinha, neste Município.

Art. 2º A Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Lanchinha, fundada em 03 de novembro de 2005, tem por objetivo principal promover o desenvolvimento rural sustentável, o associativismo, o cooperativismo e o bem-estar social dos produtores rurais e moradores da Comunidade Lanchinha e adjacências, alinhando-se aos princípios e objetivos fundamentais do Município de Tenente Laurentino Cruz, conforme estabelecido no Art. 3º da Lei Orgânica Municipal, que visa o desenvolvimento e a promoção do bem-estar de todos os munícipes.

Art. 3º O reconhecimento de utilidade pública de que trata esta Lei confere à Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Lanchinha a condição de entidade parceira do Poder Público Municipal, podendo, nos termos da legislação pertinente, celebrar convênios, acordos, ajustes e receber auxílios, subvenções e doações de recursos públicos ou privados, para a consecução de seus objetivos estatutários.

Parágrafo Único. A celebração de convênios e a concessão de auxílios e subvenções à entidade reconhecida como de utilidade pública deverão observar o disposto no Art. 45, inciso V, e Art. 72, inciso XIV, da Lei Orgânica Municipal, bem como as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 4º Para a manutenção do título de utilidade pública, a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Lanchinha deverá cumprir os requisitos legais exigidos pela legislação municipal vigente, em especial no que se refere à prestação de contas e à publicidade de suas atividades, em consonância com os princípios da administração pública dispostos no Art. 8º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:26185ED4

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 053/2025 – GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1º 1º Conceder o pedido de férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos, relativos ao período 2025/2026 a **FRANCISCA DAS VITORIAS DA SILVA** cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR** sob matrícula de nº2011**,** atualmente lotada na Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário, que será usufruída no período de 06 de junho de 2025 a 05 de julho de 2025.

Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:7CDA4876

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 169/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 169/2025 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor(a) **SUZANA MEDEIROS DE A. SANTOS**, portador do CPF nº **XXX.153.564-XX**, Matrícula: **2854/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **24 de Maio de 2025**, saindo as **20:15** e retornando as **02:50** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:716EF02C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 170/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 170/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCIMAR AMARAL ANDRADE** portador do CPF nº **XXX.795.794-XX**, Matrícula: **14/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **24 de Maio de 2025**, saindo as **15:00** e retornando as **01:50** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:58016ADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 171/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 171/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCIMAR AMARAL ANDRADE** portador do CPF nº **XXX.795.794-XX**, Matrícula: **14/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **27 de Maio de 2025**, saindo as **13:00** e retornando as **20:40** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:6688F970

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 172/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 172/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **GERALDA DOMINGOS DA SILVA LIMA** portador (a) do CPF nº **XXX.245.214-XX**, Matrícula: **0018/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **26 de Maio de 2025**, saindo as **01:45** e retornando as **06:00** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:B440C200

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 173/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 173/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a (o) servidor (a) **GERALDA DOMINGOS DA SILVA LIMA** portador (a) do CPF nº **XXX.245.214-XX**, Matrícula: **0018/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **31 de Maio de 2025**, saindo as **14:10** e retornando as **00:25** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:1C0EA067

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 174/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 174/2025 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor(a) **DAYANE GIFONI DE MEDEIROS ROCHA**, portador do CPF nº **XXX.178.334-XX**, Matrícula: **0010/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **28 de Maio de 2025**, saindo as **22:15** e retornando as **02:30** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório

circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:F94DF249

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 175/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 175/2025 - FMS

Concede diária a (o) servidor (a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA JOSE FERREIRA DE ARAUJO** portador do CPF nº **XXX.111.584-XX**, Matrícula: **40/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **19 de Maio de 2025**, saindo de **08:32** e retornando as **13:15** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:B6F809E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 176/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 176/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor(a) **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, portador do CPF nº **067.847.194-09.** Matrícula: **1618/1**, ocupante da função de **Técnico de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **19 de Maio de 2025**, saindo as **17:05** e retornando as **00:35** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:D4CB8C86

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 177/2025 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 177/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCISCA ELIZANGELA ALVES** portador do CPF nº **XXX.136.246-XX**, Matrícula: **0017**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **31 de Maio de 2025**, saindo as **22:15** e retornando as **03:00** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:B9E5E8CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 178/2025 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 178/2025 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através c da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a(o) servidor(a) **JOSE JOELDER BATISTA ALVES** portador do CPF nº **XXX.476.684-XX**. Matrícula: **27/1**, ocupante da função de **Técnico de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **25 de Maio de 2025**, saindo as **18:30** e retornando as **02:45** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **05 de Junho de 2025.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:55284A4E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO – PROCESSO Nº 516026/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 6/2025

RATIFICO e RECONHEÇO a inexigibilidade de licitação fundamentada no art. 74, inciso I da Lei 14.133/21, e suas alterações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos para a contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, referente à Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU.
CNPJ: 01.622.882/0001-90

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA
CNPJ: 07.797.967/0001-95
VALOR TOTAL ANUAL: R$ 8.354,33 (oito mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos)

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2016 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0004 - GESTÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Tibau (RN), 05 de junho de 2025.

Pela contratante

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Pela Contratada

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS
NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:21495538

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 516026/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 6/2025

Fica Inexigível a licitação na forma do art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21, à despesa abaixo especificada:

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU.
CNPJ: 01.622.882/0001-90

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA
CNPJ: 07.797.967/0001-95
VALOR TOTAL ANUAL: R$ 8.354,33 (oito mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos)

Tibau (RN), 26 de maio de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:35673D87

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0729/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

LEI MUNICIPAL Nº 0729/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR BENS MÓVEIS À COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, PARA EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NO BAIRRO JARDIM DE ALÍCIA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Tibau/RN, 05 de junho de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0729/2025**, de iniciativa do**PODER EXECUTIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 28 de Maio de 2025, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0729 de 05 de junho de 2025**, ora sancionada, em apenso, que:***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR BENS MÓVEIS À COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, PARA***

EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NO BAIRRO JARDIM DE ALÍCIA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 05 de junho de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0729/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR BENS MÓVEIS À COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, PARA EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NO BAIRRO JARDIM DE ALÍCIA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a presente Lei Municipal Complementar.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transferência de acervo, a título de doação, para concessionária de energia elétrica "COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN", inscrita no CNPJ nº 08.324.196/0001-81, os quais incluem todos os materiais adquiridos para execução da obra de deslocamento da rede de extensão primária, que viabilizará a distribuição de energia elétrica para as ruas Maria das Graças da Silva e Raimunda Fernandes de Souza, no Bairro Jardim de Alícia II, na área urbana deste Município, constantes da relação do Processo Administrativo nº 611277/2024.

Art. 2º. A doação de que se trata esta lei será realizada sem encargos por parte do donatário, que lhes dará o destino que melhor lhe convier, podendo, inclusive, proceder à alienação a seu patrimônio, ficando responsável pela sua operação e manutenção.

Art. 3º. O Poder Executivo tomará todas as medidas necessárias para o atendimento do objetivo da presente lei, podendo assinar Carta de Solicitação de Inspeção de Obra, Planilha de Custos, Termo de Transferência de Acervo e Declaração de Propriedade, conforme os documentos modelos da concessionária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Tibau/RN, 05 de junho de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:4BB27686

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 527006/2025

O Município de Timbaúba dos Batistas/RN por meio de seu Pregoeiro torna público a realização de licitação, na modalidade CONCORRÊCIA ELETRÔNICA, tipo **menor preço, GLOBAL,** destinado a Contratação de empresa para executar serviços de Construção de um campo de futebol. A sessão pública para disputa de preços terá início às 09h10min do dia 20 de junho de 2025(horário de Brasília/DF). Os interessados quaisquer informações ou em adquirir os respectivos Edital e anexos, acessarem o endereço eletrônico:www.portaldecompraspublicas.com.br a partir do dia 09 de junho de 2025.

Timbaúba dos Batistas/RN, 04 de maio de 2025.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:1A6B47A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2025- DISPENSA Nº 42/2025

Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, COM CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTIVÉL E PNEUS POR CONTA DO CONTRATANTE.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: GLAUCIO PEREIRA DE ARAÚJO, CNPJ: 703.342.504-04 representada por GLAUCIO PEREIRA DE ARAÚJO.
Valor Total: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Vigência: 06 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e GLAUCIO PEREIRA DE ARAÚJO.

Data da Assinatura: 05 de junho de 2025

Timbaúba dos Batistas, 05 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:92EDBEF9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 529.020/2025 DISPENSA Nº 42/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):GLAUCIO PEREIRA DE ARAÚJO, CNPJ/CPF nº703.342.504-04
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, COM CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTIVÉL E PNEUS POR CONTA DO CONTRATANTE.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
VALOR CONTRATADO:R$60.000,00 (sessenta mil reais)
ECONOMIA:R$5.000,00 (cinco mil reais)
RATIFICAÇÃO EM:05 de junho de 2025

Timbaúba dos Batistas, 05 de junho de 2025

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:385AA08B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 077/2025 - GPMTB

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidoras ocupantes de cargos em comissão, nos termos do art. 44 da Lei Complementar 018, de 31 de maio de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.
Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar Municipal 018, de 31 de maio de 2019;
R E S O L V E:
Art. 1.° - Conceder à Servidora Municipal **NAYRA LETÍCIA DA SILVA MONTEIRO**, CPF n° 079.241.584-13, **COORDENADORA DE ATENÇÃO À FAMÍLIA CCII**, gratificação corresponde a 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento mensal.

Art. 2.° - Conceder à Servidora Municipal **REGINA AURELIANO SOARES BATISTA**, CPF n° 053.113.444-07, **COORDENADORA DE AÇÃO COMUNITÁRIA E PROGRAMAS SOCIAIS CCII,** gratificação corresponde a 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento mensal.

Art. 3.° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas – RN, 05 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:77B9C425

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 078/2025 - GPMTB

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidoras ocupantes de cargos em comissão, nos termos do art. 44 da Lei Complementar 018, de 31 de maio de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar Municipal 018, de 31 de maio de 2019;

R E S O L V E:
Art. 1.° - Conceder à Servidora Municipal **NATÁLIA KÍVIA DO NASCIMENTO XAVIER**, CPF n° 087.338.114-90, **COORDENADORA DE TURISMO E CULTURA CCII**, gratificação corresponde a 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento mensal.

Art. 2.° - Conceder à Servidora Municipal **JAILMA ARAÚJO,** CPF 028.923.354-26, **COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO AO ARTESANATO CCII,** gratificação corresponde a 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento mensal.

Art. 3.° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas – RN, 05 de junho de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:C8453303

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 77/2023 PRORROGAÇÃO DE PRAZO – REF. À CHAMADA PUBLICA DE Nº 03/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Touros/RN - CNPJ: 08.234.155/0001-02
Contratado: HERIBERTO DE ARAUJO COSTA – CPF: 033.810.954-47.
Objeto: Credenciamento de interessados para locação de imóveis destinado as secretarias e programas do município de Touros/RN, conforme especificação em edital.
Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei 8666/93 c/c Lei nº 8.245/91.
Obs.: Fica prorrogado o contrato por 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar de 25/05/2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Enock Mauricio Gomes Neto
Código Identificador:FFB24ACF

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 90/2023 PRORROGAÇÃO DE PRAZO – REF. À CHAMADA PUBLICA DE Nº 03/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Touros/RN - CNPJ: 08.234.155/0001-02
Contratado: IRAMAR LUIZ BARBOSA – CPF: 056.092.024-50.
Objeto: credenciamento de interessados para locação de imóveis destinado as secretarias e programas do município de Touros/RN, conforme especificação em edital.
Fundamento Legal: art. 57, §1 º, inciso II, da Lei 8666/93.
Obs.: Fica prorrogado o contrato por 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar de 25/05/2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Enock Mauricio Gomes Neto
Código Identificador:437E2112

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 91/2023 PRORROGAÇÃO DE PRAZO – REF. À CHAMADA PUBLICA DE Nº 03/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Touros/RN - CNPJ: 08.234.155/0001-02
Contratado: FLAVIANA MARIA INACIO – CPF: 034.232.134-00.
Objeto: credenciamento de interessados para locação de imóveis destinado as secretarias e programas do município de Touros/RN, conforme especificação em edital.
Fundamento Legal: art. 57, §1 º, inciso II, da Lei 8666/93.
Obs.: Fica prorrogado o contrato por 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar de 25/05/2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Enock Mauricio Gomes Neto
Código Identificador:777764E8

GABINETE CIVIL
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 122/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2024; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.457/2024;

NOTIFICANTE:

MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº de 08.234.155/0001-02, com sede na Praça Bom Jesus, 28, Centro TOUROS/RN – CEP: 59.584-000, representado neste ato por seu Prefeito Constitucional o Senhor PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO.

NOTIFICADA:

Fornecedor: **VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.**
CNPJ: **09.337.018/0001-58.**
Endereço: **R RITA FERREIRA DE FARIAS, 20, CENTRO, JOÃO CÂMARA/RN, CEP: 59550-000.**
Representante: **Daniel Andrade de Oliveira** - CPF: **010.702.xxx-61.**
Pela presente NOTIFICAÇÃO, e na melhor forma de direito, fica a empresa, acima qualificada, NOTIFICADA nos seguintes termos:

Como é de Vosso conhecimento esta empresa ora notificada, sagrou-se vencedora do Pregão Eletrônico: 19/2024, com objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, instrumentais e insumos odontológicos para atender a necessidade do Programa de Saúde Bucal do município de Touros/RN, que originou a ARP nº. 122/2024, impõe-lhe o cumprimento das obrigações assumidas.
Conforme informações da Secretaria demandante, esta empresa se demostra a não cumprir de acordo com as cláusulas contratuais, quanto a prestação de serviço.

Ante ao exposto, fica Vossa Senhoria notificada para no prazo de 02 (dois) dias úteis apresentar suas razões/justificativa, notifico a empresa:
Fornecedor: **VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.**
CNPJ: **09.337.018/0001-58.**
Endereço: **R RITA FERREIRA DE FARIAS, 20, CENTRO, JOÃO CÂMARA/RN, CEP: 59550-000.**
Representante: **Daniel Andrade de Oliveira** - CPF: **010.702.394-61.**
A fim de se manifestar sobre o cumprimento das obrigações assumidas em ATA vinculada ao PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2024, sob pena de abertura de processo administrativo e aplicação das demais sanções pertinentes, até o efetivo cumprimento da obrigação.
Finalmente se mantida a inexecução total ou parcial da ata/contrato, poderá ainda ser aplicada as penalidades dos artigos 155 e 156, da Lei n.º 14.133/2021, ou seja, poderá tornar-se inidônea.

Touros, 05 de junho de 2025
Sendo o que me cumpria, aguardamos providências urgentes.

Atenciosamente,

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:32757821

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0415/2025

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE UPANEMA/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SENHOR RENAN MENDONÇA FERNANDES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1° Designar como Fiscal de Contrato o servidor:

RODOLFO TAVARES BEZERRA CESARINO DA NÓBREGA, portador do CPF nº 061.316.934-47, matricula 001955-2. De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 14.133/21, no Art. 117, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato abaixo relacionado, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TUBULAÇÃO PARA ADUTORA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PALHEIROS III, MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN, VISANDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO NO QUE TANGE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CONTRATO Nº 066/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: ABIMAEL M B DA S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ: 13.333.159/0001-70
Processo nº 1229/2025 – Dispensa nº 025/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de tubulação para adutora do Projeto de Assentamento Palheiros III, município de Upanema/RN.
VALOR: R$56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

Upanema/RN, 05 de junho de 2025.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito do Município de Upanema/RN

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:6B283B1F

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 027/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

PORTARIA Nº 027/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **CHEFE DE GABINETE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$120,00 (cento e vinte reais), ao senhor **MATEUS MEDEIROS ROCHA**, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Mossoró/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de I Seminário da Entrega Legal de Crianças à Adoção: reflexões e desafios da proteção integral.
Local de destino: Mossoró/ RN;
Período do Afastamento: 27 de maio de 2025;

Art. 2º O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:BA834D3E

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 028/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

PORTARIA Nº 028/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **CHEFE DE GABINETE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$120,00 (cento e vinte reais), ao senhor **FRANCISCO ROBERTO DA SILVA**, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Mossoró/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de I Seminário da Entrega Legal de Crianças à Adoção: reflexões e desafios da proteção integral.
Local de destino: Mossoró/ RN;
Período do Afastamento: 27 de maio de 2025;

Art. 2º O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:B75120D9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 029/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

PORTARIA Nº 029/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **CHEFE DE GABINETE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$120,00 (cento e vinte reais), a senhora **MARIA GILVANETE DA SILVA**, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Mossoró/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de I Seminário da Entrega Legal de Crianças à Adoção: reflexões e desafios da proteção integral.
Local de destino: Mossoró/ RN;
Período do Afastamento: 27 de maio de 2025;

Art. 2º O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:3B5BCAE9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 030/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

PORTARIA Nº 030/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - GP.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **CHEFE DE GABINETE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$120,00 (cento e vinte reais), ao senhor **JEFERSON RODOLFO DE MOURA SILVA**, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Mossoró/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de I Seminário da Entrega Legal de Crianças à Adoção: reflexões e desafios da proteção integral.
Local de destino: Mossoró/ RN;
Período do Afastamento: 27 de maio de 2025;

Art. 2º O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:5DCB1015

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 031 – GB, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

PORTARIA Nº 031 – GB, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Chefe de Gabinete do município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER uma diária, com pernoite, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), ao Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, Prefeito Municipal, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do deslocamento: Reunião no Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte (DER-RN).
Local de destino: Natal/RN;
Período do Afastamento: 05 de Junho de 2025;

Art. 2º -O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E9E15F76

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 061, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - SMS.

PORTARIA Nº 061, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - SMS.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Uma Diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ao senhor **VLADMIR ARAUJO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Motorista, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Alexandria/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Deslocamento com a paciente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA;
Local de destino: Alexandria /RN;
Período do Afastamento: 30 de maio de 2025;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:5505AE22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.253/2025

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN, através do seu Agente de Contratação (Pregoeiro), nomeado pela Portaria Nº 055, de 15 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar, que estará realizando Pregão Eletrônico SRP nº 007/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no modo de disputa ABERTO, dia 18/06/2025 às 09h:00, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN**. O Edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: https://pncp.gov.br/app/editais/08085771000130/2025/9 ou através do E-mail: pregoes.upanema@gmail.com ou ainda junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN. Informações: nos horários das 08h00min às 12h00min em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 05 de junho de 2025

CARLOS HENRIQUE BEZERRA DE ANDRADE
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:8DB2A991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: ABIMAEL M B DA S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ: 13.333.159/0001-70
Processo nº 1229/2025 – Dispensa nº 025/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de tubulação para adutora do Projeto de Assentamento Palheiros III, município de Upanema/RN.
VALOR: R$56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
10.001 –SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO:
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
NATUREZA DA DESPESA:
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:
17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
VIGENCIA: 05/06/2025 a 04/06/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
ABIMAEL M B DA S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ: 13.333.159/0001-70
ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:7FA7167E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: ANA AUREA MOURA XAVIER ARAUJO 11922321435
Processo nº 135/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022 - CPL

Objeto: Registro de preços visando a locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Upanema/RN.

VALOR: R$ 43.982,50 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
08.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2029 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013

Assina pela contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assina pela contratada: ANA AUREA MOURA XAVIER ARAUJO 11922321435
Vigência: 05/06/2025 a 04/06/2026
Upanema/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:6EC0CD3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: FRANCISCO LEANDRO DA PENHA
Processo nº 135/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022 - CPL
Objeto: Registro de preços visando a locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Upanema/RN.

VALOR: R$ 79.832,50 (setenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
08.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2029 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013

Assina pela contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assina pela contratada: FRANCISCO LEANDRO DA PENHA
Vigência: 05/06/2025 a 04/06/2026
Upanema/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:C1ED08FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO
Processo nº 135/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022 - CPL
Objeto: Registro de preços visando a locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Upanema/RN.

VALOR: R$ 43.982,50 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
08.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2029 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013

Assina pela contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assina pela contratada: JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO
Vigência: 05/06/2025 a 04/06/2026
Upanema/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:E24740A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: ZEMILTON BASILIO DA SILVA JUNIOR
Processo nº 135/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022 - CPL
Objeto: Registro de preços visando a locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Upanema/RN.

VALOR: R$ 43.305,00 (quarenta e três mil, trezentos e cinco reais).

UNIDADE ORCAMENTARIA
08.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2029 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013

Assina pela contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assina pela contratada: ZEMILTON BASILIO DA SILVA JUNIOR
Vigência: 05/06/2025 a 04/06/2026
Upanema/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:20BF8CF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: GENIVAN JOSÉ BEZERRA
Processo nº 135/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022 - CPL
Objeto: Registro de preços visando a locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Upanema/RN.

VALOR: R$ 614.102,50 (seiscentos e quatorze mil, cento e dois reais e cinquenta centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
08.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2029 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013

Assina pela contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assina pela contratada: GENIVAN JOSÉ BEZERRA
Vigência: 05/06/2025 a 04/06/2026
Upanema/RN, 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:B87E8FAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 0166/2024

TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 0166/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Fornecedor: ALZIDEBIO VINICIO CABRAL DA SILVA LTDA
Processo nº 3203/2024 – Pregão Eletrônico nº 025/2024
Objeto: Contratação de empresa visando a aquisição de material de consumo (água, gelo, gás, café e açúcar), destinado ao atendimento das secretarias do município de Upanema/RN.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR ATUALIZADO
1	CAFÉ -Embalado a vácuo, pacote de 250 g líquidas, -validade de 01(um) ano a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem; Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; -Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído; -Tipo de Café: Café 100% Arábica, não sendo admitida presença de café conillon; Santa Clara ou similar.	R$ 13,50	R$ 17,96

UNIDADE ORCAMENTARIA
02.003 - GABINETE DO PREFEITO
03.001 - SEC. MUN. DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
05.001 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 - SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO
2004 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2119 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMONIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2144 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E **DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**
2084 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
2111 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2114 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2107 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS – PSB
2122 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – IGDBF
2127 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CADASTRO ÚNICO/BOLSA FAMÍLIA - IGD-SUAS
2155 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2104 - FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2131 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DESEMPENHO
2158 - ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA E/OU PANDEMIA
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DES. URBANO
NATUREZA DA DESPESA
339030 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17040000 – TRANSF. DA UNIÃO REF. A COMPENSAÇÕES FINAN. PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

ASSINADO PELO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELA CONTRATADA: ALZIDEBIO VINICIO CABRAL DA SILVA LTDA
VIGENCIA ATÉ 09/12/2025.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:25C985D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
PORTARIA Nº 008/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - SGP.

PORTARIA Nº 008/2025, DE 05 DE JUNHO DE 2025 - SGP.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Uma Diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 120,00 (cento e vinte reais), ao senhor **EDINAEL CASTRO DE MELO**, ocupante do cargo de Ouvidor, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Reunião no Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte (DER-RN).
Local de destino: Natal R/N;
Período do Afastamento: 05 de junho de 2025;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

PEDRO RAMON MENDONÇA FERNANDES
Secretário Municipal de Governo e Patrimônio

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:9F2D5EAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344/2025 – GP.

Várzea /RN, em 02 de junho de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n.º.561/2025, de 27 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a criação do cargo público de provimento em Comissão de Secretário Adjunto Municipal de Finanças do Município de Várzea/RN.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **JUNIOR FERREIRA DA SILVA,** portador de Documento de Identidade nº 703261594-52, do cargo Comissão Secretário Adjunto de Finanças, junto a Secretaria Municipal de finanças do Município de Várzea/RN.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor nesta data 02 de junho de 2025.

Cumpra-se e publique-se.

GETULIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:9B0D1512

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2025

CONTRATO Nº: 32/2025

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Venha-Ver

CONTRATADA: JOSE MORAIS DE LIMA JUNIOR

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão n.º 02/2025

OBJETO: Contratação de veículos do tipo VAN com destino de Venha-Ver à Mossoró/RN, Venha-Ver à Fortaleza e Venha-Ver à Capital do Estado Natal/RN..

VALOR TOTAL: R$ **R$ 133.700,00** (**cento e trinta e três mil e setecentos reais**).

DOTAÇÃO: 373 - 3 . 2013 . 10 . 122 . 7 . 2.56 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:2AEB6AA2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2025

CONTRATO Nº: 33/2025

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Venha-Ver

CONTRATADA: ENOCK ALEXANDRE DA SILVA

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão n.º 02/2025

OBJETO: Contratação de veículos do tipo VAN com destino de Venha-Ver à Mossoró/RN, Venha-Ver à Fortaleza e Venha-Ver à Capital do Estado Natal/RN.

VALOR TOTAL: R$ **R$ 87.200,00** (**oitenta e sete mil e duzentos reais**).

DOTAÇÃO: 373 - 3 . 2013 . 10 . 122 . 7 . 2.56 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:891BC838

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 97/2025-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O **Prefeito Municipal de Venha-Ver**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. **DAMIR DA SILVA BEZERRA**, servidor deste município, 4 (quatro) diárias para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 04 a 07 de maio do corrente ano, com a finalidade de participar do VIII Congresso da Liga.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 04 de junho de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:117B1709

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12050001/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR/RN, com sede à *Rua José Calazans, 169, Centro, Vila Flor/RN, CEP 59.192-000*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *08.169.278/0001-07*, por intermédio

do seu Pregoeiro, torna público que, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no MODO DE DISPUTA "**ABERTO**", com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA FLOR/RN** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir: INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 05/06/2025, ÀS 10:00 HORAS FINAL DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA: DIA 20/06/2024, ÀS 08:30 HORAS INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: DIA 20/06/2025, ÀS 09:00 HORAS REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: www.portaldecompraspublicas.com.br

Vila Flor/RN, em 05 de junho de 2025

KEDSON JOSE DE LIMA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:2A5B5D21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02007.000020/2025

INEXIGIBILIDADE N° 013/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORANIA,** com sede na Rua Teônia Amaral, 290, Centro, Florânia-RN CEP 59335-000 inscrito no CNPJ: Nº. **08.181.562/0001-90**

CONTRATADO: **ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA** inscrito no **CNPJ: Nº. 23.626.845/0001-92**

OBJETO: **REALIZAÇÃO DE UM SHOW DO CANTO RAYNEL GUEDES EM PRAÇA PÚBLICA EM ALUSÃO A FESTA DO SÃO PEDRO**

VALOR GLOBAL: **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.007.23.695.0011.1308 – PROGRAMAS DE INCENTIVO A EVENTOS E FESTAS POPULARES
Classificação Econômica: 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica.

BASE LEGAL: Art. 74,inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

FLORÂNIA-RN, 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:A7EE62A8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02007.000019/2025

INEXIGIBILIDADE N° 014/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORANIA,** com sede na Rua Teônia Amaral, 290, Centro, Florânia-RN CEP 59335-000 inscrito no CNPJ: Nº. **08.181.562/0001-90**

CONTRATADO: **AD SHOWS E EVENTOS LTDA ME** inscrito no CNPJ: Nº. **19.105.987/0001-37**

OBJETO: **REALIZAÇÃO DE UM SHOW DO ARTISTA KELVY PABLO EM PRAÇA PÚBLICA EM ALUSÃO A FESTA DO SÃO PEDRO**

VALOR GLOBAL: **R$ 130.000,00 (sessenta mil reais)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.007.23.695.0011.1308 – PROGRAMAS DE INCENTIVO A EVENTOS E FESTAS POPULARES
Classificação Econômica: 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica.

BASE LEGAL: Art. 74,inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

FLORÂNIA-RN, 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:623E7ADF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 015/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02007.000018/2025

INEXIGIBILIDADE N° 015/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORANIA,** com sede na Rua Teônia Amaral, 290, Centro, Florânia-RN CEP 59335-000 inscrito no CNPJ: Nº. **08.181.562/0001-90**

CONTRATADO: **TARCISIO TEODORO DE MEDEIROS SEGUNDO 06051029451 inscrito no CNPJ: Nº. 46.295.412/0001-05**

OBJETO: **PROMOÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTORSEGUNDO SANFONEIRO, COM DURAÇÃO DE 02:00H (DUAS HORAS), NO DIA 28 DE JUNHO DE 2025,ALUSIVO AOS FESTEJOS JUNINOS DENOMINADOS "SÃO PEDRO DA GENTE"**

VALOR GLOBAL: **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.007.23.695.0011.1308 – PROGRAMAS DE INCENTIVO A EVENTOS E FESTAS POPULARES
Classificação Econômica: 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica.

BASE LEGAL: Art. 74,inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

FLORÂNIA-RN, 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:8363837F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02007.000024/2025

INEXIGIBILIDADE N° 016/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORANIA,** com sede na Rua Teônia Amaral, 290, Centro, Florânia-RN CEP 59335-000 inscrito no CNPJ: Nº. **08.181.562/0001-90**

CONTRATADO: **KLEDSON GUSTAVO PEREIRA DE ARAUJO 04538894419 inscrito no CNPJ: Nº. 38.051.708/0001-44 (SISTEMA NERVOSO PRODUÇÕES)**

OBJETO: **REALIZAÇÃO DE UM SHOW DA BANDA SISTEMA NERVOSO EM PRAÇA PÚBLICA EM ALUSÃO À FESTA DO PADROEIRO DO DISTRITO RURAL JOÃO DA CRUZ**

VALOR GLOBAL: **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.007.23.695.0011.1308 – PROGRAMAS DE INCENTIVO A EVENTOS E FESTAS POPULARES
Classificação Econômica: 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica.

BASE LEGAL: Art. 74,inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

FLORÂNIA-RN, 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:60798B7B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Florânia/RN.
CONTRATADO: Jose Amazan Silva Produções e Eventos Ltda, CNPJ: 47.270.709/0001-70.
OBJETO: Promoção de show artístico ao vivo do cantor Amazan, com duração mínima de 2 (duas) horas, a ser realizado no dia 21 de junho de 2025, na tradicional Festa do Padroeiro São João Batista do Distrito João da Cruz, no Município de Florânia/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021 – Contratação por Inexigibilidade de Licitação nº 10/2025, com base no Processo Administrativo nº 02007.000021/2025.
VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Florânia/RN, 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

JOSÉ AMAZAN SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:DAF71B5F

SECRETARIA MUN DE CULTURA
PORTARIA Nº 001/2025 – SEMUC

Secretária Municipal Cultura, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para comporem a Comissão de Pareceristas dos Projetos e Documentações para firmar termo de execução cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022) e demais legislações pertinentes a matéria, e, ainda regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através dos Editais de premiações: Edital 002-2025 - MESTRES - JOSE DAMAASCENO, Edital 003-2025 - ENTIDADES E PERIFERIAS - CESARIO FERNANDES, Edital 004-2025 - ENTIDADES CULTURAIS - AMTONIO DE BIU E LUNGA e Edital 005-2025 - PREMIO POLITICA CULTURAL – FLORANIA.

Art. 2º. A Comissão de pareceristas será integrada pelos membros a seguir:
,
Antônia Lopes da Cruz – Bacharel em turismo, produtora e assessora cultural, pós-graduanda em Arqueologia e Patrimônio
Ramon Rodney Edmundo de Souza – Bacharel em produção cultural, produtor, gestor e assessor cultural e de projetos
Simone Alves Reis – Bacharel em produção cultural, produtora, gestora e assessora cultural e de projetos, pós-graduada em gestão de pessoas e psicologia

Art. 3º. Todas as decisões referentes ao Processo de Seleção para Premiação dos Projetos e Documentações serão tomadas pelos membros desta comissão de Pareceristas e aprovadas pelo Prefeito Municipal, observando as normas prescritas nos Editais: : Edital 002-2025 - MESTRES - JOSE DAMAASCENO, Edital 003-2025 - ENTIDADES E PERIFERIAS - CESARIO FERNANDES, Edital 004-2025 - ENTIDADES CULTURAIS - AMTONIO DE BIU E LUNGA e Edital 005-2025 - PREMIO POLITICA CULTURAL – FLORANIA Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022), NO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA - RN.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC em 20 de maio de 2025.

HELDER LIMA FREIRE
Secretário Adj. Mun. de Cultura

Publicado por:
Helder Lima Freire
Código Identificador:61D5B58E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 060/2025 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO A Lei Municipal nº 915 de 23 de agosto de 2021, que "Regulamenta a concessão de férias e décimo terceiro salário aos Agentes Políticos Municipais vinculados ao Poder Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias consecutivos, ao servidor, **LÁZARO WASHINGTON TOSCANO BARROS,** Gestor de Contrato, período de **2014/2015**, contados a partir do dia **06/06/2025** com término em **20/06/2025.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN
Em 05 de junho de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:AE5A42E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 051/2025 – SMAS.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 2 (DUAS) diárias totalizando o valor de R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS), para a Coordenadora Geral da Assistência Social, **JOSEANE KEILA FERNANDES DA SILVA**, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL-RN,** visandoparticipar da Qualificação do Fundo Municipal da Assistência Social, no período que compreende os dias 11 e 12 de junho de 2025, o encontro acontecerá na Escola de Governo, localizado no Centro Administrativo, NATAL /RN.
Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 05 de Junho de 2025.

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:FC09CA40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 052/2025 – SMAS.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 2 (DUAS) diárias totalizando o valor de R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS), para a Secretária Adjunta de Assistência Social, **TÁSIA ALBUQUERQUE ASSUNÇÃO,** para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL-RN,** visandoparticipar da Qualificação do Fundo Municipal da Assistência Social, no período que compreende os dias 11 e 12 de junho de 2025, o encontro acontecerá na Escola de Governo, localizado no Centro Administrativo, NATAL /RN.
Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 05 de Junho de 2025.

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:B4DD4345

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 122/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) a servidora **FRANCIELMA DA SILVA SOARES RODRIGUES DE SOUZA**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN,** dia 02/06/2025 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/06/2025, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se

Florânia/RN, em 05/06/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:ABBC8C44

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 123/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **FRANCIELMA DA SILVA SOARES RODRIGUES DE SOUZA**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN,** dia

03/06/2025 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03/06/2025, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se

Florânia/RN, em 05/06/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:E6D30650

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 124/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **ROZÂNGELA ELITA BATISTA**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA-CRUZ/RN**, dia 03/06/2025 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03/06/2025, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05/06/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:371AB7EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 125/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) ao servidor **JOSÉ MARICÉLIO ARAÚJO CRUZ**, ocupante da função de **AUXILIAR EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SÃO PAULO DO POTENGI/RN**, dia 04/06/2025 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/06/2025, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05/06/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:068EB88A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 126/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **FRANCIELMA DA SILVA SOARES RODRIGUES DE SOUZA**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN,** entre os dias 03 a 04/06/2025 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos entre os dias 03 a 04/06/2025, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se

Florânia/RN, em 05/06/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:2A11E6A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO POTIGUAR

CIM POTIGUAR
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO POTIGUAR vem TORNAR PÚBLICO a ADJUDICAÇÃO do Processo Administrativo nº 20/2025, Pregão Eletrônico Nº 03/2025, tendo como objeto: **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA COM SIMULADOR VIRTUAL 3D DE AUTOAPRENDIZAGEM, INCLUINDO PLATAFORMA DIGITAL E SERVIÇOS CORRELATOS, VISANDO APOIAR O ENSINO DE TECNOLOGIA, STEAM (CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, ARTES E MATEMÁTICA) E CULTURA DIGITAL NAS REDES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM POTIGUAR**:

FORNECEDOR: BEBYTE TECNOLOGIA & EDUCAÇÃO LTDA					
CNPJ Nº 30.049.127/0001-66					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT. LICENÇAS**	**PREÇO UNITÁRIO MENSAL POR ALUNO**	**PREÇO TOTAL PARA 12 MESES POR ALUNO**	**VALOR TOTAL**
1	Licença de Plataforma Digital com Simulador Virtual 3D de Autoaprendizagem, incluindo: -Plataforma educacional gamificada com simulador 3D e tutor virtual (IA). -Aplicativos de gestão escolar para professores, gestores e pais. -Formação docente continuada (STEAM). -Suporte técnico e pedagógico remoto. -Evento itinerante de inovação tecnológica (laboratório móvel). Período: 12 meses	53.000	R$ 65,00	R$ 780,00	R$ 41.340.000,00

VALOR TOTAL: R$ 41.340.000,00 (quarenta e um milhão, trezentos e quarenta mil reais).

Natal/RN, 05 de junho de 2025.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Presidente

Publicado por:
Filipe Neri Soares
Código Identificador:B3B5BE2C

CIM POTIGUAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO POTIGUAR vem TORNAR PÚBLICO a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 20/2025, Pregão Eletrônico Nº 03/2025, tendo como objeto: **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA COM SIMULADOR VIRTUAL 3D DE AUTOAPRENDIZAGEM, INCLUINDO PLATAFORMA DIGITAL E SERVIÇOS CORRELATOS, VISANDO APOIAR O ENSINO DE TECNOLOGIA, STEAM (CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, ARTES E MATEMÁTICA) E CULTURA DIGITAL NAS REDES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM POTIGUAR**:

FORNECEDOR: BEBYTE TECNOLOGIA & EDUCAÇÃO LTDA					
CNPJ Nº 30.049.127/0001-66					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT. LICENÇAS**	**PREÇO UNITÁRIO MENSAL POR ALUNO**	**PREÇO TOTAL PARA 12 MESES POR ALUNO**	**VALOR TOTAL**
1	Licença de Plataforma Digital com Simulador Virtual 3D de Autoaprendizagem, incluindo: -Plataforma educacional gamificada com simulador 3D e tutor virtual (IA). -Aplicativos de gestão escolar para professores, gestores e pais. -Formação docente continuada (STEAM). -Suporte técnico e pedagógico remoto. -Evento itinerante de inovação tecnológica (laboratório móvel). Período: 12 meses	53.000	R$ 65,00	R$ 780,00	R$ 41.340.000,00

VALOR TOTAL: R$ 41.340.000,00 (quarenta e um milhão, trezentos e quarenta mil reais).

Natal/RN, 05 de junho de 2025.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Presidente

Publicado por:
Filipe Neri Soares
Código Identificador:FD1AB974

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI
DEMONSTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
A SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 122, de 16 de janeiro de 2024, resolve dar publicidade as diárias concedidas aos servidores da Secretaria de Saúde Pública - SMS, conforme abaixo relacionados:

NÚMERO DA	DATA DA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR	VALOR	PERÍODO	DESTINO

PORTARIA	PORTARIA					UNIT.	TOTAL		
33	21/03/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	1 e 4x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	26, 27, 28, 29 e 31/03/2025	Caicó/RN
34	21/03/2025	Miguel Raimundo da Silva Filho	10.814	Op. Máq. Pesadas	1	R$ 110,00	R$ 110,00	01/04/2025	Natal/RN
35	21/01/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	6 x 1/2	R$ 66,00	R$ 165,00	27, 28 e 31/03; 01, 02 e 03/04/2025	Caicó/RN
36	21/02/2025	Joelton Dantas Bezerra	10286	Motorista	3 x 1/2	R$ 66,00	R$ 99,00	22, 29 e 31/03/2025	Caicó/RN
37	28/03/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	6x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	01, 02, 03, 04, 05 e 07/04/2025	Caicó/RN
38	28/03/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	1	R$ 165,00	R$ 165,00	03/04/2025	Natal/RN
39	28/03/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	1 e 3 x 1/2	R$ 66,00	R$ 165,00	04, 07, 08 e 09/04/2025	Caicó/RN
40	04/04/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	1	R$ 165,00	R$ 165,00	10/04/2025	Natal/RN
					1x1/2	R$ 88,00	R$ 44,00	11/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 209,00		
41	04/04/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	6x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	08, 09, 10, 11, 12 e14/04/2025	Caicó/RN
42	04/04/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	5 e 2 x 1/2	R$ 66,00	R$ 297,00	10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16/04/2025	Caicó/RN
43	10/04/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	6x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	15, 16, 17, 18, 19 e 21/04/2025	Caicó/RN
44	10/04/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	2 e 1x1/2	R$ 165,00	R$ 412,50	16, 18 e 22/04/2025	Natal/RN
45	10/04/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	2 e 2 x 1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	17, 22, 23 e 24/04/2025	Caicó/RN
46	17/04/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	6x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	22, 23, 24, 25, 26 e 28/04/2025	Caicó/RN
47	17/04/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	2	R$ 165,00	R$ 330,00	25 e 28/04/2025	Natal/RN
48	17/04/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	6 x 1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	25, 26, 28, 29, 30/04 e 01/05/2025	Caicó/RN
49	25/04/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	1	R$ 165,00	R$ 165,00	29/04/2025	Natal/RN
50	25/04/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	6x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	29, 30/04; 01, 02, 03 e 05/05/2025	Caicó/RN
51	25/04/2025	Joelton Dantas Bezerra	10286	Motorista	1	R$ 66,00	R$ 66,00	03/05/2025	Caicó/RN
					1 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 165,00	29 e 30/04/2025	Natal/RN
					Total:		R$ 231,00		
52	02/05/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	1 e 4x1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	06, 07, 08, 09 e 10/05/2025	Caicó/RN
53	02/05/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	3	R$ 165,00	R$ 495,00	05, 07 e 12/05/2025	Natal/RN
54	02/05/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	1 e 4 x 1/2	R$ 66,00	R$ 198,00	08, 09, 10, 12 e 13/05/2025	Caicó/RN

NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PERÍODO	DESTINO
55	09/05/2025	Airton José Galvão De Medeiros	10.400	Motorista	2 e 1x1/2	R$ 66,00	R$ 132,00	12, 13 e 14/05/2025	Caicó/RN
56	09/05/2025	Fernando de Araújo Filho	50.109	Coord. Vigilância	2	R$ 165,00	R$ 330,00	13 e 14/05/2025	Natal/RN
57	09/052025	Joelton Dantas Bezerra	10286	Motorista	1x1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	14/05/2025	Caicó/RN
					1x1/2	R$ 110,00	R$ 55,00	13/05/2025	Parnamirim/RN
					1 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 165,00	10 e 12/05/2025	Natal/RN
					Total:		R$ 253,00		
58	09/05/2025	Júlio Luís Cavalcante	5.172.039	Motorista	1x1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	14/05/2025	Caicó/RN

Acari, 02/06/2025

MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária de Saúde Pública

Publicado por:
Guilherme Caio Medeiros Santos
Código Identificador:AF3B945F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI
DEMONSTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS DO PRONTO ATENDIMENTO

DEMONSTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 122, de 16 de janeiro de 2024, resolve dar publicidade as diárias concedidas aos servidores do Pronto Atendimento Municipal - PAM, conforme abaixo relacionados:

NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PERÍODO	DESTINO
62	21/03/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1x1/2	R$ 110,00	R$ 55,00	27/03/2025	Natal/RN
					1x1/2	R$ 110,00	R$ 55,00	29/03/2025	Mossoró/RN
					1x1/2	R$ 110,00	R$ 33,00	31/03/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 143,00		
63	21/03/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	2	R$ 110,00	R$ 220,00	28 e 31/03/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	27/03/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 253,00		
64	21/03/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	2 e 1x1/2	R$ 165,00	R$ 412,50	29 e 31/03; 01/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 88,00	R$ 44,00	28/03/2025	Parelhas/RN
					Total:		R$ 456,50		
65	21/03/2025	Marcílio Baracho de Souza	10273	Motorista	3 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 385,00	27, 28 e 31/03; 02/04/2025	Natal/RN
66	21/03/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	2 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 275,00	28, 09 e 31/03/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	03/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 308,00		
67	28/03/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 165,00	05 e 07/04/2025	Natal/RN
					1	R$ 110,00	R$ 110,00	01/04/2025	Parnamirim/RN
					Total:		R$ 275,00		
68	28/03/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	2 e 2x1/2	R$ 165,00	R$ 495,00	03, 06, 07 e 08/04/2025	Natal/RN
69	28/03/2025	Marcílio Baracho de Souza	10273	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	04, 07 e 08/04/2025	Natal/RN
70	28/03/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	04, 06 e 08/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	07/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 363,00		
71	28/03/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	3 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 385,00	02, 04, 08 e 09/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	06/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 418,00		
72	04/04/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	2	R$ 110,00	R$ 220,00	12 e 14/04/2025	Natal/RN

					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	10/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 253,00		
NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PERÍODO	DESTINO
73	04/04/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	10, 12 e 15/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	14/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 363,00		
74	04/04/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	3	R$ 165,00	R$ 495,00	10, 14 e 15/04/2025	Natal/RN
75	04/04/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1 e 2x1/2	R$ 110,00	R$ 220,00	11, 13 e 15/02/2025	Natal/RN
76	10/04/2025	Vitoria Dantas Guedes De Medeiros	10501	Aux De Enfermagem	1	R$ 66,00	R$ 66,00	18/04/2025	Caicó/RN
					1x1/2	R$ 110,00	R$ 55,00	21/04/2025	Natal/RN
					Total		R$ 121,00		
77	10/04/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	3 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 385,00	17, 18, 20 e 22/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	23/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 418,00		
78	10/04/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1	R$ 110,00	R$ 110,00	117/02/2025	Natal/RN
79	10/04/2025	Marcílio Baracho de Souza	10273	Motorista	5	R$ 110,00	R$ 550,00	14, 15, 16, 22 e 22/04/2025	Natal/RN
					1 e 2X1/2	R$ 66,00	R$ 132,00	10, 17 e 23/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 682,00		
80	10/04/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	2 e 1x1/2	R$ 165,00	R$ 412,50	16, 22 e 23/04/2025	Natal/RN
					1	R$ 165,00	R$ 165,00	17/04/2025	Pau dos Ferros/RN
					Total:		R$ 577,50		
81	10/042025	Francinete Berto da Silva	10124	Aux De Enfermagem	1x1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	24/04/2025	Caicó/RN
82	10/04/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	15, 22 e 24/04/2025	Natal/RN
					2 x 1/2	R$ 66,00	R$ 66,00	17 e 18/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 396,00		
83	17/04/2025	Oséias Pereira da Silva	50104	Coord. Post. Urbanas	1	R$ 165,00	R$ 165,00	25/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 88,00	R$ 44,00	24/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 209,00		
84	17/04/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1	R$ 110,00	R$ 110,00	25/04/2025	Natal/RN
85	17/04/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	3 e 2x1/2	R$ 165,00	R$ 660,00	24, 25, 26, 28 e 29/04/202	Natal/RN
NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PERÍODO	DESTINO
86	17/04/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	24, 25 e 29/04/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	26/04/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 363,00		
87	25/04/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	4	R$ 110,00	R$ 440,00	26 e 28/04; 02 e 04/05/2025	Natal/RN
88	25/04/2025	Oséias Pereira da Silva	50104	Coord. Post. Urbanas	1	R$ 165,00	R$ 165,00	05/05/2025	Natal/RN
89	25/04/2025	Marcílio Baracho de Souza	10273	Motorista	3	R$ 110,00	R$ 330,00	28 e 30/04; 02/05/2025	Natal/RN
					1 e 1X1/2	R$ 66,00	R$ 99,00	05 e 06/05/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 429,00		
90	25/04/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	2 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 275,00	02, 03 e 06/05/2025	Natal/RN
					2 x 1/2	R$ 66,00	R$ 66,00	05 e 08/05/2025	Caicó/RN
					Total:	R$ 341,00			
91	02/05/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	3 e 1x1/2	R$ 165,00	R$ 577,50	05, 06, 09 e 12/05/2025	Natal/RN
					1x1/2	R$ 88,00	R$ 44,00	08/05/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 621,50		
92	02/05/2025	João Maria de Araújo	10113	Motorista	1 e 2x1/2	R$ 110,00	R$ 220,00	08, 09 e 13/05/2025	Natal/RN
93	02/05/2025	Alcides Espínola	10121	Motorista	2	R$ 110,00	R$ 220,00	05 e 12/05/2025	Natal/RN
					3 x 1/2	R$ 66,00	R$ 99,00	08, 09 e 14/05/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 319,00		
94	02/05/2025	Adriana Dias Baracho de Lima	10119	Aux De Enfermagem	1x1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	08/05/2025	Natal/RN
95	02/05/2025	SANDERLY DE AZEVEDO GOMES	10762	Motorista	3 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 385,00	09, 10, 12 e 14/05/2025	Natal/RN
					1 x 1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	13/05/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 418,00		
NÚMERO DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	NOME DO FAVORECIDO	MATRÍCULA	CARGO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PERÍODO	DESTINO
96	08/05/2025	Marcílio Baracho de Souza	10273	Motorista	3 e 1x1/2	R$ 110,00	R$ 385,00	08, 09, 10 e 12/05/2025	Natal/RN
					1X1/2	R$ 66,00	R$ 33,00	14/05/2025	Caicó/RN
					Total:		R$ 418,00		
97	09/05/2025	Revoga a portaria 94/2025. Viagem não realizada.							
98	09/05/2025	Alexsandro Silvério de Araújo	5018	Coord. de transportes	1x1/2	R$ 165,00	R$ 82,50	14/05/2025	Natal/RN

Acari, 30/05/2025

MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária de Saúde Pública

Publicado por:
Guilherme Caio Medeiros Santos
Código Identificador:6514A3E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0065/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DA SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO, NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 2229/2024.

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares, concedida pelo art. 7º da Lei Municipal nº 2229/2024 – Lei Orçamentária Anual - LOA, de 13 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3435, de 16 de dezembro de 2024,
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no exercício corrente, em favor da Secretaria do Gabinete do Prefeito, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos que dispõem os artigos 40, 41, I e 42, da Lei nº 4.320/64, destinado ao **"reforço de dotação orçamentária"**, em conformidade com o que se segue:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	2020	Secretaria do Gabinete do Prefeito				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	02	Gabinete da Comunidade Apodiense				
Ação	2.8	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339033	Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**10.000,00**

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto serão cobertas com recursos provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias,** nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, em conformidade com o que se segue:

2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	2005	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente				
Função	20	Agricultura				
Subfunção	544	Recursos Hídricos				
Programa	0005	Fomento ao Setor Agropecuário				
Ação	1.206	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais – Emenda Aditiva				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Total da Anulação (R$)						**10.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 05 de junho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:9C7A244F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2278/2025 DE 05 DE JUNHO DE 2025

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R$ 60.178,68 (SESSENTA MIL CENTO E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).

Eu, **Luís Sabino da Costa Neto** – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0061/2025, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no exercício corrente, no valor de R$ 60.178,68 (sessenta mil cento e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), nos termos que dispõem os artigos 40, 41, II, e 42, da Lei nº 4.320/64, destinado a **"incluir despesas no orçamento para as quais não haja dotação orçamentária específica, visando a execução da obra de readequação da unidade de ensino na comunidade de Santa Rosa",** em conformidade com o que se segue:

2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	2036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0008	Valorização e Qualificação da Educação				
Ação	1.224	Obra de Readequação da Unidade de Ensino na Comunidade de Santa Rosa				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte de Recurso	25500000	R$	60.178,68
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**60.178,68**

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão cobertas com recursos provenientes de **Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na Fonte de Recurso: 25500000 - Transferência do Salário-Educação,** nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, em conformidade com o que se segue:

Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior - Banco do Brasil - Agência: 0892-3 - Conta Corrente: 14464-9	Fonte de Recurso	25500000	R$	60.178,68
Total do Superávit Financeiro (R$)				**60.178,68**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 05 de junho de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0FD35FE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA 017/2025 – GS

Homologa resultado de proposta analisada pela Comissão de Avaliação e Seleção, referente ao Edital Público 008/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural, através da Lei 14.399/2022, Programa Nacional Aldir Blanc, no município de Parelhas/RN.

A Prefeitura Municipal de Baía Formosa, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, orientado pela Comissão de Avaliação e Edital 008/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural.

CONSIDERANDO, falha no e-mail de recebimento de projetos, disponível em edital, ocasionando atraso no recebimento de proposta,

CONSIDERANDO, interesse público, disponibilidade de recurso no valor estipulando no item 2.1, com tomada de decisão nos itens 2.5 e 23.3,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar resultado proferido pela Comissão de Avaliação e Seleção referente a proposta submetida ao Edital 008/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural, por meio da Lei 14.399/2022, Programa Nacional Aldir Blanc, no município de Baía Formosa/RN.

Art. 2º - Abrir prazo de 3 dias úteis para contestação, pedido de reconsideração ou apresentação de fatos impeditivos, por ventura, cometido pela Comissão de Avalição e Seleção, exclusivamente pelo e-mail smecbf@gmail.com, preenchido o anexo a primeira página do anexo VI.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Baía Formosa/RN, 04 de junho de 2025.

LAIS FERREIRA DOS SANTOS MADEIRO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNIIPAL DE BAIA FORMOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL – RESULTADO
EDITAL 08/2024 – EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	CATEGORIA	PONTOS DE MÉRITO	PONTOS EXTRA	PONTOS TOTAIS	COTAS	RESULTADO
1	Dragmor Brasil Empreendimentos LTDA	**.*26.542/000*-**	16º Festival Internacional de Cinema de Baía Formosa	Audiovisual	28,5	0,0	28,5	Ampla concorrência	Desclassificado, Item 9.6

LAIS FERREIRA DOS SANTOS MADEIRO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:CDA3AB44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO/CORREÇÃO DA PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) ao (à):

SERVIDOR (A):	Jose Geraldo de Macedo	
CARGO:	Motorista da SEMEC	
MATRÍCULA:	1.996.355/1	
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.822.281-XX	**RG: 263.XXX ITEP/RN**
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
HORÁRIO DE SAÍDA: **HORARIO DA VOLTA:**	04:00h 17:00h	
TIPO DE TRANSPORTE:	Renaut/OROCH RQI9I76	
OBJETIVO DA VIAGEM		
TRANSPORTANDO O SECRETÁRIO DA SEMEC , PARA O MESMO PARTICIPAR DO 1° SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATENDO GESTÃO ESCOLAR; QUE ACONTECERÁ NO AUDITÓRIO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MPRN, BAIRRO CANDELÁRIA.		
Conforme solicitação da Secretaria Municipal De Educação e Culutra.		

QUANTIDADE	DESTINO	DATA	V.UNIT. R$	V.TOTAL R$
1,0 diaria	Natal/RN	16 de maio de 2025	S/Pernoite R$80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 **(**oitenta reais.**)**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 14 de Maio de 2025

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:16C508B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 078/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 78,
DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 94.050,00 (noventa e quatro mil e cinquenta reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.493/2024, no art. 8º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 94.050,00 (noventa e quatro mil e cinquenta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 05 de junho de 2025

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**94.050,00**
01 .001 Câmara Municipal					**90.000,00**
	2002 Gestão e Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal de Caraúbas				**90.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	90.000,00
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**4.050,00**
	2010 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal para o Desenvolvime				**4.050,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	4.050,00
Anexo II (Redução)					**94.050,00**
01 .001 Câmara Municipal					**90.000,00**
	2001 Gestão e Manutenção dos Subsídios dos Vereadores				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
	2095 Realização do Concurso Publico				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**4.050,00**
	2153 Reforma, ampliação e manutenção de escolas municipais				**4.050,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	4.050,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:E03DD8A3

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 079/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 79,
DE 05 de junho de 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 14.938,72 (quatorze mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.493/2024, no art. 8º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 14.938,72 (quatorze mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 05 de junho de 2025

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**14.938,72**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**14.938,72**
	2010 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal para o Desenvolvime				**14.938,72**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27000000	0001	14.938,72

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D3CF96A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

SAAE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2025 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COM O INTUITO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE CEARÁ-MIRIM.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DE CEARÁ-MIRIM/RN, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 08.120.370/0001-74, COM SEDE À RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071 – CENTRO, CEARÁ-MIRIM/RN.
FORNECEDOR: COMERCIAL J.A LTDA, INSCRITO NO CNPJ: 01.653.918/0001-00, COM SEDE À AV ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 504 – ALECRIM, NATAL/RN.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	VALOR UNIT. R$
1	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 2	UND	Carbrink	R$ 3,40
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	Carbrink	R$3,45
3	BANDEJA DE CORRESPONDÊNCIA ORGANIZADORA DE PAPEIS TRIPLA MÓVEL DE COR CRISTAL	UND	Walleu	R$ 44,95
4	BANDEJA DE CORRESPONDÊNCIA ORGANIZADORA DE PAPEIS TRIPLA MÓVEL DE COR FUMÊ	UND	Walleu	R$ 44,95
5	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA COR AZUL CX C/50	CX	Compactor	R$ 30,00
6	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA COR PRETA CX C/50	CX	Compactor	R$ 30,00
7	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA COR VERMELHA CX C/50	CX	Compactor	R$ 30,00
8	CANETA PERMANENTE PONTA MÉDIA DE 1.1MM CX C/12	CX	VMP	R$ 14,00
9	CLIPS N: 2,0 CX C/50 UND	CX	Eccoclips	R$ 1,75
10	CLIPS N: 4,0 CX C/50 UND	CX	Eccoclips	R$2,10
11	CLIPS N: 6,0 CX C/50 UND	CX	Eccoclips	R$ 2,40
12	CLIPS N: 8,0 CX C/25 UND	CX	Eccoclips	R$ 2,95
13	CORRETIVO LÍQUIDO 18ML CX C/12	CX	Bambini	R$ 14,00
14	ENVELOPE PAPEL MADEIRA 80 GR 229X324MM PCT C/100	PCT	Foroni	R$ 39,00
15	ESTILETE 18MM CX C/12	CX	Masterprint	R$ 11,50
16	ETIQUETA COR BRANCA 50X20 CX C/100 FOLHAS	CX	Link	R$ 41,00
17	EXTRATOR DE GRAMPOS EX03	UNID	Carbrink	R$ 4,00
18	ENVELOPE PAPEL BRANCO A4 PCT C/100	PCT	Foroni	R$ 23,00
19	FITA ADESIVA 12MMX10M EMBALAGEM C/10	EMB	Eurocel	R$6,95
20	FITA ADESIVA DUREX 48MMX100M EMBALAGEM C/4	EMB	Eurocel	R$ 4,93
21	LÁPIS GRAFITE SEXTAVADO N° 2 PRETO CX C/144	CX	Gatte	R$ 23,00
22	LIVRO ATA CAPA DURA 200 FOLHAS	UNID	São Domingos	R$ 11,90
23	MARCADOR TEXTO AMARELO CX C/12	CX	Masterprint	R$ 10,01
24	MARCADOR TEXTO LARANJA CX C/12	CX	Masterprint	R$ 11,10
25	MARCADOR TEXTO VERDE CX C/12	CX	Masterprint	R$ 10,95
26	PAPEL A4, 210MMX297MM (AXL), 75G, C/ 500 FOLHAS BRANCA	UND	Report	R$ 27,00
27	PEN DRIVE 64GB	UNID	Multilase	R$ 33,00
28	PEN DRIVE 128GB	UNID	Multilase	R$54,00
29	MOLHA DEDO EM PASTA 12G	UNID	Walleu	R$ 3,00
30	PASTA REGISTRADORA A-Z A4 PREMIUM LOMBO 75MM AZUL	UNID	Chies	R$ 26,28
31	PASTA REGISTRADORA A-Z A4 LOMBO 75MM	UNID	Frama	R$ 11,61
32	PASTA CATÁLOGO 100 ENVELOPES FINOS PRETA	UNID	ACP	R$ 12,25
33	PASTA CLASSIFICADORA CARTÃO DUPLO PCT C/10	PCT	Polycart	R$ 70,008
34	PASTA EM L OFÍCIO PCT C/10	PCT	ACP	R$ 7,10
35	PASTA POLIONDA 332X232MM	UNID	Alaplast	R$ 5,00
36	PASTA POLIONDA 245X335MMX35	UNID	Alaplast	R$ 3,40
37	PASTA SANFONADA PLASTICA DUPLICADA A4 C/12 DIVISORIAS	UNID	ACP	R$ 20,00
38	PILHA ALCALINA AA PCT C/4	PCT	Elgin	R$ 4,75
39	PILHA ALCALINA AAA PCT C/4	PCT	Elgin	R$ 12,00
40	PINCEL ATÔMICO AZUL/VERMELHO/VERDE CX C/12	CX	Masterprint	R$ 13,50
41	PORTA LÁPIS /CLIPS/LEMBRETE ARMADO PRETO	UNID	Walleu	R$ 8,00
42	PRANCHETA OFÍCIO UNIVERSAL C/2 RÉGUAS	UNID	Walleu	R$ 14,00
43	QUADRO DE AVISO CORTIÇA 120X90CM	UNID	Souza	R$ 126,00
44	TESOURA GRANDE 25CM	UNID	Goller	R$ 10,00
45	RÉGUA 30CM PCT C/25	PCT	Walleu	R$ 15,00
46	COLA BASTÃO 20G CX C/12	CX	Gatte	R$ 20,00
47	COLA LÍQUIDA BRANCA 90G CX C/12	CX	Bambini	R$ 17,00
48	FITA ADESIVA DUPLA FACE 1MM ESPESSURA - 9MM X 20M	UNID	Eurocel	R$ 30,00
49	GRAMPEADOR 240 FLS	UNID	BRW	R$ 90,00
50	GRAMPEADOR 100 FLS	UNID	Masterprint	R$ 42,00
51	PERFURADOR 02 FUROS 100 FOLHAS	UNID	Cavia	R$ 100,00
52	PERFURADOR 02 FUROS 300 FOLHAS	UNID	Cis	R$ 250,00
53	POST IT 38X50 PCT C/4	PCT	Masterprint	R$ 7,58
54	POST IT 76X76 PCT C/4	PCT	Masterprint	R$ 7,71
55	QUADRO BRANCO PAREDE 200x120	UNID	Souza	R$ 290,00
56	QUADRO BRANCO PAREDE 180x120	UNID	Souza	R$ 311,00
57	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO 40ML CX C/12	CX	Radex	R$ 37,00
58	CAIXA DE ARQUIVO MORTO POLIONDA 250X130X350MM COR AZUL	UNID	Polibras	R$ 5,10
59	LIVRO DE PROTOCOLO CAPA DURA 104 FOLHAS	UNID	São Domingos	R$ 11,00
60	LIGA ELÁSTICA N° 18 PCT C/1.000 UND	PCT	Mamuth	R$ 28,00
61	SUPORTE PARA FITA ADESIVA TAMANHO PEQUENO	UNID	Carbrink	R$ 8,00
62	BORRACHA BRANCA PEQUENA COMUM CX C/24	CX	Goller	R$ 16,77
63	GRAMPO 9/14 CX C/5000 UND	CX	Bachi	R$ 16,00
64	GRAMPO 26/6 CX C/5000 UND	CX	Gatte	R$ 4,50
65	FITA DE SINALIZAÇÃO 70MMX200M	UNID	Eurocel	R$ 12,70
66	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO PCT C/50UND	PCT	Dello	R$ 16,00
67	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO LONGO PCT C/50UND	PCT	Dello	R$ 23,00
68	GIZ DE CERA ESTACA COR AZUL CX C/12 UND	CX	Delta	R$ 2,95
69	PRENDEDOR DE PAPEL 51MM CX C/12 UND	CX	Goller	R$ 19,25
70	PRENDEDOR DE PAPEL 41MM CX C/12UND	CX	Goller	R$ 10,83

71	PRENDEDOR DE PAPEL 32MM CX C/24UND	CX	Goller	R$ 14,60
72	CALCULADORA DE MESA COM 12 DIGÍTOS	UNID	Mansterprint	R$ 19,00
73	BOBINA PARA RELÓGIO DE PONTO 57X300	UNID	Silfer	R$ 29,80

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 DE JUNHO DE 2025, VIGENTE ATÉ 05 DE JUNHO DE 2026.

ASSINATURAS:

WILLI LOPES DO NASCIMENTO JÚNIOR
DIRETOR GERAL

JOAQUIN FERNANDES NETO/
CONTRATADA.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:78FFFFDE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DECRETO 468/2025 (ERRO MATERIAL)

DECRETO Nº 468, DE 12 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 445.494,01, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Cerro Corá/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária (LOA) vigente 1.035/2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar, por anulação de dotação, no valor de R$ 445.494,01 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e um centavo) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cerro Corá/RN, 12 de maio de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**445.494,01**
02 .002 Gabinete do Prefeito e Sec. Mun. de Administração					**310.494,01**
	2005 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Administração				**110.494,01**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	110.494,01
	2218 Recolhimento do PASEP corrente				**200.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	200.000,00
02 .006 Fundo Municipal de Assistência Social					**15.000,00**
	2255 Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .008 Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente					**120.000,00**
	2090 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	120.000,00
Anexo II (Redução)					**445.494,01**
02 .002 Gabinete do Prefeito e Sec. Mun. de Administração					**310.494,01**
	2005 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Administração				**110.494,01**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	110.494,01
	2215 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social/INSS				**200.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	200.000,00
02 .006 Fundo Municipal de Assistência Social					**15.000,00**
	2117 Implantação e Implementação das Ações do Programa "Criança Feliz"				**5.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	5.000,00
	2261 Implantar e Implementar o Programa "Tenho Nome e Sobrenome"				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .008 Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente					**120.000,00**
	2090 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**120.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	120.000,00

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Paulo Sérgio Julião
Código Identificador:42C1AAA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS - PAAR

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB
Parágrafo único do art. 3º, da Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022

DADOS DO PLANO DE AÇÃO:

Código do Plano de Ação: 30882120230005-018765
UF do Ente Recebedor: RN
Ente Recebedor: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO
CNPJ Ente Recebedor: 08.362.287/0001-01
Valor Total do Plano de Ação: R$ 106.514,61

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Quantidade de participantes: 30 participantes.
Local da escuta pública: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizado à Rua Deputado Aluízio Bezerra, 40, Centro de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.
Data e horário da realização da escuta pública: Dia 24 de maio de 2024, às 14:00 horas.
Modalidade: Presencial.
Meio de divulgação:
https://www.instagram.com/p/C7RbgmgOfeE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==

METAS:

META- Ações Gerais

Ação	Atividade	Valor estimado R$	Forma de execução	Produto/ entrega	Quant.	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Fomento Cultural	Apoio às festividades juninas	106.514,61	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Festival/Fes ta Popular realizada	1	Sim

ÁREAS PERIFÉRICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS:
Detalhar as atividades a serem realizadas em áreas periféricas urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais (respeitando, no mínimo, os 20% previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 14.399/2022):
Nos editais de chamamento público reservará no mínimo 20% de vagas para as áreas periféricas e rurais.
Informe as ações afirmativas que serão adotadas nas atividades previstas (de acordo com a Instrução Normativa MINC nº 10/2023):
Nos editais de chamamento público será adotado as politicas de cotas e reserva de vagas para negros, indígenas e/ou deficientes; bonificações ou critérios diferenciados de pontuação para as ações afirmativas que estimular à participação e ao protagonismo de mulheres, de negros, de indígenas, de povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, de populações nômades, de pessoas do segmento LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e de outras minorias.

INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CULTURA LOCAL:

Possui Conselho de Cultura? Não
Possui Plano de Cultura? Não
Possui Fundo de Cultura? Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
As alterações publicadas neste plano estão de acordo com a Instrução Normativa MINC nº 19, de 15 de outubro de 2024.

Espírito Santo/RN, em 04 de junho de 2025.

GENILDE BEZERRA DE LIMA FERNANDES
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:A93EDF2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO 12/2024

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN E HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES ME - CNPJ: 06.190.903/0001-69.

O Município de **FELIPE GUERRA/RN**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 08.349.086/0001-74, com endereço na Rua João Batista Gurgel, 97, Centro, Felipe Guerra/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, o **HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES ME** - CNPJ: **06.190.903/0001-69**, **AV. VINGT ROSADO Nº 219-COHAB**, representado por **Herlandson de Oliveira Fernandes** – CPF: **043.642.584-07**, denominado CONTRATADO, resolvem estabelecer o presente TERMO ADITIVO pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO a contratação de empresa especializada na aquisição/fornecimentos fardamentos para proteções contra diversos agentes que põe em riscos a sua saúde, (camisetas, calças e outros com arte pré definidas). De acordo com a Solicitação da Secretaria Municipal de Infraestruturas e Obras Pública da Prefeitura de Felipe Guerra – RN, e os de sua responsabilidade através de convênios, contratos ou comodatos, desta, para atender as necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° **20/2024** do Pregão Eletrônico Nº **12/2024**, Processo Administrativo Nº **18040003/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E DO VALOR DO TERMO ADITIVO

2. **1-** Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do termo de aditivo de prazo até **03/06/2026.**

2.2- O valor total do presente termo de aditivo de prazo será R$ **24.546,60** (**vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos**).

Fornecedor: **HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES ME**		
CNPJ: **06.190.903/0001-69**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. VINGT ROSADO Nº 219-COHAB, 0 , Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **Herlandson de Oliveira Fernandes** - CPF: **043.642.584-07**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	Confecção de camisetas em malha PV personalizada, com faixa refletiva, mangas compridas com punho elástico, Gola V, tamanhos P, M, G, GG E XG, cor azul.	MARCA PROPRIA	Unidade	142	R$ 55,300	R$ 7.852,60
2	Confecção de calça de brim com elástico, malha Helanca personalizada, tamanhos P, M, G, GG E XG, cor azul.	MARCA PROPRIA	Unidade	142	R$ 57,500	R$ 8.165,00
3	Confecção de COLETE para eletricistas em tecido, tamanhos - M - G (MALHA FRIA PV), na cor laranja.	MARCA PROPRIA	Unidade	8	R$ 60,500	R$ 484,00
4	Confecção de chapéu árabe em brim na cor azul.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	R$ 45,450	R$ 4.545,00
5	Confecção de Touca, TIPO Balaclava, material malha tecida com filamentos de meta-aramida, cor preta, aplicação epi, características adicionais anti-chamas, abertura única.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	R$ 35,000	R$ 3.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3. Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4. O presente termo aditivo decorre de autorização da autoridade competente da contratante, exarada na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº20/2024, e encontra amparo legal no Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ADITIVO

5. O CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial do Município, logo após sua assinatura, em até 20 (vinte) dias daquela data.

E POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, PARA UM SÓ EFEITO.
Felipe Guerra/RN, **03/06/2025**.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
851.752.184-68
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES
043.642.584-07
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:099AF504

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2025

Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes

O(A) Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes – RN, com sede no(a) Rua Jose Carlos, 95, na Cidade de Frutuoso Gomes - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.052/0001 - 80, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Ismael Severino Juvencio Araújo, empossado no dia 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2025, publicada na data de 14/05/2025, processo administrativo n.º 05050001/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 001.2024, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição contínua e gradual de material de limpeza para suprir as necessidades das secretarias da Prefeitura municipal de Frutuoso Gomes - RN em suas atividades de rotina, conforme os e especificações constantes no termo de referência que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

K M DE S SILVA (27.764.048/0001 - 22)

Endereço: Rua Ramiro Luis Bezerra, 116, Centro – Frutuoso Gomes, RN, CEP: 59.890-000

TEL: (84) 9916-3822

Item	Material	Unid. medida	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor unitário(R$)	Validade (Mês)
1	2927 - ÁCIDO MURIATICO Embalagem: 1000 ml. Marca: Limpa facil	LT	356	1	4,99	12
2	2928 - ÁGUA SANITÁRIA Embalagem: 1000 ml. Marca: Tubarao	LT	3.673	1	2,69	12
3	2929 - ALCOOL ESP. Nº 01 Tipo: Etilico, 96º GL (92,8º INPM), Embalagem: Frasco 92,8 % C/ 500 ML. Marca: J. FERES	Und	396	1	11,07	12
4	2930 - ALCOOL ESP. Nº 02 Tipo: Etilico Hidratado, 70%, Embalagem: Frasco C/ 1000 ML. Marca: TUPI	Und	384	1	11,07	12
5	2931 - AMACIANTE Embalagem: 2000 ml. Marca: GUARANI	Und	382	1	6,99	12
6	2932 - CERA ESP. Nº 01 Tipo: Liquida, Embalagem: 500 ml Marca: GUARANI	Und	478	1	4,99	12
7	2933 - CESTO ESP. Nº 01 Tipo: para lixo, Telado, Plástico, Volume: 10 litros, Medidas: Altura: 28,0cm - Diâmetro: 26,5cm. Marca: PLASTIBEL	Und	290	1	6,99	12
8	2934 - DESIFETANTE ESP. Nº 01 Embalagem: 500 ml. Marca: GUARANI	Und	2.472	1	3,84	12
9	2935 - DESIFETANTE ESP. Nº 02 Embalagem: 1000 ml Marca: GUARANI	Und	3.300	1	2,99	12
10	2936 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE Fragância: Diversos, Embalagem: 400 ml. Marca: BOM AR	Und	596	1	13,44	12
11	2937 - DETERGENTE Tipo: Liquido, Neutro, Embalagem: 500 ml. Marca: GUARANI	Und	1.510	1	1,99	12
12	2938 - ESCOVA Tipo: Sanitária Marca: CRISTAL	Und	314	1	7,96	12
13	2939 - ESPONJA ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: Abrasilva Dupla Face, Espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com abrasivo, Dimensão: 110mmx75mmx20mm, Embalagem: com 03 und. Marca: BRILHUS	PC	881	1	2,39	12
14	2940 - ESPONJA ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: Lã de aço, Peso: 60g, Embalagem: com 08 und. Marca: ASSOLAN	PC	720	1	1,59	12
15	2941 - FLANELA Tipo: 100% algodão, Dimensão: 58 x 40 cm. Marca: SÃO CRISTOVÃO	Und	460	1	3,99	12
16	2942 - INCETICIDA Especificação : Tipo: Aerosol, Embalagem: 300 ml Marca: BAYGON	Und	582	1	14,99	12
17	2943 - LIMPADOR ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: Desengordurante, Fragância: Diversos, Embalagem: 500 ml Marca: UAU	Und	642	1	4,99	12
18	2944 - LIMPADOR ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: de Vidro, Fragância: Diversos, Embalagem: 500 ml. Marca: UAU	Und	496	1	9,35	12
19	2945 - LIMPADOR ESP. Nº 03 Especificação : Tipo: Diluível em água. Para todos os tipos de pisos, Fragância: Diversos, Embalagem: 500ml. Marca: UAU	Und	700	1	5,18	12
20	2946 - LUSTRA MÓVEIS Especificação : Tipo: para madeira e vidro, Fragância: Diversos, Embalagem: 200 ml. Marca: BRAVO	Und	510	1	9,94	12
21	2947 - LUVAS ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: Forrada, Plastica, anatomicas, antiderrapantes, Dimensão: 30 cm, Tamanho: G, Embalagem: 01 par. Marca: CONFORT LATEX	PC	613	1	5,99	12
22	2948 - LUVAS ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: Forrada, Plastica, anatomicas, antiderrapantes, Dimensão: 30 cm, Tamanho: M, Embalagem: 01 par. Marca: CONFORT LATEX	PC	612	1	5,99	12
23	2949 - LUVAS ESP. Nº 03 Especificação : Tipo: Forrada, Plastica, anatomicas, antiderrapantes, Dimensão: 30 cm, Tamanho: P, Embalagem: 01 par. Marca: CONFORT LATEX	PC	410	1	5,99	12
24	2950 - OLEO ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: para polir móveis, Embalagem: 100 ml Marca: PEROBA	FRASCO	554	1	9,99	12
25	2951 - OLEO ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: para lubrificação de aparelhos, Embalagem: 100 ml. Marca: king	FRASCO	242	1	8,99	12
26	2952 - PÁ ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: para lixo, plástico, com cabo de madeira, Altura: 7,00 cm, Largura:19,00 cm, Profundidade:35,00 cm, Peso:120,00 G. Marca: VÓ MINA	Und	217	1	8,99	12
27	2953 - PÁ ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: para lixo, Metal, com cabo de madeira, Altura: 8,00 cm, Largura:20,50 cm, Profundidade:54,00 cm, Peso:305,00 G. Marca: SANTA CRUZ	Und	183	1	6,99	12
28	2954 - PANO ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: para chão, Dimensões: 50cmx65cm. Marca: ALGO BOM	Und	652	1	4,42	12
29	2955 - PANO ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: para prato, Dimensões: 40cmx65cm. Marca: ALGO BOM	Und	502	1	4,29	12
30	2956 - PAPEL ESP. Nº 08 Especificação : Tipo: filme, Dimensão: 28 x30 cm. Marca: LUSAFILME	RL	82	1	5,24	12
31	2957 - PAPEL ESP. Nº 09 Especificação : Tipo: higiênico, folha dupla, dimensão: 30m x 10 cm, Embalagem: pacote com 04 rolos. Marca: DUBELLE	PC	1.700	1	2,49	12
32	2958 - PAPEL ESP. Nº 10 Especificação : Tipo: Toalha, Medidas 22,5x21cm, 180g, Embalagem: pacote c/ 02 unds. Marca: CAJUICE	PC	882	1	4,49	12
33	2959 - PASTILHA Especificação : Tipo: Sanitária, Embalagem: caixa com 1 Rede plástica + 1 Gancho + 1 Pedra de 25g. Marca: ADFLOR	Und	1.712	1	2,49	12
34	2960 - POLIDOR Especificação : Tipo: aluminio, Embalagem: 500ml. Marca: FLORESTA DA SERRA	Und	540	1	2,49	12
35	2961 - POTÁSSIO Especificação : Embalagem: 1 kg. Marca: ELETROLITICA	PC	26	1	40,00	12
36	2962 - QUEROSENE Especificação : Embalagem: 500 ml. Marca: LIDER	Und	204	1	10,99	12
37	2963 - RODO Especificação : Tipo: plastico, 60cm, borracha. Cabo de madeira com 1,20 metros de comprimento. Marca: bom dagua	Und	340	1	6,99	12
38	2964 - SABÃO ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: em pó, Perfume: diversos, Embalagem: caixa com 500g. Marca: YPE	CX	802	1	5,08	12
39	2965 - SABÃO ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: em pó, Perfume: diversos, Embalagem: sache com 500g. Marca: GUARANI	Und	2.206	1	1,99	12
40	2966 - SABÃO ESP. Nº 03 Especificação : Tipo: Liquido, Perfume: Coco, Embalagem: 500 ml. Marca: URCA	Und	632	1	6,37	12
41	2967 - SABÃO ESP. Nº 04 Especificação : Tipo: Pedra, Perfume: diversos, Embalagem: 1kg ou 5 unidades de 200g Marca: GUARANI	Und	650	1	8,99	12

42	2968 - SABONETE Especificação : Perfume: diversos, Embalagem: 150 g. Marca: LUX LUXO	Und	670	1	3,90	12
43	2969 - SACO ESP. Nº 01 Especificação : "Tipo: de lixo, Capacidade: 50 litros, Dimensões:63cm x 80cmResídu Normal - Classe 1 - Tipo C, Embalagem: pacote com 100 und." Marca: DONA PACK	PC	2.082	1	16,49	12
44	2970 - SACO ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: de lixo, Capacidade: 60 litros, Dimensões:58x76 cm, Resíduo Normal - Classe 1 - Tipo C, Embalagem: 100 und. Marca: DONA PACK	PC	2.782	1	18,99	12
45	2971 - SACO ESP. Nº 03 Especificação : Tipo: de lixo, Capacidade: 100 litros, Dimensões:75cm x 1,05cm, Resíduo Normal - Classe 1 - Tipo E, Embalagem: 10 und. Marca: DONA PACK	PC	1.440	1	4,99	12
46	2972 - VASSOURA ESP. Nº 01 Especificação : Tipo: Piaçava ou Sintético, Dimensão: 60cm, com cabo de madeira. Marca: LINHA BELLA	Und	251	1	4,49	12
47	2973 - VASSOURA ESP. Nº 02 Especificação : Tipo: Palha Marca: LINHA BELLA	Und	1.120	1	2,99	12
48	2974 - VASSOURA ESP. Nº 03 Especificação : Tipo: Pelo Sintético, Dimensão: 40cm, com cabo de madeira. Marca: lindona	Und	390	1	11,99	12
49	2975 - SHAMPOO INFANTIL Especificação : cheiro de camomila, embalagem com 120ml. Marca: FLORA	Und	80	1	8,49	12
50	2976 - COLONIA INFANTIL Marca: POM POM	Und	80	1	12,99	12
51	2977 - FRALDA DESCARTAVEL P; M; G Marca: NATUAL BABY	PC	100	1	18,49	12
52	2978 - BALDE Comum. Marca: PLASTIC LUMA	Und	220	1	8,99	12
53	2979 - BACIA Comum Marca: MEGA PLASTIC	Und	90	1	4,99	12
54	2980 - PALITO DE DENTE Marca: THEOTO	CX	130	1	0,99	12
55	2981 - TOALHA DE BANHO Marca: SÃO JOÃO	Und	102	1	32,00	12
56	2982 - TOALHA ROSTO 40/70 Marca: SÃO JOÃO	Und	44	1	11,99	12
57	2983 - SODA CAUSTICA Especificação : Embalagem : 1Kg Marca: Limpa facil	Und	170	1	11,99	12
58	2984 - SACOLAS PLASTICAS RECICLADA MÉDIA 40 X 50 KG Especificação : Embalagem: 5 Kg. Marca: RECICLÁVEL	PC	180	1	59,99	12
59	2985 - SACO DE LIXO 30 LTS Especificação : Embalagem: c/100 Unid. Marca: CCM PLASTICO	PC	1.292	1	14,50	12
60	2986 - PAPEL ALUMINIO Especificação : Embalagem: 30cm x 7,5 metros. Marca: TERMICA	RL	84	1	6,99	12
61	2987 - CREME DENTAL C/90G Marca: oral b	TUBO	190	1	3,49	12
62	2988 - TOALHA DE ROSTO Marca: SÃO JOÃO	Und	50	1	8,49	12
63	2989 - COLONIA INFANTIL LAVANDA C/100ML Marca: FLORAL	FRASCO	21	1	6,99	12
64	2990 - APARELHO DE BARBEAR ESP. Nº 01 Especificação : COMUM;COM DUAS LAMINAS; DESCARTAVEL. Marca: PROBAK II	Und	200	1	1,62	12
65	2991 - CREME DENTAL Marca: SORRISO	Und	45	1	2,99	12

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes

Além do gerenciador são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Secretaria Municipal de Educação.

-Secretaria Municipal de Saúde.

-Secretaria Municipal de Administração

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Frutuoso Gomes – RN, 04 de junho de 2025.

JAILTON FRANCISCO DA SILVA	***ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO***
Responsável Legal	Prefeito
CPF nº: 048.292.484-59	C.P.F. nº 121.856.444-08

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:2F356A31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN, por meio do Setor de Contratações, realizará Dispensa, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Municipal Ordinária nº 1.392, de 24 de março de 2023, e demais normas aplicáveis. Com isso, informa que estará recebendo propostas adicionais para a seleção da proposta mais vantajosa.
Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasgovdixsept@gmail.com

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de óculos de grau (armações e lentes oftalmológicas) para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA
2.1. A participação na presente dispensa ocorrerá por meio de envio de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação no e-mail oficial do Setor de Compras, no endereço eletrônico: comprasgovdixsept@gmail.com, ou protocoladas na Sede dessa Administração Pública, no endereço: Rua Manoel Joaquim, 665, Centro 59790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN.
2.1.1. Os atos serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte/FEMURN.
2.1.2. O Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte/FEMURN poderá ser acessado pelo sítio eletrônico: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/.
2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente no e-mail, não cabendo ao órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de envio indevido dos documentos, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Para o objeto, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.3.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA
3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, por meio do e-mail oficial do Setor de Compras ou à Sede dessa Administração Pública, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data estabelecida para o envio.
3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter informações de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.4.2. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
4.1. Encerrada a data limite do recebimento de Propostas, quando as propostas do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o setor designado para a contratação direta poderá negociar condições mais vantajosas.
4.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
4.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio de e-mail, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
4.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado nos autos do processo de contratação.
4.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
4.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o setor designado para a contratação direta verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
4.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
4.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
4.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
4.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
4.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
4.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
4.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
4.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
4.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.8.1. contiver vícios insanáveis;
4.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.8.3. apresentar preços inexequíveis;
4.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não haja majoração do preço.
4.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.12. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO
5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam a seguir e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado nas propostas.
5.1.1. Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
5.1.2. Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
5.1.3. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.1.4. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
5.1.5. Previamente à análise da documentação de habilitação, o pregoeiro fará consulta para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário) ao seguinte cadastro: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/;

5.1.6. Cédula de Identidade do(s) titular(es) ou de um do(s) sócio(s) que exerça(am) a função de administrador da empresa;
5.1.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
5.1.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
5.1.9. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, no caso de sociedades comerciais;
5.1.10. Habilitação fiscal, social e trabalhista:
5.1.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
5.1.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
5.1.10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
5.1.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5.1.10.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais e Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
5.1.10.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
5.1.11. Qualificação Econômico-financeira:
5.1.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
5.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos enviados via e-mail ou protocolados na Sede dessa Administração Pública.
5.2.1. É exclusivamente dever do fornecedor apresentar a documentação que esteja vigente na data limite para recebimento das propostas, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do e-mail, sob pena de inabilitação.
5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO
6.1. Após a Autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
6.2. O Vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
6.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do vencedor e aceita pela Administração.
6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor vencedor, implica o reconhecimento de que:
6.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
7.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
7.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
8.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
8.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
8.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
8.2. As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização dos procedimento na data limite para o recebimento das Propostas e demais documentos, os atos será automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação em contrário.
8.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
8.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
8.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
8.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
8.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 05 de junho de 2025.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO
1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de óculos de grau (armações e lentes oftalmológicas) para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE ÚNICO	1	Armação de acetato unissex, adulto, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Und		
	2	Armação de acetato unissex, infantil, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Und		
	3	Armação metalizada unissex, adulto, material de alta qualidade e com garantia mínima de seis meses		40	Und		
	4	Armação metalizada unissex, infantil, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Und		
	5	Estojo receituário para óculos com forro. Duplo e.v.a (duas lâminas mais flanela), fabricado em plástico reciclado com excelente acabamento.		690	Und		
	6	Par de lentes visão simples prontas, confeccionadas em resinas, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Kit		
	7	Par de lentes bifocais surfaçadas, confeccionadas em resinas, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Kit		
	8	Par de lentes progressivas prontas, confeccionadas em resinas, material de alta qualidade, resistente e com garantia mínima de seis meses.		40	Kit		
	9	Par de lentes progressivas surfaçadas, confeccionadas em resina, material de alta qualidade e com garantia mínima de seis meses.		40	Kit		
	TOTAL						

JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1. A presente contratação tem por finalidade a **aquisição de óculos de grau (armações e lentes oftalmológicas)** por meio da contratação de pessoa jurídica especializada, com vistas a suprir as necessidades do **Fundo Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN**, no atendimento à população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).
2.2. A contratação se justifica pela necessidade de garantir a continuidade e a ampliação das ações de atenção à saúde ocular no município, especialmente após a realização de consultas e exames oftalmológicos na rede pública de saúde. Esses atendimentos frequentemente resultam em prescrições para uso de óculos de grau, que muitas vezes não são acessíveis financeiramente para os pacientes em situação de vulnerabilidade social.
2.3. O fornecimento contemplará armações de diversos modelos e tamanhos, adaptáveis a diferentes perfis de usuários (crianças, adultos e idosos), bem como lentes oftalmológicas conforme os graus prescritos, podendo incluir lentes monofocais, bifocais ou multifocais, conforme a necessidade individual do paciente.
2.4. Dessa forma, a contratação é essencial para a consolidação das políticas públicas de saúde visual no município, sendo medida de relevante interesse social e de efetivo cumprimento das competências do ente municipal com o zelo á saúde visual do cidadão dixseptiense.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
3.1. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois, conforme prevê o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21, a classificação do bem ou o serviço será comum quando os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
3.3. A Contratação se enquadra como fornecimento contínuo, visto que objetiva a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas, conforme art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/21.
3.4. DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO – LOTE ÚNICO
3.4.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
A Administração Pública, não pode restringir em demasia o objeto do contrato sob pena de frustrar a competitividade, por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público e não atendem a necessidade da Administração.
Assim sendo, a definição do objeto da licitação e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente público avaliar a forma como será atendido o interesse público.
Em que pese à possibilidade de se obter maior competitividade com a divisão dos produtos de nutrição enteral em itens o resultado a ser atingido e pretendido pelo Poder Executivo Municipal poderia restar frustrado, com inúmeras empresas sagrando-se vencedoras cada uma de determinado item, sem que houvesse, no entanto, compatibilidade da solução como um todo, prejudicando as atividades e interesse deste Poder.
Em princípio, há que se ponderar que, quando da escolha do julgamento das propostas, cujos objetos constituem-se bens divisíveis, que podem ser apartados em itens, bem como diversos itens podem ser agrupados num único lote, ou seja, tipo de licitação por menor preço por item ou menor preço por lote/global, foi definido pela administração pública, que a licitação seria pelo menor preço por lote, cujos lances, negociações e julgamento se dará por lote, ou seja, haverá um único licitante vencedor para o lote único, o qual contém quatro itens agrupados, não descurando, portanto, do interesse público, que demanda ser otimizada contratação.
Corroborando o entendimento supramencionado, o TCU decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge).
Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade e que em caso de agrupamento, este último esteja devidamente justificado.

O TCU por meio da Súmula nº 247 do TCU, estabeleceu que: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, ***desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala***, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Grifo meu)

Percebe-se que apesar do sentimento sumulado pela Corte de Contas da União, de que é obrigatório a admissão da adjudicação por item e não por preço global, há que se verificar no entanto, conforme ressalva do TCU, de a que adjudicação por item não pode causar prejuízo ao conjunto ou complexo ou causar perda de economia de escala.

Em outra matéria, o TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, a licitação por lote único seria a mais eficiente à administração: "Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitárias, civil).

Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica" (Acórdão nº 3140/2006 do TCU).

Portanto, ao se licitar por lote único, deve o administrador analisar a viabilidade técnica e econômica de dividir-se o objeto licitatório, pois segundo Justen Filho, "a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento".

Esclarece-nos Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, informando que: "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão. Já a viabilidade econômica significa que o parcelamento deve trazer benefícios para a Administração licitante, proporcionando um aumento da competitividade e uma consequente diminuição dos custos para a execução do objeto. No entanto, para uma real noção da viabilidade econômica do parcelamento, é preciso ter em mente a redução de custos proporcionada pela economia de escala".

Sobre o tema, vale ainda citar a obra “Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos”, vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho: “(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)”.

Assim posto, o julgamento da licitação por lote único, ou seja, menor valor global é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a uma mesma contratada além de garantir a maior facilidade no cumprimento do cronograma e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do fornecimento em uma só pessoa jurídica e concentração da garantia dos resultados, reforça-se, portanto, que o lote único possui sistemas integrados de uma mesma natureza e que guardam relação entre si.

Diante disso, o parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica e econômica, visto a sua economia de escala.

Portanto, pelas razões expostas e pela característica singular do objeto é tecnicamente e economicamente inviável a solução em contratações separadas com vistas a se obter uma continuidade no fornecimento do objeto, pois representaria possível prejuízo ao interesse público.

4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

5 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Este termo de referência foi elaborado em conformidade com o que determina o inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

5.2. O procedimento licitatório obedecerá às disposições da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores.

5.3. Os quantitativos especificados necessários foram baseados na quantidade de usuários que fazem solicitações junto a Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

5.4. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual. As justificativas estão constadas em campo específico do Estudo Técnico Preliminar.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1 A solução proposta consiste na **contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de óculos de grau**, incluindo armações e lentes oftalmológicas, de acordo com prescrições médicas emitidas por profissionais habilitados da rede municipal de saúde. O objetivo é suprir as necessidades do **Fundo Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN**, no atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e com dificuldades de acesso a esse tipo de equipamento óptico essencial.

Planejamento: A primeira fase envolve a análise das necessidades específicas e adequadas para a aquisição corretas das lentes e armações.

6.3. Aquisição de Produtos de Qualidade: A Pessoa Jurídica, com sua expertise no mercado de lentes e armações oftalmológicas, seleciona e adquire produtos de alta qualidade, levando em consideração durabilidade, estética e conformidade com normas e regulamentações. Isso garante que os óculos de grau tenham uma vida útil mais longa e estejam alinhados com padrões de segurança. Durante a execução, a empresa contratada deverá seguir rigorosamente todas as normas de segurança e regulamentações sanitárias, além de manter a qualidade dos produtos conforme os padrões exigidos. A cada entrega, a empresa deverá realizar o devido controle de qualidade, com emissão de notas fiscais, laudos e relatórios de conformidade, caso necessário, assegurando a transparência do processo.

6.4. Logística e Distribuição Eficientes: A CONTRATANTE gerencia a logística, desde o transporte seguro até o local da entrega. Isso reduz a carga logística sobre os usuários, garantindo que os óculos de grau cheguem a tempo e estejam prontos para uso. A fiscalização será realizada através de relatórios periódicos, verificações in loco e comunicação constante com a empresa fornecedora. Caso sejam identificadas falhas no fornecimento ou descumprimento das cláusulas contratuais, serão adotadas medidas corretivas, que podem incluir penalidades previstas no contrato.

Conclusão: Ao adotar essa solução abrangente, a Contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de óculos de grau (armações e lentes oftalmológicas) não apenas simplifica o processo de aquisição, mas também oferece uma gestão eficaz e sustentável ao longo do ciclo de vida do objeto. Isso resulta em uma experiência mais eficiente, econômica e ambientalmente responsável para os usuários em diversas festividades.

A contratação visa garantir o acesso contínuo, gratuito e de qualidade a produtos ópticos que atendam às especificidades técnicas determinadas por exames oftalmológicos realizados nas unidades públicas de saúde. A solução deverá contemplar o fornecimento de armações resistentes, confortáveis e adequadas a diferentes perfis de usuários (adultos, crianças, idosos), bem como lentes com grau correto, fabricadas com material apropriado, conforme prescrição médica individualizada.

Essa solução permitirá atender à crescente demanda por correção visual identificada nas ações de triagem e atendimento oftalmológico, contribuindo significativamente para a melhoria da saúde ocular, da qualidade de vida, da capacidade de aprendizagem e da autonomia dos pacientes beneficiados.

7 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade;

7.1.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, estabelecidas na Lei nº 14.133/21, o presente Termo de Referência observará também a Lei nº 12.305, de2 de agosto de 2010, bem como os seguintes critérios elencados na instrução normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
7.1.1.1. Que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
7.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
7.1.1.3. Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,
7.1.1.4. Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-prolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.2. Subcontratação;

7.2.1. Não será permitida a subcontratação.

7.3. Garantia da Contratação;

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
7.3.1.1. Primeiro, não há complexidade na presente ***contratação direta*** e a entrega do objeto será em conformidade com a demanda da administração;
7.3.1.2. Segundo, a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
7.3.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

7.4. Da exigência de amostra;

7.4.1. Não será exigida.

8 – EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de entrega;

8.1.1. O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra, de acordo com a necessidade de consumo, até a quantidade limite.

8.2. Local e horário da entrega;

8.2.1. O objeto será entregue na Secretaria de Saúde;
8.2.2. O objeto será entregue no seguinte horário: 8h às 13h e 14h às 17h.

9 – GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Fiscalização.

9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando o que dispõe a Portaria nº 042/2024 – GP, e o Decreto Municipal nº 004/2024 – GP.

9.6.2. Fiscalização Técnica e Administrativa;

9.6.2.1. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º).
9.6.2.1.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, I).
9.6.2.1.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, II).
9.6.2.1.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, III).
9.6.2.1.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, IV).
9.6.2.1.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, V).
9.6.2.1.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, VI).
9.6.2.1.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, VII).
9.6.2.1.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, VIII).
9.6.2.1.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, IX).
9.6.2.1.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 3º, X).
9.6.2.2. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º).

9.6.2.2.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, I).
9.6.2.2.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, II).
9.6.2.2.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, III).
9.6.2.2.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, IV).
9.6.2.2.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial; (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, V).
9.6.2.2.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, VI).
9.6.2.2.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 4º, VII).

9.6.3. Gestor do Contrato;

9.6.3.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º).
9.6.3.1.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 1º. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, I).
9.6.3.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, II).
9.6.3.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, III).
9.6.3.1.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, IV).
9.6.3.1.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização do procedimento. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, V).
9.6.3.1.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, VI).
9.6.3.1.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, VII).
9.6.3.1.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, VIII).
9.6.3.1.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, IX).
9.6.3.1.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 004, de 2024, art. 2º, X).

10 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento:

10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo definido no termo de contrato, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será definido no termo de contrato.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação:

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
10.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I – o prazo de validade;
II – a data da emissão;
III – os dados do contrato e do órgão contratante;
IV – o período respectivo de execução do contrato;
V – o valor a pagar; e
VI – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
10.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.3. Prazo de pagamento:

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
10.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

10.4. Forma de Pagamento:

10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Antecipação de pagamento:

10.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.6. Cessão de crédito:

10.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
10.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
10.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
10.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
10.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10.7. Das demais condições do Pagamento:

10.7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada das provas de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, do Certificado de Regularidade do FGTS.
10.7.2. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA, sob a forma PRESENCIAL, conforme inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.
11.1.2. O critério de julgamento seguirá o parâmetro da proposta classificada como a economicamente mais vantajosa, observando o elemento da inexequibilidade dos preços ofertados.
11.1.3. O fornecedor deverá comprovar que cumpre plenamente os requisitos estabelecidos no item 11.3.

11.2. Forma de fornecimento:

11.2.1. O fornecimento do objeto será PARCELADO E CONTINUADO.

11.3. Exigências de habilitação:

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Previamente à análise da documentação de habilitação, o setor responsável fará consulta para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário) ao seguinte cadastro:
11.3.1.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União – TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
11.3.2. Habilitação Jurídica:
11.3.2.1. Cédula de Identidade do(s) titular(es) ou de um do(s) sócio(s) que exerça(am) a função de administrador da empresa.
11.3.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, quais sejam:
11.3.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
11.3.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
11.3.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
11.3.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
11.3.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
11.3.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
11.3.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
11.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:
11.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
11.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
11.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
11.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
11.3.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais e Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
11.3.3.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
11.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:
11.3.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
11.3.4.1.1. A emissão deve ser com data de até 90 dias anteriores a data de abertura dos envelopes ou da data de vigência especificada na certidão.
11.3.5. Qualificação técnica:
11.3.5.1. Apresentar declaração de que o licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade mista, deste órgão celebrante.
11.3.5.2. Apresentar declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
11.3.5.3. Apresentar declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

12 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação será realizado após a pesquisa de preços.
12.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
12.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
12.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
12.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
12.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos nos Orçamento Geral Municipal.
13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

02.009 – FUNDO MUNICIPAL SAÚDE	
Função	10 - Saúde
Sub função	301 – Atenção Básica
Programa	1002 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade	2036 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recursos	Ficha: 250425 – 15001002 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Obrigações da Contratante:

14.1.1. Fornecer a contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitadas para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;
14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
14.1.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
14.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção;
14.1.6. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
14.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

14.2. Obrigações da Contratada:

14.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
14.2.2. Entregar o objeto sem uso e que estejam em linha de produção, vedado o uso de material improvisado, de peças adaptadas ou recondicionadas, juntamente com os respectivos manuais de operação em língua portuguesa impressos e/ou em mídias eletrônicas.
14.2.3. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a entrega do objeto.
14.2.3. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
14.2.4. Custear todos os encargos inclusive impostos, taxas e emolumentos, encargos técnicos, trabalhistas e previdenciários que incidirem sobre o objeto contratado.
14.2.5. O funcionário designado para realizar a entrega do produto deverá ter conhecimentos específicos e portar matérias em perfeito estado de funcionamento para garantir uma melhor qualidade.
14.2.6. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações dos produtos, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
14.2.7. Dispor de tempo suficiente para garantir o fornecimento sem interrupção.
14.2.8. Relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de entrega.
14.2.9. Manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que forem solicitados os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista.
14.2.10. Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
14.2.11.Manter, em compatibilidade com o compromisso a ser assumido todas as condições de habilitação e de qualificação do produto entregue na licitação.
14.2.12.A empresa contratada deverá informar o preposto.

15 – DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas no disposto do Art. 155 da Lei nº 14.133/21.
16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1. as sanções contidas no disposto do Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

17 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que haja as devidas justificativas.
17.2. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme previsto no Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

18. DO FORO

18.1. Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o Foro da Comarca de Mossoró/RN renunciando a qualquer outro ainda que privilegiado.

Publicado por:
Thalisson Bruno Lopes de Oliveira
Código Identificador:78E6311A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO II

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Exercício: **2025** -
1º Quadrimestre/2025	
RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")	

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	8.707.661,08	7.953.164,56	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.154.577,03	6.595.185,19	0,00	0,00
Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	7.154.577,03	6.595.185,19	0,00	0,00
De Tributos	738,25	738,25	0,00	0,00
De Contribuições Previdênciárias	7.120.704,00	6.561.312,16	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	33.134,78	33.134,78	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.553.084,05	1.357.979,37	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.127.883,58	1.572.711,16	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.127.883,58	1.572.711,16	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.891.199,49	3.140.887,51	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.559.403,43	899.157,50	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	203.912,48	669.018,85	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	6.579.777,50	6.380.453,40	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	78.637.542,03	103.723.265,90	0,00	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	350.000,00	351.434,01	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	78.287.542,03	103.371.831,89	0,00	0,00
% DA DC SOBRE A RCLAJUSTADA (I/VI)	11,12	7,69	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCLAJUSTADA (III/VI)	8,40	6,17	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	93.945.050,44	124.046.198,27	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	84.550.545,39	111.641.578,44	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADO	1.009.274,46	880.721,99	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:10605ECC

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO III

MUNICIPIO DE GROSSOS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias		Exercício: **2025**		
1º Quadrimestre/2025				
RGF - Anexo 3 (LRF, art 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, S 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	78.637.542,03	103.723.265,90	0,00	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (VII)	350.000,00	351.434,01	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	78.287.542,03	103.371.831,89	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCLAJUSTADA (V / VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	17.223.259,25	22.741.803,02	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1 do art. 59 da LRF) - <%>	15.500.933,32	20.467.622,71	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:1258F149

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO IV

MUNICIPIO DE GROSSOS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias		Exercício: **2025**
Bimestre: 2/2025		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00

Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00		0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:D5431E99

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO IV

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Operações de Crédito		Exercício: **2025**
1º Quadrimestre/2025		
RGF - Anexo 4 (LRF, art 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00

Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	103.723.265,90	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	351.434,01	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	103.371.831,89	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DAAPURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16.539.493,10	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1º do art. 59 da LRF) - <%>	14.885.543,79	14,40
OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.236.028,23	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0794F97A

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO VI

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal	Exercício: **2025**	
Bimestre: 2/2025		
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2025
		RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	105.121.626,00	41.491.297,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.022.342,00	584.403,72
IPTU	287.511,00	58.669,33
ISS	716.821,00	240.687,23
ITBI	287.653,00	60.937,44
IRRF	687.899,00	218.816,90
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.458,00	5.292,82
Receitas de Contribuições	138.915,00	0,00
Receita Patrimonial	255.607,00	85.141,75
Aplicações Financeiras (II)	200.618,00	85.141,75
Outras Receitas Patrimoniais	54.989,00	0,00
Transferências Correntes	102.443.717,00	39.927.754,62
Cota-Parte do FPM	21.901.963,00	6.575.030,78
Cota-Parte do ICMS	13.186.842,00	3.443.707,33
Cota-Parte do IPVA	264.600,00	37.230,05
Cota-Parte do ITR	60.197,00	248,13
Transferências da LC 61/1989	6.483,00	14.420,77
Transferências do FUNDEB	12.681.163,00	3.210.279,51
Outras Transferências Correntes	54.342.469,00	26.646.838,05
Demais Receitas Correntes	261.045,00	893.997,36
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	261.045,00	893.997,36
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	104.921.008,00	41.406.155,70
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	76.900.374,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	57.881,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	115.763,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	115.763,00	0,00
Transferências de Capital	15.570.158,00	0,00
Convênios	7.967.562,00	0,00
Outras Transferências de Capital	7.602.596,00	0,00
Outras Receitas de Capital	61.156.572,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	61.156.572,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	76.842.493,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	181.763.501,00	41.406.155,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	181.763.501,00	41.406.155,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2025				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	117.350.409,02	61.704.594,55	38.817.246,44	33.210.455,70	451.653,14	115.807,68	107.227,68
Pessoal e Encargos Sociais	37.599.279,31	21.965.465,70	12.561.200,86	11.063.071,35	114.147,68	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	79.751.129,71	39.739.128,85	26.256.045,58	22.147.384,35	337.505,46	115.807,68	107.227,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	117.350.409,02	61.704.594,55	38.817.246,44	33.210.455,70	451.653,14	115.807,68	107.227,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	64.471.590,98	15.685.562,32	11.337.385,84	9.383.252,74	208.216,91	7.992,11	7.992,11
Investimentos	61.668.699,52	14.111.520,86	10.777.994,00	8.823.860,90	208.216,91	7.992,11	7.992,11
Inversões Financeiras	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.750.391,46	1.574.041,46	559.391,84	559.391,84	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	61.721.199,52	14.111.520,86	10.777.994,00	8.823.860,90	208.216,91	7.992,11	7.992,11
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	179.271.608,54	75.816.115,41	49.595.240,44	42.034.316,60	659.870,05	123.799,79	115.219,79
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	179.271.608,54	75.816.115,41	49.595.240,44	42.034.316,60	659.870,05	123.799,79	115.219,79
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							-1.403.250,74
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							-1.403.250,74
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	550.000,00						

JUROS NOMINAIS		VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)		85.141,75
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)		-1.318.108,99
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Até o Bimestre/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	8.707.661,08	7.953.164,56
DEDUÇÕES (XL)	2.127.883,58	1.572.711,16
Disponibilidade de Caixa	2.127.883,58	1.572.711,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.891.199,49	3.140.887,51
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.559.403,43	899.157,50
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	203.912,48	669.018,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	6.579.777,50	6.380.453,40
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		199.324,10
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência	-114.114,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	VALOR CORRENTE	
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-660.245,93	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]	-460.921,83	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-546.063,58	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:F5A4AB93

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO VI

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - PODER EXECUTIVO	Exercício: **2025**
1º Quadrimestre/2025	
LRF, art 48 - Anexo 6	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**
Receita Corrente Líquida	103.723.265,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	103.371.831,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	102.418.555,07

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	32.670.577,03	31,90
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	55.306.019,74	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	52.540.718,75	51,30
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	49.775.417,76	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	6.380.453,40	6,15
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	124.046.198,27	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.741.803,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	16.539.493,10	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.236.028,23	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**
Valor Total		

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:93585894

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO VI CONSOLIDADO

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - CONSOLIDADO	Exercício: **2025**	
1º Quadrimestre/2025		
LRF, art 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	103.723.265,90	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	103.371.831,89	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	102.418.555,07	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	34.631.715,74	33,81
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	61.451.133,04	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	58.378.576,39	57,00
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	49.775.417,76	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	6.380.453,40	6,15
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	124.046.198,27	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.741.803,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	16.539.493,10	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.236.028,23	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**
Valor Total		

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:D13ED4FB

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO VIII

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Exercício: **2025**	
Bimestre: 2/2025		
RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.979.884,00	579.110,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	287.511,00	58.669,33
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	287.653,00	60.937,44
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	716.821,00	240.687,23
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	687.899,00	218.816,90
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.420.085,00	12.582.237,25
2.1- Cota-Parte FPM	21.901.963,00	8.218.788,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.091.625,00	8.218.788,23
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	810.338,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.186.842,00	4.233.548,59
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	6.483,00	17.304,91
2.4- Cota-Parte ITR	60.197,00	310,14
2.5- Cota-Parte IPVA	264.600,00	112.285,38

2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e	0,00	0,00
Transferências Constitucionais		
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	37.399.969,00	13.161.348,15
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.921.949,40	2.511.600,19
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.428.042,85	773.889,59

FUNDEB

FUNDEB - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	12.695.500,00	3.218.426,36
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.417.500,00	3.218.426,36
6.1.1- Principal	11.404.900,00	3.210.279,51
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	12.600,00	8.146,85
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	160.500,00	0,00
6.2.1- Principal	159.342,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.158,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.097.500,00	0,00
6.3.1- Principal	1.096.921,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	579,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	20.000,00	0,00
6.4.1- Principal	20.000,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	4.482.950,60	698.679,32
FUNDEB - RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.218.426,36	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	12.695.500,00	8.721.667,32	3.776.920,83	3.277.406,14	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.215.500,00	6.408.016,34	2.575.090,70	2.317.906,59	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.545.200,00	504.000,00	303.484,57	303.484,57	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	6.670.300,00	5.904.016,34	2.271.606,13	2.014.422,02	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	4.480.000,00	2.313.650,98	1.201.830,13	959.499,55	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	4.480.000,00	2.313.650,98	1.201.830,13	959.499,55	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)	INSC. EM REST. A PAG. NÃO PROC.SEM DISP. DE CX.7 (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.721.667,32	3.776.920,83	3.277.406,14	0,00	0,00	558.494,47
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.719.817,32	3.775.070,83	3.275.556,14	0,00	0,00	556.644,47
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.850,00	1.850,00	1.850,00	0,00	0,00	1.850,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.408.016,34	2.575.090,70	2.317.906,59	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO(k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.252.898,45	2.575.090,70	2.575.090,70	80,01
16- PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO(n)	VALOR NÃO APLICADO(o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(p)	VR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO(q)	% NÃO APLICADO(r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	321.842,64	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VLR. SUPERÁVIT PERMITIDO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.478.221,00	1.074.109,57	1.071.142,97	1.002.427,68	0,00
20.1- Educação Infantil	239.460,08	22.479,06	22.479,06	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	4.238.760,92	1.051.630,51	1.048.663,91	1.002.427,68	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	16.963.721,00	9.773.297,83	4.825.584,74	4.279.833,82	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.574.660,08	504.000,00	303.484,57	303.484,57	0,00
21.1.1- Creche	1.103.660,08	420.000,00	287.103,17	287.103,17	0,00
21.1.2- Pré-escola	471.000,00	84.000,00	16.381,40	16.381,40	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	15.389.060,92	9.269.297,83	4.522.100,17	3.976.349,25	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = (L20(d ou e))	1.071.142,97
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.511.600,19
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	3.582.743,16

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.290.337,04	3.582.743,16	27,22

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	192.872,69	144.191,53	64.682,00	0,00	128.190,69
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	131.581,00	105.848,12	59.672,72	0,00	71.908,28
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	61.291,69	38.343,41	5.009,28	0,00	56.282,41
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.862.466,00	340.981,94
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.127.050,00	333.450,68
31.1.1- Salário-Educação	395.000,00	252.693,13
31.1.2- PDDE	44.050,00	0,00
31.1.3- PNAE	455.789,00	62.868,75
31.1.4 - PNATE	184.211,00	16.974,74
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	1.048.000,00	914,06
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.735.416,00	7.531,26
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	6.980.292,00	3.834.842,06	2.972.740,65	1.278.321,69	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	575.710,78	124.815,96	118.211,96	86.136,98	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.365.991,22	3.710.026,10	2.854.528,69	1.192.184,71	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	38.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	24.154.013,00	13.630.618,95	7.820.804,45	5.558.155,51	0,00
33.1- Despesas Correntes	20.270.200,17	12.446.084,01	7.485.092,31	5.335.127,66	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	14.164.000,00	9.467.798,32	4.523.051,83	4.002.557,32	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.634.429,17	1.554.429,17	1.554.429,17	77.721,45	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.471.771,00	1.423.856,52	1.407.611,31	1.254.848,89	0,00
33.2- Despesas de Capital	3.883.812,83	1.184.534,94	335.712,14	223.027,85	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.883.812,83	1.184.534,94	335.712,14	223.027,85	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	152.161,77	45.768,54
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.218.426,36	252.693,13
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.282.415,42	232.980,23
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRAATÉ O BIMESTRE	88.172,71	65.481,44
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	378.604,65	20,45
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	310.819,24	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	155.958,12	65.501,89
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0EE518E5

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO XII

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde				Exercício: **2025**
Bimestre: 2/2025				
RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.979.884,00	1.979.884,00	579.110,90	29,24
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	287.511,00	287.511,00	58.669,33	20,40
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	287.653,00	287.653,00	60.937,44	21,18
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	716.821,00	716.821,00	240.687,23	33,57
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	687.899,00	687.899,00	218.816,90	31,80
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUICIONAIS E LEGAIS (II)	43.262.184,00	43.262.184,00	12.582.237,25	29,08
Cota-Parte FPM	26.364.531,00	26.364.531,00	8.218.788,23	31,17
Cota-Parte ITR	75.246,00	75.246,00	310,14	0,41
Cota-Parte IPVA	330.750,00	330.750,00	112.285,38	33,94
Cota-Parte ICMS	16.483.553,00	16.483.553,00	4.233.548,59	25,68
Cota-Parte IPI-Exportação	8.104,00	8.104,00	17.304,91	213,53
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	45.242.068,00	45.242.068,00	13.161.348,15	29,09

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Período (d)	% (d/c)x100	Até o Período (e)	% (e/c)x100	Até o Período (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.675.982,00	9.625.919,65	4.115.720,53	42,75	2.850.778,86	29,61	2.535.375,75	26,33	0,00
Despesas Correntes	9.189.254,00	9.139.191,65	4.046.894,15	44,28	2.781.952,48	30,43	2.524.324,75	27,62	0,00
Despesas de Capital	486.728,00	486.728,00	68.826,38	14,14	68.826,38	14,14	11.051,00	2,27	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	375.750,00	375.750,00	24.029,53	6,39	24.028,46	6,39	24.028,46	6,39	0,00
Despesas Correntes	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	349.500,00	349.500,00	24.029,53	6,87	24.028,46	6,87	24.028,46	6,87	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.051.732,00	10.001.669,65	4.139.750,06	41,39	2.874.807,32	28,74	2.559.404,21	25,58	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.139.750,06	2.874.807,32	2.559.404,21
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc.Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.139.750,06	2.874.807,32	2.559.404,21
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	1.974.202,22	1.974.202,22	1.974.202,22
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	1.974.202,22	1.974.202,22	1.974.202,22
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	2.165.547,84	900.605,10	585.201,99
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	31,45	21,84	19,44

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES P/FINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2024	1.974.202,22	2.874.807,32	900.605,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.605,10
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	61.180,64	0,00	61.180,64	27.151,89	34.028,75	0,00	0,00
Empenhos de 2022	4.808.709,55	9.633.689,89	4.824.980,34	137.803,99	0,00	0,00	0,00	137.803,99	0,00	4.824.980,34
Empenhos de 2021	4.161.512,37	8.808.370,73	4.646.858,36	24.279,35	0,00	0,00	0,00	24.279,35	0,00	4.646.858,36
Empenhos de 2020 e anteriores	3.372.035,25	9.333.716,47	5.961.681,22	55.956,02	0,00	0,00	0,00	55.956,02	0,00	5.961.681,22
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compens. (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancel. ou prescritos em exerc. ant. a serem compens. (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. ant.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARAA SAÚDE (XXVIII)	10.363.665,00	10.363.665,00	1.775.921,41	17,13
Proveniente da União	10.135.590,00	10.135.590,00	1.775.921,41	17,52
Proveniente dos Estados	228.075,00	228.075,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	10.363.665,00	10.363.665,00	1.775.921,41	17,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	12.189.403,00	12.278.933,35	4.702.938,70	38,30	4.561.522,18	37,14	3.650.126,65	29,72	0,00
Despesas Correntes	10.999.675,00	11.089.205,35	4.689.180,70	42,28	4.547.764,18	41,01	3.636.368,65	32,79	0,00
Despesas de Capital	1.189.728,00	1.189.728,00	13.758,00	1,15	13.758,00	1,15	13.758,00	1,15	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.395.750,00	3.395.750,00	214.937,00	6,32	214.935,31	6,32	184.595,31	5,43	0,00
Despesas Correntes	523.500,00	523.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.872.250,00	2.872.250,00	214.937,00	7,48	214.935,31	7,48	184.595,31	6,42	0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.400.000,00	1.360.532,00	206.948,00	15,21	84.571,52	6,21	84.571,52	6,21	0,00
Despesas Correntes	1.360.000,00	1.320.532,00	206.948,00	15,67	84.571,52	6,40	84.571,52	6,40	0,00
Despesas de Capital	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	486.250,00	486.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	486.250,00	486.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	17.471.403,00	17.521.465,35	5.124.823,70	29,24	4.861.029,01	27,74	3.919.293,48	22,36	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	21.865.385,00	21.904.853,00	8.818.659,23	40,25	7.412.301,04	33,83	6.185.502,40	28,23	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.771.500,00	3.771.500,00	238.966,53	6,33	238.963,77	6,33	208.623,77	5,53	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.400.000,00	1.360.532,00	206.948,00	15,21	84.571,52	6,21	84.571,52	6,21	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	486.250,00	486.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	27.523.135,00	27.523.135,00	9.264.573,76	33,66	7.735.836,33	28,10	6.478.697,69	23,53	0,00
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.									
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.									

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:EA00EA78

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO XIV

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2025**
Bimestre: 2/2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	182.022.000,00
Previsão Atualizada	182.022.000,00
Receitas Realizadas	41.491.297,45
Déficit Orçamentário	8.663.334,83
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	182.022.000,00
Dotação Atualizada	182.022.000,00
Despesas Empenhadas	77.390.156,87
Despesas Liquidadas	50.154.632,28
Despesas Pagas	42.593.708,44
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	77.390.156,87
Despesas Liquidadas	50.154.632,28
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	103.723.265,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	103.371.831,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	102.418.555,07
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE	**Até o Bimestre**
PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00

Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	550.000,00	-1.403.250,74	-255,13
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-114.114,00	199.324,10	-174,67

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.559.403,43	8.955,88	659.870,05	890.577,50
Poder Executivo	1.559.359,85	8.955,88	659.870,05	890.533,92
Poder Legislativo	43,58	0,00	0,00	43,58
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.009.274,46	13.332,68	115.219,79	880.721,99
Poder Executivo	891.884,83	13.332,68	114.305,08	764.247,07
Poder Legislativo	117.389,63	0,00	914,71	116.474,92
TOTAL	2.568.677,89	22.288,56	775.089,84	1.771.299,49

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	3.582.743,16	25,00	27,22
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.575.090,70	70,00	80,01
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Top Down Consultoria Ltda.				

Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.874.807,32	15,00	21,84

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:C0D23251

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	27.976.030,00	0,04	112,49	26.580.820,14	0,03	106,88	-1.395.209,86	-4,99
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	27.185.680,00	0,03	109,31	24.095.623,55	0,03	96,89	-3.090.056,45	-11,37
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	27.976.030,00	0,04	112,49	26.188.710,99	0,03	105,31	-1.787.319,01	-6,39
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	27.126.030,00	0,03	109,07	25.594.917,49	0,03	102,92	-1.531.112,51	-5,64
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	59.650,00	0,00	0,24	-1.499.293,94	0,00	-6,03	-1.558.943,94	-2.613,49
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	59.650,00	0,00	0,24	-1.499.293,94	0,00	-6,03	-1.558.943,94	-2.613,49
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.110.026,39	0,01	16,53	6.732.452,54	0,01	27,07	2.622.426,15	63,81

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.710.026,39	0,00	6,88	3.408.183,31	0,00	13,70	1.698.156,92	99,31
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	364.877,24	0,00	1,47	-1.194.066,70	0,00	-4,80	-1.558.943,94	-427,25
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:40:55								

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:05:29-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=videoconferencia,OU=31014048000182,OU=PessoaFisicaA1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:05:08-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS
Contador(a)

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN= WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.05.12 08:01:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:D947A5C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DEMONSTRATIVO DE METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO I - RECEITAS

Demonstrativo de Metodologia e Memória de Cálculo I - RECEITAS						
2026						
R$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	**ARRECADADA**		**ORÇADA**		**PREVISÃO**	
	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
EXCETO FONTES RPPS	**22.903.438,90**	**26.580.820,14**	**30.731.850,00**	**36.878.200,00**	**42.409.930,00**	**46.650.920,00**
Receitas correntes	**21.616.368,53**	**23.596.615,14**	**28.888.600,00**	**34.666.300,00**	**39.866.245,00**	**43.852.867,00**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	907.901,65	1.027.335,10	607.950,00	1.115.520,00	1.152.871,00	1.268.158,00
Receita patrimonial	**247.451,33**	**485.196,59**	**209.955,00**	**241.946,00**	**278.237,90**	**306.060,00**
Aplicações financeiras	247.451,33	485.196,59	209.955,00	241.946,00	278.237,90	306.060,00
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	20.430.255,19	21.993.813,36	28.011.095,00	33.237.314,00	38.352.911,10	42.188.202,00
Demais receitas correntes	**30.760,36**	**90.270,09**	**59.600,00**	**71.520,00**	**82.225,00**	**90.447,00**
Outras receitas financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes restantes	30.760,36	90.270,09	59.600,00	71.520,00	82.225,00	90.447,00
Receitas de capital	**1.287.070,37**	**2.984.205,00**	**1.843.250,00**	**2.211.900,00**	**2.543.685,00**	**2.798.053,00**
Operações de crédito	0,00	2.000.000,00	300.000,00	600.000,00	690.000,00	759.000,00
Amortização de emprétimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	**0,00**	**0,00**	**65.000,00**	**78.000,00**	**89.700,00**	**98.670,00**
Receitas de alienação de bens temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienação de bens permanentes	0,00	0,00	65.000,00	78.000,00	89.700,00	98.670,00
Outras alienações de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tranferências de capital	**1.287.070,37**	**984.205,00**	**1.478.250,00**	**1.533.900,00**	**1.763.985,00**	**1.940.383,00**
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras transferências de capital	1.287.070,37	984.205,00	1.478.250,00	1.533.900,00	1.763.985,00	1.940.383,00
Outras receitas de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras receitas de capital não primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COM FONTES RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita não primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025				
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467	AssinadodigitalmenteporADEMIRJOSEDEMEDEIROS:03897344467DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:12:21-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0	JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405	Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405 DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:12:38-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0	
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS		***JOACK MEDEIROS MORAIS***		***WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO***
Prefeito Municipal		Contador(a)		Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:0D7C95AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2026			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
PRECATÓRIOS JUDICIAIS TJRN	648.403,52	Limitacao de Empenho - LDO 2025: Art. 32 Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.	648.403,52
SUBTOTAL	**648.403,52**	**SUBTOTAL**	**648.403,52**
TOTAL	**648.403,52**	**TOTAL**	**648.403,52**

FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 5/6/2025 e hora de emissão 12:12:48

IPUEIRA - RN, 5 de junho de 2025		
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS	***JOACK MEDEIROS MORAIS***	***WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO***
Prefeito Municipal	Contador(a)	Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:7697A7F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA				
2026				
AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)				
TOTAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:45:11				

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025			
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467	Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:09:37-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0	JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405	Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:09:19-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0
ADEMIR JOSE DE MEDEIROS		***JOACK MEDEIROS MORAIS***	
Prefeito Municipal		Contador(a)	
WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484		Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN= WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:Data:2025.05.1208:07:08-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0	
WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO			
Secretário(a) de Finanças			

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:16A31A33

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2026						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	5.683.974,88	83,67	4.476.681,89	78,75	3.456.680,24	77,20
Reservas	0,00	0,00	-19.798,53	-0,34	-432,15	0,00
Resultado acumulado	1.109.137,80	16,33	1.227.091,52	21,59	1.020.433,80	22,80
Total	**6.793.112,68**	**100,00**	**5.683.974,88**	**100,00**	**4.476.681,89**	**100,00**
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025						

Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE ADEMIR JOSE MEDEIROS:03897344467DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=presencial,OU=11717421000154,OU=SecretariadaReceita DE MEDEIROS:FederaldoBrasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIRJOSEDEMEDEIROS:03897344467 03897344467 Razão:EusouoautordestedocumentoLocalização:sualocalizaçãodeassinaturaaquiData:2025.05.0716:07:59-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

WELLGNTON MAECIO AssinadodigitalmenteporWELLGNTONMAECIOPEREIRADEAZEVEDO:03904606484ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=presencial,OU=11717421000154,OU= PEREIRA DE SecretariadaReceitaFederaldoBrasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=WELLGNTONMAECIOPEREIRADEAZEVEDO:03904606484Razão:Eusouoautordestedocumento AZEVEDO:03904606484Localização:Data:2025.05.1208:03:33-03'00'FoxitPDFReaderVersão:2023.3.0

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário(a) de Finanças

JOACK AssinadodigitalmenteporJOACKMEDEIROSMORAIS:00912362405 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, MEDEIROS OU=31014048000182,OU=PessoaFisicaA1,OU=ARCERTMAIS,OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MORAIS: MEDEIROSMORAIS:00912362405Razão:Eusouoautordestedocumento Localização: sua localização de assinatura aqui 00912362405 Data:2025.05.0716:07:41-03'00'FoxitReaderVersão:10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS
Contador(a)

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:991BCDE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA						
EXERCÍCIO DE 2026						
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Dívida consolidada	**4.960.026,39**	**6.732.452,54**	**6.500.000,00**	**6.250.000,00**	**6.000.000,00**	**5.800.000,00**
Dívida mobiliária	4.960.026,39	6.732.452,54	6.500.000,00	6.250.000,00	6.000.000,00	5.800.000,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções	**3.073.665,08**	**3.324.269,23**	**2.700.000,00**	**2.800.000,00**	**2.800.000,00**	**2.300.000,00**
Ativo disponível	3.806.969,68	4.197.166,47	3.500.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00	3.000.000,00
Haveres financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	733.304,60	872.897,24	800.000,00	800.000,00	800.000,00	700.000,00
Dívida consolidada líquida (DCL)	1.886.361,31	3.408.183,31	3.800.000,00	3.450.000,00	3.200.000,00	3.500.000,00
Receitas de privatizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: MUNICIPIO DE IPUEIRA						

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita FederaldoBrasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIRJOSEDEMEDEIROS:03897344467
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:14:27-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACKMEDEIROSMORAIS:00912362405
Razão:Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data:2025.05.0716:14:47-03'00'
FoxitReaderVersão:10.1.0

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:52FD1EB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2026			
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)			
RECEITAS REALIZADAS	**2024 (a)**	**2023 (b)**	**2022 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	4.026.952,60	2.347.585,03	2.006.814,41
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.196.989,43	1.479.440,20	298.352,09
Investimentos	3.633.323,99	1.196.989,43	1.479.440,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.150.595,60	527.374,21	860.003,16
Amortização da Dívida	393.628,61	1.150.595,60	527.374,21
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)**	**2023 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)**	**2022 (i) = (Ic – IIf)**
VALOR (III)	-8.381.352,04	-4.354.399,44	-2.006.814,41
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:43:37			
IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025			

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita FederaldoBrasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIRJOSEDEMEDEIROS: 03897344467
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:08:27-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405
Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:08:46-03'00' Foxit Reader Versão: 10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS
Contador(a)

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU= ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN=WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:Data:2025.05.1208:05:22-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:5BA4D751

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
A COMISSÃO INSTITUÍDA NA PORTARIA 01014/2025 TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR COM A NOTA DA PROVA ORAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN. EDITAL 001/2025.

A COMISSAO INSTITUÍDA NA PORTARIA 0104/2025 TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR COM A NOTA DA PROVA ORAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ-RN.
EDITAL 001/2025.

NIVEL SUPERIOR - SAÚDE

Médico - Atenção Primária em Saúde - APS – 03 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
41	Murilo Nogueira Abrantes	Médico- Atenção Primária em Saúde-APS	5,5	10,0	7,8	1º Aprovado/ Classificado
43	Karla Kalene Fernandes Melo Araújo	Médico- Atenção Primária em Saúde-APS	6,0	9,3	7,7	2º Aprovada/ Classificada
20	Jose Álvaro Dantas Almino	Médico- Atenção Primária em Saúde-APS	4,0	10,0	7,0	3º Aprovado/ Classificado
40	Maria Isabele Oliveira Sousa	Médico- Atenção Primária em Saúde-APS	4,0	6,5	5,3	4º Classificada
21	Alisson Jesisai Pinto Gurgel	Médico- Atenção Primária em Saúde-APS	2,0	7,4	4,7	5º Classificado

Enfermeiro -APS 40 horas – 03 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
07	Emerson Rodrigo Santos Linhares	Enfermeiro -APS	7,5	10,0	8,8	1º Aprovado/ Classificado
60	Ronally Dart Oliveira	Enfermeiro -APS	7,5	9,6	8,6	2º Aprovada/ Classificada
45	Iris Dayane Oliveira Freitas	Enfermeiro -APS	6,0	10,0	8,0	3º Aprovada/ Classificada
57	Mayara Cristine Monteiro Saraiva Lobo	Enfermeiro -APS	7,5	8,3	7,9	4º Classificada
66	Tamires Praxedes Fernandes Gomes	Enfermeiro -APS	7,0	8,8	7,9	5º Classificada
21	Inalda Duarte Barbosa	Enfermeiro -APS	3,0	8,3	5,7	6º Classificada
33	Nerilson de Lima Libanio da Silva	Enfermeiro -APS	4,5	5,8	5,2	7º Classificado
22	Jaudma Cristtina Gomes Bessa Galdino	Enfermeiro -APS	6,5	2,6	4,6	8º Classificada
28	Albaniza Paiva de Melo Neta	Enfermeiro -APS	0,0	7,9	4,0	9º Classificada
05	Luana de Souza Oliveira Pereira	Enfermeiro -APS	0,0	Ausente	--	Desclassificada 7.3.10

Nutricionista – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Prova Oral	Classificação
42	Mabel de Freitas Batista	Nutricionista	6,5	10,0	8,3	1º Aprovada/ Classificada
06	Francimar Alves Rego	Nutricionista	7,5	8,4	8,0	2º Classificado
52	Pâmela Monique Barbosa Andrade	Nutricionista	6,5	7,9	7,2	3º Classificada

Psicólogo/Saúde 30h – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
74	Maria Luiza Gomes Pereira	Psicólogo/ Saúde 30h	6,5	10,0	8,3	1º Aprovada/ Classificada
70	Alickson Fernandes Bessa	Psicólogo/ Saúde 30h	7,5	3,8	5,6	2º Classificado
72	Bismark de Oliveira Gomes	Psicólogo/ Saúde 30h	7,5	Ausente	--	Desclassificado 7.3.10

Fisioterapeuta 30h - 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
46	Andreza Mirele dos Santos Lima	Fisioterapeuta 30h	6,0	7,6	6,8	1º Aprovada/ Classificada

Fisioterapeuta 20h - 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
09	Mikarla Cavalcanti da Costa	Fisioterapeuta 20h	3,5	9,0	6,3	1º Aprovada/ Classificada

Fonoaudiólogo - 01 Vaga*

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
--	--	--	--	--	--	--

*Não houve inscrições

Psicólogo/Saúde 20h – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
75	Lizandra Cristina Dantas da Silva	Psicólogo/ Saúde 20h	4,5	9,8	7,2	1º Aprovada/ Classificada

Cirurgião Dentista – 03 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
34	Agabio Torquato Gurgel Filho	Cirurgião Dentista	6,0	10,0	8,0	1º Aprovado/ Classificado
18	Maria Alice Maia de Queiroz	Cirurgião Dentista	6,0	9,8	7,9	2º Aprovada/ Classificada
14	Anna Flávia Silveira Batista	Cirurgião Dentista	5,0	9,4	7,2	3º Aprovada/ Classificada
39	Claricia Rodrigues Pereira de Souza	Cirurgião Dentista	5,5	7,0	6,3	4º Classificada
78	Eugenio Marinho de Oliveira Sobrinho	Cirurgião Dentista	2,5	10,0	6,3	5º Classificado
44	Danielle Bezerra de Oliveira Nacimento	Cirurgião Dentista	1,5	8,5	5,0	6º Classificada
12	Francisco Braune de Oliveira Silva	Cirurgião Dentista	0,0	5,9	3,0	7º Classificado

49	Francisco Das Chagas de Oliveira Neto	Cirurgião Dentista	0,5	3,0	1,8	8º Classificado

Farmacêutico – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
23	Francisco Barbosa Junior	Farmacêutico	6,5	9,3	7,9	1º Aprovado/ Classificado
54	Gabriel Fernandes Cavalcanti de Paiva	Farmacêutico	3,5	8,0	5,8	2º Classificado

Educador Físico – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
25	Leticia Maia de Lima Leão	Educador Físico	2,0	10,0	6,0	1º Aprovada/ Classificada

Enfermeiro – Hospital – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
67	Leonardo Wladimy de Miranda Tavares	Enfermeiro – Hospital	5,0	9,7	7,4	1º Aprovado/ Classificado
29	Daisys Maria Rodrigues Melo	Enfermeiro – Hospital	6,0	8,8	7,4	2º Classificada
55	Elenilda Batista de Medeiros	Enfermeiro – Hospital	7,5	7,1	7,3	3º Classificada

NIVEL SUPERIOR – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Psicólogo – 1 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
11	Plinio de Souza Freitas	Psicólogo	7,0	10,0	8,5	1º Aprovado/ Classificado
26	Francisca Ruci Karionaria Paiva Souza	Psicólogo	6,0	9,5	7,8	2º Classificada
17	Lilian Tamires Nunes Rego	Psicólogo	4,0	10,0	7,0	3º Classificada

Assistente Social - Cadastro Único – 1 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
21	Francisco Iuremberg Martins de Oliveira	Assistente Social - Cadastro Único	7,5	10,0	8,8	1º Aprovado/ Classificado

Assistente Social - PAIF – 1 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
10	Tassia Daniely Morais de Souza	Assistente Social - Paif	7,5	10,0	8,8	1º Aprovada/ Classificada

NIVEL SUPERIOR - EDUCAÇÃO

Assistente Social/Educação – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
02	Deyvison Rafael Fernandes Alves	Assistente Social/Educação	7,0	8,2	7,6	1º Aprovado/ Classificado

Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil – 07 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
13	Jacédina Kelly Brasil Oliveira	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	6,5	8,2	7,4	1º Aprovada/ Classificada
08	Antonia Lidalene Melo Pereira Morais	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	6,5	7,9	7,2	2º Aprovada/ Classificada
29	Velania Maria Gomes Soares Barbosa	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	5,0	8,0	6,5	3º Aprovada/ Classificada
53	Cintia Ednara Moura Pinheiro	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	3,5	7,1	5,3	4º Aprovada/ Classificada
31	Marina Mara Silva	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	2,5	8,1	5,3	5º Aprovada/ Classificada
32	Jonally Jenedy Maia Andrade	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Educação Infantil	1,0	7,0	4,0	6º Aprovada/ Classificada

Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Ensino Fundamental – 05 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
37	Antonia Lydja Oliveira Fernandes	Auxiliar De Apoio Ao Ensino – Ensino Fundamental	5,0	9,6	7,3	1º Aprovada/ Classificada

Professor Pedagogo – Educação Infantil– 10 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
01	Leilianne Luisa Araújo Pinheiro	Professor Pedagogo – Educação Infantil	7,5	9,0	8,3	1º Aprovada/ Classificada
20	Erika Maiary Moura Oliveira	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,5	9,4	8,0	2º Aprovada/ Classificada
12	Jane Alexandra de Freitas Estevão	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,5	8,5	7,5*	3º Aprovada/ Classificada
28	Antonia Gessica Ariely Freitas Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,5	8,5	7,5*	4º Aprovada/ Classificada
26	Luana Mara Maia da Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,5	8,2	7,4	5º Aprovada/ Classificada
52	Josineide Maia Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	5,5	9,0	7,3	6º Aprovada/ Classificada
25	Francisca Karina Alves da Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,0	8,3	7,2	7º Aprovada/ Classificada
56	Antonia Nayane Silva Souza Maia	Professor Pedagogo – Educação Infantil	5,5	8,9	7,2	8º Aprovada/ Classificada
16	Francisca Jessica de Freitas Estevão	Professor Pedagogo – Educação Infantil	5,5	8,8	7,2	9º Aprovada/ Classificada

27	Milene Stefanny Melo Costa	Professor Pedagogo – Educação Infantil	6,0	8,1	7,1	10º Aprovada/ Classificada
15	Maria Alcinete Gomes de Menezes	Professor Pedagogo – Educação Infantil	4,5	9,2	6,9	11º Classificada
17	Tayane Alves Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	5,5	8,1	6,8	12º Classificada
57	Antonia Clenilda da Silva Maia	Professor Pedagogo – Educação Infantil	4,5	8,6	6,6	13º Classificada
44	Maria Alexsandra da Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	5,5	7,3	6,4	14º Classificada
48	Maria Luciana do Nascimento	Professor Pedagogo – Educação Infantil	3,5	8,8	6,2	15º Classificada
51	Giulia Yaridsa Fernandes Lima	Professor Pedagogo – Educação Infantil	3,5	8,9	6,2	16º Classificada
45	Francisca Sheylla Celestina Cavalcante	Professor Pedagogo – Educação Infantil	4,5	7,5	6,0	17º Classificada
38	Maria Elianiria Morais da Silva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	3,5	7,8	5,7	18º Classificada
10	Nathalia Marusk Maia Vaz	Professor Pedagogo – Educação Infantil	2,5	8,9	5,7	19º Classificada
14	Francisca Irandi Freire Paiva	Professor Pedagogo – Educação Infantil	1,0	9,5	5,3	20º Classificada

Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais – 5 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
33	Vagna Cristina Brasil Gurgel Freire	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	7,0	9,3	8,2	1º Aprovada/ Classificada
34	Leandro Alves de Medeiros	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	5,5	9,6	7,6	2º Aprovado/ Classificado
50	Lenilda Lilyane Silva Melo	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	5,0	9,1	7,1	3º Aprovada/ Classificada
18	Maria da Conceição Linhares da Silva	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	5,0	9,0	7,0	4º Aprovada/ Classificada
11	Antonia Maria de Oliveira Gomes Almeida	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	4,5	9,2	6,9	5º Aprovada/ Classificada
09	Vilaeni Alves de Medeiros Freitas	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	5,5	8,0	6,8	6º Classificada
35	Kariny Raianny Silva Batista	Professor Pedagogo – Educação Fundamental Anos Iniciais	3,5	9,3	6,4	7º Classificada

Professor Disciplinas Específicas - Português – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
47	Maria Heloísa Alves Lins	Professor Disciplinas Específicas – Português	5,5	9,8	7,7	1º Aprovada/ Classificada
30	Andreza Pinheiro Pereira Farias	Professor Disciplinas Específicas – Português	5,5	9,7	7,6	2º Classificada
19	Diana Kelly Custódio Sena	Professor Disciplinas Específicas - Português	1,0	8,5	4,8	3º Classificada

Professor Disciplinas Específicas - Matemática – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
36	Magnus Kelly de Oliveira Pinheiro	Professor Disciplinas Específicas - Matemática	10,0	Ausente	--	Desclassificado 7.3.10

Professor Disciplinas Específicas - Ciências – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
22	Edson Alves de Lima Júnior	Professor Disciplinas Específicas - Ciências	6,5	9,9	8,2	1º Aprovado/ Classificado
41	Acassio Simandro Maia Pereira	Professor Disciplinas Específicas - Ciências	6,0	9,5	7,8	2º Classificado
49	Karindja Maiara Silva Paiva	Professor Disciplinas Específicas - Ciências	6,5	8,9	7,7	3º Classificada

Professor Disciplinas Específicas - História – 02 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
04	Allan Campelo Monteiro	Professor Disciplinas Específicas - História	2,5	10,0	6,3	1º Aprovado/ Classificado
03	Francisca Lucelia Araujo da Silva	Professor Disciplinas Específicas - História	0,5	7,5	4,0	2º Aprovada/ Classificada

Professor Disciplinas Específicas - Geografia – 02 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
54	Samuel Jonathan Gomes Rocha Medeiros	Professor Disciplinas Específicas – Geografia	6,5	10,0	8,3	1º Aprovado/ Classificado
42	Djailson Donato de Rezende	Professor Disciplinas Específicas - Geografia	3,0	10,0	6,5	2º Aprovado/ Classificado
43	Ana Paula Pereira Freitas Rodrigues	Professor Disciplinas Específicas – Geografia	3,0	9,5	6,3	3º Classificada
23	Pedro Henrique Ferreira	Professor Disciplinas Específicas – Geografia	2,5	9,8	6,2	4º Classificado

Professor Disciplinas Específicas - Artes – 01 Vaga*

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
--	--	--	--	--	--	--

*Não houve aprovados

Professor Disciplinas Específicas – Ensino Religioso – 01 Vaga*

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
--	--	--	--	--	--	--

*Não houve inscrições

Professor Disciplinas Específicas – Educação Física – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
57	Francisco Junior Silva Menezes	Professor Disciplinas Específicas – Educação Física	5,0	9,3	7,2	1º Aprovado/ Classificado

Psicopedagogo - Educação — 02 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
40	Maria Joana Darc Nunes	Psicopedagogo – Educação	7,5	10,0	8,8	1º Aprovada/ Classificada
46	Francisca Rosineide Gurgel Campelo Rego	Psicopedagogo - Educação	5,5	10,0	7,8	2º Aprovada/ Classificada
39	Josenildo Nogueira Araujo	Psicopedagogo – Educação	5,5	9,8	7,7	3º Classificado

Psicólogo - Educação – 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
06	Bárbara Brasil de Freitas	Psicólogo - Educação	7,5	9,0	8,3	1º Aprovada/ Classificada

NÍVEL MÉDIO

Exercício profissional – E.P.
Aperfeiçoamento ou Atualização Profissional – A.P

SAÚDE
Fiscal de vigilância sanitária– 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
50	Wellison Bertiê da Silva	Fiscal de vigilância sanitária–	5,0	9,6	7,3	1º Aprovado/ Classificado

Técnico de Enfermagem - APS– 04 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
35	Juliana Alves Fernandes Maia	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	9,9	8,5	1º Aprovada/ Classificada
04	Aretuza Lucia da Silva	Técnico de Enfermagem - APS	8,0	8,8	8,4	2º Aprovada/ Classificada
11	Maria Amelia Fernandes Silva	Técnico de Enfermagem – APS	8,0	8,5	8,3	3º Aprovada/ Classificada
19	Antonio Venismar de Lima Freitas	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	9,6	8,3	4º Aprovado/ Classificado
17	Eudes Ramos de Lima Junior	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	8,5	7,8	5º Classificado
71	Agna Andriely Costa de Araújo	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	6,1	6,6	6º Classificada
77	Rosanny Mirelly Melo Almeida	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	6,2	6,6	7º Classificada
16	Francisco Fernando de Carvalho	Técnico de Enfermagem - APS	5,0	7,7	6,4	8º Classificado
15	Maria Lucileire Galdino Silva	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	5,3	6,2	9º Classificada
02	Maria Amélia da Silva Melo	Técnico de Enfermagem - APS	7,0	4,0	5,5	10º Classificada
47	Francisca Wilnaria Torres Oliveira	Técnico de Enfermagem - APS	3,0	4,1	3,6	11º Classificada
26	Leidiana Germano Marinho	Técnico de Enfermagem - APS	4,5	0,2	2,4	12º Classificada
30	Ana Cleide da Silva	Técnico de Enfermagem - APS	3,0	1,5	2,3	13º Classificada

Auxiliar de Enfermagem APS– 01 Vaga

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
50	Francisca Arenilde Pereira da Silva	Auxiliar de Enfermagem	7,0	8,3	7,7	1º Aprovada/ Classificada

Técnico de Saúde Bucal- APS– 03 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
24	Sandra Carla Felipe de Oliveira Silva	Técnico de Saúde Bucal	7,0	9,6	8,3	1º Aprovada/ Classificada
37	Maria Edjaelma da Silva Moreira	Técnico de Saúde Bucal	7,0	9,6	8,3	2º Aprovada/ Classificada
73	Kirley Gabi Ribeiro	Técnico de Saúde Bucal	4,5	4,8	4,7	3º Aprovada/ Classificada
13	Antonia Girleide do Carmo	Técnico de Saúde Bucal	2,0	6,5	4,3	4º Classificada
76	Vanusa Bezerra de Lima Brasil	Técnico de Saúde Bucal	2,0	5,4	3,7	5º Classificada
58	Raenya Kelly Silva Oliveira	Técnico de Saúde Bucal	2,0	3,5	2,8	6º Classificada

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Orientador Social – SCFV– 05 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
14	Rômulo Brasil Resende	Orientador Social – SCFV	9,0	10,0	9,5	1º Aprovado/ Classificado
22	Maria Sonali Araujo Dantas	Orientador Social – SCFV	9,0	9,5	9,3	2º Aprovada/ Classificada
19	Marta Dyjaelma Alves e Silva Maia	Orientador Social – SCFV	9,0	8,0	8,5	3º Aprovada/ Classificada
15	Nathalia Amorim Almeida	Orientador Social – SCFV	7,0	9,0	8,0	4º Aprovada/ Classificada
16	Maria Izaura de Oliveira Ramos	Orientador Social – SCFV	8,0	7,5	7,8	5º Aprovada/ Classificada
05	Linaeus Euller Gomes da Silva	Orientador Social – SCFV	2,5	4,5	3,5	6º Classificado
12	Francisca Lucia da Silva	Orientador Social – SCFV	1,0	Ausente	--	Desclassificado 7.3.10

Visitador do Programa Criança Feliz– 04 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
06	Mirla Melo Costa	Visitador do Programa Criança Feliz	8,0	10,0	9,0	1º Aprovada/ Classificada
07	Fernanda Disnelandia Viana	Visitador do Programa Criança Feliz	7,0	8,5	7,8	2º Aprovada/ Classificada
08	Claudia Merielly Moura Brasil	Visitador do Programa Criança Feliz	8,0	6,0	7,0	3º Aprovada/ Classificada
09	Thayres Juliana Brasil Santos	Visitador do Programa Criança Feliz	6,0	8,0	7,0	4º Aprovada/ Classificada
25	Leticia Michelly Maia Bessa	Visitador do Programa Criança Feliz	3,5	7,0	5,3	5º Classificada

24	Monny Raquel Cavalcante Maia	Visitador do Programa Criança Feliz	1,5	6,5	4,0	6º Classificada
13	Alicia Thayna Oliveira Silva	Visitador do Programa Criança Feliz	0,5	7,0	3,8	7º Classificada
04	Maria Ruth Gomes de Morais	Visitador do Programa Criança Feliz	0,0	6,5	3,3	8º Classificada

Digitador do CadÚnico – 02 Vagas

Nº	Nome do candidato	Cargo	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Oral	Nota Final	Classificação
02	Raimundo Nonato de Oliveira	Digitador do CadÚnico	7,0	9,5	8,3	1º Aprovado/ Classificado
23	Elizangela Maria de Oliveira Pinheiro	Digitador do CadÚnico	7,0	9,5	8,3	2º Aprovada/ Classificada
03	Ana Lara Gomes Rezende	Digitador do CadÚnico	1,0	8,0	4,5	3º Classificada
20	Max Emiliano Pereira de Andrade	Digitador do CadÚnico	0,0	Ausente	--	Desclassificado 7.3.10
18	João Batista Fernandes de Oliveira	Digitador do CadÚnico	0,0	Ausente	--	Desclassificado 7.3.10

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:0CFA43E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025 – AGRICULTURA FAMILIAR – PNAE

Processo administrativo nº 028/2025

Tendo em vista o cumprimento de todas as exigências contidas na Lei Federal 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, aplicando-se subsidiariamente as determinações da Lei Federal 14.133/21, homologo e Adjudico o Resultado da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025, para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A COMPOSIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR JUNTO A AGRICULTORES ENQUADRADOS NO PROGRAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNAE), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO DE JARDIM DE ANGICOS/RN**, tal como consta do **processo administrativo nº 028/2025**, em favor dos seguintes Agricultores:

GRUPO DE MULHERES INFORMAL: Composto por IELMA DANTAS GOMES LISBOA, portador(a) do CPF nº XXX.817.974-XX e LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº XXX.500.844-78, foram declaradas credenciadas nos itens conforme planilha a seguir:

IELMA DANTAS GOMES LISBOA:					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UND.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	250	KG	R$ 11,29	R$ 2.822,50
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	300	KG	R$ 12,27	R$ 3.681,00
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	400	KG	R$ 10,39	R$ 4.156,00
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	90	KG	R$ 10,09	R$ 908,10
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 9,22	R$ 922,00
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	140	KG	R$ 9,80	R$ 1.372,00
7	REPOLHO, ESPÉCIE BRANCO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	50	KG	R$ 22,63	R$ 1.131,50
8	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	150	MOL	R$ 4,51	R$ 676,50
9	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	110	KG	R$ 11,09	R$ 1.219,90
10	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	106	KG	R$ 10,79	R$ 1.143,74
11	BETERRABA, PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO	50	KG	R$ 11,19	R$ 559,50

	UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.				
12	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	70	KG	R$ 16,79	R$ 1.175,30
13	CHUCHU, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIARIA TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ODOR AGRADÁVEL E CONSISTÊNCIA FIRME, COM POLPA INTACTA, COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR A SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, NÃO LENHOSO, BEM FORMADO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	30	KG	R$ 12,89	R$ 386,70
14	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	90	KG	R$ 10,96	R$ 986,40
15	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	300	KG	R$ 9,94	R$ 2.982,00
16	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	15	KG	R$ 16,64	R$ 249,60
17	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	225	KG	R$ 16,69	R$ 3.755,25
18	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	36	KG	R$ 11,93	R$ 429,48
19	OVOS DE GALINHA, ÍNTEGRO, LIVRE DE SUJIDADES, COM PESO MÉDIO DE 50G. COTAÇÃO POR BANDEJA COM 30 UNDS E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RIISPOA/MA, RES. 01 DE 05/07/91.	100	UND	R$ 38,20	R$ 3.820,00
20	TOMATE, NÃO VERDE E NÃO MUITO MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 13,32	R$ 1.332,00
21	MAÇÃ NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAÚDA, TAMANHO E COR UNIFORMES, DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FÍSICOS E QUÍMICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	202	KG	R$ 27,64	R$ 5.583,28
22	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, OPACA E FIRME, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DO MANUSEIO E TRANSPORTE E ISENTA DE SUJIDADES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	56	KG	R$ 12,60	R$ 705,60
VALOR TOTAL:					R$ 39.998,35

LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA:					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UND.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	250	KG	R$ 11,29	R$ 2.822,50
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	300	KG	R$ 12,27	R$ 3.681,00
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	400	KG	R$ 10,39	R$ 4.156,00
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	90	KG	R$ 10,09	R$ 908,10
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 9,22	R$ 922,00
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	140	KG	R$ 9,80	R$ 1.372,00
7	REPOLHO, ESPÉCIE BRANCO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	50	KG	R$ 22,63	R$ 1.131,50
8	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	150	MOL	R$ 4,51	R$ 676,50
9	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES,	110	KG	R$ 11,09	R$ 1.219,90

	MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.				
10	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	106	KG	R$ 10,79	R$ 1.143,74
11	BETERRABA, PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 11,19	R$ 559,50
12	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	70	KG	R$ 16,79	R$ 1.175,30
13	CHUCHU, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIARIA TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ODOR AGRADÁVEL E CONSISTÊNCIA FIRME, COM POLPA INTACTA, COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR A SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, NÃO LENHOSO, BEM FORMADO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	30	KG	R$ 12,89	R$ 386,70
14	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	90	KG	R$ 10,96	R$ 986,40
15	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	300	KG	R$ 9,94	R$ 2.982,00
16	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	15	KG	R$ 16,64	R$ 249,60
17	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	225	KG	R$ 16,69	R$ 3.755,25
18	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	36	KG	R$ 11,93	R$ 429,48
19	OVOS DE GALINHA, ÍNTEGRO, LIVRE DE SUJIDADES, COM PESO MÉDIO DE 50G. COTAÇÃO POR BANDEJA COM 30 UNDS E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RIISPOA/MA, RES. 01 DE 05/07/91.	100	UND	R$ 38,20	R$ 3.820,00
20	TOMATE, NÃO VERDE E NÃO MUITO MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 13,32	R$ 1.332,00
21	MAÇÃ NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAÚDA, TAMANHO E COR UNIFORMES, DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FÍSICOS E QUÍMICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	202	KG	R$ 27,64	R$ 5.583,28
22	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, OPACA E FIRME, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DO MANUSEIO E TRANSPORTE E ISENTA DE SUJIDADES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	56	KG	R$ 12,60	R$ 705,60
VALOR TOTAL:					R$ 39.998,35

GRUPO INFORMAL: Composto por JACKSON DANTAS GOMES, portador(a) do CPF nº XXX.780.114-XX e JOÃOIGOR DANTAS LISBOA, portador(a) do CPF nº XXX.673.964, foram declarados credenciados nos itens conforme planilha a seguir:

JACKSON DANTAS GOMES:					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UND.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	250	KG	R$ 11,29	R$ 2.822,50
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	300	KG	R$ 12,27	R$ 3.681,00
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	400	KG	R$ 10,39	R$ 4.156,00
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	100	KG	R$ 10,09	R$ 1.009,00
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 9,22	R$ 922,00
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE	158	KG	R$ 9,80	R$ 1.548,40

	LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.				
7	REPOLHO, ESPÉCIE BRANCO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	50	KG	R$ 22,63	R$ 1.131,50
8	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	150	MOL	R$ 4,51	R$ 676,50
9	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	110	KG	R$ 11,09	R$ 1.219,90
10	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	106	KG	R$ 10,79	R$ 1.143,74
11	BETERRABA, PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 11,19	R$ 279,75
12	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	70	KG	R$ 16,79	R$ 1.175,30
13	CHUCHU, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIARIA TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ODOR AGRADÁVEL E CONSISTÊNCIA FIRME, COM POLPA INTACTA, COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR A SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, NÃO LENHOSO, BEM FORMADO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	30	KG	R$ 12,89	R$ 386,70
14	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	90	KG	R$ 10,96	R$ 986,40
15	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	300	KG	R$ 9,94	R$ 2.982,00
16	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	15	KG	R$ 16,64	R$ 249,60
17	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	225	KG	R$ 16,69	R$ 3.755,25
18	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	36	KG	R$ 11,93	R$ 429,48
19	OVOS DE GALINHA, ÍNTEGRO, LIVRE DE SUJIDADES, COM PESO MÉDIO DE 50G. COTAÇÃO POR BANDEJA COM 30 UNDS E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RIISPOA/MA, RES. 01 DE 05/07/91.	100	UND	R$ 38,20	R$ 3.820,00
20	TOMATE, NÃO VERDE E NÃO MUITO MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 13,32	R$ 1.332,00
21	MAÇÃ NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAÚDA, TAMANHO E COR UNIFORMES, DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FÍSICOS E QUÍMICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	202	KG	R$ 27,64	R$ 5.583,28
22	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, OPACA E FIRME, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DO MANUSEIO E TRANSPORTE E ISENTA DE SUJIDADES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	56	KG	R$ 12,60	R$ 705,60
VALOR TOTAL:					R$ 39.995,90

JOÃO IGOR DANTAS LISBOA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	250	KG	R$ 11,29	R$ 2.822,50	
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	300	KG	R$ 12,27	R$ 3.681,00	
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	400	KG	R$ 10,39	R$ 4.156,00	
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA	100	KG	R$ 10,09	R$ 1.009,00	

	QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.					
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 9,22	R$ 922,00	
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	158	KG	R$ 9,80	R$ 1.548,40	
7	REPOLHO, ESPÉCIE BRANCO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	50	KG	R$ 22,63	R$ 1.131,50	
8	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	150	MOL	R$ 4,51	R$ 676,50	
9	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	110	KG	R$ 11,09	R$ 1.219,90	
10	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	106	KG	R$ 10,79	R$ 1.143,74	
11	BETERRABA, PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 11,19	R$ 279,75	
12	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	70	KG	R$ 16,79	R$ 1.175,30	
13	CHUCHU, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIARIA TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ODOR AGRADÁVEL E CONSISTÊNCIA FIRME, COM POLPA INTACTA, COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR A SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS, E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, NÃO LENHOSO, BEM FORMADO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	30	KG	R$ 12,89	R$ 386,70	
14	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	90	KG	R$ 10,96	R$ 986,40	
15	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	300	KG	R$ 9,94	R$ 2.982,00	
16	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	15	KG	R$ 16,64	R$ 249,60	
17	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	225	KG	R$ 16,69	R$ 3.755,25	
18	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	36	KG	R$ 11,93	R$ 429,48	
19	OVOS DE GALINHA, ÍNTEGRO, LIVRE DE SUJIDADES, COM PESO MÉDIO DE 50G. COTAÇÃO POR BANDEJA COM 30 UNDS E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RIISPOA/MA, RES. 01 DE 05/07/91.	100	UND	R$ 38,20	R$ 3.820,00	
20	TOMATE, NÃO VERDE E NÃO MUITO MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 13,32	R$ 1.332,00	
21	MAÇÃ NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAÚDA, TAMANHO E COR UNIFORMES, DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FÍSICOS E QUÍMICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	202	KG	R$ 27,64	R$ 5.583,28	
22	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, OPACA E FIRME, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DO MANUSEIO E TRANSPORTE E ISENTA DE SUJIDADES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM	56	KG	R$ 12,60	R$ 705,60	
VALOR TOTAL:					R$ 39.995,90	

O(a) agricultor(a) individual o(a) Sr(a). LUCIELSON CARVALHO DOS SANTOS, portador do CPF nº XXX.930.864-XX, foi declarado credenciado nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	1.600	KG	R$ 10,09	R$ 16.144,00	
9	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR,	1.000	KG	R$ 11,09	R$ 11.090,00	

	CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.					
15	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	1.200	KG	R$ 9,94	R$ 11.928,00	
VALOR TOTAL:					R$ 39.162,00	

O(a) agricultor(a) individual o(a) Sr(a). LUCIANA BRITO DE CARVALHO SANTOS, portador do CPF nº XXX.226.894-XX, foi declarado credenciado nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	1.200	KG	R$ 12,27	R$ 14.724,00	
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	1.600	KG	R$ 10,39	R$ 16.624,00	
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	800	KG	R$ 9,80	R$ 7.840,00	
VALOR TOTAL:					R$ 39.188,00	

Jardim de Angicos/RN, 05 de junho de 2025

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:9A81CB75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 350/2025 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 350/2025 – GP/PMJP

Dispõe sobre aulas complementares de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 54 da Lei nº 518/2001 de 03 de dezembro de 2001.
Considerando a necessidade de cumprir o Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino;
Considerando, ainda, que o Quadro do Magistério do Município dispõe de Professores, e habilitados e com disponibilidade para atender as necessidades aqui definidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Os professores ficam autorizados a prestar horas/aulas complementares por um período de até trinta dias, conforme tabela anexa, parte integrante desta portaria.

Art. 2º - Fica autorizada a Secretaria de Educação do Município, a determinar o cumprimento das medidas a que se refere o artigo anterior, de acordo com a inclusa tabela de horas/aulas complementares.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 05 de junho de 2025.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

TABELA DE HORAS/AULAS COMPLEMENTARES PARA AS DISCIPLINAS E ATIVIDADES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO INFANTIL						
Nome do Professor	**Estabelecimento**	**Localização**	**Disciplina**	**Quant/Horário**	**Recurso**	**Data de Início**
Fátima Gláucia Santos	Unidade de Ensino Pedro Alexandrino de	**Zona Rural**	Prof. Ens. Fund. I	80h mensais	70%	05/05/2025

	Medeiros					
Francisco de Assis Medeiros	Unidade de Ensino Augusto da Silva Freire	**Zona Rural**	Prof. Ens. Fund. I	40h mensais	70%	07/05/2025
Ivana Rezende dos Santos	Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	08h mensais	70%	19/05/2025
Ivoneide dos Santos Bezerra	Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	80h mensais	70%	05/05/2025
Ivonete dos Santos Rezende	Escola Municipal Monsenhor Walfredo Gurgel	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	80h mensais	70%	05/05/2025
Jussara Almeida	Escola Municipal Maria de Nazareth	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	04h mensais	70%	12/05/2025
Karlicéia Pereira da Costa	Escola Municipal Maria Cruz de Medeiros	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	16h mensais	70%	11/05/2025
Kássio Alves Dantas	Escola Municipal Monsenhor Walfredo Gurgel	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. II	17h mensais	70%	05/05/2025
Maria José Dutra da Silva	Escola Municipal Maria Cruz de Medeiros	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	40h mensais	70%	13/05/2025
Monalisa Bezerra de Paiva	Creche Municipal Santa Mônica	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	44h mensais	70%	05/05/2025
Raflana Morgana dos Santos	Escola Municipal Maria Cruz de Medeiros	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	12h mensais	70%	20/05/2025
Regina Maria Dantas Vale	Escola Municipal Maria Cruz de Medeiros	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	80h mensais	70%	05/05/2025
Vera Lúcia Dutra de Oliveira	Escola Municipal Monsenhor Walfredo Gurgel	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. II	120h mensais	70%	05/05/2025
Walber dos Santos Morais	Unidade Ensino Augusto da Silva Freire	**Zona Rural**	Prof. Ens. Fund. I	52h mensais	70%	07/05/2025
Zuilma Pereira Cavalcante	Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos	**Zona Urbana**	Prof. Ens. Fund. I	08h mensais	70%	07/05/2025

Jardim de Piranhas/RN, 05 de junho de 2025.

HIGOR EDUARDO DANTAS ALVES	***ROGÉRIO SOARES***
Secretário Municipal de Educação	Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:E7C16F40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 030/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 05050001/2025

OBJETO:Registro de preços para possível contratação gradativa de empresa especializada no fornecimento de cimento.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame;
Considerando, que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes;

ADJUDICOo presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **FRANCISCO J L DE Q ARAÚJO - ME**						
CNPJ: **15.260.346/0001-04**				Email:	Telefone:	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	SACO DE CIMENTO COM 40KG	MIZU	Und	1.700,000000	41,30	70.210,00
Total:						70.210,00

Valor Total**R$ 70.210,00 (**setenta mil, duzentos e dez reais);

Jucurutu/ RN, 05 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:95FD7ACB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 12/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13120001/2024

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA VISANDO SUPRIR DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame;
Considerando, que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
Considerando, que houve manifestação no que concerne a interposição de recursos pelas empresas **ATEK TEM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.389.955/0001-88 e **DELTA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 24.654.745/0001-32, e contrarrazões por parte da empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN – COOPEDU**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.537.126/0001-84, e que após analisados os memoriais, tais recursos foram indeferidos;

ADJUDICOo presente procedimento em favor da (s) licitante (s):
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN - CNPJ: 35.537.126/0001-84.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
LOTE ÚNICO					
01	**PORTEIRO – CARGA HORÁRIA:** 8 (oito) horas/dia **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES**: Reponsavel pela fiscalização e guarda o patrimônio, além de controlar a entrada e saída de pessoas e veículos nas dependências, bem como orientar as pessoas sobre seus destinos e fazer pequenos reparos.	Diária	2.100	R$ 101,41	R$ 212.961,00
02	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	2.100	R$ 109,73	R$ 230.433,00
03	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 6 (seis) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	3.150	R$ 82,30	R$ 259.245,00
04	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	2.100	R$ 54,86	R$ 115.206,00
05	**CUIDADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS – CARGA HORÁRIA:** 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	7.350	R$ 45,74	R$ 336.189,00
06	**CUIDADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS – CARGA HORÁRIA:** 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	1.050	R$ 91,47	R$ 96.043,50
07	**CUIDADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CARGA HORÁRIA**: 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	5.250	R$ 45,74	R$ 240.135,00
08	**CUIDADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	1.050	R$ 91,47	R$ 96.043,50
09	**AGENTE ADMINISTRATIVO – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios e informática.	Diária	2.100	R$ 91,47	R$ 192.087,00
10	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente	Diária	1.680	R$ 173,53	R$ 291.530,40
11	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) – CARGA HORÁRIA**: hora extra. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. **Obs.: Designação do profissional para executar o serviço em demandas extras, que ultrapassem o horário de expediente pré-estabelecido**	Hora	6.000	R$ 21,69	R$ 130.140,00
12	**MOTORISTA (CNH– B) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.	Diária	1.050	R$ 138,68	R$ 145.614,00
13	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) DESTINADO PARA DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia deslocamento de estudantes ou profissionais para participação em eventos, reuniões administrativas para cidades até 300km de distância do município de Jucurutu	Diária	180	R$ 173,53	R$ 31.235,40
14	**COORDENADOR PEDAGÓGICO – CARGA HORÁRIA:** 08 (oito) horas. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento metodológico e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas	Diária	420	R$ 91,47	R$ 38.417,40
VALOR TOTAL					**R$ 2.415.280,20**

Valor Total**2.415.280,20 (**dois milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e vinte centavos)

Jucurutu/ RN, 04 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:FD70EAA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 030/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 05050001/2025

OBJETO:Registro de preços para possível contratação gradativa de empresa especializada no fornecimento de cimento.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **FRANCISCO J L DE Q ARAÚJO - ME**						
CNPJ: **15.260.346/0001-04**				Email:	Telefone:	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	SACO DE CIMENTO COM 40KG	MIZU	Und	1.700,000000	41,30	70.210,00
Total:						70.210,00

Valor Total**R$ 70.210,00 (**setenta mil, duzentos e dez reais);

CONVOQUEM-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

Jucurutu/ RN, 05 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:FA6D9EF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 12/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13120001/2024

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA VISANDO SUPRIR DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN - CNPJ: 35.537.126/0001-84.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
LOTE ÚNICO					
01	**PORTEIRO – CARGA HORÁRIA:** 8 (oito) horas/dia **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES**: Reponsavel pela fiscalização e guarda o patrimônio, além de controlar a entrada e saída de pessoas e veículos nas dependências, bem como orientar as pessoas sobre seus destinos e fazer pequenos reparos.	Diária	2.100	R$ 101,41	R$ 212.961,00
02	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	2.100	R$ 109,73	R$ 230.433,00
03	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 6 (seis) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	3.150	R$ 82,30	R$ 259.245,00
04	**AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS (ASG) – CARGA HORÁRIA**: 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar trabalho rotineiro de limpeza geral; zelar pela conservação e limpeza do prédio, instalações, móveis, utensílios e áreas externas; executar outras atribuições afins.	Diária	2.100	R$ 54,86	R$ 115.206,00
05	**CUIDADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS – CARGA HORÁRIA:** 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	7.350	R$ 45,74	R$ 336.189,00
06	**CUIDADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS – CARGA HORÁRIA:** 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	1.050	R$ 91,47	R$ 96.043,50
07	**CUIDADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CARGA HORÁRIA**: 4 (quatro) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	5.250	R$ 45,74	R$ 240.135,00
08	**CUIDADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Selecionar métodos, técnicas, materiais pedagógicos e de estimulação; Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária; Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária; Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento; Observar estado geral dos alunos (higiene, saúde etc.); Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene da criança; Desenvolver atividades pedagógicas e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Participar da manutenção das condições ambientais.	Diária	1.050	R$ 91,47	R$ 96.043,50
09	**AGENTE ADMINISTRATIVO – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios e informática.	Diária	2.100	R$ 91,47	R$ 192.087,00
10	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente	Diária	1.680	R$ 173,53	R$ 291.530,40
11	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) – CARGA HORÁRIA**: hora extra. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. **Obs.: Designação do profissional para executar o serviço em demandas extras, que ultrapassem o horário de expediente pré-estabelecido**	Hora	6.000	R$ 21,69	R$ 130.140,00
12	**MOTORISTA (CNH– B) – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.	Diária	1.050	R$ 138,68	R$ 145.614,00
13	**MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR (CNH – D) DESTINADO PARA DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL – CARGA HORÁRIA**: 8 (oito) horas/dia deslocamento de estudantes ou profissionais para participação em eventos, reuniões administrativas para cidades até 300km de distância do município de Jucurutu	Diária	180	R$ 173,53	R$ 31.235,40
14	**COORDENADOR PEDAGÓGICO – CARGA HORÁRIA:** 08 (oito) horas. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES:** Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento metodológico e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas	Diária	420	R$ 91,47	R$ 38.417,40
VALOR TOTAL					**R$ 2.415.280,20**

Valor Total**2.415.280,20 (**dois milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e vinte centavos);

CONVOQUEM-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da **Ata de Registro de Preços**;

Jucurutu/RN, 04 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:179D9FAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMGE Nº 05/2021

DADOS DO AVISO

Maxaranguape/RN, em 05 de junho de 2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 78/2025

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Até o dia 11/06/2025, às 12:00h (meio dia)

REFERÊNCIA DE HORÁRIO

Horário de Brasilia - DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

compraspmmaxaranguape@gmail.com

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**, através da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, com sede na Rua Quinze de Novembro, nº. 45, Centro, Maxaranguape/RN – CEP: 59.580-000, inscrita no CNPJ/MF sob n° 08.170.540/0001-25, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MILHO VERDE EM ESPIGAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS CARENTES E USUÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, COM VISTAS ÀS COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES JUNINAS DE 2025.

VALOR DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MILHO VERDE EM ESPIGAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS CARENTES E USUÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, COM VISTAS ÀS COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES JUNINAS DE 2025.

VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	MILHO VERDE IN – NATURA, Apresentação: Espiga de 1ª Qualidade, Tamanho Médio a Grande. Características Adicionais: Íntegro e Sem Fungos.	Unid	60.000	R$ 0,70	R$ 42.000,00
Valor total					**R$ 42.000,00**

*quarenta e dois mil reais.

Maxaranguape/RN, 05 de junho de 2025.

SETOR DE COMPRAS – PMM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2025

REGÊNCIA LEGAL

As contrações através de dispensa de licitação no Prefeitura Municipal de MAXARANGUAPE são regidas pelos dispositivos legais:
a) Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II;
Instrução Normativa SEMGE nº 05/2021, aprovada pela Portaria SEMGE nº 624/2021.

OBJETO
O presente termo de referência visa orientar a licitação para a AQUISIÇÃO DE MILHO VERDE EM ESPIGAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS CARENTES E USUÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, COM VISTAS ÀS COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES JUNINAS DE 2025.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoas física ou jurídica, regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal n° 14.133/21;
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSC IP, atuando nessa condição (Acórdão n°746/2014 - TCU Plenário);
Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei n° 14.133/21

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas no termo de Referência anexo I deste Aviso.

PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO
PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: publicação para Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de **03 (TRÊS) DIAS UTÉIS,** contados a partir da data de publicação do **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** na imprensa oficial.
A proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: **compraspmmaxaranguape@gmail.com**, fazendo referência no assunto do e-mail a **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2025.**

PROPOSTAS DE PREÇOS

A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
Preços de acordo com os praticados no mercado, dento do preço máximo que a SEMOP se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

Habilitação Jurídica
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito;
Em se tratando de Microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

Regularidade Fiscal e Trabalhista
Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicilio ou sede do interessado;
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do relativo ao domicilio ou sede do interessado;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal "Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011".
Prova de inscrição de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

Qualificação Técnica
Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, suficientes para comprovar a aptidão em execução de objetos similares ao desta contratação.
O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da promitente contratada ou pela própria pessoa jurídica e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da promitente contratada.

Qualificação econômico-financeira
Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
Caso o licitante encontre-se em recuperação judicial, admite-se a participação, em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do Acórdão TCU – Plenário – 1201/2020.

Documentação Complementar de Habilitação
Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal n° 14.133/2021, conforme modelo ANEXO IV;
Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência — PcD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas, conforme modelo ANEXO III;
Certidão Negativa de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS
Certidão Negativa de Cadastro Nacional de Empresas Públicas — CNE
Declaração assinada pelo titular ou representante legal da Requerente, devidamente identificado, em conformidade com o disposto no XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal (Modelo no **Anexo IV** deste Aviso).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

PROPOSTAS DE PREÇOS

As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

HABILITAÇÃO
Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.
Será inabilitada o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sansões estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
Poderá esta Secretaria Municipal da Prefeitura Municipal de MAXARANGUAPE, revogar o presente Aviso, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de falo superveniente, devidamente justificado.
A Secretaria Municipal da Prefeitura Municipal de **MAXARANGUAPE** poderá anular o presente Aviso, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.
Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Prefeitura Municipal.
Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.
A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:
os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Maxaranguape/RN, em 05 de junho de 2025.

KEDSON JOSÉ DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:1295B45E

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MAXARANGUAPE
AVISO DE COTAÇÃO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

O SAAE de Maxaranguape/RN, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE DE MAXARANGUAPE/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	-TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO, LIMPEZA E TESTE; -TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE MÁQUINA ROTATIVA; -PERFURAÇÃO: 10"; -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REVESTIMENTO GEOMECÂNICO DE 150MMX4MM; -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO GEOMECÂNICO DE 150MMX4MMX1MM; -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRÉ-FILTRO (CASCALHADO SELECIONADO DE 2MM A 4MM; -FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE BETONITA ADITIVADA; - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE DEFLOCULANTE; -DESINFECÇÃO DO POÇO COM HIPOCLORETO DE SÓDIO; -FICHA TÉCNICA DO POÇO; -TESTE DE BOMBEAMENTO.	METRO	160	R$ XX	R$ XX
Valor total					**R$ XX**
VALOR POR EXTENSO EM R$					

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: saaemaxa@yahoo.com.br, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (*Portable Document Format*), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
b) Valor total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão;
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
g) Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.
A cotação deverá ser encaminhada até o 3º (terceiro) dia útil a partir dessa publicação, ou seja, até o dia 11/06/2025.

Maxaranguape/RN, 05 de junho de 2025.

Atenciosamente,

SETOR DE COMPRAS – SAAE

Publicado por:
Aliene Olegaria Bento
Código Identificador:196EBBCD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 009/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico - SRP Nº 009/2025

O Prefeito Municipal de Olho d'Água do Borges/RN, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o resultado final, RESOLVE:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o presente processo licitatório na modalidade**Pregão Eletrônico**para Registro de Preços sob o número de nº **009/2025**, tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a Aquisição de material de limpeza e higienização, de forma parcelada, destinado à manutenção das atividades das unidades administrativas, conforme disposto abaixo:

Fornecedor:	11.939.808/0001-55 - MIRAGEM ATACAREJO LTDA						
Qtd. Itens:	26	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		104.147,90
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	LÃ DE AÇO C/ 08 UNID		ASSOLAN	PCT	1.260,00	1,70	2.142,00
4	-VASSOURA DE PALHA		ARTESANAL	UND	940,00	1,70	1.598,00
6	VASSOURA NYLON		ARTESANAL	UND	424,00	6,27	2.658,48
8	AVENTAL DE PLÁSTICO		2D	UND	318,00	4,44	1.411,92
9	LUVAS DESCARTAVEIS DE PLATICO C/100UNID		PREUMAX	PCT	204,00	1,98	403,92
11	PASTILHA SANITÁRIA 35G		PRATIK	UND	1.740,00	1,79	3.114,60
13	COTONETE CX C/ 75 UNID		CARTOLANE	UND	150,00	1,89	283,50
14	COLHER DESCARTÁVEL PARA ALIMENTAÇÃO PCT C/ 100 UND		ULTRACOPUS	PCT	1.280,00	2,84	3.635,20
15	PAPEL TOALHA C/ 2 ROLOS 22X22 CM		BOM NA MESA	PCT	2.300,00	3,59	8.257,00
16	SABÃO EM BARRA 500G		LAVANDEIRA	UND	3.960,00	3,98	15.760,80
18	SHAMPOO INFANTIL120 ML		XUXINHA	UND	240,00	9,00	2.160,00
19	DETERGENTE 500 ML		TANLUX	UND	5.660,00	1,23	6.961,80
23	SABONETE EM BARRA 80G INFANTIL		XUXINHA	UND	480,00	3,85	1.848,00
25	BACIA DE PLÁSTICO DE 10L		ERCA PLAST	UND	216,00	6,13	1.324,08
26	PRATO DESCARTÁVEL DE 21 CM PCT C/ 10 UNID		CRISTAL COPO	PCT	1.800,00	2,46	4.428,00
27	BUCHA/ESPONJA DUPLA FACE - PARA LOUÇA C/ 3 UNID.		BRILUX	PCT	1.200,00	0,88	1.056,00
32	PAPEL HIGIÊNICO 40M C/4 UNID		PIMPO	PCT	2.300,00	1,99	4.577,00
37	ODORIZONTE DE AMBIENTE 400 ML/255G		PURO AR	FRC	960,00	8,29	7.958,40
39	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO DE NO MÍN.10LT.		ERCA PLAST	UND	204,00	3,54	722,16
41	SHAMPOO 350ML		SEDA	UND	360,00	8,26	2.973,60
43	FOSFORO-10 CX.		GABOARDI	PCT	204,00	2,56	522,24
45	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL100X150ML C/100UND		CRISTAL	PCT	4.120,00	3,03	12.483,60
46	ÁLCOOL- 1000 ML		ITAJÁ	UND	1.740,00	7,54	13.119,60
47	SABONETE EM TABLETE - 90G		EVEN	UND	1.200,00	1,57	1.884,00
48	ALGODÃO SACO C/ 50G		COTTOM LINE	UND	200,00	2,38	476,00
50	COLONIA INFANTIL 120ML		FLORA	UND	240,00	9,95	2.388,00
	Total de Itens por Fornecedor: 26	**Total por Fornecedor:**					**104.147,90**

Fornecedor:	23.829.339/0001-09 - Infiniti Empreendimentos Ltda						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		3.064,32
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
31	TOUCA DESCARTAVEL COM ELÁSTICO C/100 UNID.		PROPRIA	CX	384,00	7,98	3.064,32
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**3.064,32**

Fornecedor:	28.121.546/0001-10 - H F DINIZ						
Qtd. Itens:	21	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		84.462,10
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
2	SACO P/ LIXO 30 LTS-48X53 C/ 10 UNID		DONA PACK	PCT	2.420,00	0,90	2.178,00
3	LIMPA VIDRO 500 ML		LAVANDEIRA	UND	996,00	3,40	3.386,40
5	FRALDAS DESCATAVEIS PCT C/ 28 FRALDAS		CONFORT	UND	480,00	22,50	10.800,00
7	SACO P/ LIXO 50 LTS-62X70 C/ 10		DONA PACK	PCT	2.040,00	1,10	2.244,00
10	SABÃO EM PÓ DE 500G		LAVANDEIRA	UND	3.360,00	1,10	3.696,00
12	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA PCT C/ 50 UND		PETROPEL	PCT	300,00	2,25	675,00
17	SABONETE LIQUIDO 1L/1000 ML		MARILUX	FRC	1.140,00	8,50	9.690,00
20	DESINFETANTE DE 1L		FORTE BRILHO	UND	3.000,00	2,10	6.300,00
21	RODO DUPLO 41CM		GILMAR ULTILIDADES	UND	272,00	6,25	1.700,00
22	ÁGUA SANITÁRIA A BASE DE CLORO -1000 ML		FORTE BRILHO	UND	7.088,00	2,00	14.176,00
24	FLANELA P/ LIMPEZA		GILMAR ULTILIDADES	UND	1.520,00	2,80	4.256,00
28	PALITO DENTAL C/ 100 UNID		THEOTO	CX	156,00	0,65	101,40
30	-PANO DE CHÃO		BRILHEX	UND	276,00	3,00	828,00
34	GUARDANAPO DE PAPEL C/50 UNID. 22X20		FLOX	PCT	2.160,00	1,25	2.700,00
35	ESCOVA PARA SANITÁRIO		TOQ	UND	280,00	3,94	1.103,20
36	SACO PARA COCHORRO QUENTE PCT C/ 100 UND		SERGIPLAST	PCT	720,00	1,40	1.008,00
38	BALDE PLÁSTICO- 10LTS		LUMAR	UND	198,00	5,50	1.089,00
40	PA DE LIXO, COM CABO LONGO DE PLASTICO.		SANTANA	UND	218,00	4,45	970,10
42	COPOS DESCARTAVEIS-100X50		CRISTALCOPO	PCT	2.780,00	2,35	6.533,00
44	ÁLCOOL- GEL-500 ML		IN OUT	UND	2.040,00	5,30	10.812,00
49	CREME DENTAL-90G		ICE CLEA	UND	90,00	2,40	216,00
	Total de Itens por Fornecedor: 21	**Total por Fornecedor:**					**84.462,10**
					Total Geral		**191.674,32**

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d´Água do Borges/RN, em 05 de junho de 2025.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walmir Araujo Neto
Código Identificador:FB3A5382

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 2.203/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 121/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2.203/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 121/2025

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DIARISTA POR DEMANDA.**

Data da Assinatura: 02/06/2025.

Vigência: 02/06/2025 até 02/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Gambarra Dantas Messias

Órgão participante: Fundo de Saúde do Municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: **EMPRESA DE TERCEIRIZAÇÃO, SERVIÇOS E EVENTOS LTDA**
CNPJ: n° **26.915.808/0001-92**
Representante: **Maiara dos Santos Torres**
CPF: **097.***.***-22**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant	Preço Unit.(R$)	Valor Total(R$)
1	0007589-FAXINEIRO. Descrição básica: O serviço compreende remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.; varrer os pisos de cimento; abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário; suprir os bebedouros com garrafões de água mineral, adquiridos pela Administração; e executar demais serviços considerados necessários à frequência diária. (Diária de 8h)	Diária	1.008	110,00	110.880,00
2	0008182-ZELADOR. Descrição básica: Realizar a manutenção de edifícios, limpeza, organização e demais cuidados essenciais à conservação física de prédios públicos. (Diária de 8h)	Diária	2.610	115,00	300.150,00
3	0020991-COPEIRO. Descrição: profissional responsável deve auxiliar o cozinheiro na preparação de refeições, lavagem de louças, panelas e talheres e afins, servir as refeições. Preparar as refeições servidas, primando pela boa qualidade; solicitar aos responsáveis, quando necessários, os gêneros alimentícios utilizados; conservar a cozinha em boas condições de higiene e de trabalho, procedendo a limpeza dos utensílios; manter os gêneros alimentícios em prefeitas condições de armazenagem e acondicionamento; executar outras tarefas correlatas. Com a carga horária semanal de 40 horas, trabalhando das 07:00hs ás 11:00hs das 13:00hs ás 17:00hs, com benefícios, de acordo com a convenção coletiva de trabalho, se existir.	Diária	1.566	115,00	180.090,00
4	0019373-OFICINEIRO. Descrição: , Profissional, cuja função é ministrar a oficina e desempenhar qualquer atividade emergencial lotados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, onde são oferecidas oficinas de: Coral, Artesanato, Esporte, Judô, Dança, Ballet, Sanfona, Pilates e Socioeducativo..	Diária	722	115,00	83.030,00
Valor Total(R$)					**674.150,00**

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:94FF81C0

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N° 26/2021, DE 03 DE MAIO DE 2021.

DECRETO N° 26/2021, DE 03 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA:
O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo inciso II, art. 7º da Lei Municipal nº 2610/2020, de 21 de dezembro de 2020;
CONSIDERANDO o limite de 30% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Parelhas no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 998.027,95 (novecentos e noventa e oito mil, vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) para reforço de dotação orçamentária:
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: Anexo I (Acréscimo)
Artigo 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I – R$ 998.027,95 (novecentos e noventa e oito mil, vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), através de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificadas no anexo a este decreto por: Anexo II (Redução).
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.
Parelhas/RN, 03 de Maio de 2021.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
255	03/05/2021	2.225/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.400,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.400,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.400,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**18.400,00**
Nº Solic.: 139 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	18.400,00
				Total:	**18.400,00**
Anexo II (Redução)					**18.400,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**18.400,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**18.400,00**
Nº Solic.: 7 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	18.400,00
				Total:	**18.400,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
259	03/05/2021	2.249/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.837,11	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.837,11**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.837,11**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.837,11**
Nº Solic.: 143 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	2.837,11
				Total:	**2.837,11**
Anexo II (Redução)					**2.837,11**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.837,11**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.837,11**
Nº Solic.: 143 Reduzir		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12110000	0001	2.837,11
				Total:	**2.837,11**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
273	03/05/2021	2.311/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária		Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.000,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.000,00**
Nº Solic.: 18 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	1.000,00
				Total:	**1.000,00**
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.000,00**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**1.000,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
				Total:	**1.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
274	03/05/2021	2.312/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.400,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.400,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.400,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.400,00**
Nº Solic.: 19 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	1.400,00
				Total:	**1.400,00**
Anexo II (Redução)					**1.400,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.400,00**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**1.400,00**
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.400,00
				Total:	**1.400,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
277	03/05/2021	2.328/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	13.872,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13.872,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**13.872,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**13.872,00**
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	13.872,00
				Total:	**13.872,00**
Anexo II (Redução)					**13.872,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**13.872,00**
	2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o				**13.872,00**

	Incentivo a Agricultura				
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	13.872,00
				Total:	**13.872,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
284	03/05/2021	2.383/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	125.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**125.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**125.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**125.000,00**
Nº Solic.: 157 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	125.000,00
				Total:	**125.000,00**
Anexo II (Redução)					**125.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**125.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**125.000,00**
Nº Solic.: 157 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	125.000,00
				Total:	**125.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
285	03/05/2021	2.389/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	185,60	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**185,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**185,60**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**185,60**
Nº Solic.: 30 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	185,60
				Total:	**185,60**
Anexo II (Redução)					**185,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**185,60**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**185,60**
Nº Solic.:	30 Reduzir	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	185,60
				Total:	**185,60**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
286	03/05/2021	2.390/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.565,30	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.565,30**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.565,30**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2.565,30**
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.565,30
				Total:	**2.565,30**
Anexo II (Redução)					**2.565,30**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.565,30**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**2.565,30**
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.565,30
				Total:	**2.565,30**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
288	03/05/2021	2.406/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	26,52	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**26,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**26,52**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**26,52**
Nº Solic.: 32 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	26,52
				Total:	**26,52**
Anexo II (Redução)					**26,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**26,52**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**26,52**
Nº Solic.: 32 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	26,52
				Total:	**26,52**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
289	03/05/2021	2.409/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.716,20	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.716,20**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.716,20**
	2055 Manutenção das				**2.716,20**

	Atividades da Secretaria de Obras					
Nº Solic.: 33 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.716,20	
				Total:	**2.716,20**	
Anexo II (Redução)					**2.716,20**	
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.716,20**	
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**2.716,20**	
Nº Solic.: 33 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.716,20	
				Total:	**2.716,20**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
290	03/05/2021	2.446/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.858,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.858,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.858,00**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**1.858,00**
Nº Solic.: 158 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	1.858,00
				Total:	**1.858,00**
Anexo II (Redução)					**1.858,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.858,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.858,00**
Nº Solic.: 158 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	1.858,00
				Total:	**1.858,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
291	03/05/2021	2.447/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.422,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.422,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.422,00**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**1.422,00**
Nº Solic.: 159 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	1.422,00
				Total:	**1.422,00**
Anexo II (Redução)					**1.422,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.422,00**
	2009 Contribuição a Maternidade Dr.Graciliano Lordão				**1.422,00**
Nº Solic.: 159 Reduzir		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	1.422,00
				Total:	**1.422,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
292	03/05/2021	2.448/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.220,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.220,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.220,00**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**2.220,00**
Nº Solic.: 160 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	2.220,00
				Total:	**2.220,00**
Anexo II (Redução)					**2.220,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.220,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.220,00**
Nº Solic.: 160 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	2.220,00
				Total:	**2.220,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
293	03/05/2021	2.449/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.786,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.786,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.786,00**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**2.786,00**
Nº Solic.: 161 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	2.786,00
				Total:	**2.786,00**
Anexo II (Redução)					**2.786,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.786,00**
	2050 Manutenção das				**2.786,00**

	Atividades da Secretaria de Saúde					
Nº Solic.: 161 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	2.786,00	
				Total:	**2.786,00**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
294	03/05/2021	2.451/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	243,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**243,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**243,00**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**243,00**
Nº Solic.: 162 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	243,00
				Total:	**243,00**
Anexo II (Redução)					**243,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**243,00**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**243,00**
Nº Solic.: 162 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	243,00
				Total:	**243,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
295	03/05/2021	2.463/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.460,00	07/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.460,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**2.460,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**2.460,00**
Nº Solic.: 32 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.460,00
				Total:	**2.460,00**
Anexo II (Redução)					**2.460,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**2.460,00**
	2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o Incentivo a Agricultura				**2.460,00**
Nº Solic.: 32 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.460,00
				Total:	**2.460,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
296	03/05/2021	2.470/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.921,42	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.921,42**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.921,42**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**5.921,42**
Nº Solic.: 163 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	5.921,42
				Total:	**5.921,42**
Anexo II (Redução)					**5.921,42**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.921,42**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**3.947,62**
Nº Solic.: 163 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	1.973,81
Nº Solic.: 163 Reduzir		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12110000	0001	1.973,81
	2074 Manutenção do NASF				**1.973,80**
Nº Solic.: 163 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	986,90
Nº Solic.: 163 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	986,90
				Total:	**5.921,42**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
297	03/05/2021	2.472/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.428,80	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.428,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.428,80**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.428,80**
Nº Solic.: 164 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	2.428,80
				Total:	**2.428,80**
Anexo II (Redução)					**2.428,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.428,80**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**809,60**
Nº Solic.: 164 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	809,60

	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal					**1.619,20**
Nº Solic.: 164 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	809,60	
Nº Solic.: 164 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	809,60	
				Total:	**2.428,80**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
298	03/05/2021	2.475/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	177.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**177.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**177.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**177.000,00**
Nº Solic.: 20 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	177.000,00
				Total:	**177.000,00**
Anexo II (Redução)					**177.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**177.000,00**
	1139 Reforma e Ampliação do Prédio Sede da Prefeitura				**100.000,00**
Nº Solic.: 20 Reduzir		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	100.000,00
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**77.000,00**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	77.000,00
				Total:	**177.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
299	03/05/2021	2.500/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	110,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**110,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**110,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**110,00**
Nº Solic.: 24 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	110,00
				Total:	**110,00**
Anexo II (Redução)					**110,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**110,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**110,00**
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	110,00
				Total:	**110,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
300	03/05/2021	2.501/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	50,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**50,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**50,00**
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	50,00
				Total:	**50,00**
Anexo II (Redução)					**50,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**50,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**50,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	50,00
				Total:	**50,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
301	03/05/2021	2.503/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	120,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**120,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**120,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**120,00**
Nº Solic.: 26 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	120,00
				Total:	**120,00**
Anexo II (Redução)					**120,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**120,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**120,00**
Nº Solic.: 26 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	120,00
				Total:	**120,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
302	03/05/2021	2.515/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.890,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.890,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.890,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**1.890,00**
Nº Solic.: 34 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.890,00
				Total:	**1.890,00**
Anexo II (Redução)					**1.890,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.890,00**
	1054 Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos				**1.890,00**
Nº Solic.: 34 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.890,00
				Total:	**1.890,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
303	03/05/2021	2.517/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.638,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.638,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.638,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**1.638,00**
Nº Solic.: 33 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.638,00
				Total:	**1.638,00**
Anexo II (Redução)					**1.638,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.638,00**
	1069 Aquisição de Equipamentos para Secretaria				**1.638,00**
Nº Solic.: 33 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.638,00
				Total:	**1.638,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
304	03/05/2021	2.527/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	24.200,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**24.200,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**24.200,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**24.200,00**
Nº Solic.: 21 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	24.200,00
				Total:	**24.200,00**
Anexo II (Redução)					**24.200,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**24.200,00**
	1009 Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Administração				**14.000,00**
Nº Solic.: 21 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	14.000,00
	1139 Reforma e Ampliação do Prédio Sede da Prefeitura				**10.200,00**
Nº Solic.: 21 Reduzir		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.200,00
				Total:	**24.200,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
305	03/05/2021	2.537/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10,45	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10,45**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10,45**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**10,45**
Nº Solic.: 165 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	10,45
				Total:	**10,45**
Anexo II (Redução)					**10,45**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10,45**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**10,45**
Nº Solic.: 165 Reduzir		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	10,45
				Total:	**10,45**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
306	03/05/2021	2.547/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.082,40	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.082,40**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.082,40**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.082,40**
Nº Solic.: 166 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	4.082,40
				Total:	**4.082,40**
Anexo II (Redução)					**4.082,40**

06.001 Secretaria Municipal de Saúde						**4.082,40**
	1035 Aquisição de Equipamentos para o Programa Estratégia Saúde da Família(PSF)					**4.082,40**
Nº Solic.: 166 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	4.082,40	
				Total:	**4.082,40**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
307	03/05/2021	2.548/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.356,68	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.356,68**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.356,68**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**3.356,68**
Nº Solic.: 35 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.356,68
				Total:	**3.356,68**
Anexo II (Redução)					**3.356,68**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.356,68**
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**3.356,68**
Nº Solic.: 35 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.356,68
				Total:	**3.356,68**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
308	03/05/2021	2.549/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.535,12	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.535,12**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.535,12**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2.535,12**
Nº Solic.: 36 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.535,12
				Total:	**2.535,12**
Anexo II (Redução)					**2.535,12**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.535,12**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**2.535,12**
Nº Solic.: 36 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.535,12
				Total:	**2.535,12**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**			
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
309	03/05/2021	2.556/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	37,84	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**37,84**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**37,84**
	2087Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**37,84**
Nº Solic.: 167 Acrescentar		3.1.90.92DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	37,84
Total:					**37,84**
Anexo II (Redução)					**37,84**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**37,84**
	2087Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**37,84**
Nº Solic.: 167 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	37,84
Total:					**37,84**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**			
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
310	03/05/2021	2.572/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	998,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**998,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**998,00**
	2087Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**998,00**
Nº Solic.: 168 Acrescentar		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	998,00
Total:					**998,00**
Anexo II (Redução)					**998,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**998,00**
	2087Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**998,00**
Nº Solic.: 168 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	998,00
Total:					**998,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**			
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
311	03/05/2021	2.573/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	937,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**937,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**937,00**
	2114 Manutenção das Atividades do SAMU				**937,00**

Nº Solic.: 169 Acrescentar				3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			12110000	0001	937,00
Total:									**937,00**
Anexo II (Redução)									**937,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde									**937,00**
			2118Manutenção das Atividades do Programa Mais Médicos						**937,00**
Nº Solic.: 169 Reduzir				3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS			12110000	0001	937,00
Total:									**937,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria		Status
312	03/05/2021	2.574/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	592,25	03/05/2021	DECRETO: 26		PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)									**592,25**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.									**592,25**
			2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca						**592,25**
Nº Solic.: 34 Acrescentar				3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	592,25
Total:									**592,25**
Anexo II (Redução)									**592,25**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.									**592,25**
			2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o Incentivo a Agricultura						**592,25**
Nº Solic.: 34 Reduzir				3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	592,25
Total:									**592,25**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria		Status
313	03/05/2021	2.592/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	192.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26		PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)									**192.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes									**192.000,00**
			2109 Manutenção de Res.Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana						**192.000,00**
Nº Solic.: 37 Acrescentar				3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	192.000,00
Total:									**192.000,00**
Anexo II (Redução)									**192.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes									**192.000,00**
			1052 Pavimentação em Vias Públicas Urbanas e Rurais						**22.000,00**
Nº Solic.: 38 Reduzir				4.4.90.30MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	11.000,00
Nº Solic.: 38 Reduzir				4.4.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	11.000,00
			1057Construção e Recuperação de Calçamento meio Fio						**150.000,00**
Nº Solic.: 38 Reduzir				4.4.90.30MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 38 Reduzir				4.4.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 38 Reduzir				4.4.90.51OBRAS E INSTALAÇÕES			10010000	0001	50.000,00
			2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias						**20.000,00**
Nº Solic.: 38 Reduzir				3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	20.000,00
Total:									**192.000,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria		Status
314	03/05/2021	2.641/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	433,90	03/05/2021	DECRETO: 26		PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)									**433,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde									**433,90**
			2005 Manutenção das Atividades do Hospital						**433,90**
Nº Solic.: 170 Acrescentar				3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO			12110000	0001	433,90
Total:									**433,90**
Anexo II (Redução)									**433,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde									**433,90**
			2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde						**433,90**
Nº Solic.: 170 Reduzir 3.3.90.30				MATERIAL DE CONSUMO			12110000	0001	433,90
Total:									**433,90**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos					Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria		Status
315	03/05/2021	2.678/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	25.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26		PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)									**25.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes									**25.000,00**
			2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras						**25.000,00**
Nº Solic.: 39 Acrescentar				3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL			10010000	0001	25.000,00
Total:									**25.000,00**
Anexo II (Redução)									**25.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e									**25.000,00**

Transportes								
		2055Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras						**25.000,00**
Nº Solic.: 39 Reduzir			3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			10010000	0001	25.000,00
Total:								**25.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos				Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
316	03/05/2021	2.679/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	60.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte / Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**60.000,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão								**60.000,00**
			2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte					**60.000,00**
Nº Solic.: 8 Acrescentar				3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10010000	0001	60.000,00
Total:								**60.000,00**
Anexo II (Redução)								**60.000,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão								**60.000,00**
			2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte					**60.000,00**
Nº Solic.: 8 Reduzir				3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10010000	0001	60.000,00
Total:								**60.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos				Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
317	03/05/2021	2.696/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	650,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte / Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**650,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes								**650,00**
			2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras					**650,00**
Nº Solic.: 40 Acrescentar				3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10010000	0001	650,00
Total:								**650,00**
Anexo II (Redução)								**650,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes								**650,00**
			1034 Construção e Ampliação do Saneamento Básico Rural					**650,00**
Nº Solic.: 40 Reduzir				4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10010000	0001	650,00
Total:								**650,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Listagem das Elaborações de Creditos				Exercício: **2021**				
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
318	03/05/2021	2.700/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.100,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza			Fonte / Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**1.100,00**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação								**1.100,00**
			2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças					**1.100,00**
Nº Solic.: 2 Acrescentar				3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10010000	0001	1.100,00
Total:								**1.100,00**
Anexo II (Redução)								**1.100,00**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação								**1.100,00**
			2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças					**1.100,00**
Nº Solic.: 2 Reduzir				3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10010000	0001	1.100,00
Total:								**1.100,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
319	03/05/2021	2.708/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	100.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**100.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**100.000,00**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**100.000,00**
Nº Solic.: 171 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	100.000,00
				Total:	**100.000,00**
Anexo II (Redução)					**100.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**100.000,00**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**100.000,00**
Nº Solic.: 171 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	100.000,00
				Total:	**100.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
323	03/05/2021	2.733/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	11.567,81	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**11.567,81**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**11.567,81**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**11.567,81**
Nº Solic.: 174 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	11.567,81
				Total:	**11.567,81**
Anexo II (Redução)					**11.567,81**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**11.567,81**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**11.567,81**
Nº Solic.: 174 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	11.567,81
				Total:	**11.567,81**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
324	03/05/2021	2.734/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	13.049,96	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13.049,96**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**13.049,96**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**13.049,96**
Nº Solic.: 175 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	13.049,96
				Total:	**13.049,96**
Anexo II (Redução)					**13.049,96**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**13.049,96**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**13.049,96**
Nº Solic.: 175 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	13.049,96
				Total:	**13.049,96**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
325	03/05/2021	2.735/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.111,30	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.111,30**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.111,30**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.111,30**
Nº Solic.: 176 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	4.111,30
				Total:	**4.111,30**
Anexo II (Redução)					**4.111,30**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.111,30**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.111,30**
Nº Solic.: 176 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	4.111,30
				Total:	**4.111,30**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
326	03/05/2021	2.736/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**9.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**9.000,00**
Nº Solic.: 177 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**
Anexo II (Redução)					**9.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**9.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**9.000,00**
Nº Solic.: 177 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
327	03/05/2021	2.738/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.700,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.700,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.700,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**2.700,00**
Nº Solic.: 22 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	2.700,00
				Total:	**2.700,00**
Anexo II (Redução)					**2.700,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.700,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**2.700,00**
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	2.700,00
				Total:	**2.700,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status

329	03/05/2021	2.750/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	836,67	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**836,67**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**836,67**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**836,67**
Nº Solic.: 178 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	836,67
				Total:	**836,67**
Anexo II (Redução)					**836,67**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**836,67**
	2020 Manutenção do Centro Especializado em Reabilitação				**836,67**
Nº Solic.: 178 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	836,67
				Total:	**836,67**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
330	03/05/2021	2.752/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.468,80	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.468,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.468,80**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.468,80**
Nº Solic.: 179 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	2.468,80
				Total:	**2.468,80**
Anexo II (Redução)					**2.468,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.468,80**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.468,80**
Nº Solic.: 179 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	2.468,80
				Total:	**2.468,80**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
331	03/05/2021	2.758/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.003,32	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação Natureza		Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.003,32**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.003,32**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**7.003,32**
Nº Solic.: 42 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	7.003,32
				Total:	**7.003,32**
Anexo II (Redução)					**7.003,32**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.003,32**
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**7.003,32**
Nº Solic.: 42 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	7.003,32
				Total:	**7.003,32**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
332	03/05/2021	2.762/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	450,03	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**450,03**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**450,03**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**450,03**
Nº Solic.: 180 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	450,03
				Total:	**450,03**
Anexo II (Redução)					**450,03**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**450,03**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**450,03**
Nº Solic.: 180 Reduzir		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	12110000	0001	450,03
				Total:	**450,03**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
333	03/05/2021	2.765/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.874,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.874,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.874,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.874,00**
Nº Solic.: 181 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	1.874,00
Total:					**1.874,00**
Anexo II (Redução)					**1.874,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.874,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.874,00**
Nº Solic.: 181 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	1.874,00
Total:					**1.874,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
334	03/05/2021	2.766/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.996,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor

Anexo I (Acréscimo)					**2.996,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.996,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.996,00**
Nº Solic.: 182 Acrescentar		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	2.996,00
Total:					**2.996,00**
Anexo II (Redução)					**2.996,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.996,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.996,00**
Nº Solic.: 182 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	2.996,00
Total:					**2.996,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
336	03/05/2021	2.771/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	621,40	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**621,40**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**621,40**
	2028 Manut.das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**621,40**
Nº Solic.: 24 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	621,40
Total:					**621,40**
Anexo II (Redução)					**621,40**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**621,40**
	2022 Manut.do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**621,40**
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	621,40
Total:					**621,40**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
337	03/05/2021	2.773/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.000,00**
Nº Solic.: 183 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	1.000,00
Total:					**1.000,00**
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.000,00**
Nº Solic.: 183 Reduzir		3.3.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	12110000	0001	1.000,00
Total:					**1.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
338	03/05/2021	2.776/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	150,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**150,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**150,00**
	2103 Manut.do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos - SCFV				**150,00**
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	150,00
Total:					**150,00**
Anexo II (Redução)					**150,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**150,00**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**150,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	150,00
Total:					**150,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
339	03/05/2021	2.779/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	900,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**900,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**900,00**
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**900,00**
Nº Solic.: 184 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	900,00
Total:					**900,00**
Anexo II (Redução)					**900,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**900,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**900,00**
Nº Solic.: 184 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	900,00
Total:					**900,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
340	03/05/2021	2.780/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.300,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.300,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.300,00**
	2074 Manutenção do NASF				**1.300,00**
Nº Solic.: 185 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	1.300,00

Total:						**1.300,00**
Anexo II (Redução)						**1.300,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde						**1.300,00**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF					**1.300,00**
Nº Solic.: 185 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	1.300,00	
Total:						**1.300,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
341	03/05/2021	2.782/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	25.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**25.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**25.000,00**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**25.000,00**
Nº Solic.: 186 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	25.000,00
Total:					**25.000,00**
Anexo II (Redução)					**25.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**25.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**25.000,00**
Nº Solic.: 186 Reduzir		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	25.000,00
Total:					**25.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
342	03/05/2021	2.789/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.218,38	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.218,38**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.218,38**
	2103 Manut.do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos - SCFV				**1.218,38**
Nº Solic.: 26 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	1.218,38
Total:					**1.218,38**
Anexo II (Redução)					**1.218,38**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.218,38**
	2103 Manut.do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos- SCFV				**1.218,38**
Nº Solic.: 26 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.218,38
Total:					**1.218,38**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
343	03/05/2021	2.795/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.996,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.996,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.996,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.996,00**
Nº Solic.: 187 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	1.996,00
Total:					**1.996,00**
Anexo II (Redução)					**1.996,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.996,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.996,00**
Nº Solic.: 187 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	1.996,00
Total:					**1.996,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
344	03/05/2021	2.798/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.000,00**
Nº Solic.: 188 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	1.000,00
				Total:	**1.000,00**
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.000,00**
2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde					**1.000,00**
Nº Solic.: 188 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	1.000,00
				Total:	**1.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
345	03/05/2021	2.799/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.874,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.874,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.874,00**

	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.874,00**
Nº Solic.: 189 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	1.874,00
				Total:	**1.874,00**
Anexo II (Redução)					**1.874,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.874,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**468,50**
Nº Solic.: 189 Reduzir		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	468,50
	2009 Contribuição a Maternidade Dr.Graciliano Lordão				**468,50**
Nº Solic.: 189 Reduzir		3.3.50.41CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	468,50
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**937,00**
Nº Solic.: 189 Reduzir	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	937,00
				Total:	**1.874,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
346	03/05/2021	2.801/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.931,74	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.931,74**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.931,74**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2.931,74**
Nº Solic.: 43 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.931,74
				Total:	**2.931,74**
Anexo II (Redução)					**2.931,74**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.931,74**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**2.931,74**
Nº Solic.: 43 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.931,74
				Total:	**2.931,74**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
347	03/05/2021	2.802/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.785,78	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.785,78**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.785,78**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**7.785,78**
Nº Solic.: 44 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	7.785,78
				Total:	**7.785,78**
Anexo II (Redução)					**7.785,78**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.785,78**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**7.785,78**
Nº Solic.: 44 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	7.785,78
				Total:	**7.785,78**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
348	03/05/2021	2.831/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.084,62	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.084,62**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.084,62**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**1.084,62**
Nº Solic.: 27 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	1.084,62
				Total:	**1.084,62**
Anexo II (Redução)					**1.084,62**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.084,62**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**1.084,62**
Nº Solic.: 27 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	1.084,62
				Total:	**1.084,62**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
350	03/05/2021	2.835/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.202,44	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.202,44**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.202,44**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.202,44**

Nº Solic.: 190 Acrescentar		3.3.71.70RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12110000	0001	4.202,44
				Total:	**4.202,44**
Anexo II (Redução)					**4.202,44**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.202,44**
2074 Manutenção do NASF					**802,44**
Nº Solic.: 190 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	802,44
	2081 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde				**2.700,00**
Nº Solic.: 190 Reduzir		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	900,00
Nº Solic.: 190 Reduzir		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	900,00
Nº Solic.: 190 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	900,00
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**700,00**
Nº Solic.: 190 Reduzir	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	700,00
				Total:	**4.202,44**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
359	03/05/2021	2.899/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	16.800,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**16.800,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**16.800,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**16.800,00**
Nº Solic.: 49 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	16.800,00
				Total:	**16.800,00**
Anexo II (Redução)					**16.800,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**16.800,00**
	1034 Construção e Ampliação do Saneamento Básico Rural				**16.800,00**
Nº Solic.: 49 Reduzir		4.4.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	16.800,00
				Total:	**16.800,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
360	03/05/2021	2.901/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	17.640,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**17.640,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**17.640,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**17.640,00**
Nº Solic.: 35 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	17.640,00
				Total:	**17.640,00**
Anexo II (Redução)					**17.640,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**17.640,00**
	1069 Aquisição de Equipamentos para Secretaria				**17.640,00**
Nº Solic.: 35 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	17.640,00
				Total:	**17.640,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021** Pág.: 68/77		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
361	03/05/2021	2.903/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	750,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**750,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**750,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**750,00**
Nº Solic.: 28 Acrescentar		3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	750,00
				Total:	**750,00**
Anexo II (Redução)					**750,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**750,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**750,00**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.3.90.32MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	750,00
				Total:	**750,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
362	03/05/2021	2.904/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	750,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**750,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**750,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**750,00**
Nº Solic.: 29 Acrescentar		3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	750,00
				Total:	**750,00**
Anexo II (Redução)					**750,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**750,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**750,00**
Nº Solic.: 29 Reduzir	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	750,00
				Total:	**750,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
363	03/05/2021	2.905/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.718,43	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.718,43**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.718,43**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.718,43**
Nº Solic.: 197 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	4.718,43
Total:					**4.718,43**
Anexo II (Redução)					**4.718,43**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.718,43**
	1138 Aquisição de Equipamentos para o Hospital Público Municipal				**4.718,43**
Nº Solic.: 197 Reduzir	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	4.718,43
Total:					**4.718,43**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
364	03/05/2021	2.908/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	669,28	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**669,28**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**669,28**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**669,28**
Nº Solic.: 198 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	669,28
Total:					**669,28**
Anexo II (Redução)					**669,28**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**669,28**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**669,28**
Nº Solic.: 198 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	669,28
Total:					**669,28**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
365	03/05/2021	2.909/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	60.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**60.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**60.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**60.000,00**
Nº Solic.: 199 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	60.000,00
Total:					**60.000,00**
Anexo II (Redução)					**60.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**60.000,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**60.000,00**
Nº Solic.: 50 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 51 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	10.000,00
Total:					**60.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
368	03/05/2021	2.923/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.000,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.000,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**1.000,00**
Nº Solic.: 30 Acrescentar		3.3.90.93INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1.000,00
Total:					**1.000,00**
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.000,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**1.000,00**
Nº Solic.: 30 Reduzir		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.000,00
Total:					**1.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
375	03/05/2021	2.966/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.899,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.899,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.899,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**3.899,00**
Nº Solic.: 205 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	3.899,00
Total:					**3.899,00**
Anexo II (Redução)					**3.899,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.899,00**
	1035 Aquisição de Equipamentos para o Programa Estratégia Saúde da Família(PSF)				**3.899,00**
Nº Solic.: 205 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	3.899,00
Total:					**3.899,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
385	03/05/2021	3.016/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	395,40	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**395,40**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**395,40**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**395,40**
Nº Solic.: 61 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	395,40
Total:					**395,40**
Anexo II (Redução)					**395,40**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**395,40**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**395,40**
Nº Solic.: 61 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	395,40
Total:					**395,40**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
387	03/05/2021	3.027/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	200,00	03/05/2021	DECRETO: 26	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**200,00**
	1159 Aquisição de Equipamentos para Vigilância Sanitária				**200,00**
Nº Solic.: 209 Acrescentar		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	200,00
Total:					**200,00**
Anexo II (Redução)					**200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**200,00**
	1159 Aquisição de Equipamentos para Vigilância Sanitária				**200,00**
Nº Solic.: 209 Reduzir		4.4.90.92DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12150000	0001	200,00
Total:					**200,00**
Total Acréscimo:					**998.027,95**
Total Redução:					**998.027,95**
Total:					**998.027,95**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:5208D979

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N° 36/2021, DE 01 DE JUNHO DE 2021.

DECRETO N° 36/2021, DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA:
O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei: CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo inciso II, art. 7º da Lei Municipal nº 2610/2020, de 21 de dezembro de 2020; CONSIDERANDO o limite de 30% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Parelhas no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 1.772.310,65 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e dez reais e sessenta e cinco centavos) para reforço de dotação orçamentária:
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: Anexo I (Acréscimo).
Artigo 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I – R$ 1.772.310,65 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e dez reais e sessenta e cinco centavos), através de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificadas no anexo a este decreto por: Anexo II (Redução).
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.

Parelhas/RN, 01 de Junho de 2021.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
328	01/06/2021	2.742/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	27.700,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**27.700,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**27.700,00**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**27.700,00**
Nº Solic.: 41 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	27.700,00
Total:					**27.700,00**
Anexo II (Redução)					**27.700,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**27.700,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**27.700,00**
Nº Solic.: 41 Reduzir	3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	27.700,00
Total:					**27.700,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
349	01/06/2021	2.833/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.717,52	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.717,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.717,52**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**10.717,52**
Nº Solic.: 45 Acrescentar	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.717,52
				Total:	**10.717,52**
Anexo II (Redução)					**10.717,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.717,52**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**10.717,52**
Nº Solic.: 45 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.717,52
				Total:	**10.717,52**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
351	01/06/2021	2.836/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.717,52	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.717,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.717,52**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**10.717,52**
Nº Solic.: 46 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.717,52
				Total:	**10.717,52**
Anexo II (Redução)					**10.717,52**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.717,52**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**10.717,52**
Nº Solic.: 46 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	10.717,52
Total:					**10.717,52**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
352	01/06/2021	2.865/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	643,70	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**643,70**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**643,70**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**643,70**
Nº Solic.: 191 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	643,70
				Total:	**643,70**
Anexo II (Redução)					**643,70**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**643,70**
	2019 Manutenção do CAPS				**643,70**
Nº Solic.: 191 Reduzir		3.3.90.92DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	643,70
Total:					**643,70**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
353	01/06/2021	2.872/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.796,10	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.796,10**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.796,10**

	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**1.796,10**
Nº Solic.: 47 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.796,10
Total:					**1.796,10**
Anexo II (Redução)					**1.796,10**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.796,10**
	2023 Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico				**1.796,10**
Nº Solic.: 47 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.796,10
Total:					**1.796,10**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
354	01/06/2021	2.876/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	215,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**215,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**215,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**215,00**
Nº Solic.: 192 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	215,00
				Total:	**215,00**
Anexo II (Redução)					**215,00**
	06.001 Secretaria Municipal de Saúde				**215,00**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**215,00**
Nº Solic.: 192 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	215,00
				Total:	**215,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
355	01/06/2021	2.877/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	530,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**530,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**530,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**530,00**
Nº Solic.: 193 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	530,00
				Total:	**530,00**
Anexo II (Redução)					**530,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**530,00**
	2020 Manutenção do Centro Especializado em Reabilitação				**530,00**
Nº Solic.: 193 Reduzir		3.3.90.32MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	530,00
Total:					**530,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
356	01/06/2021	2.879/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	587,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**587,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**587,50**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**587,50**
Nº Solic.: 194 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	587,50
				Total:	**587,50**
Anexo II (Redução)					**587,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**587,50**
	2020 Manutenção do Centro Especializado em Reabilitação				**587,50**
Nº Solic.: 194 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	587,50
Total:					**587,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
357	01/06/2021	2.891/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	90.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**90.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**90.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**90.000,00**
Nº Solic.: 195 Acrescentar	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	90.000,00
				Total:	**90.000,00**
Anexo II (Redução)					**90.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**90.000,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**90.000,00**
Nº Solic.: 48 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	90.000,00
Total:					**90.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
358	01/06/2021	2.897/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.791,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.791,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.791,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.791,00**
Nº Solic.: 196 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	1.791,00
Total:					**1.791,00**
Anexo II (Redução)					**1.791,00**

06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.791,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**1.791,00**
Nº Solic.: 196 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	1.791,00
				Total:	**1.791,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
366	01/06/2021	2.913/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	303.750,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**303.750,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**303.750,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**303.750,00**
Nº Solic.: 200 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	303.750,00
Total:					**303.750,00**
Anexo II (Redução)					**303.750,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**303.750,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**200.000,00**
Nº Solic.: 201 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	200.000,00
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**103.750,00**
Nº Solic.: 201 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	103.750,00
				Total:	**303.750,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
367	01/06/2021	2.919/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	990,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**990,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**990,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**990,00**
Nº Solic.: 28 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	990,00
				Total:	**990,00**
Anexo II (Redução)					**990,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**990,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**990,00**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	990,00
				Total:	**990,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
369	01/06/2021	2.942/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	126.347,65	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**126.347,65**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**126.347,65**
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**126.347,65**
Nº Solic.: 52 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	126.347,65
				Total:	**126.347,65**
Anexo II (Redução)					**126.347,65**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**126.347,65**
	1052 Pavimentação em Vias Públicas Urbanas e Rurais				**50.000,00**
Nº Solic.: 52 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	50.000,00
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**76.347,65**
Nº Solic.: 52 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	76.347,65
				Total:	**126.347,65**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
370	01/06/2021	2.945/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.716,18	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.716,18**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.716,18**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**1.716,18**
Nº Solic.: 53 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.716,18
				Total:	**1.716,18**
Anexo II (Redução)					**1.716,18**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.716,18**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**1.716,18**
Nº Solic.: 53 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.716,18
				Total:	**1.716,18**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
371	01/06/2021	2.947/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	19.500,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor

Anexo I (Acréscimo)					**19.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**19.500,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**19.500,00**
Nº Solic.: 54 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	19.500,00
				Total:	**19.500,00**
Anexo II (Redução)					**19.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**19.500,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**19.500,00**
Nº Solic.: 54 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	19.500,00
				Total:	**19.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
372	01/06/2021	2.953/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.503,87	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.503,87**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.503,87**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**5.503,87**
Nº Solic.: 202 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	5.503,87
				Total:	**5.503,87**
Anexo II (Redução)					**5.503,87**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.503,87**
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**5.503,87**
Nº Solic.: 202 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	5.503,87
				Total:	**5.503,87**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
373	01/06/2021	2.954/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	17.169,28	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**17.169,28**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**17.169,28**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**17.169,28**
Nº Solic.: 203 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	17.169,28
				Total:	**17.169,28**
Anexo II (Redução)					**17.169,28**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**17.169,28**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**17.169,28**
Nº Solic.:	55 Reduzir	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	17.169,28
				Total:	**17.169,28**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
374	01/06/2021	2.958/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	89.350,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**89.350,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**89.350,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**89.350,00**
Nº Solic.: 204 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	89.350,00
				Total:	**89.350,00**
Anexo II (Redução)					**89.350,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**89.350,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**89.350,00**
Nº Solic.: 56 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	89.350,00
				Total:	**89.350,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
376	01/06/2021	2.980/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	22,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**22,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**22,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**22,00**
Nº Solic.: 57 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	22,00
				Total:	**22,00**
Anexo II (Redução)					**22,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**22,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**22,00**
Nº Solic.: 57 Reduzir		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	22,00
				Total:	**22,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
377	01/06/2021	2.981/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	34.427,23	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**34.427,23**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**34.427,23**
	1057 Construção e Recuperação de Calçamento meio Fio				**34.427,23**
Nº Solic.: 58 Acrescentar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15200000	0001	34.427,23
				Total:	**34.427,23**
Anexo II (Redução)					**34.427,23**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**34.427,23**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**34.427,23**
Nº Solic.: 58 Reduzir		4.4.90.51OBRAS E INSTALAÇÕES	15200000	0001	34.427,23
				Total:	**34.427,23**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
378	01/06/2021	2.982/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.081,19	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.081,19**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.081,19**
	2068 Manutenção do Centro de Abastecimento, Abatedouro e Feira Livre				**1.081,19**
Nº Solic.: 36 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.081,19
				Total:	**1.081,19**
Anexo II (Redução)					**1.081,19**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.081,19**
	2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o Incentivo a Agricultura				**1.081,19**
Nº Solic.: 36 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.081,19
				Total:	**1.081,19**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
379	01/06/2021	2.984/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	476,46	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**476,46**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**476,46**
	2068 Manutenção do Centro de Abastecimento, Abatedouro e Feira Livre				**476,46**
Nº Solic.: 37 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	476,46
				Total:	**476,46**
Anexo II (Redução)					**476,46**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**476,46**
	2068 Manutenção do Centro de Abastecimento, Abatedouro e Feira Livre				**476,46**
Nº Solic.: 37 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	476,46
				Total:	**476,46**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
380	01/06/2021	2.986/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	733,74	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**733,74**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**733,74**
	1138 Aquisição de Equipamentos para o Hospital Público Municipal				**733,74**
Nº Solic.: 206 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	733,74
				Total:	**733,74**
Anexo II (Redução)					**733,74**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**733,74**
	1006 Construção de Academia de Saúde				**733,74**
Nº Solic.: 206 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12150000	0001	733,74
				Total:	**733,74**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
381	01/06/2021	2.987/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	19.030,26	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**19.030,26**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**19.030,26**
	1029 Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde Básica				**19.030,26**
Nº Solic.: 207 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	19.030,26
				Total:	**19.030,26**
Anexo II (Redução)					**19.030,26**

06.001 Secretaria Municipal de Saúde						**19.030,26**
	1067 Reforma e Amp. do Hospital Dr. José Augusto Dantas					**19.030,26**
Nº Solic.: 207 Reduzir		4.4.90.51OBRAS E INSTALAÇÕES	12150000	0001	19.030,26	
				Total:	**19.030,26**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
382	01/06/2021	2.990/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.900,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.900,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.900,00**
	1029 Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde Básica				**2.900,00**
Nº Solic.: 208 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	2.900,00
				Total:	**2.900,00**
Anexo II (Redução)					**2.900,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.900,00**
	1035 Aquisição de Equipamentos para o Programa Estratégia Saúde da Família(PSF)				**2.900,00**
Nº Solic.: 208 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	2.900,00
				Total:	**2.900,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
383	01/06/2021	2.996/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.081,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.081,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.081,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**4.081,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.081,00
				Total:	**4.081,00**
Anexo II (Redução)					**4.081,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.081,00**
	2023 Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico				**2.040,50**
Nº Solic.: 59 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.040,50
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**2.040,50**
Nº Solic.: 59 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	10010000	0001	2.040,50
				Total:	**4.081,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
384	01/06/2021	3.003/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.404,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.404,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.404,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2.404,00**
Nº Solic.: 60 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.404,00
				Total:	**2.404,00**
Anexo II (Redução)					**2.404,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.404,00**
	2099 Manutenção dos Cemitérios Municipais				**2.404,00**
Nº Solic.: 60 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.202,00
Nº Solic.: 60 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.202,00
				Total:	**2.404,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
386	01/06/2021	3.020/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	760,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**760,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**760,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**760,00**
Nº Solic.: 22 Acrescentar		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	19900000	0001	760,00
				Total:	**760,00**
Anexo II (Redução)					**760,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**760,00**
	2042 Manutenção da Secretária de				**760,00**

	Administração					
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	760,00	
				Total:	**760,00**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
388	01/06/2021	3.028/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	205,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**205,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**205,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**205,00**
Nº Solic.: 29 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	205,00
				Total:	**205,00**
Anexo II (Redução)					**205,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**205,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**205,00**
Nº Solic.: 29 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	205,00
				Total:	**205,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
389	01/06/2021	3.032/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	837,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**837,50**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**837,50**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**837,50**
Nº Solic.: 62 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	837,50
				Total:	**837,50**
Anexo II (Redução)					**837,50**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**837,50**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**837,50**
Nº Solic.: 62 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	837,50
				Total:	**837,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
390	01/06/2021	3.040/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	75,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**75,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**75,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**75,00**
Nº Solic.: 210 Acrescentar		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	75,00
				Total:	**75,00**
Anexo II (Redução)					**75,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**75,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**75,00**
Nº Solic.: 210 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	75,00
				Total:	**75,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
391	01/06/2021	3.042/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	200,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**200,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**200,00**
Nº Solic.: 211 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12110000	0001	200,00
				Total:	**200,00**
Anexo II (Redução)					**200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**200,00**
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**200,00**
Nº Solic.: 211 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	200,00
				Total:	**200,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
392	01/06/2021	3.043/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	70,68	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**70,68**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**70,68**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**70,68**
Nº Solic.: 212 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	70,68
				Total:	**70,68**
Anexo II (Redução)					**70,68**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**70,68**

	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**70,68**
Nº Solic.: 212 Reduzir		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	12110000	0001	70,68
				Total:	**70,68**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
393	01/06/2021	3.044/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	157,32	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**157,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**157,32**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**157,32**
Nº Solic.: 213 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	157,32
				Total:	**157,32**
Anexo II (Redução)					**157,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**157,32**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**157,32**
Nº Solic.: 213 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	157,32
				Total:	**157,32**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
394	01/06/2021	3.047/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.430,71	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.430,71**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.430,71**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**4.430,71**
Nº Solic.: 214 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	4.430,71
				Total:	**4.430,71**
Anexo II (Redução)					**4.430,71**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.430,71**
	2118 Manutenção das Atividades do Programa Mais Médicos				**4.430,71**
Nº Solic.: 214 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	4.430,71
				Total:	**4.430,71**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
395	01/06/2021	3.049/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	26.800,08	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**26.800,08**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**26.800,08**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**26.800,08**
Nº Solic.: 215 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	26.800,08
				Total:	**26.800,08**
Anexo II (Redução)					**26.800,08**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**26.800,08**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**26.800,08**
Nº Solic.: 63 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	26.800,08
				Total:	**26.800,08**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
396	01/06/2021	3.057/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	160,74	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**160,74**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**160,74**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**160,74**
Nº Solic.: 216 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	160,74
				Total:	**160,74**
Anexo II (Redução)					**160,74**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**160,74**
	2009 Contribuição a Maternidade Dr.Graciliano Lordão				**160,74**
Nº Solic.: 216 Reduzir		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	160,74
				Total:	**160,74**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
397	01/06/2021	3.058/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.791,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.791,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**9.791,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**9.791,00**
Nº Solic.: 217 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	9.791,00
				Total:	**9.791,00**
Anexo II (Redução)					**9.791,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**9.791,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**9.791,00**
Nº Solic.: 64 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	9.791,00
				Total:	**9.791,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
398	01/06/2021	3.061/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	837,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**837,50**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**837,50**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**837,50**
Nº Solic.: 65 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	837,50
				Total:	**837,50**
Anexo II (Redução)					**837,50**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**837,50**
	2023 Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico				**837,50**
Nº Solic.: 65 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	837,50
				Total:	**837,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
399	01/06/2021	3.078/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	508,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**508,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**508,00**
	1031 Aquisição de Equipamentos para o CAPS - Centro de Apoio Psicossocial				**508,00**
Nº Solic.: 218 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	508,00
				Total:	**508,00**
Anexo II (Redução)					**508,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**508,00**
	1038 Aquisição de Equip. para o Programa de Vigilância Epidemiológica				**508,00**
Nº Solic.: 218 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	508,00
				Total:	**508,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
400	01/06/2021	3.081/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	452,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**452,50**
06.001 Secretaria		**Municipal de Saúde**			**452,50**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**452,50**
Nº Solic.: 219 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	452,50
				Total:	**452,50**
Anexo II (Redução)					**452,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**452,50**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**452,50**
Nº Solic.: 219 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	452,50
				Total:	**452,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
401	01/06/2021	3.083/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	542,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**542,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**542,50**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**542,50**
Nº Solic.: 220 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	542,50
				Total:	**542,50**
Anexo II (Redução)					**542,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**542,50**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**542,50**
Nº Solic.: 220 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	542,50
				Total:	**542,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
402	01/06/2021	3.087/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.579,90	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.579,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.579,90**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.579,90**
Nº Solic.: 221 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	4.579,90
				Total:	**4.579,90**
Anexo II (Redução)					**4.579,90**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.579,90**

	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**4.579,90**
Nº Solic.: 66 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	4.579,90
				Total:	**4.579,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
403	01/06/2021	3.089/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.149,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.149,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.149,00**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**2.149,00**
Nº Solic.: 222 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	2.149,00
				Total:	**2.149,00**
Anexo II (Redução)					**2.149,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.149,00**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**2.149,00**
Nº Solic.: 222 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	2.149,00
				Total:	**2.149,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
404	01/06/2021	3.095/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.505,98	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.505,98**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.505,98**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**3.505,98**
Nº Solic.: 67 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.505,98
				Total:	**3.505,98**
Anexo II (Redução)					**3.505,98**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.505,98**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**1.168,66**
Nº Solic.: 67 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.168,66
	2099 Manutenção dos Cemitérios Municipais				**1.168,66**
Nº Solic.: 67 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.168,66
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**1.168,66**
Nº Solic.: 67 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.168,66
				Total:	**3.505,98**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
405	01/06/2021	3.098/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.621,60	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.621,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.621,60**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**3.621,60**
Nº Solic.: 68 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.621,60
				Total:	**3.621,60**
Anexo II (Redução)					**3.621,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**3.621,60**
	1034 Construção e Ampliação do Saneamento Básico Rural				**3.621,60**
Nº Solic.: 68 Reduzir		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.621,60
				Total:	**3.621,60**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
406	01/06/2021	3.100/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.395,53	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.395,53**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.395,53**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.395,53**
Nº Solic.: 23 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.395,53
				Total:	**1.395,53**
Anexo II (Redução)					**1.395,53**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.395,53**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.395,53**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.395,53
				Total:	**1.395,53**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
407	01/06/2021	3.111/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	503,10	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**503,10**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**503,10**

	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**503,10**
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	503,10
				Total:	**503,10**
Anexo II (Redução)					**503,10**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**503,10**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**503,10**
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	503,10
				Total:	**503,10**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
408	01/06/2021	3.112/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	350,65	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**350,65**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**350,65**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**350,65**
Nº Solic.: 32 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	350,65
				Total:	**350,65**
Anexo II (Redução)					**350,65**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**350,65**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**350,65**
Nº Solic.: 32 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	350,65
				Total:	**350,65**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
409	01/06/2021	3.113/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	56,27	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**56,27**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**56,27**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**56,27**
Nº Solic.: 33 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	56,27
				Total:	**56,27**
Anexo II (Redução)					**56,27**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**56,27**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**56,27**
Nº Solic.: 33 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	56,27
				Total:	**56,27**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
410	01/06/2021	3.114/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	69,17	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**69,17**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**69,17**
	2028Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**69,17**
Nº Solic.: 34 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	69,17
				Total:	**69,17**
Anexo II (Redução)					**69,17**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**69,17**
	2028Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**69,17**
Nº Solic.: 34 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	69,17
				Total:	**69,17**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
411	01/06/2021	3.115/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	44,86	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**44,86**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**44,86**
	2022Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**44,86**
Nº Solic.: 35 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	44,86
				Total:	**44,86**
Anexo II (Redução)					**44,86**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**44,86**
	2022Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**44,86**
Nº Solic.: 35 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/	13110000	0001	44,86

		DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
				Total:	**44,86**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
412	01/06/2021	3.116/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	182,82	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**182,82**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**182,82**
	2028Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**182,82**
Nº Solic.: 36 Acrescentar 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO			13110000	0001	182,82
				Total:	**182,82**
Anexo II (Redução)					**182,82**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**182,82**
	2028Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**182,82**
Nº Solic.: 36 Reduzir 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			13110000	0001	182,82
				Total:	**182,82**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
413	01/06/2021	3.117/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	353,80	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**353,80**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**353,80**
	2052Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**353,80**
Nº Solic.: 37 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	353,80
				Total:	**353,80**
Anexo II (Redução)					**353,80**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**353,80**
	2052Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**353,80**
Nº Solic.: 37 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	353,80
				Total:	**353,80**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
414	01/06/2021	3.124/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.165,72	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.165,72**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.165,72**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.165,72**
Nº Solic.: 24 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.165,72
				Total:	**1.165,72**
Anexo II (Redução)					**1.165,72**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.165,72**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.165,72**
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.165,72
				Total:	**1.165,72**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
415	01/06/2021	3.136/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.200,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.200,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.200,00**
Nº Solic.: 223 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	2.200,00
				Total:	**2.200,00**
Anexo II (Redução)					**2.200,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.200,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.200,00**
Nº Solic.: 223 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	2.200,00
				Total:	**2.200,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
416	01/06/2021	3.137/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	118,20	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**118,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**118,20**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF		**- CRAS**		**118,20**

Nº Solic.: 38 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	118,20
				Total:	**118,20**
Anexo II (Redução)					**118,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**118,20**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF- CRAS				**118,20**
Nº Solic.: 38 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	118,20
				Total:	**118,20**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
417	01/06/2021	3.152/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.000,00**
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**3.000,00**
Nº Solic.: 224 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	3.000,00
				Total:	**3.000,00**
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**3.000,00**
Nº Solic.: 224 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	3.000,00
				Total:	**3.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
418	01/06/2021	3.156/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.000,00**
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**18.000,00**
Nº Solic.: 225 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	18.000,00
				Total:	**18.000,00**
Anexo II (Redução)					**18.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**18.000,00**
Nº Solic.: 225 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	18.000,00
				Total:	**18.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
419	01/06/2021	3.158/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.000,00**
	2019 Manutenção do CAPS				**4.000,00**
Nº Solic.: 226 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	4.000,00
				Total:	**4.000,00**
Anexo II (Redução)					**4.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**4.000,00**
Nº Solic.: 226 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	4.000,00
				Total:	**4.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
420	01/06/2021	3.160/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	32.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**32.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**32.000,00**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**32.000,00**
Nº Solic.: 227 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	32.000,00
				Total:	**32.000,00**
Anexo II (Redução)					**32.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**32.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**32.000,00**
Nº Solic.: 227 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	32.000,00
				Total:	**32.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
421	01/06/2021	3.165/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.000,00**

06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**18.000,00**
Nº Solic.: 228 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	18.000,00
				Total:	**18.000,00**
Anexo II (Redução)					**18.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**18.000,00**
Nº Solic.: 228 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	18.000,00
				Total:	**18.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
422	01/06/2021	3.167/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	51.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**51.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**51.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**51.000,00**
Nº Solic.: 229 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	51.000,00
				Total:	**51.000,00**
Anexo II (Redução)					**51.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**51.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**51.000,00**
Nº Solic.: 229 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	51.000,00
				Total:	**51.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
423	01/06/2021	3.173/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.100,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.100,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.100,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.100,00**
Nº Solic.: 230 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	1.100,00
				Total:	**1.100,00**
Anexo II (Redução)					**1.100,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.100,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.100,00**
Nº Solic.: 230 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	1.100,00
				Total:	**1.100,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
424	01/06/2021	3.181/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.500,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.500,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.500,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.500,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**
Anexo II (Redução)					**1.500,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.500,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.500,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
425	01/06/2021	3.183/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.100,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.100,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**2.100,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**2.100,00**
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.100,00
				Total:	**2.100,00**
Anexo II (Redução)					**2.100,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**2.100,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**2.100,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.100,00
				Total:	**2.100,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
426	01/06/2021	3.187/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.000,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**7.000,00**
Nº Solic.: 69 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	7.000,00
				Total:	**7.000,00**
Anexo II (Redução)					**7.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.000,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**7.000,00**
Nº Solic.: 69 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	7.000,00
				Total:	**7.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
427	01/06/2021	3.189/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	600,00	01/06/2021	DECRETO: 39	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**600,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**600,00**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**600,00**
Nº Solic.: 39 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	600,00
				Total:	**600,00**
Anexo II (Redução)					**600,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**600,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**600,00**
Nº Solic.: 39 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	600,00
				Total:	**600,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
428	01/06/2021	3.191/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.000,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**2.000,00**
Nº Solic.: 40 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.000,00
				Total:	**2.000,00**
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.000,00**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**2.000,00**
Nº Solic.: 40 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	2.000,00
				Total:	**2.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
429	01/06/2021	3.194/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.000,00**
	2026 Manutenção do programa Primeira infância no SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**2.000,00**
Nº Solic.: 41 Acrescentar		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	2.000,00
Total:					**2.000,00**
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.000,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**2.000,00**
Nº Solic.: 41 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.000,00
Total:					**2.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
431	01/06/2021	3.198/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	600,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**600,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**600,00**
	2028 Manut.das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**600,00**
Nº Solic.: 42 Acrescentar		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	600,00
Total:					**600,00**
Anexo II (Redução)					**600,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do					**600,00**

Trab. e da Habitação					
	2028 Manut.das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a famílias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**600,00**
Nº Solic.: 42 Reduzir	3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	600,00
Total:					**600,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
432	01/06/2021	3.201/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	153,90	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**153,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**153,90**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**153,90**
Nº Solic.: 231 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	153,90
Total:					**153,90**
Anexo II (Redução)					**153,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**153,90**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**153,90**
Nº Solic.: 231 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	153,90
Total:					**153,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
433	01/06/2021	3.203/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**4.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**4.000,00**
Nº Solic.: 26 Acrescentar		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	4.000,00
Total:					**4.000,00**
Anexo II (Redução)					**4.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**4.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**4.000,00**
Nº Solic.: 26 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	4.000,00
Total:					**4.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
434	01/06/2021	3.205/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	157,32	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**157,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**157,32**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**157,32**
Nº Solic.: 232 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	157,32
Total:					**157,32**
Anexo II (Redução)					**157,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**157,32**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**157,32**
Nº Solic.: 232 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	157,32
Total:					**157,32**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
435	01/06/2021	3.208/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	48.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**48.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**48.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**48.000,00**
Nº Solic.: 27 Acrescentar		3.3.90.94RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	10010000	0001	48.000,00
Total:					**48.000,00**
Anexo II (Redução)					**48.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**48.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**48.000,00**
Nº Solic.: 27 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	48.000,00
Total:					**48.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
436	01/06/2021	3.212/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	24.751,77	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**24.751,77**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**24.751,77**
	2057 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**24.751,77**
Nº Solic.: 30 Acrescentar		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	24.751,77
Total:					**24.751,77**
Anexo II (Redução)					**24.751,77**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**24.751,77**
	2057 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**24.751,77**

Nº Solic.: 30 Reduzir		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	24.751,77
Total:					**24.751,77**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
437	01/06/2021	3.214/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	586,67	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**586,67**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**586,67**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**586,67**
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	586,67
Total:					**586,67**
Anexo II (Redução)					**586,67**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**586,67**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**586,67**
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	586,67
Total:					**586,67**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
438	01/06/2021	3.226/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.614,20	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.614,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.614,20**
	2028 Manut.das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**2.614,20**
Nº Solic.: 43 Acrescentar		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.614,20
Total:					**2.614,20**
Anexo II (Redução)					**2.614,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.614,20**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**2.614,20**
Nº Solic.: 43 Reduzir	3.1.90.13	OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	2.614,20
Total:					**2.614,20**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
439	01/06/2021	3.238/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.550,32	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.550,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.550,32**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**1.550,32**
Nº Solic.: 233 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	1.550,32
Total:					**1.550,32**
Anexo II (Redução)					**1.550,32**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.550,32**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.550,32**
Nº Solic.: 233 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	1.550,32
Total:					**1.550,32**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
440	01/06/2021	3.239/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.457,48	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.457,48**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.457,48**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**3.457,48**
Nº Solic.: 234 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	3.457,48
				Total:	**3.457,48**
Anexo II (Redução)					**3.457,48**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.457,48**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**3.457,48**
Nº Solic.: 234 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	3.457,48
				Total:	**3.457,48**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
441	01/06/2021	3.240/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	173,15	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**173,15**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**173,15**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**173,15**
Nº Solic.: 235 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	173,15
				Total:	**173,15**
Anexo II (Redução)					**173,15**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**173,15**

	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**173,15**
Nº Solic.: 235 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	173,15
				Total:	**173,15**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
442	01/06/2021	3.261/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	22.562,93	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**22.562,93**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**22.562,93**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**22.562,93**
Nº Solic.: 70 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	22.562,93
				Total:	**22.562,93**
Anexo II (Redução)					**22.562,93**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**22.562,93**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**22.562,93**
Nº Solic.: 70 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	22.562,93
				Total:	**22.562,93**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
443	01/06/2021	3.262/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2,00**
Nº Solic.: 71 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2,00
				Total:	**2,00**
Anexo II (Redução)					**2,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**2,00**
Nº Solic.: 71 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	2,00
				Total:	**2,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
444	01/06/2021	3.270/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.939,90	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.939,90**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.939,90**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.939,90**
Nº Solic.: 28 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.939,90
				Total:	**1.939,90**
Anexo II (Redução)					**1.939,90**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.939,90**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.939,90**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	1.939,90
				Total:	**1.939,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
445	01/06/2021	3.276/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.500,00	01/06/2021	DECRETO: 2	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.500,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.500,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.500,00**
Nº Solic.: 29 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**
Anexo II (Redução)					**1.500,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.500,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.500,00**
Nº Solic.: 29 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
446	01/06/2021	3.279/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.585,88	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.585,88**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10.585,88**
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**10.585,88**
Nº Solic.: 236 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	10.585,88

				Total:	**10.585,88**
Anexo II (Redução)					**10.585,88**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.585,88**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**10.585,88**
Nº Solic.: 72 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	10.585,88
				Total:	**10.585,88**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
447	01/06/2021	3.281/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.440,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.440,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.440,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**1.440,00**
Nº Solic.: 73 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1.440,00
				Total:	**1.440,00**
Anexo II (Redução)					**1.440,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.440,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**1.440,00**
Nº Solic.: 73 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	1.440,00
				Total:	**1.440,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
448	01/06/2021	3.286/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	932,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**932,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**932,00**
	2015 Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária				**932,00**
Nº Solic.: 237 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	932,00
				Total:	**932,00**
Anexo II (Redução)					**932,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**932,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**932,00**
Nº Solic.: 74 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	932,00
				Total:	**932,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
449	01/06/2021	3.299/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**10.000,00**
Nº Solic.: 238 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**10.000,00**
Nº Solic.: 238 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
450	01/06/2021	3.304/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.593,02	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.593,02**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**8.593,02**
	2019 Manutenção do CAPS				**8.593,02**
Nº Solic.: 239 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	8.593,02
				Total:	**8.593,02**
Anexo II (Redução)					**8.593,02**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**8.593,02**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**8.593,02**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	8.593,02
				Total:	**8.593,02**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
451	01/06/2021	3.307/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	33,07	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33,07**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**33,07**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a				**33,07**

	familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				
Nº Solic.: 44 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	33,07
				Total:	**33,07**
Anexo II (Redução)					**33,07**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**33,07**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**33,07**
Nº Solic.: 44 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	33,07
				Total:	**33,07**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
452	01/06/2021	3.309/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.140,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.140,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.140,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**1.140,00**
Nº Solic.: 240 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	1.140,00
				Total:	**1.140,00**
Anexo II (Redução)					**1.140,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.140,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.140,00**
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.140,00
				Total:	**1.140,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
453	01/06/2021	3.312/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	307,80	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**307,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**307,80**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**307,80**
Nº Solic.: 241 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	307,80
				Total:	**307,80**
Anexo II (Redução)					**307,80**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**307,80**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**307,80**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	307,80
				Total:	**307,80**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
454	01/06/2021	3.316/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.738,45	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.738,45**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.738,45**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**3.738,45**
Nº Solic.: 242 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	3.738,45
				Total:	**3.738,45**
Anexo II (Redução)					**3.738,45**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**3.738,45**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**3.738,45**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.738,45
				Total:	**3.738,45**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
455	01/06/2021	3.326/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.755,80	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.755,80**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.755,80**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**2.755,80**
Nº Solic.: 243 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	2.755,80
				Total:	**2.755,80**
Anexo II (Redução)					**2.755,80**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**2.755,80**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**2.755,80**
Nº Solic.: 14 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.755,80
				Total:	**2.755,80**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
456	01/06/2021	3.329/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	584,34	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor

Anexo I (Acréscimo)					**584,34**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**584,34**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**584,34**
Nº Solic.: 244 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	584,34
				Total:	**584,34**
Anexo II (Redução)					**584,34**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**584,34**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**584,34**
Nº Solic.: 244 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	584,34
				Total:	**584,34**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
457	01/06/2021	3.338/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.500,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.500,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.500,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**5.500,00**
Nº Solic.: 245 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	5.500,00
				Total:	**5.500,00**
Anexo II (Redução)					**5.500,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**5.500,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**5.500,00**
Nº Solic.: 15 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	5.500,00
				Total:	**5.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
458	01/06/2021	3.340/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	113.274,70	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**113.274,70**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**113.274,70**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**113.274,70**
Nº Solic.: 246 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	113.274,70
				Total:	**113.274,70**
Anexo II (Redução)					**113.274,70**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**113.274,70**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**113.274,70**
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	113.274,70
				Total:	**113.274,70**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
459	01/06/2021	3.343/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.880,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.880,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.880,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.880,00**
Nº Solic.: 247 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	1.880,00
				Total:	**1.880,00**
Anexo II (Redução)					**1.880,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.880,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.880,00**
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.880,00
				Total:	**1.880,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
460	01/06/2021	3.348/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	16.182,82	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**16.182,82**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**16.182,82**
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**16.182,82**
Nº Solic.: 248 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	16.182,82
				Total:	**16.182,82**
Anexo II (Redução)					**16.182,82**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**16.182,82**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**16.182,82**
Nº Solic.:	18 Reduzir	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	16.182,82
				Total:	**16.182,82**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
461	01/06/2021	3.352/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.862,25	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.862,25**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**10.862,25**
	2057 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**10.862,25**
Nº Solic.: 32 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	10.862,25
				Total:	**10.862,25**
Anexo II (Redução)					**10.862,25**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**10.862,25**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**10.862,25**
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.862,25
				Total:	**10.862,25**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
462	01/06/2021	3.359/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	95,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**95,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**95,00**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**95,00**
Nº Solic.: 249 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	95,00
				Total:	**95,00**
Anexo II (Redução)					**95,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**95,00**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**95,00**
Nº Solic.:	249 Reduzir	3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	95,00
				Total:	**95,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
463	01/06/2021	3.362/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	587,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**587,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**587,50**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**587,50**
Nº Solic.: 250 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	587,50
				Total:	**587,50**
Anexo II (Redução)					**587,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**587,50**
	2081 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde				**587,50**
Nº Solic.:	250 Reduzir	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	587,50
				Total:	**587,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
464	01/06/2021	3.363/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.058,24	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.058,24**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.058,24**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.058,24**
Nº Solic.: 30 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	1.058,24
				Total:	**1.058,24**
Anexo II (Redução)					**1.058,24**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.058,24**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.058,24**
Nº Solic.:	20 Reduzir	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.058,24
				Total:	**1.058,24**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
465	01/06/2021	3.365/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.672,66	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.672,66**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**4.672,66**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**4.672,66**
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	4.672,66
				Total:	**4.672,66**
Anexo II (Redução)					**4.672,66**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**4.672,66**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**4.672,66**
Nº Solic.: 21 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.672,66
				Total:	**4.672,66**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
466	01/06/2021	3.368/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.554,18	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.554,18**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**9.554,18**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**9.554,18**
Nº Solic.: 32 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	9.554,18
				Total:	**9.554,18**
Anexo II (Redução)					**9.554,18**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**9.554,18**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**9.554,18**
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	9.554,18
				Total:	**9.554,18**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
467	01/06/2021	3.372/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.272,36	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.272,36**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.272,36**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.272,36**
Nº Solic.: 33 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	1.272,36
				Total:	**1.272,36**
Anexo II (Redução)					**1.272,36**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.272,36**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.272,36**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.272,36
				Total:	**1.272,36**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
468	01/06/2021	3.379/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.872,05	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.872,05**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**18.872,05**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**18.872,05**
Nº Solic.: 34 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	18.872,05
				Total:	**18.872,05**
Anexo II (Redução)					**18.872,05**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**18.872,05**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**18.872,05**
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	18.872,05
				Total:	**18.872,05**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
469	01/06/2021	3.385/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.399,59	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.399,59**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**8.399,59**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**8.399,59**
Nº Solic.: 35 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	8.399,59
				Total:	**8.399,59**
Anexo II (Redução)					**8.399,59**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**8.399,59**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**8.399,59**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	8.399,59
				Total:	**8.399,59**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
470	01/06/2021	3.388/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	11.525,79	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**11.525,79**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**11.525,79**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**11.525,79**
Nº Solic.: 36 Acrescentar		3.1.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	11.525,79
				Total:	**11.525,79**
Anexo II (Redução)					**11.525,79**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**11.525,79**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**11.525,79**
Nº Solic.: 26 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	11.525,79
				Total:	**11.525,79**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
471	01/06/2021	3.401/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.080,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.080,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10.080,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**10.080,00**
Nº Solic.: 251 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	10.080,00
				Total:	**10.080,00**
Anexo II (Redução)					**10.080,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**10.080,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**10.080,00**
Nº Solic.: 251 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	10.080,00
				Total:	**10.080,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
472	01/06/2021	3.403/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.846,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.846,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**6.846,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**6.846,00**
Nº Solic.: 38 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.846,00
				Total:	**6.846,00**
Anexo II (Redução)					**6.846,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**6.846,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**6.846,00**
Nº Solic.: 38 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	6.846,00
				Total:	**6.846,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
473	01/06/2021	3.405/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	10.836,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.836,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.836,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**10.836,00**
Nº Solic.: 75 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.836,00
				Total:	**10.836,00**
Anexo II (Redução)					**10.836,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**10.836,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**10.836,00**
Nº Solic.: 75 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	10.836,00
				Total:	**10.836,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
474	01/06/2021	3.407/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.846,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.846,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**6.846,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**6.846,00**
Nº Solic.: 76 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.846,00
				Total:	**6.846,00**
Anexo II (Redução)					**6.846,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**6.846,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**6.846,00**
Nº Solic.: 76 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	6.846,00
				Total:	**6.846,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
476	01/06/2021	3.414/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	100,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**100,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**100,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**100,00**

Nº Solic.: 39 Acrescentar		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	100,00	
				Total:	**100,00**	
Anexo II (Redução)					**100,00**	
09.001 Sec.Mun.da Agric, Rec, da Pesc, do Meio amb.dos					**100,00**	
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**100,00**	
Nº Solic.: 39 Reduzir		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	100,00	
				Total:	**100,00**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
477	01/06/2021	3.420/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.200,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.200,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.200,00**
	2026 Manutenção do programa Primeira infância no SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**2.200,00**
Nº Solic.: 46 Acrescentar		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.200,00
				Total:	**2.200,00**
Anexo II (Redução)					**2.200,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.200,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**2.200,00**
Nº Solic.: 47 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.200,00
				Total:	**2.200,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
478	01/06/2021	3.432/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	150,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**150,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**150,00**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**150,00**
Nº Solic.: 48 Acrescentar		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13110000	0001	150,00
				Total:	**150,00**
Anexo II (Redução)					**150,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**150,00**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**150,00**
Nº Solic.: 48 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	150,00
				Total:	**150,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
479	01/06/2021	3.438/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	27.600,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**27.600,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**27.600,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**27.600,00**
Nº Solic.: 252 Acrescentar		3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	27.600,00
				Total:	**27.600,00**
Anexo II (Redução)					**27.600,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**27.600,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**27.600,00**
Nº Solic.: 27 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	27.600,00
				Total:	**27.600,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
480	01/06/2021	3.443/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	20.695,80	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.695,80**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**20.695,80**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**20.695,80**
Nº Solic.: 77 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	20.695,80
				Total:	**20.695,80**
Anexo II (Redução)					**20.695,80**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**20.695,80**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**20.695,80**
Nº Solic.: 78 Reduzir		4.4.90.51OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	20.695,80
				Total:	**20.695,80**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
481	01/06/2021	3.449/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	464,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**464,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**464,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**464,00**
Nº Solic.: 40 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	464,00
Total:					**464,00**
Anexo II (Redução)					**464,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**464,00**
	2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o Incentivo a Agricultura				**464,00**
Nº Solic.: 40 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	464,00
Total:					**464,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
482	01/06/2021	3.453/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	20,90	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**20,90**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**20,90**
Nº Solic.: 253 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	20,90
Total:					**20,90**
Anexo II (Redução)					**20,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**20,90**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**20,90**
Nº Solic.: 253 Reduzir		3.3.50.41CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	20,90
Total:					**20,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
483	01/06/2021	3.468/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	250,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**250,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**250,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**250,00**
Nº Solic.: 49 Acrescentar		3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	250,00
Total:					**250,00**
Anexo II (Redução)					**250,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**250,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**250,00**
Nº Solic.: 49 Reduzir		3.3.90.32MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	250,00
Total:					**250,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
484	01/06/2021	3.469/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.500,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.500,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.500,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.500,00**
Nº Solic.: 50 Acrescentar		3.3.90.48OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	1.500,00
Total:					**1.500,00**
Anexo II (Redução)					**1.500,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.500,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.500,00**
Nº Solic.: 50 Reduzir		3.3.90.32MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.500,00
Total:					**1.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
485	01/06/2021	3.471/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	129,02	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**129,02**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do					**129,02**

Esport						
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL					**129,02**
Nº Solic.: 33 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO		11210000	0001	129,02
Total:						**129,02**
Anexo II (Redução)						**129,02**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport						**129,02**
	2106 Manutenção do PDDE - CRECHE					**129,02**
Nº Solic.: 33 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO		11210000	0001	129,02
Total:						**129,02**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
486	01/06/2021	3.472/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	98,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**98,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**98,00**
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL				**98,00**
Nº Solic.: 34 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	98,00
Total:					**98,00**
Anexo II (Redução)					**98,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**98,00**
	2106 Manutenção do PDDE - CRECHE				**98,00**
Nº Solic.: 34 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	98,00
Total:					**98,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
487	01/06/2021	3.474/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	448,35	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**448,35**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**448,35**
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL				**448,35**
Nº Solic.: 35 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	448,35
Total:					**448,35**
Anexo II (Redução)					**448,35**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**448,35**
	2106 Manutenção do PDDE - CRECHE				**448,35**
Nº Solic.: 35 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	448,35
Total:					**448,35**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
488	01/06/2021	3.475/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	140,90	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**140,90**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**140,90**
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL				**140,90**
Nº Solic.: 36 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	140,90
Total:					**140,90**
Anexo II (Redução)					**140,90**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**140,90**
	2120 Manutenção do PDDE - PRÉ-ESCOLA				**140,90**
Nº Solic.: 36 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	140,90
Total:					**140,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
489	01/06/2021	3.476/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	46,25	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**46,25**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**46,25**
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL				**46,25**
Nº Solic.: 37 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	46,25
Total:					**46,25**
Anexo II (Redução)					**46,25**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**46,25**
	2120 Manutenção do PDDE - PRÉ-ESCOLA				**46,25**
Nº Solic.: 37 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	46,25
Total:					**46,25**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
490	01/06/2021	3.478/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	817,35	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**817,35**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**817,35**
	2047 Manutenção das Atividades do PDDE - FUNDAMENTAL				**817,35**
Nº Solic.: 38 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	817,35
Total:					**817,35**
Anexo II (Redução)					**817,35**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**817,35**
	2106 Manutenção do PDDE - CRECHE				**817,35**
Nº Solic.: 38 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	817,35
Total:					**817,35**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
491	01/06/2021	3.493/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	63.000,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**63.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**63.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**63.000,00**
Nº Solic.: 254 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	63.000,00
				Total:	**63.000,00**
Anexo II (Redução)					**63.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**63.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**63.000,00**
Nº Solic.: 254 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	63.000,00
				Total:	**63.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
492	01/06/2021	3.496/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.024,76	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.024,76**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.024,76**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**1.024,76**
Nº Solic.: 79 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.024,76
				Total:	**1.024,76**
Anexo II (Redução)					**1.024,76**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.024,76**
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**1.024,76**
Nº Solic.: 79 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	512,38
Nº Solic.: 79 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	512,38
				Total:	**1.024,76**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
494	01/06/2021	3.505/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	114.011,71	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**114.011,71**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**114.011,71**
	1052 Pavimentação em Vias Públicas Urbanas e Rurais				**114.011,71**
Nº Solic.: 80 Acrescentar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	114.011,71
				Total:	**114.011,71**
Anexo II (Redução)					**114.011,71**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**114.011,71**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**80.000,00**
Nº Solic.: 80 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	80.000,00
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**34.011,71**
Nº Solic.: 80 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	34.011,71
				Total:	**114.011,71**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
495	01/06/2021	3.510/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.242,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.242,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**4.242,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**4.242,00**
Nº Solic.: 41 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.242,00
				Total:	**4.242,00**
Anexo II (Redução)					**4.242,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**4.242,00**

	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**4.242,00**
Nº Solic.: 41 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	4.242,00
				Total:	**4.242,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
496	01/06/2021	3.514/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	232,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**
Anexo II (Redução)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
497	01/06/2021	3.515/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	232,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**
Anexo II (Redução)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
499	01/06/2021	3.547/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.700,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.700,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**7.700,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**7.700,00**
Nº Solic.: 11 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	7.700,00
				Total:	**7.700,00**
Anexo II (Redução)					**7.700,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**7.700,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**7.700,00**
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1.700,00
				Total:	**7.700,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
500	01/06/2021	3.553/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	59.326,64	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**59.326,64**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**59.326,64**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**59.326,64**
Nº Solic.: 12 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	59.326,64
				Total:	**59.326,64**
Anexo II (Redução)					**59.326,64**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**59.326,64**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**59.326,64**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	59.326,64
				Total:	**59.326,64**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
501	01/06/2021	3.554/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	44.432,48	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**44.432,48**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**44.432,48**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**44.432,48**
Nº Solic.: 255 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	44.432,48
				Total:	**44.432,48**
Anexo II (Redução)					**44.432,48**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**44.432,48**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**44.432,48**
Nº Solic.: 81 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	44.432,48
				Total:	**44.432,48**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
502	01/06/2021	3.556/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	232,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**232,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**232,00**
	2019 Manutenção do CAPS				**232,00**
Nº Solic.: 256 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	232,00
				Total:	**232,00**
Anexo II (Redução)					**232,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**232,00**
	2019 Manutenção do CAPS				**232,00**
Nº Solic.: 256 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	232,00
				Total:	**232,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
503	01/06/2021	3.557/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	936,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**936,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**936,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**936,00**
Nº Solic.: 257 Acrescentar		OUTROS SERVIÇOS DE 3.3.90.39TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	936,00
				Total:	**936,00**
Anexo II (Redução)					**936,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**936,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**936,00**
Nº Solic.: 257 Reduzir		3.1.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	12110000	0001	936,00
				Total:	**936,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
505	01/06/2021	3.563/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	15.691,28	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.691,28**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**15.691,28**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**15.691,28**
Nº Solic.: 259 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	15.691,28
				Total:	**15.691,28**
Anexo II (Redução)					**15.691,28**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**15.691,28**
	1057 Construção e Recuperação de Calçamento meio Fio				**15.691,28**
Nº Solic.: 82 Reduzir		4.4.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	15.691,28
				Total:	**15.691,28**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
506	01/06/2021	3.566/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	315,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**315,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**315,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**315,00**
Nº Solic.: 260 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	315,00
				Total:	**315,00**
Anexo II (Redução)					**315,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**315,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**315,00**
Nº Solic.: 260 Reduzir		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	315,00
				Total:	**315,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
507	01/06/2021	3.569/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	13,47	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13,47**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**13,47**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**13,47**
Nº Solic.: 261 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	13,47
				Total:	**13,47**
Anexo II (Redução)					**13,47**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**13,47**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**13,47**
Nº Solic.: 261 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	13,47
				Total:	**13,47**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
516	01/06/2021	3.593/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	490,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**490,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**490,00**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**490,00**
Nº Solic.: 269 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	490,00
				Total:	**490,00**
Anexo II (Redução)					**490,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**490,00**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**490,00**
Nº Solic.: 269 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	490,00
				Total:	**490,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
518	01/06/2021	3.598/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.856,66	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.856,66**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.856,66**
	2019 Manutenção do CAPS				**3.856,66**
Nº Solic.: 270 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	3.856,66
				Total:	**3.856,66**
Anexo II (Redução)					**3.856,66**
	06.001 Secretaria Municipal de Saúde				**3.856,66**
2005 Manutenção das Atividades do Hospital					**3.856,66**
Nº Solic.: 270 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	3.856,66
				Total:	**3.856,66**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
520	01/06/2021	3.602/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	192,47	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**192,47**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**192,47**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**192,47**
Nº Solic.: 272 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	192,47
				Total:	**192,47**
Anexo II (Redução)					**192,47**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**192,47**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**192,47**
Nº Solic.: 272 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	192,47
				Total:	**192,47**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
523	01/06/2021	3.609/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	347,49	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**347,49**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**347,49**
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**347,49**
Nº Solic.: 275 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	347,49
				Total:	**347,49**
Anexo II (Redução)					**347,49**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**347,49**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**347,49**
Nº Solic.: 275 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	347,49
				Total:	**347,49**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
527	01/06/2021	3.617/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.548,51	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.548,51**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.548,51**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.548,51**
Nº Solic.: 279 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12140000	0001	2.548,51
				Total:	**2.548,51**
Anexo II (Redução)					**2.548,51**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.548,51**

	2019 Manutenção do CAPS				**2.548,51**
Nº Solic.: 279 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	2.548,51
				Total:	**2.548,51**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
528	01/06/2021	3.618/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	194,30	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**194,30**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**194,30**
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**194,30**
Nº Solic.: 280 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	194,30
				Total:	**194,30**
Anexo II (Redução)					**194,30**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**194,30**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**194,30**
Nº Solic.: 280 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	194,30
				Total:	**194,30**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
529	01/06/2021	3.626/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.557,50	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.557,50**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**8.557,50**
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**8.557,50**
Nº Solic.: 281 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	8.557,50
				Total:	**8.557,50**
Anexo II (Redução)					**8.557,50**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**8.557,50**
	1052 Pavimentação em Vias Públicas Urbanas e Rurais				**8.557,50**
Nº Solic.: 85 Reduzir		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	8.557,50
				Total:	**8.557,50**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
530	01/06/2021	3.631/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	13.380,93	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13.380,93**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**13.380,93**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**13.380,93**
Nº Solic.: 282 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	13.380,93
				Total:	**13.380,93**
Anexo II (Redução)					**13.380,93**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**13.380,93**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**13.380,93**
Nº Solic.: 40 Reduzir		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	13.380,93
				Total:	**13.380,93**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
535	01/06/2021	3.647/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	232,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**
Anexo II (Redução)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
542	01/06/2021	3.690/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.070,41	01/06/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.070,41**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**2.070,41**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**2.070,41**
Nº Solic.: 42 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	2.070,41
				Total:	**2.070,41**
Anexo II (Redução)					**2.070,41**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**2.070,41**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**2.070,41**

Nº Solic.: 42 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.070,41
				Total:	**2.070,41**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
552	01/06/2021	3.745/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.046,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.046,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.046,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.046,00**
Nº Solic.: 44 Acrescentar		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	1.046,00
				Total:	**1.046,00**
Anexo II (Redução)					**1.046,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.046,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.046,00**
Nº Solic.: 44 Reduzir		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	1.046,00
				Total:	**1.046,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
562	01/06/2021	3.821/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	232,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 14 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**
Anexo II (Redução)					**232,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**232,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**232,00**
Nº Solic.: 14 Reduzir		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	232,00
				Total:	**232,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
567	01/06/2021	3.859/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1,00	01/06/2021	DECRETO: 36	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1,00**
Nº Solic.: 39 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1,00
				Total:	**1,00**
Anexo II (Redução)					**1,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1,00**
Nº Solic.: 39 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1,00
				Total:	**1,00**

Total Acréscimo:	**1.772.310,65**
Total Redução:	**1.772.310,65**
Total:	**1.772.310,65**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:504CAE5B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N° 47/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DECRETO N° 47/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA:
O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei: CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo inciso II, art. 7º da Lei Municipal nº 2610/2020, de 21 de dezembro de 2020; CONSIDERANDO o limite de 30% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Parelhas no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 3.489.867,81 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos) para reforço de dotação orçamentária:
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: Anexo I (Acréscimo).
Artigo 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I – R$ 3.489.867,81 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), através de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificadas no anexo a este decreto por: Anexo II (Redução).
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.

Parelhas/RN, 01 de Julho de 2021.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
517	01/07/2021	3.594/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	27.447,70	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**27.447,70**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**27.447,70**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**27.447,70**
Nº Solic.: 39 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	27.447,70
				Total:	**27.447,70**
Anexo II (Redução)					**27.447,70**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**27.447,70**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**27.447,70**
Nº Solic.: 84 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	27.447,70
				Total:	**27.447,70**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
543	01/07/2021	3.694/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	17.700,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**17.700,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**17.700,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**17.700,00**
Nº Solic.: 288 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	17.700,00
				Total:	**17.700,00**
Anexo II (Redução)					**17.700,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**17.700,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**17.700,00**
Nº Solic.: 52 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	17.700,00
				Total:	**17.700,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
544	01/07/2021	3.697/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	55.420,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**55.420,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**55.420,00**
	2165 AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19 NAS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (RECURSO FEDERAL)				**55.420,00**
Nº Solic.: 289 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	55.420,00
				Total:	**55.420,00**
Anexo II (Redução)					**55.420,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**55.420,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**55.420,00**
Nº Solic.: 53 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	55.420,00
				Total:	**55.420,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
550	01/07/2021	3.709/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	17.251,31	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**17.251,31**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**17.251,31**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**17.251,31**
Nº Solic.: 43 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	17.251,31
				Total:	**17.251,31**
Anexo II (Redução)					**17.251,31**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**17.251,31**
	1065 Construcao de Galerias na Zona Urbana				**17.251,31**
Nº Solic.: 90 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	17.251,31
				Total:	**17.251,31**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
554	01/07/2021	3.757/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	126.137,15	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**126.137,15**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**126.137,15**
	2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças				**126.137,15**
Nº Solic.: 3 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	126.137,15
				Total:	**126.137,15**
Anexo II (Redução)					**126.137,15**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**126.137,15**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**126.137,15**
Nº Solic.: 54 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	126.137,15
				Total:	**126.137,15**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
555	01/07/2021	3.771/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.750,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.750,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**1.750,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**1.750,00**
Nº Solic.: 45 Acrescentar		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15300000	0001	1.750,00
				Total:	**1.750,00**
Anexo II (Redução)					**1.750,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**1.750,00**
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**1.750,00**
Nº Solic.: 91 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.750,00
				Total:	**1.750,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
556	01/07/2021	3.774/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.640,72	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.640,72**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**2.640,72**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**2.640,72**
Nº Solic.: 46 Acrescentar		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	19900000	0001	2.640,72
				Total:	**2.640,72**
Anexo II (Redução)					**2.640,72**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.640,72**
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**2.640,72**
Nº Solic.: 92 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.640,72
				Total:	**2.640,72**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
557	01/07/2021	3.782/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.500,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.500,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**7.500,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**7.500,00**
Nº Solic.: 297 Acrescentar		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12110000	0001	7.500,00
				Total:	**7.500,00**
Anexo II (Redução)					**7.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.500,00**
	1061 Recuperação de Estradas Muicipais, Construção e Reforma de Passagens Molhadas e pontilhões				**7.500,00**
Nº Solic.: 93 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15200000	0001	7.500,00
				Total:	**7.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
558	01/07/2021	3.794/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	31.043,08	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**31.043,08**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**31.043,08**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**31.043,08**
Nº Solic.: 47 Acrescentar		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	31.043,08
				Total:	**31.043,08**
Anexo II (Redução)					**31.043,08**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**31.043,08**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**31.043,08**
Nº Solic.: 94 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	31.043,08
				Total:	**31.043,08**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status

559	01/07/2021	3.800/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**9.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**9.000,00**
Nº Solic.: 48 Acrescentar		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**
Anexo II (Redução)					**9.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**9.000,00**
	1034 Construção e Ampliação do Saneamento Básico Rural				**9.000,00**
Nº Solic.: 95 Reduzir		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
560	01/07/2021	3.805/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	173.500,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**173.500,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**173.500,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**173.500,00**
Nº Solic.: 49 Acrescentar		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	173.500,00
				Total:	**173.500,00**
Anexo II (Redução)					**173.500,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**173.500,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**93.500,00**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	46.750,00
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	46.750,00
	2105 Manutenção das Atividades da Guarda Municipal				**80.000,00**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	80.000,00
				Total:	**173.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
565	01/07/2021	3.847/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	48.727,91	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**48.727,91**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**48.727,91**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**48.727,91**
Nº Solic.: 50 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	48.727,91
				Total:	**48.727,91**
Anexo II (Redução)					**48.727,91**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**48.727,91**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**48.727,91**
Nº Solic.: 99 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	24.363,95
Nº Solic.: 99 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	24.363,96
				Total:	**48.727,91**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
566	01/07/2021	3.851/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	228.369,21	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**228.369,21**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**228.369,21**
	1052 Pavimentação em Vias Públicas Urbanas e Rurais				**228.369,21**
Nº Solic.: 100 Acrescentar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	228.369,21
				Total:	**228.369,21**
Anexo II (Redução)					**228.369,21**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**228.369,21**
	1020 Construção do Centro de Capacitação de mão de obras (Galpão Industrial)				**50.000,00**
Nº Solic.: 55 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	50.000,00
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**28.369,21**
Nº Solic.: 55 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	28.369,21
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**150.000,00**
Nº Solic.: 55 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	100.000,00
Nº Solic.: 55 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	50.000,00
				Total:	**228.369,21**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
569	01/07/2021	3.869/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	29.098,30	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**29.098,30**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**29.098,30**
	2113 Manutenção das Atividades do Programa Saúde na Escola				**29.098,30**
Nº Solic.: 300 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	29.098,30
				Total:	**29.098,30**
Anexo II (Redução)					**29.098,30**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**29.098,30**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**29.098,30**
Nº Solic.: 56 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	29.098,30
				Total:	**29.098,30**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
572	01/07/2021	3.886/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**28.000,00**
Nº Solic.: 303 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**
Anexo II (Redução)					**28.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**28.000,00**
	2036 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública				**28.000,00**
Nº Solic.: 101 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16200000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
573	01/07/2021	3.892/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**28.000,00**
Nº Solic.: 304 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**
Anexo II (Redução)					**28.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**28.000,00**
	1007 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Sede da Sec. de Educação				**28.000,00**
Nº Solic.: 40 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19300000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
574	01/07/2021	3.899/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	15.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**15.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**15.000,00**
Nº Solic.: 305 Acrescentar		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**15.000,00**
	1018 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental				**15.000,00**
Nº Solic.: 41 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	11250000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
576	01/07/2021	3.911/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	129.334,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**129.334,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**129.334,00**
	1055 Construção e Restauração de Prédios Municipais				**129.334,00**
Nº Solic.: 103 Acrescentar		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15100000	0001	129.334,00
				Total:	**129.334,00**
Anexo II (Redução)					**129.334,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**129.334,00**
	1016 Construção de Ginásios e Quadras de Esportes				**29.334,00**
Nº Solic.: 15 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	29.334,00
	1093 Urbanização e Revitalização de Vias Públicas				**100.000,00**
Nº Solic.: 15 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	50.000,00

Nº Solic.: 15 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15200000	0001	50.000,00
				Total:	**129.334,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
591	01/07/2021	3.950/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.500,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**7.500,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**7.500,00**
Nº Solic.: 104 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	7.500,00
				Total:	**7.500,00**
Anexo II (Redução)					**7.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**7.500,00**
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**7.500,00**
Nº Solic.: 43 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	7.500,00
				Total:	**7.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
592	01/07/2021	3.963/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.836,34	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.836,34**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**8.836,34**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**8.836,34**
Nº Solic.: 51 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	8.836,34
				Total:	**8.836,34**
Anexo II (Redução)					**8.836,34**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.836,34**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**8.836,34**
Nº Solic.: 44 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	8.836,34
				Total:	**8.836,34**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
600	01/07/2021	4.066/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	12.240,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**12.240,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**12.240,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**12.240,00**
Nº Solic.: 323 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	12.240,00
				Total:	**12.240,00**
Anexo II (Redução)					**12.240,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**12.240,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**12.240,00**
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	12.240,00
				Total:	**12.240,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
605	01/07/2021	4.129/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.600,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.600,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.600,00**
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**1.600,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11110000	0001	1.600,00
				Total:	**1.600,00**
Anexo II (Redução)					**1.600,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.600,00**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**1.600,00**
Nº Solic.: 329 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	1.600,00
				Total:	**1.600,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
606	01/07/2021	4.131/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.400,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.400,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**5.400,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**5.400,00**
Nº Solic.: 60 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	5.400,00
				Total:	**5.400,00**
Anexo II (Redução)					**5.400,00**

03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**5.400,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**5.400,00**
Nº Solic.: 55 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	5.400,00
				Total:	**5.400,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
607	01/07/2021	4.133/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	180,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**180,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**180,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**180,00**
Nº Solic.: 107 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	180,00
				Total:	**180,00**
Anexo II (Redução)					**180,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**180,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**180,00**
Nº Solic.: 56 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	180,00
				Total:	**180,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
609	01/07/2021	4.138/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.750,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.750,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**5.750,00**
	2004 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar-Recursos Próprios				**5.750,00**
Nº Solic.: 63 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	5.750,00
				Total:	**5.750,00**
Anexo II (Redução)					**5.750,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.750,00**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**5.750,00**
Nº Solic.: 331 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	5.750,00
				Total:	**5.750,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
610	01/07/2021	4.140/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	180,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**180,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**180,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**180,00**
Nº Solic.: 108 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	180,00
				Total:	**180,00**
Anexo II (Redução)					**180,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**180,00**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**180,00**
Nº Solic.: 332 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	180,00
				Total:	**180,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
611	01/07/2021	4.143/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	180,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**180,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**180,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**180,00**
Nº Solic.: 109 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	180,00
				Total:	**180,00**
Anexo II (Redução)					**180,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**180,00**
	2074 Manutenção do NASF				**180,00**
Nº Solic.: 333 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	180,00
				Total:	**180,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
634	01/07/2021	4.202/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	44.800,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**44.800,00**

08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**44.800,00**
	2066 Manutenção do Saneamento Básico Rural e Instalações Sanitárias				**44.800,00**
Nº Solic.: 113 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	10010000	0001	44.800,00
		JURÍDICA			
				Total:	**44.800,00**
Anexo II (Redução)					**44.800,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**44.800,00**
	1100 Construção de Quadra de Esporte Escolar				**44.800,00**
Nº Solic.: 67 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	11250000	0001	44.800,00
				Total:	**44.800,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
643	01/07/2021	4.229/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	80.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.000,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**80.000,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**80.000,00**
Nº Solic.: 45 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL	10010000	0001	80.000,00
		CIVIL			
				Total:	**80.000,00**
Anexo II (Redução)					**80.000,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**15.000,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**15.000,00**
Nº Solic.: 34 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	15.000,00
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**65.000,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**65.000,00**
Nº Solic.: 46 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	65.000,00
				Total:	**80.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
672	01/07/2021	4.310/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.392,70	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.392,70**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**7.392,70**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**7.392,70**
Nº Solic.: 363 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	7.392,70
				Total:	**7.392,70**
Anexo II (Redução)					**7.392,70**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**7.392,70**
	1100 Construção de Quadra de Esporte Escolar				**7.392,70**
Nº Solic.: 71 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	11250000	0001	7.392,70
				Total:	**7.392,70**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
689	01/07/2021	4.283/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	140.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**140.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**140.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**140.000,00**
Nº Solic.: 352 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	140.000,00
				Total:	**140.000,00**
Anexo II (Redução)					**140.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**140.000,00**
	2045 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 60%				**140.000,00**
Nº Solic.: 70 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	140.000,00
				Total:	**140.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
699	01/07/2021	4.406/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	48.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**48.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**48.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**48.000,00**
Nº Solic.: 63 Acrescentar		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	48.000,00
				Total:	**48.000,00**
Anexo II (Redução)					**48.000,00**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**48.000,00**
	2032 Manutenção da D¡vida Publica Municipal				**30.000,00**
Nº Solic.: 6 Reduzir		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10010000	0001	30.000,00
	2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças				**18.000,00**
Nº Solic.: 6 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	18.000,00

					Total:	**48.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
700	01/07/2021	4.081/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	156.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**416.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**156.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**156.000,00**
Nº Solic.: 54 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	156.000,00
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**260.000,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**260.000,00**
Nº Solic.: 106 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	260.000,00
				Total:	**416.000,00**
Anexo II (Redução)					**416.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**416.000,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**379.000,00**
Nº Solic.: 49 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	379.000,00
	2046 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 40%				**37.000,00**
Nº Solic.: 49 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	37.000,00
				Total:	**416.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
701	01/07/2021	4.036/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	199.200,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**199.200,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**199.200,00**
	2022 Manut. do Serviço de proteção e atendimento Integral á Família - PAIF - CRAS				**8.800,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	8.800,00
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**12.600,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	12.600,00
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**160.000,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	160.000,00
	2088 Gestão Cadastro Único e programa Bolsa Família				**14.000,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	14.000,00
	2103 Manut. do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos- SCFV				**3.800,00**
Nº Solic.: 59 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	3.800,00
				Total:	**199.200,00**
Anexo II (Redução)					**199.200,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**199.200,00**
	2060 Manutenção do Ensino Infantil PRÉ-ESCOLA-FUNDEB 60%				**199.200,00**
Nº Solic.: 47 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	199.200,00
				Total:	**199.200,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
703	01/07/2021	4.012/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	240.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**240.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**240.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**240.000,00**
Nº Solic.: 53 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	240.000,00
				Total:	**240.000,00**
Anexo II (Redução)					**240.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**240.000,00**
	2046 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 40%				**240.000,00**
Nº Solic.: 45 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	240.000,00
				Total:	**240.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
705	01/07/2021	4.413/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	119.301,56	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**119.301,56**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**119.301,56**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**119.301,56**
Nº Solic.: 65 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	119.301,56
				Total:	**119.301,56**

Anexo II (Redução)						**119.301,56**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação						**119.301,56**
	1012 Amortização da Dívida Interna					**119.301,56**
Nº Solic.: 7 Reduzir		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	119.301,56	
				Total:	**119.301,56**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
706	01/07/2021	4.117/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	400.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**400.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**400.000,00**
	2096 Manutenção do FUNDEB 60% - CRECHE				**400.000,00**
Nº Solic.: 56 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	400.000,00
				Total:	**400.000,00**
Anexo II (Redução)					**400.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**168.000,00**
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**168.000,00**
Nº Solic.: 58 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	168.000,00
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**232.000,00**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**232.000,00**
Nº Solic.: 325 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	172.000,00
Nº Solic.: 326 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	60.000,00
				Total:	**400.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
707	01/07/2021	4.062/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	520.000,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**520.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**520.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**290.000,00**
Nº Solic.: 322 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	290.000,00
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**230.000,00**
Nº Solic.: 322 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	230.000,00
				Total:	**520.000,00**
Anexo II (Redução)					**520.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**520.000,00**
	2045 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 60%				**520.000,00**
Nº Solic.: 48 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	520.000,00
				Total:	**520.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
712	01/07/2021	4.454/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	377,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**377,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**377,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**377,00**
Nº Solic.: 376 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	377,00
				Total:	**377,00**
Anexo II (Redução)					**377,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**377,00**
	2118 Manutenção das Atividades do Programa Mais Médicos				**377,00**
Nº Solic.: 376 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	377,00
				Total:	**377,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
713	01/07/2021	4.455/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	11.049,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**11.049,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**11.049,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**11.049,00**
Nº Solic.: 377 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	11.049,00
				Total:	**11.049,00**
Anexo II (Redução)					**11.049,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**11.049,00**
	1018 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental				**11.049,00**
Nº Solic.: 75 Reduzir		4.4.90.51OBRAS E INSTALAÇÕES	11250000	0001	11.049,00
				Total:	**11.049,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
715	01/07/2021	4.459/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	165,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**165,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**165,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**165,00**
Nº Solic.: 20 Acrescentar		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	165,00
				Total:	**165,00**
Anexo II (Redução)					**165,00**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm.,	**Turismo e Comunicão**				**165,00**
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**165,00**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.1.90.11VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	165,00
				Total:	**165,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
716	01/07/2021	4.462/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	314,83	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**314,83**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**314,83**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**314,83**
Nº Solic.: 379 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	314,83
				Total:	**314,83**
Anexo II (Redução)					**314,83**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**314,83**
	2152 PROGRAMA DE APOIO A PACIENTES DA REDE DE SAÚDE				**314,83**
Nº Solic.: 379 Reduzir	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	314,83
				Total:	**314,83**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
721	01/07/2021	4.479/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.090,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.090,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**7.090,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**7.090,00**
Nº Solic.: 385 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	7.090,00
				Total:	**7.090,00**
Anexo II (Redução)					**7.090,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**7.090,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**7.090,00**
Nº Solic.: 38 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	7.090,00
				Total:	**7.090,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
740	01/07/2021	4.552/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.287,89	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.287,89**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.287,89**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**4.287,89**
Nº Solic.: 387 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	4.287,89
				Total:	**4.287,89**
Anexo II (Redução)					**4.287,89**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**4.287,89**
	2103 Manut.do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos - SCFV				**4.287,89**
Nº Solic.: 82 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	4.287,89
				Total:	**4.287,89**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
746	01/07/2021	4.576/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	12.242,39	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**12.242,39**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**12.242,39**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**12.242,39**
Nº Solic.: 392 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	12.242,39
				Total:	**12.242,39**
Anexo II (Redução)					**12.242,39**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**12.242,39**
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**12.242,39**
Nº Solic.: 79 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11110000	0001	12.242,39

				Total:	**12.242,39**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
778	01/07/2021	4.692/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	21.233,31	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**21.233,31**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**21.233,31**
	2123 Manutenção da Atenção Básica				**21.233,31**
Nº Solic.: 406 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	21.233,31
				Total:	**21.233,31**
Anexo II (Redução)					**21.233,31**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**21.233,31**
	2059 Manutenção das atividades Ligadas a Cultura e Eventos Sociais				**21.233,31**
Nº Solic.: 27 Reduzir	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	21.233,31
				Total:	**21.233,31**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
788	01/07/2021	4.740/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.067,00	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.067,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**6.067,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**6.067,00**
Nº Solic.: 73 Acrescentar		3.3.50.41CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	6.067,00
				Total:	**6.067,00**
Anexo II (Redução)					**6.067,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**6.067,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**6.067,00**
Nº Solic.: 40 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	6.067,00
				Total:	**6.067,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
798	01/07/2021	4.780/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	194.192,90	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**194.192,90**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**194.192,90**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**194.192,90**
Nº Solic.: 418 Acrescentar		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	194.192,90
				Total:	**194.192,90**
Anexo II (Redução)					**194.192,90**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**194.192,90**
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**150.000,00**
Nº Solic.: 91 Reduzir		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	150.000,00
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**44.192,90**
Nº Solic.: 91 Reduzir		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	44.192,90
				Total:	**194.192,90**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
803	01/07/2021	4.799/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	368,51	01/07/2021	DECRETO: 47	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**368,51**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**368,51**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**368,51**
Nº Solic.: 421 Acrescentar		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	368,51
				Total:	**368,51**
Anexo II (Redução)					**368,51**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**368,51**
	2015 Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária				**368,51**
Nº Solic.: 421 Reduzir		3.1.90.13OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	368,51
				Total:	**368,51**

Total Acréscimo:	**3.489.867,81**
Total Redução:	**3.489.867,81**
Total:	**3.489.867,81**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:0F3F06B6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N° 52/2021, DE 02 DE AGOSTO DE 2021.

DECRETO N° 52/2021, DE 02 DE AGOSTO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA:
O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei: CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo II, art. 7º da Lei Municipal nº 2610/2020, de 21 de dezembro de 2020;
CONSIDERANDO o limite de 30% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Parelhas no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 955.893,25 (novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos) para reforço de dotação orçamentária:
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: Anexo I (Acréscimo).
Artigo 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I – R$ 955.893,25 (novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos), através de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificadas no anexo a este decreto por: Anexo II (Redução). Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.

Parelhas/RN, 02 de Agosto de 2021.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
637	02/08/2021	4.212/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	32.400,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**32.400,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**32.400,00**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**32.400,00**
Nº Solic.: 114 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	32.400,00
				Total:	**32.400,00**
Anexo II (Redução)					**32.400,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**32.400,00**
	2036 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública				**32.400,00**
Nº Solic.: 114 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16200000	0001	32.400,00
				Total:	**32.400,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
651	02/08/2021	4.258/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.677,67	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.677,67**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.677,67**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**4.677,67**
Nº Solic.: 116 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.677,67
				Total:	**4.677,67**
Anexo II (Redução)					**4.677,67**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.677,67**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**4.677,67**
Nº Solic.: 116 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.677,67
				Total:	**4.677,67**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
652	02/08/2021	4.260/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.130,60	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.130,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**5.130,60**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**5.130,60**
Nº Solic.: 117 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	5.130,60
				Total:	**5.130,60**
Anexo II (Redução)					**5.130,60**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**5.130,60**
	2065 Manutenção do Saneamento Básico Urbano e Instalações Sanitárias				**5.130,60**
Nº Solic.: 117 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	5.130,60

				Total:	**5.130,60**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
653	02/08/2021	4.267/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.250,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.250,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.250,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.250,00**
Nº Solic.: 71 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	1.250,00
				Total:	**1.250,00**
Anexo II (Redução)					**1.250,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**1.250,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**1.250,00**
Nº Solic.: 71 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.250,00
				Total:	**1.250,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
660	02/08/2021	4.289/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	100.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**100.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**100.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**100.000,00**
Nº Solic.: 354 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	100.000,00
				Total:	**100.000,00**
Anexo II (Redução)					**100.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**100.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**100.000,00**
Nº Solic.: 354 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	100.000,00
				Total:	**100.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
691	02/08/2021	4.386/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.406,64	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.406,64**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**4.406,64**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**4.406,64**
Nº Solic.: 75 Acrescentar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	4.406,64
				Total:	**4.406,64**
Anexo II (Redução)					**4.406,64**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**4.406,64**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**4.406,64**
Nº Solic.: 75 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.406,64
				Total:	**4.406,64**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
704	02/08/2021	4.410/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	141.580,69	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**141.580,69**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**141.580,69**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**141.580,69**
Nº Solic.: 64 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	141.580,69
				Total:	**141.580,69**
Anexo II (Redução)					**141.580,69**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**141.580,69**
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**141.580,69**
Nº Solic.: 72 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11110000	0001	100.000,00
Nº Solic.: 72 Reduzir		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11110000	0001	41.580,69
				Total:	**141.580,69**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
709	02/08/2021	4.436/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.775,04	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.775,04**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**4.775,04**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**4.775,04**
Nº Solic.: 66 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	4.775,04
				Total:	**4.775,04**
Anexo II (Redução)					**4.775,04**

05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**4.775,04**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**4.775,04**
Nº Solic.: 73 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	4.775,04
				Total:	**4.775,04**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
711	02/08/2021	4.453/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	944,64	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**944,64**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**944,64**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**944,64**
Nº Solic.: 375 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	944,64
				Total:	**944,64**
Anexo II (Redução)					**944,64**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**944,64**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**944,64**
Nº Solic.: 375 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	944,64
				Total:	**944,64**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
737	02/08/2021	4.543/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.700,40	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.700,40**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**4.700,40**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**4.700,40**
Nº Solic.: 68 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.700,40
				Total:	**4.700,40**
Anexo II (Redução)					**4.700,40**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**4.700,40**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**4.700,40**
Nº Solic.: 51 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	4.700,40
				Total:	**4.700,40**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
786	02/08/2021	4.733/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.137,96	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.137,96**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.137,96**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**5.137,96**
Nº Solic.: 409 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	5.137,96
				Total:	**5.137,96**
Anexo II (Redução)					**5.137,96**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**5.137,96**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**5.137,96**
Nº Solic.: 87 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	5.137,96
				Total:	**5.137,96**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
790	02/08/2021	4.750/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	25.911,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**25.911,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**25.911,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**25.911,00**
Nº Solic.: 411 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	25.911,00
				Total:	**25.911,00**
Anexo II (Redução)					**25.911,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**25.911,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**25.911,00**
Nº Solic.: 412 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	25.911,00
				Total:	**25.911,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
793	02/08/2021	4.755/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.674,96	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.674,96**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.674,96**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**1.674,96**
Nº Solic.: 415 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	1.674,96
				Total:	**1.674,96**
Anexo II (Redução)					**1.674,96**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**1.674,96**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**1.674,96**
Nº Solic.: 41 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM	10010000	0001	1.674,96

		LOCOMOÇÃO			
				Total:	**1.674,96**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
797	02/08/2021	4.773/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.622,38	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.622,38**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**6.622,38**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**6.622,38**
Nº Solic.: 417 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	6.622,38
				Total:	**6.622,38**
Anexo II (Redução)					**6.622,38**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**6.622,38**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**6.622,38**
Nº Solic.: 90 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	6.622,38
				Total:	**6.622,38**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
802	02/08/2021	4.789/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	23.140,93	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**23.140,93**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**23.140,93**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**23.140,93**
Nº Solic.: 74 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	23.140,93
				Total:	**23.140,93**
Anexo II (Redução)					**23.140,93**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**23.140,93**
	1012 Amortização da Dívida Interna				**23.140,93**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	23.140,93
				Total:	**23.140,93**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
816	02/08/2021	4.827/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.600,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.600,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**6.600,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**6.600,00**
Nº Solic.: 75 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	6.600,00
				Total:	**6.600,00**
Anexo II (Redução)					**6.600,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**6.600,00**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**6.600,00**
Nº Solic.: 42 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	6.600,00
				Total:	**6.600,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
826	02/08/2021	4.864/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**28.000,00**
Nº Solic.: 433 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**
Anexo II (Redução)					**28.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**28.000,00**
	2064 Manutenção do Transp. de Estudantes-PETERN				**28.000,00**
Nº Solic.: 93 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11250000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
827	02/08/2021	4.866/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**28.000,00**
Nº Solic.: 434 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**
Anexo II (Redução)					**28.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**28.000,00**
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**28.000,00**

Nº Solic.: 94 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
832	02/08/2021	4.895/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	33.433,16	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33.433,16**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**33.433,16**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**33.433,16**
Nº Solic.: 77 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	33.433,16
				Total:	**33.433,16**
Anexo II (Redução)					**33.433,16**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**33.433,16**
	2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças				**33.433,16**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	33.433,16
				Total:	**33.433,16**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
833	02/08/2021	4.905/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.321,30	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.321,30**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**2.321,30**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**2.321,30**
Nº Solic.: 54 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	2.321,30
				Total:	**2.321,30**
Anexo II (Redução)					**2.321,30**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**2.321,30**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**2.321,30**
Nº Solic.: 45 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	2.321,30
				Total:	**2.321,30**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
835	02/08/2021	4.916/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.203,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.203,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.203,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**18.203,00**
Nº Solic.: 436 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	12110000	0001	18.203,00
		JURÍDICA			
				Total:	**18.203,00**
Anexo II (Redução)					**18.203,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**18.203,00**
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**18.203,00**
Nº Solic.: 95 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	18.203,00
				Total:	**18.203,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
840	02/08/2021	4.959/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	27.204,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**27.204,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**27.204,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**27.204,00**
Nº Solic.: 136 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	27.204,00
				Total:	**27.204,00**
Anexo II (Redução)					**27.204,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**27.204,00**
	2146 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE - RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO				**27.204,00**
Nº Solic.: 97 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	27.204,00
				Total:	**27.204,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
841	02/08/2021	4.966/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.400,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.400,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.400,00**
	2114 Manutenção das Atividades do SAMU				**1.400,00**
Nº Solic.: 438 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	1.400,00
				Total:	**1.400,00**
Anexo II (Redução)					**1.400,00**

06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.400,00**
	2114 Manutenção das Atividades do SAMU				**1.400,00**
Nº Solic.: 438 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	1.400,00
				Total:	**1.400,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
846	02/08/2021	4.977/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	55.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**55.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**55.000,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**55.000,00**
Nº Solic.: 100 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	55.000,00
				Total:	**55.000,00**
Anexo II (Redução)					**55.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**55.000,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**55.000,00**
Nº Solic.: 100 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	35.000,00
Nº Solic.: 100 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	20.000,00
				Total:	**55.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
848	02/08/2021	4.986/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	7.130,49	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.130,49**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**7.130,49**
	2123 Manutenção da Atenção Básica				**7.130,49**
Nº Solic.: 440 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	7.130,49
				Total:	**7.130,49**
Anexo II (Redução)					**7.130,49**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**7.130,49**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**7.130,49**
Nº Solic.: 101 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	7.130,49
				Total:	**7.130,49**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
849	02/08/2021	4.988/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	156,68	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**156,68**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**156,68**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**156,68**
Nº Solic.: 102 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	156,68
				Total:	**156,68**
Anexo II (Redução)					**156,68**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**156,68**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**156,68**
Nº Solic.: 102 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	156,68
				Total:	**156,68**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
858	02/08/2021	5.032/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	6.500,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**6.500,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**6.500,00**
Nº Solic.: 138 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.500,00
				Total:	**6.500,00**
Anexo II (Redução)					**6.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**6.500,00**
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**6.500,00**
Nº Solic.: 104 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11110000	0001	6.500,00
				Total:	**6.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
865	02/08/2021	5.053/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.847,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.847,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.847,00**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**3.847,00**

Nº Solic.: 447 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	3.847,00
				Total:	**3.847,00**
Anexo II (Redução)					**3.847,00**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**3.847,00**
	2073 Desenvolvimento de Ações de Segurança Pública				**3.847,00**
Nº Solic.: 46 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.847,00
				Total:	**3.847,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
869	02/08/2021	5.066/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	32.500,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**32.500,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**32.500,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**32.500,00**
Nº Solic.: 80 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	32.500,00
				Total:	**32.500,00**
Anexo II (Redução)					**32.500,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**32.500,00**
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**32.500,00**
Nº Solic.: 141 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	32.500,00
				Total:	**32.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
873	02/08/2021	5.076/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	14.931,39	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**14.931,39**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**14.931,39**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**14.931,39**
Nº Solic.: 105 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	14.931,39
				Total:	**14.931,39**
Anexo II (Redução)					**14.931,39**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**14.931,39**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**14.931,39**
Nº Solic.: 57 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	14.931,39
				Total:	**14.931,39**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
878	02/08/2021	5.091/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.688,02	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**18.688,02**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**18.688,02**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**18.688,02**
Nº Solic.: 142 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	18.688,02
				Total:	**18.688,02**
Anexo II (Redução) 18.688,02					
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**18.688,02**
	2146 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE - RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO				**18.688,02**
Nº Solic.: 106 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	18.688,02
				Total:	**18.688,02**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
880	02/08/2021	5.095/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	84.478,40	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**84.478,40**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**84.478,40**
	2057 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**84.478,40**
Nº Solic.: 107 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11110000	0001	84.478,40
				Total:	**84.478,40**
Anexo II (Redução)					**84.478,40**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**84.478,40**
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**84.478,40**
Nº Solic.: 107 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	45.000,00
Nº Solic.: 107 Reduzir		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11110000	0001	39.478,40
				Total:	**84.478,40**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
885	02/08/2021	5.107/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.500,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do					**1.500,00**

Esport					
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.500,00**
Nº Solic.: 108 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**
Anexo II (Redução)					**1.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.500,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.500,00**
Nº Solic.: 108 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	500,00
Nº Solic.: 108 Reduzir		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	500,00
Nº Solic.: 108 Reduzir		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	500,00
				Total:	**1.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
889	02/08/2021	5.126/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.361,55	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.361,55**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**8.361,55**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**8.361,55**
Nº Solic.: 453 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	8.361,55
				Total:	**8.361,55**
Anexo II (Redução)					**8.361,55**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.361,55**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**8.361,55**
Nº Solic.: 109 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	8.361,55
				Total:	**8.361,55**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
891	02/08/2021	5.131/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	13.688,02	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13.688,02**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**13.688,02**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**13.688,02**
Nº Solic.: 144 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	13.688,02
				Total:	**13.688,02**
Anexo II (Redução)					**13.688,02**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**13.688,02**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**13.688,02**
Nº Solic.: 111 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	13.688,02
				Total:	**13.688,02**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
892	02/08/2021	5.134/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.326,28	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.326,28**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**2.326,28**
	2060 Manutenção do Ensino Infantil PRÉ-ESCOLA-FUNDEB 60%				**2.326,28**
Nº Solic.: 112 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	2.326,28
				Total:	**2.326,28**
Anexo II (Redução)					**2.326,28**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**2.326,28**
	2060 Manutenção do Ensino Infantil PRÉ-ESCOLA-FUNDEB 60%				**2.326,28**
Nº Solic.: 112 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	2.326,28
				Total:	**2.326,28**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
896	02/08/2021	5.145/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	26.990,62	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**26.990,62**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**26.990,62**
	2046 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 40%				**26.990,62**
Nº Solic.: 113 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11130000	0001	26.990,62
				Total:	**26.990,62**
Anexo II (Redução)					**26.990,62**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**26.990,62**
	2097 Manutenção do FUNDEB 40% - CRECHE				**26.990,62**
Nº Solic.: 113 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	26.990,62
				Total:	**26.990,62**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
900	02/08/2021	5.151/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.299,87	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.299,87**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**8.299,87**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**8.299,87**
Nº Solic.: 461 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	8.299,87
				Total:	**8.299,87**
Anexo II (Redução)					**8.299,87**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.299,87**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**8.299,87**
Nº Solic.: 114 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	8.299,87
				Total:	**8.299,87**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
901	02/08/2021	5.155/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.068,78	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.068,78**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.068,78**
	2096 Manutenção do FUNDEB 60% - CRECHE				**1.068,78**
Nº Solic.: 115 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	1.068,78
				Total:	**1.068,78**
Anexo II (Redução)					**1.068,78**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.068,78**
	2096 Manutenção do FUNDEB 60% - CRECHE				**1.068,78**
Nº Solic.: 115 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	1.068,78
				Total:	**1.068,78**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
902	02/08/2021	5.158/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.294,46	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.294,46**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**8.294,46**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**8.294,46**
Nº Solic.: 463 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	8.294,46
				Total:	**8.294,46**
Anexo II (Redução)					**8.294,46**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.294,46**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**8.294,46**
Nº Solic.: 116 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	8.294,46
				Total:	**8.294,46**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
904	02/08/2021	5.164/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	80.624,85	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.624,85**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**80.624,85**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**80.624,85**
Nº Solic.: 465 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	80.624,85
				Total:	**80.624,85**
Anexo II (Redução)					**80.624,85**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**80.624,85**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**40.000,00**
Nº Solic.: 465 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	40.000,00
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**10.000,00**
Nº Solic.: 465 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	10.000,00
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**10.000,00**
Nº Solic.: 465 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	10.000,00
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**10.000,00**
Nº Solic.: 465 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	10.000,00
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**10.624,85**
Nº Solic.: 465 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	10.624,85
				Total:	**80.624,85**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
910	02/08/2021	5.181/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e					**3.000,00**

Transportes					
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**3.000,00**
Nº Solic.: 145 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
				Total:	**3.000,00**
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**3.000,00**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**3.000,00**
Nº Solic.: 117 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	3.000,00
				Total:	**3.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
911	02/08/2021	5.183/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.718,43	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.718,43**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**4.718,43**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**4.718,43**
Nº Solic.: 468 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	4.718,43
				Total:	**4.718,43**
Anexo II (Redução)					**4.718,43**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.718,43**
	2036 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública				**4.718,43**
Nº Solic.: 146 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16200000	0001	4.718,43
				Total:	**4.718,43**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
913	02/08/2021	5.187/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	15.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**15.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**15.000,00**
Nº Solic.: 81 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**15.000,00**
	2012 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				**15.000,00**
Nº Solic.: 469 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
916	02/08/2021	5.206/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	38.827,16	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**38.827,16**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**38.827,16**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**38.827,16**
Nº Solic.: 472 Acrescentar		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	38.827,16
				Total:	**38.827,16**
Anexo II (Redução)					**38.827,16**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**38.827,16**
	2061 Manutenção do Ensino Infantil-PRÉ-ESCOLA-FUNDEB 40%				**38.827,16**
Nº Solic.: 120 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	38.827,16
				Total:	**38.827,16**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
917	02/08/2021	5.215/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.000,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**3.000,00**
	2025 Manutenção dos Benefícios Eventuais - benefícios eventuais				**3.000,00**
Nº Solic.: 108 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10010000	0001	3.000,00
				Total:	**3.000,00**
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**3.000,00**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**3.000,00**
Nº Solic.: 108 Reduzir		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	3.000,00

				Total:	**3.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
918	02/08/2021	5.219/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	4.437,00	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.437,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**4.437,00**
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**4.437,00**
Nº Solic.: 147 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.437,00
				Total:	**4.437,00**
Anexo II (Redução)					**4.437,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**4.437,00**
	2064 Manutenção do Transp. de Estudantes-PETERN				**4.437,00**
Nº Solic.: 121 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11250000	0001	4.437,00
				Total:	**4.437,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
919	02/08/2021	5.221/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.009,88	02/08/2021	DECRETO: 52	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.009,88**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**5.009,88**
	2067 Manutençao de Prédios, Pavimentação e Praças Públicas				**5.009,88**
Nº Solic.: 148 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	5.009,88
				Total:	**5.009,88**
Anexo II (Redução)					**5.009,88**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**5.009,88**
	2106 Manutenção do PDDE - CRECHE				**5.009,88**
Nº Solic.: 122 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11210000	0001	5.009,88
				Total:	**5.009,88**

Total Acréscimo:	**955.893,25**
	955.893,25

Total:	**955.893,25**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:D0B89B28

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N° 59/2021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO N° 59/2021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:
O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo inciso II, art. 7º da Lei Municipal nº 2610/2020, de 21 de dezembro de 2020;
CONSIDERANDO o limite de 30% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Parelhas no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 1.782.094,18 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, noventa e quatro reais e dezoito centavos) para reforço de dotação orçamentária:
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: Anexo I (Acréscimo).
Artigo 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I – R$ 1.782.094,18 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, noventa e quatro reais e dezoito centavos), através de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificadas no anexo a este decreto por: Anexo II (Redução).
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.

Parelhas/RN, 01 de Setembro de 2021.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2021**		
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
914	01/09/2021	5.198/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.889,60	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.889,60**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.889,60**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**3.889,60**
Nº Solic.: 470 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	3.889,60
				Total:	**3.889,60**
Anexo II (Redução)					**3.889,60**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**3.889,60**
	2064 Manutenção do Transp. de Estudantes-PETERN				**3.889,60**
Nº Solic.: 118 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11250000	0001	3.889,60
				Total:	**3.889,60**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
915	01/09/2021	5.200/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.616,92	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.616,92**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**2.616,92**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**2.616,92**
Nº Solic.: 471 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	2.616,92
				Total:	**2.616,92**
Anexo II (Redução)					**2.616,92**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**2.616,92**
	2064 Manutenção do Transp. de Estudantes-PETERN				**2.616,92**
Nº Solic.: 119 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11250000	0001	2.616,92
				Total:	**2.616,92**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
934	01/09/2021	5.264/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	16.075,35	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo	**I (Acréscimo)**				**16.075,35**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**16.075,35**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**16.075,35**
Nº Solic.: 82 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	16.075,35
				Total:	**16.075,35**
Anexo II (Redução)					**16.075,35**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**16.075,35**
	1028 Aquisição de Veículo				**16.075,35**
Nº Solic.: 48 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19300000	0001	16.075,35
				Total:	**16.075,35**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
945	01/09/2021	5.313/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.790,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária Ação Natureza			Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.790,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**5.790,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**5.790,00**
Nº Solic.: 149 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	5.790,00
				Total:	**5.790,00**
Anexo II (Redução)					**5.790,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**5.790,00**
	2058 Manutenção do Ensino Fundamental- Salário Educação				**5.790,00**
Nº Solic.: 123 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11200000	0001	5.790,00
				Total:	**5.790,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
946	01/09/2021	5.318/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.597,60	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.597,60**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**28.597,60**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**28.597,60**
Nº Solic.: 83 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	28.597,60
				Total:	**28.597,60**
Anexo II (Redução)					**28.597,60**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**28.597,60**
	2097 Manutenção do FUNDEB 40% - CRECHE				**28.597,60**
Nº Solic.: 124 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	28.597,60
				Total:	**28.597,60**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1001	01/09/2021	5.496/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	122,33	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**122,33**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**122,33**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**122,33**
Nº Solic.: 116 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	122,33
				Total:	**122,33**
Anexo II (Redução)					**122,33**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**122,33**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**122,33**
Nº Solic.: 116 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	122,33
				Total:	**122,33**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1005	01/09/2021	5.516/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	22.500,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**22.500,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**22.500,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**22.500,00**
Nº Solic.: 86 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	22.500,00
				Total:	**22.500,00**
Anexo II (Redução)					**22.500,00**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**22.500,00**
	2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças				**22.500,00**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	22.500,00
				Total:	**22.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1025	01/09/2021	5.591/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	28.000,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2167 Manutenção das atividades relacionadas ao CENTRO COVID				**28.000,00**
Nº Solic.: 532 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	28.000,00
				Total:	**28.000,00**
Anexo II (Redução)					**28.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**28.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**8.000,00**
Nº Solic.: 533 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	8.000,00
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**20.000,00**
Nº Solic.: 533 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	20.000,00
				Total:	**28.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1029	01/09/2021	5.605/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.500,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.500,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.500,00**
Nº Solic.: 139 Acrescentar		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**
Anexo II (Redução)					**1.500,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**1.500,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.500,00**
Nº Solic.: 139 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.500,00
				Total:	**1.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1030	01/09/2021	5.606/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	20.700,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.700,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**20.700,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**20.700,00**
Nº Solic.: 536 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12110000	0001	20.700,00
				Total:	**20.700,00**

Anexo II (Redução)					**20.700,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**20.700,00**
	2016 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**10.000,00**
Nº Solic.: 536 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	10.000,00
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**10.700,00**
Nº Solic.: 536 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	10.700,00
				Total:	**20.700,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1043	01/09/2021	5.633/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.881,73	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.881,73**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**9.881,73**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**9.881,73**
Nº Solic.: 144 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	9.881,73
				Total:	**9.881,73**
Anexo II (Redução)					**9.881,73**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**9.881,73**
	2046 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 40%				**9.881,73**
Nº Solic.: 144 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	9.881,73
				Total:	**9.881,73**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1070	01/09/2021	5.723/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	359.528,10	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**359.528,10**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**359.528,10**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**359.528,10**
Nº Solic.: 88 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	359.528,10
				Total:	**359.528,10**
Anexo II (Redução)					**359.528,10**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**359.528,10**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**359.528,10**
Nº Solic.: 150 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	250.000,00
Nº Solic.: 150 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11110000	0001	109.528,10
				Total:	**359.528,10**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1077	01/09/2021	5.749/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	25.341,22	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**25.341,22**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**25.341,22**
	2048 Manutenção das Atividades do PNAE-FUNDAMENTAL				**25.341,22**
Nº Solic.: 151 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	25.341,22
				Total:	**25.341,22**
Anexo II (Redução)					**25.341,22**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**25.341,22**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**25.341,22**
Nº Solic.: 151 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	25.341,22
				Total:	**25.341,22**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1078	01/09/2021	5.750/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	14.918,68	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**14.918,68**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**14.918,68**
	2092 Manut. do PNAE - PRÉ-ESCOLA				**14.918,68**
Nº Solic.: 152 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	14.918,68
				Total:	**14.918,68**
Anexo II (Redução)					**14.918,68**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**14.918,68**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**14.918,68**
Nº Solic.: 152 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	14.918,68
				Total:	**14.918,68**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1079	01/09/2021	5.751/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	8.841,70	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.841,70**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.841,70**
	2062 Manutenção do PNAE - CRECHE				**8.841,70**
Nº Solic.: 153 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	8.841,70
				Total:	**8.841,70**
Anexo II (Redução)					**8.841,70**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**8.841,70**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**8.841,70**
Nº Solic.: 153 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	8.841,70
				Total:	**8.841,70**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1080	01/09/2021	5.759/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	166.198,89	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**166.198,89**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**166.198,89**
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - PSF				**166.198,89**
Nº Solic.: 562 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	166.198,89
				Total:	**166.198,89**
Anexo II (Redução)					**166.198,89**
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**166.198,89**
	1016 Construção de Ginásios e Quadras de Esportes				**50.000,00**
Nº Solic.: 36 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	50.000,00
	1048 Construção de Complexo Poliesportivo				**50.000,00**
Nº Solic.: 36 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	50.000,00
	1093 Urbanização e Revitalização de Vias Públicas				**50.000,00**
Nº Solic.: 36 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15200000	0001	50.000,00
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**16.198,89**
Nº Solic.: 36 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	16.198,89
				Total:	**166.198,89**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1085	01/09/2021	5.770/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.500,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.500,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.500,00**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a familias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**2.500,00**
Nº Solic.: 122 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.500,00
				Total:	**2.500,00**
Anexo II (Redução)					**2.500,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**2.500,00**
	2151 APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS				**2.500,00**
Nº Solic.: 122 Reduzir		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	2.500,00
				Total:	**2.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1086	01/09/2021	5.769/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	138.500,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**138.500,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**138.500,00**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**138.500,00**
Nº Solic.: 565 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	138.500,00
				Total:	**138.500,00**
Anexo II (Redução)					**138.500,00**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**27.000,00**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**27.000,00**
Nº Solic.: 71 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	27.000,00
12.001 Sec. Mun. de Desenv. Econôm., Turismo e Comunicão					**31.500,00**
	2002 Manutenção das Atividades Ligadas ao Desporto e Lazer				**5.000,00**
Nº Solic.: 37 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	5.000,00
	2071 Manutenção da Secretaria do Turismo, da Cultura e do Esporte				**26.500,00**
Nº Solic.: 37 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	26.500,00
14.001 Controladoria Geral do Munic¡pio					**40.000,00**

	2108 Manutenção da Controladoria Geral do Munic¡pio				**40.000,00**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	40.000,00
15.001 Ouvidoria		**Geral do Munic¡pio**			**40.000,00**
	2134 Manutenção da Ouvidoria Geral				**40.000,00**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	40.000,00
				Total:	**138.500,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1088	01/09/2021	5.785/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	176,72	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**176,72**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**176,72**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**176,72**
Nº Solic.: 56 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	176,72
				Total:	**176,72**
Anexo II (Redução)					**176,72**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**176,72**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**176,72**
Nº Solic.: 56 Reduzir		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	176,72
				Total:	**176,72**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1089	01/09/2021	5.788/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	149,97	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**149,97**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**149,97**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**149,97**
Nº Solic.: 57 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	149,97
				Total:	**149,97**
Anexo II (Redução)					**149,97**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**149,97**
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**149,97**
Nº Solic.: 57 Reduzir		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	149,97
				Total:	**149,97**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1092	01/09/2021	5.783/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	156.227,82	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**156.227,82**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**156.227,82**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**156.227,82**
Nº Solic.: 89 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	156.227,82
				Total:	**156.227,82**
Anexo II (Redução)					**156.227,82**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**156.227,82**
	1124 Aquisição de Veiculo para Transporte Escolar				**18.882,68**
Nº Solic.: 155 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11250000	0001	18.882,68
	2057 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**63.083,40**
Nº Solic.: 155 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	63.083,40
	2061 Manutenção do Ensino Infantil-PRÉ-ESCOLA-FUNDEB 40%				**74.261,74**
Nº Solic.: 155 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	74.261,74
				Total:	**156.227,82**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1094	01/09/2021	5.794/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	235,59	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**235,59**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**235,59**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**235,59**
Nº Solic.: 123 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	235,59
				Total:	**235,59**
Anexo II (Redução)					**235,59**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**235,59**
	2052 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social				**235,59**
Nº Solic.: 123 Reduzir		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10010000	0001	235,59
				Total:	**235,59**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1096	01/09/2021	5.801/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	766,77	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**766,77**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**766,77**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**766,77**
Nº Solic.: 566 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	766,77
				Total:	**766,77**
Anexo II (Redução)					**766,77**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**766,77**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**766,77**
Nº Solic.: 566 Reduzir		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	766,77
				Total:	**766,77**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1097	01/09/2021	5.806/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	80.117,59	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.117,59**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**80.117,59**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**80.117,59**
Nº Solic.: 90 Acrescentar		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	80.117,59
				Total:	**80.117,59**
Anexo II (Redução)					**80.117,59**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**80.117,59**
	1124 Aquisição de Veiculo para Transporte Escolar				**30.917,32**
Nº Solic.: 157 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11250000	0001	30.917,32
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**49.200,27**
Nº Solic.: 157 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	49.200,27
				Total:	**80.117,59**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1098	01/09/2021	5.813/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.803,85	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.803,85**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.803,85**
	2123 Manutenção da Atenção Básica				**1.803,85**
Nº Solic.: 567 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	1.803,85
				Total:	**1.803,85**
Anexo II (Redução)					**1.803,85**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**1.803,85**
	2015 Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária				**1.000,00**
Nº Solic.: 567 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	1.000,00
	2018 Manutenção do Programa Saúde Bucal				**803,85**
Nº Solic.: 567 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	803,85
				Total:	**1.803,85**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1108	01/09/2021	5.853/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	35,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**35,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**35,00**
	2110 Aprimoramento de Gestão do sistema Único de Assistência Social (SUAS) - IGDSUAS				**35,00**
Nº Solic.: 126 Acrescentar		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	13110000	0001	35,00
				Total:	**35,00**
Anexo II (Redução)					**35,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**35,00**
	2110 Aprimoramento de Gestão do sistema Único de Assistência Social (SUAS) - IGDSUAS				**35,00**
Nº Solic.: 126 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	35,00
				Total:	**35,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1121	01/09/2021	5.892/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	15.000,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**15.000,00**
	2019 Manutenção do CAPS				**15.000,00**
Nº Solic.: 573 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**15.000,00**
	2097 Manutenção do FUNDEB 40% - CRECHE				**15.000,00**
Nº Solic.: 161 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11130000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1123	01/09/2021	5.889/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	81.816,15	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**81.816,15**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**81.816,15**
	2014 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**81.816,15**
Nº Solic.: 572 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	81.816,15
				Total:	**81.816,15**
Anexo II (Redução)					**81.816,15**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**81.816,15**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação				**40.471,90**
Nº Solic.: 165 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11110000	0001	40.471,90
	2049 Manutenção das Atividades da Pré-Escola				**28.000,00**
Nº Solic.: 165 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11110000	0001	28.000,00
	2053 Manutenção das Atividades das Creches				**13.344,25**
Nº Solic.: 165 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11110000	0001	13.344,25
				Total:	**81.816,15**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1126	01/09/2021	5.911/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	318.000,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**318.000,00**
05.001 Sec. Municipal da Educação, da Cultura e do Esport					**318.000,00**
	2045 Manutenção do Ensino Fundamental-FUNDEB 60%				**318.000,00**
Nº Solic.: 168 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	318.000,00
				Total:	**318.000,00**
Anexo II (Redução)					**318.000,00**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**318.000,00**
	1012 Amortização da Dívida Interna				**318.000,00**
Nº Solic.: 13 Reduzir		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	318.000,00
				Total:	**318.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1138	01/09/2021	5.953/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	106,20	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**106,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**106,20**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a famílias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**106,20**
Nº Solic.: 129 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	106,20
				Total:	**106,20**
Anexo II (Redução)					**106,20**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**106,20**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a famílias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**106,20**
Nº Solic.: 129 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	106,20
				Total:	**106,20**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1139	01/09/2021	5.954/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	104.583,39	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**104.583,39**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**104.583,39**
	1183 AÇÃO DE COMBATE AO CORONA VÍRUS NA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE – INVESTIMENTO				**104.583,39**
Nº Solic.: 582 Acrescentar		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	104.583,39
				Total:	**104.583,39**
Anexo II (Redução)					**104.583,39**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**50.000,00**
	1028 Aquisição de Veículo				**50.000,00**
Nº Solic.: 65 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19300000	0001	50.000,00
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**54.583,39**
	1066 Aquisição de Patrulha Mecanizada				**54.583,39**
Nº Solic.: 73 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15100000	0001	54.583,39
				Total:	**104.583,39**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1141	01/09/2021	5.962/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	18.375,99	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor

Anexo I (Acréscimo)					**18.375,99**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**18.375,99**
	1004 Aquisição de Equipamentos				**18.375,99**
Nº Solic.: 67 Acrescentar		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	18.375,99
				Total:	**18.375,99**
Anexo II (Redução)					**18.375,99**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**18.375,99**
	1086 Aquisição de Ambulância				**18.375,99**
Nº Solic.: 583 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12200000	0001	18.375,99
				Total:	**18.375,99**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1145	01/09/2021	5.983/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	5.869,98	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.869,98**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**5.869,98**
	1004 Aquisição de Equipamentos				**5.869,98**
Nº Solic.: 69 Acrescentar		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	5.869,98
				Total:	**5.869,98**
Anexo II (Redução)					**5.869,98**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**5.869,98**
	1037 Aquisição de Equipamentos para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**5.869,98**
Nº Solic.: 584 Reduzir		4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12150000	0001	5.869,98
				Total:	**5.869,98**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1153	01/09/2021	6.010/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	48.799,78	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**48.799,78**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**48.799,78**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**48.799,78**
Nº Solic.: 588 Acrescentar		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	48.799,78
				Total:	**48.799,78**
Anexo II (Redução)					**48.799,78**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**48.799,78**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**48.799,78**
Nº Solic.: 91 Reduzir		3.1.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	48.799,78
				Total:	**48.799,78**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1154	01/09/2021	6.013/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	122,32	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**122,32**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**122,32**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**122,32**
Nº Solic.: 132 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	122,32
				Total:	**122,32**
Anexo II (Redução)					**122,32**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**122,32**
	2027 Manutenção do Conselho Tutelar				**122,32**
Nº Solic.: 132 Reduzir		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	122,32
				Total:	**122,32**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1155	01/09/2021	6.022/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	9.000,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**9.000,00**
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**9.000,00**
Nº Solic.: 589 Acrescentar		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**
Anexo II (Redução)					**9.000,00**
03.001 Sec. Mul. de Adm. e Gestão de Pessoas					**9.000,00**
	2042 Manutenção da Secretária de Administração				**9.000,00**
Nº Solic.: 92 Reduzir		3.1.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	9.000,00
				Total:	**9.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1159	01/09/2021	6.030/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	1.405,53	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.405,53**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.405,53**
	2068 Manutenção do Centro de Abastecimento, Abatedouro e Feira Livre				**1.405,53**
Nº Solic.: 75 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.405,53
				Total:	**1.405,53**

Anexo II (Redução)					**1.405,53**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**1.405,53**
	2001 Manutenção das Atividades Voltadas para o Incentivo a Agricultura				**1.405,53**
Nº Solic.: 75 Reduzir		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.405,53
				Total:	**1.405,53**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1175	01/09/2021	6.076/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	75,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**75,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**75,00**
	2110 Aprimoramento de Gestão do sistema Único de Assistência Social (SUAS) - IGDSUAS				**75,00**
Nº Solic.: 135 Acrescentar		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	13110000	0001	75,00
				Total:	**75,00**
Anexo II (Redução)					**75,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**75,00**
	2110 Aprimoramento de Gestão do sistema Único de Assistência Social (SUAS) - IGDSUAS				**75,00**
Nº Solic.: 135 Reduzir		3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13110000	0001	75,00
				Total:	**75,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1176	01/09/2021	6.077/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	365,61	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**365,61**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**365,61**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**365,61**
Nº Solic.: 604 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	365,61
				Total:	**365,61**
Anexo II (Redução)					**365,61**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**365,61**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**365,61**
Nº Solic.: 604 Reduzir		3.1.90.04CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	365,61
				Total:	**365,61**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1187	01/09/2021	6.107/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.921,39	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.921,39**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.921,39**
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**3.921,39**
Nº Solic.: 610 Acrescentar		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	3.921,39
				Total:	**3.921,39**
Anexo II (Redução)					**3.921,39**
06.001 Secretaria Municipal de Saúde					**3.921,39**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**3.921,39**
Nº Solic.: 610 Reduzir		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	3.921,39
				Total:	**3.921,39**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1199	01/09/2021	6.134/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	30.272,86	01/09/2021	DECRETO: 63	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.272,86**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**30.272,86**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**30.272,86**
Nº Solic.: 76 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	30.272,86
				Total:	**30.272,86**
Anexo II (Redução)					**30.272,86**
02.001 Secretaria do Gabinete Civil e Ouvidoria					**30.272,86**
	1004 Aquisição de Equipamentos				**2.272,86**
Nº Solic.: 73 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19300000	0001	2.272,86
	2041 Manutenção da Secretaria do Gabinete Civil				**28.000,00**
Nº Solic.: 73 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	20.000,00
Nº Solic.: 73 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	8.000,00
				Total:	**30.272,86**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1200	01/09/2021	6.137/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	3.100,00	01/09/2021	DECRETO: 63	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.100,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab.					**3.100,00**

e da Habitação					
	2029 Manutenção de atividades socioeducativas de prevenção ao uso abusivo de drogas e reinserção social				**3.100,00**
Nº Solic.: 136 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.100,00
				Total:	**3.100,00**
Anexo II (Redução)					**3.100,00**
07.001 Sec Mul.de Assist. Social, do Trab. e da Habitação					**3.100,00**
	2028 Manut. das Ativ. do Serv. de proteção e atendimento espec. a famílias e indivíduos - PAEFI/CREAS				**3.100,00**
Nº Solic.: 136 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	1.550,00
Nº Solic.: 136 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	1.550,00
				Total:	**3.100,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1212	01/09/2021	6.201/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	2.155,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.155,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.155,00**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**2.155,00**
Nº Solic.: 168 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.155,00
				Total:	**2.155,00**
Anexo II (Redução)					**2.155,00**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**2.155,00**
	2099 Manutenção dos Cemitérios Municipais				**1.500,00**
Nº Solic.: 168 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	700,00
Nº Solic.: 168 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	800,00
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**655,00**
Nº Solic.: 168 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	155,00
Nº Solic.: 168 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	500,00
				Total:	**2.155,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1213	01/09/2021	6.202/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	16.655,63	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**16.655,63**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**16.655,63**
	2055 Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras				**16.655,63**
Nº Solic.: 169 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	16.655,63
				Total:	**16.655,63**
Anexo II (Redução)					**16.655,63**
08.001 Sec. Mul. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**16.655,63**
	2109 Manutenção de Res. Sólidos, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana				**16.655,63**
Nº Solic.: 169 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	16.655,63
				Total:	**16.655,63**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
1266	01/09/2021	6.338/2021	Anulação de Dotação	Suplementar	24.600,00	01/09/2021	DECRETO: 59	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**27.453,92**
09.001 Sec.Mun.da Agric, dos Rec, da Pesc, do Meio amb.					**27.453,92**
	2056 Manutenção da Secretaria de Agricultura, do Meio Ambiente e da Pesca				**27.453,92**
Nº Solic.: 82 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	24.600,00
Nº Solic.: 83 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	19900000	0001	2.853,92
				Total:	**27.453,92**
Anexo II (Redução)					**27.453,92**
04.001 Sec. Mul. das Finanças, P. e Tributação					**27.453,92**
	1011 Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Finanças				**27.453,92**
Nº Solic.: 15 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	6.453,92
Nº Solic.: 15 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19300000	0001	21.000,00
				Total:	**27.453,92**
				Total Acréscimo:	**1.782.094,18**
				Total Redução:	**1.782.094,18**
				Total:	**1.782.094,18**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:9A84B7A6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 106, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 106, de 16 de Abril de 2025.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, constante no inciso I do art. 6º da Lei Municipal nº 2807/2025, de 06 de Janeiro de 2025;
CONSIDERANDO o superávit financeiro da fonte 26003110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 8.771,78 (oito mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o superávit financeiro da fonte 26003110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais, em igual valor, conforme discriminado no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2025.

Parelhas/RN, de 16 de Abril de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.771,78**
06 .001 Fundo Municipal de Saúde					**8.771,78**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**7.107,71**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	6.807,71
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	26003110	0001	300,00
	2019 Manutenção do CAPS				**1.664,07**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	1.664,07

ANEXO II - SUPERÁVIT FINANCEIRO 2024		
FONTE 26003110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais		
1 -SALDO BANCÁRIO		
CONTA	FONTE	SALDO BANCÁRIO (DISPONIBILIDADE FIANCEIRA) R$
CC 624009-3	26003110	100.000,00
TOTAL		**100.000,00**
2 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS/NÃO PROCESSADOS		
DISCRIMINAÇÃO		**VALOR R$**
2.1 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (2.1.1+2.1.2)		-
2.1.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
2.1.2-EXERCÍCIO 2024		-
2.2 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (2.2.1+2.2.2)		
2.2.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		
2.2.2-EXERCÍCIO 2024		
TOTAL (2.1+2.2)		-
3 - RETENÇÕES A PAGAR		
CONTA	**FONTE**	**VALOR R$**
		-
TOTAL		-
RESUMO		
4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO		
		VALOR R$
1-SALDO BANCÁRIO		**100.000,00**
2-RESTOS A PAGAR PROCESSADO/NÃO PROCESSADOS		-
3-RETENÇÕES		-
4-SUPERÁVIT (1-2-3)		**100.000,00**
5 - SUPERÁVIT UTILIZADO		**96.840,71**
5.1-UTILIZADO EM JANEIRO/2025 DECRETO 9/2025		61.820,00
5.2-UTILIZADO EM FEVEREIRO/2025 DECRETO 39/2025		6.366,58
5.3-UTILIZADO EM MARÇO/2025 DECRETO 72/2025		19.882,35
5.4-UTILIZADO EM ABRIL/2025 DECRETO 106/2025		8.771,78
6 - SUPERÁVIT À UTILIZAR (4-5):		**3.159,29**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:C37F1861

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 107, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 107, de 16 de Abril de 2025.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, constante no inciso I do art. 6º da Lei Municipal nº 2807/2025, de 06 de Janeiro de 2025;
CONSIDERANDO o superávit financeiro da fonte 26003110 - TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL).
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.534,68 (três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o superávit financeiro da fonte 26003110 - TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL), em igual valor, conforme discriminado no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2025.

Parelhas/RN, de 16 de Abril de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.534,68**
06 .001 Fundo Municipal de Saúde					**3.534,68**
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**3.534,68**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	3.534,68

ANEXO II - SUPERÁVIT FINANCEIRO 2024		
FONTE 26003110 - TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL)		
1 -SALDO BANCÁRIO		
CONTA		SALDO BANCÁRIO R$
CC 624008-5		300.000,00
TOTAL		**300.000,00**
2 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS/NÃO PROCESSADOS		
DISCRIMINAÇÃO		**VALOR R$**
2.1 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (2.1.1+2.1.2)		-
2.1.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
2.1.2-EXERCÍCIO 2024		-
2.2 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (2.2.1+2.2.2)		**91.418,91**
2.2.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
2.2.2-EXERCÍCIO 2024		**91.418,91**
EMP 1.227.022/2024 SAÚDE - CACTOS		50.104,90
EMP 1.227.028/2024 SAÚDE - CACTOS		41.314,01
TOTAL (2.1+2.2)		**91.418,91**
3 - RETENÇÕES A PAGAR		
CONTA	**FONTE**	**VALOR R$**
		-

TOTAL	-
RESUMO	
4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO	
	VALOR R$
1-SALDO BANCÁRIO	**300.000,00**
2-RESTOS A PAGAR PROCESSADO/NÃO PROCESSADOS	**91.418,91**
3-RETENÇÕES	-
4-SUPERÁVIT (1-2-3)	**208.581,09**
5 - ANULAÇÃO DE RP's NÃO PROCESSADOS	
6 - SUPERÁVIT UTILIZADO	**199.719,05**
6.1-DECRETO 60/2025-FEVEREIRO/2025	44.496,60
6.2-DECRETO 34/2025-FEVEREIRO/2025	115.679,68
6.3-DECRETO 84/2025-Março/2025	36.008,09
6.4-DECRETO 107/2025-Abril/2025	3.534,68
7 - SUPERÁVIT À UTILIZAR (4+5-6):	**8.862,04**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:92A0F422

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 112, DE 05 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 112, de 05 de Maio de 2025.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 1/2025 QUE TRATA SOBRE O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 2807/2025 de 06 de Janeiro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do Orçamento 2025 para cumprimento de Políticas Públicas voltadas para a população;

DECRETA:
Art. 1º - Fica INCLUSO, ao Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD do orçamento 2025, o(s) acréscimo(s) descritos no ANEXO I deste decreto.
Art. 2º - Para fazer face a inclusão descrita no artigo 1º será reduzida do Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD 2025, as fontes de recurso descrita(s) no ANEXO II deste decreto:
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2025.

Parelhas/RN, 05 de Maio de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**500,00**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**500,00**
	2006 Manutenção das Atividades do Programa de Educação de Jovens e Adultos-EJA				**500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	500,00
Anexo II (Redução)					**500,00**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**500,00**
	2008 Manutenção das Atividades da Biblioteca Publica Municipal				**500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	500,00

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:98E871D1

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 120, DE 07 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 120, de 07 de Maio de 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a alínea a, do Inciso I, art. 6º da Lei Municipal 2807/2025 de 06 de Janeiro de 2025;

CONSIDERANDO o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERADNO o Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO o excesso de arrecadação demonstrado no ANEXO II deste decreto, que encontram amparo no inciso II do § 1º, artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO que, parte dos recursos financeiros em caixa é oriunda da Fonte: **16050000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem**
;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade que abriga a decisão e, em particular o Art. 43, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64;

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente Exercício, no valor de R$ 144.358,23 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas conforme ANEXO I.
Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no ANEXO II – METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – **16050000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem**
.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Abril de 2025.

Parelhas/RN, de 07 de Maio de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**144.358,23**
06 .001 Fundo Municipal de Saúde					**144.358,23**
	2005 Manutenção das Atividades do Hospital				**61.206,65**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	61.206,65
	2010 Manutenção do Convênio com a Maternidade Dr. Graciliano Lordão				**25.187,47**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16050000	0001	25.187,47
	2013 Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Fam¡lia - ESF				**36.377,91**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	36.377,91
	2017 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**2.609,21**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	2.609,21
	2019 Manutenção do CAPS				**2.025,45**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	2.025,45
	2050 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde				**2.021,25**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	2.021,25
	2087 Manutenção das Atividades dos Postos de Saúde				**7.889,70**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	7.889,70
	2114 Manutenção das Atividades do SAMU				**3.550,03**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	3.550,03
	2115 Manut. das Ativ. do Serviço do Programa Melhor em Casa				**3.490,56**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	3.490,56

ANEXO II - METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
16050000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem			
			Em R$
2025	**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	**EXCESSO**
jan/25	8.333,33	127.879,62	125.796,14
fev/25	8.333,34	137.468,25	129.134,91
mar/25	8.333,33	148.917,08	140.583,75
abr/25	8.333,33	147.328,96	138.995,63
mai/25			-
jun/25			-
jul/25	-		-
ago/25	-		-
set/25	-		-
out/25	-		-
nov/25	-		-
dez/25	-		-
TOTAL	**33.333,33**	**561.593,91**	**534.510,43**
Excesso de Arrecadação			
1 - Receita Prevista Inicial			33.333,33
2 - Receita Arrecadada até o período			561.593,91
3 - Excesso Arrecadação no período (1 - 2)			- 528.260,58

4- Frustração de Receita no período (1 - 2)	-
5 - Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	430.163,30
5.1 Utilizado em Janeiro/2025 - Decreto 19/2025	25.187,47
5.2 Utilizado em Fevereiro/2025 - Decreto 68/2025	25.187,47
5.3 Utilizado em Fevereiro/2025 - Decreto 69/2025	115.656,05
5.4 Utilizado em Março/2025 - Decreto 98/2025	119.774,08
5.5 Utilizado em Abril/2025 - Decreto 120/2025	144.358,23
6- Disponibilidade para Créditos por Excesso de Arrecadação (3 - 5):	98.097,28

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:BA0C6B37

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 126, DE 19 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 126, de 19 de Maio de 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a alínea a, do Inciso I, art. 6º da Lei Municipal 2807/2025 de 06 de Janeiro de 2025;

CONSIDERANDO o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERADNO o Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO o excesso de arrecadação demonstrado no ANEXO II deste decreto, que encontram amparo no inciso II do § 1º, artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO que, parte dos recursos financeiros em caixa é oriunda da Fonte: 15500000 Transferência do Salário-Educação;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade que abriga a decisão e, em particular o Art. 43, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64;

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente Exercício, no valor de R$ 123.194,38 (cento e vinte e três mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas conforme ANEXO I.
Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no ANEXO II – METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – 15500000 Transferência do Salário-Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Abril de 2025.

Parelhas/RN, 19 de Maio de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**123.194,38**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**123.194,38**
	2061 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE CRECHE				**29.759,52**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	29.759,52
	2101 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE FUNDAMENTAL				**57.764,64**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	57.764,64
	2146 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE PRE ESCOLA				**35.670,22**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	35.670,22

ANEXO II - METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
FONTE 15500000 Transferência do Salário-Educação			
			Em R$
2025	**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	**EXCESSO**
jan/25	25.208,33	157.645,55	
fev/25	25.208,34	94.965,33	69.756,99
mar/25	25.208,33	93.683,90	68.475,57
abr/25	25.208,33	91.593,86	66.385,53
mai/25			-

jun/25			-
jul/25	-		-
ago/25	-		-
set/25	-		-
out/25	-		-
nov/25	-		-
dez/25	-		-
TOTAL	**100.833,33**	**437.888,64**	**204.618,09**
Excesso de Arrecadação			
1 - Receita Prevista Inicial			**100.833,33**
2 - Receita Arrecadada até o período			**437.888,64**
3 - Excesso Arrecadação no período (1 - 2)			**- 337.055,31**
4- Frustração de Receita no período (1 - 2)			**-**
5 - Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação			**249.651,99**
5.1 Utilizado em Março/2025 - Decreto 101/2025			109.907,61
5.2 Utilizado em Abril/2025 - Decreto 126/2025			123.194,38
5.3 Utilizado em Maio/2025 - Decreto 129/2025			16.550,00
6- Disponibilidade para Créditos por Excesso de Arrecadação (3 - 5):			**87.403,32**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:271C157A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

CONTABILIDADE
DECRETO Nº. 010-2025 DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
Rua Sen. Dinarte Mariz, 288, Centro, Passagem/RN - CEP: 59.259-000
CNPJ: 08.145.153/0001-39
DECRETO Nº 010, de 01 de abril de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.016.720,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.016.720,00 (um milhão, dezesseis mil, setecentos e vinte reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao primeiro dia de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

PASSAGEM/RN, 01 de abril de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.016.720,00**
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**420.300,00**
	1002 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**18.400,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	18.400,00
	2009 Manutenção da Sec. Municipal de Administração				**321.900,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	3.100,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	72.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	162.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	34.800,00
	2016 Pagamento de Juros s/a Dívida Contratada				**80.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	80.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**8.840,00**
	2149 Manutenção do SIAFIC				**8.840,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.840,00
05 .001 Secretaria Municipal de Infraestrutura					**78.500,00**
	2015 Manut. dos Serviços Iluminação Pública				**30.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.500,00
	2018 Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**48.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	18.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
06 .002 Fundo de Manut.Desenv.da Educação Básica					**70.000,00**
	2033 Manut.do Ensino Fundamental-FUNDEB 30%				**40.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	40.000,00

	2035 Manut.do Ensino Infantil Creche - FUNDEB 30%				**11.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	11.000,00
	2053 Manutenção do Ensino EJA - FUNDEB 30%				**12.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	12.000,00
	2083 Manut.do Ensino Infantil Pré-Escolar - FUNDEB 30%				**7.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	7.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**160.000,00**
	2067 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				**160.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	90.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	56.000,00
09 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**197.000,00**
	2075 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**27.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.000,00
	2087 Programa de Incentivo a Agricultura Familiar				**170.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	170.000,00
10 .001 Sec. Munic.de Turismo, Cultura e Eventos					**56.000,00**
	2106 Promoção de Eventos Cultura				**56.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	56.000,00
17 .001 Sec. Munc.de Esporte, Juventude e Lazer					**25.000,00**
	2147 Manutenção do Setor de Juventude e Lazer				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Recursos Humanos					**1.080,00**
	2148 Manutenção da Secretaria Municipal de Recursos Humanos				**1.080,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.080,00
Anexo II (Redução)					**1.016.720,00**
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**3.100,00**
	2139 Aquisição e Instalação de Painéis Foltovoltaicos(Painéis Solares)				**3.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.600,00
05 .001 Secretaria Municipal de Infraestrutura					**404.500,00**
	1014 Construção de Calçadas,Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias.				**38.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	38.000,00
	1018 Construção e Recomposição de Pavimentação de Ruas e Avenidas				**301.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	60.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	131.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	105.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2015 Manut. dos Serviços Iluminação Pública				**5.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2018 Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**500,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
	2056 Manutenção dos Serviços de Limpeza Públicas				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
06 .002 Fundo de Manut.Desenv.da Educação Básica					**70.000,00**
	2124 Manutenção do Ensino Especial-FUNDEB 70%				**70.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	20.000,00
07 .001 Secretaria Municipal de Saúde					**71.520,00**
	1075 Construção de Bacia de Estabilização				**28.320,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	28.320,00
	1083 Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água				**43.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	43.200,00
07 .002 Fundo Municipal de Saúde					**56.000,00**
	2042 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ..,				**56.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	56.000,00
08 .001 Sec. Munic.de Trab., Hab. Assistência Social					**221.000,00**
	1054 Construção e Recup.de Unidade Habitacional Rural				**101.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	56.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	45.000,00
	1055 Construção e Recup.de Unidade Habitacional Urbana				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	50.000,00
	1085 Construção e Equipamento da Casa de Passagem				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	2054 Manutenção Sec. Munic.de Trab., Hab. Assist. Social				**60.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00

08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**14.000,00**
	1056 Aquisição e/ou Desapropriação de Imóveis				**1.500,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	1.500,00
	2061 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - SCFV				**2.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
	2066 Manutenção da Sala Lilás				**500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
	2067 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				**5.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2068 Índice de Gestão Descentralizada- IGDBF				**500,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	2070 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - PBF(CRAS/PAIF)				**3.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
	2089 Índice de Gestão Descentralizada do IGD SUAS				**500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	2158 Elaboração do Plano Munic.de Educ. permanente dos Trabalhos do SUAS				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
09 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**45.000,00**
	1058 Const.de Açudes,Poços, Barreiros e Cisternas				**35.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	17.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103210	0001	18.000,00
	1061 Construção, Ref.e Ampliação de Matadouro				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	10.000,00
16 .001 Secretaria Municipal de Transporte					**11.600,00**
	1073 Construção de Abrigos Rodoviarios				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	2145 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte				**1.600,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.600,00
17 .001 Sec. Munc.de Esporte, Juventude e Lazer					**120.000,00**
	1065 Construção e/ou Reforma Quadras Poliesportivas e Simples				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	30.000,00
	1066 Construção, Reforma e Ampliação de Estad io de Futebol				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	50.000,00
	1067 Construção e/ou Reforma de Ginásio Poliesportivo				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	20.000,00

PASSAGEM/RN, 01 de abril de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Publicado por:
Maria Mercia de Brito Ferreira
Código Identificador:6630BDD8

CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 141-2025 DE REMANEJAMENTO PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
Rua Sen. Dinarte Mariz, 288, Centro, Passagem/RN - CEP: 59.259-000
CNPJ: 08.145.153/0001-39

PORTARIA Nº 141, de 01 de abril de 2025

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 713.350,00 (setecentos e treze mil, trezentos e cinquenta reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao primeiro dia de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

PASSAGEM/RN, 01 de abril de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**713.350,00**
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**7.000,00**
	2009 Manutenção da Sec. Municipal de Administração				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**516.350,00**
	1034 Construçao e/ou Conclusão de Escola de E nsino Infantil (CRECHE).				**366.550,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	366.550,00
	2020 Manut.da Secretaria Municicipal de Educação				**4.800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.800,00
	2021 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE Fundamental				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	50.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**80.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
	2082 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE /EJA				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Saúde					**190.000,00**
	2042 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ..,				**90.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	90.000,00
	2049 Programa Agentes Comunitários de Saúde-PACS				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)					**713.350,00**
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**7.000,00**
	2009 Manutenção da Sec. Municipal de Administração				**7.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**516.350,00**
	1030 Construção, Ampliação e Reforma da Unidade de Ensino				**166.550,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	166.550,00
	1034 Construçao e/ou Conclusão de Escola de E nsino Infantil (CRECHE).				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	100.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17110000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	30.000,00
	2023 Formação de Profissionais do Magistério				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.000,00
	2025 Manutenção dos Conselhos de Educação, FU NDEB e Merenda Escolar				**1.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	900,00
	2027 Manutenção do Ensino Infantil - PRÉ-ESCOLAR				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.000,00
	2030 Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	35.000,00
	2031 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	40.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Saúde					**190.000,00**
	2041 Manutenção da Capitação Ponderada				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	25.000,00
	2042 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ..,				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17110000	0001	20.000,00
	2049 Programa Agentes Comunitários de Saúde-PACS				**55.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16040000	0001	30.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16040000	0001	10.000,00
	2050 Manutenção da Atenção Básica em Saúde ..,				**10.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
	2092 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**5.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	5.000,00
	2120 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16040000	0001	20.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00

PASSAGEM/RN, 01 de abril de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Publicado por:
Maria Mercia de Brito Ferreira
Código Identificador:020CE67B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 598, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 598, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Fiscal do Município de Portalegre/RN, nos termos dos artigos 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para atender às finalidades abaixo especificadas.

02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO – SESAB		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.1034	REFORMA, AMPLIAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE		
2.659.0000	OUTROS RECURSOS VINCULADO À SAÚDE		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	130.000,00
TOTAL		**R$**	**130.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º desta Lei são provenientes de anulações parciais e totais de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária anual nº 584, de 23 de dezembro de 2024, conforme dispõe o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO – SESAB		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.2102	EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA AT. BASICA/eMULTI		
1.659.0000	OUTROS RECURSOS VINCULADO À SAÚDE		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**20.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO – SESAB		
10	SAÚDE		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0004	GESTÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.302.0004.1148	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR/LABORATORIAL		
1.632.0000	TRANSFERECIA DE CONVÊNIOS OU DE CONTRATOS ESTADUAL		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.52.00	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**	**R$**	**55.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO – SESAB		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.1027	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO ESPECIALIZADO ODONTOLOGICO		
1.500.1002	RECURO PRÓPRIO		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**55.000,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**130.000,00**

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta lei.

Art. 4º - Ficam alteradas, no que for necessário, as Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2025, em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F93B74E0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 599, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

LEI Nº 599, DE 05 DE JUNHO DE 2025 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, POR MEIO DE LEILÃO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a alienação, na modalidade de leilão público, de bens móveis considerados inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Município de Portalegre, mediante avaliação prévia.

Parágrafo único. A relação dos bens a serem alienados consta do Anexo Único desta Lei, que a integra para todos os fins.

Art. 2º - Após a conclusão do processo de alienação, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à baixa contábil e patrimonial dos bens alienados nos registros oficiais da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Relação dos bens móveis de propriedade do Município de Portalegre/RN a serem alienados:

Id. Patrimônio	Descrição
000084	CHEVROLET ONIX 10 MT JOYE - ANO: 2017/2018 PLACA: QGN6229 RENAVAM: 1136898430 CHASSI: 9BGKL48UOJB184710. COMBUSTÍVEL: Álcool / Gasolina CAPACIDADE: 05 lugares COR: BRANCA.
000086	GOL TL MCV - ANO: 2017 PLACA: QGW0273 RENAVAM: 1120778880 CHASSI: 9BWAG45U8HT091245- COMBUSTÍVEL: GASOLINA CAPACIDADE: 05 lugares
000087	NOVO GOL - ANO: 2021/2022 -PLACA: RGH7E14 RENAVAM: 1264083090 CHASSI: 9BWAG45U4NT035445. COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool CAPACIDADE: 05 lugares
000088	NOVO GOL - ANO: 2021/2022 PLACA: RGH7E24 RENAVAM: 1264083413 CHASSI: 9BWAG45U3NT036134 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool CAPACIDADE: 05 lugares COR: BRANCA.
000093	CHEVROLET SPIN 1.8L MT LTZ - ANO: 2017/2018 PLACA: FCY2279 RENAVAM: 1132123981 CHASSI: 9BGJC7520JB172931. COMBUSTÍVEL: GASOLINA CAPACIDADE: 07 lugares COR: BRANCO.
000095	ÔNIBUS IVECO/ CITY CLASS - 70C16 - ANO: 2010 PLACA: NNW 6292 RENAVAM: 224260197 CHASSI: 93ZL68B01A8413191 COR: AMARELA COMBUSTÍVEL: DIESEL COMUM CAPACIDADE: 24 LUGARES.
000097	FORD RANGER XLT 3P 5P 163CV- ANO: 2008 PLACA: MZH 4523 RENAVAM: 969529112 CHASSI: 8AFER13P18J170411. COMBUSTÍVEL: Gasolina TANQUE: 70 Litros CAPACIDADE: 05 lugares.
000110	FIAT PALIO FIRE - ANO: 2014/2015 PLACA: OWF 3120 RENAVAM: 1029324589 CHASSI: 9BD17122LF7500459 COMBUSTÍVEL: FLEX CAPACIDADE: 05 LUGARES CAMBIO: MANUAL.
000113	FIAT UNO WAY FIRE 1.0 - ANO: 2013/2014 PLACA: OWB5640 RENAVAM: 598629726 CHASSI: 9BD195162E0536974 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool TANQUE: 65 Litros.
000115	FIAT PALIO FIRE- ANO: 2014/15 PLACA: OWF 6100 RENAVAM: 01029781661 CHASSI: 9BD17122LF7507742 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool TANQUE: 65 Litros CAPACIDADE: 05 lugares COR: BRANCA.
000127	AMBULÂNCIA SPRINTER I/N M. BENS SPTR MODIFICAR 146 CV - ANO: 2014 PLACA: OWE 4660 RENAVAM: 656388790 CHASSI: BA906633DE079910 COMBUSTÍVEL: Diesel S10. TANQUE: 75 Litros.
000134	ONIBUS IVECO/CITY CLASS - 70C17 - ANO: 2012/2013 PLACA: OJZ 2140 RENAVAM: 544275829 CHASSI: 93ZL68C01D8446989 COMBUSTÍVEL: DIESEL S10 CAPACIDADE: 29 LUGARES.
000135	CAMINHÃO TANQUE NAVISTAR/INTERNATIONAL 4400P7 6X4 ANO: 2013/2014 PLACA: OKC7161 RENAVAM: 01021291487 CHASSI: 978MSTBT1ERO24522 COMBUSTÍVEL: Diesel.
000138	SPRINT 310 D - ANO: 1998 PLACA: MXO 1790 RENAVAM: 708996930 CHASSI: 8AC690341WA527669 COMBUSTÍVEL: Diesel comum TANQUQGNOWEE: 100 Litros CAPACIDADE: 16 lugares COR: Verde.
001312	RASPADEIRA - ANO: 2002 - MARCA: TATU MARCHESAN - MODELO: STA-1 - CHASSI: 0501042095 - SN: 388/4272.
001313	BASCULANTE COM 12M COMPLETO INCLUINDO CHASSIS, BOMBA HIDRAULICA E CILINDRO.
001314	BULLDOZER, CONCHA E H.

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:5ABAAF9C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 213/2025

DECRETO Nº 213 DE 06 de março de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 06 de março de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
09 .001 Secretaria Mun. de Assistencia Social					**3.000,00**
	2076 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistencia Social				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**3.000,00**
	2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:B44C2689

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 214/2025

DECRETO Nº 214 DE 11 de março de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 989.778,00 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 989.778,00 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 11 de março de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Cria)					**989.778,00**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**989.778,00**
	2060 Manutenção da Atenção Primária à Saúde				**747.778,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	400.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	347.778,00
	2137 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**242.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003120	0001	242.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:FD59680B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 215/2025

DECRETO Nº 215 DE 12 de março de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.682,85 (setenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.682,85 (setenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 12 de março de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Cria)					**70.682,85**
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**22.682,85**
	2007 Manutenção da Sec. Mun. de Administração				**22.682,85**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	22.682,85
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**48.000,00**
	2137 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**48.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	48.000,00
Anexo II (Redução)					**70.682,85**
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**22.682,85**
	2007 Manutenção da Sec. Mun. de Administração				**22.682,85**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.682,85
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**48.000,00**
	2137 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**48.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	48.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:BFD3C401

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 216/2025

DECRETO Nº 216 DE 24 de março de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar, por Superavit Financeiro, no valor de R$ 254.505,28 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, por Superavit Financeiro, no valor de R$ 254.505,28 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 24 de março de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Cria)					**254.505,28**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**254.505,28**
	1046 Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Básica de Saude - UBS				**254.505,28**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	26010000	0001	254.505,28

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:3453B7E6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 222/2025

DECRETO Nº 222 DE 01 de abril de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 01 de abril de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**230.000,00**
06 .001 Sec.Mun.de Educ,Cultura, Esporte e Lazer					**230.000,00**
	2138 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**230.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15400000	0001	230.000,00
Anexo II (Redução)					**230.000,00**
06 .002 Fundo de Manutenção e Des.da Educ.Básica					**230.000,00**
	2044 Fundo Manut.Desenv.Ens.Fund.Val.Mag.FEB- 30%				**230.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	230.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:A63C4A16

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 223/2025

DECRETO Nº 223 DE 01 de abril de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 01 de abril de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Cria)					**288.000,00**
06 .001 Sec.Mun.de Educ,Cultura, Esporte e Lazer					**7.000,00**
	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Educ., Esporte e Lazer				**7.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	7.000,00
06 .002 Fundo de Manutenção e Des.da Educ.Básica					**276.000,00**
	2046 Manutenção do Ensino Infantil - FEB-30%				**276.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15420000	0001	268.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	8.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**5.000,00**
	2062 Manutenção Fundo Municipal de Saude				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**288.000,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**5.000,00**
	2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
06 .001 Sec.Mun.de Educ,Cultura, Esporte e Lazer					**7.000,00**

	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Educ., Esporte e Lazer				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	7.000,00
06 .002 Fundo de Manutenção e Des.da Educ.Básica					**276.000,00**
	1028 Const.Ref.e Amp.Unid.de Ensino Fundament al Fundeb				**80.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	80.000,00
	1074 Const.Ref.e Amp.Unid.de Ensino infantil Fundeb				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	8.000,00
	2044 Fundo Manut.Desenv.Ens.Fund.Val.Mag.FEB- 30%				**108.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	70.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	8.000,00
	2046 Manutenção do Ensino Infantil - FEB-30%				**80.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	80.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:1CC82D36

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 224/2025

DECRETO Nº 224 DE 01 de abril de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 01 de abril de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Crias)					**6.000,00**
09 .002 Fundo Municipal de Assistencia Social					**6.000,00**
	2089 Manutenção do Programa ACESSUAS				**6.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16603110	0001	6.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:30019556

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 225/2025

DECRETO Nº 225 DE 07 de abril de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 414.100,00 (quatrocentos e quatorze mil e cem reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 414.100,00 (quatrocentos e quatorze mil e cem reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 07 de abril de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**414.100,00**
06 .001 Sec.Mun.de Educ,Cultura, Esporte e Lazer					**298.600,00**
	2039 Promoção de Eventos Culturais				**275.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	275.000,00
	2138 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**23.600,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15500000	0001	23.600,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**66.000,00**
	2137 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**66.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	66.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**49.500,00**
	2092 Manutenção da Secretaria de Agricultura				**49.500,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	49.500,00
Anexo II (Redução)					**414.100,00**
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**150.000,00**
	2007 Manutenção da Sec. Mun. de Administração				**150.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	150.000,00
06 .001 Sec.Mun.de Educ,Cultura, Esporte e Lazer					**23.600,00**
	2017 Manutenção das Ações do Salário Educação - QSE				**23.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	23.600,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**66.000,00**
	2137 Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				**66.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	66.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**174.500,00**
	2091 Programa de Corte de Terras de Pequenos Agricultores				**49.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49.500,00
	2092 Manutenção da Secretaria de Agricultura				**125.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	125.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:63F4890D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 226/2025

DECRETO Nº 226 DE 22 de abril de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 443 de 13 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, da Lei Orçamentária Anual nº 443/2024, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza/RN, 22 de abril de 2025

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33.000,00**
08 .001 Secretaria Municipal de Saúde					**33.000,00**
	2056 Manutenção da Sec. Mun. de Saúde				**33.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	33.000,00
Anexo II (Redução)					**33.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**33.000,00**
	2062 Manutenção Fundo Municipal de Saude				**33.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	33.000,00

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:1C8C503A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 0122025

EXTRATO DE CONTRATO 012012025.
Processo INEX 012012025Nº012012025

CONTRATO Nº.....:012012025.
ORIGEM.....:Nº INEX 012012025
CONTRATANTE.....:MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....:FABIO LEONARDO NOBREGA FARIAS
OBJETO.....: Contratação de show com Artista "Camyla Mello" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Camyla Mello. Horário: 21:00h a 0:00 h
ANEXO DO CONTRATO 012012025. DA LICITAÇÃO INEX 012012025

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
2675	SHOW COM ARTISTA CAMYLA MELLO PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: CAMYLA MELLO. HORARIO: 21:00H A 0:00 H SHOW COM ARTISTA CAMYLA MELLO PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: CAMYLA MELLO. HORARIO: 21:00H A 0:00 H	Show Camyla Mello	SERV	1,00	4.000,0000	4.000,00
					Total	4.000,00

VALOR TOTAL.....:R$ 4.000,00(QUATRO MIL REAIS)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02015 SEC. MUN. DE ADMINISTRACÃO E GESTÃO, Projeto 2003 MANUT. DAS ATIV DA SEC. M. DE ADM E GESTÃO, Elemento 3390360000 Outros servicos de terceiros - pessoa fisica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal. , no valor de R$4.000,00
VIGÊNCIA.....:05/06/2025 a 31/12/2025
DATA DA ASSINATURA.....:05/06/2025
ASSINARAM.....:LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.###.###-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) FABIO LEONARDO NOBREGA FARIAS, 098.###.###-57

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A140F1FA

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 0132025

EXTRATO DE CONTRATO 0132025.
Processo INEX 0132025Nº0132025

CONTRATO Nº.....:0132025.
ORIGEM.....:Nº INEX 0132025
CONTRATANTE.....:MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....:ANTONIO ADALBERTO MARTINS
OBJETO.....: Contratação de show com Artista "Bruno Martins" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Bruno Martins. Horário: 01:00h a 03:00 h
ANEXO DO CONTRATO 0132025. DA LICITAÇÃO INEX 0132025

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
2676	SHOW COM ARTISTA BRUNO MARTINS PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: BRUNO MARTINS. HORARIO: 01:00H A 03:00 H SHOW COM ARTISTA BRUNO MARTINS PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: BRUNO MARTINS. HORARIO: 01:00H A 03:00 H		SERV	1,00	5.000,0000	5.000,00
					Total	5.000,00

VALOR TOTAL.....:R$ 5.000,00(CINCO MIL REAIS)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02015 SEC. MUN. DE ADMINISTRACÃO E GESTÃO, Projeto 2003 MANUT. DAS ATIV DA SEC. M. DE ADM E GESTÃO, Elemento 3390360000 Outros servicos de terceiros - pessoa fisica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal. , no valor de R$5.000,00
VIGÊNCIA.....:05/06/2025 a 31/12/2025
DATA DA ASSINATURA.....:05/06/2025
ASSINARAM.....:LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.###.###-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) ANTONIO ADALBERTO MARTINS, 942.###.###-34

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:08A1D615

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0122025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012012025

O Agente de Contrataçãoda Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro, através da(o) MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a)*Ludmila Carlos A. de A Rosado* da(o) MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação de show com Artista "Camyla Mello" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Camyla Mello. Horário: 21:00h a 0:00 h
FAVORECIDO.....: FABIO LEONARDO NOBREGA FARIAS - CPF: 098.756.784-57 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2675; totalizando o valor de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**

Vencedor: FABIO LEONARDO NOBREGA FARIAS							
CNPJ: 098.756.784-57							
Endereço: AVENIDA MARIA LACERDA MONTENEGRO, Nº , Nova Parnamirim, Parnamirim/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	2675	SHOW COM ARTISTA CAMYLA MELLO PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: CAMYLA MELLO. HORARIO: 21:00H A 0:00 H SHOW COM ARTISTA CAMYLA MELLO PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: CAMYLA MELLO. HORARIO: 21:00H A 0:00 H	SERV	Show Camyla Mello	1,00	4.000,0000	4.000,00
						Total	4.000,00

VALOR.....:R$ 4.000,00(QUATRO MIL REAIS).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Lei 14.133/2021, Art. 74, IIe suas alterações.
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida peloAgente de Contrataçãoe ratificada pelo(a) Sr.(a)**Ludmila Carlos A. de A Rosado**, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

RAFAEL GODEIRO - RN, 05 de Junho de 2025

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B8D7E112

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0132025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0132025

O Agente de Contrataçãoda Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro, através da(o) MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a)*Ludmila Carlos A. de A Rosado* da(o) MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação de show com Artista "Bruno Martins" para os Festejos alusivos do Padroeiro do Municipio de Rafael Godeiro RN. Data: Sexta dia 06 de junho de 2025 Artista Atração: Bruno Martins. Horário: 01:00h a 03:00 h
FAVORECIDO.....: ANTONIO ADALBERTO MARTINS - CPF: 942.588.804-34 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2676; totalizando o valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**

Vencedor: ANTONIO ADALBERTO MARTINS							
CNPJ: 942.588.804-34							
Endereço: RUA PADRE VITOR, Nº 10, CENTRO, Campo Grande/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	2676	SHOW COM ARTISTA BRUNO MARTINS PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: BRUNO MARTINS. HORARIO: 01:00H A 03:00 H SHOW COM ARTISTA BRUNO MARTINS PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO RN. DATA: SEXTA DIA 06 DE JUNHO DE 2025 ARTISTA ATRACAO: BRUNO MARTINS. HORARIO: 01:00H A 03:00 H	SERV		1,00	5.000,0000	5.000,00
						Total	5.000,00

VALOR.....:R$ 5.000,00(CINCO MIL REAIS).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Lei 14.133/2021, Art. 74, IIe suas alterações.
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida peloAgente de Contrataçãoe ratificada pelo(a) Sr.(a)**Ludmila Carlos A. de A Rosado**, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

RAFAEL GODEIRO - RN, 05 de Junho de 2025

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:236CEBB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.240201/2025 DISPENSA 060202/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.240201/2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz – Av. Camila de Lellis, 285 - Centro - Riacho da Cruz - RN, CNPJ nº 08.153.454/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, neste ato representado por Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Prefeito, inscrito no CPF sob o n.º 503.344.094-20, RG: 784483 – SSP/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, em face da **contratação direta nº 060202/2025**, para REGISTRO DE PREÇO, vinculado ao processo administrativo n.° **06020002/2025**, **RESOLVE** registrar os Preços da empresa vencedora, que apresentou preços mais vantajosos, atendendo as condições previstas no(a) no aviso de contratação direta, sujeitando-se as partes ás normas da Lei Federal n.° 14.133, de 1º de abril de 2021, , e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto UTENSÍLIOS DE CASA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação direta e seus anexos.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Aviso de Contratação direta;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DOS VALORES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

FORNECEDOR:M. J. MONTEIRO FORTES **- CNPJ:** 12.968.883/0002-98

Item	Código	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	31339	PRATO QUADRADO RASO OPA - 6067	SM	UND	50,00	12,60	630,00
2	31340	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 8.5X18CM - 1LT	SM	UND	8,00	19,90	159,20
3	31341	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 10X12CM - 1.2LT	SM	UND	4,00	19,90	79,60
4	31342	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 8.5X10CM - 600ML	SM	UND	6,00	15,50	93,00
5	31343	POTE HERMETIC CRYSTAL QUADRADO PEQUENO	SM	UND	6,00	29,50	177,00
6	31344	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 6.5X12CM - 300ML	SM	UND	8,00	10,80	86,40
7	31345	POTE DE VIDRO HERM. C COLHER E TP BAMBU 500ML	SM	UND	4,00	21,00	84,00
8	31346	POTE DE VIDRO HERM. C COLHER E TP BAMBU 750ML	SM	UND	6,00	25,80	154,80
9	31347	POTE DE VIDRO HERM. C COLHER E TP BAMBU 950ML	SM	UND	8,00	33,70	269,60
10	31348	POTE HERMETIC CRYSTAL QUADRADO MEDIO--	SM	UND	14,00	32,90	460,60
11	31349	BOLEIRA RAVENA COM CUPULA LISA 16 X 28 ESP 5	SM	UND	4,00	69,90	279,60
12	31350	GL8121 - POTE HERMETICO REDONDO 145ML	SM	UND	6,00	8,50	51,00
13	31351	GL8120 - POTE HERMETICO QUADRADO 180ML	SM	UND	6,00	8,50	51,00
14	31352	POTE QUADRADO 920ML	SM	UND	6,00	12,00	72,00
15	31353	FRIGIDEIRA FRANCESA N. 18 C/ABA PRE/PRE AA	SM	UND	2,00	19,90	39,80
16	31354	FRIGIDEIRA 20CM TURIM VERMELHO - ALUMINIO	SM	UND	2,00	39,90	79,80
17	31355	KIT PARA PIA CROMO COLORS BRANCO	SM	UND	2,00	73,00	146,00
18	31356	BOWL DE PORCELANA NEW BONE PEARL BRANCO 15X7CM	SM	UND	20,00	19,50	390,00
19	31357	COLHER DE CAFE EURO	SM	UND	48,00	2,00	96,00
20	31358	COLHER DE CHA EURO	SM	UND	72,00	2,50	180,00
21	31359	COLHER DE SOBREMESA AMERICA	SM	UND	48,00	1,70	81,60
22	31360	GARFO SOBREMESA EURO	SM	UND	48,00	2,70	129,60
23	31361	FACA DE CHURRASCO EURO	SM	UND	72,00	3,50	252,00
24	31362	GARFO DE MESA EURO	SM	UND	72,00	3,50	252,00
25	31363	COLHER DE MESA EURO-	SM	UND	72,00	3,50	252,00
26	31364	XIC C/ PE C/P 020 PRISMA	SM	UND	60,00	21,50	1.290,00
27	31365	CJ DE XICARAS MUG VD 6P	SM	UND	2,00	21,30	42,60
28	31366	TACA DE VIDRO TRANSP BALI 340ML	SM	UND	22,00	9,00	198,00
29	31367	ESPELHO DE PLASTICO REDONDO COM ALCA 32CM	SM	UND	2,00	62,00	124,00
30	31368	JARRA VIDRO ALLURE 1,2L	SM	UND	2,00	49,90	99,80
31	31370	PORTA CREME DE VIDRO C/PUMP EM PLASTICO 250ML	SM	UND	2,00	11,80	23,60
32	31371	FRASCO DIFUSOR DE VIDRO 120ML FR-AR120	SM	UND	4,00	8,00	32,00
33	31372	COPO DE VIDRO DIAMOND - 400ML	SM	UND	60,00	7,90	474,00
34	31373	FRIGIDEIRA FRANCESA N. 20 C/ABA PRE/PRE AA	SM	UND	2,00	19,90	39,80
35	31376	PORTA ALGODAO E COTONETE ACRILICO TPA BAMBU	SM	UND	6,00	17,00	102,00
36	31377	PORTA COTONETE ACRILICO TPA BAMBU	SM	UND	6,00	11,50	69,00
37	31379	PORTA ALGODAO ACRILICO C TPA BAMBU	SM	UND	6,00	11,20	67,20
38	31382	JARRA COZY C/TP 2L-BC	SM	UND	2,00	47,10	94,20
39	31383	BACIA 4,5L CANELADA SBR	SM	UND	4,00	8,00	32,00
40	31384	PRATO RASO 028 PRISMA	SM	UND	24,00	16,00	384,00
41	31385	PRATO SMESA 020 PRISMA	SM	UND	24,00	12,00	288,00
42	31386	BOWL DE PORCELANA CLEAN 11,5X5,5CM	SM	UND	24,00	7,50	180,00
43	31387	GAVETEIRO 2G+1P C/ ROD (PR+PR)	SM	UND	2,00	287,00	574,00
44	31389	GAVETEIRO 3G C/ RODIZ (PR+PR)	SM	UND	2,00	313,50	627,00
45	31392	ESCORREDOR P/ ALIMENTOS INOX 26CM	SM	UND	3,00	26,50	79,50
46	31393	CACAROLA C/ASA N.24 - CRAQ	SM	UND	4,00	59,90	239,60
47	31394	CACAROLA C/ASA N.20 - CRAQ	SM	UND	2,00	42,00	84,00
48	31395	CACAROLA C/ASA N.26 - CRAQ	SM	UND	2,00	69,90	139,80
49	31396	CACAROLA C/ASA N.18 - CRAQ	SM	UND	2,00	29,80	59,60
50	31397	CUSCUZEIRA N.18 - CRAQ	SM	UND	2,00	46,60	93,20
51	31398	ASSADEIRA RETANG 28,6X40,3 CM N.04	SM	UND	2,00	44,00	88,00
52	31399	ASSADEIRA RETANG 24,7X35,5 CM N.03	SM	UND	2,00	33,00	66,00
53	31400	FORMA P/BOLO N.24 - POLIDO	SM	UND	3,00	26,80	80,40
54	31401	FORMA P/BOLO N.20 - POLIDO	SM	UND	2,00	21,00	42,00
55	31402	BABY TRIPLA 03 MTS	SM	UND	6,00	23,30	139,80
56	31403	BANDEJA OVAL DE INOX 34CM	SM	UND	5,00	11,00	55,00
57	31405	BANDEJA OVAL DE INOX 29.5CM	SM	UND	5,00	8,30	41,50
58	31406	BANDEJA OVAL DE INOX 24.5CM	SM	UND	5,00	5,80	29,00
59	31407	TACA DIAMANTE COLOR AMBAR 260ML	SM	UND	12,00	9,00	108,00

60	31408	PANELA DE PRESSAO EIRIFLON 4,5 LTS	SM	UND	2,00	119,00	238,00
61	31410	BACIA CANELADA 10 LITROS CORES	SM	UND	2,00	16,00	32,00
62	31411	BOWL REDONDO LE CHEF PRETO 26X16CM	SM	UND	2,00	27,00	54,00
63	31412	BOWL REDONDO LE CHEF PRETO 23,5X14,5CM	SM	UND	2,00	19,50	39,00
64	31413	CONJ. 3 POTES REDONDOS (702,704,706)	SM	UND	5,00	37,50	187,50
65	31414	LIXEIRA 12L LINHA AGATA	SM	UND	2,00	145,00	290,00
66	31415	LIXEIRA ECOBLACK C/ PEDAL 3 EM 1 - 33L	SM	UND	2,00	79,90	159,80
67	31417	LIXEIRA DECORADA POA	SM	UND	2,00	19,00	38,00
68	31421	CONJUNTO PORTA DETERGENTE DS	SM	UND	2,00	21,50	43,00
69	31422	ESCORREDOR DE LOUCAS DUPLO	SM	UND	3,00	87,50	262,50
70	31423	VARAL SANF ALUM 1,00M	SM	UND	2,00	141,80	283,60
71	31425	ESPREMEDOR DE ALHO GALVANIZADO 15.5CM	SM	UND	2,00	14,90	29,80
72	31434	GARFO TRINCHANTE PREMIUM 31CM	SM	UND	3,00	8,00	24,00
73	31426	PENEIRA TELA PLASTICO SANREMO 185MM	SM	UND	2,00	18,50	37,00
74	31429	PENEIRA TELA PLASTICO SANREMO 10,7MM	SM	UND	3,00	8,20	24,60
75	31430	PENEIRA TELA PLASTICO SANREMO 75MM	SM	UND	2,00	5,50	11,00
76	31431	LUVA TERMICA - TAM. ÚNICO	SM	UND	4,00	12,60	50,40
77	31432	JG 12 PC UTENSILIOS SILIC CB MAD. COM SUPORTE VERM	SM	UND	2,00	89,90	179,80
78	31435	PEGADOR DE SILICONE	SM	UND	4,00	18,30	73,20
79	31436	KIT DE ESPATULAS DE BAMBU 5PCS	SM	UND	4,00	12,20	48,80
80	31437	ESCUMADEIRA PREMIUM 31,5CM	SM	UND	3,00	11,00	33,00
81	31438	SUPORTE TRIPLO LUXO CROMADO	SM	UND	2,00	56,00	112,00
82	31439	JARRO 1L VIDRO 24,5CM X 8CM X 8CM	SM	UND	4,00	13,80	55,20
83	31440	FORMA DE GELO FLEXIVEL PLASTICO SANREMO	SM	UND	4,00	11,00	44,00
84	31441	COLHER PARA SORVETE	SM	UND	3,00	7,90	23,70
85	31442	FUNIL 04 - SORTIDO	SM	UND	2,00	2,60	5,20
86	31443	CONJ XICARA MEDIDORA PLASTICO SANREMO	SM	UND	2,00	16,00	32,00
87	31444	PROCESSADOR DE ALIMENTOS 500ML PRETO CO	SM	UND	4,00	11,90	47,60
88	31445	RALADOR 4 FACES 3,2 - 8CM	SM	UND	3,00	3,80	11,40
89	31446	ABRIDOR PROF. COPA	SM	UND	2,00	7,50	15,00
90	31447	JOGO FACAS INOX 7PC PLENUS PRE	SM	UND	2,00	79,00	158,00
91	31449	POTE HERMETIC CRYSTAL QUADRADO GRAND	SM	UND	8,00	36,50	292,00
92	31450	POTE HERMETIC CRYSTAL QUADRADO MINI-	SM	UND	6,00	22,50	135,00
93	31451	GARRAFA TERM INOX LUMIN 1L	SM	UND	2,00	106,40	212,80
94	31452	JARRA DE VIDRO 1.8L	SM	UND	4,00	19,90	79,60
95	31453	FRASCO SQUARE DEGRADE PRETO AZULADO 250ML	SM	UND	4,00	24,80	99,20
96	31454	SUPORTE PARA BOTIJAO PE ARAME TUBO 5/8 - PRETO	SM	UND	2,00	34,00	68,00
97	31455	PORTA COND C TAMPA PRET	SM	UND	4,00	10,70	42,80
98	31456	SALEIRO E PIMENT PORCEL	SM	UND	3,00	34,10	102,30
99	31457	DESCANSO DE PANELA 17CM	SM	UND	10,00	6,70	67,00
100	31458	MISTURADOR DE BEBIDAS PREMIUM	SM	UND	2,00	7,00	14,00
101	31459	RODO PIA PLASTICO SANREMO 14CM	SM	UND	4,00	5,30	21,20
102	31460	BANDEJA EST MARMORIZADA PRETA 21X38CM	SM	UND	2,00	34,00	68,00
103	31461	VASSOURA GRAMA PALH.PVC C/C LA	SM	UND	2,00	21,20	42,40
104	31462	FRASCO CUBO BRANCO DEGRADE 250ML	SM	UND	6,00	21,00	126,00
105	31463	FRASCO SQUARE BRANCO DEGRADE 250ML	SM	UND	4,00	24,80	99,20
106	31492	BALDE 14 LTS GRADUADO	SM	UND	2,00	43,50	87,00
107	31493	JOGO UTENSILIO NYLON 4PC ABILIT PRE	SM	UND	1,00	46,50	46,50
108	31494	FACA C/ CABO PLASTICO 8" LINHA HOME	SM	UND	1,00	8,00	8,00
109	31495	SL0220 - RALADOR 4 FACES 9,5 - 24CM	SM	UND	1,00	17,20	17,20
110	31496	SL0221 - RALADOR 4 FACES 8 - 20,5CM	SM	UND	1,00	12,20	12,20
111	31497	ESPATULA DE SILICONE 25X2.5CM	SM	UND	1,00	5,70	5,70
112	31498	SL0329 - FACA PEXEIRA PREMIUM 5	SM	UND	2,00	4,00	8,00
113	31499	BS0072 FACA DE 3 PREMIUM	SM	UND	2,00	7,10	14,20
114	31501	SL0213 - GARFO TRINCHANTE AMERICA M 24,5CM	SM	UND	1,00	11,50	11,50
115	31502	SL0366 - CONCHA PREMIUM 29,3CM	SM	UND	1,00	10,70	10,70
116	31503	COLHER INOX 32.6X6.9CM - 0.8MM	SM	UND	1,00	6,90	6,90
117	31504	ESC LAVAR PASSA LIMPO (72)	SM	UND	2,00	28,50	57,00
118	31505	REFRATARIO PORCELANA C/ALCA BASIC BRANCO 34X20,5X5	SM	UND	3,00	79,90	239,70
119	31506	REFRATARIO PORCELANA C/ALCA BASIC BRANCO 28X16,5X5	SM	UND	3,00	54,00	162,00
120	31507	FRIGIDEIRA WOK 28 INDUCT	SM	UND	1,00	199,90	199,90
121	31508	FRIGIDEIRA 26 INDUCT	SM	UND	1,00	199,90	199,90
122	31509	COPO CRYSTAL 475ML	SM	UND	12,00	6,50	78,00
123	31510	MESA APOIO LATERAL G MADEIRA E MDF 45CMX54,2CM	SM	UND	2,00	143,90	287,80
124	31511	CHALEIRA SILVER 2,5L ACO INOX E NYLON 19,5CMX17	SM	UND	1,00	69,80	69,80
125	31512	CENTRO DE MESA DE VIDRO 29CM	SM	UND	1,00	49,90	49,90
126	31513	POTE DE INOX 03PCS 10 12 E 14CM	SM	UND	1,00	21,00	21,00
127	31514	ESCORREDOR DE PRATOS EM BAMBU, TAMANHO 47X32CM	SM	UND	1,00	75,00	75,00
128	31515	BACIA CANELADA 18 LITROS TRANSCOLOR	SM	UND	1,00	15,80	15,80
129	31518	ESCORREDOR DE MASSAS INOX 16CM - CM48	SM	UND	2,00	10,70	21,40
130	31519	TIGELA DE VIDRO COM 6 PECAS	SM	UND	1,00	136,80	136,80
131	31520	POTE DE VIDRO 530ML 20X7CM	SM	UND	2,00	13,20	26,40
132	31521	POTE DE VIDRO 480ML 19X7CM	SM	UND	2,00	12,30	24,60
133	31522	BANDEJA INOX OVAL 25CM FX0005	SM	UND	5,00	13,20	66,00
134	31523	ASSADEIRA RETANG ACO INOX 36X27CM	SM	UND	1,00	26,00	26,00
135	31524	ASSADEIRA RETANG 20X29,5CM N.01	SM	UND	1,00	21,00	21,00
136	31525	FORMA P/PAO M - 24,5X11X6CM	SM	UND	1,00	25,80	25,80
137	31526	CJ 6 TACAS DE VIDRO XADREZ 298ML 34854	SM	UND	1,00	69,90	69,90
138	31527	MOLHEIRA DE CRISTAL DE CHUMBO TULIPA 20 36347	SM	UND	1,00	9,70	9,70
139	31528	XICARAS P/CHA DE VIDRO 230ML 2 PCS	SM	UND	1,00	97,50	97,50
140	31529	POTE DE INOX P/CONDIMENTOS C/3 PCS	SM	UND	2,00	39,50	79,00
141	31530	COPO SAFIRA 48ML	SM	UND	12,00	2,50	30,00
142	31531	XICARA VIDRO TRANSPARENTE C06 165ML	SM	UND	1,00	38,50	38,50
143	31532	RAMEQUIM QUAD CERAMICA	SM	UND	2,00	25,00	50,00
144	31533	POTE RAMEQUIM 03 PCS	SM	UND	4,00	32,00	128,00
145	31534	BOWL DE PORCELANA NEW BONE TOLEDO BRANCO 15,2X7	SM	UND	7,00	16,20	113,40
146	31535	JG COPO VIDRO 270 ML	SM	UND	1,00	55,00	55,00
147	31536	POTE RETANGULAR 5,21 390/2	SM	UND	2,00	21,50	43,00
148	31537	CONJ 3 POTES RETANG(180/6,185/6,190/6)	SM	UND	1,00	26,80	26,80

149	31538	POTE MULTIUSO 3L TR. TRANSL. PLASTICO	SM	UND	3,00	18,60	55,80
150	31539	CONJ L5P4 POTE PLASTICO SANREMO 580ML	SM	UND	1,00	24,70	24,70
151	31540	PRATIC BOX 2,5 LTS 27X18X9CM	SM	UND	6,00	19,50	117,00
152	31541	POTE COM TRAVAS PLAST SANREMO 3,5L	SM	UND	1,00	34,70	34,70
153	31542	POTE COM TRAVAS PLAST SANREMO 2,5L	SM	UND	2,00	29,90	59,80
154	31543	POTE RETANGULAR 2,8L	SM	UND	2,00	15,30	30,60
155	31544	POTE COM TRAVAS PLAST SANREMO 1,6L	SM	UND	2,00	24,20	48,40
156	31546	POTES PLASTICOS SANREMO 96UN	SM	UND	1,00	8,80	8,80
157	31547	PROCESSADOR 900ML PRETO	SM	UND	2,00	21,30	42,60
158	31548	TELA PROTETORA ALIMENTOS METAL 30CM	SM	UND	1,00	13,60	13,60
159	31549	TELA PROTETORA METAL 35CM	SM	UND	1,00	22,00	22,00
160	31550	CJ CABIDES INFANTIL VEL	SM	UND	9,00	12,80	115,20
161	31551	SL0107 - TESOURA PFRANGO PREMIUM	SM	UND	1,00	33,80	33,80
162	31552	ESPONJA PARA BANHO	SM	UND	1,00	11,50	11,50
163	31553	ESPREMEDOR DE ALHO SQ3248	SM	UND	1,00	21,00	21,00
164	31554	CJ CHUR GARFO E FACA 12PCS	SM	UND	1,00	137,20	137,20
165	31555	AFIADOR DE FACAS PREMIUM TOP	SM	UND	1,00	9,50	9,50
166	31556	PORTA SHOYU RET. MELAMINA TOQUIO PRETO 10CM	SM	UND	4,00	2,80	11,20
167	31557	KIT PRENDEDOR 24PCS C/C	SM	UND	2,00	32,50	65,00
168	31558	SILICONE - JOGO DE COZINHA 7 PECAS - CINZA	SM	UND	1,00	82,50	82,50
169	31559	PEGADOR DE INOX P/ SALADA	SM	UND	2,00	9,60	19,20
170	31560	SL0522 - PEGADOR UNIVERSAL 29CM	SM	UND	2,00	6,70	13,40
171	31561	PEGADOR DE INOX, P/PAES	SM	UND	1,00	7,30	7,30
172	31562	PENEIRA FUBA/CAL30 PLAS.VD MMC20	SM	UND	1,00	11,50	11,50
173	31563	PEGADOR DE GELO INOX	SM	UND	1,00	4,30	4,30
174	31564	ESPREMEDORDE LIMAO	SM	UND	1,00	10,60	10,60
175	31565	UTENSILIO DE USO DOMESTIC	SM	UND	1,00	14,60	14,60
176	31566	PETISQUEIRA 14X2CM MELA 23273	SM	UND	2,00	8,80	17,60
177	31567	ADESIVO PROTETOR SILICONE 1CM	SM	UND	1,00	4,20	4,20
178	31568	ESCOVA DE UNHA PLASTICA 2 PCAS	SM	UND	1,00	5,60	5,60
179	31569	SL0456 - KIT CHURRASCO WOOD (CHAIRA/GARFO/FAC	SM	UND	1,00	14,50	14,50
180	31570	COLHER DRINKS ACO INOX 30,5CM	SM	UND	2,00	4,00	8,00
181	31571	CJ 3 BOWLS DE BAMBU E PP C/TAMPA LINES SORTIDO	SM	UND	2,00	16,30	32,60
182	31572	SL0242 - TABUA CORTE PLASTICA 37X23CM - 0.60MM	SM	UND	2,00	12,30	24,60
183	31573	ESCOVA SANITARIA ES13480	SM	UND	3,00	14,00	42,00
184	31574	CONJ 3 POTES PLASTICOS SANREMO	SM	UND	1,00	28,50	28,50
185	31575	POTE HERMETICO HUG 1,6L-BC	SM	UND	2,00	26,70	53,40
186	31576	POTE HERMETICO HUG 1,1L-BC	SM	UND	2,00	23,50	47,00
187	31577	POTE HERMETICO HUG 2,4L-BC	SM	UND	2,00	29,70	59,40
188	31578	RALADOR DE METAL	SM	UND	2,00	1,80	3,60
189	31579	AMASSADOR BATATA INOX 25X8CM	SM	UND	1,00	11,70	11,70
190	31580	PORTA ESCOVA DE DENTE EM PLASTICO	SM	UND	3,00	4,90	14,70
191	31581	KIT 3PCS ESPONJA MAGICA CIANURAMIDA 10CM	SM	UND	1,00	5,80	5,80
192	31582	PRENDEDOR DE ALIMENTOS C/5	SM	UND	2,00	5,90	11,80
193	31583	ESCOVA LAV.ROUPA OVAL CONDOR16	SM	UND	1,00	6,30	6,30
194	31584	ESCOVA MULTI-USO	SM	UND	2,00	5,00	10,00
195	31585	MARMITA FIT AZUL VERY	SM	UND	1,00	15,20	15,20
196	31586	MARMITA FIT	SM	UND	1,00	15,20	15,20
197	31587	PENEIRA TELA PLASTICO SANREMO 145MM	SM	UND	1,00	13,20	13,20
198	31588	PENEIRA 18CM	SM	UND	2,00	7,70	15,40
199	31590	PENEIRA 10CM	SM	UND	1,00	3,20	3,20
200	31591	FORMA DE EMPADA LISA NO 3	SM	UND	3,00	2,30	6,90
201	31592	FORMA EMPADA LISA N 2	SM	UND	2,00	4,00	8,00
202	31593	LUVA ESPONJA MULTIUSO D SILICONE HU52401	SM	UND	2,00	29,90	59,80
203	31594	POTES PLASTICOS SANREMO 176UN	SM	UND	2,00	12,00	24,00
204	31595	ABRIDOR DE GARRAFA CERVEJA MDF	SM	UND	1,00	8,80	8,80
205	31596	0 CONJ 3 POTES QUAD PLASTICO (707,709,712	SM	UND	5,00	37,30	186,50
206	31597	CONJUNTO 3 POTES REDONDOS (702,704,706	SM	UND	1,00	37,50	37,50
207	31598	LIXEIRA 20L LINHA AGATA	SM	UND	1,00	238,00	238,00
208	31599	LIXEIRA 5L LINHA AGATA	SM	UND	4,00	75,50	302,00
209	31600	CABIDE CALCA 5 LUG REFORCADO	SM	UND	4,00	39,70	158,80
210	31601	CABIDE P/PORTA 8 GANCHOS CR	SM	UND	2,00	27,70	55,40
211	31602	CABIDE DE METAL 40CM 14343	SM	UND	3,00	8,10	24,30
212	31603	CONJUNTO DE FACA 6 PCS 35110	SM	UND	1,00	67,00	67,00
213	31604	BALDE DE VIDRO PARA GELO 42CM	SM	UND	1,00	46,50	46,50
214	31605	KIT GANCHOS CABIDES PLASTICO 4PC	SM	UND	4,00	9,20	36,80
215	31606	FRASCO DE VIDRO 1300ML SP1543B	SM	UND	2,00	29,90	59,80
216	31607	CACHEPO CERAM COM BAND DE BAMBU 2 PCS 19X10CM	SM	UND	1,00	48,70	48,70
217	31608	FRASCO DE VIDRO 1000ML SP1543A	SM	UND	2,00	28,00	56,00
218	31609	CACHEPO CER COM BAND DE BAMBU 3PCS 28X10CM	SM	UND	1,00	64,80	64,80
219	31611	JG LATA DECORATIVA 3 PCS ROSE - CM12	SM	UND	1,00	74,90	74,90
220	31612	KIT PORTA TEMPEROS INOX C/12 POTES HU66421	SM	UND	1,00	149,00	149,00
221	31613	KIT 6 FORMAS DE COZIMENTO SILICONE 16CMX18,5CM	SM	UND	1,00	18,50	18,50
222	31614	BULE TERMICO 1,0L VERDE EXATA	SM	UND	1,00	65,00	65,00
223	31615	PORTA SAPATO PLAST 44X19X75CM G10035	SM	UND	1,00	38,60	38,60
224	31616	SL0410 - FAQUEIRO COM 24 PECAS EURO	SM	UND	1,00	99,90	99,90
225	31617	FORMA DE PLASTICO P/ FRITADEIRA G	SM	UND	1,00	12,80	12,80
226	31618	CRS-1801 FORMA DE PLASTICO P/FRITADEIRA ELET	SM	UND	1,00	9,80	9,80
227	31619	GT INOX NOBILE 1,0L	SM	UND	1,00	115,00	115,00
228	31620	BANDEJA BAMBU E MDF LISA 33CMX22CM	SM	UND	1,00	52,00	52,00
229	31621	POTE MULTIUSO GRADUADO COLOR 1,5LTS	SM	UND	2,00	9,50	19,00
230	31622	CX DG - ORG GIRE TRAVE 380ML B3 P - 38	SM	UND	3,00	7,90	23,70
231	31623	DS ORG GIRE E TRAVE M - 207 PCS	SM	UND	4,00	6,00	24,00
232	31624	POTE ORG GIRE TRAVE 155ML B3 P	SM	UND	4,00	5,00	20,00
233	31625	POTE COM ROSA - SEXTAVADO - 360ML	SM	UND	3,00	2,20	6,60
234	31626	POTE COM ROSA - SEXTAVADO - 500ML	SM	UND	2,00	2,50	5,00
235	31627	POTE COM ROSA - SEXTAVADO - 650ML	SM	UND	2,00	3,00	6,00
236	31628	POTE C/. TRAVA 500ML - ALTO TRANSPARENTE	SM	UND	3,00	4,50	13,50
237	31629	PORTA FACAS 20X22X11,5CM BAMBU	SM	UND	1,00	49,90	49,90

238	31630	PETISQUEIRA C/DIVISORIA DE BAMBU HX56207	SM	UND	3,00	9,90	29,70
239	31631	PETISQUEIRA EM BAMBU	SM	UND	1,00	31,80	31,80
240	31632	PETISQUEIRA DE BAMBU 30X30X1,7CM	SM	UND	1,00	44,00	44,00
241	31633	PETISQUEIRA COM 4 DIVISORIAS BAMBU 28X18CM	SM	UND	2,00	23,50	47,00
242	31634	PETISQUEIRA EM BAMBU REF HU56218	SM	UND	1,00	17,80	17,80
243	31635	ROLO MOVEL PARA MASSA EM PP - BRANCO	SM	UND	1,00	13,00	13,00
244	31636	FORMA DE GELO DE PLASTICO	SM	UND	2,00	6,60	13,20
245	31637	FABRICA DE COXINHA	SM	UND	1,00	19,50	19,50
246	31638	TRITURADOR DE ALHO 8CM	SM	UND	1,00	5,10	5,10
247	31639	AMACIADOR BATEDOR FURADOR PARA BIFE	SM	UND	1,00	9,00	9,00
248	31640	FORMA PARA PASTEL - 5 TAM.(solapa)	SM	UND	1,00	12,10	12,10
249	31641	CONJUNTO COLHER DE MEDI	SM	UND	1,00	12,50	12,50
250	31642	MOEDOR PIMENTA INOX-GARNI(12) 20533	SM	UND	1,00	45,20	45,20
251	31643	MOEDOR SAL E PIMENTA BEM-GARNI(12) 20534	SM	UND	1,00	27,90	27,90
252	31644	GAVETEIRO 2G C/ RODIZ (BR+BR)	SM	UND	2,00	228,50	457,00
253	31645	JOGO AMERICANO POLIESTER 38CMX38CM X 0,1CM	SM	UND	32,00	15,00	480,00
254	31646	F.GRASS PLT.X98 (VERDE) 40CM (FLORARTE 22225	SM	UND	4,00	8,50	34,00
255	31647	B.CARINHO MAE X25(ROSA CLARO) 34CM	SM	UND	4,00	11,30	45,20
256	31648	B.CAMELIA X15(ROSA ANTIGO OUTONO) 30CM	SM	UND	4,00	13,50	54,00
257	31649	B.CEREJEIRA X150(CREME OUTONO ROSA) 52CM	SM	UND	1,00	35,80	35,80
258	31650	B.CEREJEIRA X150(AZUL OUTONO) 52CM	SM	UND	1,00	35,80	35,80
259	31651	B. CEREJEIRA X150(FUCSIA OUTONO) 52CM	SM	UND	1,00	35,80	35,80
260	31652	B.CEREJEIRA X 1 5 0 ROSA O U T O N O 52CM	SM	UND	1,00	35,80	35,80
261	31653	B.CHERRY BLOSSON X150(CREME OUTONO) 52CM	SM	UND	1,00	35,80	35,80
262	31654	BUQUE DE COMPLEMENTO SORT	SM	UND	3,00	12,00	36,00
263	31655	F.PICK BERRY C/PRINT PLASTICO X15(LARANJA) 29CM	SM	UND	3,00	2,20	6,60
264	31656	B. GYPSO X18(CREME) 33CM	SM	UND	3,00	13,60	40,80
265	31657	B,GYPSO X18(PESSEGO) 33CM	SM	UND	2,00	13,60	27,20
266	31658	B.LIRIO MINI X18(ROSA ANTIGO) 32CM	SM	UND	1,00	25,50	25,50
267	31659	BUQUE DE MINI LIRIUS PK	SM	UND	1,00	23,00	23,00
268	31660	BUQUE DE HORTENCIAS 12 CM - 31 CM - BRANCO	SM	UND	4,00	19,90	79,60
269	31661	H.MINI ORQUIDEA C FOLHA SORT	SM	UND	5,00	8,50	42,50
270	31662	F.PICK CARINHO MAE C/PRINT PLASTICO X5(VERDE) 20 CM	SM	UND	14,00	1,70	23,80
271	31663	F. PICK CARINHO MAE C/PRINT PLT. X5	SM	UND	17,00	1,70	28,90
272	31664	F.PICK EUCALIPTO (VERDE) 25 CM	SM	UND	11,00	1,80	19,80
273	31665	RALO INOX QUADRADO 15X15	SM	UND	2,00	23,50	47,00
274	31666	CAIXA ORGANIZADORA PLASTICO 27,5X14X12CM	SM	UND	3,00	33,70	101,10
275	31667	ORGANIZADOR VAZADO RT OGC01070	SM	UND	5,00	19,90	99,50
276	31668	ORGANIZADOR VAZADO RT OGC01072	SM	UND	5,00	6,30	31,50
277	31669	ORGANIZADOR VAZADO RT OGC01069	SM	UND	5,00	24,20	121,00
278	31670	VASO DE VIDRO DECORATIVO 7X18CM	SM	UND	4,00	19,50	78,00
279	31671	PROTETOR DE PORTA TEC E ESP CONTRA INSETOS	SM	UND	3,00	12,00	36,00
280	31672	SUPORTE PARA BOTIJAO PE ARAME TUBO 5/8	SM	UND	1,00	34,00	34,00
281	31673	JOGO FRIGIDEIRA ALUM 2PC TURIM VER	SM	UND	1,00	77,50	77,50
282	31674	ABAJUR DE TOMADA	SM	UND	1,00	5,70	5,70
283	31675	RALADOR 1 FACE 11,5 - 29CM	SM	UND	1,00	9,30	9,30
284	31676	CAIXA MULTIUSO 34 LITROS - COLOR	SM	UND	1,00	19,50	19,50
285	31677	ESC CAB RAQ PROTEGE	SM	UND	1,00	37,80	37,80
286	31678	TIGELA VIDRO TRANSPARENTE 12CM 350ML LISO	SM	UND	6,00	4,50	27,00
287	31180	COLHER CHA AMERICA	SM	UND	300,00	1,50	450,00
288	31181	COLHER DE CHÁ CONTINENTAL--	SM	UND	340,00	1,50	510,00
289	31183	GARFO DE MESA AMERICA	SM	UND	310,00	2,00	620,00
290	31184	FACA DE CHURRASCO AMERICA	SM	UND	310,00	2,00	620,00
291	31185	COLHER MESA LINHA VERAO	SM	UND	310,00	1,90	589,00
292	31187	COPO INOX FRIZ COM BORDA 10CM 250ML	SM	UND	560,00	3,80	2.128,00
293	31194	PRATO RASO DURALEX ASTRAL	SM	UND	156,00	7,50	1.170,00
294	31172	ESCADA ALUM 7 DEG	SM	UND	2,00	345,00	690,00
295	31174	BOTIJAO AREZZO 5L	SM	UND	1,00	79,00	79,00
296	31176	GARRAFA TERM INOX	SM	UND	8,00	119,90	959,20
297	31178	BENJAMIN POWER A GRANEL	SM	UND	2,00	6,20	12,40
298	31182	RELOGIO DESPERTADOR FUNC ELETRONICO	SM	UND	2,00	16,20	32,40
299	31186	JARRA 4 LITROS TRANSPARENTE C/TAMPA	SM	UND	8,00	9,50	76,00
300	31188	CREATIVE ORGANIZE M	SM	UND	4,00	9,50	38,00
301	31190	GARRAFAO TERM 5,0L AZUL	SM	UND	4,00	61,80	247,20
302	31192	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 10X15CM - 1.5LT	SM	UND	8,00	23,20	185,60
303	31198	TAMPA BOLO NOVA BR	SM	UND	12,00	9,10	109,20
304	31200	PENEIRA 20CM - BRANCO	SM	UND	4,00	8,20	32,80
305	31204	PENEIRA FUBA/CAL3O PL. TELAS MM	SM	UND	8,00	11,50	92,00
306	31206	TESOURA DE ACO INOX 17CM	SM	UND	2,00	4,30	8,60
307	31208	PEDRA PARA AMOLAR USO MANUAL	SM	UND	10,00	6,30	63,00
308	31210	TABUA DE CORTE DE PVC 20301	SM	UND	5,00	15,60	78,00
309	31212	TABUA PLASTICA PARA CHURRASCO N 11 - SORTIDO	SM	UND	6,00	53,20	319,20
310	31214	CONCHA AMERICA--	SM	UND	4,00	12,50	50,00
311	31216	CACAROLA HOTEL 25.2LTS N.40	SM	UND	4,00	227,00	908,00
312	31218	BABY TRIPLA 05 MTS	SM	UND	4,00	32,80	131,20
313	31220	MARTELO FIBRA CB CURTO 23MM 330G C/IMA 60/6	SM	UND	2,00	35,80	71,60
314	31224	CANECA 150ML TULIPA FLORAL	SM	UND	22,00	7,50	165,00
315	31226	COLHER DE BAMBU 30X6CM	SM	UND	8,00	3,20	25,60
316	31230	CAIXA TERMICA 12L AZUL	SM	UND	2,00	69,00	138,00
317	31232	COLHER E PINCEL 20CM PAO DURO 22CM - SILICONE	SM	UND	4,00	8,70	34,80
318	31238	PEGADOR DE ALIMENTOS DE SILICONE 28,5CM	SM	UND	3,00	9,80	29,40
319	31235	CONCHA DE PLASTICO P/USO CULINARIO	SM	UND	2,00	11,80	23,60
320	31237	ALICATE UNIVER.ISOLADO 8 TRAMONTINA	SM	UND	2,00	45,10	90,20
321	31240	CHAVE PHILLIPS 10 X 6MM CRV	SM	UND	2,00	10,50	21,00
322	31242	TRENA METRICA (72 PCS P/CX)	SM	UND	2,00	15,50	31,00
323	31244	CHAVE COMBINADA 13MM	SM	UND	2,00	14,30	28,60
324	31246	CHAVE COMBINADA 11MM	SM	UND	2,00	12,70	25,40
325	31249	PRATIC BOX 25 LTS 59 X 38 X 17CM	SM	UND	2,00	99,90	199,80
326	31251	JOGO FRIGIDEIRA ALUM 3PC CARIBE PRETO	SM	UND	4,00	119,00	476,00

327	31173	BOTIJAO AREZZO 10L-	SM	UND	2,00	127,00	254,00
328	31175	CX. P/FERRAMENTAS	SM	UND	2,00	29,00	58,00
329	31177	6 VAPORIZADOR PLAST-	SM	UND	2,00	15,90	31,80
330	31179	BENJAMIN 3 SAIDA 2P+T 10A PRA GRANEL	SM	UND	2,00	4,90	9,80
331	31189	MAXITERMO TERM 12L AZUL	SM	UND	4,00	207,90	831,60
332	31191	BACIA 80	SM	UND	8,00	44,60	356,80
333	31193	POTE VIDRO TPA BAMBU REDONDO 8.5X12CM 750ML	SM	UND	8,00	16,00	128,00
334	31195	PRATIC BOX 10 LTS 41 X 29 X 14 CM	SM	UND	10,00	38,50	385,00
335	31197	JARRA 2 LITROS/C TAMPA CREATIVE	SM	UND	8,00	10,00	80,00
336	31199	TAPIOQUEIRA N. 22 PRE/PRE AA	SM	UND	8,00	19,90	159,20
337	31203	PENEIRA SEM CABO 24CM - BRANCO	SM	UND	4,00	5,80	23,20
338	31207	TESOURA 9-1/2 PREMIUM	SM	UND	2,00	11,80	23,60
339	31209	POTES PLASTICO SANREMO 1,8L	SM	UND	11,00	34,50	379,50
340	31211	TABUA DE CORTE DE PVC	SM	UND	4,00	24,60	98,40
341	31213	CONCHA PREMIUM 29,3CM--	SM	UND	6,00	10,70	64,20
342	31215	VASSOURA FIORY C/CABO 70 TUFOS VERDE	SM	UND	2,00	16,00	32,00
343	31217	GRAMPEADOR PISTOLA MANUAL - METAL - PRETO	SM	UND	2,00	106,00	212,00
344	31219	ALICATE UNIVERSAL 8 CRV	SM	UND	4,00	29,00	116,00
345	31221	ALICATE DE BICO 6"	SM	UND	2,00	21,30	42,60
346	31223	BANDEJA INOX 40CM-	SM	UND	8,00	28,50	228,00
347	31225	CANECA 150ML RETA GRATIDAO	SM	UND	10,00	7,50	75,00
348	31229	CAIXA TERMICA 34L AZUL	SM	UND	2,00	98,90	197,80
349	31231	PRATIC BOX 20 LTS 41 X 29 X 25 CM	SM	UND	2,00	56,60	113,20
350	31233	ESPATULA DE SILICONE P/USO	SM	UND	2,00	9,80	19,60
351	31234	COLHER MULTIUSO SILICONE CB MADEIRA KITCHE	SM	UND	4,00	9,50	38,00
352	31236	CHAVE DE FENDA E PHILIPS 2 PCS	SM	UND	2,00	9,70	19,40
353	31239	MARTELO DE METAL C/CABO DE METAL	SM	UND	2,00	23,30	46,60
354	31241	CHAVE DE FENDA 1/4 X 5 - CM36	SM	UND	2,00	11,50	23,00
355	31243	CHAVE COMBINADA 18MM	SM	UND	2,00	19,90	39,80
356	31245	CHAVE COMBINADA 15MM	SM	UND	2,00	16,80	33,60
357	31247	ARMADILHA PARA INSETO DE PLASTICO E METAL	SM	UND	7,00	56,70	396,90
358	31250	PANELA PRESSAO NEW LINE 7,5 LTS	SM	UND	2,00	399,90	799,80
359	31252	TABUA CORTE PLASTICA 37 X 23 CM - 0.60MM	SM	UND	4,00	12,30	49,20
360	31253	TABUA PARA COZINHA/CHURRASCO - BRANCO	SM	UND	3,00	29,90	89,70
361	31254	TABUA PLASTICA PARA CHURRASCO N 10 - BRANCO	SM	UND	2,00	76,00	152,00
362	31255	CAFETEIRA REFORCADA 1,0 LT - CRAQ	SM	UND	2,00	84,00	168,00
363	31256	CAFETEIRA REFORCADA 3,4 LT - VERMELHA	SM	UND	2,00	138,00	276,00
364	31257	PANELA DE PRESSAO POLIDA 4,5 LTS	SM	UND	4,00	77,00	308,00
365	31258	ESCORREDOR DE LOUCAS DUPLO - CROMADO	SM	UND	2,00	59,00	118,00
366	31259	CX. P/FERRAMENTAS C/ORGANIZADOR CF32	SM	UND	2,00	24,20	48,40
367	31260	9 CUSCUZEIRO EURO RCH 17	SM	UND	2,00	42,00	84,00
368	31261	RALADOR 4 FACES 9,5 - 24CM	SM	UND	4,00	17,20	68,80
369	31262	RALADOR 4 FACES 8 - 20,5CM	SM	UND	2,00	11,80	23,60
370	31263	RALADOR 4 FACES 3,3 - 8 CM	SM	UND	2,00	4,00	8,00
371	31264	KIT GANCHO MULTI-USO ADESIVO C4	SM	UND	5,00	6,80	34,00
372	31265	KIT 3 GANCHOS PAREDE ADESIVO PLASTICO	SM	UND	8,00	4,90	39,20
373	31266	KIT GANCHO MULTI-USO AD 3.5X6CM	SM	UND	4,00	3,60	14,40
374	31267	CONJ DE CHURRASCO FACA LINHA TOP CHEF	SM	UND	2,00	23,00	46,00
375	31268	FACA C/ CABO PLASTICO 12" LINHA TOP CHEF	SM	UND	2,00	21,00	42,00
376	31269	TESOURAS BASIC 9 1/2 - 7 1/2 2PCS	SM	UND	2,00	13,50	27,00
377	31270	SEC REI P COPOS/TALHER MMO BR	SM	UND	2,00	79,90	159,80
378	31271	FACA 8 PEXEIRA ASHORIA	SM	UND	2,00	11,50	23,00
379	31272	CUTELO INOX COM CABO EM PLASTICO	SM	UND	2,00	19,90	39,80
380	31273	SUPER KIT PARA LIMPEZA - 3 PECAS	SM	UND	2,00	13,70	27,40
381	31274	CONJ POTE MANTIMENTO 2 PCS CAFÉ ACUCAR	SM	UND	2,00	11,30	22,60
382	31275	BANDEJA RETANGULAR 40X28CM	SM	UND	5,00	49,90	249,50
383	31277	JARRA AGUA PLASTICO SANREMO 2L	SM	UND	4,00	17,50	70,00
384	31278	CONJ MANTIMENTO 2 PCS 1300ML CAFE ACUCAR	SM	UND	2,00	8,90	17,80
385	31279	POTE PET TR 4930 2.000ML MANT. BISCOITO ST	SM	UND	4,00	22,80	91,20
386	31280	PENEIRA FUBA/CAL30 MAD. SAO JORGE	SM	UND	2,00	17,00	34,00
387	31281	SALEIRO COLOR - 064C	SM	UND	4,00	4,70	18,80
388	31282	CONJ. 3 POTES RETANGULARES (717,719,722)	SM	UND	12,00	39,90	478,80
389	31283	CONJ. 3 POTES RETANGULARES (702,704,706)	SM	UND	2,00	37,50	75,00
390	31284	KIT BACIA PMG CANELADA PL VIRGEM	SM	UND	2,00	16,00	32,00
391	31285	CONJ 10 POTES PLASTICO SANREMO	SM	UND	3,00	39,50	118,50
392	31286	GT USE PRETA 1.0L	SM	UND	2,00	28,50	57,00
393	31287	PENEIRA 16 CM - SORTIDO	SM	UND	4,00	6,00	24,00
394	31288	PENEIRA 20 CM - SORTIDO	SM	UND	4,00	8,20	32,80
395	31289	CUSCUZEIRO POP 20	SM	UND	2,00	46,50	93,00
396	31290	ASSADEIRA OVAL PQ.24,L MARINEX	SM	UND	2,00	49,30	98,60
397	31298	CABIDES DE PLASTICO ABS 3PCS	SM	UND	10,00	9,90	99,00
398	31292	ASSADEIRA RET.MD 2,2L	SM	UND	2,00	55,00	110,00
399	31293	TOUCA BANHO MARCO BONI 8415 PLAST 1UN	SM	UND	10,00	5,50	55,00
400	31294	GT INOX NOBILE 1,9L	SM	UND	6,00	135,00	810,00
401	31295	JARRA MASTER 4 LTS LILAS	SM	UND	6,00	29,30	175,80
402	31296	CAIXA MULTIUSO 12 LITROS - COLOR	SM	UND	4,00	19,70	78,80
403	31297	BACIA GIGANTE 29,5L REC	SM	UND	4,00	21,60	86,40
404	31291	ASSADEIRA SEMPRE RED 2,4L EM VIDRO	SM	UND	2,00	41,20	82,40
405	31299	CABIDE DE METAL 32CM--	SM	UND	6,00	4,00	24,00
406	31300	CABIDE DE METAL 61CM	SM	UND	2,00	5,90	11,80
407	31301	GANCHO P PORTA FERRO C6 - 48X12CM	SM	UND	2,00	14,30	28,60
408	31302	XICARA SAFIRA TRANSPARENTE PERA 225ML	SM	UND	20,00	3,50	70,00
409	31303	FRASCO - KIT C/ 3PS	SM	UND	5,00	14,30	71,50
410	31304	CAIXA RATTAN PRETA - 15L	SM	UND	2,00	37,00	74,00
411	31305	COPO SAFIRA 300ML	SM	UND	20,00	5,30	106,00
412	31306	LIXEIRA SMART G 15 L - PRETA	SM	UND	2,00	68,00	136,00
413	31307	LIXEIRA SMART M 7 L - PRETO	SM	UND	2,00	42,00	84,00
414	31308	TIGELA BOWL VID.BELLA 3.1L	SM	UND	8,00	24,60	196,80
415	31309	ASSADEIRA BOROSSILICATO - 1 CX	SM	UND	4,00	76,50	306,00

416	31310	POTICHE DE VIDRO 16,5X19,5CM	SM	UND	2,00	49,90	99,80
417	31311	PRATO FUNDO DURALEX ASTRAL0008	SM	UND	60,00	6,50	390,00
418	31312	ARRA ATHENAS REF80506	SM	UND	8,00	19,90	159,20
419	31313	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL 6L	SM	UND	8,00	39,90	319,20
420	31314	PORTA TUDO MEDIO (3GAV	SM	UND	2,00	87,80	175,60
421	31315	GAVETEIRO 2G+1P C/ ROD 21965	SM	UND	2,00	287,00	574,00
422	31316	GAVETEIRO RETANG. MEDIO C/3 GAV.PRETO	SM	UND	4,00	51,50	206,00
423	31317	POTE HERMETIC QUADRADO GRANDE 2,3L PRETO	SM	UND	4,00	36,50	146,00
424	31318	GAVETEIRO 2G+1P C/ ROD (BR+BR)	SM	UND	2,00	289,90	579,80
425	31319	CAIXA RETANGULAR 11L MULTI USO C/ TAMPA	SM	UND	3,00	15,20	45,60
426	31320	CAIXA MULTIUSO 6 LITROS - TRANSPARENTE	SM	UND	5,00	15,80	79,00
427	31321	POTE QUAD PLASTICO SANREMO 2,7L	SM	UND	8,00	24,20	193,60
428	31322	GARRAFAO TERMICO 12L INVICTA8712 AZ	SM	UND	2,00	169,90	339,80
429	31324	CABIDE DE METAL 45CM	SM	UND	4,00	3,70	14,80
430	31325	KIT QUEIJOS BASE 5 PCS MADEIRA E INOX 5,6CM	SM	UND	4,00	39,80	159,20
431	31326	PENEIRA 14 CM	SM	UND	2,00	5,00	10,00
432	31327	PALITEIRO DE MESA	SM	UND	4,00	1,80	7,20
433	31328	FRASCO PUMP DE PLASTICO PET	SM	UND	2,00	4,80	9,60
434	31331	FACA C/ CABO PLASTICO 8" LINHA TOP CHEF	SM	UND	3,00	19,00	57,00
435	31332	TESOUR USO GERAL INOX 7 SUPERCO MIS	SM	UND	2,00	21,60	43,20
436	31333	FERVEDOR 14 S/ TAMPA C/ AA	SM	UND	4,00	29,90	119,60
437	31334	FERVEDOR 12 S/ TAMPA C/ AA	SM	UND	4,00	25,00	100,00
438	31335	FUNIL 03 - SORTIDO	SM	UND	2,00	1,90	3,80
439	31336	MARMITA TERMICA 680ML	SM	UND	6,00	52,00	312,00
440	31337	FRIGIDEIRA DUPLA 14 GOUMERT	SM	UND	4,00	69,90	279,60
441	31338	PRATO QUADRADO RASO OPA	SM	UND	50,00	9,90	495,00
442	31205	TESOURA MULTIUSO 7 PONTO PRETO	SM	UND	1,00	5,30	5,30
443	31329	FURADEIRA DE IMPACTO 3/8 500W 220V	SM	UND	1,00	227,00	227,00

2.2. Não há cadastro de reserva para esta contratação.

DO ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1.apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2.demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3.prévias consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3. O órgão gerenciador ou o fornecedor beneficiário poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos ou entidades participantes

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou entidades participantes;
5.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

6. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
7.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;
7.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.5. O contrato de que trata o item 7.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;
7.6. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
7.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado a possibilidade de o licitante ou fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
7.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original;
7.9. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

7.10. O registro a que se refere o item 7.8. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
7.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações;
7.11.1.quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou na contratação direta; e
7.11.2.quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 25 e 26 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023
7.12. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7.12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
7.12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de plataforma eletrônica utilizada pelo município que inclua ferramenta para este fim, bem como por assinatura digital e de forma física.
7.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, e observado o disposto no item 7.11. e subitens, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
7.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

8. DA ALTERAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
8.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.2.decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
8.1.3.resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação
8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
9.1.1. Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
9.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7.11. e subitens;
9.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
9.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o art. 31 do decreto municipal n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.
9.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
9.2.1. Neste caso, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas;
9.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 25 do decreto municipal n.º 111, de 26 de dezembro de 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis
9.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.11. e subitens;
9.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 26 decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
9.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 9.2. e 9.2.1., o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
9.2.6. O órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 31 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.

10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

10.2.O remanejamento somente poderá ser feito:
10.2.1.de órgão participante para órgão participante

10.2.2.de órgão participante para órgão ou entidade não participante
10.3. O órgão gerenciador que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito de remanejamento;
10.4. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão ou entidade não participante, devem ser observados os limites previstos no art. 29 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.
10.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 10.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
11.1.1.descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
11.1.2.não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
11.1.3.não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
11.1.4.sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2. No caso do item 11.1.4., caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão gerenciador o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.
11.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nos seguintes casos:
12.1.1. por razão de interesse público;
12.1.2.pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
12.1.3.a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, no aviso de contratação direta ou no Termo de Referência;
13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Portalegre/RN com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata. E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada **2 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, bem como pelas testemunhas identifcadas abaixo.

Riacho da Cruz/RN, 24 de Fevereiro de 2025

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.148.421/0001-76

M. J. MONTEIRO FORTES
CNPJ: 12.968.883/0002-98
Contratado

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:695BFAC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050601/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050601/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 003/2025, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	AGLAGILMA DE FREITAS PEREIRA/01305025000166	
	Total Estimado da Contratação:	100.000,00
Porcentagem de Desconto		16%

Item	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und. de Med	Qtd.	Valor Unt R$	Valor Total R$
4	MEDICAMENTOS GENERICOS COTA EXCLUSIVA	COTA EXCLUSIVA	genérico	UND	1,0000	100.000,00	100.000,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 05/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 05/06/2025

Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

AGLAGILMA DE FREITAS PEREIRA
01305025000166

Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:27EF95E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050602 /2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050602 /2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050602/202/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 003/2025 , que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	CASCIMIRO FRANCISCO NETO/08495905000191						
	VALOR Total Estmado R$:		255.000,00				
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	MEDICAMENTOS SIMILARES COTA EXCLUSIVA	SIMILAR	UND	23%	1,00	100.000,00	100.000,00
3	MEDICAMENTOS DE REFERENCIA COTA EXCLUSIVA	REFERENCIA	UND	11%	1,00	155.000,00	155.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 2	**Total por Fornecedor:**					**255.000,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 05/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 05/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

CASCIMIRO FRANCISCO NETO
08495905000191

Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:5AD851D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050603/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050603/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050603/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 003/2025, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:		FARMACIA PADRE CARLOS LTDA/09402009000284						
		Valor Total Estimado R$:		400.000,00				
	Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
	5	MEDICAMENTOS GENERICOS AMPLA CONCORRENCIA	GENERICO	UND	21%	1,00	400.000,00	400.000,00
		Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**400.000,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 05/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 05/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FARMACIA PADRE CARLOS LTDA
09.402.009/0002-84

Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:BA3BE2BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050604/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050604/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050604/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 003/2025 , que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	MIRAGEM ATACAREJO LTDA/11939808000660						
	Valor Total Estimado R$:	400.000,00					
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
2	MEDICAMENTOS SIMILARES AMPLA CONCORRENCIA	PRÓPRIO	UND	26%	1,00	400.000,00	400.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**400.000,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/RN

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 05/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 05/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MIRAGEM ATACAREJO LTDA
11939808000660
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:9B9583FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050605/2025 PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050605/2025
PREGÃO ELERÔNICO Nº 003/2025

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050605/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 003/2025, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	VICTOR FARMA LTDA/24589319000162						
	Valor Total R$:	600.000,00					
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
6	MEDICAMENTOS DE REFERENCIA AMPLA CONCORRENCIA	Própria	UND	11%	1,00	600.000,00	600.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**600.000,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 05/06/2025, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 05/06/2025

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

VICTOR FARMA LTDA
24589319000162
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:3B408172

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 003/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO							
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela base legal Pregão – Art. 28 Inciso I Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer onclusive exarado pela Comissão de Licitações, resolve:							
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:							
a) Processo nº:	003/2025						
b) Licitação nº:	003/2025						
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico						
d) Data de Homologação:	05/06/2025						
f) Objeto da Licitação :	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos A-z de Farmácia Local da tabela CMED/ANVISA, visando o antedimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde						
g) Fornecedores e Itens Vencedores:							
Fornecedor:	01.305.025/0001-66 – AGLAGILMA DE FREITAS PEREIRA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		100.000,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
4	MEDICAMENTOS GENERICOS COTA EXCLUSIVA	generico	UND	16%	1,00	100.000,00	100.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1		**Total por Fornecedor:**				**100.000,00**
Fornecedor:	08.495.905/0001-91 – CASCIMIRO FRANCISCO NETO						
Qtd. Itens:	2	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		255.000,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	MEDICAMENTOS SIMILARES COTA EXCLUSIVA	SIMILAR	UND	23%	1,00	100.000,00	100.000,00
3	MEDICAMENTOS DE REFERENCIA COTA EXCLUSIVA	REFERENCIA	UND	11%	1,00	155.000,00	155.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 2		**Total por Fornecedor:**				**255.000,00**
Fornecedor:	09.402.009/0002-84 – FARMACIA PADRE CARLOS LTDA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		400.000,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
5	MEDICAMENTOS GENERICOS AMPLA CONCORRENCIA	GENERICO	UND	21%	1,00	400.000,00	400.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1		**Total por Fornecedor:**				**400.000,00**
Fornecedor:	11.939.808/0006-60 – MIRAGEM ATACAREJO LTDA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		400.000,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
2	MEDICAMENTOS SIMILARES AMPLA CONCORRENCIA	PRÓPRIO	UND	26%	1,00	400.000,00	400.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1		**Total por Fornecedor:**				**400.000,00**
Contabilis – Desenvolvido por 3Tecnos Tecnologia / /							Página 1 de 2

	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE RIACHO DA CRUZ						
	Termo de Homologação Licitacao						
Fornecedor:	24.589.319/0001-62 – VICTOR FARMA LTDA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		600.000,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Desc.(%)**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
6	MEDICAMENTOS DE REFERENCIA AMPLA CONCORRENCIA	Própria	UND	11%	1,00	600.000,00	600.000,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1		**Total por Fornecedor:**				**600.000,00**
					Total Geral		**1.755.000,00**

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:1F852E69

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20250064

ORIGEM: ADESÃO ARP/CARONA Nº 13050001/25

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, CNPJ nº 08.078.958/0001-07.

CONTRATADO(A): NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA ME, CNPJ nº 18.588.224/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de forma parcelada de medicamentos, objetivando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do município de Ruy Barbosa/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE.	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	ACEBROFILINA 10MG ML, XAROPE, FRASCO 120ML	GLOBO	1.000	FRASCO	11,60	11.600,00
02	ACEBROFILINA 5MG ML, XAROPE, FRASCO 120 ML	GLOBO	1.000	FRASCO	11,60	11.600,00
03	ACICLOVIR 200mg	CIMED	500	COMPRIMI	0,43	215,00
04	ÁCIDO ACETIL SALICÍLICO , AAS 100MG	IMEC	35.000	COMPRIMI	0,03	1.050,00
05	ÁCIDO ASCÓRBICO 200MG ML FRASCO 20 ML	AIRELA	1.500	FRASCO	1,36	2.040,00
06	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG COMP	EMS	300	COMPRIMI	1,90	570,00
07	ALBENDAZOL 400MG	PRATI DONADUZZI	5.000	COMPRIMI	0,45	2.250,00
08	AMBROXOL, 30mg 5mL Xarope Adulto FRASCO 100 ML	AIRELA	3.000	FRASCO	2,65	7.950,00
09	AMOXICILINA 250MG ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60ML	PRATI DONADUZZI	5.000	FRASCO	3,42	17.100,00
10	AMOXICILINA 500MG	PRATI DONADUZZI	45.000	COMPRIMI	0,26	11.700,00
11	ANLODIPINO 5MG	VITAMEDIC	10.000	COMPRIMI	0,04	400,00
12	ANLODIPINO 10MG	VITAMEDIC	10.000	COMPRIMI	0,06	600,00
13	ATENOLOL 25MG	BIOSINTETICA	10.000	COMPRIMI	0,04	400,00
14	ATENOLOL 100MG	PRATI DONADUZZI	10.000	COMPRIMI	0,14	1.400,00
15	BROMETO DE IPATROPIO 0,25MG ML, GOTAS, FRASCO 15ML	PRATI DONADUZZI	150	FRASCO	1,98	297,00
16	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG ML, GOTAS, FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	150	FRASCO	8,00	1.200,00
17	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG	NUTIVIT	2.500	COMPRIMI	0,09	225,00
18	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500mg + 200UI	NUTIVIT	1.500	COMPRIMI	0,17	255,00
19	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500mg + 400UI	NUTIVIT	1.500	COMPRIMI	0,12	180,00
20	CEFALEXINA 500MG	TEUTO	2.500	COMPRIMI	0,74	1.850,00
21	CETOCONAZOL 200 MG	GLOBO	45.000	COMPRIMI	0,40	18.000,00
22	CETOCONAZOL 20 MG G, 2 por cento, XAMPU	NATIVITA	15.000	FRASCO	5,05	75.750,00
23	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	15.000	COMPRIMI	0,45	6.750,00
24	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG	PRATI DONADUZZI	10.000	COMPRIMI	0,20	2.000,00
25	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300MG	UNIÃO QUIMICA	2.500	COMPRIMI	1,85	4.625,00
26	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 100 MG ML, SPRAY, FRASCO50 ML	HIPOLABOR	2.500	FRASCO	51,70	129.250,00
27	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2 por cento, GELELEIA, BISNAGA 30 G	PHARLAB	150	BISNAGA	8,83	1.324,50
28	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG	GERMED	2.500	COMPRIMI	0,52	1.300,00
29	DEXAMETASONA 1MG G, CREME BISNAGA 15 G	PRATIL	7.500	BISNAGA	1,71	12.825,00
30	DEXAMETASONA 0,1 MG ML, ELIXIR, FRASCO 100 ML	FARMACE	2.500	FRASCO	2,05	5.125,00
31	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG	BELFAR	40.000	COMPRIMI	0,07	2.800,00
32	DICLOFENACO RESINATO 15MG ML , GOTAS, FRASCO 20 ML	CIMED	40.000	FRASCO	6,33	253.200,00
33	DIGOXINA 0,25 MG	TEUTO	2.500	COMPRIMI	0,26	650,00
34	DIPIRONA 500 MG	PRATI	5.000	COMPRIMI	0,14	700,00
35	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 + 0,15 MG	CIFARMA	1.500	COMPRIMI	0,23	345,00
36	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	NEO QUIMICA	50.000	COMPRIMI	0,12	6.000,00
37	IBUPROFENO 600 MG	VITAMEDIC	3.000	COMPRIMI	0,18	540,00
38	ISOSSORBIDA 20 MG	ZYDUS	250	COMPRIMI	0,60	150,00
39	ISOSSORBIDA 40 MG	ZYDUS	2.500	COMPRIMI	1,15	2.875,00
40	ITRACONAZOL 100 MG	GEOLAB	2.500	COMPRIMI	0,96	2.400,00
41	LACTULOSE 667 MG ML, FRASCO 120 ML	MAYBEN	500	FRASCO	3,85	1.925,00
42	LEVONORGESTREL 1,5 MG	CIFARMA	500	COMPRIMI	2,50	1.250,00
43	LORATADINA 10 MG	VITAMEDIC	1.500	COMPRIMI	0,19	285,00
44	LORATADINA 1 MG ML, XAROPE, FRASCO 100 ML	PRATI	2.500	FRASCO	3,30	8.250,00
45	LOSARTANA 50 MG	TEUTO	3.000	COMPRIMI	0,05	150,00
46	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	BELFAR	50.000	COMPRIMI	0,05	2.500,00
47	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	BELFAR	25.000	COMPRIMI	0,07	1.750,00
48	MEBENDAZOL 100 MG	BELFAR	250	COMPRIMI	0,48	120,00
49	METFORMINA 500 MG	PRATI DONADUZZI	2.500	COMPRIMI	0,18	450,00
50	METFORMINA 850 MG	PRATI DONADUZZI	45.000	COMPRIMI	0,13	5.850,00
51	METILDOPA 250 MG	EMS	75.000	COMPRIMI	0,39	29.250,00
52	METRONIDAZOL 250 MG	PRATI DONADUZZI	900	COMPRIMI	0,25	225,00
53	METRONIDAZOL 400 MG	LEGRAND	5.000	COMPRIMI	0,32	1.600,00
54	NIMESULIDA 100 MG	PRATI DONADUZZI	50.000	COMPRIMI	0,09	4.500,00
55	NISTATINA 100.000 UI ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50 ML	PRATI DONADUZZI	2.500	FRASCO	4,90	12.250,00
56	NISTATINA 25.000 UI G, CREME VAGINAL, BISNAGA 60 G COM APLICADORES	PRATI DONADUZZI	2.500	BISNAGA	6,50	16.250,00
57	NITRATO DE MICONAZOL 2 por cento, CREME, BISNAGA 28 G	PRATI DONADUZZI	900	BISNAGA	3,08	2.772,00
58	NORFLOXACINO 400MG	GLOBO	20.000	COMPRIMI	0,40	8.000,00
59	OMEPRAZOL 20 MG	MULTILAB	60.000	COMPRIMI	0,07	4.200,00
60	OMEPRAZOL 40 MG	BELFAR	35.000	COMPRIMI	0,19	6.650,00
61	PARACETAMOL 200 MG ML, GOTAS, FRASCO 15 ML	EMS	6.000	FRASCO	1,33	7.980,00
62	PARACETAMOL 500 MG	PRATI DONADUZZI	60.000	COMPRIMI	0,07	4.200,00
63	PREDNISONA 20 mg	HIPOLABOR	10.000	COMPRIMI	0,15	1.500,00
64	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, SACHÊ 27,9 G	AIRELA	4.000	SACHÊ	0,99	3.960,00

65	CLORIDRATO SERTRALINA 50 MG	PRATI	7.500	COMPRIMI	0,15	1.125,00
66	CLORIDRATO SERTRALINA 100 MG	PRATI	7.500	COMPRIMI	0,30	2.250,00
67	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG ML, Injetável	HIPOLABOR	2.500	AMPOLA	1,40	3.500,00
68	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100 MG ML, GOTAS, FRASCO 10 ML	EUROFARMA	250	FRASCO	19,30	4.825,00
69	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA (VENLAXIN) 37,5 MG	GERMED	2.500	COMPRIMI	0,65	1.625,00
70	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA (VENLAXIN) 75MG	GERMED	5.000	COMPRIMI	0,57	2.850,00
71	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA (VENLAXIN) 150MG	GERMED	5.000	COMPRIMI	1,05	5.250,00
72	CODEINA 30 MG + PARACETAMOL 500 MG	GEOLAB	2.000	COMPRIMI	0,70	1.400,00
73	DIAZEPAM 5 MG	BIOCHIMICO	7.500	COMPRIMI	0,05	375,00
74	DIAZEPAM 10 MG INJETÁVEL	SANTISA	500	AMPOLA	1,63	815,00
75	LEVOMEPROMAZINA 4 por cento, GOTAS, FRASCO 20 ML	SANOFI	250	FRASCO	35,83	8.957,50
76	MIDAZOLAM 5 MG ML INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML	HIPOLABOR	150	AMPOLA	4,40	660,00
77	MORFINA 10 MG ML, INJETÁVEL	UNIÃO QUIMICA	500	AMPOLA	2,69	1.345,00
78	NEULEPTIL 10 MG ML, GOTAS, FRASCO 20 ML	SANOFI	150	FRASCO	27,00	4.050,00
79	NEULEPTIL 40 MG ML, GOTAS, FRASCO 20 ML	SANOFI	150	FRASCO	43,50	6.525,00
80	PREGABALINA 75 MG	GEOLAB	5.000	COMPRIMI	0,25	1.250,00
81	RISPERIDONA 1 MG	PRATI	5.000	COMPRIMI	0,15	750,00
82	RISPERIDONA 2 MG	PRATI	5.000	COMPRIMI	0,17	850,00
83	ACICLOVIR SÓDICO 250 MG	BLAU	250	AMPOLA	14,00	3.500,00
84	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) 100 MG ML, INJETÁVEL	HYPOFARMA	2.500	AMPOLA	0,81	2.025,00
85	ÁCIDO ÉPSILON AMINOCAPRÓICO 200 MG ML (IPSILON) INJETÁVEL 4G	ZYDUS	500	AMPOLA	29,50	14.750,00
86	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG ML INJETAVEL	HIPOLABOR	250	AMPOLA	4,70	1.175,00
87	ADRENALINA 1 MG ML, INJETÁVEL	HIPOLABOR	250	AMPOLA	0,90	225,00
88	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 100.000UI	BLAU	1.000	AMPOLA	12,50	12.500,00
89	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 U	BLAU	1.000	AMPOLA	16,00	16.000,00
90	BROMOPRIDA 5 GM ML, INJETÁVEL	HIPOLABOR	400	AMPOLA	1,60	640,00
91	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG ML	HYPOFARMA	1.000	AMPOLA	1,92	1.920,00
92	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4 MG ML + DIPIRONA 500 MG ML	FARMACE	1.000	AMPOLA	1,50	1.500,00
93	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG ML, INJETÁVEL	HIPOLABOR	250	AMPOLA	3,40	850,00
94	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20 MG ML, INJETÁVEL	CRISTALIA	400	AMPOLA	7,60	3.040,00
95	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG ML, INJETÁVEL, 4 ML	HIPOLABOR	400	AMPOLA	1,05	420,00
96	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG ML, INJETÁVEL	HIPOLABOR	500	AMPOLA	5,50	2.750,00
97	CEFOTAXIMA SÓDICA 1000 mg	FRESENIUS	150	AMPOLA	13,25	1.987,50
98	CETOPROFENO 100 MG ML	UNIÃO QUIMICA	300	AMPOLA	8,00	2.400,00
99	DICLOFENACO DE SÓDIO 25 MG ML	FARMACE	2.000	AMPOLA	0,98	1.960,00
100	DIPIRONA 500 MG ML, INJETÁVEL	SANTISA	5.000	AMPOLA	0,60	3.000,00
101	DRAMIM DL INJETÁVEL	TAKEDA	250	AMPOLA	16,33	4.082,50
102	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG	CIFARMA	1.000	AMPOLA	12,82	12.820,00
103	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 20 MG 0,2 ML	BLAU	250	AMPOLA	18,00	4.500,00
104	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 60 MG 0,6 ML	BLAU	250	AMPOLA	25,00	6.250,00
105	ETOMIDATO 2mg,ml INJETÁVEL	CRISTALIA	250	AMPOLA	12,00	3.000,00
106	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG ML, INJETÁVEL	FARMACE	2.500	AMPOLA	0,72	1.800,00
107	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG ML, INJETÁVEL	FARMACE	2.500	AMPOLA	1,05	2.625,00
108	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150 MG ML	HIPOLABOR	250	AMPOLA	3,50	875,00
109	FLUCONAZOL 2 MG ML, INJETÁVEL	BEKER	250	AMPOLA	8,75	2.187,50
110	FUROSEMIDA 10 MG ML, INJETÁVEL	HYPOFARMA	500	AMPOLA	0,75	375,00
111	GLICOSE 25 por cento, INJETÁVEL	FARMACE	1.000	AMPOLA	0,59	590,00
112	GLICOSE 50 por cento INJETÁVEL	EQUIPLEX	500	AMPOLA	0,63	315,00
113	METOCLOPRAMIDA 5 MG ML (PLASIL)	SANTISA	1.500	AMPOLA	0,78	1.170,00
114	NORIPURUM 100 MG 2 ML	TAKECA	250	AMPOLA	23,70	5.925,00
115	OMEPRAZOL 40 MG INJETÁVEL	BLAU	1.000	AMPOLA	9,30	9.300,00
116	PENICILINA G BENZATINA 1.200.000 U	TEUTO	500	AMPOLA	6,58	3.290,00
117	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100 MG, INJETÁVEL	TEUTO	2.500	AMPOLA	4,00	10.000,00
118	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG, INJETÁVEL	UNIÃO QUIMICA	1.500	AMPOLA	5,55	8.325,00
119	SULFATO DE AMICACINA INJETÁVEL	TEUTO	50	AMPOLA	6,70	335,00
120	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG ML, INJETÁVEL	SANTISA	150	AMPOLA	1,15	172,50
121	SULFATO DE GENTAMICINA 80 MG ML, INJETÁVEL	SANTISA	150	AMPOLA	1,83	274,50
122	SULFATO DE MAGNÉSIO 10 por cento 100 MG POR ML INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	100	AMPOLA	2,25	225,00
123	SULFATO DE MAGNÉSIO 50 por cento 500 MG POR ML INJETÁVEL 10 ML	SAMTEC	100	AMPOLA	10,50	1.050,00
124	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,5 MG ML, INJETÁVEL	HIPOLABOR	150	AMPOLA	11,00	1.650,00
125	TENOXICAM 40 MG ML (TILATIL) INJETÁVEL	UNIÃO QUIMICA	500	AMPOLA	9,25	4.625,00
126	SORO FISIOLÓGICO 0,9 por cento, 100 ML, SISTEMA FECHADO	FARMARIN	5.000	FRASCO	3,20	16.000,00
127	SORO FISIOLÓGICO 0,9 por cento, 250 ML, SISTEMA FECHADO	FARMACE	5.000	FRASCO	4,38	21.900,00
128	SORO FISIOLÓGICO 0,9 por cento, 250 ML , SISTEMA ABERTO	FARMAX	4.000	FRASCO	2,05	8.200,00
129	SORO FISIOLÓGICO 0,9 por cento, 500 ML, SISTEMA FECHADO	FARMARIN	7.500	FRASCO	5,25	39.375,00
130	SORO RINGER SIMPLES 500 ML, SISTEMA FECHADO	FARMACE	2.500	FRASCO	5,75	14.375,00
131	SORO RINGER LACTATO 500 ML, SISTEMA FECHADO	FARMACE	2.500	FRASCO	6,00	15.000,00
132	SORO GLICOSADO 5 por cento 500 ML, SISTEMA FECHADO	FRESERIUS	2.500	FRASCO	5,50	13.750,00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Ruy Barbosa/RN, em 05 de Junho de 2025.

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:A75D4E0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 50/2025

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-** PREFEITA, denominado ÓRGÃO

GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **14/2025**, processo administrativo n.º 671/2025 e a empresa **INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA,** com sede a AV BIAS FORTES Nº 405, Nº 405, VILA DE LOURDES, Curvelo/MG, CEP: 35790-000, inscrito no CNPJ sob o nº 07.628.070/0001-38, neste ato representado por seu representante o Sr. ANTONIO CARLOS DA SILVA, portador do CPF nº 490.***.***-**, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto Registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de materiais esportivos, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA**		
CNPJ: **07.628.070/0001-38**	Telefone: **(38) 3721-6983**	Email: **orthovidacvo@gmail.com**
Endereço: **AV BIAS FORTES Nº 405, 405 INDUSTRIA, VILA DE LOURDES, Curvelo/MG, CEP: 35790-000**		
Representante: **ANTONIO CARLOS DA SILVA** - CPF: **490.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
10	COLCHONETE EM ESPUMA. ESPECIFICAÇÃO: REVESTIDO EM COURVIM, DENSIDADE MÍNIMA DE 33, TAMANHO MÍNIMO DE 1,00M X 0,60MX 3 CM.	ORTHOVIDA	Unidade	22	29,00	638,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Industria E Comercio Colchoes Orthovida LTDA
07.628.070/0001-38
ANTONIO CARLOS DA SILVA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:CA4DB11D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de APARELHOS CELULARES. O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL.TOTAL
1	SMARTPHONE NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TELA: MÍNIMO 6,5" FULL HD, TECNOLOGIA AMOLED OU SIMILAR, SISTEMA: ANDROID 14, COM GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO, PROCESSADOR: OCTA-CORE, MÍNIMO 2.3 GHZ, MEMÓRIA: 8 GB RAM, 128 GB ARMAZENAMENTO INTERNO, CÂMERAS: TRASEIRA PRINCIPAL DE 50 MP, FRONTAL DE 20 MP, CONECTIVIDADE: REDE MÍNIMA 4G, WI-FI, BLUETOOTH, BATERIA: MÍNIMA DE 5000 MAH, COM CARREGAMENTO RÁPIDO.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 05 de junho de 2025.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:9E15A072

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

SETOR DE LICITAÇÃO
Rua Padre Cerveira, nº 505, Centro, Santo Antônio/RN CEP: 59.255-000 - CNPJ (MF) nº. 08.144.800/0001-98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, POR INTERMÉDIO DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANÔNIO/RN** E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO SERVIÇOS DE BUFFET E ORNAMENTAÇÃO PARA OS EVENTOS E SIMILARES REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo Senhor **RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 121.560.014-30, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no **Processo Licitatório nº 226001/2025**, **SRP Pregão Eletrônico nº 015/2025**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Menor Preços por Agrupamento de Itens "Lote", atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando- se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presenta ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para eventual e futuro fornecimento serviços de buffet e ornamentação para os eventos e similares realizados pelas Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do município de Santo Antônio/RN, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: PEDRO ADDISSON DA SILVA DINIZ	
CNPJ/MF Nº: 42.540.589/0001-60	**TELEFONE:** (84) 9 8191-9104
ENDEREÇO: AVENIDA THEODORICO BEZERRA Nº10A, CEP 59245-000, CENTRO – SERRA CAIADA/RN	
E-MAIL: supremalocacaoeservicos@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: PEDRO ADDISSON DA SILVA DINIZ	
RG Nº: 003037368 SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 125.988.784-77

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ARRANJO DE BALÕES - CORES DOS BALÕES: A COMBINAR; QUANTIDADE MÍNIMA DE BALÕES: 500.	UND.	8	SÃO ROQUE	R$ 345,30	R$ 2.762,40
2	LOCAÇÃO DE ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL ALTO - FLORES EM CORES A COMBINAR	DIÁRIA	12	H8 FLORAL	R$ 57,75	R$ 693,00
3	LOCAÇÃO DE ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL BAIXO - FLORES EM CORES A COMBINAR	DIÁRIA	16	H8 FLORAL	R$ 32,40	R$ 518,40
4	LOCAÇÃO DE ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL EM COLUNA - FLORES EM CORES A COMBINAR	DIÁRIA	11	H8 FLORAL	R$ 36,52	R$ 401,72
5	LOCAÇÃO DE ARRANJO DE FLORES E FOLHAGENS NATURAIS ALTOS, TIPO MURTA, ASTER E CALÁBRIADE. MEDINDO 60 CM DE ALTURA, CONTENDO FLORES NAS CORES BRANCAS, VERMELHAS E ROSAS.	DIÁRIA	10	PROPRIO	R$ 130,90	R$ 1.309,00
6	LOCAÇÃO DE ARRANJO DE FLORES E FOLHAGENS NATURAIS BAIXOS, PARA MESA, COM FLORES TIPO MURTA, ARTER E CALÁBRIA. MEDINDO 20CM DE ALTURA, CONTENDO FLORES NAS CORES BRANCAS, VERMELHAS E ROSAS.	DIÁRIA	10	PROPRIO	R$ 108,75	R$ 1.087,50
7	LOCAÇÃO DE CAPA ACOLCHOADA PARA CADEIRA DE PLÁSTICO SEM BRAÇO, NA COR BRANCA	DIÁRIA	710	PROPRIO	R$ 3,53	R$ 2.506,30
8	LOCAÇÃO DE CORTINA EM TECIDO TIPO CETIM, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 M X 3M NA COR BRANCA.	DIÁRIA	150	PROPRIO	R$ 32,89	R$ 4.933,50
9	LOCAÇÃO DE CORTINA EM TECIDO TIPO JACQUARD, PARA COBERTURAS, FECHAMENTOS E DECORAÇÃO DE EVENTOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5 M X 1,5 M, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	38	PROPRIO	R$ 68,49	R$ 2.602,62
10	LOCAÇÃO DE CORTINA EM TECIDO TIPO VOIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 M X 3M, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	228	PROPRIO	R$ 35,00	R$ 7.980,00
11	LOCAÇÃO DE KIT COMPLETO DE LOUÇA CONTENDO 100 PEÇAS DE CADA ITEM: 100 PRATOS DE PORCELANA NA COR BRANCA, 100 TAÇAS DE VIDRO E 100 TALHERES EM INOX. TALHERES EM INOX, CONTENDO GARFO E FACA DE MESA IDEAL PARA EVENTOS E REFEIÇÕES SOFISTICADAS.	DIÁRIA	7	DURALEX / TRAMONTINA	R$ 451,03	R$ 3.157,21
12	LOCAÇÃO DE KIT DE MESA PARA DECORAÇÃO QUADRADA, CONTENDO 03 ITENS EM VÁRIOS TAMANHOS.	DIÁRIA	7	PROPRIO	R$ 124,00	R$ 868,00
13	LOCAÇÃO DE MESA DIRETIVA COM ESPAÇO PARA NO MÍNIMO 10 CADEIRAS.	DIÁRIA	4	PROPRIO	R$ 226,00	R$ 904,00
14	LOCAÇÃO DE PAINEL DE FESTA REDONDO EM MDF COM ESTRUTURA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,5 M X 1,5 M, PERSONALIZADO COM ARTE EM PAPEL OUTDOOR, DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO.	DIÁRIA	14	PROPRIO	R$ 82,75	R$ 1.158,50
15	LOCAÇÃO DE PAINEL TRELIÇA (ESTILO ROMANO), MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,20 M X 1,80 M, MATERIAL MADEIRA, APLICAÇÃO	DIÁRIA	6	ALUMIPAC	R$ 104,63	R$ 627,78

	PAINEL DE FOTOS					
16	LOCAÇÃO DE PUFF DECORATIVO, EM CORES A COMBINAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 53 CM X 53 CM X 70 CM	DIÁRIA	22	PROPRIO	R$ 44,13	R$ 970,86
17	LOCAÇÃO DE REFLETOR HOLOFOTE EM LED BIVOLT	DIÁRIA	14	AVANT	R$ 84,24	R$ 1.179,36
18	LOCAÇÃO DE TAPETE CARPETE, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 METROS DE COMPRIMENTO E 2 DE LARGURA, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	6	PROPRIO	R$ 51,00	R$ 306,00
19	LOCAÇÃO DE TAPETE (PASSADEIRA) CARPETE, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 METROS DE COMPRIMENTO E 1,50 DE LARGURA, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	7	PROPRIO	R$ 117,20	R$ 820,40
20	LOCAÇÃO DE TAPETE FELPUDO PARA DECORAÇÃO DE AMBIENTES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2 M X 1,5 M, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	5	PROPRIO	R$ 84,27	R$ 421,35
21	LOCAÇÃO DE TAPETE FELPUDO PARA DECORAÇÃO DE AMBIENTES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5 M X 1,5 M, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	4	PROPRIO	R$ 54,07	R$ 216,28
22	LOCAÇÃO DE TOALHA DE MESA GRANDE MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,5 M X 5 M, CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO CETIM, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	29	PROPRIO	R$ 44,64	R$ 1.294,56
23	LOCAÇÃO DE TOALHA DE MESA PEQUENA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,5 M X 1,5 M, CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO CETIM, EM CORES A COMBINAR.	DIÁRIA	484	PROPRIO	R$ 32,49	R$ 15.725,16
24	PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ORNAMENTAÇÃO/DECORAÇÃO DE REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, PALESTRAS, SOLENIDADES, E EVENTOS, EM GERAL.	SERVIÇOS	15	PROPRIO	R$ 212,04	R$ 3.180,60
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 55.624,50**	

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO SEM BRAÇO NA COR BRANCA	DIÁRIA	3630	TOP PLASTICO	R$ 3,51	R$ 12.741,30
2	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO QUADRADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM X 70 CM X 70 CM NA COR BRANCA	DIÁRIA	644	TOP PLASTICO	R$ 3,44	R$ 2.251,36
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 14.992,66**	

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATÉ 25 PESSOAS: NO BUFFET SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES SOLICITADOS, ALÉM DE MENU DO TIPO SELF SERVICE, COM PELO MENOS DOIS TIPOS DE PROTEÍNA ANIMAL E OUTROS ALIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DO PRATO – DOIS TIPOS DE FEIJÃO, DOIS TIPOS DE ARROZ, UM TIPO DE MACARRÃO, VERDURAS CRUAS E COZIDAS, FAROFA E OUTROS ACOMPANHAMENTOS).	SERVIÇO	3	PROPRIO	R$ 1.250,00	R$ 3.750,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATÉ 50 PESSOAS: NO BUFFET SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES SOLICITADOS, ALÉM DE MENU DO TIPO SELF SERVICE, COM PELO MENOS DOIS TIPOS DE PROTEÍNA ANIMAL E OUTROS ALIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DO PRATO – DOIS TIPOS DE FEIJÃO, DOIS TIPOS DE ARROZ, UM TIPO DE MACARRÃO, VERDURAS CRUAS E COZIDAS, FAROFA E OUTROS ACOMPANHAMENTOS).	SERVIÇO	3	PROPRIO	R$ 2.000,00	R$ 6.000,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATÉ 100 PESSOAS: NO BUFFET SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES SOLICITADOS, ALÉM DE MENU DO TIPO SELF SERVICE, COM PELO MENOS DOIS TIPOS DE PROTEÍNA ANIMAL E OUTROS ALIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DO PRATO – DOIS TIPOS DE FEIJÃO, DOIS TIPOS DE ARROZ, UM TIPO DE MACARRÃO, VERDURAS CRUAS E COZIDAS, FAROFA E OUTROS ACOMPANHAMENTOS).	SERVIÇO	5	PROPRIO	R$ 4.000,00	R$ 20.000,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATÉ 150 PESSOAS: NO BUFFET SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES SOLICITADOS, ALÉM DE MENU DO TIPO SELF SERVICE, COM PELO MENOS DOIS TIPOS DE PROTEÍNA ANIMAL E OUTROS ALIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DO PRATO – DOIS TIPOS DE FEIJÃO, DOIS TIPOS DE ARROZ, UM TIPO DE MACARRÃO, VERDURAS CRUAS E COZIDAS, FAROFA E OUTROS ACOMPANHAMENTOS).	SERVIÇO	1	PROPRIO	R$ 4.491,77	R$ 4.491,77
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFE BREAKE PARA ATÉ 50 PESSOAS: NO COFFE BREAKE SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES, ALÉM DE CAFÉ, ACHOCOLATADO, BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABOR MORANGO, REFRIGERANTES, TRÊS SABORES DE SUCO (A COMBINAR), SALADA DE FRUTAS, TRÊS SABORES DE BOLO (MOÇA/OVOS/CHOCOLATE), QUEJO, APRESUNTADO, PÃO DE QUEIJO E SALGADOS VARIADOS (COXINHAS/ PASTÉIS/ EMPADAS	SERVIÇO	7	PROPRIO	R$ 2.052,38	R$ 14.366,66
	SALGADAS/EMPADAS DOCES/ RISOLES E OUTROS).					
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFE BREAKE PARA ATÉ 100 PESSOAS: NO COFFE BREAKE SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES, ALÉM DE CAFÉ, ACHOCOLATADO, BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABOR MORANGO, REFRIGERANTES, TRÊS SABORES DE SUCO (A COMBINAR), SALADA DE FRUTAS, TRÊS SABORES DE BOLO (MOÇA/OVOS/CHOCOLATE), QUEJO, APRESUNTADO, PÃO DE QUEIJO E SALGADOS VARIADOS (COXINHAS/ PASTÉIS/ EMPADAS SALGADAS/EMPADAS DOCES/ RISOLES E OUTROS).	SERVIÇO	9	PROPRIO	R$ 1.392,73	R$ 12.534,57
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFE BREAKE PARA ATÉ 150 PESSOAS: NO COFFE BREAKE SERÁ DISPONIBILIZADO, PRATOS, TALHERES, COPOS E GUARDANAPOS, CONFORME A QUANTIDADE DE PARTICIPANTES, ALÉM DE CAFÉ, ACHOCOLATADO, BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABOR MORANGO, REFRIGERANTES, TRÊS SABORES DE SUCO (A COMBINAR), SALADA DE FRUTAS, TRÊS SABORES DE BOLO (MOÇA/OVOS/CHOCOLATE), QUEJO, APRESUNTADO, PÃO DE QUEIJO E SALGADOS VARIADOS (COXINHAS/ PASTÉIS/ EMPADAS SALGADAS/EMPADAS DOCES/ RISOLES E OUTROS).	SERVIÇO	1	PROPRIO	R$ 2.346,50	R$ 2.346,50
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 63.489,50**	

2.2. Não há listagem de cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita

pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, 03 de junho de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

PEDRO ADDISSON DA SILVA DINIZ
Representante Legal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:20B33B81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

EDITAL DE PREMIAÇÃO A PROJETOS, AGENTES E GRUPOS DE ARTE E CULTURA COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN.**
Deste modo, a**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA** torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2025 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN observadas as categorias descritas no **Anexo I** deste Edital.
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao Município de SÃO BENTO DO NORTE.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2025.
2.2. Quantidade de agentes culturais a serempremiados
Serão **15(quinze) prêmios para projetos, agentes e grupos de arte e cultura/ dança** conforme as categorias descritas no **anexo I** deste edital.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.
2.3. Valor da premiação
Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no **Anexo I** deste Edital.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O valor total deste edital é de **R$ 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos reais).**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade	02.015 Secretaria Municipal de Cultura
Função	13 - Cultura
Sub-função	392 - Difusão Cultural
Atividade/projeto	2170 Apoio À Cultura - Lei Aldir Blanc
Elemento	3.3.90.31 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas E Outras
Valor	R$ 41.900,00
Fonte de recurso	17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

2.4. Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 09/06/2025 até 23:59 do dia 13/06/2025.
2.5. Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com contribuição artística ou cultural no Município de SÃO BENTO DO NORTE/RN há pelo **menos 1(UM**) ano, para tanto o agente precisa criar um cadastro na plataforma, no seguinte endereço: **saobentodonorte.seletar.com.br** e anexar a documentação necessária, respeitando as fases deste edital.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I- Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);

II- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
III- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, cooperativa, etc);
IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

2.6. Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
IV - O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no **item 2.6.**
V- Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
VI- A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo **01 (um) projeto/categoria**,e poderá ser contemplado com no máximo**1(uma)**premiação.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● **Seleção/ Habilitação –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● **Assinatura do Termo de Premiação Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

• INSCRIÇÕES

4.1. Como se inscrever

As inscrições são gratuitas e realizadas **exclusivamente** através da Plataforma, no seguinte endereço: **saobentodonorte.seletar.com.br,** conforme cronograma no **ITEM 9** deste edital. O agente cultural deverá preencher e enviar, a seguinte documentação:
a) Formulário de inscrição;
b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de SÃO BENTO DO NORTE/RN, de quaisquer naturezas, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
c) Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.
O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2025 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

5.1. Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) pessoas negras (pretas e pardas);
b) pessoas indígenas;
c) pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no **Anexo I.**
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração no momento da inscrição.

5.2. Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3. Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4. Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

• ETAPA DE SELEÇÃO/ MÉRITO CULTURAL

6.1. Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão os profissionais da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA** juntamente com o **Comitê de Ação Cultural – CAC**.
6.2. Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
I – tiverem interesse direto na matéria;
II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
6.3. Análise das candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de SÃO BENTO DO NORTE/RN, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no **Anexo II.**
Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
6.4. Recursos na etapa de Seleção/ Mérito Cultural
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte-FEMURN e na Plataforma de mapeamento no seguinte endereço eletrônico: **saobentodonorte.seletar.com.br.**
Contra a decisão da fase de seleção/ mérito cultural, caberá recurso destinado ao Comitê de Ação Cultural.
Os recursos deverão ser feitos através da plataforma, no endereço: **saobentodonorte.seletar.com.br** no **prazo de 17/06/2025 até às 11:00 horas do dia 18/06/2025**. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do RN -FEMURN e na plataforma, no seguinte endereço: **saobentodonorte.seletar.com.br.**

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos candidatos com maior pontuação geral, ou maior pontuação na categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

8.1. Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O agente cultural responsável pelo projeto deverá encaminhar os documentos que constam no **Anexo VII**, através da plataforma no seguinte endereço eletrônico: **saobentodonorte.seletar.com.br** entre os **dias 09/06/2025 e 13/06/2025,** conforme consta no cronograma no **ITEM 9.**
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.
8.2. Recursos da etapa de Habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à **Secretaria Municipal de Cultura**, que deve ser apresentado de forma eletrônica por meio do endereço:**saobentodonorte.seletar.com.br** no prazo de **17/06/2025 até às 11: 00 horas do dia 18/06/2025.**Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte -FEMURN** e na plataforma de mapeamento no seguinte endereço**: saobentodonorte.seletar.com.br.**
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• DO CRONOGRAMA

9.1 A presente Seleção Pública se orienta no seguinte cronograma:

ETAPAS DO PROJETO	DATAS
Publicação do Edital	06/06/2025
Período de Inscrição	09/06/2025 a 13/06/2025
Avaliação das Propostas/ Mérito Cultural e Habilitacional	13/06/2025 a 16/06/2025
Resultado Parcial	17/06/2025
Recebimento dos Recursos	17/06/2025 até às 11h do dia 18/06/2025
Divulgação do Resultado Final	19/06/2025
Assinatura do Recibo de Premiação Cultural	A partir de 20/06/2025

• ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação e divulgado o seu resultado pós- recurso, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme **Anexo IV** deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteno **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte -FEMURN**, bem como na Plataforma, no seguinte endereço eletrônico: **saobentodonorte.seletar.com.br.**

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no**Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte -FEMURN** e acompanhar as informações divulgadas na Plataforma de mapeamento no seguinte endereço: **saobentodonorte.seletar.com.br.**

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

11.2. Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas através S**ede da Secretaria Municipal de Cultura**, no expediente normal de segunda-feira a sexta-feira, assim como por meio da plataforma, no endereço eletrônico: **saobentodonorte.seletar.com.br.**

Os casos omissos ficarão a cargo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**

11.3. Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade **até 120 dias** após a publicação do resultado final.

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:14E94CB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 01/2025 – PROCESSO N° 201501501-2

A Prefeitura Municipal de São Miguel, por seu representante abaixo assinado, no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 201501501-2, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 01/2025, que institui a Concorrência em epígrafe, resolve adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**Ampliação da Unidade Escolar - Creche Municipal Joana Gonçalves da Silva Holanda**
Quantidade:	**1 Serviço(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 222.793,38**
Valor Total:	**R$ 222.793,38**
Participante Vencedor:	**BOBO CONSTRUCOES E SERVIÇOS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**35.341.731/0001-85**
Cidade UF:	**São Miguel - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 222.793,38**

São Miguel - RN, 4 de Junho de 2025
Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Autoridade Competente

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:83B1998C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 01/2025 – PROCESSO N° 201501501-2

A Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de São Miguel, Sr. Leandro Michel do Rego Lima, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)), após exame e deliberação do processo administrativo N° 201501501-2, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 01/2025, que institui a Concorrência em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**Ampliação da Unidade Escolar - Creche Municipal Joana Gonçalves da Silva Holanda**
Quantidade:	**1 Serviço(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 222.793,38**
Valor Total:	**R$ 222.793,38**
Participante Vencedor:	**BOBO CONSTRUCOES E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	**Participante 4**

Documento do Licitante:	**35.341.731/0001-85**
Cidade UF:	**São Miguel - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 222.793,38**

São Miguel - RN, 4 de Junho de 2025

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Autoridade Competente

Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:AF88B904

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 03 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **GOLDMED IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 28.215.470/0001-91**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **GOLDMED IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**		
CNPJ: **28.215.470/0001-91**	Telefone: **(31) 25310619**	Email: licitacao@goldmedimport.com.br
Endereço: **AVENIDA BARÃO HOMEM DE MELO, 4444 BLOCO II, SALA 601, ESTORIL, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 30.494-270**		
Representante: **TERESINHA DE FÁTIMA PÓVOA** - CPF: **455.327.616-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
67	0007474 - CURATIVO AQUACEL AG. EXTRA 15CMX15CM	Pharmaplast / Pharmaplast	Unidade	400,000000	105,020	42.008,00
72	0002458 - CURATIVO EM FORMA DE PLACA DE CARVÃO ATIVADO, IMPREGNADO POR IONS DE PRATA ENVOLTO POR UMA CAMADA DE NÃO TECIDO. TAMANHO 10X10	Pharmaplast / Pharmaplast	Unidade	500,000000	23,940	11.970,00
75	0007481 - CURATIVO EM FORMA DE PLACA, HIDROFIBRA COM PRATA (AG) ABSORVENTE COMPOSTO POR FIBRAS DE CARBOXIMETIL CELULOSE SÓDICA E PRATA. TAMANHO 15X15	Pharmaplast / Pharmaplast	Unidade	500,000000	79,990	39.995,00
76	0007482 - CURATIVO EM FORMA DE PLACA, HIDROFIBRA SEM PRATA ABSORVENTE COMPOSTO POR FIBRAS DE CARBOXIMETIL CELULOSE SÓDICA TAMANHO 15X15	Pharmaplast / Pharmaplast	Unidade	500,000000	40,220	20.110,00
77	0007483 - CURATIVO FILME BRANCO ROLO 10X10 METROS	Pharmaplast / Pharmaplast	Unidade	100,000000	37,040	3.704,00
T O T A L ..... R$ 117.787,00						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 03 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Goldmed Importação De Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ: 28.215.470/0001-91
TERESINHA DE FATIMA PÓVOA
CPF: 455.327.616-04
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:3285226C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 03 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **J. B. COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no **CNPJ: 54.825.858/0001-14**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **J. B. COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**		
CNPJ: **54.825.858/0001-14**	Telefone: (**84) 4141-1087**	Email: compras@atriomed-rn.com
Endereço: **RUA MONTE SINAI, 1900 LOJA 03, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP: 59078-360**		
Representante: **JOÃO BERNARD SILVA BELEM** - CPF: **017.312.224-83**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
62	0007470 - CREME BARRIER ATHIVIE DERMOPROTETOR RESTAURADOR 100GR FRAGRÂNCIA NEUTRO	HELIANTO	Unidade	100,000000	75,500	7.550,00
T O T A L ..... R$ 7.550,00						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 03 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

J. B. Comercio De Produtos Para Saude LTDA
CNPJ: 54.825.858/0001-14
JOÃO BERNARD SILVA BELEM
CPF: 017.312.221-83
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:594D8529

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 04 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no **CNPJ: 18.274.923/0001-05**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**		
CNPJ: **18.274.923/0001-05**	Telefone: **5435232014**	Email: mastersul@mastersul.com
Endereço: **RUA FLORESTA, 380 ACESSO ERECHIM, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE/RS, CEP: 99.740-000**		
Representante: **CLEITON CESAR LONGO** - CPF: **006.225.880-01**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
162	0007504 - MACACAO C/ CAPUZ CONTRA BACTERIA IMPERVEAVEL DE SEGURANCA EM TECIDO POLIPROPILENO NÃO TECIDO (TNT) LAMINADO DE QUALIDADE, RESISTENTE A LIQUIDO QUIMICO, PUNHOS E TORNOZELOS COM ELASTICO PARA MELHOR PROTECAO DAS EXTREMIDADES.	KALIPSO	Unidade	600,000000	18,430	11.058,00
T O T A L ……..…….. R$ 11.058,00						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 04 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Mastersul Equipamentos De Segurança LTDA
CNPJ: 18.274.923/0001-05
CLEITON CESAR LONGO
CPF: 006.225.880-01
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:CAEBE6D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 04 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **MEDICAL CARE LTDA**, inscrita no **CNPJ: 08.975.531/0001-01**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **MEDICAL CARE LTDA**		
CNPJ: **08.975.531/0001-01**	Telefone: **84999185679**	Email:
Endereço: **AV MONTE SINAI, 1900 loja 01, CAPIM MACIO, Natal/RN, CEP: 59078-360**		
Representante: **ADRIANA DE FÁTIMA DO VALE SILVA** - CPF: **302.755.042-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
68	0007475 - CURATIVO BIATAIN ESPUMA COM PRATA NÃO ADESIVO – 10CMX10CM / 4IN X 4IN QUADRADO	SMITH & NEPHEW	Unidade	100,000000	79,990	7.999,00
73	0007479 - CURATIVO EM FORMA DE PLACA ESPUMA DE POLIURETANO. HIDROFÍLICA DE RÁPIDA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE FLUÍDOS; COMPOSTA POR CAMADA INFERIOR EM SILICONE MACIO; CAMADA SUPERIOR/EXTERNA FILME DE POLIURETANO, BAIXA FRICÇÃO E IMPERMEÁVEL.	SMITH & NEPHEW	Unidade	500,000000	34,700	17.350,00
175	0007513 - MEPILEX BORDER PÓS-OPERATÓRIO 09 X 10 CM: CURATIVO PÓS-OPERATÓRIO DE ESPUMA MULTICAMADAS COM BORDAS COM MICROADERÊNCIA SELETIVA, PERMITE INSPEÇÃO E REPOSICIONAMENTO ATRAUMÁTICO, FORMADO POR CAMADA 100% DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO, E CAMADA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL À ÁGUA, BACTÉRIAS E PERMEABILIDADE GASOSA, COM CAPACIDADE DE MANEJO DE FLUIDOS MAIOR OU IGUAL A 20,9 G/10CM2/24H, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, MEDINDO 09 X 10 CM.	SMITH & NEPHEW	Unidade	100,000000	41,000	4.100,00
176	0007514 - MEPILEX BORDER PÓS-OPERATÓRIO 10X20 CM: CURATIVO PÓS-OPERATÓRIO DE ESPUMA MULTICAMADAS COM BORDAS COM MICROADERÊNCIA SELETIVA, PERMITE INSPEÇÃO E REPOSICIONAMENTO ATRAUMÁTICO, FORMADO POR CAMADA 100% DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO, E CAMADA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL À ÁGUA, BACTÉRIAS E PERMEABILIDADE GASOSA, COM CAPACIDADE DE MANEJO DE FLUIDOS MAIOR OU IGUAL A 20,9 G/10CM2/24H, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, MEDINDO 10 X 20 CM.	SMITH & NEPHEW	Unidade	100,000000	50,000	5.000,00
T O T A L ..... R$ 34.449,00						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 04 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Medical Care LTDA
CNPJ: 08.975.531/0001-01
ADRIANA DE FÁTIMA DO VALE SILVA
CPF: 302.755.042-04
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:2FAC4EB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 04 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 27.029.083/0001-06**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**		
CNPJ: **27.029.083/0001-06**	Telefone: **TELEFONE**	Email: **odontomasterrn@gmail.com**
Endereço: **AV. JOÃO XXIII, 72 - COHABINAL, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59.140-690**		
Representante: **MILENA PINHEIRO FERREIRA** - CPF: **090.462.344-01**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
21	0007457 - AMBU ADULTO	FOYOMED	Unidade	10,000000	201,500	2.015,00
22	0007458 - AMBU PEDIATRICO	FOYOMED	Unidade	10,000000	201,500	2.015,00
29	0007459 - BALANCA DIGITAL DE VIDRO – CAPACIDADE DE PESAGEM DE ATE 150KG - PLATAFORMA DE 6MM DE VIDRO TEMPERADO E SEU VISOR DE LCD, ALÉM DAS FUNÇÕES DE AUTO DESLIGAMENTO E CONFIRMAÇÃO DE PESAGEM AUTOMÁTICA, POSSUI INDICADOR DE BATERIA FRACA. O MODELO FUNCIONA COM 1 BATERIA DE 3V CR 2032 QUE ACOMPANHA O PRODUTO.	TECHLINE	Unidade	30,000000	64,350	1.930,50
45	0000298 - CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% DERMO SUAVE 1000L	RIOQUIMICA	Litro	250,000000	7,540	1.885,00
55	0002450 - COLETOR UNIVERSAL 50ML C/ 100 UNIDS	CRAL PLAST	Pacote	100,000000	29,260	2.926,00
63	0007471 - CUBA ESTOJO - CAIXA RETANGULAR COM TAMPA PERFURADA – FABRICADA EM ACO INOXIDAVEL TAMANHO 20X10X3CM	ACONOX	Unidade	15,000000	81,900	1.228,50
64	0007472 - CUBA ESTOJO - CAIXA RETANGULAR COM TAMPA PERFURADA – FABRICADA EM ACO INOXIDAVEL TAMANHO 18X8X3CM	ACONOX	Unidade	15,000000	53,300	799,50
65	0007473 - CUBA RIM DE INOX. PRODUZIDO EM ACO INOXIDAVEL CAPACIDADE DE 700ML	ACONOX	Unidade	15,000000	59,800	897,00
126	0007500 - FRASCO PARA NUTRICAO ENTERAL 300ML -	BIOBASE	Unidade	800,000000	1,240	992,00
139	0000351 - LAMINA PARA BISTURI 11 AÇO INOX CX. C/ 100UND	MEDIX LTDA	Caixa	50,000000	29,440	1.472,00
169	0007510 - MASCARA PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	SOLIDOR	Unidade	100,000000	11,050	1.105,00
197	0002523 - PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICANTE CAIXA C/ 144 UNIDADES	MADEITEX	Caixa	20,000000	63,900	1.278,00
203	0000397 - SACO HOSPITALAR BRANCO 100 LITROS	FIBRA IND	Unidade	10000,000000	0,300	3.000,00

204	0000396 - SACO HOSPITALAR BRANCO 50 LITROS	FIBRA IND	Unidade	8000,000000	0,200	1.600,00
205	0000398 - SCALP Nº 19G CAIXA C/ 100 UNIDADES	SOLIDOR	Caixa	70,000000	24,150	1.690,50
208	0000401 - SCALP Nº 25G CAIXA C/ 100 UNIDADES	OLIMED	Caixa	60,000000	24,200	1.452,00
212	0000404 - SERINGA DESCARTAVEL 20ML COM AGULHA 25 X 7MM	SALDANHA RODRIG	Unidade	18000,000000	0,410	7.380,00
217	0007531 - SOLUCAO DE PHMB 350 ML COMPOSICAO: 0,1% DE POLIHEXANIDA (PHMB), 0,1% DE BETAINA E 99,8% DE AGUA PURIFICADA	CASEX LTDA	FRASCO	300,000000	59,890	17.967,00
258	0005344 - TERMOMETRO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO – TESTA	TECHLINE	Unidade	10,000000	59,870	598,70
T O T A L ..... R$ 52.231,70						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 04 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Odontomaster Comercio De Produtos Para Saude Eireli
CNPJ: 27.029.083/0001-06
MILENA PINHEIRO FERREIRA
CPF: 090.462.344-01
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:9E986DD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 04 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **VITAL SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no **CNPJ: 44.611.020/0001-74**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **VITAL SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **44.611.020/0001-74**	Telefone: **(87) 99632-7707**	Email:
Endereço: **R LUIZ DE QUEIROZ LEITE, S/N , SOBREIRA, AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, CEP: 56.800-000**		
Representante: **CLEYTON DE FREITAS MORENO** - CPF: **322.621.548-56**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
117	0005317 - FORMOL TAMPONADO A 10% - FRASCO COM 1000ML	PROC9	Litro	24,000000	29,990	719,76
274	0007545 - VASELINA LIQUIDA 1000ML	VIC PHARMA	Unidade	50,000000	51,040	2.552,00
T O T A L ..... R$ 3.271,76						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 04 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Vital Saude Distribuidora LTDA
CNPJ: 44.611.020/0001-74
CLEYTON DE FREITAS MORENO
CPF: 322.621.548-56
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:8001CDE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11039171-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Aos 04 de junho de 2025, o Município de SÃO TOMÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, SÃO TOMÉ/RN – CEP: 59.400-000, através de seu Prefeito o **Sr. JOSINALDO AMARO DE LIMA**, inscrito no **CPF nº 736.949.404-72**, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ: 44.554.219/0001-08**, como **DETENTORA DA ARP** nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 141/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025, RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **44.554.219/0001-08**	Telefone: **54999747485**	Email: worldlicita61@gmail.com
Endereço: **R RUA JOAO FLORENCIO, 889 ANEXO A, PARAIBA, CAICÓ/RN, CEP: 59.300-000**		
Representante: **ANA PAULA DE SALES BEZERRA** - CPF: **021.970.504-60**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
16	0005293 - ALGODÃO HIDROFILO PACOTE 500 GR	NEVOA RN	Pacote	400,000000	12,400	4.960,00
25	0002436 - ATADURA DE CREPOM 15CM X 1,2M – 13 FIOS	ORTOFEM	Pacote	600,000000	6,580	3.948,00
28	0002439 - AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA – 40 GRAMATURA – PACOTE 10 UND.	BELIFE	Pacote	2500,000000	19,450	48.625,00
30	0000285 - BOLSA COLETORA PARA URINA SISTEMA FECHADO 2LT	LABOR IMPORT	Unidade	1000,000000	3,300	3.300,00
34	0000288 - CAMPO OPERATÓRIO 45X50CM C/ FIO 35GR C/ 50 UNID.	ULTRA TEXTIL	Pacote	50,000000	53,760	2.688,00
39	0000292 - CATGUT SIMPLES 2.0 AGULHADO CX. C/ 24UND	SHALON SUTURAS	Caixa	60,000000	79,990	4.799,40
40	0000293 - CATGUT SIMPLES 3.0 AGULHADO CX. C/ 24UND	SHALON SUTURAS	Caixa	30,000000	79,990	2.399,70
42	0007462 - CLAMP UMBILICAL DESCARTAVEL	SR	Unidade	100,000000	0,490	49,00
44	0000297 - CLOREXIDINA 2% A 4% DEGERMANTE C/ DISPENSE 1000L	VIC PHARMA	Litro	250,000000	20,700	5.175,00
48	0002445 - COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 07 LTS	DESCARBOX	Unidade	2000,000000	4,050	8.100,00
49	0007464 - COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LTS	DESCARBOX	Unidade	2000,000000	5,850	11.700,00
58	0000304 - COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CM 11 FIOS ESTERIL PCT C/ 10 UND.	AMED	Pacote	6000,000000	0,540	3.240,00
83	0002463 - ELETRODO DESCARTAVEL PARA ECG PACOTE C/50UNID	MEDIX	Pacote	20,000000	10,800	216,00
88	0000312 - EQUIPO MICROGOTAS FLEX C/ INJET. E AR LATERAL	LABOR IMPORT	Unidade	1000,000000	1,760	1.760,00
92	0000314 - ESCOVA CIRURGICA A BASE DE CLOREXIDINA A 2%	VIC PHARMA	Unidade	100,000000	3,000	300,00
93	0000313 - ESCOVA CIRURGICA A BASE DE PVPI	VIC PHARMA	Unidade	100,000000	3,000	300,00
98	0000316 - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5MT	CRAL	Unidade	700,000000	9,000	6.300,00
100	0000318 - ESPARADRAPO MICROPORE 10CM X 10MT	CRAL	Unidade	300,000000	8,950	2.685,00
107	0007497 - ESTETOSCOPIO ADULTO	SOLIDOR	Unidade	60,000000	16,590	995,40
119	0000330 - FRALDA GERIATRICA GG PACOTE C/ 07 UNIDADES	MEGAFRAL	Pacote	120,000000	10,800	1.296,00
121	0000327 - FRALDA GERIATRICA P PACOTE C/ 08 UNIDADES	MEGAFRAL	Pacote	120,000000	10,800	1.296,00
128	0000341 - GAZE HIDROFILA TIPO QUEIJO 91 CM X 91 M 11 FIOS C/ 5 DOBRAS E 8 CAMADAS	KASMED	Rolo	3000,000000	17,500	52.500,00
129	0002491 - GEL PARA ULTRASON E FISIOTERAPIA GALAO 5LTS	FORTSAN	Galão	40,000000	27,650	1.106,00
130	0000343 - GELCO N 14	SOLIDOR	Unidade	1000,000000	0,800	800,00
135	0007501 - GELCO N 24	TKL	Unidade	1000,000000	0,820	820,00
154	0002504 - LUVA CIRURGICA ESTÉRIL N.6,5	MEDIX	Par	700,000000	1,280	896,00
158	0000370 - LUVA PARA PROCEDIMENTO TAM G CAIXA C/ 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	700,000000	20,980	14.686,00
159	0000371 - LUVA PARA PROCEDIMENTO TAM M CAIXA C/ 100 UNIDADES	KEVENOLL	Caixa	1200,000000	20,400	24.480,00
160	0002507 - LUVA PARA PROCEDIMENTO TAM P CAIXA C/ 100 UNIDADES	KEVENOLL	Caixa	1000,000000	20,400	20.400,00
161	0005323 - LUVA PARA PROCEDIMENTO TAM PP CAIXA C/ 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	400,000000	21,100	8.440,00
171	0000380 - MEDIDOR DE GLISEMIA ON CALL PLUS	MEDLEVENSOHN	Unidade	100,000000	54,500	5.450,00
182	0000385 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO TUBULAR 120 X 100MT	AMED	Rolo	120,000000	51,450	6.174,00
185	0000388 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO TUBULAR 200 X 100MT	HOSPFLEX	Rolo	100,000000	89,990	8.999,00
196	0000393 - POVIDINE DEGERMANTE 1.000ML	VIC PHARMA	Litro	100,000000	49,700	4.970,00
210	0007528 - SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25 X 7MM	ABL	Unidade	16000,000000	0,310	4.960,00
211	0007529 - SERINGA DESCARTÁVEL 1ML C/AG 13 X 4,5	SR	Unidade	70000,000000	0,180	12.600,00
215	0000407 - SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA 25 X 7MM	SR	Unidade	18000,000000	0,190	3.420,00
216	0007530 - SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA 25 X 7MM	SR	Unidade	15000,000000	0,200	3.000,00
260	0002572 - TIRA DE TESTE PARA GLICOSIMETRO – ON CALL PLUS CX. C/ 50UND.	MEDLEVENSOHN	Caixa	1800,000000	23,700	42.660,00
T O T A L ..... R$ 330.493,50						

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SÃO TOMÉ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM ou IPCA acumulado do período, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 03/2025 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 141/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São Tomé/RN, com exclusão de qualquer outro.

SÃO TOMÉ/RN, 04 de junho de 2025.

Município De São Tomé/RN
C.N.P.J. Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

World Comercio De Medicamentos E Material Hospitalar LTDA
CNPJ: 44.554.219/0001-08
ANA PAULA DE SALES BEZERRA
CPF: 021.970.504-60
Representante

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:C8D60268

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 364, DE 30 DE MAIO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 364, DE 30 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 30 de maio de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2056 Manutenção das Atividades Desportivas				**10.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**10.000,00**
	2051 Manutenção das Ações do Setor de Cultura				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2052 Promoção e Eventos Culturais				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A36279E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 365, DE 05 DE MAIO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 180.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 365, DE 05 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 180.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de maio de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**180.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**180.000,00**
	2027 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				**180.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	180.000,00
Anexo II (Redução)					**180.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**180.000,00**
	2027 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				**42.809,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	23.209,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	13.200,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15401070	0001	6.400,00
	2046 Manutenção do FUNDEB 70%-EJA				**137.191,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	137.191,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A0634133

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 366, DE 02 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 366, DE 02 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 02 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**

07 .001 Secretaria Munic. de Obras e Instalação					**1.000,00**
	2083 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
07 .001 Secretaria Munic. de Obras e Instalação					**1.000,00**
	2083 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:73D2F5E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO ESPECIAL N°09 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 9 DE 15 de maio de 2025.

Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 485 de 15 de maio de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, Parágrafo único da Lei Municipal nº 485/2025, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 15 de maio de 2025

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**128.000,00**
05 .001 Sec.Munic.de Educação e Cultura					**128.000,00**
	2102 Manutenção de ações voltadas ao Transporte Escolar gratuito				**128.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	128.000,00
Anexo II (Redução)					**128.000,00**
05 .001 Sec.Munic.de Educação e Cultura					**128.000,00**
	2014 Manut. das Açoes do Ensino Fundamental - Fundeb 30%				**128.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	128.000,00

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:89BBFCFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025.

OBJETO: **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA/PROJETO DE VENDA DE FORNECEDORES INDIVIDUAIS, referente a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**.
DATA ABERTURA: 05 de Junho de 2025, às 10:00 (dez horas).
LOCAL: Rua Santo Antônio, n° 144 – Centro, Senador Georgino Avelino/RN.
Aos **05 (cinco) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e Cinco**, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Santo Antônio, 144, Centro – Senador Georgino Avelino/RN, realizou-se a sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços/projeto de Venda e as documentações de habilitações, apresentados em razão do processo administrativo n° 140501/2025 na modalidade **Chamada Publica nº 001/2025**, **cujo objeto trata da sessão de realização da Chamada Pública nas habilitações dos fornecedores individuais abaixo mencionados de agricultores familiares** para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender a demanda de 2025 dos alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino, mediante fornecimento parcelado.

FORNECEDORE(S) PARTICIPANTE(S)
Fornecedor/Representante
Razão Social/Nome/Identidade/CNPJ/CPF Nome / Identidade / Emissor
RAIMUNDO JOAQUIM DOS SANTOS RG: 003.980.504 ITEP/RN. CPF/MF: 067.794.694-59.
JOELMA DO NASCIMENTO TRAJANO, RG: 003.032.837, SSP/RN, CPF/MF: 139.157.664-02

Às 10:00 iniciou a abertura do envelope contendo as documentações, e da análise verificou-se que os Fornecedores Individual cumpriu as exigências editalícias e sanaram as pendencias da sessão anterior, portanto ficaram habilitados e seguiram para a fase de abertura dos projetos de vendas/propostas de preços que são esses a seguir: RAIMUNDO JOAQUIM DOS SANTOS e JOELMA DO NASCIMENTO TRAJANO.

Com os Fornecedores Individuais devidamente Habilitados, procedeu-se a abertura dos envelopes de propostas/projetos de vendas e lançadas as suas mercadorias com os seus respectivos valores conforme tabela abaixo:

	FORNECEDORA INDIVIDUAL: RAIMUNDO JOAQUIM DOS SANTOS				
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**QUANT.**	**UND**	**VALOR UNIT. MÉDIO**	**VALOR TOTAL MÉDIO**
19	**Carne Bovina de 1ª** – Carne bovina de 1° qualidade, de abate recente, congelada, não apresentar ossos, cartilagens, contendo identificação do produto, prazo de validade e S.I.E ou S.I.M	1.100	Kg	R$ 35,76	R$ 39.336,00
	Valor total da Contratação: R$ 39.336,00 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais).				

	FORNECEDORA INDIVIDUAL: JOELMA DO NASCIMENTO TRAJANO				
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**QUANT.**	**UND**	**VALOR UNIT. MÉDIO**	**VALOR TOTAL MÉDIO**
01	**Acerola** - Tamanho médio a grande, sem amassados e partes apodrecidas, apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas, larvas e intacto.	100	Kg	R$ 6,43	R$ 643,00
02	**ABÓBORA / Jerimum** - Apresentando grau de maturação tal que permita/suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	500	Kg	R$ 5,09	R$ 2.545,00
03	**Banana Prata** - inteiras, integra, madura e sem machucados, de boa qualidade, tamanho médio e em estado fitossanitário.	900	Kg	R$ 5,71	R$ 5.139,00
04	**Batata Doce**- deverão estar frescas, sem folhas, sãs e inteiras, no ponto de maturação adequado para consumo. Deverão ter o tamanho de médio. Isentas de danos ou lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem a sua aparência e utilização. Estar isentas de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície. Estar isentas de umidade externa anormal e de resíduos de defensivos agrícolas e/ou outras substâncias tóxicas. Sacos contendo o peso solicitado.	900	Kg	R$ 4,25	R$ 3.825,00
05	**Coco seco** - Tamanho médio a grande, sem amassados e partes apodrecidas, apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas, larvas e intacto	133	Kg.	R$ 7,43	R$ 988,19
06	**Coentro** - Maço de tamanho médio, fresco, folhas de coloração verde escura, sem folhas amarelas e apodrecidas.	67	Kg	R$ 15,96	R$ 1.069,32
07	**Cebolinha** - Maço de tamanho médio, fresco, folhas de coloração verde escura, sem folhas amarelas e apodrecidas.	54	Kg	R$ 11,58	R$ 625,32
08	**Chuchu** - apresentando grau de maturação tal que permita/suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	200	Kg	R$ 4,69	R$ 938,00
09	Cenoura - apresentando grau de maturação tal que permita/suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	300	Kg	R$ 7,66	R$ 2.298,00
10	**Cebola** - apresentando grau de maturação tal que permita/suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	400	Kg	R$ 9,16	R$ 3.664,00
11	**Laranja Comum** - Tamanho médio a grande, lisa e brilhante. Sem amassados e partes apodrecidas, levemente ácida. Grau de amadurecimento apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, com polpa firme e intacta.	600	Kg	R$ 4,27	R$ 2.562,00
12	**Maracujá** - Tamanho médio a grande, sem partes apodrecidas, apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, com polpa firme e intacta.	100	Kg	R$ 7,69	R$ 769,00
13	**Melancia** - Tamanho grande, lisa e brilhante. Sem amassados e partes apodrecidas, Grau de amadurecimento apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, com polpa firme e intacta.	400	Kg	R$ 3,15	R$ 1.260,00
14	**Mamão Tipo Havaí** – Grau médio de maturação, frutos de tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que permita/suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	200	Kg	R$ 3,96	R$ 792,00
15	**Melão** – Tamanho médio a grande, sem amassados e partes apodrecidas, levemente ácida. Grau de amadurecimento apropriado para consumo. De primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, com polpa firme e intacta.	200	Kg	R$ 4,00	R$ 800,00
16	**Ovo Caipira** - ovo de galinha, tamanho médio. Entrega em bandeja com 30 unidades, com invólucro em PVC atóxico. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.	500	Bandeja Com 30 und.	R$ 19,55	R$ 9.775,00
17	**Pimentão** - Tamanho pequeno a médio, coloração esverdeada a mesclada de esverdeado com vermelho, sem partes apodrecidas, Grau de amadurecimento apropriado para consumo.	26	Kg	R$ 7,95	R$ 206,70
18	**Tomate - in natura**, vermelho, tamanho médio a grande, de primeira, sem manchas, com coloração uniforme e brilho, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	300	Kg	R$ 6,78	R$ 2.034,00
	Valor total da Contratação: R$ 39.933,53 (Trinta e Nove Mil, Novicentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Três Centavos).				

Sendo assim os Fornecedores Individual: RAIMUNDO JOAQUIM DOS SANTOS – Item: 19 (totalizando o valor de R$ 39.336,00 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais), e JOELMA DO NASCIMENTO TRAJANO, Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 ; foram declarados vencedores nos seus respectivos itens acima mencionados. Feito isso o Presidente da comissão decidiu remeter o processo para a Comissão Julgadora composta por 03 (três) membros para elaboração do Relatório/Resultado, para emissão de Parecer. Tendo sido, então, concedida a palavra ao participante do certame para manifestação da intenção de recurso, e os mesmos não se manifestaram. Então o Resultado será publicado em Imprensa Oficial. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Presidente e membros da comissão de compras e o Fornecedor Individual aqui presentes. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a reunião.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Presidente da CPL/PMSGA

MARIA DO CARMO LINS DA SILVA
Membro da CPL/PMSGA

MARIA SILVANA FERREIRA COSME
Membro da CPL/PMSGA

RAIMUNDO JOAQUIM DOS SANTOS
Fornecedor Individual

JOELMA DO NASCIMENTO TRAJANO
Fornecedor Individual

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:49BFC226

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS DE SERRA DO MEL – RN EDITAL Nº 001/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS DE SERRA DO MEL – RN
EDITAL Nº 001/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Serra do Mel/RN, Hudson Kênio de Moura Azevedo por meio da Lei **Nº 1102, DE 30 DE ABRIL DE 2025**: "Autoriza a realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, visando contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária[…] da Secretaria Municipal de Educação e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal **Nº 907, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021**, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, torna público o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS. Para a realização deste processo o Excelentíssimo Senhor Prefeito através da **PORTARIA DIVERSA Nº 018, DE 02 DE JUNHO DE 2025**, INSTITUI A COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO **Nº 001/2025**, determinando no Art. 1º – a formação de uma comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado para a Administração Pública Municipal, constituída de 05 (cinco) membros, sendo estes responsáveis em conduzir **JUNTAMENTE COM A EMPRESA RESPONSÁVEL**, o presente certame, nos moldes da legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O prazo de validade da Seleção Pública Simplificada será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período contado da data da homologação;
O processo seletivo ocorrerá em **01 (UMA) FASE**, constituída de **ANÁLISE DE CURRÍCULO/TÍTULOS,** de caráter eliminatório e classificatório, seguindo os critérios de desempate estabelecidos no item 7.2;
A pontuação dos candidatos será procedida de acordo com os termos estabelecidos nos quadros no item 7.1;
Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, dirigida à Comissão do Processo Seletivo Público Simplificado no endereço especificado no item 5.1.1, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do extrato do Edital na Imprensa Oficial;
A Comissão do Processo Seletivo Público Simplificado, deverá apreciar as eventuais impugnações apresentadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais retificações, atualizações ou acréscimos enquanto não for consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em avisos a serem publicados na Imprensa Oficial.

DOS ANEXOS
Os seguintes Anexos são partes integrantes deste Edital:
Anexo I – Declaração de Disponibilidade;
Anexo II – Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos;
Anexo III – Formulário de Inscrição;
Anexo IV – Modelo de Currículo;
Anexo V – Formulário de Recurso;
Anexo VI – Cronograma;
Anexo VII – Quadro contendo as funções, cargas horárias, remunerações, lotação, escolaridade/requisito, quantidade de vagas (cadastro reserva).

DAS FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO, LOTAÇÃO E VAGAS.
Os códigos, funções, a carga horária, a remuneração, a lotação, escolaridade/requisito, o número de vagas para ampla concorrência, o número de vagas para pessoas com deficiência e o número total de vagas estão estabelecidos no ANEXO VII;
Os (as) candidatos (as) selecionados e convocados pela Administração Municipal deverão possuir disponibilidade de horário para desenvolver suas atividades profissionais nos locais definidos pela Unidade Administrativa, podendo as respectivas lotações ser alteradas no decorrer da prestação dos serviços para qualquer localidade no âmbito territorial do Município de Serra do Mel/RN, inclusive na zona rural, de acordo com a necessidade do Poder Executivo;
As atribuições que serão desempenhadas pelos futuros contratados serão as mesmas previstas em lei para os servidores efetivos paradigmas ou correlatos;

DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS (AS) DEFICIENTES
As pessoas com deficiência poderão participar da Seleção Pública regulamentada por este Edital, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições da especialidade para a qual concorrem, observadas as regras estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015) e pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989;
O candidato que se declarar deficiente concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos;
No ato da inscrição, o candidato deverá declarar a condição de deficiente e indicar se pretende concorrer nessa condição especial.
As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por candidatos em tais condições serão revertidas aos demais candidatos habilitados na ampla concorrência, observada a ordem de classificação final;
O candidato com deficiência que concorre à reserva de vagas deverá entregar no ato da inscrição, **OBRIGATORIAMENTE**, laudo médico (via original ou cópia autenticada em cartório) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data prevista para o término das inscrições,

atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a assinatura do médico e o carimbo com o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
O candidato que não declarar, no ato da inscrição, sua condição de deficiência não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

DAS INSCRIÇÕES
As inscrições deverão ser realizadas PESSOALMENTE, conforme procedimentos a seguir:
LOCAL: ESPAÇO CULTURAL ALDIR BLANC, AVENIDA GRACILIANO FERREIRA DOS SANTOS, 550, CEP: 59663-000, Serra do Mel/RN;
VALOR DA INSCRIÇÃO: Valor: R$ 100,00 (cem reais) para nível superior que deverão ser pagos **PREFERENCIALMENTE EM ESPÉCIE** e ou via PIX **NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2025**;
HORÁRIO: Das 8h às 12 horas e das 14h às 17h;
DOCUMENTOS: Os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição os documentos abaixo listados;
Formulário de Inscrição (Anexo III) devidamente preenchido e **assinado** pelo candidato, anexado do comprovante de depósito identificado da tarifa de inscrição;
Cópias do RG e CPF (ou CNH);
Cópia do Comprovante de Endereço (recibo de energia, água ou telefone–ano de 2025);
Currículo (Modelo–Anexo IV);
Cópia do Comprovante de Escolaridade/Requisito (diploma, certificado, declaração ou histórico Escolar e carteira de identidade profissional, se for o caso) expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC e conselho profissional pertinente, exigido para função pretendida, **devidamente autenticados em cartório**;
Cópias dos títulos associados à área profissional que concorre;
Cópia do Título de Eleitor, acompanhado do comprovante de votação na última eleição, justificativa eleitoral ou certidão de quitação eleitoral;
Declaração de Disponibilidade (Anexo I);
Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e Seus Anexos (Anexo II);
Laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que ateste a deficiência do candidato, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data prevista para o término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a assinatura do médico e o carimbo com o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), para os que pretendem concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência;
Todos os documentos, com exceção do Formulário de Inscrição e comprovante do depósito identificado da tarifa de inscrição, deverão ser entregues em **envelope lacrado** que deve conter, de forma legível, o nome completo do candidato, o número do CPF, a função que pleiteia e o código;
Não serão aceitas inscrições: via postal, via fax, via correio eletrônico ou ainda fora do prazo;
No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar um documento de identificação original com foto;
A falta, rasura ou ilegibilidade de algum documento exigido para a inscrição resultará na eliminação do candidato, pois não serão aceitas complementações ou substituições de documentos;
O candidato poderá se inscrever somente para uma função (no caso de duplicidade, o candidato será eliminado).
DA SELEÇÃO
A seleção dos (as) candidatos (as) ocorrerá em **01 (UMA) FASE**, constituída de **ANÁLISE DE CURRÍCULO/TÍTULOS,** de caráter eliminatório e classificatório;
O candidato deverá realizar a entrega das documentações exigidas no item 5.1.5 deste edital, de acordo com a ordem de chegada;
Não haverá alteração do dia previsto, exceto se por motivos devidamente justificados pela Comissão;
Será eliminado do certame o candidato que não comparecer com o Comprovante de Pagamento (Depósito Bancário e/ou PIX) e os documentos exigidos no item 5.1.5.

DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
A classificação dos candidatos obedecerá à apuração dos seus pontos obtidos na análise dos currículos/títulos e obedecidas às regras abaixo elencadas:

ANÁLISECURRICULAR/TÍTULOS(1ªFASE)			
TÍTULOS	**CRITÉRIOS DEPONTUAÇÃO**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**	**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO**
Experiência profissional na função para a qual concorre.	A cada 01 (um) ano, conta-se 5 pontos.	25 pontos	**Órgão Público:** Certidão ou declaração original (ou cópia autenticada em cartório) contendo o tempo líquido de serviço (em anos e/ou meses completos), datado e assinado pelo representante legal (ou servidor competente), expedida nos últimos 90 (noventa) dias. **Iniciativa Privada:** Cópia autenticada em cartório das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com foto, a qualificação (dados pessoais) e as anotações de todos os contratos de trabalho que contenham os dados do empregado e empregador, bem como de todas as anotações gerais, pertinente a função para qual concorre. (Obs1. Documentação de comprovação de experiência profissional que não contenha o tempo de serviço não será pontuada). (Obs2.O período remanescente (em meses) inferior a 6 (seis) meses não será pontuado).
Curso de aperfeiçoamento de no mínimo 30 (trinta) horas na área para a qual concorre.	A cada curso, conta-se 05 pontos.	25 pontos	Certificado/Diploma (cópia autenticada em cartório) ou declaração original que especifique o curso de aperfeiçoamento, com a respectiva grade curricular, se houver; (Obs¹. As cargas horárias serão pontuadas para cada certificado ou declaração, não haverá o somatório de cargas horárias de certificados/declarações diferentes); (Obs².Não será pontuado o curso de aperfeiçoamento que não contenha a carga horária ou que seja requisito para a função que concorre). (Obs3. Os cursos de aperfeiçoamento deveram estar atualizados nos últimos 5 (cinco) anos)}.
Curso de pós-graduação *lato sensu* Na área de conhecimento para a Qual concorre, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	A cada curso, conta-se 10 pontos.	20 pontos	Diploma (cópia autenticada em cartório) ou declaração original de conclusão da instituição onde cursou a pós-graduação. (Obs: Não será pontuado o curso que seja requisito da função para a qual concorre).
Mestrado na área de conhecimento para a qual concorre.	A cada curso, conta-se 15 pontos.	15 pontos	Diploma (cópia autenticada em cartório) ou declaração original de conclusão da instituição onde cursou a pós-graduação. (Obs: Não será pontuado o curso que seja requisito da função para a qual concorre).
Doutorado na área de conhecimento para a qual concorre.	A cada curso, conta-se 15 pontos.	15 pontos	Diploma (cópia autenticada em cartório) ou declaração original de conclusão da instituição onde cursou a pós-graduação. (Obs: Não será pontuado o curso que seja requisito da função para a qual concorre).
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA		**100 pontos**	

A classificação final será realizada obedecendo à pontuação, de maneira decrescente, o número de vagas ofertadas e, ainda, os critérios de desempate, nesta ordem:
Idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
Maior pontuação de experiência profissional;
A idade maior, considerando-se ano, mês e dia;
Caso persista o empate a vaga será decidida mediante sorteio.
Os candidatos aprovados, porém, fora do número de vagas, comporão o cadastro reserva;
Poderá ocorrer seleção apenas para cadastro reserva;
Para efeito de contagem de experiência profissional serão somados os tempos de serviços comprovados nos documentos apresentados.
Cada documento será considerado uma única veze para uma única situação.
Não serão considerados como experiência profissional atividades desenvolvidas pelo candidato:
Quando estudante;
Sob a forma de estágio, residência ou equivalente;
Como monitoria estudantil;
Decorrentes de bolsa de estudo.

DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO

Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:
Não apresentar a documentação prevista pelo item 5.1.5 deste edital;
Não comparecer no dia e no horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
Não obtiver pontuação igual ou superior a 30 (trinta) pontos;
Não possuir a escolaridade/requisito para a função pleiteada;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendido portando qualquer tipo de arma.

DA CONVOCAÇÃO, DA CONTRATAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA – ORIGINAIS E FOTOCÓPIAS

A convocação para contratação obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos e será efetuada conforme a necessidade da Administração Pública durante o prazo de validade do presente certame.
O candidato aprovado na Seleção Pública Simplificada de que trata este Edital será contratado se atendidas as seguintes exigências:
Ter sido aprovado na seleção, na forma estabelecida neste Edital;
Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses;
Gozar dos direitos políticos;
Estar quite com as obrigações eleitorais;
Apresentar os requisitos exigidos para a função para a qual concorre;
Ter idade mínima de 18 anos à época da contratação (exceto para o cargo de motorista de transporte escolar que exige idade superior a 21 anos à época da contratação);
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovadas por laudo médico expedido por profissional competente (Médico do Trabalho e/ou Clínico Geral), devendo constar no documento o número de registro no respectivo conselho de classe;
não estar suspenso do exercício profissional, nem cumprindo qualquer outra penalidade disciplinar aplicada pelo órgão de fiscalização da profissão, em nível federal ou estadual;
apresentar certidão dos foros criminais, em nível estadual e federal, no âmbito de competência jurisdicional dos estados onde residiu nos últimos 02(dois)anos, expedida, no máximo, há seis meses;
não possuir vínculo com a administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo os casos de acumulação lícita de cargos;
ter disponibilidade para desempenhar a carga horária estabelecida no ANEXO VII deste Edital;
As contratações se darão por regime jurídico administrativo, com base na Lei Orgânica do Município e com base nos termos da Lei Municipal **Nº LEI Nº 907, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021** do Município de Serra do Mel/RN, por um período de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, desde que os períodos correspondentes à contratação originária e as prorrogações, somados, não excedam o prazo de 02 (dois)anos.
O contrato firmado extinguir-se-á sem direito a indenizações:
- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado, desde que haja a comunicação formal com antecedência de 30 (trinta) dias; III - por iniciativa do contratante, nos casos:
de prática de infração disciplinar, apurada em sindicância, em que sejam assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
de conveniência da Administração, devidamente justificada;
do contratado assumir cargo ou emprego incompatível com as funções do contrato;
em que o recomendar o interesse público.
IV - quando da homologação do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos.
O candidato, ao ser convocado, deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento as cópias e/ou originais dos seguintes documentos:
Identidade(original);
CPF (original-caso não conste da identidade);
Fotografia 3x4;
Comprovante de residência atualizado(cópia);
Comprovante de quitação eleitoral;
PIS/PASEP/NIT;
Certidão de Nascimento/Casamento (cópia);
Certidão de Nascimento de filhos menores, se houver (cópia);
Diploma, Certificado, Declaração ou Atestado escolar exigida para o exercício da função (original);
Registro profissional no conselho competente, se for o caso (original);
Dados da conta bancária, preferencialmente da Caixa Económica Federal;
Laudo médico de sanidade física e mental emitido por médico do trabalho (cópia acompanhada do original);
Certidão de Antecedentes Criminais (Estadual e Federal) emitidos, no máximo, há 06 (seis) meses da data da convocação;

DOS RECURSOS

O Candidato poderá interpor recursos (Anexo V), em face dos resultados prévios da Análise Curricular/Títulos desde que sejam apresentados pessoalmente à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, na sede da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, no endereço especificado no item 5.1.1, das 8h às 12h, no prazo de 01 (um) dia útil subsequente à data da publicação do resultado preliminar no Portal do Município de Serra do Mel/RN (https://serradomel.rn.gov.br/#) e no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/).
Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via correio eletrônico ou ainda fora do prazo.
Os recursos apresentados a Comissão dentro do prazo e endereço estipulado no item **10.1**, serão analisados pela **EMPRESA RESPONSÁVEL** pela realização do certame.
Recursos cujo teor desrespeite a Comissão serão preliminarmente indeferidos, bem como aqueles que não apresentem arrazoado devidamente fundamentado.
Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso, sendo a decisão final da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, soberana e irrecorrível.
O resultado do recurso será divulgado no portal da prefeitura (https://serradomel.rn.gov.br/#) e no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/);

DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O resultado final da seleção será divulgado no Portal do Município de Serra do Mel/RN (https://serradomel.rn.gov.br/#), no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/), como também na Sede da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN;
É exclusivamente de responsabilidade do (a) candidato (a), acompanhar as publicações referentes a esta Seleção Pública Simplificada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A inscrição do candidato (a) implica na aceitação das normas para esta Seleção Pública Simplificada contida neste edital, nos comunicados e em outros instrumentos a serem publicados, as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
A convocação dos aprovados e classificados obedecerá às normas legais pertinentes, à ordem de classificação, ao prazo de validade da Seleção Pública Simplificada e às regras deste Edital.
Os candidatos selecionados serão contratados por tempo determinado, por um período inicial de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.
O(A) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada à Seleção Pública Simplificada e que não atender, no prazo estipulado, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído do processo de seleção.
É de inteira responsabilidade do candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a esta Seleção Pública Simplificada pelos meios de comunicação.
É proibida a contratação de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, Estados ou Municípios, bem como de suas subsidiárias ou controladas, salvo nos casos previstos no inciso XVI, letras “a”, “b” e “c”, do art. 37 da Constituição Federal.
Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação ou de notas, valendo para tal fim, a publicação de homologação do resultado final do certame no Portal do Município de Serra do Mel/RN (https://serradomel.rn.gov.br/#) e no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/).
Não poderá se inscrever no processo seletivo simplificado o candidato que tenha sido aposentado por invalidez.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão condutora do presente certame.

Serra do Mel/RN, 05 de Junho de 2025.

Valéria Kellen de Souza Silva Galvão
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ANGELA BRUNA LIMA BARRETO
Secretária da Comissão

ANTÔNIA MARÍLIA DE FREITAS MACEDO
Membro

ENEY MOURA PEREIRA
Membro

REJANE ALMEIDA MARQUES
Membro

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À
Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025

Eu,..... , inscrito(a) no CPF/MF nº
..... residente e domiciliado (a) .....
nº ....., Bairro: ....., Cidade: ....., contato: (.....) ....., e-mail: .....,
DECLARO que possuo Disponibilidade de horário para dedicar-me à função de ....., Código nº .....

Local e data

(Assinatura do candidato completo sem abreviações)

ANEXO II
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

À
Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025

Eu,....., inscrito (a) no CPF nº..... ,

através da presente, DECLARO para os devidos fins, que tenho pleno conhecimento do Edital e seus Anexos. E por ser verdade, assino a presente declaração sob as penas da lei.

Local e data

(Assinatura do candidato completo sem abreviações)

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

***Nº DE INSCRIÇÃO:**									
Nome:									
Data de Nascimento:			Idade:			Gênero:[ ]M		[ ]F	
Endereço–Logradouro:									
Bairro:			Cidade:			CEP:			
Carteira de Identidade/RG:			Órgão Emissor/UF			CPF:			
Contato-Telefone Fixo:			Contato-Celular:			E-mail:			
Escolaridade:[ ]Superior	[	]Médio	[	]Fundamental completo	[	] Fundamental incompleto			
Pessoa com Deficiência? [ ]Sim			Função Pleiteada: Código:						
[ ]Não			[ ]Vaga para pessoa com deficiência						
			[ ]Vaga para ampla concorrência						
Local e data			**(Assinatura do candidato sem abreviações)**						

.....
Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN
Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2025
PROTOCOLO
***Nº DE INSCRIÇÃO:**
Nome:
Função Pleiteada e Código:
Assinatura do Membro da Comissão:

**Usodacomissão*

ANEXO IV
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

MODELO DE CURRÍCULO

[Nome Completo]
Brasileiro, [Estado Civil], [Idade]anos
[Endereço – Rua/Av. + Numero + Complemento] [Bairro]–[Cidade]–[Estado]
Telefone: [Telefone com DDD] / E-mail: [E-mail]

OBJETIVO
[Função pretendida e código]

FORMAÇÃO
.
.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
[Período]–Empresa
Cargo:
Principais atividades:
[Período]–Empresa
Cargo:
Principais atividades:

QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

[Descrição] ([Local], conclusão em [Ano de Conclusão do Curso ou Atividade]).
[Descrição] ([Local], conclusão em [Ano de Conclusão do Curso ou Atividade]).
[Descrição] ([Local], conclusão em [Ano de Conclusão do Curso ou Atividade]).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
[Descrição Informação Adicional]
[Descrição Informação Adicional]

DOCUMENTAÇÃO ANEXADA
[Descrição Documentação Anexada]
[Descrição Documentação Anexada]

ANEXO V
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

RECURSO EM FACE DO RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE CURRICULAR/TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

À
Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025 - SME

Eu, , CPF nº , candidato(a) inscrito(a) no Processo Seletivo Simplificado para a função de , Código , inscrição nº , nos termos do item 10 do Edital nº 001/2025 - SME, venho solicitar revisão da [ ] análise curricular/títulos (1ª fase) e/ou [ ] entrevista (2ª fase), conforme os argumentos e fundamentos a seguir delineados:

Local e Data

(Assinatura do candidato completo sem abreviações)

ANEXO VI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA PROVÁVEL
Publicação do Edital	05 de Junho de 2025
Pagamento da taxa em Espécie ou via PIX no ato de Recebimento dos documentos comprobatórios	13 de Junho de 2025
Publicação dos resultados preliminares da 1ª e única fase	17 de Junho de 2025
Período de recursos em face dos resultados preliminares da 1ª e única fase	18 de Junho de 2025
Resultado dos recursos	20 de Junho de 2025
Resultado Definitivo e Ato de Homologação	23 de Junho de 2025

ANEXO VII
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2025

Lotação: Vagas Processo Seletivo: Secretaria Municipal de Educação

CÓDIGOS	CARGOS	REQUISITOS	Nº DE VAGAS*	Nº DE VAGAS CADASTRO RESERVA*	Nº DE VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
SE001	Professor Pedagogo Fundamental I	Ensino Superior Completo em Pedagogia	01	20	01	30H	R$ 3.381,42
SE002	Professor Pedagogo Ensino Infantil e Creche	Ensino Superior Completo em Pedagogia	06	15	01	30H	R$ 3.381,42
TOTAL DE VAGAS			**07**	**35**	**02**		

*** Número de vagas + preenchimento de Cadastro de Reserva.**

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:41C9945D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02011.000029/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025**.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 **-CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CREDENCIADO: PAULO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, (Parcélio e Paulinho e Banda), Pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 52.679.7492/0001-97, com sede na Rua Orlando Alvez Gondim 287, nº 74 – Boqueirão – Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS PARA POSSÍVEIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES, COM VISTAS A REALIZAREM APRESENTAÇÕES PÚBLICAS, DE MANEIRA PRESENCIAL, DURANTE OS EVENTOS E PROJETOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.002	GABINETE DO PREFEITO
AÇÃO:	2004	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.004	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO:	2011	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.005	SECRETARIA AGROP/MEIO AMB. ABAST. R. HIDRICOS
AÇÃO:	2024	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.006	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO:	2048	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	12	EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.009	SECRETARIA DE OBRAS, HABITACAO E SERV. URBANOS
AÇÃO:	2090	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.010	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AÇÃO:	2095	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	27	DESPORTO E LAZER
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0126	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.011	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
AÇÃO:	2050	APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOCIO CULTURAIS, ESPORTIVOS, RELIGIOSOS E TURISTICOS
FUNÇÃO:	23	COMERCIO E SERVIÇOS
SUB-FUNÇÃO:	695	TURISMO
PROGRAMA:	0103	Infra-estrutura Social
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.011	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
AÇÃO:	2107	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	03.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO:	2118	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB-FUNÇÃO:	301	ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36 3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	1500000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	03.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO:	2152	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB-FUNÇÃO:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA:	0113	Promoção, Prevenção e Vigilância a Saúde
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36 3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	1076	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO
PROGRAMA:	0103	Infra-estrutura Social
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36 3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	2075	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36 3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	2163	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EXTRA PORTARIA 751/2022
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA:	0120	Atendimento a População Carente
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36 3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

VALOR GLOBAL: de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 04/06/2025 e encerramento em 31/12/2025 nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 05 de junho de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

PAULO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:8B718F41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **F F CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**		
CNPJ: **28.910.694/0001-13**	Telefone: **(84) 99889-1537**	Email: **fabiofrancomoraisdeoliveira@gmail.com**
Endereço: **RUAV DAS TULIPAS NÚMERO , 1606 , jardins, são gonçalo do amarante/RN, CEP: 59115-270**		
Representante: **FABIO FRANCO MORAIS DE OLIVEIRA** - CPF: **070.007.094-05**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
50	0029152 - BOLA DE FUTEVÔLEI: Calibragem ideal: 3,0 a 3,5 libras; Bola oficial de Futevôlei aprovada pela FIFA - Federação Internacional de Futebol; Possuir 32 painéis; Tamanho 5; Composta de couro sintético de alta densidade; Construção Soft Built Nylon Wound; Laminada com uma tecnologia diferenciada; Indicada para Competição de Futevôlei, Futmesa e Altinha.	PENALTY	UND	150,000000	149,930	22.489,50

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço

vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os
serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a

classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam

manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou

inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito,

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FABIO FRANCO MORAIS DE OLIVEIRA
F F Consultoria Empresarial LTDA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:528E7898

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 19/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA**		
CNPJ: **46.027.640/0001-96**	Telefone: **84-99890-5825**	Email: **znortecomercioeservicos@gmail.com**
Endereço: **RUA SANTOS , 122 , CENTRO PARQUE CLUB, EXTREMOZ/RN, CEP: 59575-000**		
Representante: **WAGNER AZEVEDO SILVA** - CPF: **104.897.214-35**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0029132 - ANTENA DE VÔLEI: O par contendo duas antenas é um equipamento para as partidas de voleibol no espaço de cruzamento no jogo. A antena profissional para rede de vôlei é um bastão/vara flexível com 1,80m de comprimento e aproximadamente 10mm, fabricado com fibra de vidro. Pintura em esmalte sintético.	pangue	Par	100,000000	59,970	5.997,00
2	0029137 - BASTÃO DE REVEZAMENTO PARA ATLETISMO Bastão De Revezamento Para Atletismo Kit 8 Unid Dimensões: 30 cm de comprimento x 3 cm de diâmetro feito em PVC Rígido Anti-chama Produto de Alta qualidade e resistência	pangue	UND	50,000000	118,000	5.900,00
3	0029138 - BICO PARA BOMBA DE ENCHER BOLA: Confeccionada em metal, tipo agulha, rosqueável.	bmx	UND	100,000000	1,490	149,00
4	0029158 - Marcação Vôlei de Praia Pro Corda Oficial: 4 fixadores de ferro galvanizados. Composição: Polietileno Nylon. Dimensões: 8 m x 16 m; Tamanho oficial ideal para Vôlei de Praia. Confeccionada em matéria-prima virgem de alta densidade. Conta com tratamento ultravioleta que evita a degradação dos polímeros ocasionada por intempéries; Linha: Profissional. Espessura: 8 mm. Material: Polietileno (PE) nylon. Contém: corda 48 metros e 4 fixadores de ferro galvanizado (anti ferrugem).	pangue	UND	50,000000	69,990	3.499,50
7	0029162 - KIMONO PARA KARATÊ TIPO 2. Confeccionado em tecidos 100% algodão (Sarja). Cor Branco Pré encolhido em processo industrial. Blusa sem costura nas costas e nos ombros das mangas. Tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, calça com elástico e cordão. Gola costura alinhada e com enchimento especial. TAMANHO 14 A 16 ANOS.	chiroi	UND	600,000000	147,000	88.200,00
8	0029163 - KIMONO PARA KARATÊ TIPO 2. Confeccionado em tecidos 100% algodão (Sarja). Cor Branco Pré encolhido em processo industrial. Blusa sem costura nas costas e nos ombros das mangas. Tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, calça com elástico e cordão. Gola costura alinhada e com enchimento especial. TAMANHO ADULTO.	chiroi	UND	600,000000	164,000	98.400,00
13	0029169 - PRANCHETA TÁTICA: Contém: 01 Caneta e 23 Imãs, composição: metal com acabamento em plástico; composição caneta: 100% plástico dimensão aproximada (A x L): 36 x 24 cm peso aproximado: cerca de 525g.	bmx	UND	50,000000	77,000	3.850,00
14	0029170 - RAQUETES PARA JOGO DE TÊNIS DE MESA: Kit tênis de mesa com raquete. Composto por 2 raquetes e 3 bolas de fibra de acetato. Cor: madeira, preto e vermelha material composição: madeira, borracha e fibra de acetato conteúdo da embalagem: 1 Kit tênis de mesa com 2 raquetes e 3 bolas.	pangue	UND	100,000000	13,990	1.399,00
15	0029171 - REDE DE FUTEBOL DE CAMPO: Oficial para traves, medidas oficiais, confeccionada em Polietileno (nylon) de alta densidade, fio 5,0mm, malha 16x16. Medida	pangue	Par	100,000000	308,000	30.800,00

	padrão: 7,55m x 2,44m, modelo tradicional.					
16	0029172 - REDE DE FUTEBOL DE SALÃO/HANDEBOL: com medidas oficiais, confeccionada em polietileno (nylon), resistência a raio UV com fio de 5,0 mm de espessura, malha de 15x15 cm. Medidas: 3 x 2 x 1 (Largura x Altura x profundidade).	pangue	Par	100,000000	166,000	16.600,00
17	0029173 - REDE DE VÔLEI E FUTEVÔLEI: Com cordas, cabo de aço plastificado. Material polietileno com 4 lonas sintéticas, fio 2,50 mm. Suporte plástico nas pontas superiores que impedem a ação cortante do cabo. Quadro estrutural em corda de nylon 6mm. Medidas 10 m x 1 m. Malha 10x10, resistente a raios.	pangue	UND	100,000000	96,000	9.600,00
20	0029133 - APITO DE MESA: Apito utilizado por mesários em geral. Indicado para o uso profissional ou amador. Decibéis: 105 Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	rockete	UND	50,000000	14,000	700,00
23	0029136 - BAMBOLÊ: Aro de plástico, desmontável, aproximadamente 64 cm de diâmetro, de várias cores	bmx	UND	100,000000	3,890	389,00
33	0029200 - LUVAS DE GOLEIRO ADULTA, FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL DE SALÃO, FUTEBOL DE AREIA E FUTEBOL SOCIETY, tamanho do 8 ao 12.	arte perfeita	UND	100,000000	39,990	3.999,00
34	0029166 - Painel poliesportivo completo com 8 dígitos de 2,5"/6,35cm e 2 dígitos de 2"/5,08cm, possui cronômetro, marcação de pontos de 0 a 99 e de 0 a 9 para set ou falta de cada time; Especificações: • Visor: 8 dígitos de 2,5"/6,35cm e 2 dígitos de 2"/5,08cm com total de 278 LEDs SMD; • Dimensões: 42 x 25 x 4 cm; • Peso: 800 g; • Visualização: Até 25 metros; • Consumo: 12W (fonte 110V/220V automático); • Acessórios wireless tem alcance de até 30m em locais fechados livre de barreiras e até 80m ao ar livre; • Instalação: Por suspensão; • Manual: Português. • Funções: Cronômetro, relógio (hora, data e temperatura) placar com pontos e set/falta; • Garantia: 12 meses;	bmx	UND	50,000000	699,990	34.999,50
35	0029175 - TATAME DE EVA: Kit COM 10 TAPE MEDIDA TAPETE: 1mx1m 30mm de espessura. Cor a definir.	pangue	Kit	120,000000	464,000	55.680,00

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser
alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

WAGNER AZEVEDO SILVA
Z Norte Comercio E Servico LTDA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:84D540EC

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **JOZILMA MARIA DE CARVALHO - EPP**		
CNPJ: **04.805.345/0001-73**	Telefone: **(84) 3272-3429**	Email: **dodysport@ymail.com**
Endereço: **R EDGAR DANTAS, 350 , SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59141-150**		
Representante: **JOZILMA MARIA DE CARAVALHO** - CPF: **791.603.954-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
28	0029177 - CAMISAS ESPORTIVA: Camisetas confeccionadas em tecido esportivo 100% poliéster gramatura entre 110 e 140g (dryfit) em transfersublimático e degrade gola madri com o brasão do município do lado esquerdo, todas as imagens em (transfersublimático) em várias cores tamanhos do P ao GG.	Marca própria	UND	100,000000	20,740	2.074,00
29	0029178 - Camiseta tipo regata, 100% poliéster (Tipo Dry Fit). IMPRESSÃO: por sublimação Silk Screen, em até 02 locais	Marca própria	UND	100,000000	15,700	1.570,00
	(frente, costas), ARTE: tamanho da impressão até 30x30cm, tamanho do P ao GG, cor a definir.					

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.
3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e
4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e
os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a

possibilidade de o licitante oferecer ou não
proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.2.1

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.

6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no
aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

JOZILMA MARIA DE CARAVALHO
Jozilma Maria De Carvalho - EPP
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:80BEA061

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **DANDARA SPORT LTDA ME**		
CNPJ: **51.543.641/0001-23**	Telefone:	Email: **dandarah.katarine@gmail.com**
Endereço: **AV BRIGADEIRO EVERALDO BREVES, 135 CENTRO, CENTRO, PARNAMIRIM/RN, CEP: 05914-020**		
Representante: **Dandarah Katarine Rodrigues de Luna Freire** - CPF: **091.229.434-55**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)

9	0029164 - KIT COLCHONETES: Com 05 unidades Produzido em espuma D33, 100% forrado em Napa e com tratamento antiácaro e antialérgico Enchimento Polipropileno Medida 90 x 42 x 2 cm Revestimento Napa.	scalibu	Kit	150,000000	79,900	11.985,00
10	0029165 - KIT/BOLSA PARA MASSAGISTA: Bolsa para massagista com bolsos internos e externos contendo um isopor e uma garrafa, medidas mínimas	SCALIBU	UND	50,000000	118,800	5.940,00

	de aproximadamente:35x25x15cm, podendo ser nas cores azul ou preto.					
11	0029167 - MESA DE TÊNIS: Espessura 15mm Composição Madeira 5mm MDP Dimensões do Produto Montado: 2,74 x 1,52 x 0,76 (Comprimento x largura x altura).	SCALIBU	UND	50,000000	698,000	34.900,00
18	0029174 - SACO PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO: em SEDA, alta resistência, com forração interna em tecido sintético, com alças em trançadas, fechamento superior em zíper de poliéster. Medida aproximada: 85 cm de altura X 48 cm de comprimento X 28cm de largura nas laterais. Com impressão da logomarca - conforme solicitado, (medida aproximada: 20 cm x 27 cm). O arquivo com o logomarca do programa será disponibilizado pelo contratante.	GISMAREDES	UND	30,000000	75,980	2.279,40
19	0029193 - GARRAFA TÉRMICA TIPO BOTIJÃO: com capacidade de 12 litros, com torneira, alça embutida para facilitar o transporte. Ideal para conservar líquidos quentes e frios por mais tempo.	SCALIBU	UND	50,000000	115,000	5.750,00
51	0029153 - BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 10, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 e 200 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	KAGIVA	UND	100,000000	12,000	1.200,00
52	0029182 - Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 80 mm de diâmetro e centro Personalizado, com 35 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha com de fita de cetim, Cor: A definir com 2,5 cm de largura. DOURADA= 500 – PRATA=5 00 e BRONZE= 500	SMTROFEUS	UND	1000,000000	5,990	5.990,00
53	0029183 - Medalha em acrílico transparente 70x70mm e centro personalizado com arte proposta pela secretaria municipal de Esportes. Espessura de 2 mm. Suporte para fita com 3,0 cm de largura. A medalha com fita de cetim, Cor: A definir, com 3,0 cm de largura.	MEDASUL	UND	1000,000000	3,000	3.000,00
54	0029184 - 1° Lugar – Troféu em acrílico 80 cm de altura, 35 cm de largura, 10 mm de espessura cor acrílico cristal, detalhes em acrílico espelhado, sobre base retangular de 32 cm de comprimento e 20 cm de largura e 16 mm de altura, com personalização estampada a ser definida pela secretaria de Esportes.	SM TR	UND	1000,000000	137,800	137.800,00
55	0029185 - 2° Lugar – Troféu com 70 cm de altura, 25 cm de largura, 10 mm de espessura cor acrílico cristal, detalhes em acrílico espelhado, sobre base retangular de 32 cm de comprimento e 20 cm de largura e 16 mm de altura, com personalização estampada a ser definida pelo Secretaria de Esportes.	SMTROFEUS	UND	1050,000000	130,000	136.500,00
56	0029186 - 3° Lugar – Troféu em acrílico 50 cm de altura, 25 cm de largura, 8 mm de espessura cor acrílico cristal, detalhes em acrílico espelhado, sobre	SMTROFEUS	UND	100,000000	49,000	4.900,00

	base retangular de 32 cm de comprimento e 20 cm de largura e 16 mm de altura, com personalização estampada a ser definida pela secretaria de Esportes.					
57	0029187 - Troféu em acrílico 30 cm de altura, 20 cm de largura, 6 mm de espessura, base de 8 mm e altura, 30 de comprimento 15 de largura, detalhes em acrílico espelhado, com formato do troféu a definir, com personalização estampada a ser definido pela secretaria de Esportes. Cor a Definir.	SMTROFEUS	UND	100,000000	69,400	6.940,00
58	0029188 - Troféus base de MDF em formato quadrado medindo 25x25cm, na cor preto liso envernizado, contra base superior em formato quadrado com as laterais abauladas com 15cm de altura, canoplas douradas com cinco colunas douradas frisadas, base superior em formato redondo contendo um cone de metal, taça de metal douradas com uma estatueta acima. Moldura espelhada contendo a gravação e logotipos. Altura 50cm.	VITORIA	UND	100,000000	75,000	7.500,00
59	0029189 - 1° Lugar - Troféu com altura de 145 cm, base octogonal com 26, 5 cm de largura, em polímero na cor preta, um estágios com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (DEUSA DA VITÓRIA) Fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira. 2° Lugar – Troféu com 133 cm de altura. 3° Lugar – Troféu com 124 cm de altura.	VITORIA	Conjunto	100,000000	399,990	39.999,00
60	0029190 - 1º Lugar - Troféu com altura de 32 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Cone metalizado com frisos na cor dourada. Taça aberta metalizada na cor dourada com 15 cm de largura. Plaqueta em latão para gravação. 2º Lugar – Troféu com 28 cm de altura 3º Lugar – Troféu com 23 cm de altura	VITORIA	Conjunto	100,000000	60,000	6.000,00
63	0029194 - CHUTEIRA CAMPO ADULTA SIMILIAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho do 34 ao 42 para campo de futebol gramado.	UMBRO	UND	150,000000	53,000	7.950,00
64	0029195 - CHUTEIRA SOCIETY ADULTA SIMILAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho do 34 ao 42 para campo de futebol gramado.	PENALTY	UND	150,000000	51,000	7.650,00
65	0029196 - CHUTEIRA DE FUTEBOL SALÃO ADULTO SIMILAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho 34 ao 42 para salão.	PENALTY	UND	150,000000	53,000	7.950,00
66	0029197 - CHUTEIRA CAMPO INFANTIL SIMILIAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho 34 ao 42 para campo de futebol gramado.	PENALTY	UND	150,000000	51,000	7.650,00
67	0029198 - CHUTEIRA SOCIETY INFANTIL SIMILIAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho 34 ao 42 para campo de futebol gramado.	PENALTY	UND	150,000000	52,000	7.800,00
68	0029199 - CHUTEIRA DE FUTEBOL SALÃO INFANTIL SIMILIAR PENALTY, UMBRO OU ADIDAS: tamanho 34 ao 42 para salão.	PENALTY	UND	150,000000	53,000	7.950,00

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES
4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS
4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e

poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.
5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. DO CADASTRO RESERVA
6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.2.1

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam

manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou

inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito,

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

DANDARAH KATARINE RODRIGUES DE LUNA FREIRE
Dandara Sport LTDA ME
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:985F1F7A

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 22/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA**		
CNPJ: **93.577.427/0001-38**	Telefone: **44984014455**	Email: **ssc@passarelafeliz.com.br**
Endereço: **Rua Marechal Deodoro, 570 , Centro, São Sebastião do Caí/RS, CEP: 95760-000**		
Representante: **Moacir Duarte** - CPF: **365.878.007-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0029159 - JOGO DE DAMA: Descrição Tabuleiro: 29cm x 29cm cor preto e branco material plástico características gerais jogo de xadrez com tabuleiro magnético dobrável contém 33 peças.	JUNGES	UND	150,000000	35,990	5.398,50
6	0029161 - JOGO DE XADREZ - Tabuleiro feito em madeira Tamanho do tabuleiro: 29x29 centímetros.; Tamanho da casa: 3x3 centímetros; Espessura do tabuleiro 2,5 centímetros; Peças em madeira com excelente acabamento; Tamanho das peças: Rei: 6,5 cm; Rainha: 5,8 cm; Bispo: 5,0 cm; Cavalo: 4,0 cm; Torre: 3,7 cm; Peão: 3,3 cm.	TOYS	UND	150,000000	56,990	8.548,50
22	0029135 - APITO PARA ÁRBITRO TIPO 1: Apito para os profissionais de esportes, equipes de resgate, barqueiros e de segurança para uso individual, podendo ser utilizado em condições climáticas secas ou molhadas. Podem ser ouvidos por quilômetros com sua performance impecável. Decibéis: 115 Material: Apito Plástico com bico revestido de silicone. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	POKER	UND	50,000000	6,140	307,00
24	0029154 - BOMBA DE ENCHER BOLA: Confeccionada em polipropileno, transparente, dupla ação ideal para encher bolas, acompanhada com mangueira flexível rosqueável e bico (agulha).	PUMP	UND	50,000000	15,990	799,50
25	0029155 - CONE MÉDIO: Medindo aproximadamente 20cm, flexível, material composto de PVC, na cor laranja.	NEDEL	UND	200,000000	3,540	708,00
26	0029157 - CORDA DE PULAR INDIVIDUAL C/ MANOPLAS: Com manoplas de madeira, material sisal com 2m cada uma, e 8mm de espessura.	LIDER	UND	50,000000	8,890	444,50
27	0029160 - JOGO DE DOMINÓ: Jogo de dominó com 28 peças. Ponto colorido para facilitar a identificação do número. Feito em poliéster. Organizado em uma linda lata de alumínio. Tamanho da lata: 19 cm x 11 cm x 2 cm. Tamanho das peças: 4,7 cm x 2,4 cm x 1 cm.	TOYS	UND	100,000000	32,990	3.299,00
30	0029179 - COLETE ESPORTIVO: Confeccionado em tecido 100% poliéster (fio 75/72 texturizado, malha dupla, diâmetro 28, finura 34, solides de cor a fricção de 4 a 5, grau de formação de Pilling até 7.000 ciclos graus 4 a 5), gramatura do tecido: aproximadamente 80 gramas/m2 (mais ou menos 5%). Com elástico lateral recoberto, para ajuste no corpo. Medidas aproximadas: 65cm de altura x 45cm de largura, nas cores: a ser definida. Kit com 16 unidades.	NEDEL	UND	1000,000000	13,980	13.980,00
31	0029180 - UNIFORME DE JOGO PARA FUTEBOL: confeccionado 100% poliéster gramatura entre 110 e 140g (dryfit), em transfer sublimático e degrade gola madri, composto por 20 camisas com pintura em sublimação total, 20 shorts, 02 camisas para goleiro, 02 shorts para goleiro, nos tamanhos (P ao GG adulto), com impressão centralizada, medindo 20 cm, conforme modelo da logomarca do Município, e meiões profissional, 52% poliamida 31% algodão, 11% poliéster 6% elastodieno.	NEDEL	CONJ	1000,000000	192,000	192.000,00
32	0029181 - UNIFORME DE JOGO PARA FUTSAL: confeccionado 100% poliéster gramatura entre 110 e 140g (dryfit), em transfer sublimático e degrade gola madri, composto por 16 camisas com pintura em sublimação total, 16 shorts, 02 camisas para goleiro, 02 shorts para goleiro, nos tamanhos (P ao GG adulto), com impressão centralizada, medindo 20 cm, conforme modelo da logomarca do Município, e meiões profissional, 52% poliamida 31% algodão, 11% poliéster 6% elastodieno.	NEDEL	CONJ	1000,000000	192,000	192.000,00
37	0029139 - BOLA DE BASQUETE INFANTIL: Tamanho mirim, confeccionado em borracha, câmara butil, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 450-500 gramas. Miolo removível, matrizada. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Basquete (CBB), ou pela Federação Internacional de Basquete (FIBA) ou por, no mínimo, 1 Federação de basquete nacional	STORM	UND	100,000000	44,800	4.480,00
38	0029140 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO: Tamanho oficial adulto, confeccionado em PU, costurada, câmara butil, medindo entre 68-70 cm, 410-450 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	STORM	UND	200,000000	57,600	11.520,00
40	0029142 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL NÚMERO 05: Tamanho infantil, confeccionado em PVC e PU, costurada, câmara butil, medindo entre 64-66 cm, 360- 390 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	STORM	UND	200,000000	57,600	11.520,00
41	0029143 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL NÚMERO 04: Tamanho infantil, confeccionado em PVC e PU, costurada, câmara butil, medindo entre 6.2-64cm, 3400-380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	STORM	UND	200,000000	57,600	11.520,00
42	0029144 - BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO - TIPO 1: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC, dupla laminação, costurada, 30 gomos, com câmara butil, medindo entre 61-64cm, pesando entre 410-440 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED) ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente.	NEDEL	UND	200,000000	96,990	19.398,00
43	0029145 - BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PVC, costurado com câmara butil, medindo entre 55 e 59 cm, pesando entre 350 e 380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED), ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente.	NEDEL	UND	200,000000	89,960	17.992,00
44	0029146 - BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO - TIPO 2: Construída em 11 gomos, aprovada pela FIFA. Oferece maior precisão e máxima durabilidade, além de resistência à água. Gênero: Unissex Indicado para: Jogo Tipo: Futsal Tecnologia: FIFA APPROVED Definição da Tecnologia: Bola profissional de futsal aprovada pela FIFA. Composição: Material: PU. Miolo: Slip System - Removível E Lubrificado Câmara: Airbility. Peso do Produto: 410-440 g Circunferência: 62-64 cm Garantia do Fabricante: Contra Defeito de Fabricação,	NEDEL	UND	200,000000	127,990	25.598,00

	Origem: Nacional					
46	0029148 - BOLA DE HANDEBOL INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51 cm, pesando entre 230 e 270 gramas, com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB), ou pela Federação Internacional de Handebol (IHF), ou por, no mínimo, 1 Federação Estadual de Handebol nacional.	NEDEL	UND	100,000000	103,000	10.300,00
47	0029149 - BOLA DE VÔLEI INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PVC, costurado com câmara de butil, medindo entre 60-63 cm, pesando entre 240-270 gramas. Com válvula. Gomos com enchimento interno de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	STORM	UND	100,000000	57,600	5.760,00
48	0029150 - BOLA DE VÔLEI: Tamanho oficial adulto, confeccionado em PVC, costurado com câmara de butil, medindo entre 65-67 cm, pesando entre 260-280 gramas. Gomos com enchimento de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	STORM	UND	100,000000	57,600	5.760,00
49	0029151 - BOLA DE VÔLEI DE AREIA: Matrizada, com 18 gomos, confeccionada com PU, Ultra Fusion; - Alta resistência sem perder a maciez; - Menor absorção de água; - Sem costura; - PVC; - 18 gomos; - Circunferência: 65 - 67 cm; - Peso: 260 - 280g; - Câmara Airbility, atestada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV).	NEDEL	UND	150,000000	114,420	17.163,00

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do

licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MOACIR DUARTE
SSC Solucoes Em Fornecimento De Mercadorias LTDA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:14AE82D0

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **LRG COMERCIO EIRELLI**		
CNPJ: **12.386.373/0001-21**	Telefone: **(83) 3021-5455**	Email: **unisport@unisport.net.br**
Endereço: **Avenida General Osório, 252 , Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58010-780**		
Representante: **ALESSANDER DE ARAUJO GOMES** - CPF: **549.380.234-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
36	0029176 - TATAME DE EVA: Kit COM 10 TAPE MEDIDA TAPETE: 1mx1m 20mm de espessura. Cor a definir.	YUMEI	Kit	120,000000	595,000	71.400,00
39	0029141 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO: Composição: PU laminado e câmara de butil; Peso do Produto: 410 - 450 gr; Costura: Sem Costura Circunferência: 68 - 70 cm; Tecnología: Termotec, Cápsula SIS	DUALT	UND	200,000000	57,000	11.400,00

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.
3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL
4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e
4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES
4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS
4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e

poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado
o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.
5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.1.2.1

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam

manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou

inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito,

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
11. DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

ALESSANDER DE ARAUJO GOMES
LRG Comercio EIRELLI
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:C8835492

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2025

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão Centro Avenida , S/N Centro, CEP 59.178-000, TIBAU DO SUL/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) por seu prefeito VALDENICIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2025 processo administrativo n.º 12/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. DO OBETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE**
TIBAU DO SUL/RN,especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 12/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **VERTENTES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA**		
CNPJ: **52.755.750/0001-77**	Telefone: **44984014455**	Email: **financeirovertentesesportes@gmail.com**
Endereço: **Rua Geraldo Passarini, 274 ., Vila Mendes, Coronel Xavier Chaves/MG, CEP: 36330-000**		
Representante: **Ricardo Tadeu da Silva** - CPF: **011.962.636-55**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0029168 - PLACAR DE MESA: Pode ser utilizado em várias modalidades esportivas, como tênis de mesa, Vôlei, futebol Etc. Confeccionado em PVC rígido, possui sistema articulado para facilitar o transporte. Ideal para qualquer partida especificações: material Pvc rígido, cor: preto, linha table tennis, prático e leve 7 sets 31 pontos, multi esporte, dobrável, dimensões, altura: 15cm, comprimento 1,80 M,	Dalebol	UND	50,000000	95,000	4.750,00

	Obs: tamanho oficial.					
21	0029134 - APITO PARA ARBITRAGEM DE PLÁSTICO COM CORDÃO: Grande, de plástico, com cordão. Tamanho grande.	Dalebol	UND	50,000000	4,500	225,00
45	0029147 - BOLA DE FUTEBOL DA AREIA: Composição em PVC resistente, com as tecnologias ultra fusion e super soft, miolo slip system e câmara airbility com tecnologia sis em sua cápsula, peso do produto entre 420 – 440 g, sem costura, com circunferência entre 69–71 cm, com garantia do fabricante contra defeito de fabricação, de origem nacional.	Dalebol	UND	150,000000	51,000	7.650,00

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para

o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não
poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas,

mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica
para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.

6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados,

nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou
fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;
7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam

manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou

inferior ao preço registrado.
9.5. DA EXECUÇÃO
9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.
10. DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito,

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
11. DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 10 de abril de 2025

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

RICARDO TADEU DA SILVA
Vertentes Materiais Esportivos LTDA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:E4AB19D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 060/2025.

CONTRATO Nº. 054/2025.

EMENTA: TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECARGA DE TONERS E CARTUCHOS DE IMPRESSORAS, COM O OBJETIVO DE GARANTIR A CONTINUIDADE E EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN. CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

- DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, a **Prefeitura Municipal de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, **Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN**; e do outro lado como CONTRATADA, **A T GONDIM DE ALMEIDA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.276.398/0001-32**, com sede na **Rua AV ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE, 481, LOJA 12 BLOCO 1 COND C C A B SUL, BAIRRO CAPIM MACIO, CEP: 59.082-400 NATAL/RN,** neste ato, representada pelo, Sr. **ANA TEREZA GONDIM DE ALMEIDA, portadora do CPF nº. 547.561.034-72**, Residente e domiciliado **na AVENIDA DAS AMERICAS, 2400, CEP 59158150, NATAL/RN**, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:

1.2 - DOS FUNDAMENTOS
A presente contratação encontra-se fundamentada na CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA N°. 060/2025, na forma do art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA DO OBJETO:

2.1 – **DO OBJETO:**
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECARGA DE TONERS E CARTUCHOS DE IMPRESSORAS, COM O OBJETIVO DE GARANTIR A CONTINUIDADE E EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN.

CLAUSULA TERCEIRA DO PRAZO:

3.1 - O prazo de validade do presente contrato é de **30/05/2025 a 30/05/2026**, podendo ser prorrogado na forma da lei conforme Art. 107, inciso II da Lei 14.133/2021, mediante assinatura de termos aditivos, havendo acordo entre as partes.

CLAUSULA - QUARTA DO VALOR TOTAL ESTIMADO:
4.1.O valor total previsto deste contrato é de**R$58.350,00 (Cinquenta e oito mil trezentos e cinquenta reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Recarga de Toner compatível 85ª, com troca de cilindro e manutenção necessária para o perfeito funcionamento do toner	**UND**	170	55,00	9.350,00
02	Recarga de Cartucho compatível TN1060, com troca de cilindro e manutenção necessária para o perfeito funcionamento do toner.	**UND**	450	55,00	24.750,00
03	Recarga de Cartucho compatível TN660, com troca de cilindro e manutenção necessária para o perfeito funcionamento do toner.	**UND**	250	65,00	16.250,00
04	Recarga de Toner compatível 83a, com troca de cilindro e manutenção necessária para o perfeito funcionamento do toner.	**UND**	100	50,00	5.000,00
05	Recarga em cartucho HP 667 Preto	**UND**	50	30,00	1.500,00
06	Recarga em cartucho HP 667 colorido	**UND**	50	30,00	1.500,00

CLAUSULA QUINTA - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

5.1 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Várzea efetuará o pagamento dopreço proposto pela licitante vencedora, seguindo o estabelecido pela resolução 032/2016 do TCE-RN e do Decreto Municipal nº 015/2025 que estabelece a ordem cronológica dos pagamentos em âmbito municipal, conforme segue abaixo.

CAPÍTULO III DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 4º- A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tais como: o contrato, a nota de empenho, a Nota Fiscal ou fatura, o comprovante da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, objetivando apurar:
I - A origem e o objeto do que se deve pagar;
II - A importância exata a pagar;
III - A regularidade fiscal do contratante junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais;
IV - A regularidade trabalhista e previdenciária do contratante decorrentes dos contratos celebrados nos moldes da Lei nº 8.666, de 1993; e
V - A quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Art. 5º- O estabelecimento do procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto ao setor de compras, pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras nas respectivas Unidades Gestoras.

§ 1º- A Nota Fiscal deverá possuir o atesto do Fiscal de Contrato, o qual procederá a conferência das mercadorias entregues no que diz respeito a quantidade, unidade, peso, marca, embalagem, validade e demais especificações constantes na nota fiscal.
§ 2º- Devidamente protocolada a solicitação de cobrança, deverá ser encaminhada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, pelo Setor de Compras ao Setor de gestão orçamentário-financeira para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil do Município.

§ 3º- Após o registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*, o Setor de Gestão Orçamentário-financeira do Município encaminhará a correspondente documentação aos responsáveis pelos atos que compõem a fase da liquidação, a saber:
I - Gestor do contrato – para proceder a conferência da regularidade das condições e especificidade dos bens e/ou serviços prestados pelo fornecedor em conformidade com as condições da contratação e consequente emissão do Termo de Recebimento definitivo do objeto;
II - O Coordenador do Almoxarifado/Patrimônio que deverá proceder os registros dos bens duráveis, quando for o caso, para os quais emitirá guias de tombamento;

§ 4º- Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo em caso de má-fé, o credor terá até 05 (cinco) dias úteis para sanar as pendências. Após este prazo, a obrigação de pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da respectiva ordem cronológica.

§ 5º- No caso de interrupção da ordem cronológica, citada no § 3º, o crédito suspenso será novamente inscrito na ordem cronológica após ter sido corrigido o erro ou falha motivadora da suspensão da exigibilidade.
§ 6º- O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à unidade administrativa contratante.

§ 7º- No caso de inadimplência do contratado junto a ente público, observada durante o procedimento de liquidação, caso o contratado não apresente sua regularidade fiscal dentro do prazo estipulado no § 3º, o valor inadimplido será retido do montante a ser pago ao contratado.

Art. 6º- A tramitação entre o protocolamento e a liquidação regular das despesas deverão ocorrer no prazo máximo de:
I - Até o 30º dia subsequente à apresentação dos documentos para despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo 4º do art. 3º deste decreto; e,
II - Em 45 dias corridos contados da apresentação dos documentos, para os demais casos.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

Art. 7º- As obrigações de pagamentos decorrentes de contratos celebrados com a Administração Pública Municipal terão como marco inicial a apresentação do documento de cobrança (Nota Fiscal ou Fatura), devidamente acompanhada da apresentação dos documentos comprobatórios da manutenção dos requisitos exigidos no contrato.
Parágrafo único. O pagamento de que trata o "caput" deve ocorrer:
I - Até o 5º dia útil subsequente após a liquidação para as despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo quarto do artigo 3º deste decreto;
II - Em 30 dias corridos contados da liquidação, para os demais casos.

Art. 8º- Havendo recursos disponíveis para solver obrigação de natureza contratual e onerosa que esteja na ordem de classificação é vedado o pagamento parcial de crédito.

§ 1º- O pagamento parcial será permitido se houver indisponibilidade financeira para o pagamento integral, hipótese em que o saldo a pagar permanecerá na mesma ordem de classificação.

§ 2º- Poderá ser justificada ainda a não efetivação do pagamento nos prazos previstos no Parágrafo Único, do art. 7º, nos casos em que as datas de quitação coincidirem com o período de substituição de titulares da conta bancaria da fonte pagadora afetada, até que a instituição bancaria libere a movimentação através desses.

§ 3º- O fornecedor que, por razões particulares, não dispor de conta bancaria para recepcionar o pagamento através de transferência eletrônica, prevista na legislação para os casos de quitação com recursos federais, este será automaticamente suspenso da classificação da ordem cronológica até que seja sanada essa condição.
Art. 9º- A quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

§ 1º- As situações previstas nos incisos acima devem ser feitas mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente.

§ 2º- Os atos de que trata o § 1º deste artigo deverão ser publicados na imprensa oficial e disponibilizados nos sites oficiais dos respectivos Poderes e Órgãos.

§ 3º- A publicação do ato declaratório de quebra da ordem cronológica deve ocorrer até o 5º dia útil subsequente a sua assinatura.

§ 4º- No caso de insuficiência de fundos, a data de pagamento poderá ser postergada mantendo-se a ordem cronológica de pagamento dos contratos.

§ 5º- Não se sujeitarão às disposições deste Decreto os pagamentos decorrentes de:
I - Suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com operacionalização pautada em dispositivos da Lei Estadual nº 4.041, de 17 de dezembro de 1971;
II - Remuneração e demais verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória, a exemplo de diárias, ajudas de custo, auxílios, dentre outras;
III - Obrigações tributárias;
IV - Outras despesas que não sejam regidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de1993 ou Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, contratações com concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgotos, telefonia fixa e móvel, Impressa Oficial, Internet e Serviço Postal (Correios) caráter permanente e necessário que atuam de forma administrativa e na execução da despesa pública, pessoas jurídicas inscritas na forma de Micro Empreendedor Individual (MEI); manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias; locação de veículos e imóveis de utilidade indispensável ao funcionamento dos serviços públicos; medicamentos e materiais hospitalares (quando restarem extremamente prejudicados os serviços essenciais de saúde); e serviços de caráter continuado prestados por profissionais da saúde.

CAPÍTULO V DOS RESTOS A PAGAR

Art. 10- Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica de pagamento, deverá ser observado o que se segue:
I - As despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica dos seus correspondentes atestos, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição; e
II - Toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial para observância da ordem cronológica de pagamento a sua efetiva liquidação, o que, nos termos do presente Decreto, corresponderá à data da emissão do seu respectivo atesto.

Art. 11- O disposto no artigo anterior aplicar-se-á aos Restos a Pagar inscritos a partir do exercício financeiro de 20, restando ao Estado e aos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte o dever de estabelecimento de cronograma de pagamento para as suas dívidas contraídas ao longo dos exercícios anteriores, respeitado o prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 12- Os gestores das unidades administrativas designarão, por atos específicos, responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, intitulados Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos, respectivamente.

Art. 13- Compete ao Fiscal de Contratos, verificar:
I - A execução do contrato;
II - A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado; e
III - Acompanhar o recebimento de bens decorrentes de compras.

§ 1º- Com relação ao inciso I, no caso de obras e serviços de engenharia, a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados ficará a cargo do Engenheiro Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de 2025, e ocorrerá na forma do cronograma físico das medições;

Art. 14- Sobre as verificações efetuadas, o Gestor de Contratos emitirá relatório mensal informando:
I - No caso de contratação de mão-de-obra terceirizada, se os salários e vantagens foram pagos corretamente aos empregados e se foram pagos de acordo com a legislação trabalhista;
II - Sobre a manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado, se as obrigações foram efetivamente cumpridas e recolhidas na forma da legislação em vigor; e
III - no caso de prestação de serviço, se os mesmos forem efetivamente executados em quantidade e qualidade especificada e no recebimento de materiais, se as quantidades e valores unitários e totais forem efetivamente recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO:

6.1. O objeto deste processo deverá ser executado em estrita conformidade com a proposta apresentada no que tange, quantidade e preço e conforme **Termo de Referência** do presente Processo de Dispensa nº. 060/2025.
6.2. Os serviços deverão ser prestados, conforme solicitação do Ordenador de Despesa.

CLAUSULA SETIMA– DO REAJUSTE:

7.1 - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.
7.2 - Decorrido o prazo acima estipulado, automaticamente, os preços mensais serão corrigidos monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

7.3 - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:

8.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o estabelecido no art. 124 da Lei Federal N° 14.133/2021, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento).
8.2 - As alterações a que se referem ao item anterior serão consideradas formalizadas mediante 6 § 4º, inciso I do art. 92 da Lei 14.133/2021 aditamento contratual a ser emitido pela CONTRATANTE, após consentimento expresso da autoridade superior competente.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2025.

UNIDADE ADMINISTRATIVA:
02.001- GABINETE DO PREFEITO.
03.001- SECRETARIA MINICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
04.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
05.001- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
06.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.
07.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.
08.001- SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE.
09.001- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
10.001- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
11.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO.
12.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.
13.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS.
14.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REG. FUNDIÁRIA.

PROJETOS ATIVIDADES:

20020 – MANUT. DOS SERVIÇOS DE GABINETE;
20420 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONCELHO TUTELAR;
20070 – MANUT. DA SECRETARIA DE ADIMINISTRAÇÃO;
20080 – MANUT. DA SEC DE FINANÇAS;
20300 – MANUT. DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO – FEM;
20340 – MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA;
20430 – MANUT. DA SECRETARIA MEIO AMBIENTE / URBANISMO;
20460 – MANUT. DA SECRETARIA DE TRASPORTE;
21640 – MANUT. DA SEC, DE TRIBUTAÇÃO;
20200 – MANUT. DA SEC DE CULTURA;
20470 – MANUT. DA SECTRARIA DE OBRAS;
20190 – MANUT. DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS;
20090 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA;
20100 – MANUT. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA;
20170 – MANUT. DA SAÚDE MUNICIPAL – FUS;
22140 – MANUT. DA AT. PRIMARIA – ESF;
21650 – MANUT. DE REC. DO SUS ATENÇÃO PRIMARIA;
20360 – MANUT. DA ASSIST. SOCIAL – FMAS;
21890 – MANUT. DO PSB-CRAS/PBF;
20380 – MANUT. DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
FONTES DE RECURSOS: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS;
15001001 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO;
15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO – DESPESAS COM AÇOÊS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
16000000 – TRASF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUT. DAS AÇOÊS E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE;
16600000 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FNAS.
CLÁUSULA DECIMA - DAS RESPONSABILIDADES

10.1 - DA CONTRATANTE:

10.1.1 - O Contratante é responsável exclusivo pela segurança de suas informações confidenciais e proprietárias.

10.2 - DO CONTRATADO:

I - O Contratado deverá cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste contrato, observadas as especificações deste contrato, sob pena de responder pelo descumprimento contratual, nos termos do artigo 156 da Lei n° 14.133/2021;
II - Reparar, corrigir ou refazer à suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os serviços objeto do Contrato em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções;
III - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, em consonância com o disposto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

IV - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista pelo art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
V - Atender as solicitações de informações extraordinárias solicitadas pela Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato por infração;
VI - A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio contratado;
VII - O CONTRATADO, não se responsabilizará pelos erros, falhas, omissões ou má fé do responsável por cada setor que venha a comprometer a fidelidade dos serviços, aqui contratados, devendo comunicar à pessoa do Presidente da Câmara, representante da CONTRATANTE, os deslizes ocorridos e prejudicados à Administração, para que se tomem as medidas de correção necessárias.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS:

11.1 - As despesas de estadia e alimentação decorrentes dos serviços ora contratados quaisquer que sejam as circunstâncias e o lugar, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES:

12.1 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/2021 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

13.1 - A fiscalização e posterior atesta da execução do referido contrato ficará na responsabilidade do Fiscal de Contratos, o Sr. Daniel Cordeiro dos Santos Junior, RG n° 003.420.845, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.
13.2 - O Gestor de contratos deverá fazer a validade dos documentos que comprovam a regularidade fiscal do contratado como também a regularidade do documento fiscal emitido para que seja encaminhado ao setor para efetiva liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:

14.1 - O descumprimento, por parte da contratada, de qualquer das normas contratuais implicará na aplicação de penalidades, consistente em multas, conforme definido neste contrato, rescisão contratual e as multas previstas no art. 156 da Lei federal n° 14.133/2021.
14.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da contratada, ficando a mesma, garantido o contraditório e a ampla defesa, sujeita às seguintes penalidades:
I - Advertência;
II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo IPCA;
III - Suspensão temporária de participação em licitação com a administração pública e com a Prefeitura Municipal de Várzea/RN pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso § 5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
13.3 - As multas lançadas pelo contratante serão deduzidas diretamente dos créditos que o contratado tiver em razão do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE:
15.1 - Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficial aqui considerado os sítios:
https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DECIMA SEXTA-DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1.O presente contrato poderá ser rescindido com fulcro no que preceitua a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
16.2.– O processo de dispensa nº. 060/2025 fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.
16.3 Fica eleito o Fórum da Comarca de Santo Antônio/RN, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que mais privilegiado, para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato.
E por estarem assim ajustados, combinados e contratados, as partes formam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

Várzea/RN, 30 de maio de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional
Prefeitura Municipal De Várzea
Contratante

ANA TEREZA GONDIM DE ALMEIDA
Representante Legal
A T Gondim De Almeida
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
ASSINATURA:
CPF:

_____
ASSINATURA:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:002DF1B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2024

(PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E RESTABELECIMENTO DO SALDO)

CONTRATANTE: O Município de Florânia, por intermédio da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, inscrita no CNPJ: 08.181.562/0001- 90, situado na Rua Teônia Amaral, nº 290, Centro, CEP: 59.335-000, neste ato representado por seu prefeito Saint Clay Alcantara Silva de Medeiros, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Florânia/RN, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: BRUNO SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.638.302/0001-93, representada por seu Representante Legal, Cheylla Fabricia de Medeiros Souza, portador do CPF nº ***.227.***-54, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº **25/2024**, celebrada entre as partes, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
1.1.2. O restabelecimento do saldo remanescente da referida Ata, destinado à **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO COM CESTO AÉREO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA/RN**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, especificações, quantitativos e fornecedores permanecem os descritos na Ata de Registro de Preços nº **25/2024**, conforme:

Fornecedor: **BRUNO SOLUCOES LTDA**		
CNPJ: **52.638.302/0001-93**	Telefone: (84) 99990-7475	Email: brunosolucoesrn@gmail.com
Endereço: **R SEVERINO FELIPE, 381, BERNADINO DE SENA, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59390-000**		
Representante: **Cheylla Fabricia de Medeiros Souza** - CPF: *****.227.***-54**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0001448 - CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO SKY, ALCANCE DE, NO MÍNIMO, 13 METROS, 02 CESTOS AÉREOS, 04 PATOLAS. INCLUINDO MOTORISTA/OPERADOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE.		Hora	1000	210,00	210.000,00

O Valor total é de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº **25/2024** até **05 de junho de 2026**, conforme autorizado pelo Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº **25/2024**, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento.

Florânia/RN, 05 de junho de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
CHEYLLA FABRICIA DE MEDEIROS SOUZA
Representante Legal

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:DF7D3F47

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Florânia/RN, CNPJ nº 08.181.562/0001-90.
CONTRATADO: MATHEUS DA SILVA PINHEIRO LTDA, CNPJ nº 54.014.114/0001-10.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os itens originalmente contratados no Contrato Administrativo nº 2/2025, referente à aquisição de equipamentos para academias ao ar livre, conforme planilha abaixo:

SEQ.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ALONGADOR TRÊS ALTURAS: fabricado com aço de carbono, pinos maciços, tratamento superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termoendurecível, equipamento para pratica de até três usuários.	UND	01	2.240,00
2	APARELHO PRESSÃO DE PERNAS DUPLO: Fortalece a musculatura das coxas e quadris. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 4 x 3 mm; 3 ½ x 3,75; 2 x 2 mm; 2 x 3 mm; Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm para reforço de estrutura do equipamento e 2 mm para banco e encosto com dimensões de 335 mm x 315 mm e estampados com bordas arredondadas. Tubo de aço carbono trefilado 2 x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Utiliza-se pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termoendurecível colorido	UND	01	1.940,00

	com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig. Chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16 , corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8 x 1 ¼ e arruela zincada de no mínimo 5/8 , hastes de ferro maciço trefilado de no mínimo 3/8 , parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras; tampão embutido externo em metal de 2 , Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3 ½. Permite a utilização de 2 (dois) usuários simultâneos e oferece total segurança.			
3	ESQUI DUPLO: Alonga as articulações dos membros superiores, cintura escapular, tronco e cintura pélvica. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 ½ x 2 mm; 1 ½ x 3 mm; 1 ½ x 1.50 mm; 1 x 2,00 mm. Tubo de aço carbono trefilado 2 x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30x49,22). Metalão de no mínimo 30 mm x 50 mm x 2 mm, Chapa de aço carbono de no mínimo 4.75 mm para ponto de fixação do equipamento e 1,9 mm para chapa de apoio de pé. Barra chata de no mínimo 3/16 x 1 ¼ . Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termoendurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig, bucha acetal, chumbador parabout de no mínimo 3/8 x 2 ½, parafusos zincados e porcas fixadoras; Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2 ½ comacabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Adesivo refletivo destrutivo 3M com identificação dos grupos.	UND	01	2.650,00
4	MULTIEXERCITADOR: Seis Funções: 1°) Flexor de Pernas; 2°) Extensor de Pernas; 3°) Supino reto sentado; 4°) Supino inclinado sentado; 5°) Rotação Vertical Individual; 6°) Puxada Alta. Fortalece, alonga, e aumenta a flexibilidade dos membros superiores e inferiores. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 ½ x 2 mm; 2 x 2 mm; 1 ½ x 3 mm; 1 ½ x 1,50 mm; 1 x 1,50 mm ¾ x 3,00; ¾ x 1,20; oblongo de no mínimo 20mm x 48mm x 1,20mm. Barra redonda ¼. Chapas de aço carbono de no mínimo 9,52mm; 6,35mm; 4,75mm; 3mm; 1,90mm; Barra chata 3/16 x 1 ¼ ; 1/8 x ¾ . Tubo de aço carbono trefilado 2 x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30x49,22). Utiliza-se pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig, bucha acetal, chumbador parabout de no mínimo 3/8, parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras; tampão em embutido externo de metal de 2 ¼.	UND	01	2.840,00
5	PLACA ORIENTATIVA: Material utilizado: tubo de aço carbono de no mínimo 1.020, 2 x 2mm, chapa 1.000 x 2.000 x 1.5mm; 3 x 1,50mm; pintura epóxi eletrostática, solda mig, orifícios para a fixação do equipamento de no mínimo 50 cm abaixo do concreto; adesiva da frente e verso; contendo todos os aparelhos com especificações de musculatura envolvida e a logomarca da empresa ou, brasão do Município; a placa não contém quinas, moldura tubular.	UND	01	1.540,00
6	REMADA SENTADA CONVERGENTE: remada articulada - linha lander (tubo 3' polegadas), tubos de aço carbono com espessura mínima de 2,25m, chapas em aço carbono cortadas em laser de alta precisão, pintura eletrostática a pó com tratamento anticorrosivo, estofados confeccionados em Éva e revestidos com courvim anti-mofo e anti-chamas, regulagem de altura do assento, regulagem da profundidade do apoio do peito, pedal para iniciar o exercício, trazendo as pegadas para trás, evitando assim lesões para retirar os braços do aparelho da posição inicial e traze-los de volta após o exercício, pegada fixa no centro do equipamento para realizar movimentos unilaterais. sapatas emborrachadas reforçadas que deixa o aparelho sem contato direto com o chão, e protege os tubos da base.	UND	01	1.440,00
7	ROTAÇÃO VERTICAL COM DUPLO DIAGONAL: Fortalece os membros superiores, melhorando a coordenação motora e a mobilidade das articulações e cotovelos. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3 ½ x 2 mm; 2 x 2 mm; 1 x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo trefilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura.	UND	01	1.640,00
8	SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO: Tubos redondo de aço inox 304 de no mínimo 2 ½ x 2,00 mm; 2 x 2,00 mm; 1½ x 1,50 mm. Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm e 1,90 mm. SOLDA: Tipo TIG. ACABAMENTOS: Utiliza-se rolamentos blindados. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2 com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo, acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Pisantes confeccionados em plástico (injetado). Parafusos, arruelas e porcas fixadoras em aço inox. Adesivo refletivo destrutivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante. Polimento brilhante. FORMA DE FIXAÇÃO: Chumbador INOX de no mínimo 3/8 x 2 ½ GARANTIA: 12 meses sobdefeitos de fabricação. PESO MÁXIMO RECOMENDADO POR USUÁRIO: 130 KG CAPACIDADE MÁXIMA DE USUARIO: I: 1 D: 2 T: 3 FAIXA ETÁRIA: Acima de 12 anos	UND	01	2.340,00
9	SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO: amic. este aparelho trabalha o equilíbrio e coordenação, fortalece os membros superiores, inferiores e aumenta a capacidade cardiorrespiratória	UND	01	2.340,00
10	SURF DUPLO: Melhora a flexibilidade e agilidade dos membros inferiores, quadris e região lombar. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3 ½ x 3,75 mm; 2 x 2 mm; 1 ½ x 1,50 mm; 1 x 1,50 mm. Tubo em aço carbono trefilado SCHEDULE 80 (73 mm x 58,98 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75mm para reforço da estrutura e 1,90 mm para apoio de pé. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termoendurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16 , corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8 x 1 ¼ e arruela zincada de no mínimo 5/8 , hastes de ferro maciço trefilado de no mínimo 3/8 , parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3 ½ comacabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Adesivo refletivo destrutivo 3M com identificação dos grupos	UND	01	1.940,00
11	VOLANTE DE ROTAÇÃO HORIZONTAL: Estrutura Principal com Aço Carbono 3.1/2", parede com 3mm, volantes e acessórios em aço, com pintura eletrostática a pó.	UND	01	1.540,00
Total do Termo Aditivo ao Contrato				**R$ 22.450,00**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 124, I, b c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR: O valor do presente Termo Aditivo ao Contrato é de R$ 22.450,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais), compreendendo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual.
DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 2/2025, que não conflitem com este Termo Aditivo.

Florânia/RN, 05 de junho de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Contratante
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

(Assinado Eletronicamente)
Matheus da Silva Pinheiro LTDA
CNPJ: 54.014.114/0001-10
MATHEUS DA SILVA PINHEIRO
CPF: ***.615.***-62
Representante

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:A6B1704D

SECRETARIA MUN DE CULTURA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO PRÊMIO CULTRAL Nº 005/2025 PRÊMIO CULTURAL SANFONEIRO JOÃO EMÍDIO NETO POLITICA CULTURAL DE FLORÂNIA/RN

POLITICA CULTURAL DE FLORÂNIA/RN
PREMIAÇÃO CULTURAL SÃO PEDRO DA GENTE – FESTIVAL DE QUADRILHAS ESTILIZADAS E EXPOR FLORES – FEIRA AGROPECUÁRIA – TORNEIO LEITEIRO DE FLORÂNIA/RN EDIÇÕES 2025.

PREMIAÇÃO POLÍTICA CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A Prefeitura Municipal de Florânia/RN através da secretaria Municipal de Cultura tem o prazer de anunciar a nova edição do **Prêmio Cultural Sanfoneiro João Emídio Neto** um incentivo que contribui com as políticas culturais da municipalidade através dos festivais da cultura popular Junina e Cultura agro Leiteira do município de Florânia/RN. Este prêmio tem como objetivo incentivar o desenvolvimento dos eventos da cultura popular local, atrair o turismo regional e fomentar o comercio local através desse fomento com criatividade e inovação, reconhecendo a importância do trabalho dos Grupos Culturais Juninos, dos criadores de gado leiteiro além do empreendedorismo de seus derivados o que muito contribui para o desenvolvimento da nossa comunidade. O **PRÊMIO CULTURAL SANFONEIRO JOÃO EMÍDIO NETO** é uma justa homenagem ao artista em vida, enaltece e contribui com a profissão do mesmo via incentivo financeiro, reconhecendo sua importância na cultura popular da cidade. Este Edital abre portas para que outros nomes de artistas que por um motivo ou outro tornarem-se invisíveis ao longo do tempo sejam homenageados futuramente e trazidos ao protagonismo social nos eventos e editais da política cultural Floraniense.

Título: EDITAL PRÊMIO CUTURAL SANFONEIRO JOÃO EMÍDIO NETO

Homenagem a João Emídio – O Sanfoneiro de Florânia

Hoje prestamos uma justa e emocionada homenagem a um homem que, com sua sanfona nos braços e um coração cheio de amor pela cultura nordestina, vem encantando gerações há mais de quatro décadas: João Emídio, o sanfoneiro de Florânia/RN.

Figura querida e respeitada por todos, João Emídio é um símbolo vivo da generosidade e da dedicação à arte. Por mais de 40 anos, ele vem tocando sanfona. Seu maior pagamento sempre foi o sorriso das pessoas, o calor do aplauso sincero, e a alegria de ver sua comunidade reunida em torno do som que ecoa da sanfona. Presente em serenatas das mães, festas juninas, encontros comunitários e tantas outras celebrações, João é mais que um músico: é parte da identidade de Florânia-RN. Seu talento, sua humildade e sua constância revelam um amor incondicional à cultura popular e às raízes do povo nordestino. O quinteto formado junto a Assis, Claudio, Edriano, Divonaldo dá ainda mais força ao sanfoneiro João Emídio Neto.

Nesta homenagem, queremos reconhecer não apenas o artista, mas o ser humano raro que ele é! Um exemplo de simplicidade, serviço e compromisso com aquilo que verdadeiramente importa: a partilha, a tradição e o bem comum.

João Emídio, a sua música é mais do que som — é história, é memória, é afeto. Obrigado por tudo que você representa para Florânia-RN e para o nosso Nordeste. Que sua sanfona continue ecoando por muitos e muitos anos, levando consigo a beleza de um coração que toca não apenas notas, mas vidas.

Com gratidão e respeito, seu povo.

Edital de Publicação para a **PREMIAÇÃO CULTURAL SÃO PEDRO DA GENTE – FESTIVAL DE QUADRILHAS ESTILIZADAS E EXPOR FLORES – FEIRA AGROPECUÁRIA – TORNEIO LEITEIRO DE FLORÂNIA/RN EDIÇÕES 2025 E PRÊMIO AO HOMENAGEADO SANFONEIRO JOÃO EMIDIO NETO.**

2. Introdução:

Esta publicação oficializa o desejo social, de contribuir com o objetivo de desenvolver para prosperar, e é através desse fomento e incentivo cultural via premiações que se coloca a cidade na rota dos grandes festivais Juninos e leiteiro do RN, sendo os principais festivais culturais da cidade: 4º Festival de quadrilha Junina estilizada e Torneio leiteiro de Florânia/RN; eventos tradicionais valorizados como política pública através do incentivo do Plano Nacional Aldir Blanc2-PNAB2

Esta política de premiações de concursos em festivais culturais atrai o turismo regional o que injeta recursos na economia formal e informal do município, fazendo a engrenagem da economia criativa girar e contribuir com o desenvolvimento local. Estas premiações e homenagem viva, são de grande importância para a comunidade cultural pois a arte torna-se um farol de desenvolvimento social, econômico e turístico

3. QUADROS DE PREMIAÇÕES

QUADRO A

PREMIAÇÃO FESTIVAL DE QUADRILHA JUNINA ESTILIZADA DE FLORANIA/RN 2025			
Nr.	**Classificação**	**TÍTULO**	**Valor de premiação**
01	1º Lugar	Campeão	R$ 8.000,00
02	2º Lugar	Vice-Campeão	R$ 5.000,00
03	3º Lugar	-	R$3.000,00
TOTAL DO QUADRO A:			**R$ 16.000,00**

QUADRO B

PREMIAÇÃO FESTIVAL LEITEIRO DE FLORANIA/RN 2025 – EXPOR FLORES			
Nr.	**Classificação**	**TÍTULO/CATEGORIA**	**Valor de premiação**
Categoria Vaca Jovem			
01	1º Lugar	Campeã	R$ 4.000,00
02	2º Lugar	Vice-Campeã	R$ 2.000,00
03	3º Lugar	-	R$ 1.000,00
Categoria Vaca Adulta			
04	1º Lugar	Campeã	R$ 4.000,00
05	2º Lugar	Vice-Campeã	R$ 2.000,00
06	3º Lugar	-	R$ 1.000,00
Melhor Futura Matriz			
07	1º Lugar	Campeã	R$ 1.000,00
TOTAL DO QUADRO B:			**R$ 15.000,00**

QUADRO C

HOMENAGEADO SANFONEIRO JOÃO DE EMÍDIO		
Nr.	**Homenageado**	**Premiação de Honra**
01	JOÃO EMÍDIO NETO	R$ 5.000,00
TOTAL QUADRO C:		**R$ 5.000,00**

VALOR TOTAL DESTE EDITAL

SOMA TOTAL DESTE EDITAL DE PREMIAÇÃO DE POLITICA CULTURAL			
Nr.	**QUADROS DE PREMIAÇÕES**	**VALOR DE CADA**	**VALOR TOTAL**
01	QUADRO A	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00
02	QUADRO B	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
03	QUADRO C	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
TOTAL DESTE EDITAL SOMA QUADROS A + B + C =			**R$36.000,00**

4. Objetivos do Prêmio:
Esse prêmio tem por objetivo fomentar os festivais culturais da cidade através das políticas públicas da cultura e reconhecer o legado de um artista símbolo da cultura popular local.
Incentivar o potencial turístico, artístico e cultural local e regional;
Reconhecer a excelência artística das companhias juninas local e regional;
Incentivar novos grupos culturais locais a surgir, novos criadores e competidores dos festivais juninos e leiteiro a manter a cultura popular e suas tradições por gerações futuras;
Promover a diversidade Cultural para melhor manutenção das tradições
Homenagear um artista em vida dando-lhe as horas artísticas, culturais e sociais nos festejos juninos da cidade.
Atrair a economia criativa através dos eventos culturais movimentando o mercado interno formal e informal.

5. Categorias e Regras:
O Festival Junino e o Torneio Leiteiro de Florânia/RN 2025, tem seus regulamentos próprios de competição; um corpo de jurados com entendimento técnico e artístico nas áreas de cada competição é convocado e ali serão escolhidos os melhores.
As categorias e valores de cada prêmio estão descritos no item 3. Nos quadros A, B E C deste documento de publicação.
6. Critérios de Avaliação:
No festival junino serão avaliados: o conjunto de Figurino, regional/repertório, casal de noivos, coreografia, Tema, Rainha e Marcador.
No festival Leiteiro serão avaliados: Vaca Jovem, Vaca Adulta e Futura Matriz
7. Formas de Inscrição:
As inscrições dos concursos culturais dos Festivais Junino e Leiteiro são realizadas na sede da **SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA**, situada à Rua Barão do Rio Branco, 29, Centro Florânia/RN - Cep: 59335-000 ou pelo E-mail semuc@florania.rn.gov.br.
8. Cronograma:
O Torneio Leiteiro, realizado dentro da programação da Expor Flores – Feira Agropecuária – Florânia/RN, que acontecerá de 20 a 22/06/2025, escolhe os seus campeões confroem categorias do QUADRO B deste edital. Os resultados finais serão anunciados ao final de cada dia de competição.

Na data de 27/06/2025 acontece o Festival de Quadrilhas Juninas Estilizadas de Florânia/RN, dentro da programação do São Pedro da Gente que acontece de 25 a 28/06/2025 e ali escolhe seus campeões, conforme **QUADRO A** deste Efital;
O competidor recebe o troféu na hora do resultado final e a premiação em dinheiro é paga com 05 (cinco) dias úteis a contar do dia do festival, pois há necessidades de recolhimento de documentação do representante legal e o trâmite legal para pagamentos.
8.1 O competidor deve entregar o kit de suas certidões negativas (municipal, estadual e federal), copias de documentação do representante legal ou associação constituída (RG, CPF-CNPJ, comp. Residência e ou cartão CNPJ caso seja PJ), conta bancaria para deposito; a serem entregue no prazo máximo até um dia que antecede a competição, enviar para p e-mail institucional semuc.florania.rn.gov.br. Até 00:00 hs assim garantindo o pagamento da premiação dos campeões no período previsto neste edital; documentação após este prazo pode acarretar a não premiação pela quebra de regras aqui constituídas caso o prazo estipulado para pagamento seja ultrapassado por falta da documentação necessária,
9. Comissão Avaliadora:
Ambos festivais haverá comissão Julgadora com entendimento técnico e artístico e que obedecerão aos critérios de avaliação rigorosamente.
Torna-se importante uma comissão avaliadora com experiência técnica e reconhecimento na área.
10. Reconhecimento:
Os vencedores dos festivais serão reconhecidos por campeões das festivais edições 2025, receberão suas premiações em troféus e em dinheiro (Item 3.) e terão seus nomes/logos e imagens divulgadas nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Florânia/RN e da Secretaria Municipal de Cultura.
12. Contato:
Direto na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, situada à Rua Barão do Rio Branco, 20, Centro Florânia/RN - Cep: 59335-000 ou pelo E-mail semuc@florania.rn.gov.br.

Florânia/RN, 05/06/2025

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito de Florânia/RN

HELDER LIMA FREIRE
Sec. Mun. Adj. de Cultura de Florânia/RN

Publicado por:
Helder Lima Freire
Código Identificador:3BB3DAE3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário — Exercício: **2025**

Bimestre: 2/2025

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	182.022.000,00	182.022.000,00	19.232.907,26	10,57	41.491.297,45	22,79	140.530.702,55
Receitas Correntes	105.121.626,00	105.121.626,00	19.232.907,26	18,30	41.491.297,45	39,47	63.630.328,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.022.342,00	2.022.342,00	245.251,22	12,13	584.403,72	28,90	1.437.938,28
Impostos	1.979.884,00	1.979.884,00	244.316,52	12,34	579.110,90	29,25	1.400.773,10
Taxas	42.458,00	42.458,00	934,70	2,20	5.292,82	12,47	37.165,18
Contribuições	138.915,00	138.915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.915,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	138.915,00	138.915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.915,00
Receita Patrimonial	255.607,00	255.607,00	30.688,18	12,01	85.141,75	33,31	170.465,25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	52.095,00	52.095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.095,00
Valores Mobiliários	200.618,00	200.618,00	30.688,18	15,30	85.141,75	42,44	115.476,25
Demais Receitas Patrimoniais	2.894,00	2.894,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.894,00
Receita de Serviços	75.824,00	75.824,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.824,00
Outros Serviços	75.824,00	75.824,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.824,00
Transferências Correntes	102.443.717,00	102.443.717,00	18.956.172,86	18,50	39.927.754,62	38,98	62.515.962,38
Transferências da União e de suas Entidades	77.206.562,00	77.206.562,00	15.620.045,81	20,23	33.149.162,34	42,94	44.057.399,66
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.832.255,00	13.832.255,00	1.793.204,61	12,96	3.568.312,77	25,80	10.263.942,23
Transferências de Outras Instituições Públicas	11.404.900,00	11.404.900,00	1.542.922,44	13,53	3.210.279,51	28,15	8.194.620,49
Outras Receitas Correntes	185.221,00	185.221,00	795,00	0,43	893.997,36	482,67	-708.776,36
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	185.221,00	185.221,00	795,00	0,43	893.997,36	482,67	-708.776,36
Receitas de Capital	76.900.374,00	76.900.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.900.374,00
Operações de Crédito	57.881,00	57.881,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.881,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	57.881,00	57.881,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.881,00
Alienação de Bens	115.763,00	115.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.763,00
Alienação de Bens Móveis	115.763,00	115.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.763,00
Transferências de Capital	15.570.158,00	15.570.158,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.570.158,00
Transferências da União e de suas Entidades	14.215.398,00	14.215.398,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.215.398,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.354.760,00	1.354.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.354.760,00
Outras Receitas de Capital	61.156.572,00	61.156.572,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.156.572,00
Demais Receitas de Capital	61.156.572,00	61.156.572,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.156.572,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	182.022.000,00	182.022.000,00	19.232.907,26	18,30	41.491.297,45	39,47	140.530.702,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	182.022.000,00	182.022.000,00	19.232.907,26	18,30	41.491.297,45	39,47	140.530.702,55
DÉFICIT (VI) [1]					8.663.334,83		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					50.154.632,28		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	182.022.000,00	182.022.000,00	14.387.785,35	77.390.156,87	104.631.843,13	24.252.184,81	50.154.632,28	131.867.367,72	42.593.708,44	0,00

Despesas Correntes	104.921.626,00	117.350.409,02	12.307.837,53	61.704.594,55	55.645.814,47	16.027.773,15	38.817.246,44	78.533.162,58	33.210.455,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.379.184,00	37.599.279,31	3.521.023,30	21.965.465,70	15.633.813,61	6.061.951,50	12.561.200,86	25.038.078,45	11.063.071,35	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.392.442,00	79.751.129,71	8.786.814,23	39.739.128,85	40.012.000,86	9.965.821,65	26.256.045,58	53.495.084,13	22.147.384,35	0,00
Despesas de Capital	76.900.374,00	64.471.590,98	2.079.947,82	15.685.562,32	48.786.028,66	8.224.411,66	11.337.385,84	53.134.205,14	9.383.252,74	0,00
INVESTIMENTO	74.297.874,00	61.668.699,52	1.911.423,13	14.111.520,86	47.557.178,66	7.934.034,93	10.777.994,00	50.890.705,52	8.823.860,90	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	2.550.000,00	2.750.391,46	168.524,69	1.574.041,46	1.176.350,00	290.376,73	559.391,84	2.190.999,62	559.391,84	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	182.022.000,00	182.022.000,00	14.387.785,35	77.390.156,87	104.631.843,13	24.252.184,81	50.154.632,28	131.867.367,72	42.593.708,44	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	182.022.000,00	182.022.000,00	14.387.785,35	77.390.156,87	104.631.843,13	24.252.184,81	50.154.632,28	131.867.367,72	42.593.708,44	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII)	182.022.000,00	182.022.000,00	14.387.785,35	77.390.156,87	104.631.843,13	24.252.184,81	50.154.632,28	131.867.367,72	42.593.708,44	0,00
RESERVA DO RPPS										

1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:70FF6949

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I CONSOLIDADO

MUNICIPIO DE GROSSOS													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - CONSOLIDADO													Exercício: **2025** -	
1º Quadrimestre/2025														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados (b)
	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	3.514.365,36	3.600.399,08	3.375.295,11	3.360.047,36	3.207.133,43	3.184.682,08	3.051.320,76	2.245.848,90	3.174.068,75	3.325.180,61	3.384.772,01	2.677.179,49	38.100.292,94	0,00
Pessoal Ativo	3.514.365,36	3.600.399,08	3.375.295,11	3.360.047,36	3.207.133,43	3.181.267,08	3.051.320,76	2.245.848,90	3.174.068,75	3.325.180,61	3.384.772,01	2.677.179,49	38.096.877,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.514.365,36	3.256.048,51	3.375.295,11	3.360.047,36	3.207.133,43	3.087.361,72	2.746.700,87	2.060.115,74	3.076.539,93	3.268.994,13	3.223.781,46	2.677.179,49	36.853.563,11	0,00
Obrigações Patronais	0,00	344.350,57	0,00	0,00	0,00	93.905,36	304.619,89	185.733,16	97.528,82	56.186,48	160.990,55	0,00	1.243.314,83	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.415,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	317.452,75	147.352,81	228.086,11	134.927,48	315.035,80	508.440,67	591.866,39	161.324,08	328.540,01	262.956,51	266.456,38	206.138,21	3.468.577,20	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	196.552,77	47.859,95	143.936,75	48.246,78	230.680,68	424.594,13	507.101,55	53.995,39	52.862,61	105.256,47	14.326,20	22.659,40	1.848.072,68	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	2.936,64	0,00	11.453,59	-419,38	0,00	0,00	0,00	0,00	13.970,85	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	110.065,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.447,40	136.780,84	85.286,18	153.631,16	84.666,53	577.877,31	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	10.834,78	99.492,86	84.149,36	86.680,70	81.418,48	83.846,54	73.311,25	100.300,67	138.896,56	72.413,86	98.499,02	98.812,28	1.028.656,36	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	3.196.912,61	3.453.046,27	3.147.209,00	3.225.119,88	2.892.097,63	2.676.241,41	2.459.454,37	2.084.524,82	2.845.528,74	3.062.224,10	3.118.315,63	2.471.041,28	34.631.715,74	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	103.723.265,90	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	351.434,01	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	198.877,53	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	754.399,29	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)	102.418.555,07	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	34.631.715,74	33,81
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	61.451.133,04	60,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.378.576,39	57,00
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	49.775.417,76	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.		
3 - Considerar nesta célula o valor de 80% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.		

MUNICIPIO DE GROSSOS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - CONSOLIDADO							Exercício: **2025** -	
1º Quadrimestre/2025								
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2024				2024			2025	
2º Quadrimestre				3º Quadrimestre			1º Quadrimestre	
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g)=(f-a)	Limite (h)=(a)	% DTP (i)
60%	57,45%	-2,55%	-0,85%	58,30%	42,48%	-17,52%	60%	33,81%

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:2DD8C6CB

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO II

MUNICIPIO DE GROSSOS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil					
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção							Exercício: **2025**					
Bimestre: 2/2025												
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2												
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**182.022.000,00**	**182.022.000,00**	**14.387.785,35**	**77.390.156,87**	**100,00**	**104.631.843,13**	**24.252.184,81**	**50.154.632,28**	**100,00**	**131.867.367,72**	**0,00**	
01 LEGISLATIVA	2.978.123,00	2.978.123,00	256.752,58	2.035.519,58	2,63	942.603,42	417.481,85	785.476,15	1,57	2.192.646,85	0,00	
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.978.123,00	2.978.123,00	256.752,58	2.035.519,58	2,63	942.603,42	417.481,85	785.476,15	1,57	2.192.646,85	0,00	
04 ADMINISTRAÇÃO	32.095.680,00	26.793.347,83	1.756.572,35	10.257.404,48	13,25	16.535.943,35	2.194.441,63	8.115.707,29	16,18	18.677.640,54	0,00	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.426.180,00	24.874.043,23	1.557.035,45	8.620.786,50	11,14	16.253.256,73	1.968.056,53	6.592.557,12	13,14	18.281.486,11	0,00	
124 CONTROLE INTERNO	106.500,00	106.500,00	0,00	45.651,41	0,06	60.848,59	7.420,00	15.451,41	0,03	91.048,59	0,00	
695 TURISMO	1.563.000,00	1.812.804,60	199.536,90	1.590.966,57	2,06	221.838,03	218.965,10	1.507.698,76	3,01	305.105,84	0,00	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.923.815,00	8.247.465,00	1.030.042,00	4.620.147,52	5,97	3.627.317,48	766.678,99	3.998.291,59	7,97	4.249.173,41	0,00	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	
242 ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	33.075,00	33.075,00	0,00	0,00	0,00	33.075,00	0,00	0,00	0,00	33.075,00	0,00	
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00	0,00	73.500,00	0,00	0,00	0,00	73.500,00	0,00	
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.719.189,00	8.042.839,00	1.030.042,00	4.620.147,52	5,97	3.422.691,48	766.678,99	3.998.291,59	7,97	4.044.547,41	0,00	
482 HABITAÇÃO URBANA	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	
606 EXTENSÃO RURAL	22.051,00	22.051,00	0,00	0,00	0,00	22.051,00	0,00	0,00	0,00	22.051,00	0,00	
10 SAÚDE	27.523.135,00	27.523.135,00	3.210.579,99	9.273.873,76	11,98	18.249.261,24	3.747.894,28	7.739.786,33	15,43	19.783.348,67	0,00	
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	186.250,00	186.250,00	0,00	0,00	0,00	186.250,00	0,00	0,00	0,00	186.250,00	0,00	
301 ATENÇÃO BÁSICA	21.865.385,00	21.904.853,00	3.069.758,59	8.827.959,23	11,41	13.076.893,77	3.577.224,45	7.416.251,04	14,79	14.488.601,96	0,00	

302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.771.500,00	3.771.500,00	100.753,40	238.966,53	0,31	3.532.533,47	100.753,40	238.963,77	0,48	3.532.536,23	0,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.400.000,00	1.360.532,00	40.068,00	206.948,00	0,27	1.153.584,00	69.916,43	84.571,52	0,17	1.275.960,48	0,00
544 RECURSOS HÍDRICOS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
12 EDUCAÇÃO	24.154.013,00	24.154.013,00	3.881.604,40	13.630.618,95	17,61	10.523.394,05	4.749.358,99	7.820.804,45	15,59	16.333.208,55	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	21.482.423,00	21.755.052,14	3.819.537,86	12.979.323,93	16,77	8.775.728,21	4.507.546,58	7.376.628,86	14,71	14.378.423,28	0,00
364 ENSINO SUPERIOR	38.590,00	38.590,00	0,00	0,00	0,00	38.590,00	0,00	0,00	0,00	38.590,00	0,00
365 EDUCAÇÃO INFATIL	2.633.000,00	2.360.370,86	62.066,54	651.295,02	0,84	1.709.075,84	241.812,41	444.175,59	0,89	1.916.195,27	0,00
13 CULTURA	2.289.928,00	2.289.928,00	148.249,71	512.757,85	0,66	1.777.170,15	183.589,56	343.850,97	0,69	1.946.077,03	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	2.289.928,00	2.289.928,00	148.249,71	512.757,85	0,66	1.777.170,15	183.589,56	343.850,97	0,69	1.946.077,03	0,00
14 DIREITO DA CIDADANIA	1.058.400,00	1.058.400,00	0,00	0,00	0,00	1.058.400,00	0,00	0,00	0,00	1.058.400,00	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.058.400,00	1.058.400,00	0,00	0,00	0,00	1.058.400,00	0,00	0,00	0,00	1.058.400,00	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
15 URBANISMO	54.869.292,00	43.919.292,00	1.873.999,78	12.899.342,52	16,67	31.019.949,48	8.214.211,22	10.357.274,30	20,65	33.562.017,70	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	46.502.250,00	35.501.046,62	865.679,64	9.599.251,12	12,40	25.901.795,50	7.153.754,20	7.252.306,19	14,46	28.248.740,43	0,00
452 SERVIÇOS URBANOS	8.367.042,00	8.418.245,38	1.008.320,14	3.300.091,40	4,26	5.118.153,98	1.060.457,02	3.104.968,11	6,19	5.313.277,27	0,00
16 HABITAÇÃO	1.715.250,00	16.215.250,00	0,00	16.000.000,00	20,67	215.250,00	1.600.000,00	4.800.000,00	9,57	11.415.250,00	0,00
482 HABITAÇÃO URBANA	1.715.250,00	16.215.250,00	0,00	16.000.000,00	20,67	215.250,00	1.600.000,00	4.800.000,00	9,57	11.415.250,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	9.567.000,00	9.567.000,00	909.091,49	1.103.280,88	1,43	8.463.719,12	931.403,81	1.040.015,15	2,07	8.526.984,85	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	75.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00
333 EMPREGABILIDADE	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	6.102.000,00	6.113.000,00	909.091,49	1.103.280,88	1,43	5.009.719,12	931.403,81	1.040.015,15	2,07	5.072.984,85	0,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	2.170.000,00	2.170.000,00	0,00	0,00	0,00	2.170.000,00	0,00	0,00	0,00	2.170.000,00	0,00
544 RECURSOS HÍDRICOS	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00
20 AGRICULTURA	3.395.150,00	3.395.150,00	130.211,08	417.722,88	0,54	2.977.427,12	155.489,86	311.568,94	0,62	3.083.581,06	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	3.395.150,00	3.395.150,00	130.211,08	417.722,88	0,54	2.977.427,12	155.489,86	311.568,94	0,62	3.083.581,06	0,00
23 COMERCIO E SERVIÇOS	4.800.464,00	4.550.659,40	440.000,00	3.430.984,17	4,43	1.119.675,23	260.000,00	2.947.614,17	5,88	1.603.045,23	0,00
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00
695 TURISMO	4.725.464,00	4.475.659,40	440.000,00	3.430.984,17	4,43	1.044.675,23	260.000,00	2.947.614,17	5,88	1.528.045,23	0,00
24 COMUNICAÇÕES	866.200,00	866.200,00	150.183,68	430.126,84	0,56	436.073,16	176.869,94	325.271,06	0,65	540.928,94	0,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	866.200,00	866.200,00	150.183,68	430.126,84	0,56	436.073,16	176.869,94	325.271,06	0,65	540.928,94	0,00
26 TRANSPORTE	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00
27 DESPORTO E LAZER	5.910.550,00	5.910.550,00	401.745,89	1.037.731,81	1,34	4.872.818,19	534.160,24	842.975,87	1,68	5.067.574,13	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	883.750,00	973.350,00	82.255,70	416.263,04	0,54	557.086,96	96.620,08	355.067,14	0,71	618.282,86	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	5.026.800,00	4.937.200,00	319.490,19	621.468,77	0,80	4.315.731,23	437.540,16	487.908,73	0,97	4.449.291,27	0,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	4.400.000,00	4.078.486,77	198.752,40	1.740.645,63	2,25	2.337.841,14	320.604,44	725.996,01	1,45	3.352.490,76	0,00
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.400.000,00	4.078.486,77	198.752,40	1.740.645,63	2,25	2.337.841,14	320.604,44	725.996,01	1,45	3.352.490,76	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	182.022.000,00	182.022.000,00	14.387.785,35	77.390.156,87	100,00	104.631.843,13	24.252.184,81	50.154.632,28	100,00	131.867.367,72	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:78439608

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO III

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Exercício: **2025**
Bimestre: 2/2025	
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)	

Especificação	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses												Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada Exercício
	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.118.048,24**	**4.932.191,42**	**5.512.979,56**	**5.116.468,15**	**10.693.328,58**	**10.670.275,36**	**9.969.598,10**	**13.625.203,80**	**11.096.755,12**	**12.530.832,78**	**10.261.460,40**	**10.113.849,34**	**110.640.990,85**	**113.774.063,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**168.752,32**	**53.302,22**	**103.081,77**	**151.859,08**	**61.071,93**	**144.757,28**	**526.147,24**	**481.155,58**	**112.651,81**	**226.500,69**	**133.808,34**	**111.442,88**	**2.274.531,14**	**2.022.342,00**
IPTU	14.460,00	0,00	1.666,21	0,00	1.881,11	0,00	0,00	15.982,92	20.395,64	22.703,62	7.071,89	8.498,18	92.659,57	287.511,00
ISS	30.536,32	12.954,98	30.560,26	34.941,49	31.607,54	22.959,83	383.467,10	134.236,65	72.734,59	98.961,34	13.869,02	55.122,28	921.951,40	716.821,00
ITBI	16.486,20	4.000,00	29.100,00	52.141,84	9.083,07	12.993,96	19.880,00	8.548,00	16.297,06	20.186,49	15.480,31	8.973,58	213.170,51	287.653,00
IRRF	107.045,92	36.148,24	41.634,81	64.775,75	18.500,21	108.756,01	122.718,64	322.318,01	1.356,47	82.159,17	97.026,19	38.275,07	1.040.714,49	687.899,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	223,88	199,00	120,49	0,00	0,00	47,48	81,50	70,00	1.868,05	2.490,07	360,93	573,77	6.035,17	42.458,00
Contribuições	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138.915,00**
Receita Patrimonial	**8.078,56**	**7.234,01**	**7.395,33**	**5.234,75**	**8.651,69**	**16.861,31**	**20.506,34**	**16.425,37**	**26.876,13**	**27.577,44**	**20.611,78**	**10.076,40**	**175.529,11**	**255.607,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.078,56	7.234,01	7.395,33	5.234,75	8.651,69	16.861,31	20.506,34	16.425,37	26.876,13	27.577,44	20.611,78	10.076,40	175.529,11	200.618,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.989,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.824,00**
Transferências Correntes	**5.938.986,88**	**4.871.655,19**	**5.402.220,95**	**4.956.424,12**	**10.618.496,22**	**10.508.656,77**	**9.422.944,52**	**12.975.478,32**	**10.957.227,18**	**11.383.552,29**	**10.106.245,28**	**9.992.330,06**	**107.134.217,78**	**111.096.154,00**
Cota-Parte do FPM	1.892.826,76	2.032.580,43	2.202.473,91	1.722.935,57	1.794.196,30	1.500.817,19	1.921.114,53	3.099.011,37	1.993.129,33	2.674.549,70	1.761.313,82	1.789.795,38	24.384.744,29	27.174.869,00
Cota-Parte do ICMS	970.624,90	871.714,11	1.101.805,08	848.642,79	897.300,17	1.223.804,75	813.521,90	1.057.494,00	1.153.988,34	981.439,19	955.370,84	1.142.750,22	12.018.456,29	16.483.553,00
Cota-Parte do IPVA	63.521,97	41.411,66	61.432,33	41.940,25	38.488,95	38.258,11	27.759,32	20.742,63	24.296,16	18.933,36	26.484,14	42.571,72	445.840,60	330.750,00
Cota-Parte do ITR	146,72	178,27	246,70	203,41	1.276,56	787,01	21,65	0,00	157,90	38,10	51,25	62,89	3.170,46	75.246,00
Transferências da LC 61/1989	1.527,64	1.919,59	1.696,75	2.296,27	2.506,62	1.701,82	1.889,92	2.218,77	3.826,63	4.331,76	4.717,41	4.429,11	33.062,29	8.104,00
Transferências do FUNDEB	730.059,74	770.674,62	603.753,87	714.932,65	604.688,93	666.554,22	688.902,49	864.389,61	784.775,93	882.581,14	710.824,88	832.097,56	8.854.235,64	12.681.163,00
Outras Transferências Correntes	2.280.279,15	1.153.176,51	1.430.812,31	1.625.473,18	7.280.038,69	7.076.733,67	5.969.734,71	7.931.621,94	6.997.052,89	6.821.679,04	6.647.482,94	6.180.623,18	61.394.708,21	54.342.469,00
Outras Receitas Correntes	**2.230,48**	**0,00**	**281,51**	**2.950,20**	**5.108,74**	**0,00**	**0,00**	**152.144,53**	**0,00**	**893.202,36**	**795,00**	**0,00**	**1.056.712,82**	**185.221,00**
DEDUÇÕES (II)	**-583.561,24**	**-588.116,38**	**-494.383,23**	**-521.729,05**	**-468.115,73**	**-551.741,72**	**-551.873,10**	**-646.604,31**	**-634.141,92**	**-735.055,79**	**-548.547,38**	**-593.855,10**	**-6.917.724,95**	**8.652.437,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**-583.561,24**	**-588.116,38**	**-494.383,23**	**-521.729,05**	**-468.115,73**	**-551.741,72**	**-551.873,10**	**-646.604,31**	**-634.141,92**	**-735.055,79**	**-548.547,38**	**-593.855,10**	**-6.917.724,95**	**8.652.437,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**5.534.487,00**	**4.344.075,04**	**5.018.596,33**	**4.594.739,10**	**10.225.212,85**	**10.118.533,64**	**9.417.725,00**	**12.978.599,49**	**10.462.613,20**	**11.795.776,99**	**9.712.913,02**	**9.519.994,24**	**103.723.265,90**	**105.121.626,00**

Especificação	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses												Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada Exercício
	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**0,00**	**0,00**	**351.431,24**	**2,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**351.434,01**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.534.487,00**	**4.344.075,04**	**4.667.165,09**	**4.594.736,33**	**10.225.212,85**	**10.118.533,64**	**9.417.725,00**	**12.978.599,49**	**10.462.613,20**	**11.795.776,99**	**9.712.913,02**	**9.519.994,24**	**103.371.831,89**	**105.121.626,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**15.086,13**	**15.086,13**	**14.086,13**	**16.086,13**	**15.086,13**	**15.086,13**	**15.086,13**	**33.078,45**	**15.117,99**	**15.026,06**	**15.026,06**	**15.026,06**	**198.877,53**	**1.842.300,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**61.055,76**	**61.055,76**	**82.754,72**	**91.118,81**	**185.459,08**	**0,00**	**92.729,54**	**180.225,62**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**754.399,29**	**980.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**5.458.345,11**	**4.267.933,15**	**4.570.324,24**	**4.487.531,39**	**10.024.667,64**	**10.103.447,51**	**9.309.909,33**	**12.765.295,42**	**10.447.495,21**	**11.780.750,93**	**9.697.886,96**	**9.504.968,18**	**102.418.555,07**	**102.299.326,00**

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:DCA22E61

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO VII

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão — Exercício: **2025** -

Bimestre: 2/2025

LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7

Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2024 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO	615.850,40	943.553,03	659.870,05	8.955,88	890.577,50	664.120,01	345.154,45	123.799,79	115.219,79	13.332,68	880.721,99	1.771.299,49
INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)												

PODER EXECUTIVO	615.806,82	943.553,03	659.870,05	8.955,88	890.533,92	664.120,01	227.764,82	122.885,08	114.305,08	13.332,68	764.247,07	1.654.780,99
PODER LEGISLATIVO	43,58	0,00	0,00	0,00	43,58	0,00	117.389,63	914,71	914,71	0,00	116.474,92	116.518,50
Câmara Municipal	43,58	0,00	0,00	0,00	43,58	0,00	117.389,63	914,71	914,71	0,00	116.474,92	116.518,50
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)												
TOTAL (III) = (I + II)	615.850,40	943.553,03	659.870,05	8.955,88	890.577,50	664.120,01	345.154,45	123.799,79	115.219,79	13.332,68	880.721,99	1.771.299,49

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:415D02B9

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO XIII

MUNICIPIO DE GROSSOS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	Exercício: **2025**		
Bimestre: 2/2025			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2025	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:CB7FEB56

GABINETE DO PREFEITO
RGF ANEXO I

MUNICIPIO DE GROSSOS										Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - PODER EXECUTIVO										Exercício: **2025**				
1º Quadrimestre/2025														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados (b)
	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	3.398.845,67	3.451.999,64	3.256.207,79	3.199.120,72	3.073.881,47	3.050.280,12	2.915.085,47	1.911.513,67	3.020.039,76	3.111.861,30	3.227.733,18	2.522.585,44	36.139.154,23	0,00
Pessoal Ativo	3.398.845,67	3.451.999,64	3.256.207,79	3.199.120,72	3.073.881,47	3.046.865,12	2.915.085,47	1.911.513,67	3.020.039,76	3.111.861,30	3.227.733,18	2.522.585,44	36.135.739,23	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.398.845,67	3.107.649,07	3.256.207,79	3.199.120,72	3.073.881,47	2.952.959,76	2.610.465,58	1.725.780,51	2.922.510,94	3.055.674,82	3.066.742,63	2.522.585,44	34.892.424,40	0,00
Obrigações Patronais	0,00	344.350,57	0,00	0,00	0,00	93.905,36	304.619,89	185.733,16	97.528,82	56.186,48	160.990,55	0,00	1.243.314,83	0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.415,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	317.452,75	147.352,81	228.086,11	134.927,48	315.035,80	508.440,67	591.866,39	161.324,08	328.540,01	262.956,51	266.456,38	206.138,21	3.468.577,20	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	196.552,77	47.859,95	143.936,75	48.246,78	230.680,68	424.594,13	507.101,55	53.995,39	52.862,61	105.256,47	14.326,20	22.659,40	1.848.072,68	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	2.936,64	0,00	11.453,59	-419,38	0,00	0,00	0,00	0,00	13.970,85	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	110.065,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.447,40	136.780,84	85.286,18	153.631,16	84.666,53	577.877,31	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	10.834,78	99.492,86	84.149,36	86.680,70	81.418,48	83.846,54	73.311,25	100.300,67	138.896,56	72.413,86	98.499,02	98.812,28	1.028.656,36	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	3.081.392,92	3.304.646,83	3.028.121,68	3.064.193,24	2.758.845,67	2.541.839,45	2.323.219,08	1.750.189,59	2.691.499,75	2.848.904,79	2.961.276,80	2.316.447,23	32.670.577,03	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	103.723.265,90	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	351.434,01	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	198.877,53	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	754.399,29	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)	102.418.555,07	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	32.670.577,03	31,90
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	55.306.019,74	54,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	52.540.718,75	51,30
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	49.775.417,76	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.		
3 - Considerar nesta célula o valor de 80% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.		

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2024			2024			2025		
2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			1º Quadrimestre		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g)=(f-a)	Limite (h)=(a)	% DTP (i)
54%	57,45%	3,45%	1,15%	56,30%	42,48%	-11,52%	54%	31,90%

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:58DC2C4F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
ANEXO DE METAS FISCAIS E METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2026												
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)												
ESPECIFICAÇÃO	**2026**				**2027**				**2028**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**

Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.878.200,00	35.804.077,67	0,05	136,04	42.409.930,00	41.174.689,32	0,05	156,45	46.650.920,00	45.292.155,34	0,06	172,10
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	35.886.734,00	34.841.489,32	0,05	132,39	41.269.767,10	40.067.735,05	0,05	152,24	45.396.743,00	44.074.507,77	0,00	0,00
Receitas Primárias Correntes	34.352.834,00	33.352.266,02	0,04	126,73	39.505.782,10	38.355.128,25	0,05	145,74	43.456.360,00	42.190.640,78	0,05	160,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.115.520,00	1.083.029,13	0,00	4,12	1.152.871,00	1.119.292,23	0,00	4,25	1.268.158,00	1.231.221,36	0,00	4,68
Transferências Correntes	33.237.314,00	32.269.236,89	0,04	122,61	38.352.911,10	37.235.836,02	0,05	141,48	42.188.202,00	40.959.419,42	0,05	155,63
Demais Receitas Primárias Correntes	71.520,00	69.436,89	0,00	0,26	82.225,00	79.830,10	0,00	0,30	90.447,00	87.812,62	0,00	0,33
Receitas Primárias de Capital	1.533.900,00	1.489.223,30	0,00	5,66	1.763.985,00	1.712.606,80	0,00	6,51	1.940.383,00	1.883.866,99	0,00	7,16
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.878.200,00	35.804.077,67	0,05	136,04	42.409.930,00	41.174.689,32	0,05	156,45	46.650.920,00	45.292.155,34	0,06	172,10
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.278.200,00	34.250.679,61	0,04	130,14	40.459.930,00	39.281.485,44	0,05	149,26	44.500.920,00	43.204.776,70	0,05	164,16
Despesas Primárias Correntes	32.128.200,00	31.192.427,18	0,04	118,52	36.637.430,00	35.570.320,39	0,05	135,16	40.301.170,00	39.127.349,52	0,05	148,67
Pessoal e Encargos Sociais	18.850.000,00	18.300.970,87	0,02	69,54	21.472.500,00	20.847.087,38	0,03	79,21	23.619.750,00	22.931.796,12	0,03	87,13
Outras Despesas Correntes	13.278.200,00	12.891.456,31	0,02	48,98	15.164.930,00	14.723.233,01	0,02	55,94	16.681.420,00	16.195.553,40	0,02	61,54
Despesas Primárias de Capital	3.150.000,00	3.058.252,43	0,00	11,62	3.822.500,00	3.711.165,05	0,01	14,10	4.199.750,00	4.077.427,18	0,01	15,49
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	608.534,00	590.809,71	0,00	2,24	809.837,10	786.249,61	0,00	2,99	895.823,00	869.731,07	0,00	3,30
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	608.534,00	590.809,71	0,00	2,24	-39.650.092,90	786.249,61	0,00	2,99	895.823,00	869.731,07	0,00	3,30
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	241.946,00	234.899,03	0,00	0,89	278.238,00	270.133,98	0,00	1,03	306.060,00	297.145,63	0,00	1,13
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	150.000,00	145.631,07	0,00	0,55	172.500,00	167.475,73	0,00	0,64	190.000,00	184.466,02	0,00	0,70
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.250.000,00	6.067.961,17	0,01	23,06	6.000.000,00	5.825.242,72	0,01	22,13	5.800.000,00	5.631.067,96	0,01	21,40
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.850.000,00	-1.796.116,50	0,00	0,00	-1.600.000,00	-1.553.398,06	0,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	700.480,00	680.077,67	0,00	2,58	915.575,10	888.907,86	0,00	3,38	1.011.883,00	982.410,68	0,00	3,73
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:38:15												

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB,OU=ARLIDERSIS,OU=RFBe-CPFA1,CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:02:01-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
DN:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=vídeoconferencia,OU=31014048000182,OU=PessoaFisicaA1, OU=ARCERTMAIS,OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY,CN=JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2025.05.07 16:02:25-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS
Contador(a)

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU= 11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN= WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:Data:2025.05.1207:57:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:C10DB90B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
2026											
AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, §2o, inciso II)											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	22.903.438,90	26.580.820,14	13,83	30.731.850,00	13,51	36.878.200,00	16,67	42.409.930,00	13,04	46.650.920,00	9,09
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	22.903.438,90	26.580.820,14	13,83	30.731.850,00	13,51	36.558.254,00	15,94	42.320.230,00	13,62	46.552.250,00	9,09
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	22.222.795,46	26.188.710,99	15,14	30.731.850,00	14,78	36.878.200,00	16,67	42.409.930,00	13,04	46.650.920,00	9,09
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	21.060.572,85	25.594.917,49	17,72	29.981.850,00	14,63	35.278.200,00	15,01	40.459.930,00	12,81	44.500.920,00	9,08
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	1.842.866,05	985.902,65	46,50	750.000,00	23,93	1.280.054,00	41,41	1.860.300,00	31,19	2.051.330,00	9,31
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	1.842.866,05	985.902,65	46,50	750.000,00	23,93	1.280.054,00	41,41	1.860.300,00	31,19	2.051.330,00	9,31
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.960.026,39	6.732.452,54	26,33	6.500.000,00	3,45	6.250.000,00	3,85	6.000.000,00	4,00	5.800.000,00	3,33
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.886.361,31	3.408.183,31	44,65	3.800.000,00	10,31	3.450.000,00	9,21	3.200.000,00	7,25	3.500.000,00	8,57
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.125.977,13	1.490.129,89	29,91	574.955,00	61,42	1.372.000,00	58,09	2.166.038,00	36,66	2.167.390,00	0,06
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	21.892.027,24	25.356.119,57	13,66	0,00	0,00	35.804.077,67	0,00	41.174.689,32	13,04	45.292.155,34	9,09
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	21.892.027,24	25.356.119,57	13,66	0,00	0,00	35.493.450,49	0,00	41.087.601,94	13,62	45.196.359,22	9,09
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	21.241.440,89	24.982.076,69	14,97	0,00	0,00	35.804.077,67	0,00	41.174.689,32	13,04	45.292.155,34	9,09
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	20.130.541,82	24.415.641,98	17,55	0,00	0,00	34.250.679,61	0,00	39.281.485,44	12,81	43.204.776,70	9,08
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	1.761.485,42	940.477,59	46,61	0,00	0,00	1.242.770,88	0,00	1.806.116,50	31,19	1.991.582,52	9,31
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	1.761.485,42	940.477,59	46,61	0,00	0,00	1.242.770,88	0,00	1.806.116,50	31,19	1.991.582,52	9,31
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.740.992,53	6.422.257,50	26,18	0,00	0,00	6.067.961,17	0,00	5.825.242,72	4,00	5.631.067,96	3,33
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.803.059,94	3.251.152,64	44,54	0,00	0,00	3.349.514,56	0,00	3.106.796,12	7,25	3.398.058,25	8,57
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.032.094,37	1.421.472,76	30,05	0,00	0,00	1.332.038,84	0,00	2.102.949,51	36,66	2.104.262,13	0,06
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável IPUEIRA - RN, Data da emissão 7/5/2025 e hora de emissão 15:49:39											

IPUEIRA - RN, 7 de maio de 2025

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU=RFB e-CPF A1, CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897344467
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:06:36-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Assinado digitalmente por JOACK MEDEIROS MORAIS:00912362405
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=31014048000182, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY, CN=JOACK MEDEIROS MORAIS: 00912362405
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.07 16:07:00-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

JOACK MEDEIROS MORAIS
Contador(a)

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Assinado digitalmente por WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=11717421000154, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARLIDERSIS, OU= RFB e-CPF A1, CN=WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO:03904606484
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data:2025.05.1208:02:14-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

WELLGNTON MAECIO PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário(a) de Finanças

Publicado por:
Matheus Ferreira de Medeiros
Código Identificador:D45E3846

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRET. MUL. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 0817/2025

DECRETO Nº 0817/2025

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0938/2024.
CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Superavit Financeiro											
	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando										
		4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração									
			2.5 - Manut. Ativ. Sec. Planej. e Administração								
				907 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					Fonte: 25000000	R$ 9.500,00	
Total da Ação:										**R$ 9.500,00**	
Total da Unidade Orçamentária:										**R$ 9.500,00**	

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 5 de junho de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO		
DECRETO 0817/2025		
FONTE: 25000000-Recursos não vinculados de Impostos		
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2024	9.500,00	
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	-	
(C) Créditos Extraordinários	-	
(D) Créditos Suplementares e Especiais	-	
Valor utilizado decreto		
Valor deste crédito	9.500,00	
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	-	
Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)05/06/2025	-	

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:197D9CB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 527 DE 04 DE JUNHO DE 2025

Lei Municipal nº 527 de 04 de junho de 2025

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, seguindo as atribuições constantes na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As Metas Fiscais;
II - As Prioridades da Administração Municipal; III - A Estrutura dos Orçamentos;
IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município; V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e VIII - As Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 e alterações.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais da Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024, 14ª Edição, válida para o exercício 2026.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais I – Receitas;
II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais I – Despesas;
III – Pagamentos de Restos a Pagar de Despesas Primárias;
IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais IV - Resultado Primário;
V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais IV - Resultado Nominal;
VI – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais V - Montante da Dívida Pública;
VII – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais - Resultado Primário PPP;

VIII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
IX – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
X – Metas Anuais;
XI – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
XII – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
XIII – Evolução do Patrimônio Líquido;
XIV – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

XV – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
XVI – Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
XVII – Fundo em Participação (Plano Financeiro);
XVIII **–** Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas;
XIX – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
XX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 e alterações.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, as METAS ANUAIS da LDO 2026, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único – Em cumprimento ao estabelecimento na Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 e alterações, as Metas Fiscais do Exercício anterior da LDO 2026, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORESPÚBLICOS

Art. 12 – Nos termos da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, caso o município venha a implementar o Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, esse deverá ser supervisionado e acompanhado, devendo ser realizada avaliação e reavaliação atuarial para estabelecimento e publicações de parâmetros e diretrizes gerais.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 – Conforme estabelecido §2°, inciso V, do Art. 4°, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.
§ 1° A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.
§ 2° A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 14 – O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 15 – O § 2º, inciso II, do Art. 4° da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com às fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 e alterações, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS
Art. 16 – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não- financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos, precatórios judiciais e contratos de parcelamento de débitos.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 foram discutidas em audiência pública e constam em anexo à parte, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, afim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O Orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (Artigos 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (Art. 12 da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas à fonte de recurso, adotarão o mecanismo delimitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

I - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas em até 20%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2025 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (Art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes no Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2026 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,3 % das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, no ato, ou em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (Art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º, § parágrafo único e 50, Ida LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Todo e qualquer repasse a entidades descritas no caput deste artigo, deverá ser realizado por meio de celebração de convênio.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 dias, contados do recebimento do recurso, para os benefícios de parcela única, e até 30 de janeiro do ano subsequente, para os benefícios de parcelas continuadas conforme celebração de convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 3º - Caso as entidades beneficiadas não cumpram com os prazos estabelecidos no § 2º, essas ficarão impedidas de celebrar convênio com o poder público municipal enquanto perdurar a pendência.

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário- financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.
Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2026, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado na Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (Art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº163/2001.

Parágrafo Único – Nos termos dos Artigos 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320/64, o Poder Executivo fica autorizado a movimentar os créditos orçamentários por Decreto do Executivo, com limite de até 30% da Receita Corrente Líquida prevista para o Exercício 2026. (Art. 167, VI da Constituição Federal), excluindo-se desse percentual os créditos abertos para reforço de dotações orçamentárias específicas para vencimentos, vantagens fixas e variáveis de pessoal assim como as obrigações patronais dessas decorrentes e aqueles abertos com recursos oriundos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, excesso de arrecadação no decorrer do exercício 2026 e os provenientes de operações de créditos devidamente autorizadas.

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2026, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial ou extraordinário, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2026 (Art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (Art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica (Art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (Art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (Art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária anual para 2026.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá o limite prudencial de até 54% e 6% da Receita Corrente Líquida acumulada, respectivamente (Art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (Art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):
I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - Eliminação das despesas com horas-extras;
III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o"34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo Único - O benefício que trata o caput deste artigo seguirá o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (Art. 14, § 2º da LRF).

Art. 53 – O Executivo Municipal poderá enviar Projeto de Lei ao Poder Legislativo visando atualização da legislação tributária municipal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "*caput*" deste artigo.

§ 2º - Caso a Câmara não tenha votado a proposta orçamentária até 31 de dezembro de 2025, fica este autorizado a executar a proposta orçamentária do exercício anterior, na forma prevista na Lei Orgânica do Município e nas Constituições.

Art. 55 - O Poder Executivo Municipal poderá repassar até 7% (sete por cento) da sua Receita Corrente Líquida apurada durante o exercício de 2025, excluindo-se as legalmente não computadas para tal base de cálculo, para custear a despesa total do Poder Legislativo Municipal no exercício de 2026, nos termos do inciso I, Art. 29-A, da Constituição Federal de 1988.

Art. 56 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 57 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 58 – As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente lei, deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

I – Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferências de rendas;
II – Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos, e benefícios sócio assistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, em situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

III – Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial as políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Art. 59 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 60 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 04 de junho de 2025

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO DE 2026 METAS E PRIORIDADES (AÇÕES DE GOVERNO)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
1 – Manutenção do Setor de Desportivo e Lazer
2 – Incentivos Técnico/Financeiro para Competições Locais, Regionais, Estaduais, Nacionais e Internacionais
3 – Ampliação E Reforma Do Campo De Futebol
4 – Construção De Arquibancadas E Pista De Atletismo
5 – Reforma E Ampliação De Unidades Esportivas (Ginásios, Estádio De Futebol, Quadras Esportivas E Congêneres)
6 – Construção Do Complexo Esportivo
7 – Incentivo E Desenvolvimento Do Desporto E Lazer
8 – Construção De Um Calçadão Para A Prática De Caminhada E Corrida As Margens Da RN 087

9 – Apoio ao Eco pedal
10 – Incentivar Proprietários De Parques De Vaquejadas Na Realização De Eventos;
11 – Realização Da Semana Da Juventude
12 – Reequipamento Da Secretaria
13 – Apoio Aos Desportistas
14 – Implementar O Bolsa Estagio
15 – Criação do Conselho da Juventude
16 – Construção de Praça em frente ao Ginásio José Pereira Filho
17 – Apoio a associação dos desportistas
18 - Aquisição/Construção De Imóveis
19 – Aquisição e manutenção de veículos
20 – Implementar o fundo municipal de esporte

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

1 – Revitalização Do Pórtico Turístico;
2 – Implementação De Projetos Que Visem Preservar Pontos Turísticos;
3 – Apoio E Incentivo As Atividade Religiosas Do Município;
4 – Incentivo Ao Concurso De Fotografia;
5 – Apoio Aos Projetos De Inclusão Produtiva;
6 – Apoio Ao Carnaval;
7 – Ação Para Manutenção De Trilhas Ecológicas;
8 – Manutenção Da Secretária De Turismo E Desenvolvimento Econômico;
9 – Ano novo Na Mais Alta Do RN;
10 – Cursos De Capacitação Para Servidores E Prestadores De Serviços Turísticos;
11 – Realização do Circuito Gastronômico Sabores da Serra;
12 – Realização/Apoio Do Eco Pedal;
13 – Realização Do Festival De Quadrilhas;
14 – Apoio A Iniciativa Privada Na Criação De Infraestrutura Turística;
15 – Criação Do Acervo Turístico Contendo Os Trabalhos Científicos;
16 – Criação Do Calendário Municipal De Eventos;
17 – Manutenção Do Inventário Turístico;
18 – Apoio Ao Encontro De Motociclistas;
19 – Realização Da Semana De Emancipação Política;
20 – Manutenção Do Conselho De Turismo;
21 – Manutenção Do Projeto De Arborização Urbana e Rural;
22 – Manutenção Do Letreiro “Eu Amo Tenente”;
23 – Realização Da Sinalização Das Comunidades Rurais;
24 – Realização Da Semana Do Empreendedor;
25 – Apoio Da Semana Da Juventude;
26 – Sinalização Dos Pontos Turísticos Do Município;
27 – Apoio E Incentivo Aos Artesãos E Realização De Feira Do Artesanato Local

28 – Apoio As Manifestações Culturais Do Município;
29 – Construção de Mirante Público;
30 – Apoio e Incentivo ao Evento De Motocross;
31 – Implantação De Lixeiras Nas Ruas e Avenidas Do Município;
32 – Criação e Implantação de Selo Dos Produtos Locais Nos Termos Da Legislação Municipal Em Vigor;
33 – Desenvolver Ações Para Fomentar À Segunda Residência No Âmbito Municipal, Para Turistas E Visitantes;
34 – Realização Do Natal Na Mais Alta Do RN
35 – Aquisição De Material Permanente

36 – Aquisição De Terreno Para Construção De Mirante Público
37 – Programa Bolsa Estágio
38 – Manutenção De Instância De Governança Polo Seridó
39 – Implementar O Centro De Acolhimento Ao Turista
40 – Apoio As Entidades Comerciais
41 – Participação Do Município na FEMPTUR
42 – Apoio e incentivo a criação da associação do artesanato local
43 – Construção de praça de eventos
44 – Aquisição de terreno para construção de praça de eventos
45 – Reforma e ampliação de sede própria da Secretaria de Turismo
46 – Apoiar e incentivar a instalação de indústrias visando o desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda
47 – Continuar com parcerias que oferecem linhas de crédito para Micro e Pequenas Empresas
48 – Apoiar as ações na sala do empreendedor
49 – Continuar formalizando parcerias com instituições públicas e privadas para projetos de incentivo ao empreendedorismo
50 – Criação de projeto de lei de incentivo ao prestador de turismo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1 – Manutenção Do Fundo Municipal De Assistência Social;
2 – Manutenção Dos Serviços De Proteção Social Básica (PSB);
3 – Pactuação De Parceria Para Oferta De Serviços De Proteção Especial (PSE);
4 – Manutenção Dos Serviços De Proteção Social Especial (PSE)
5 – Aprimoramento Da Gestão Descentralizada Do Sistema Único De Assistência Social;
6 – Aprimoramento Da Gestão Descentralizada Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único;
7 – Estruturação Da Rede De Serviços E Programas Do Sistema Único De Assistência Social (Suas);
8 – Manutenção Do Programa Criança Feliz;
9 – Manutenção Do Programa BPC Na Escola;
10 – Concessão De Benefícios Eventuais De Assistência Social;
11 – Prestação De Serviços De Proteção Em Situação De Calamidade Pública E De Emergência;
12 – Implantação e Implementação da Vigilância Socio assistencial;
13 – Desenvolvimento De Atividades Socio assistenciais Itinerantes;
14 – Capacitação E Qualificação Dos Profissionais E Usuários Do Sistema Único De Assistência Social;
15 – Manutenção Do Conselho Municipal De Assistência Social;
16 - Manutenção Das Ações Do Enfrentamento Emergencial À Pandemias
17 – Aquisição De Equipamento E Material Permanente;
18 – Ampliação Da Cobertura Do PAIF – Cras
19 – Ampliação Da Cobertura Do PAEFI - Creas
20 – Manutenção De Estrutura De Gestão Do Cadastro Único
21 – Co financiar Ações Socioassistenciais Realizadas Em Parcerias Com As Entidades Da Sociedade Civil
22 – Terceirização De Serviços E Profissionais;
23 – Manutenção do SIGTV;

24 – Reequipamento da brinquedoteca - CRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.

1 – Manutenção Das Atividades Da Secretária Municipal De Assistência Social E Desenvolvimento comunitário;
2 – Manutenção Das Ações Financiadas Pelo Fundo Municipal Da Criança E Do Adolescente;
3 – Manutenção Do Conselho Municipal De Direitos Da Criança E Do Adolescente;
4 – Manutenção Das Ações Financiadas Pelo Fundo Municipal Do Idoso;
5 – Manutenção Do Conselho Municipal De Direitos Do Idoso;

6 – Manutenção Do Conselho Tutelar;
7 – Implementação Do Conselho Municipal De Direitos Da Pessoa Com Deficiência;
8 – Implementação Do Conselho Anti Drogas;
9 – Manutenção Do Fundo Municipal De Habitação De Interesse Social;
10 – Manutenção Do Conselho De Habitação De Interesse Social;
11 – Construção, Reconstrução E Melhorias De Unidades Habitacionais;
12 – Realização De Conferências, Foros E Debates Para Ampliação Do Controle Social;
13 – Implantação E Manutenção Da Casa Dos Conselhos;
14 – Ações De Trabalho, Emprego, Renda E Valorização Do Artesanato;
15 – Apoio As Organizações Sociais Da Sociedade Civil;
16 – Aquisição/Construção De Imóveis;
17 – Manutenção/Apoio Das Ações Relacionadas Aos Eventos Sociais Previstos Em Calendário Municipal e Nacional;
18 – Manutenção Do Conselho Municipal De Direitos Da Mulher;
19 – Fortalecer Ações Voltadas Para as Estratégias De Certificação Do Selo Unicef;
20 – Apoio/Ações Solidárias À Famílias Em Vulnerabilidade Social;
21 – Terceirização De Serviços E Profissionais;
22 – Aquisição De Equipamento E Material Permanente;
23 – Desenvolvimento De Programas E Aprendizagem Profissional Para Adolescentes;

24 – Apoio Aos Projetos De Inclusão Produtiva;
25 – Criação e Implementação do Conselho de Segurança Alimentar;
26 – Apoio a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.
27 – Apoio a associação das mães atípicas
28 – Apoio ao projeto Polícia Mirim
29 – Programa Bolsa Estágio
30 – Distribuição de Peixe na Semana Santa para os beneficiários do Programa Bolsa Família

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

1 – Manter E Construir Prédios Públicos;
2 – Pavimentação e Drenagem de Ruas, Avenidas e estradas vicinais
3 – Construção, Ampliação E Manutenção De Praças E Canteiros Públicos;
4 – Manter A Limpeza Urbana De Ruas E Logradouros Públicos Na Zona Urbana E Rural;
5 – Aquisição De Placas De Sinalizações Para Identificação De Ruas, Vias E Congêneres;
6 – Manter E Ampliar A Frota De Veículos Da Secretaria;
7 – Manutenção Da Secretária De Obras, Habitação E Serviços Urbanos;
8 – Manutenção E Ampliação Da Rede De Iluminação Pública;
9 – Manutenção E Ampliação Da Rede De Esgoto;
10 – Firmar Parceria Com a CAERN/CONISA Para Atender As Demandas De Extensão De Rede De Abastecimento d’água
11 – Manutenção e ampliação Do Cemitério Público
12 – Firmar Parceria Com A Cosern Para Atender As Demandas De Extensão De Rede Elétrica Rural;
13 – Realização Da Coleta De Resíduos Sólidos;
14 – Apoio a associação de catadores de reciclagem
15 – Construção da garagem municipal
16 – Construção do prédio da secretaria de obras
17 – Construção de cobertura nos estacionamentos dos prédios públicos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, ABASTECIMENTO E RECURSOS HIDRÍCOS.

1 – Implantação De Programa De Esgotamento Sanitário Rural;
2 – Programa De Preservação E Recuperação De Área De Proteção Ambiental;

3 – Manutenção Da Coleta De Esgoto;
4 – Manutenção Do Local Para Resíduos Sólidos;
5 – Construção, Ampliação E Recuperação De Poços Em Geral, Barragens Em Geral, Açudes E Cacimbões;
6 – Construção, Manutenção E Recuperação De Mata-Burros E Passagens Molhadas;
7 – Elaborar Cronograma E Implementar Ações Que Visam Recuperar, Conservar E Corrigir Os Solos nas Áreas Rurais Do Município;
8 – Limpeza, Canalização E Manutenção Da Lagoa De Decantação;
9 – Manutenção, Ampliação E Recuperação da Frota De Veículos, Máquinas E Implementos Agrícolas;
10 – Programa De Abastecimento De Água Nas Comunidades Rurais;
11 – Manutenção E Recuperação De Estradas Vicinais;
12 – Organizar, Ampliar E Realizar O Programa De Corte De Terra E Distribuição De Sementes;
13 – Aquisição De Tratores, Implementos Agrícolas E Patrulhas Mecanizadas;
14 – Manutenção Da Secretária Municipal De Agropecuária, Meio Ambiente, Abastecimento E Recursos hídricos;
15 – Elaboração E Implantação De Projetos E Programas Agropecuários, Bovinocultura, Suinocultura, Avicultura, Piscicultura, Horticultura, Fruticultura Em Geral, Entre Outras; 16 – Aquisição/Locação De Equipamentos Para Realização Do Programa De Fenação E Silagem;
17 – Criar Programas De Defesa Sanitária Animal E Vegetal;
18 – Reforma E Ampliação Da Sede Da Secretária Municipal De Agropecuária, Meio Ambiente, Abastecimento e Recursos Hídricos;
19 – Construção/Reforma Do Centro De Manejos De Animais;

20 – Construção De Um Horto Para Produção De Mudas;
21 – Reativação E Manutenção Da Unidade De Beneficiamento De Frutas E Recuperação Da Fruticultura em Geral;
22 – Elaboração De Um Programa E Realização De Campanhas De Vacinação Do Rebanho Bovino, Suíno, Entre outros;
23 – Realizar, Ampliar E Apoiar O Torneio Leiteiro;
24 – Criar E Apoiar A Semana Agropecuária Do Município;
25 – Manter O Programa De Inseminação Artificial Do Município;
26 – Realização De Datas Comemorativas Das Atividades Rurais;
27 – Reforma, Ampliação E Manutenção Do Centro De Comercialização Antônio Silvério Sobrinho, com implantação de cobertura para a feira livre
28 – Implementar Programas Ambientais Em Área Do Município;
29 – Implantação E Apoio De Programas E Melhorias De Habitação Para Agricultores E Moradores Da Zona Rural;
30 – Construção, Preservação E Manutenção De Prédios Para Instalação Agropecuária;
31 – Programa De Apoio Ao Agricultor Familiar;
32 – Incentivar a Realização Da Feira da Agricultura Familiar;
33 – Construção E Implantação De Abatedouro Público Municipal;
34 – Programa Bolsa Estagio
35 – Realização/Apoio Do Festival Do Milho
36 – Parceria Com Entidades E Universidades Federais E Estaduais, Para O Desenvolvimento Da Cadeia produtiva;
37 – Realização/Apoio À Ações Alusivas Ao Meio Ambiente;
38 – Realização De Atividades Educativas Nas Escolas A Fim De Orientar Os Alunos E Educadores Sobre a Preservação, Conservação E Manutenção Do Meio Ambiente E Atividades Ligadas Ao Meio Rural;
39 – Realização e Implantação Da Coleta Seletiva
40 – Apoio A Construção E Manutenção De Galpão Para Catadores De Materiais Recicláveis;
41 – Realização De Projeto De Arborização Urbana E Rural;

42 – Realização De Reuniões Nas Comunidades Rurais Com O Conselho Municipal De Desenvolvimento sustentável – CMDS
43 – Firmar parceria com as associações locais para regularização fiscal e documental das mesmas;
44 – Apoio a associações comunitárias locais
45 – Implantar o setor de fiscalização animal e produtos vegetais;
46 – Implantação de auxílio financeiro voltado para beneficiários do programa corte de terra;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1 – Aquisição De Mobiliário Para As Escolas De Ensino Fundamental;
2 – Manter E Ampliar A Frota De Veículos Da Secretaria;

3 – Disponibilização De Transporte Para Estudantes Do IFRN/UFRN/Outros Em Currais Novos;
4 – Aquisição De Tablets Para Os Alunos Da Rede Municipal De Ensino;
5 – Manutenção E Aquisição De Equipamentos Para A Sala De AEE;
6 – Apoio E Aquisição De Equipamentos Para O Desenvolvimento Do Projeto Xadrez;
7 – Aquisição De Equipamentos Para Sala De Jogos Das Escolas Da Rede Pública De Ensino;
8 – Aquisição De Materiais Esportivos Para As Escolas;
9 – Aquisição De Utensílios De Cozinha Para Todas As Escolas;
10 – Aquisição De Projetores Áudio Visuais Para Todas As Escolas;
11 – Aquisição De Som Para Todas As Escolas;
12 – Implantação e Manutenção dos Ar Condicionados das escolas do ensino infantil e fundamental;
13 – Implantação Do Espaço Da Cultura E Aquisição De Materiais E Equipamentos;
14 – Aquisição De Instrumentos Musicais Para A Banda De Música das escolas municipais;
15 – Manutenção E Desenvolvimento Das Atividades Culturais;
16 – Manutenção E Funcionamento Do Museu Macaguá;

17 – Realização Da Conferência Municipal De Cultura;
18 – Realizar Cursos De Capacitação Para Profissionais Da Educação;
19 – Manutenção Da Educação De Jovens E Adultos – Fundeb 30%
20 – Manutenção Da Educação Jovens E Adultos – Fundeb 70%;
21 – Manutenção Da Educação Infantil – Fundeb 30%;
22 – Manutenção Da Educação Infantil – Fundeb 70%;
23 – Manutenção Das Escolas De Educação Infantil;
24 – Aquisição De Kits Escolares – Educação Infantil;
25 – Aquisição De Brinquedoteca;
26 - Programa do Transporte Escolar;
27 – Reforma E Ampliação De Unidades De Ensino Infantil;
28 – Programa Bolsa Estágio;
29 – Apoio E Auxílio Aos Alunos Da Rede Pública De Ensino;
30 – Manutenção Do Programa Saúde Na Escola;
31 – Manutenção Do Transporte Escolar Da Rede Estadual;
32 - Firmar Parceria Com instituições de ensino técnico e superior Para Realização De Cursos Técnicos E Graduação No Município;
33 – Aquisição E Distribuição De Fardamento Escolar para alunos do ensino infantil e fundamental;
34 - Programa Salário Educação;
35 – Manutenção e ampliação das salas de informática da rede municipal de ensino;
36 - Disponibilização De Transporte Para Os Usuários Do AEE;
37 – Manutenção E Aquisição De Parques Infantil;
38 – Manutenção Da Secretária Municipal De Educação E Cultura;
39 - Manutenção Do Conselho Municipal De Educação;
40 – Aquisição De Merenda Escolar;
41 – Manutenção Do Ensino Fundamental – Fundeb 30%
42 – Manutenção Do Ensino Fundamental – Fundeb 70%
43 - Aquisição De Mobiliário Para As Escolas De Ensino Infantil e fundamental;
44 – Manutenção E Desenvolvimento Do Ensino Fundamental;
45 – Aquisição De Kits Escolares – Ensino Fundamental;

46 – Construção, Ampliação E Manutenção De Bibliotecas Educacionais;
47 – Aquisição De Computadores Para Rede Pública De Ensino;
48 – Aquisição De Bicicletas Do Programa Caminhos Da Escola;
49 – Aquisição E Manutenção Dos Equipamentos Para Rede Pública De Educação;
50 – Aquisição De Ônibus Através Do Programa Caminhos Da Escola;
51 – Construção E manutenção Para Unidades Do Ensino Fundamental; (RETIRAR)

52 – Programa PROALFA e LEEI
53 – Manutenção e ampliação Das Escolas Do Ensino Fundamental;
54 – Manutenção Do Plano De Aposentadoria Incentivada – PAI;
55 – Cumprimento Das Despesas Do FUNDEB VAAT 50% No Ensino Infantil;
56 – Cumprimento Das Despesas Do FUNDEB VAAT 15% Com Investimentos;
57 – Realização De Ações De Incentivo Que Valorize a Educação De Jovens E Adultos – EJA;
58 – Terceirização De Serviços E Profissionais Da Educação;
59 - Apoio E Incentivo Ao Encontro Das Bandas De Músicas Filarmônicas E Marciais;
60 – Construção/Revitalização/Manutenção Das Quadras Poliesportivas Nas Escolas Municipais;
61 - Manutenção e ampliação Das Escolas Do Ensino Infantil;
62 – Melhoramento Da Infraestrutura Tecnológica Das Escolas;
63 – Disponibilização/Investimento Em Espaços Para A Prática De Esporte E Recreação;
64 – Ampliação Da Oferta Dos Serviços Voltados A Saúde Mental Dos Alunos e profissionais;
65 – Ampliação Da Equipe Multidisciplinar;
66 – Aderir/Executar Os Recursos Oriundos Da Leis federais de incentivo à cultura;
67 - Fortalecer Ações Voltadas Para As Estratégias De Certificação Do Selo Unicef;
68 - Construção E Manutenção De Garagem Para A Frota De Veículos Da Secretaria;
69 - Implantação Do Museu Da História, Arte E Cultura Do Município;
70 - Aquisição/Construção De Imóveis;
71 – Manutenção das ações do ensino em tempo integral;
72 – Apoio e realização de eventos pedagógicos do calendário da educação;
73 – Criação e implantação de escola modelo em tempo integral

74 – Aquisição de EPI’s para os servidores de apoio
75 – Cumprimento do Piso Nacional do Magistério
76 – Reformulação do Plano de cargos e carreira dos profissionais do magistério

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1 – Manutenção Das Ações Do Fundo Municipal De Saúde;
2 – Manutenção Das Ações Da Estratégia Saúde Da Família – ESF;
3 – Manutenção Das Ações Do Programa De Saúde Bucal – ESB;
4 – Manutenção Das Ações De Custeio Da Atenção Primária A Saúde – APS;
5 – Manutenção Das Ações De Custeio Do Programa do Componente de Vínculo e Qualidade da Atenção Primária à Saúde - APS;
6 – Construção E Manutenção De Academia Ao Ar Livre;
7 – Construção E Manutenção Dos Polos De Academia Da Saúde;
8 – Manutenção Do Centro De Fisioterapia;
9 – Manutenção Das Ações Do Programa Brasil Sorridente;
10 – Manutenção Da Sala De Estabilização Na Unidade De Pronto Atendimento De Urgência e Emergência;
11 – Manutenção Das Ações Do Programa De Educação Permanente Para Os Profissionais De Saúde;
12 – Manutenção Das Ações Do Programa De Agentes Comunitários De Saúde E Endemias;
13 - Aquisição De Equipamentos E Materiais Permanentes Para A Atenção Primária a Saúde;
14 – Aquisição De Equipamentos E Materiais Permanentes Para A Média E Alta Complexidade Ambulatorial;
15 – Aquisição E Manutenção De Veículos Da Atenção Primária a Saúde;
16 – Reforma, Ampliação E Manutenção Das Unidades Básicas De Saúde;
17 – Transferências De Recursos Para Prestadores De Serviços;
18 – Assegurar as ações das emendas parlamentares de incremento temporário ao custeio dos serviços da assistência hospitalar e ambulatorial para o cumprimento de metas
19 – Construção, Reforma E Ampliação De Unidade De Média Complexidade Ambulatorial;
20 – Manutenção Das Ações Dos Consórcios Inter Federativo De Saúde;
21 – Manutenção Das Ações De Média E Alta Complexidades Ambulatorial;
22 – Manutenção Das Ações Do Laboratório De Análises Clínicas;
23 – Apoio As Ações Do Conselho Municipal De Saúde;
24 – Manutenção Das Ações Dos Consórcios Inter Municipal De Saúde;

25 – Manutenção Da Casa De Apoio Na Capital Do Estado;
26 – Manutenção Das Ações Da Assistência Farmacêutica;
27 – Manutenção Das Ações Do Programa De Vigilância Sanitária;
28 – Manutenção Das Ações Do Programa De Vigilância Epidemiológica E Controle De Doenças/Endemias;
29 – Manutenção Das Ações Do Programa De Vigilância Alimentar E Nutricional;
30 – Manutenção Das Ações Do Programa Saúde Na Escola – PSE;
31 – Construção De Unidades Sanitárias;
32 – Manutenção Das Ações Do Enfrentamento Emergencial De Pandemias;
33 – Manutenção Das Ações Do Serviço Móvel De Urgência;
34 – Firmar Convênio Com Instituições Para O Efetivo Controle De Zoonoses;
35 – Programa Bolsa Estágio;
36 – Garantir A Manutenção Do Piso Nacional Da Enfermagem, Após a Destinação De Recursos Do Governo Federal;
37 - Fortalecer Ações Voltadas Para As Estratégias De Certificação Do Selo Unicef;
38 – Construção E Manutenção De Garagem Para A Frota De Veículos Da Secretaria;
39 – Implantar educação permanente em saúde dos servidores municipais;
40 - Apoio a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.
41 - Aquisição E Manutenção De Veículos Da Média E Alta Complexidade Ambulatorial;
42 – Implantação do Programa SUS Digital
43 – Aquisição de equipamentos para a assistência farmacêutica
44 - Aquisição de equipamentos para a Vigilância sanitária
45 - Aquisição de equipamentos para a Vigilância Epidemiológica
46 - Aquisição de equipamentos para a sede da secretaria
47 - Aquisição de equipamentos para a assistência odontológica
48 - Aquisição de equipamentos para a o laboratório municipal
49 – Firmar convênio com a Liga Norte riograndense contra o câncer
50 – Manutenção das ações do Programa da Equipe Emulti
51 – Implantar o programa Mais Especialidade em parceria com o Governo Federal
52 – Assegurar as ações das emendas parlamentares de incremento temporário ao custeio dos serviços da atenção primaria à saúde para o cumprimento de metas

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INFORMÁTICA E RECURSOS HUMANOS.

1 – Manutenção Das Ações Da Secretária Municipal De Adm, Info, E Recursos Humanos;
2 – Aquisição De Equipamentos E Materiais Permanentes;
3 – Capacitação E Motivação Do Servidor;
4 – Recadastramento De Servidores;
5 – Atendimento Ao Cidadão;
6 – Informatização Administrativa Através De Software De Gestão;
7 – Realização De Processo Seletivo;
8 – Programa Bolsa Estágio;
9 – Terceirização De Serviços Públicos
10 – Manutenção da Junta Médica do Município;
11 – Criar E Implementar O Setor De Saúde E Segurança Ocupacional;
12 – Criação/Apoio do Programa Jovem Aprendiz;
13 – Manutenção da Ouvidoria Municipal;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 – Manutenção E Funcionamento Da Controladoria Geral Do Município;
2 – Aquisição De Equipamento E Material Permanente;
3 – Programa Bolsa Estágio;
4 - Capacitação Dos Servidores Da Controladoria;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 – Manutenção E Funcionamento Da Procuradoria Geral Do Município;
2 – Aquisição De Equipamento E Material Permanente;
3 – Programa Bolsa Estágio;

4 - Capacitação Dos Servidores Da Procuradoria;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTARIO.

1 – Reaparelhamento Da Secretaria De Finanças E Do Setor De Tributação;
2 - Capacitação Dos Servidores Da Secretaria;
3 – Manutenção E Funcionamento Da Secretaria Municipal De Planejamento, Finanças,
Tributação e Controle Orçamentário;
4 – Programa Bolsa Estágio;
5 – Pagamento de precatórios e RPV's
6 – Amortização da dívida fundada junto ao INSS
7 – Pagamento ao Programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP
8 - Amortização da dívida fundada junto as demais entidades/órgãos
9 – Atualização do código tributário municipal
10 – Decisão Judicial

GABINETE DO PREFEITO:

1 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete
2 – Programa Bolsa Estágio
3 – Capacitação Dos Servidores do Gabinete
4 – Manutenção da Junta de Serviço Militar

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 04 de junho de 2025

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.041.075,76	43.861.492,07	43.636.766,00	48.547.415,00	53.640.507,00	55.625.206,00	57.766.776,00
Receita Tributária	1.581.939,41	1.722.506,30	1.161.425,00	1.532.209,00	1.984.517,00	2.057.945,00	2.137.176,00
IPTU	51.902,58	95.966,98	59.400,00	65.401,00	99.422,00	103.101,00	107.070,00
ISS	573.496,24	625.325,99	982.675,00	1.131.918,00	847.838,00	879.208,00	913.058,00
ITBI	97.729,44	98.587,19	32.450,00	35.727,00	102.136,00	105.915,00	109.993,00
IRRF	793.257,61	851.108,12	81.400,00	293.107,00	881.748,00	914.373,00	949.576,00
Taxas	65.553,54	51.518,02	5.500,00	6.056,00	53.373,00	55.348,00	57.479,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	104.509,97	128.835,88	77.000,00	84.777,00	133.474,00	138.413,00	143.742,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	104.509,97	128.835,88	77.000,00	84.777,00	133.474,00	138.413,00	143.742,00
Receita Patrimonial	427.748,35	857.614,03	278.295,00	306.402,00	888.488,00	921.362,00	956.834,00
Aplicações Financeiras	427.748,35	542.614,03	278.295,00	306.402,00	562.148,00	582.947,00	605.390,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	315.000,00	0,00	0,00	326.340,00	338.415,00	351.444,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	35.926.878,03	41.152.535,86	42.120.046,00	46.624.027,00	50.634.028,00	52.507.486,00	54.529.024,00
Cota-Parte do FPM	15.730.505,43	18.276.933,93	22.172.012,00	24.661.239,00	25.934.904,00	26.894.495,00	27.929.933,00
Cota-Parte do ICMS	2.856.669,70	2.786.645,15	3.466.970,00	3.817.135,00	3.886.964,00	4.030.782,00	4.185.967,00
Cota-Parte do IPVA	259.569,81	251.388,66	277.200,00	305.198,00	260.439,00	270.075,00	280.473,00
Cota-Parte do ITR	369,46	523,71	616,00	678,00	543,00	563,00	585,00
Transferências da LC nº 61/1989	86.036,77	84.534,24	123.200,00	135.643,00	87.577,00	90.817,00	94.313,00
Transferências do FUNDEB	9.853.032,28	11.640.463,91	9.599.218,00	10.568.740,00	12.059.521,00	12.505.723,00	12.987.193,00
Outras Transferências Correntes	7.140.694,58	8.112.046,26	6.480.830,00	7.135.394,00	8.404.080,00	8.715.031,00	9.050.560,00

Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	151.314,92	2.238.297,12	1.031.800,00	1.136.012,00	870.445,00	902.651,00	937.403,00
Operações de crédito	0,00	1.398.099,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	646.800,00	712.127,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	646.800,00	712.127,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	151.314,92	840.198,12	385.000,00	423.885,00	870.445,00	902.651,00	937.403,00
Convênios	0,00	0,00	385.000,00	423.885,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	151.314,92	840.198,12	0,00	0,00	870.445,00	902.651,00	937.403,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-3.509.422,33	-3.937.951,97	-5.033.566,00	-5.591.927,00	-4.079.718,00	-4.230.668,00	-4.393.549,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-3.509.422,33	-3.937.951,97	-5.033.566,00	-5.591.927,00	-4.079.718,00	-4.230.668,00	-4.393.549,00
RECEITA TOTAL	34.682.968,35	42.161.837,22	39.635.000,00	44.091.500,00	50.431.234,00	52.297.189,00	54.310.630,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	34.531.653,43	39.923.540,10	38.603.200,00	42.955.488,00	49.560.789,00	51.394.538,00	53.373.227,00
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***		***MAURICIO DE SOUZA***			
###.006.414-##		###.620.074-##		###.587.258-##			
Prefeito		Contador		Sec.de Plan., Fin., Trib. e Cont. Orçamentário			
MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
2. DESPESA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS					Exercício: **2026**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.420.575,67	37.554.756,43	35.866.295,00	39.844.817,00	45.206.728,00	46.879.377,00	48.684.233,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.555.188,17	19.209.038,33	22.515.255,00	24.928.196,00	24.900.564,00	25.821.885,00	26.816.028,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	111.279,84	0,00	0,00	415.286,00	430.652,00	447.232,00
Outras Despesas Correntes	11.865.387,50	18.234.438,26	13.351.040,00	14.916.621,00	19.890.878,00	20.626.840,00	21.420.973,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.324.375,23	3.922.264,91	3.649.800,00	4.115.769,00	4.354.061,00	4.515.162,00	4.688.996,00
Investimentos	2.718.817,35	3.318.837,15	2.967.800,00	3.364.887,00	3.728.910,00	3.866.880,00	4.015.755,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	605.557,88	603.427,76	682.000,00	750.882,00	625.151,00	648.282,00	673.241,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	118.905,00	130.914,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	34.744.950,90	41.477.021,34	39.635.000,00	44.091.500,00	49.560.789,00	51.394.539,00	53.373.229,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	34.744.950,90	41.477.021,34	39.635.000,00	44.091.500,00	49.560.789,00	51.394.539,00	53.373.229,00

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2023)	Realizada (2024)	Previsão (2024)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. de Plan., Fin., Trib. e Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
3. PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMARIAS.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS					Exercício: **2026**		
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	6.210,00	416.659,76	6.210,00	416.659,76	431.660,00	447.632,00	464.866,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	31.034,51	0,00	31.034,51	32.152,00	33.342,00	34.626,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.210,00	385.625,25	6.210,00	385.625,25	399.508,00	414.290,00	430.240,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	6.210,00	416.659,76	6.210,00	416.659,76	431.660,00	447.632,00	464.866,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	979.464,53	1.338.057,37	979.464,53	1.338.057,37	1.386.227,00	1.437.517,00	1.492.861,00
Investimentos	979.464,53	1.338.057,37	979.464,53	1.338.057,37	1.386.227,00	1.437.517,00	1.492.861,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	979.464,53	1.338.057,37	979.464,53	1.338.057,37	1.386.227,00	1.437.517,00	1.492.861,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	985.674,53	1.754.717,13	985.674,53	1.754.717,13	1.817.887,00	1.885.149,00	1.957.727,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	985.674,53	1.754.717,13	985.674,53	1.754.717,13	1.817.887,00	1.885.149,00	1.957.727,00
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
4. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2026**		
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38.041.075,76	43.861.492,07	43.636.766,00	48.547.415,00	53.640.507,00	55.625.205,77	57.766.776,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.581.939,41	1.722.506,30	1.161.425,00	1.532.209,00	1.984.517,00	2.057.944,13	2.137.174,98
IPTU	51.902,58	95.966,98	59.400,00	65.401,00	99.422,00	103.100,61	107.069,98
ISS	573.496,24	625.325,99	982.675,00	1.131.918,00	847.838,00	879.208,01	913.057,52
ITBI	97.729,44	98.587,19	32.450,00	35.727,00	102.136,00	105.915,03	109.992,76
IRRF	793.257,61	851.108,12	81.400,00	293.107,00	881.748,00	914.372,68	949.576,03
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.553,54	51.518,02	5.500,00	6.056,00	53.373,00	55.347,80	57.478,69
Receitas de Contribuições	104.509,97	128.835,88	77.000,00	84.777,00	133.474,00	138.412,54	143.741,42
Receita Patrimonial	427.748,35	857.614,03	278.295,00	306.402,00	888.488,00	921.362,06	956.834,50
Aplicações Financeiras (II)	427.748,35	542.614,03	278.295,00	306.402,00	562.148,00	582.947,48	605.390,96
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	315.000,00	0,00	0,00	326.340,00	338.414,58	351.443,54
Transferências Correntes	35.926.878,03	41.152.535,86	42.120.046,00	46.624.027,00	50.634.028,00	52.507.487,04	54.529.025,29

Cota-Parte do FPM	15.730.505,43	18.276.933,93	22.172.012,00	24.661.239,00	25.934.904,00	26.894.495,45	27.929.933,52
Cota-Parte do ICMS	2.856.669,70	2.786.645,15	3.466.970,00	3.817.135,00	3.886.964,00	4.030.781,67	4.185.966,76
Cota-Parte do IPVA	259.569,81	251.388,66	277.200,00	305.198,00	260.439,00	270.075,24	280.473,14
Cota-Parte do ITR	369,46	523,71	616,00	678,00	543,00	563,09	584,77
Transferências da LC 61/1989	86.036,77	84.534,24	123.200,00	135.643,00	87.577,00	90.817,35	94.313,82
Transferências do FUNDEB	9.853.032,28	11.640.463,91	9.599.218,00	10.568.740,00	12.059.521,00	12.505.723,28	12.987.193,63
Outras Transferências Correntes	7.140.694,58	8.112.046,26	6.480.830,00	7.135.394,00	8.404.080,00	8.715.030,96	9.050.559,65
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	37.613.327,41	43.318.878,04	43.358.471,00	48.241.013,00	53.078.359,00	55.042.258,29	57.161.385,23
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	151.314,92	2.238.297,12	1.031.800,00	1.136.012,00	870.445,00	902.651,47	937.403,55
Operações de Crédito (VIII)	0,00	1.398.099,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	646.800,00	712.127,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	646.800,00	712.127,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	151.314,92	840.198,12	385.000,00	423.885,00	870.445,00	902.651,47	937.403,55
Convênios	0,00	0,00	385.000,00	423.885,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	151.314,92	840.198,12	0,00	0,00	870.445,00	902.651,47	937.403,55
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	151.314,92	840.198,12	1.031.800,00	1.136.012,00	870.445,00	902.651,47	937.403,55
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	37.764.642,33	44.159.076,16	44.390.271,00	49.377.025,00	53.948.804,00	55.944.909,76	58.098.788,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	37.764.642,33	44.159.076,16	44.390.271,00	49.377.025,00	53.948.804,00	55.944.909,76	58.098.788,78
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	31.420.575,67	37.554.756,43	35.866.295,00	39.844.817,00	45.206.728,00	46.879.376,94	48.684.232,96
Pessoal e Encargos Sociais	19.555.188,17	19.209.038,33	22.515.255,00	24.928.196,00	24.900.564,00	25.821.884,87	26.816.027,44
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	111.279,84	0,00	0,00	415.286,00	430.651,58	447.231,67
Outras Despesas Correntes	11.865.387,50	18.234.438,26	13.351.040,00	14.916.621,00	19.890.878,00	20.626.840,49	21.420.973,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	31.420.575,67	37.443.476,59	35.866.295,00	39.844.817,00	44.791.442,00	46.448.725,36	48.237.001,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	3.324.375,23	3.922.264,91	3.649.800,00	4.115.769,00	4.354.061,00	4.515.161,26	4.688.994,97
Investimentos	2.718.817,35	3.318.837,15	2.967.800,00	3.364.887,00	3.728.910,00	3.866.879,67	4.015.754,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	605.557,88	603.427,76	682.000,00	750.882,00	625.151,00	648.281,59	673.240,43
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	2.718.817,35	3.318.837,15	2.967.800,00	3.364.887,00	3.728.910,00	3.866.879,67	4.015.754,54
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	118.905,00	130.914,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	34.139.393,02	40.762.313,74	38.953.000,00	43.340.618,00	48.520.352,00	50.315.605,03	52.252.755,83
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	34.139.393,02	40.762.313,74	38.953.000,00	43.340.618,00	48.520.352,00	50.315.605,03	52.252.755,83

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.090.270,09	-912.858,05	403.705,00	444.480,00	-945.721,00	-980.712,68	-1.018.470,12
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	1.090.270,09	-912.858,05	403.705,00	444.480,00	-945.721,00	-980.712,68	-1.018.470,12

Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
5. RESULTADO NOMINAL.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL	Exercício: **2026**
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	

ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	427.748,35	542.614,03	278.295,00	306.402,00	562.148,00	562.148,00	562.148,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	111.279,84	0,00	0,00	115.286,00	115.286,00	115.286,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.518.018,44	-481.523,86	682.000,00	750.882,00	-498.859,00	-533.851,00	-571.608,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	661.361,00	568.121,96	568.121,96	0,00	195.750,09	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.920.078,63	1.316.650,87	1.920.078,63	1.316.650,87	1.364.050,00	1.364.050,00	1.364.050,00
DEDUÇÕES (XL)	6.789.446,58	6.754.140,78	6.789.446,58	6.754.140,78	6.997.290,00	6.997.290,00	6.997.290,00
Disponibilidade de Caixa	6.789.446,58	6.754.140,78	6.789.446,58	6.754.140,78	6.997.290,00	6.997.290,00	6.997.290,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.224.636,90	7.474.128,17	7.224.636,90	7.474.128,17	7.743.197,00	7.743.197,00	7.743.197,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	251.412,33	601.481,24	251.412,33	601.481,24	623.135,00	623.135,00	623.135,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.777,99	118.506,15	183.777,99	118.506,15	122.772,00	122.772,00	122.772,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-4.869.367,95	-5.437.489,91	-4.869.367,95	-5.437.489,91	-5.633.240,00	-5.633.240,00	-5.633.240,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	661.361,00	568.121,96	568.121,96	0,00	195.750,09	0,00	0,00

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
6. MONTATE DA DIVIDA.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA	Exercício: **2026**
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	

ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.920.078,63	1.316.650,87	1.920.078,63	1.316.650,87	1.364.050,00	1.364.050,00	1.364.050,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.920.078,63	1.316.650,87	1.920.078,63	1.316.650,87	1.364.050,00	1.364.050,00	1.364.050,00
DEDUÇÕES (II)	6.789.446,58	6.754.140,78	6.789.446,58	6.754.140,78	6.997.290,00	6.997.290,00	6.997.290,00
Ativo Disponível	7.224.636,90	7.474.128,17	7.224.636,90	7.474.128,17	7.743.197,00	7.743.197,00	7.743.197,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	251.412,33	601.481,24	251.412,33	601.481,24	623.135,00	623.135,00	623.135,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.777,99	118.506,15	183.777,99	118.506,15	122.772,00	122.772,00	122.772,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	-4.869.367,95	-5.437.489,91	-4.869.367,95	-5.437.489,91	-5.633.240,00	-5.633.240,00	-5.633.240,00

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
7. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO PRIMÁRIO PPP	Exercício: **2026**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Realizada (2023)	Realizada (2024)	Previsão (2024)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	*MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO*	*MAURICIO DE SOUZA*
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
8. PASSIVOS CONTINGENTES E AS PROVIDENCIAS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS		Exercício: **2026**	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**	**Providências**	**Valor**
Frustração de Arrecadação	300.000,00	Frustação da Arrecadação Fiscal de Tributos de Competência Municipal	300.000,00
Discrepância de Projeções	1.500.000,00	Equivoco de Projeção da Receita Corrente Total	1.500.000,00
Restituição de Tributos a Maior	2.000,00	Ressarcimento de Tributos Pagos a Maior	2.000,00
Outros Riscos Fiscais	500.000,00	Demais Riscos Fiscais	500.000,00
SUBTOTAL	**2.302.000,00**	SUBTOTAL	**2.302.000,00**
TOTAL	**2.302.000,00**	TOTAL	**2.302.000,00**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	*MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO*	*MAURICIO DE SOUZA*
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
PREFEITO	CONTADOR	Sec. de Plan., Fin., Trib. e Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
9. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS		Exercício: **2026**	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**	**Providências**	**Valor**
Frustração de Arrecadação	300.000,00	Frustação da Arrecadação Fiscal de Tributos de Competência Municipal	300.000,00
Discrepância de Projeções	1.500.000,00	Equivoco de Projeção da Receita Corrente Total	1.500.000,00
Restituição de Tributos a Maior	2.000,00	Ressarcimento de Tributos Pagos a Maior	2.000,00
Outros Riscos Fiscais	500.000,00	Demais Riscos Fiscais	500.000,00
SUBTOTAL	**2.302.000,00**	SUBTOTAL	**2.302.000,00**
TOTAL	**2.302.000,00**	TOTAL	**2.302.000,00**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	*MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO*	*MAURICIO DE SOUZA*
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ									Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
10. DESMONTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026												
METAS ANUAIS									Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)									R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**2026**				**2027**				**2028**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.431.234	48.259.554	0,05	0,00	52.297.189	48.120.343	0,04	0,00	54.310.630	48.151.990	0,04	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	53.948.804	51.625.650	0,05	0,00	55.944.910	51.476.730	0,05	0,00	58.098.789	51.510.585	0,05	0,00
Receitas Primárias Correntes	53.078.359	50.792.688	0,05	0,00	55.042.258	50.646.171	0,05	0,00	57.161.385	50.679.480	0,05	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.984.517	1.899.059	0,00	0,00	2.057.944	1.893.581	0,00	0,00	2.137.175	1.894.827	0,00	0,00
Transferências Correntes	50.634.028	48.453.615	0,05	0,00	52.507.487	48.313.845	0,04	0,00	54.529.025	48.345.620	0,04	0,00

Demais Receitas Primárias Correntes	459.814	440.013	0,00	0,00	476.827	438.744	0,00	0,00	495.185	439.033	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	870.445	832.962	0,00	0,00	902.651	830.559	0,00	0,00	937.404	831.105	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	49.560.789	47.426.592	0,04	0,00	51.394.539	47.289.786	0,04	0,00	53.373.229	47.320.887	0,04	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	48.520.352	46.430.959	0,04	0,00	50.315.605	46.297.023	0,04	0,00	52.252.756	46.327.472	0,04	0,00
Despesas Primárias Correntes	44.791.442	42.862.624	0,04	0,00	46.448.725	42.738.982	0,04	0,00	48.237.001	42.767.090	0,04	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.900.564	23.828.291	0,02	0,00	25.821.885	23.759.555	0,02	0,00	26.816.027	23.775.182	0,02	0,00
Outras Despesas Correntes	19.890.878	19.034.333	0,01	0,00	20.626.840	18.979.426	0,01	0,00	21.420.974	18.991.909	0,01	0,00
Despesas Primárias de Capital	3.728.910	3.568.335	0,00	0,00	3.866.880	3.558.042	0,00	0,00	4.015.755	3.560.382	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.817.887	1.739.605	0,00	0,00	1.885.149	1.734.587	0,00	0,00	1.957.727	1.735.727	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	50.431.234	48.259.554	0,05	0,00	52.297.189	48.120.343	0,04	0,00	54.310.630	48.151.990	0,04	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	53.948.804	51.625.650	0,05	0,00	55.944.910	51.476.730	0,05	0,00	58.098.789	51.510.585	0,05	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	49.560.789	47.426.592	0,04	0,00	51.394.539	47.289.786	0,04	0,00	53.373.229	47.320.887	0,04	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	48.520.352	46.430.959	0,04	0,00	50.315.605	46.297.023	0,04	0,00	52.252.756	46.327.472	0,04	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	-945.721	-904.996	0,00	0,00	-980.713	-902.386	0,00	0,00	-1.018.470	-902.979	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-945.721	-904.996	0,00	0,00	-980.713	-902.386	0,00	0,00	-1.018.470	-902.979	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	562.148	537.941	0,00	0,00	562.148	517.251	0,00	0,00	562.148	498.402	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	115.286	110.322	0,00	0,00	115.286	106.078	0,00	0,00	115.286	102.213	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.364.050	1.305.311	0,00	0,00	1.364.050	1.255.107	0,00	0,00	1.364.050	1.209.371	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-5.633.240	-5.390.660	0,00	0,00	-5.633.240	-5.183.327	0,00	0,00	-5.633.240	-4.994.450	0,00	0,00

Variáveis	**Período**		
	2026	**2027**	**2028**
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	68,00	69,70	71,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,00	5,90	5,90
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,50	4,00	3,78
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	100.679.394.501,00	106.820.837.565,00	113.336.908.656,50
Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:			
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025;			
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 12/01/2025			
FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***	
'###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##	
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário	

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
11. DESMONTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR							Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2024 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2024 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	39.635.000	0,04	99,28	42.161.837	0,05	105,61	2.526.837	6,38
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.390.271	0,05	111,19	44.159.076	0,05	110,61	-231.195	-0,52
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	39.635.000	0,04	99,28	41.477.021	0,05	103,89	1.842.021	4,65
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	38.953.000	0,04	97,57	40.762.314	0,05	102,10	1.809.314	4,64
Receita Total (COM FONTES RPPS)	39.635.000	0,04	99,28	42.161.837	0,05	105,61	2.526.837	6,38
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	44.390.271	0,05	111,19	44.159.076	0,05	110,61	-231.195	-0,52
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	39.635.000	0,04	99,28	41.477.021	0,05	103,89	1.842.021	4,65
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	38.953.000	0,04	97,57	40.762.314	0,05	102,10	1.809.314	4,64
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	403.705	0,00	1,01	-912.858	0,00	-2,29	-1.316.563	-326,12
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	403.705	0,00	1,01	-912.858	0,00	-2,29	-1.316.563	-326,12
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	1.920.079	0,00	4,81	1.316.651	0,00	3,30	-603.428	-31,43
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-4.869.368	-0,01	-12,20	-5.437.490	-0,01	-13,62	-568.122	11,67

		R$ 1,00
Parâmetros	**Valor Previsto 2024**	**Valor Realizado 2024**
PIB nominal	80.181.000.000,00	90.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	38.603.200,00	39.923.540,10
Fonte dos Parâmetros:		
Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 12/01/2025		
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida		

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
'###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
12. DESMONTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF										
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026										
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES							Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)							R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**									
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	34.682.968	42.161.837	21,56	44.091.500	4,58	50.431.234	14,38	52.297.189	3,70	54.310.630	3,85
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	37.764.642	45.557.175	20,63	49.377.025	8,38	53.948.804	9,26	55.944.910	3,70	58.098.789	3,85
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	34.744.951	41.477.021	19,38	44.091.500	6,30	49.560.789	12,40	51.394.539	3,70	53.373.229	3,85
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	34.139.393	40.762.314	19,40	43.340.618	6,33	48.520.352	11,95	50.315.605	3,70	52.252.756	3,85
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	34.682.968	42.161.837	21,56	44.091.500	4,58	50.431.234	14,38	52.297.189	3,70	54.310.630	3,85
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	37.764.642	44.159.076	16,93	49.377.025	11,82	53.948.804	9,26	55.944.910	3,70	58.098.789	3,85
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	34.744.951	41.477.021	19,38	44.091.500	6,30	49.560.789	12,40	51.394.539	3,70	53.373.229	3,85
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	34.139.393	40.762.314	19,40	43.340.618	6,33	48.520.352	11,95	50.315.605	3,70	52.252.756	3,85
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	1.090.270	-912.858	-183,73	444.480	0,00	-945.721 -312,77		-980.713	0,00	-1.018.470	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	1.090.270	-912.858	-183,73	444.480	0,00	-945.721 -312,77		-980.713	0,00	-1.018.470	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	1.920.079	1.316.651	-31,43	1.316.651	0,00	1.364.050	3,60	1.364.050	0,00	1.364.050	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-4.869.368	-5.437.490	0,00	-5.437.490	0,00	-5.633.240	0,00	-5.633.240	0,00	-5.633.240	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	661.361	568.122	-14,10	0	-100,00	195.750	0,00	0	-100,00	0	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**									
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	36.417.117	44.269.929	21,56	44.091.500	-0,40	48.259.554	9,45	48.120.343	-0,29	48.151.990	0,07
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	39.652.874	47.835.034	20,63	49.377.025	3,22	51.625.650	4,55	51.476.730	-0,29	51.510.585	0,07
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	36.482.198	43.550.872	19,38	44.091.500	1,24	47.426.592	7,56	47.289.786	-0,29	47.320.887	0,07
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	35.846.363	42.800.429	19,40	43.340.618	1,26	46.430.959	7,13	46.297.023	-0,29	46.327.472	0,07
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	36.417.117	44.269.929	21,56	44.091.500	-0,40	48.259.554	9,45	48.120.343	-0,29	48.151.990	0,07
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	39.652.874	46.367.030	16,93	49.377.025	6,49	51.625.650	4,55	51.476.730	-0,29	51.510.585	0,07
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	36.482.198	43.550.872	19,38	44.091.500	1,24	47.426.592	7,56	47.289.786	-0,29	47.320.887	0,07
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	35.846.363	42.800.429	19,40	43.340.618	1,26	46.430.959	7,13	46.297.023	-0,29	46.327.472	0,07

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	1.144.784	-958.501	-183,73	444.480	0,00	-904.996	-303,61	-902.386	0,00	-902.979	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	1.144.784	-958.501	-183,73	444.480	0,00	-904.996	-303,61	-902.386	0,00	-902.979	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	2.016.083	1.382.483	-31,43	1.316.651	-4,76	1.305.311	-0,86	1.255.107	-3,85	1.209.371	-3,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-5.112.836	-5.709.364	0,00	-5.437.490	0,00	-5.390.660	0,00	-5.183.327	0,00	-4.994.450	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	694.429	596.528	-14,10	0	-100,00	187.321	0,00	0	-100,00	0	0,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**

4,62	4,83	5,65	4,50	4,00	3,78
1,05	1,05	1,06	1,05	1,04	1,04
Fonte Índices de Inflação:					
Banco Central do Brasil					
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025					
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***		***MAURICIO DE SOUZA***	
'###.006.414-##		###.620.074-##		###.587.258-##	
Prefeito		Contador		Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário	

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
13. DESMONTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00		
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	15.875.141	100,00	12.591.150	100,00	10.785.561	100,00
TOTAL	**15.875.141**	**100,00**	**12.591.150**	**100,00**	**10.785.561**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***			***MAURICIO DE SOUZA***	
'###.006.414-##		###.620.074-##			###.587.258-##	
Prefeito		Contador			Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário	

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
14. DESMONTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	**2024**	**2023**	**2022**
	(a)	**(b)**	**(c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2024**	**2023**	**2022**
	(d)	**(e)**	**(f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2024**	**2023**	**2022**
	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	**(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**(i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**0**	**0**	**0**
FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***		***MAURICIO DE SOUZA***
'###.006.414-##	###.620.074-##		###.587.258-##
Prefeito	Contador		Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
15. DESMONTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0

Pensionista	0	0	0

Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0

TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0

Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
16. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ milhares

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0

2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
17. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ milhares			
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0

2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0

2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***	
###.006.414-##		###.620.074-##	###.587.258-##	
Prefeito		Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário	

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
18. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026	
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas	Exercício: **2026**
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")	R$ milhares

Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0

Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0

2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0

Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***	
###.006.414-##		###.620.074-##	###.587.258-##	
Prefeito		Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário	

MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil					
19. DESMONTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA	Exercício: **2026**					
AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)	R$ 1,00					
Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2026	**2027**	**2028**	
ISS	CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	INCENTIVO A INDUSTRIA	200.000	200.000	200.000	INCREMENTO DAS OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS
TOTAL			**200.000**	**200.000**	**200.000**	

FRANCISCO MACEDO DA SILVA	***MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO***	***MAURICIO DE SOUZA***
###.006.414-##	###.620.074-##	###.587.258-##
Prefeito	Contador	Sec. De Plan., Fin., Trib. E Cont. Orçamentário

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:C9D274D4